

DOUTORAMENTO
CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

**Lutas dos estudantes na ditadura e
sua influência nas transformações
educativas após o 25 de Abril – Os
movimentos estudantis do Porto
(1968-1974)**

Maria João Silva Antunes

D

2022



Maria João Silva Antunes

**Lutas dos estudantes na ditadura e sua influência nas transformações educativas
após o 25 de Abril - o movimento estudantil do Porto (1968 – 1974)**

Tese apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, para obtenção do grau de Doutor em Ciências da Educação sob orientação da Professora Doutora Teresa Medina e do Professor Doutor João Caramelo.

Projeto de Investigação financiado pela FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia

Referência da Bolsa: SFRH/BD/130264/2017

Duração da Bolsa: 2017-2022



Agradecimentos

Agradeço às pessoas que entrevistei, que se disponibilizaram para falar comigo longamente e sem reservas sobre uma parte das suas vidas. Estas pessoas são também responsáveis pela presente tese e sem elas a investigação que agora se conclui não teria sido possível.

António Graça, António Regala, António Vieira, Arnaldo Araújo, Arsélio Martins, Bernardo Vilas Boas, Edgar Seca, Emídio Ribeiro, Fernanda Costa, Fernando Sottomayor, Fernando Sousa Lopes, Helena Medina, José António Gomes, José Aranda da Silva, José Fadista, José Gigante, José Augusto Nozes Pires, José Rui Ferreira, Manuela Silva, Renato Soeiro, Rosa Maria Moreira, Pedro Baptista, Teresa Medina e Vasco Paiva.

Agradeço ao Dr. António Dias pelo acesso e cedência do seu arquivo particular sobre o movimento estudantil do Porto. O seu arquivo particular revelou-se absolutamente essencial para a investigação.

Ao Sérgio Seca e à Sónia Teles e Silva pela forma como me receberam e pelo acesso ao seu arquivo particular.

Ao Rui Sá e à Maria do Carmo Magalhães pelo acesso facultado a documentos em sua posse. Ao Daniel Moreira pela oferta generosa dos livros da República 24 de Março e da República dos Lisos. Ao Silvestre Lacerda que do seu exigente calendário tirou tempo para as minhas questões.

À Ana Gomes pela sua ajuda com a categorização da documentação e aos estudantes de Ciências da Educação Diogo Faria, Mariana Amado e Sílvia Pinto pelo seu trabalho no âmbito do Programa de iniciação à Investigação da FPCEUP.

À Universidade Popular do Porto, pelas aprendizagens aí realizadas, pela possibilidade de trabalhar no Centro de Documentação e Informação (CDI) e pelas portas sempre abertas para as entrevistas e a digitalização de documentos, entre muitas outras tarefas.

A todos os meus amigos e colegas da FPCEUP, nomeadamente da COPIN Trabalho, Educação, Desenvolvimento e Movimentos Sociais (TEDeMOS) pelas intensas discussões e apoio.

À minha família e amigos, minhas razões de ser.

Finalmente agradeço aos meus orientadores Teresa Medina e João Caramelo, também eles responsáveis por esta investigação, pela sua dedicação e apoio inestimáveis, pelas horas imensas de reflexão e discussão e pela confiança sempre depositada nesta investigação.

À professora Teresa Medina que me acompanha desde o mestrado, já lá vão oito anos, agradeço de forma especial, também pelo enorme papel que teve na decisão de seguir para doutoramento e por todas as aprendizagens que me proporcionou ao longo dos anos.

Muito obrigada a todos.

A História não precisa dos efeitos especiais do cinema para ser empolgante. Que estas histórias sejam tão empolgantes para o leitor como são para quem as viveu e para quem as procurou contar.

Este trabalho é dedicado a todos aqueles que durante a longa noite fascista tiveram a firmeza para vencer o medo e a confiança no novo dia. Ele chegou construído por vós que continuam até hoje a lutar com firmeza, confiantes nas infinitas capacidades e solidariedades humanas.

Lutas dos estudantes na ditadura e sua influência nas transformações educativas após o 25 de Abril - o movimento estudantil do Porto (1968 – 1974)

Resumo

As ações de contestação e oposição à ditadura portuguesa, dos estudantes do ensino superior e ensino secundário do Porto, são comumente desconhecidas. No quadro dos contributos, por diferentes disciplinas, para o estudo sobre os movimentos estudantis de oposição ao regime, têm sido mais estudados acontecimentos situados em Lisboa e Coimbra, designadamente as crises académicas de 1962 e de 1969.

A presente tese pretende contribuir para o aprofundamento do conhecimento histórico das lutas estudantis, enquanto elemento constitutivo do campo das ciências da educação e da história da educação; aprofundar o conhecimento em torno de articulações entre a ação coletiva dos estudantes e o desenvolvimento de transformações nas organizações e políticas educativas, no período imediato ao 25 de Abril; conhecer e analisar processos de educação informal e não formal vivenciados no âmbito da participação estudantil e a sua articulação com o desenvolvimento da consciencialização social e política entre os estudantes.

Para responder a estes objetivos optou-se por trabalhar com dois tipos de fontes essenciais: testemunhos orais de ativistas estudantis no período em análise e documentos escritos produzidos por estruturas estudantis existentes, à altura, adotando-se princípios metodológicos da História Oral.

Foram realizadas 25 entrevistas com ativistas do ensino superior e secundário do Porto, gravadas em formato vídeo e áudio. As entrevistas foram transcritas e devolvidas aos entrevistados e, posteriormente, analisadas. Foram identificados mais de 1000 documentos em arquivos particulares. Destes, procedeu-se à digitalização de 1033 e à introdução em base de dados de 714. Esta base de dados, original sobre o tema, é um dos resultados da pesquisa.

A presente investigação insere-se numa linha de valorização do testemunho oral para a construção e desenvolvimento do conhecimento histórico e científico e sofre influências de outras investigações e projetos desenvolvidos no Porto, que adotaram a metodologia da história oral e histórias de vida, e que procuram contribuir para a preservação de uma memória social e coletiva de processos de mobilização social na cidade.

Students' struggle during the Portuguese dictatorship and its influence on educational transformation after the 25th of April - the student movement in Oporto (1968 – 1974)

Abstract

The actions of protest and opposition to the Portuguese dictatorship pursued by Oporto university and high school students are commonly unknown. In the context of academic studies on student movements of opposition to the regime, events taking place in Lisbon and Coimbra - namely the academic crises of 1962 and 1969 - have been more covered.

As student struggles are a central element in the fields of educational sciences and history of education, this doctoral thesis aims: a) to contribute to the deepening of the historical knowledge of student struggles; b) to enrich the awareness on the connections between students' collective action and the development of change in educational organisations in the period immediately following the 25th of April; c) to understand and analyse processes of informal and non-formal education experienced in the scope of student participation and its interaction with the development of social and political consciousness among students.

In order to address these objectives, we have chosen to work with two types of primary sources: a) oral testimonies from individuals who were activists during the period under analysis; b) written documents produced by existing student bodies at the time – adopting the methodological values of Oral History.

Twenty-five interviews were conducted with high school and university activists from Porto. They were recorded in both video and audio formats. These interviews were transcribed and then forwarded to the interviewees and later analysed. More than 1000 documents were identified from private archives. 1033 were scanned and 714 were entered into a database. This database, unprecedented on the subject, is one of the results of this study.

This research is in line with the valorisation of the oral testimony as a means of construction and development of historical and scientific knowledge. It was also influenced by other research developed in Porto, which adopted Oral History methodology just as it accounted for life stories. It seeks to contribute to the preservation of a collective memory on the social mobilisation processes in the city.

Les luttes étudiantes sous la dictature et l'influence de ces luttes dans les transformations éducatives après le 25 avril - le mouvement étudiant à Porto (1968 – 1974)

Résumé

Les actions de contestation et d'opposition à la dictature portugaise, des étudiants de étudiants universitaires et lycéens de Porto, sont généralement méconnues inconnus. Dans le cadre des apports des différentes disciplines à l'étude des mouvements étudiants d'opposition au régime, les événements de Lisbonne et Coimbra ont été plus étudiés, surtout à cause des crises académiques de 1962 et 1969.

Cette thèse vise à contribuer à l'approfondissement de la connaissance historique des luttes étudiantes, en tant qu'élément constitutif du champ des sciences de l'éducation et de l'histoire de l'éducation; approfondir aussi la connaissance des articulations entre l'action collective des étudiants et le développement des transformations dans les organisations et les politiques éducatives, dans la période qui suit immédiatement le 25 avril; et enfin connaître et analyser les processus éducatifs informels et non formelle vécus dans le cadre de la participation étudiante et son articulation avec le développement de la conscience sociale et politique des étudiants.

Pour répondre à ces objectifs, il a été décidé de travailler avec deux types de sources essentielles : le témoignage oral des étudiants militants dans la période analysée et les documents écrits produits par les structures étudiantes existant de l'époque, en adoptant les principes méthodologiques de l'histoire orale.

Vingt-cinq entretiens ont été menés avec des militants universitaires et lycéens de Porto, enregistrés en format vidéo et audio. Les entretiens ont été transcrits et renvoyés aux personnes interrogées, puis analysés. Plus de 1000 documents ont été identifiés dans des archives privées. Parmi ceux-ci, 1033 ont été numérisés et 714 ont été saisis dans une base de données. Cette base de données, originale sur le sujet, est l'un des résultats de la recherche.

La présente recherche s'inscrit dans une ligne de valorisation du témoignage oral pour la construction et le développement de la connaissance historique et scientifique et est influencée par des autres recherches et projets développés à Porto. Projets qui ont adopté la méthodologie de l'histoire orale et des récits de vie, et cherchent à contribuer à la préservation d'une mémoire sociale et collective des processus de mobilisation sociale dans la ville de Porto.

Índice

Introdução	16
O interesse na investigação sobre as lutas estudantis – percurso pessoal na construção de uma problemática de investigação em educação.....	26
Estrutura da tese	32
Capítulo I. Lugares de partida para uma análise multireferencial	34
1.1. Contestação estudantil, ação coletiva e movimentos sociais.....	34
1.2. A ditadura portuguesa	54
1.2.1. <i>Aspetos gerais para a sua caracterização</i>	54
1.2.2. <i>Sobre o ensino</i>	59
1.2.3. <i>Sobre a oposição ao regime</i>	68
1.2.4. <i>Apontamentos sobre o Movimento Sindical e Operário</i>	80
1.2.5. <i>Lutas estudantis</i>	88
1.3. Sobre o movimento estudantil português, educação e revolução	94
Capítulo II. Itinerários da pesquisa	104
2.1. A memória na reconstrução de processos históricos	104
2.2. O lugar do testemunho oral biográfico	106
2.3. A identificação de ativistas a entrevistar	108
2.4. As entrevistas	113
2.5. A análise das entrevistas	119
2.6. A constituição de um arquivo documental e uma cronologia de acontecimentos	124
Capítulo III. O Movimento estudantil do Porto	130
3.1. O movimento de criação de Comissões Pró-associativas no Porto a partir de 1963.....	130
3.2. As associações de estudantes	134
3.3. Coordenação Inter Associativa.....	138
3.4. Participação em outro tipo de movimento associativo	140
3.5. Participação no Movimento de Oposição Democrática.....	151
3.6. Correntes político partidárias com intervenção no movimento associativo estudantil do Porto.....	156
3.6.1. <i>O PCP e a UEC</i>	169
3.6.2. <i>PCP-ML, UEC-ML e Núcleos Sindicais</i>	174
3.7. Níveis de intervenção social e política	180
Capítulo IV. Lutas estudantis na Universidade e Liceus do Porto	185
4.1. Pela autonomia das Associações de Estudantes e a liberdade de organização estudantil	187
4.1.1. <i>Em defesa da Comissão de Sebentas no Instituto Industrial do Porto (IIP)</i>	188
4.1.2. <i>Os plenários de 1969</i>	190
4.2. Por melhores condições de ensino	193
4.3. Por uma Reforma Geral e Democrática do Ensino.....	202
4.4. Contra a repressão	207
4.4.1. <i>A prisão de António Graça – 1966</i>	207
4.4.2. <i>O caso do desastre de automóvel na Arrifana - 1967</i>	210
4.4.3. <i>A repressão na Faculdade de Medicina – do encerramento da associação em 1971 ao disparo de tiros no Hospital S. João, em fevereiro de 1974</i>	213

4.4.4. <i>O assassinato do estudante Ribeiro Santos - 1972</i>	218
4.4.5. <i>Processos disciplinares, interrogatórios e prisões constantes – os anos de 1973 e 1974</i>	221
4.5. Outras lutas e momentos simbólicos	228
4.5.1. <i>Contra a guerra do Vietname - os estudantes impedem o embaixador americano de visitar a Universidade</i>	228
4.5.2. <i>Vinícius canta conosco nas docas</i>	230
4.5.3. <i>O fim da Queima das Fitas – 1971</i>	231
4.5.4. <i>A manifestação popular de 15 de abril de 1972</i>	236
4.5.5. <i>Contra a realização do Festival de Coros - abril de 1973</i>	239
4.6. A singularidade do caso ESBAP – Escola do Porto	248
4.7. Lutas nos Liceus	257
4.8. Imprensa estudantil	268
4.8.1. <i>As publicações do tipo federado</i>	269
4.8.2. <i>Publicações das Associações de Estudantes</i>	273
4.9. Lutas contra a Guerra Colonial	279
Capítulo V. Forças inimagináveis para construir um país novo	296
5.1. Significados de Abril	296
5.2. O 25 de Abril na Universidade do Porto	303
5.3 O novo reitor da Universidade do Porto e os diretores das faculdades	307
5.4. As reivindicações estudantis nas primeiras eleições associativas após a Revolução	310
5.5. A reestruturação da Faculdade de Engenharia	312
5.6. A constituição da Pró-UNEP e elementos da sua ação entre 1974 e 1975	314
5.7. Alfabetização, Educação Sanitária e Serviço Cívico Estudantil	320
Capítulo VI. Uma cultura antifascista e democrática que permanece	329
6.1. Processos de consciencialização social e política	330
6.2. Movimento estudantil – Uma escola dentro da escola	349
6.3. Referências filosóficas, políticas, culturais e artísticas	359
Considerações finais	364
Bibliografia	371
Fontes	394
Apêndices	398
Apêndice 1. Guião geral de entrevista	398
Apêndice 2 - Ações de contestação de trabalhadores e greves 1968-1974	400
Cronologia de acontecimentos Movimento Estudantil do Porto – 1968-1974	407

Índice de quadros e imagens

Quadro 1. Recrutamento de militares 1961-1973	55
Quadro 2. Evolução da população residente em Portugal 1960-1974	57
Quadro 3. Emigração legal e estimativa da emigração clandestina 1960-1974	57
Quadro 4. Estabelecimentos e estudantes matriculados no ensino liceal	61
Quadro 5. Percentagem de alunos matriculados no ensino liceal oficial e particular.....	61
Quadro 6. Estabelecimentos e estudantes matriculados no ensino comercial e industrial.....	62
Quadro 7. Alunos matriculados apenas no ensino liceal e técnico comercial e industrial oficial	62
Quadro 8. Estudantes matriculados por estabelecimentos de ensino e ano letivo	68
Quadro 9. Ativistas entrevistados	112
Quadro 10. Entrevistas realizadas.....	118
Quadro 11. Grandes dimensões temáticas na análise das entrevistas.....	119
Imagem 1. Capa dos Estatutos da AE da Faculdade de Ciências e Faculdade de Medicina	133
Imagem 2. Capa e contracapa dos Estatutos da UNICEPE	133
Imagem 3. Capa e contracapa do Boletim Economia da Associação de Estudantes de Economia, 1967.....	136
Imagem 4. Brochura da peça de teatro Fuenteovejuna	149
Imagem 5. Tarjeta do MOJAF sobre o Dia Mundial da Juventude e acampamento juvenil.....	151
Imagem 6. Exemplo de duas quadras distribuídas no S. João no Porto.	152
Imagem 7. Capas das listas candidatas à CIAEFMP 1966-1967 e 1967-1968	159
Imagem 8. Cartaz manuscrito e comunicado dactilografado de denúncia sobre as prisões de Bernardo Vilas Boas e Fátima Mesquita, estudantes da Faculdade de Medicina.	217
Imagem 9. Comunicado A Hora mais sombria é a que precede a aurora	219
Imagem 10. Tarjetas relativas ao assassinato de Ribeiro Santos e manifestação no Porto.	220
Imagem 11. Comunicado das direções das AEs de Ciências, Engenharia e Letras	226
Imagem 12. Comunicado das direções das AEs de Ciências, Engenharia e Liceus	248
Imagem 13. Tarjeta dos liceus sobre o fim da aptidão	260
Imagem 14. Capas dos programas das listas candidatas às eleições C.P.A.E.L.P. 1972-1973 ..	266
Imagem 15. Aspeto da frente e última página de comunicado da Associação dos Liceus do Porto de 2 de abril de 1973.....	267
Imagem 16. Capa do Boletim Perspectivas n.º1 e n.º2.....	270
Imagem 17. Tira Mafalda do boletim Objectivo 1973	277
Imagem 18. Capa do Boletim Objectivo do Liceu Carolina Michaelis; Capa do Boletim Fulcro	278
Imagem 19. Fotografia de uma concentração junto à Reitoria da Universidade do Porto, após o 25 de Abril.	306
Imagem 20. Capa das Teses sobre Questões Pedagógicas FEUP	313
Imagem 21. Informe sobre o Encontro Nacional das Associações de 9 e 10 de novembro de 1974. Capa e AES presentes.	317
Imagem 22. Comunicados Pró-UNEP. Unidade estudantil com o povo trabalhador. À população dos bairros de lata. Outubro de 1974.	318
Imagem 23. Cartaz do Seminário sobre Democratização do Ensino promovido pela Pró-UNEP; Tarjeta sobre a realização da Aldeia Internacional da Juventude, no verão de 1975.	320
Imagem 24. Notícia sobre Campanha de Alfabetização no Porto	324

Lista de Abreviaturas e Siglas

AAEE / AAES / AES/ AE – Associações de Estudantes, Associação de Estudantes
AAC – Associação Académica de Coimbra
AEESBAP – Associação de Estudantes da Escola de Belas Artes do Porto
AEFFUP – Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto
AEFMP/ AEFMUP – Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina do Porto
ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo
CC – Comité Central do Partido Comunista Português
CCP – Célula Comuna de Paris
CDE – Comissão Democrática Eleitoral
CDEP - Comissão Democrática dos Estudantes do Porto
CDI – Centro de Documentação e Informação sobre o Movimento Operário e Popular do Porto da Universidade Popular do Porto
CDP – Comissão Democrática do Porto
CE – Ciências da Educação
CELP - Círculo dos Estudantes Liceais do Porto
CEUD – Comissão Eleitoral de Unidade Democrática
CGTP-IN – Confederação Nacional dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional
CI – Comissão Instaladora
CIA – Comissão Inter Associações
CIAEFMP – Comissão Instaladora da Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina do Porto
CMLP – Comité Marxista-Leninista Português
COD – Congresso da Oposição Democrática
CPAELP – Comissão pró-Associativa dos Estudantes Liceais do Porto
CREC – Comités Revolucionários de Estudantes Comunistas
DGS – Direcção Geral de Segurança
DIA / DIAP – Departamento de Informação Associativo do Porto
DORN – Direcção da Organização Regional do Norte - Partido Comunista Português
DORP - Direcção da Organização Regional do Porto - Partido Comunista Português

EDE – Esquerda Democrática Estudantil
ENT – Estatuto Nacional do Trabalho
ESBAL – Escola Superior de Belas Artes de Lisboa
ESBAP – Escola Superior de Belas Artes do Porto
FAP – Frente de Acção Popular
FCUP – Faculdade de Ciências da Universidade do Porto
FEP – Faculdade de Economia do Porto
FEUP – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
FMUP – Faculdade de Medicina da Universidade do Porto
FNAT – Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho
FPCEUP – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto
ICBAS – Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar
IHC – Instituto de História Contemporânea
IIP – Instituto Industrial do Porto
IST – Instituto Superior Técnico
JEC – Juventude Escolar Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
MAEESL – Movimento Associativo dos Estudantes do Ensino Secundário de Lisboa
MDP/CDE – Movimento Democrático Português/ Comissão Democrática Eleitoral
MEN – Ministro da Educação Nacional
MFA – Movimento das Forças Armadas
MND – Movimento Nacional Democrático
MOD – Movimento da Oposição Democrática
MR – Mobilização de Recursos
MRPP – Movimento Reorganizativo do Proletariado Português
MUD - Movimento de Unidade Democrática
MUNAF – Movimento de Unidade Anti-Fascista
OCMLP – Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa
PACC – prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades
PCP – Partido Comunista Português
PCC – Partido Comunista Chinês
PCI - Propedêutica Comercial I

PCP-ML – Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista)

PCUS - Partido Comunista da União Soviética

PIDE - Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PIDE-DGS - Polícia Internacional e de Defesa do Estado - Direcção Geral de Segurança

PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado

RCC – Reunião Coordenadora Central das comissões de curso na Faculdade de Letras

RIA – Reunião Inter Associações

RGA – Reunião Geral de Alunos

RGC – Reunião Geral de Colaboradores

SAAL - Serviço de Apoio Ambulatório Local

SCE – Serviço Cívico Estudantil

SPGH - Sociedade Portuguesa de Genética Humana

SPRIE - Secretariado Provisório das Reuniões Inter Escolas

TE - Trabalhadores-estudantes

TEP – Teatro Experimental do Porto

TEUC – Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra

TMR – Teoria da Mobilização de Recursos

TUP – Teatro Universitário do Porto

UEC – União dos Estudantes Comunistas

UEC-ML – União dos Estudantes Comunistas – (marxista-leninista)

UNEF – União Nacional dos Estudantes Franceses

UNEP – União Nacional dos Estudantes Portugueses

UPP – Universidade Popular do Porto

USP – União dos Sindicatos do Porto

Introdução

A presente investigação, sobre as lutas estudantis do Porto nos últimos anos da ditadura, exigiu que se adotasse uma perspectiva multireferencial (Ardoino,1993) que permitisse analisar o tema a partir de diferentes referenciais teóricos e metodológicos. À partida, a sua inscrição no campo epistemológico heterogéneo das Ciências da Educação impunha, desde logo, o cruzar de fronteiras entre diferentes disciplinas. Mas não foi só dessa imposição de um campo em “permanente transgressão” (Antunes, Medina, Caramelo, Magalhães e Ferreira (Org.), 2019:8) que se sofreu influência. Também, e em particular, da complexidade dos fenómenos de mobilização coletiva em análise. Complexidade que deve ser compreendida não tanto como uma característica ou propriedade atribuída aos fenómenos em estudo, mas mais como uma hipótese de análise que se desenvolve sobre o movimento estudantil. Complexidade, neste contexto, significa que, para pensar e compreender o movimento estudantil, com os limites espaço-temporais definidos, assume-se que é mais útil procurar conhecer e descrever variadas facetas do movimento em contínua inter-relação, aspetos sociais e das estruturas sociais que influenciam e são influenciados pelo movimento e as perspetivas dos sujeitos sobre a realidade, também elas em movimento e em relação com tudo o resto (Ardoino, 1993). Mais do que procurar decompor a realidade social, procura-se conhecer o todo para entender as partes que o constituem (Ardoino, 1993).

Ao iniciar a investigação, de cujo desenvolvimento e resultados se procura dar conta nesta tese, havia uma vontade de reconstituir as lutas estudantis, durante os últimos anos da ditadura, no Porto, pouco tratadas na bibliografia de referência, o que apontou, desde logo, para o peso que a historiografia teria neste labor. Pretendia-se, em primeiro lugar, identificar e caracterizar os principais atores coletivos (associações, organismos, grupos), as suas reivindicações, as suas formas de organização e as principais ações por si realizadas, no período em estudo, entre 1968 e 1974. Em segundo lugar colocou-se a hipótese dessas organizações, com as suas reivindicações e ações, terem contribuído para transformações, que se sabia existirem, no campo educativo, após o 25 de Abril. É a partir destas duas linhas centrais de investigação: uma dedicada a fazer um levantamento histórico dos movimentos estudantis do Porto, e uma segunda que questiona esses movimentos na relação com o conjunto de transformações que se

verificaram no campo educativo após a Revolução do 25 de Abril, que começa a revelar-se a necessidade de um olhar que, além de multidisciplinar, é contextual. Quer isto dizer que, desde cedo, se revelou a impossibilidade de analisar o movimento estudantil isoladamente dos restantes fenómenos e fatores económicos, políticos e sociológicos e, particularmente, dos restantes movimentos de oposição ao regime. Ou, pelo menos, a impossibilidade de uma análise que se procura que seja rigorosa, ainda que incompleta, sendo estudada somente enquanto singularidade. Tal como Colin Barker (2008: s/p), entende-se que não é possível analisar o movimento estudantil sem analisar “os outros movimentos sociais, políticos e culturais” que ocorreram em paralelo.

Os movimentos estudantis não se desenvolveram em isolamento face a outros conflitos sociais. Os movimentos estudantis possuem dinâmicas específicas, resultado da sua composição social particular e do seu contexto de emergência, mas não são imunes às grandes tendências de desenvolvimento para as quais dão o seu próprio contributo.¹

Este entendimento traduz-se na necessidade de considerar o conjunto de movimentações de oposição à ditadura, seus atores, reivindicações e ações, assim como um olhar ao conjunto de conflitos sociais, no período em análise, de outros setores da população, procurando possíveis articulações com o movimento estudantil. Implica, também, a análise do contexto social, político, económico e cultural da sociedade portuguesa nos últimos anos da ditadura. Como se procurará sustentar, no presente trabalho, existiram fatores de desenvolvimento económico e social que influenciaram de forma significativa a mobilização estudantil para a contestação ao regime e a exigência de um novo sistema educativo.

Considera-se que o presente trabalho, como qualquer outro que se dedique à “ciência dos homens em movimento” (Bloch,1965:31), não tem como objetivos fixar o conhecimento produzido, tornando-o imutável. Isto é assim, não porque se considere que a história se altera consoante as transformações do presente, mas porque o corpo

¹ Colin Barker, 2008: s/p (tradução livre). Student movements do not develop in isolation from wider social conflicts. To be sure, they may possess their own specific dynamics, as a product of their particular social composition and the situations of their emergence. But they are anything but immune to larger tendencies of development, to which they make their own contribution.

de evidências (as fontes) pode ser aumentado ou refutado. Acompanha-se a afirmação de Marc Bloch (1965:55), quando este defende que “o passado, é por definição, um dado que coisa alguma pode modificar”, ainda que o seu conhecimento seja “coisa que ininterruptamente se transforma e se aperfeiçoa”. Isto leva-nos, inevitavelmente, à discussão sobre as fontes disponíveis para o estudo do movimento estudantil durante os últimos anos do fascismo em Portugal.

Idealmente, os organismos estudantis em funcionamento, à altura, teriam originado arquivos da sua documentação, mas tal não se verifica. O funcionamento das associações de estudantes e outras organizações, no período em estudo, foi profundamente condicionado pelas circunstâncias repressivas existentes, o que se traduziu em práticas organizativas conspirativas que, amiúde, aconselhavam à não preservação documental. A ausência de um reconhecimento institucional das associações de estudantes, no Porto, fez com que funcionassem num regime de semilegalidade, geralmente sem instalações próprias, e com tempos e espaços difusos. Também a renovação regular dos seus dirigentes, forçada pela perseguição política, mas também pela própria condição de estudante e do período relativamente curto de frequência escolar e universitária, condicionou a preservação arquivística.

Apesar dos cursos no período da ditadura terem uma duração mais longa do que nos dias atuais, a verdade é que diversos motivos contribuía para estadias curtas nas instituições. Os estudantes de Engenharia, por exemplo, faziam dois anos preparatórios nas faculdades de ciências e depois seguiam para as faculdades de engenharia, para realizar os últimos anos². Muitos estudantes, de diferentes áreas científicas (Letras e Humanidades, Arquitetura...), logo no segundo ou terceiro ano de faculdade, começavam a trabalhar. Muitos foram professores nos liceus, outros trabalharam como revisores e ajudantes em jornais, outros como cobradores de vários serviços públicos. Ao perderem contacto diário com os colegas e as faculdades, levaram consigo um conjunto de documentação produzida pelas estruturas associativas em que participaram, e alguns puderam preservar essa documentação e outros não.

Não é comum encontrar, nas sedes das associações de estudantes do Porto, arquivos organizados sobre a sua atividade durante a ditadura. Tal situação verifica-se

² Apenas a partir de 1971. Antes de 1971, os cursos de Engenharia tinham seis anos, três realizados na Faculdade de Ciências e três na Faculdade de Engenharia.

por todos os motivos atrás descritos, mas também porque o movimento estudantil associativo sofreu várias ruturas após a revolução que, em muitos casos, implicaram destruição de documentos.

Na realidade, a rutura não diz respeito apenas à preservação arquivística, ela dá-se com a própria história das associações. A incapacidade de o movimento associativo estudantil manter uma relação de contiguidade com a sua atividade anterior pode ser atribuída à alteração permanente e rápida dos seus dirigentes, mas também à sua própria condição orgânica e meios disponíveis (Namorado, 1972; Bebiano, 2003). Não é incomum verificar-se, de um ano letivo para o seguinte, que todos os membros da direção de uma associação são substituídos por outros. Esta realidade faz com que as associações estudantis sejam marcadas por hiatos de memória que se vão repetindo regularmente, ao longo do tempo. Trata-se de organizações que, ao contrário de outras, vêem o seu corpo de associados³ alterado significativamente todos os anos. Todos os anos têm como novos associados os novos estudantes e, da mesma forma, todos os anos perdem associados que são os estudantes que deixam a faculdade e se graduam.

Após o 25 de Abril todas as associações de estudantes foram legalizadas e viram-se dotadas de um conjunto de meios. Desde logo, instalações próprias dentro das faculdades, mas também outro tipo de apoios financeiros, atribuídos pelo Estado e pelas faculdades. Muitas associações geriram e continuam a gerir os bares e papelarias das faculdades. Passaram a ser organizações com um papel institucional mais relevante na vida da faculdade e aprovaram estatutos próprios, que inauguraram um novo período na vida destas associações. A maioria destas passou a assumir como data da sua criação a data de publicação dos seus estatutos, após o 25 de Abril, obliterando desta forma períodos importantes da sua história.

Atualmente, das seis faculdades da Universidade do Porto (com existência anterior ao 25 de Abril), apenas duas associações de estudantes fazem referência à sua

³ O regime jurídico do associativismo jovem, Lei n.º 23/2006, estabelece que são associados das AES os estudantes que se inscrevam como tal, de acordo com os estatutos de cada associação. Na maioria das associações de estudantes, os estatutos regulamentam que todos os estudantes inscritos num grau de ensino da escola/faculdade são automaticamente associados, a menos que manifestem por escrito a sua vontade em contrário. Ao contrário do que se verifica no mundo do trabalho (onde podem existir vários sindicatos representativos dos trabalhadores de uma só empresa), nas AES mantém-se o princípio de unicidade. A lei estabelece que apenas uma associação por estabelecimento possa ser reconhecida.

atividade durante a ditadura⁴, apesar de nas seis faculdades existir associação antes do 25 de Abril, ainda que não legalizada (apenas na Faculdade de Farmácia a associação era reconhecida). A Associação de Estudantes da Faculdade de Economia, no seu site oficial, indica que a associação tem raízes em 1964 e a Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia⁵ indica, como data de criação, 23 de fevereiro de 1929, e evoca brevemente a sua ação durante o fascismo.

Outras fontes, que incluem informação sobre a ação estudantil, podem hoje ser consultadas, como, por exemplo, os arquivos dos órgãos de direção e gestão das faculdades, os arquivos da polícia política ou a imprensa da época. Mas, em todos estes arquivos, há que considerar o seu contexto de produção. Todas as fontes dependem do seu contexto e todas elas são produzidas a partir de um lugar que é influenciado por questões económicas, sociais, culturais e políticas. Os arquivos institucionais não são exceção, e os arquivos da polícia política ou dos senados universitários e conselhos escolares desse período, sendo importantes na análise do presente tema, comportam deficiências, seja por omissão ou deturpação. Nas atas do senado da Universidade do Porto, verifica-se, por exemplo, que no período em análise, a contestação estudantil é muitas vezes retratada como sendo resultado da ação subversiva e desestabilizadora de grupos externos à academia; a contestação aparece como um fator negativo, na leitura daqueles que, mais ou menos coniventes com o regime, tinham uma instituição para governar⁶. Já a imprensa, ainda que constitua um recurso importante, também comporta insuficiências, desde logo pela sua sujeição à censura prévia e a impossibilidade de noticiar ações de contestação ou de as noticiar com a devida dimensão. Na presente pesquisa, optou-se por considerar duas fontes principais: documentação escrita produzida por estruturas associativas estudantis e testemunhos orais de ativistas e participantes nas ações que se procurava conhecer. Para um aprofundamento necessário de algum assunto, acedeu-se ainda a arquivos da PIDE

⁴ Informação consultada nos sites oficiais das associações de estudantes da Universidade do Porto.

⁵ A AEFUP foi durante toda a ditadura a única associação do Porto legalizada.

⁶ O trabalho de Cândido dos Santos (2011), *História da Universidade do Porto*, retrata alguns exemplos do que aqui se sustenta. Também na tese de mestrado de João Moreira (2010), se podem encontrar exemplos.

preservados no Arquivo Nacional Torre do Tombo, ao jornal Avante! e ao boletim Militante⁷.

É possível ainda, atualmente, encontrar um conjunto de dirigentes estudantis, que participaram em associações de estudantes de diferentes faculdades da Universidade do Porto e liceus, e que podem testemunhar acerca da sua experiência antes do 25 de Abril e durante a Revolução. Estes antigos dirigentes associativos podem falar sobre as reivindicações do movimento estudantil, relatar as lutas travadas, a repressão vivenciada e a forma como viveram o 25 de Abril e as transformações no ensino então operadas. Recolher estes testemunhos e memórias, e preservá-los, permite contribuir para uma visão histórica mais abrangente sobre o movimento estudantil, particularmente sobre o movimento estudantil do Porto.

A recolha de testemunhos orais permite aceder a um conjunto de informações significativas, pela voz dos protagonistas e implicados, que assumem uma importância determinante para outra compreensão dos acontecimentos, “os passos que levaram a que certas decisões fossem tomadas, as diferenças de opinião, as intenções, as emoções, as relações sociais estabelecidas, as motivações, a forma como os acontecimentos foram vivenciados e sentidos pelas pessoas, as subjectividades em presença” (Medina, 2008:65,66). São elementos que estão ausentes do documento escrito e que permitem compreender a história de forma mais ampla do que aquela que é possível traçar a partir das fontes históricas tradicionais.

Um programa eleitoral de uma lista a uma associação de estudantes pode indicar-nos os nomes dos estudantes candidatos, o seu plano de atividades, as suas reivindicações, a leitura que fazem do estado da educação e do ensino superior, mas não nos permite conhecer como decidiram, como produziram o programa, onde o imprimiram, onde o distribuíram, qual era a reação dos colegas, etc.

Muitos ativistas do período em estudo mantêm em sua posse um conjunto diversificado de documentos produzidos por diferentes associações e organizações de

⁷ A opção pela inclusão de informações presentes nestas duas publicações periódicas (Avante! e Militante.) deve-se tanto à sua disponibilidade online na totalidade (o que permitiu confrontar diferentes números), como a cedência, por vários entrevistados de números clandestinos que guardaram nos seus arquivos particulares, aos quais atribuem grande importância e significado. De facto, em comparação com outras publicações de organizações político-partidárias clandestinas, o jornal Avante! e o Militante são as únicas publicações que podem ser consultadas integralmente a partir do sítio na internet, tendo sido o acesso até há bem pouco tempo, totalmente gratuito.

estudantes, cuja pertinência para a análise das diferentes expressões do movimento estudantil é importante. A recolha e preservação destes documentos, que realizamos, permitiu a constituição, de raiz, de um arquivo documental sobre o movimento estudantil do Porto que permanecerá para além desta investigação. O desenvolvimento da pesquisa permitiu identificar mais de 1000 documentos escritos em arquivos particulares de ativistas e proceder à digitalização, tratamento e análise aprofundada de 714 destes documentos.

Foi, ainda possível entrevistar 25 ativistas estudantis do Porto. As entrevistas foram realizadas em formato áudio e vídeo, transcritas e devolvidas aos entrevistados para revisão. O cruzamento dos documentos escritos identificados, tratados e introduzidos em base de dados, com as entrevistas a ativistas estudantis permitiu ainda construir uma cronologia de acontecimentos sobre o movimento estudantil do Porto, e fazer um retrato mais completo dos acontecimentos, a partir de uma perspetiva dos próprios protagonistas.

Um «olhar» das ciências da educação sobre as lutas estudantis, no âmbito dos objetivos formulados neste trabalho de investigação, implica três níveis de análise: um nível sócio histórico, presente no objetivo da reconstituição histórica das lutas estudantis, através da identificação dos acontecimentos, da forma como se desenvolveram e dos seus intervenientes; um nível sociológico e educativo, presente no objetivo de compreender como a ação dos estudantes se articulou com as transformações do campo educativo; e um nível predominantemente educativo, que diz respeito à compreensão da participação social e política dos ativistas, como elemento estruturante de processos amplos de formação e transformação individuais e coletivos.

Procurou-se assim, com o desenvolvimento deste trabalho, contribuir não só para o aprofundamento do conhecimento histórico das lutas estudantis, enquanto elemento determinante no campo da história da educação, mas também para o aprofundamento do conhecimento em torno de como a ação coletiva dos estudantes contribuiu para o desenvolvimento de transformações nas organizações e políticas educativas. E, por fim, o aprofundamento do conhecimento em torno dos processos de educação informal no âmbito da constituição e ação de movimentos de estudantes.

Ainda que, no campo da história da educação, se tenham rompido os limites do estudo e análise do pensamento educativo e práticas pedagógicas e, atualmente, se

possam encontrar diferentes pesquisas que se enquadram no que Margarida Felgueiras (2008:496) denomina de “História Social da Educação”, “centrada em processos coletivos e que compreendem diferentes temporalidades e atores” (Antunes, Medina, Caramelo, 2021:204), os estudantes, as suas vivências, práticas e quotidianos, parecem estar, em larga medida, ausentes da disciplina.

Não raras vezes, a história das instituições educativas está mais centrada nas figuras de diretores e reitores das instituições e na caracterização dos seus mandatos, assim como do corpo docente; a caracterização de edifícios e sua evolução; a descrição do movimento entre legislação e políticas educativas e a sua receção e aplicação pelas instituições, entre outros elementos que não dizem diretamente respeito ao corpo estudantil⁸.

Não obstante todas as mudanças que se verificam e que tendem para a maior valorização da experiência estudantil, na hierarquia das escolas e faculdades, os estudantes ocupam um papel de menor preponderância. Talvez esta seja uma realidade difícil de contornar, tanto devido à condição efémera de estudante, como às características do tempo de juventude e, ainda, devido às estruturas e funcionamento do sistema educativo, concebido como serviço público, em grande medida, padronizado para responder às grandes massas que o frequentam.

Ainda assim, a compreensão e estudo da experiência do estudante, das suas vivências, das suas organizações coletivas, é fundamental para “a compreensão do educativo, da evolução das políticas, das práticas e dos métodos, para a caracterização das instituições, das ideias pedagógicas, e também dos processos de aprendizagem” (Antunes, Medina, Caramelo, 2021: 204).

Num tempo que alguns autores têm caracterizado como de fragmentação social e de individualização (Hespanha, 2002; Sennett, 2001), marcado pela ausência de grandes narrativas unificadoras, o interesse em conhecer as lutas, os percursos, reivindicações, características, dimensões educativas e transformadoras do movimento de resistência e luta dos estudantes durante a ditadura portuguesa, aparece renovado,

⁸ A este respeito veja-se a título de exemplo, o trabalho *História da Universidade do Porto* (2011), de Cândido dos Santos, ou *Récita do Liceu O Liceu Rodrigues de Freitas/D. Manuel II no Estado Novo* (2016), de Luís Grosso Correia, contributos muito significativos no âmbito da História da Educação, mas que não esgotam as possibilidades de análise em torno da história destas instituições.

designadamente quando a sua existência histórica é comumente desconhecida pelas atuais gerações de estudantes. Parece ainda que, após mais de dois anos de uma resposta global a uma pandemia, que levou a isolamentos e restrições colocadas à vida coletiva, o tempo de fragmentação social e individualização poderá ter sido profundamente acelerado.

Diferentes autores têm utilizado, genericamente, a designação movimento estudantil para se referirem às lutas estudantis e suas organizações, no período da ditadura (Namorado, 1972; Garrido, 1996; Ferreira, 1999; Proença; 1999; Cruzeiro & Bebiano, 2006; Bebiano & Estanque, 2007), mas importa considerar que a maioria dos trabalhos se refere explicitamente ao movimento associativo estudantil universitário e liceal e não a outro tipo de organizações de jovens estudantes (partidárias, recreativas ou religiosas), até porque, “de facto, foi sobretudo à volta das Associações de Estudantes que se organizou o movimento estudantil” durante o período da ditadura e, particularmente, a partir do anos de 1950 e até 1974 (Ferreira, 1999:185). No caso do presente estudo, e como o seu objeto são as lutas estudantis durante um período determinado, procurou-se conhecer as principais estruturas e modos de funcionamento em torno das quais os estudantes se organizaram, fossem elas estruturas associativas de cada escola/ faculdade, fossem outro tipo de estruturas, como por exemplo a União dos Estudantes Comunistas (UEC), a União dos Estudantes Comunistas - Marxista Leninista (UEC-ML) ou a Juventude Universitária Católica (JUC), entre muitas outras. Ainda que os objetivos deste trabalho não sejam fazer a história destas organizações, a compreensão do papel que estas estruturas tiveram nas lutas estudantis é necessariamente relevante.

Existe uma lacuna no estudo sobre o movimento estudantil do Porto durante a ditadura, nomeadamente sobre o período que medeia entre a crise académica de 1969 e a Revolução do 25 de Abril, bem como sobre a dimensão educativa da participação (Medina, 2008; Lima, 2003; Arroyo, 2003; Gohn, 2012), e os processos de consciencialização social e política de milhares de estudantes, resultantes das reivindicações e lutas desenvolvidas (Medina, 2008). Do mesmo modo, não tem sido analisada a influência de reivindicações marcantes do movimento estudantil em torno da democratização do ensino e do papel social da Universidade (Medina, 2008) nas transformações que se verificaram ao nível da educação após a revolução de Abril,

análise essa que é fundamental para compreender a realidade educativa atual e o modo como se têm configurado as ideologias educativas que vêm estruturando a educação em Portugal (Correia, 1999). Assim, a presente investigação assume como principais objetivos:

1. contribuir para um maior conhecimento da história do movimento estudantil no Porto, enquanto elemento integrante da história da educação em Portugal;
2. contribuir para a preservação de uma memória social e coletiva dos processos de mobilização estudantil, tendo por base o testemunho de alguns dos seus protagonistas e documentos do movimento estudantil;
3. identificar e analisar as principais reivindicações educativas, sociais e políticas e as lutas desenvolvidas pelo movimento estudantil no Porto, nos últimos anos da ditadura;
4. caracterizar os principais grupos com intervenção no movimento estudantil do Porto, entre 1968 e 1974;
5. compreender como a reconfiguração do campo educativo após o 25 de Abril integrou as reivindicações e propostas do movimento estudantil;
6. identificar motivações para a participação no movimento estudantil dos seus ativistas e sentidos atribuídos à participação;
7. analisar dimensões educativas do movimento estudantil e a sua importância no desenvolvimento de processos de consciencialização social e política entre os estudantes;

O interesse na investigação sobre as lutas estudantis – percurso pessoal na construção de uma problemática de investigação em educação.

A motivação para o desenvolvimento de um projeto de investigação sobre o movimento estudantil, durante o período da ditadura portuguesa, tem necessariamente origem no meu percurso pessoal e académico. Enquanto estudante da licenciatura em Educação Social, da Escola Superior de Educação do Porto, assumi responsabilidades como presidente da Associação de Estudantes em dois mandatos (2012-2013/2013-2014), tendo estado, durante esse período, profundamente implicada na vida associativa do ensino superior. Enquanto dirigente associativa estudantil fui confrontada com as possibilidades, obstáculos e limites relativos à participação estudantil na vida escolar e na política educativa, assim como com diferentes formas e diferentes níveis de participação social e com as respetivas aprendizagens significativas daí decorrentes. Desse período recorro as manifestações nacionais realizadas contra as propinas, por mais e melhor ação social escolar, contra os cortes no financiamento do ensino superior, e pela reposição do passe escolar. Recorro, em particular, as ações que juntaram as Escolas Superiores de Educação contra as afirmações do Ministro da Educação Nuno Crato, na RTP, num período de grande contestação e mesmo de boicote à Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades – PACC, dos professores. A 18 de dezembro de 2013, Nuno Crato afirmava, em entrevista, a existência de graus de exigência muito diferentes nas Universidades e nas Escolas Superiores de Educação e a existência de várias falhas na formação dos professores, lançando publicamente a dúvida sobre a qualidade da formação dos professores licenciados nas ESE. Na ESE do Porto, a presidência da escola, em conjunto com professores, a Associação de Estudantes e outros grupos académicos, fazia uma paragem das atividades letivas, no dia 26 de março de 2014, de repúdio pelas declarações do ministro, mas também contra os cortes no financiamento do ensino superior.

Este foi um tempo pessoal que me conduziu à necessidade de trabalhar coletivamente e negociar consecutivamente, enquanto procurava, com os meus colegas dirigentes associativos, mobilizar e incentivar outros estudantes para a participação associativa. O período da minha licenciatura, e do meu envolvimento no movimento associativo estudantil, foi um período coincidente, quase na totalidade, com o período de implementação das condições associadas ao resgate financeiro a Portugal, por parte

do Fundo Monetário Internacional. Foi o período da austeridade, dos cortes, da troika, da asfixia económica de diferentes setores da população portuguesa. Por essa altura, na associação de estudantes, fomos confrontados com as dificuldades económicas crescentes dos estudantes, o abandono do ensino superior, a emigração de colegas já licenciados ou que interrompiam a frequência do curso, as dificuldades orçamentais da escola e as novas medidas lesivas para os estudantes que pareciam ser anunciadas a cada dia. Procurávamos discutir com os colegas a origem, em opções políticas, das dificuldades diárias que atravessávamos, enquanto tentávamos fazer o melhor possível para diminuir os impactos dessas dificuldades.

Estas experiências pessoais, em conjunto com outras igualmente relevantes, resultaram não só num fascínio pela organização estudantil e pelo seu papel na definição e redefinição do ensino e da política educativa, como numa sensibilidade particular para a leitura de processos de construção coletiva de interpretações e posições políticas.

Mas a vontade de desenvolver um projeto de investigação sobre o movimento estudantil durante a ditadura portuguesa, e em particular sobre o movimento estudantil no Porto, durante os últimos anos da ditadura e no período do 25 de Abril, está ligada de forma mais concreta ao percurso realizado no mestrado em Ciências da Educação - CE, na FPCEUP, e o estágio realizado na Universidade Popular do Porto (UPP)⁹, particularmente do trabalho desenvolvido no Centro de Documentação e Informação sobre o movimento operário e popular do Porto (CDI) desta instituição.

O CDI da UPP foi criado a partir de 2001, integrado na iniciativa Porto, Capital Europeia da Cultura, no quadro do desenvolvimento de dois projetos. Um, dedicado a recolher testemunhos orais de trabalhadores e trabalhadoras da cidade, em especial pessoas com envolvimento no movimento operário e sindical, mas também em outro tipo de movimento associativo e, um segundo projeto, com o objetivo de, em parceria com sindicatos da CGTP-IN, identificar, inventariar e contribuir para a preservação dos arquivos destas organizações. O desenvolvimento destes projetos originou os recursos, hoje disponíveis no CDI e em torno dos quais se trabalhou no âmbito do mestrado em

⁹ O trabalho desenvolvido no estágio assim como o relatório final foi realizado sob orientação da Professora Doutora Teresa Medina.

CE. Trata-se de mais de 90 entrevistas¹⁰ realizadas numa lógica de história de vida e que narram experiências de trabalho e de participação cívica, social e política ocorridas maioritariamente durante a ditadura e até aos anos de 1990, de um conjunto de documentação digitalizada dos arquivos sindicais das entidades parceiras do projeto e de uma cronologia de acontecimentos sociais e políticos ¹¹.

A constituição do CDI da UPP foi profundamente influenciada pela história oral, o que me permitiu contactar com esta metodologia e com o potencial presente do testemunho oral para a investigação científica, social, histórica e educativa.

Noutra dimensão, o contacto com as histórias de vida preservadas pelo CDI, permitiu-me conhecer melhor traços da ditadura portuguesa e histórias de resistência antifascista na cidade do Porto, que desconhecia. No decorrer do projeto educativo que se desenvolveu a partir do CDI, fui tendo maior consciência da violência da polícia política, da tortura feroz sofrida por opositores ao regime, de diferentes dimensões, e da amplitude da pobreza em que viveu uma parte muito significativa da população portuguesa durante a maior parte do século XX. Fui ao mesmo tempo percebendo “um esvaziamento dos traços mais marcantes da ditadura em Portugal e, essencialmente, do que significou a Revolução de Abril” (Antunes, 2016:74), designadamente no contexto da escolaridade obrigatória. A partir de um exercício de análise a dois manuais escolares de História, do 9.º e 12.º anos de escolaridade, adotados no ano letivo 2015-2016, em escolas da cidade do Porto, concluiu-se pela existência de um conjunto de ocultações e distorções da história da ditadura. Estas ocultações e distorções verificavam-se, por exemplo, através da disseminação da informação oficial do regime, sem qualquer problematização, utilizando como fontes apenas documentos oficiais, discursos e entrevistas com Salazar e outros membros dos Governos, disseminando uma visão de enaltecimento do equilíbrio da balança comercial no período da ditadura, dos valores morais inculcados ou as vantagens do corporativismo como forma de organização económico-social. Em geral, traduziam-se numa visão genericamente suavizada do significado, para a maioria da população, de 48 anos de ditadura (Antunes, 2016).

¹⁰ O CDI da UPP integra mais de 90 histórias de vida em formato vídeo, áudio, com transcrição completa e resumo, mas no âmbito do estágio desenvolvido só foi possível analisar 60 destas entrevistas.

¹¹ <https://cdi.upp.pt/cgi-bin/cronologia.py?ano=1921>

O estágio, e todo o trabalho com o CDI, permitiu ainda o confronto com uma “tendência para a desmemória” relativa às lutas estudantis no período do fascismo, de que fala Rui Bebiano (2003:152):

(...) no estudo das agitações estudantis deparamos sistematicamente com uma situação paradoxal. Se, por um lado, elas constituem um dos mais antigos movimentos sociais, sem dúvida fundamental na definição histórica dos equilíbrios verificados dentro dos diferentes espaços universitários e na evolução das estruturas políticas de numerosos países, por outro afirmam-se quase sempre de acordo com processos que tendem a desconsiderar o alcance das experiências antecedentes... (...) Semelhante amnésia detecta-se também no desenvolvimento das movimentações desta natureza que tiveram ou têm lugar em Portugal, e na grande dificuldade em integrá-las numa relação de contiguidade, apoiada na reminiscência que vão mantendo do papel desempenhado por aquelas que as precederam.

(Bebiano, 2003:151,152)

A ausência de memória histórica das lutas estudantis, desenvolvidas durante a ditadura, e que se verifica no contexto do ensino superior atual, acaba por significar prejuízos na atuação das Associações de Estudantes na atualidade que, em geral, o fazem num quadro de rutura e descontinuidade com o passado e a sua própria história.

Ainda no âmbito do trabalho desenvolvido durante o estágio, e no quadro de uma parceria entre a UPP e a Associação de Estudantes de Medicina (AEFMUP), realizou-se um debate, em 2016, nessa faculdade, que contou com a presença de antigos e atuais dirigentes da AEFMUP. A iniciativa teve como ponto de partida alguns documentos sobre o movimento estudantil que integram o arquivo do CDI e que foram cedidos, ao longo dos anos, por entrevistados, associados e amigos da UPP, e documentos do arquivo particular de António Dias, ativista da AEFMUP no início da década de 70. Na discussão que ali se desenrolou ficou clara a existência de uma rutura no conhecimento histórico sobre a estruturação da própria faculdade, da estruturação do curso de medicina e de questões pedagógicas. O diálogo intergeracional proporcionado permitiu identificar paralelismos entre os problemas que se colocam atualmente aos estudantes (materiais, curriculares, pedagógicos, etc.) e os discutidos pelos estudantes de outrora,

apesar das diferenças substantivas entre os dias de hoje e a sociedade portuguesa de há 50 anos.

Do contacto com estes documentos, identificaram-se também lutas estudantis desenvolvidas no Porto, no período entre 1968 e 1974, ausentes de tratamento historiográfico, designadamente: movimentações nos liceus e faculdades pela legalização das Associações de Estudantes e contra a repressão; a luta realizada pelos estudantes contra a realização do I Festival de Coros Universitários, em 1973; as lutas na Faculdade de Medicina por motivos pedagógicos e a organização de delegações de estudantes, por ano de curso, para discussão de problemas concretos das disciplinas; as sucessivas intervenções da polícia na Faculdade de Medicina e o encerramento da AEFMUP pela polícia (Antunes, 2016).

Esta identificação, a par do confronto com um movimento de «revisão histórico» (Loff, 2008; Soutelo, 2014)¹² latente na sociedade portuguesa sobre a ditadura e a revolução, desencadearam uma disposição pessoal para encetar um processo de construção de um objeto de investigação, em torno das lutas estudantis, em especial centrado no Porto, no período pouco tratado que é o período que se segue à crise académica de 1969 e que vai até à Revolução de Abril.

Ciente que a história, como aponta Traverso (2012:40), não se pode constituir como campo de produção de conhecimento de costas voltadas à memória, pois memória e história são domínios distintos, mas interdependentes, cuja interação cria “um campo de tensões no interior do qual se escreve a história”, a motivação para um trabalho centrado nas lutas estudantis passa também pela consciência da necessidade de dar visibilidade a uma memória dessas lutas a partir dos testemunhos daqueles que nelas participaram, e que vivenciaram um conjunto de acontecimentos que não é possível conhecer de outra forma.

¹² Luciana Soutelo (2014:52) considera que se verifica em Portugal desde os anos 80, um fenómeno social de «revisão histórico» que se caracteriza genericamente por três frentes: o branqueamento da ditadura, apontando para a “revolução desnecessária”, a condenação da revolução a partir de uma visão de “dérapage à portuguesa” condenatória do movimento popular pós revolução e apoiada na tese da associação do período revolucionário contrário à democracia e por fim a “revolução como desastre” associada à descolonização e à “legitimação da guerra colonial”.

Também Manuel Loff, que engloba o regime português ao lado do de Franco, em Espanha, naquilo que designa por «galáxia eurofascista» (Loff, 2008), aponta para a existência de um movimento de «revisão histórico» sobre a ditadura e a revolução que tende a minorizar e a branquear a ação do fascismo, em Portugal, desde os anos 80, e que a partir dos anos 90, contribui para transformar o passado “em campo de batalha político cultural” (Loff, 2014:87).

Por outro lado, conhecendo algumas das profundas alterações no campo educativo após a Revolução de Abril, designadamente a unificação do ensino secundário, a massificação do acesso à universidade, a democratização da gestão da universidade e das escolas, com a participação de estudantes nos órgãos, a profunda alteração das estruturas curriculares e do próprio desenho organizativo da estrutura do ensino superior e secundário, foi-se desenhando uma vontade de analisar e compreender em que medida estas transformações se articularam com as lutas e reivindicações dos estudantes durante os últimos anos da ditadura.

Estrutura da tese

A presente tese organiza-se em seis capítulos essenciais. No primeiro capítulo - *Lugares de partida para uma análise multireferencial* – procuramos esclarecer as referências teóricas que enformam a pesquisa, designadamente sobre como têm sido tratadas as questões da ação coletiva de contestação e dos movimentos sociais, procurando concretizar como os movimentos estudantis, desenvolvidos em várias partes do mundo, nos longos anos 60, influenciaram o desenvolvimento das ciências sociais. Enumeram-se e descrevem-se alguns conceitos importantes para a compreensão do movimento estudantil português, no período em estudo, já formulados por diferentes disciplinas e procura-se ainda fundamentar a opção de utilização de alguns conceitos e categorias do marxismo «clássico» que se consideram pertinentes para o presente estudo. Realiza-se uma breve contextualização sócio histórica de aspetos da realidade social portuguesa no período da ditadura fascista. Procede-se de forma breve à descrição de aspetos da caracterização do ensino secundário e superior, e da oposição ao regime, a partir de três dimensões: movimentos de oposição; movimento dos trabalhadores e movimento estudantil, procurando, sobre esta última dimensão, descrever algumas lutas estudantis desenvolvidas até 1968 nas diferentes academias do país. Finalmente procura-se enumerar alguns dos principais trabalhos já realizados sobre os temas em estudo. Não se tendo a pretensão de descrever exaustivamente todos os contributos já existentes, procura-se enumerar principalmente aqueles que se considerou mais relevantes para a realização da investigação e escrita final da tese.

O segundo capítulo - *Itinerários da pesquisa* - trata do enquadramento metodológico da pesquisa. Neste ponto procura-se descrever as principais influências metodológicas e opções tomadas no desenho e concretização da investigação, e o desenvolvimento da pesquisa. Encontrar-se-á ainda neste ponto referência ao campo metodológico da história oral, procurando esclarecer como este foi importante no desenvolvimento deste trabalho.

No terceiro capítulo – O Movimento estudantil do Porto – procura-se descrever aspetos da participação social e política dos estudantes do Porto, analisando os

diferentes níveis verificados dessa mesma participação. Caracterizam-se as principais correntes político partidárias com intervenção no movimento associativo estudantil do Porto e avança-se na descrição de aspetos da organização associativa estudantil, tais como a coordenação inter associativa ou o papel da participação em outras associações não académicas.

O quarto capítulo – Lutas estudantis na Universidade e Liceus do Porto – procura caracterizar e analisar as lutas estudantis, desenvolvidas no Porto, no período em estudo. Como se verá neste capítulo, a ação estudantil tem uma dinâmica que se estende muito para além dos acontecimentos retratados nesta tese, com iniciativas próprias, publicação de comunicados e periódicos e participação em ações da oposição democráticas com uma regularidade quase diária. Procura-se dar conta da dimensão global deste movimento, ainda que descrevendo mais profundamente alguns acontecimentos específicos. Esta descrição mais pormenorizada de determinados momentos e acontecimentos prende-se com a maior disponibilidade de informação, a maior relevância que lhe é dada pelos entrevistados, mas também a necessidade de dar visibilidade neste trabalho a alguns episódios históricos, momentos extraordinários da vida e luta social ocorridos durante o fascismo e, em geral, desconhecidos.

No quinto capítulo – Forças inimagináveis para construir um país novo - descrevem-se transformações no campo educativo no período imediato ao 25 de Abril, e procura-se responder à questão da investigação sobre que articulações se verificaram entre a ação estudantil antes da revolução e as transformações educativas após o 25 de Abril.

O sexto e último capítulo – Uma cultura antifascista que permanece - procura descrever e caracterizar algumas das marcas e referências de uma cultura sócio política e artística que permitem compreender melhor o contexto vivido e aprendizagens realizadas a partir da participação social e política, no período analisado.

Nas considerações finais procura-se resumir os principais resultados da investigação, apontar aspetos (cujo estudo revelou potencial de maior desenvolvimento e que abrem possibilidades de investigações futura), e discutir a análise educativa e sociológica presente ao longo da tese.

Capítulo I. Lugares de partida para uma análise multireferencial

1.1. Contestação estudantil, ação coletiva e movimentos sociais

O campo da produção científica sobre ação coletiva e movimentos sociais é um campo muito extenso e difuso. Tentar desenhar-lhe limites e descrever principais paradigmas de análise é uma tarefa hercúlea que excede em muito as possibilidades da presente investigação. Apenas a descrição do conjunto de propostas teóricas e metodológicas de análise à ação dos movimentos sociais constituiria por si só matéria de investigação própria. Não obstante, e assumindo o risco da presente tentativa ser superficial, parece-nos relevante mobilizar algumas explicações já avançadas para a ação estudantil em diferentes partes do mundo, descrever algumas linhas principais de análise dos movimentos sociais, procurando sumariar influências teóricas no desenvolvimento do presente estudo e identificar posicionamentos que se assumiram.

Os longos anos 60 (expressão cunhada por Arthur Marwick¹³) referem-se a um período de crescimento económico e desenvolvimento social pós-guerra que permitiu alterações profundas na vida quotidiana de milhões de pessoas. O aumento da capacidade produtiva no mundo «desenvolvido» permitiu não só uma evolução tecnológica sem precedentes como o alargamento do consumo a novas camadas sociais e a formulação de novas necessidades sociais, culturais e políticas (Hobsbawm, 1997). A guerra fria e o clima de competição entre dois pólos ideologicamente divergentes potenciou o desenvolvimento produtivo e cultural. Este contexto mundial abriu portas à descolonização da maior parte do mundo africano, na década de 1960. Nos Estados Unidos, o *Movimento dos Direitos Cívicos* abalou profundamente a estrutura institucional racista do país, conseguindo o direito de voto para os negros, em 1964, num confronto violento que se arrastou por largos anos e tirou a vida a ativistas e cidadãos negros, designadamente os sobejamente conhecidos ícones do movimento, Malcolm X e Martin Luther King. A Revolução Cubana, em 1959, e as figuras de Fidel Castro e Che Guevara, prenderam a atenção do mundo e forneceram à juventude novas figuras simbólicas de

¹³ Marwick, Arthur (1998). *The Sixties: Cultural Revolution in Britain, France, Italy, and the United States, c.1958–c.1974*.

culto. Em 4 de Outubro de 1957 foi lançado o Sputnik 1, o primeiro satélite artificial do planeta. Pela primeira vez, apenas doze anos mais tarde, em 1969, o homem pisava a Lua e milhões de seres humanos acompanhavam «o pequeno passo para o homem, um passo gigante para a humanidade», na caixinha mágica que viria a transformar para sempre a vida das pessoas, a televisão.

Na maior parte dos países da Europa Ocidental e no Japão, o período pós 2.ª Guerra Mundial foi um período de reconstrução, de expansão produtiva e de crescimento económico, tendo ficado conhecido por expressões como «os trinta gloriosos anos» ou «era de ouro». O surto económico de crescimento que se fez sentir, especialmente a partir dos anos 50, num contexto em que as duas grandes potências emergidas da Guerra, a URSS e os EUA, competem entre si pela influência mundial, levou a uma certa euforia e crença na possibilidade de manutenção indefinida do crescimento das economias (Caramelo, 2010; Hobsbawm, 1997). A ideia da possibilidade de uma sociedade de pleno emprego atingiu o seu auge na década de 60, quando na Europa a taxa média de desemprego se fixou nos 1,5%. Evidentemente, o fenómeno mundial da «era de ouro» manteve as discrepâncias na qualidade de vida entre as populações de diferentes países. A riqueza produzida e o aumento qualitativo das condições de vida não chegavam à maioria da população do mundo, as expressões «terceiro mundo» ou «países em vias de desenvolvimento» deram corpo à visão hegemónica sobre os próprios caminhos de desenvolvimento (Caramelo, 2010) e a “uma ideologia de progresso dominante” que “tinha como certo que o crescente domínio da natureza pelo homem era a medida mesma do avanço da humanidade” (Hobsbawm, 1997:205).

É neste contexto de alta produtividade, expansão da produção de novas tecnologias¹⁴ e de expansão de meios de comunicação de massa que, nos anos 60, surge para o comércio um novo sujeito-consumidor, a juventude, que se articulou de forma ímpar com a explosão de uma cultura juvenil global (Idem).

A par de todas estas transformações, a corrida à escola, o esforço de muitos pais para que os seus filhos frequentassem a universidade, levou à expansão dos sistemas de ensino e das universidades (Idem).

¹⁴ Eric Hobsbawm enumera inovações que vão da televisão aos discos de vinil (surgidos em 1948), passando pelos compact discs, pequenos rádios portáteis, computadores portáteis, calculadoras de bolso com bateria, equipamentos de fotografia e vídeo entre outras (Hobsbawm, 1997).

“A consequência mais imediata e direta foi a inevitável tensão entre essa massa de estudantes, em sua maioria de primeira geração, despejada nas universidades e instituições que não estavam física, organizacional e intelectualmente preparadas para tal influxo” (Hobsbawm, 1997:235).

Para Pierre Bourdieu (1997:28), as manifestações dos estudantes de Maio de 1968, em Paris - a que se somam um conjunto de grandes manifestações estudantis noutros países, e das quais se comemorou o 50.º aniversário em 2018 - com a explosão da contestação estudantil aos modos de funcionamento da universidade e ao sistema sociopolítico, podem ser compreendidas neste contexto em que os estudantes são confrontados, por um lado, com a “transformação da correspondência entre os títulos escolares e os postos”, que frustra as suas expectativas de mobilidade social (Bourdieu, 1997:28), e uma rutura entre “esperanças subjetivas” e “oportunidades objetivas” (Bourdieu, 2007:159). Para Hobsbawm (1997), vai verificar-se uma tensão entre uma geração que desejava tudo imediatamente e uma geração que compreendia pais, professores e outras figuras de autoridade, com memória do desemprego, da fome, da miséria e da guerra, mais ajustada ao contrato social produzido no pós-guerra.

Colin Barker (2008) rejeita, em parte, estas explicações. De acordo com o autor a eclosão de movimentos estudantis, em vários países do mundo, entre a segunda metade da década de 1960 e a segunda metade da década de 1970, não pode ser explicada através da existência de um conflito intergeracional (porque isso não explica porque estes movimentos surgiram quando surgiram); não pode ser atribuída apenas à frustração de expectativas de mobilidade social (porque essa explicação não considera suficientemente a inclusão de estudantes das classes mais privilegiadas nos movimentos) e também não pode ser explicada pelas más condições das instituições de ensino (porque isso não figura maioritariamente no repertório reivindicativo dos estudantes). Para o autor, a análise sócio histórica à eclosão de movimentos de estudantes em vários países do mundo, simultaneamente, deve ser realizada considerando o desenvolvimento económico e social dos anos anteriores e as transformações nas estruturas sociais que esse desenvolvimento desencadeou. Entre estas estão: o aumento dos trabalhadores de «colarinho branco», a diminuição do trabalho agrícola e rural e a consequente concentração urbana associada ao enfraquecimento do «conservadorismo» enraizado no meio camponês, os efeitos do

“pleno emprego quase contínuo nas nações industrializadas”, que aumentou a confiança dos trabalhadores e criou uma situação favorável à ação coletiva deste setor. Para Colin Barker, os movimentos estudantis das décadas de 1960 e 1970 inseriram-se num movimento internacional de contestação¹⁵, antecedido por transformações muito significativas nas estruturas sociais.

No quadro da produção teórica sobre movimentos sociais, em particular sobre os movimentos estudantis dos longos anos 60, parece existir pelo menos um consenso em torno do significado que estes movimentos tiveram no desenvolvimento do campo de estudo. Diferentes autores concordam que as ações dos estudantes nos Estados Unidos, do *Student Non -Violent Coordinating Committee* (SNCC) e do *Free Speech Movement* (FSM) no campus universitário de Berkeley, relacionadas com o *Civil Rights Movement*; as movimentações estudantis desenvolvidas sob a influência da Federação Socialista dos Estudantes Alemães (SDS)¹⁶ e da Oposição Extra Parlamentar (APO)¹⁷ em Berlim, na Alemanha Ocidental, ou as manifestações de estudantes em Maio de 68, em Paris, às quais se juntam muitas outras, em países tão diferentes como Itália, Inglaterra, México, Japão ou Brasil, marcaram indelevelmente o desenvolvimento das ciências sociais e o estudo dos movimentos sociais (Almada, 2015; Barker, 2008; Tarrow, 1988, Rule, 1989, Flacks, 1970).

Colin Barker (2008:45) afirma que, até ao início dos anos 1960, o “discurso académico predominante sobre o protesto popular era o das teorias do «comportamento coletivo». Aqui, o principal pressuposto era que o protesto é uma expressão de anomia, irracionalidade e perturbação psicológica”¹⁸. Ainda de acordo com o autor, a partir dos anos 1960, a integração de novos professores e investigadores na academia, que haviam participado ou sido simpatizantes de alguns destes movimentos, fez com que estes se dedicassem a reformular as teorias sobre a ação coletiva de protesto. Partindo de uma perspetiva em que a participação em ações coletivas de protesto é uma escolha racional, agora o foco estaria em descrever como surgem e se

¹⁵ O autor utiliza o conceito de «international protest wave»

¹⁶ SDS – Sozialistischen Deutschen Studentenbundes

¹⁷ Außerparlamentarische Opposition

¹⁸ Colin Barker, 2008:15 (tradução livre). (...) the predominant academic discourse about popular protest was that of ‘collective behaviour’. Here the ruling presumption was that protest is an expression of anomie, irrationality and psychological disturbance.

desenvolvem estes fenómenos e de que forma contribuem para mudanças sociais (Barker, 2008; Gohn, 1997).

Os estudos sobre os movimentos sociais acelerados pelas práticas destes movimentos, em especial nos longos anos 60, vão originar um conjunto de novas teorias e novos conceitos explicativos (Nunes, 2014; Gohn, 1997).

Das teorias clássicas do «comportamento coletivo», na tradição sociológica americana, vão evoluir as teorias da «Mobilização de Recursos» e do «Processo Político»; no caso da tradição europeia vai desenvolver-se a teoria dos «Novos Movimentos Sociais» (Nunes, 2014; Gohn, 1997).

A Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), cujos primeiros contributos foram publicados por John McCarthy e Mayer Zald, em 1977 (Nunes, 2014), vai desenvolver-se, como já se referiu, em contraposição a uma abordagem mais focada nos fatores psicológicos determinantes para a participação em ações coletivas. A influência de conceitos da microeconomia vai ser bastante visível na TMR. McCarthy & Zald (1977: 1216) vão utilizar conceitos como: recursos; procura e oferta; relação custos-benefícios para estruturar a TMR. Assim, o desenvolvimento dos movimentos sociais depende, em larga medida, da disponibilidade de recursos, “dinheiro e trabalho” nas suas palavras. O fluxo de recursos disponíveis para determinado movimento pode ser analisado tendo por base um modelo de procura e oferta e a análise da relação custos-benefícios é importante na participação individual e na mobilização coletiva. Os autores vão ainda distinguir entre um setor (SMS), uma indústria (SMI) e uma organização dos movimentos sociais (SMO) (McCarthy & Zald, 1977: 1213). A definição de movimento social é apresentada da seguinte forma: “Um movimento social é um conjunto de opiniões e crenças numa população que representa preferências pela mudança de alguns aspetos da estrutura social e/ou a distribuição de recompensas pela sociedade” (McCarthy & Zald, 1977: 1216,1216). Esta primeira abordagem à TMR não deixa de nos suscitar uma referência à partilha de conceitos com as teorias na sociologia e na economia baseadas na *Rational Choice*, em especial o pressuposto de que a ação do sujeito é racional no sentido de uma tomada de decisão e escolhas que são feitas por cálculo dos riscos e benefícios previsíveis (Heckathorn, 2005; Lindenberg, 2005). Na TMR parece passar-se da explicação psicopatológica – ou seja das explicações para a ação coletiva de protesto baseadas no pressuposto de irregularidade e anomia – para uma explicação

economicista; mas, pelo menos na fase inicial, a TMR não ultrapassa um olhar que é psicossocial, mas que deixa largamente por considerar os constrangimentos estruturais e sistêmicos na ação coletiva de protesto.

De acordo com Gohn (1997), alguns autores incluem a obra de Charles Tilly na perspectiva da TMR, mas para a autora esta caracterização não é completamente adequada. Parece-nos correto questionar esta classificação por três motivos: em primeiro lugar porque, apesar de Tilly não abandonar totalmente conceitos já avançados na TMR, o autor procura, de facto, analisar a ação coletiva de contestação a partir de uma perspectiva que inclui fatores externos para a mobilização e as relações entre atores em confronto; em segundo lugar, o autor avança uma perspectiva segundo a qual, o desenvolvimento histórico e as transformações das estruturas sociais importam no desenvolvimento dos movimentos sociais; em terceiro lugar é o próprio Tilly quem afirma, na sua obra *From Mobilization to Revolution* (Tilly, 1978:2-60), que o seu trabalho empírico “tem tratado essencialmente de conflito e não de consenso”, numa perspectiva, influenciada por Marx, que argumenta pela “continuidade entre o conflito aberto e a rotineira luta pelo poder”¹⁹. Estes três elementos, a par dos contributos que Tilly vai introduzir na análise da ação coletiva, rompem, de certa forma, com uma perspectiva centrada no indivíduo e no seu calculismo orientado para o interesse próprio, e na explicação do desenvolvimento da ação coletiva de contestação como jogo de interesses individualistas. Charles Tilly veio contribuir para a estruturação da Teoria do Processo Político (Nunes, 2014; Gohn, 1997). Na obra de 1978, Tilly avança com uma perspectiva que trata não só os recursos dos movimentos de ação coletiva, mas também o contexto em que estes se desenvolvem. Para além disto, o autor vai analisar a importância dos *repertórios de ação* existentes para o desenvolvimento da ação coletiva, descrever a interação entre movimentos e forças de poder e como esta interação influencia o desenvolvimento dos movimentos, a partir dos conceitos de “repressão” e “facilitação”. Para Charles Tilly (1978:1-10), “a análise da ação coletiva integra cinco componentes centrais: interesse, organização, oportunidade e a ação em

¹⁹ Charles Tilly, 1978: 2-60 (tradução livre). (...) The Marxian tradition on which I rely has dealt most fully and effectively with situations of open conflict. My own empirical work has concentrated on conflict rather than consensus. (...) I argue and illustrate the great continuity between open conflict and routine contention for power.

si mesma”²⁰ e o autor organiza a sua obra procurando explicitar estes componentes e o seu funcionamento.

Charles Tilly (1978:3-15)²¹ diz-nos que, na identificação e análise dos interesses em presença na ação coletiva de contestação, devem aplicar-se duas regras: “tratar as relações de produção como preditores dos interesses que as pessoas vão perseguir a longo prazo; confiar tanto quanto possível naquilo que os próprios atores dizem sobre o que são os seus interesses para os determinar no curto prazo”. No caso do movimento estudantil português, procurar quais são os interesses e objetivos revelados pelos próprios para a ação coletiva e considerá-los efetivamente na explicação do desenvolvimento da ação, implica, por exemplo, salientar as condições do ensino, aspeto fundamental das reivindicações estudantis presente tanto nos testemunhos de ativistas, como no conjunto de publicações do movimento.

Outros autores têm chamado a atenção para a análise do que dizem os protagonistas da ação coletiva. Colin Barker (2008), por exemplo, alerta para as conclusões sobre a ação dos movimentos estudantis das décadas de 1960 e 1970 que não têm em consideração o que disseram e fizeram realmente os estudantes, afirmando que qualquer registo adequado precisa de o fazer²².

A Teoria do Processo Político (TPP) pode ser considerada uma evolução na tradição norte americana da Teoria da Mobilização dos Recursos. Para o seu desenvolvimento vão contribuir também muitos autores, inicialmente situados na TMR (Gohn, 1997). Enquanto na TMR o foco de análise se situava na organização dos movimentos, na Teoria do Processo Político vai dar-se mais atenção às relações entre os movimentos e os estados, avançando-se com conceitos como o de *oportunidades políticas* e *estrutura de oportunidades políticas*. De forma simples, “o conceito de oportunidade política inclui fatores como: alterações no funcionamento político, na organização estatal, dos atores, divisões entre as elites, disponibilidade de novos

²⁰ Charles Tilly, 1978:1-10 (tradução livre). The analysis of collective action has five big components: interest, organization, mobilization, opportunity and collective action itself.

²¹ Charles Tilly, 1978:3-15 (tradução livre). My own response to this dilemma contains two rules: 1) treat the relations of production as predictors of the interests people will pursue on the average and in the long run, but 2) rely, as much as possible, on people's own articulation of their interests as an explanation of their behavior in the short run.

²² Colin Barker, 2008:45 (tradução livre). An adequate account of student movements in the 1960s and early 1970s ought, in short, to take seriously what students themselves said and did.

aliados, e repressão e facilitação pelo estado”²³ (Staggenborg, 2005: 755). Quando as oportunidades políticas se expandem, há potencialmente mais probabilidade de se desenvolverem movimentos sociais e «ciclos de protesto». Aqui o foco está em como a estrutura política de determinado contexto condiciona a ação coletiva. A mobilização destes conceitos permite, por exemplo, no caso português, identificar a mudança governativa de 1968, entre Salazar e Marcelo Caetano, como oportunidade política para o reforço da mobilização coletiva, como caracterizada, por exemplo, por Guya Accornero (2009). A autora, na sua tese de doutoramento sobre o movimento estudantil, socorre-se da Teoria do Processo Político para identificar um «ciclo de protesto», que se inicia em 1967, e que vai confluir no período revolucionário, concluindo que, para o desenvolvimento deste, a oportunidade política não foi o único fator determinante. Ainda que as oportunidades políticas sejam um fator importante, não são “fator suficiente”.

Importância pelo menos igual têm os elementos organizativos e os recursos que permitem a mobilização, os quais (...) na maioria dos casos não derivam de uma casualidade favorável, mas são resultado de um paciente e pertinaz trabalho de construção, defesa e dinamização.

(Accornero, 2009:262)

A Teoria dos Novos Movimentos Sociais ou o paradigma, como descrito por Glória Gohn (1997:119), estará mais associada ao desenvolvimento do estudo dos movimentos sociais na tradição europeia. De acordo com Gohn (1997), o Paradigma dos Novos Movimentos Sociais, que agrupa correntes teóricas tão diferentes como as postuladas por Alain Touraine, Claus Offe, Alberto Melluci, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe - um conjunto de autores que parte da crítica ao marxismo sob a perspetiva de que este, apesar da atenção dada à ação coletiva de protesto, tenderia a analisá-la apenas sob uma perspetiva enformada no conceito de classe social, organizada a partir de uma vanguarda (partido político) e em luta essencialmente por questões

²³ Suzanne Staggenborg, 2005:755 (tradução livre). In his schema, political opportunity includes the extent of openness in the polity, shifts in political alignments, divisions among elites, the availability of influential allies, and repression or facilitation by the state

relacionadas ou produzidas pela infraestrutura económica (sistema de produção), o que não se adequaria a uma análise de movimentos sociais interclassistas organizados na ação coletiva por questões relacionadas, por exemplo, com aspetos culturais e de identidade, como o são os aspetos relativos à identidade sexual. Apesar de se utilizarem referências do marxismo em algumas destas correntes - “consciência, ideologia, lutas sociais e solidariedade em ação coletiva” (Gohn, 1997:122) -, elas tendem a analisar os movimentos sociais a partir da sua lógica de criação de identidades coletivas e pela forma das suas ações. Neste sentido, num conjunto de trabalhos situados neste paradigma, há uma centralidade na análise de movimentos que utilizam “táticas radicais de mobilização de ruptura e resistência que diferem fundamentalmente das utilizadas pela classe trabalhadora” (Gohn, 1997:127). É, aliás, um dos elementos característicos deste paradigma o afastamento de perspetivas que analisam os movimentos sociais na sua relação com o movimento dos trabalhadores e que colocam a centralidade da ação coletiva de protesto no conflito capital – trabalho.

De acordo com Pablo Almada (2015:4), os acontecimentos do Maio de 68, em França, propiciaram a construção de um “evento-conceito”, ampliado e generalizado pela teoria social a partir da visibilidade e dimensão dos movimentos estudantis, verificada em diversos países, e entendida como parte de uma “nova” mobilização social (sem contudo considerar como estes movimentos estudantis se articularam com os outros movimentos populares de protesto nesses países), com forte influência em correntes dominantes da sociologia contemporânea²⁴, que procuraram afastar-se de uma análise a partir da centralidade do conflito capital-trabalho e da categoria analítica marxista da luta de classes e, por conseguinte, recusaram o marxismo como base de explicação para os problemas e conflitos em curso nas décadas seguintes.

De acordo com Almada (2015:9), os longos anos 60 podem ser considerados como o ponto de viragem na história contemporânea que forneceu o “background epistemológico” para a introdução de um paradigma pós-modernista na teoria social. A análise dos movimentos sociais dos longos anos 60 constituiu-se, para alguns autores, como pano de fundo ao afastamento do conflito capital-trabalho como questão central

²⁴ Pablo Almada (2015), identifica e discute a revisão do marxismo na lógica de que já não se adequaria à explicação das mobilizações sintetizadas no «evento-conceito» do Maio de 68, em trabalhos de Michel Foucault, Gilles Deleuze, Herbert Marcuse, Jürgen Habermas e Alain Touraine.

na análise da ação coletiva e da mudança social, apresentando, em alguns casos, a organização dos estudantes, entre outras camadas e grupos sociais, como atores «substitutos» do movimento operário, secundarizando a articulação entre as lutas da classe operária e classes médias e desconsiderando “as transformações produtivas do capitalismo”. Parece-nos que a categorização proposta por Almada (2015) de «evento-conceito» tem utilidade na compreensão da generalização da análise dos movimentos estudantis do período em estudo e das consequências que essa generalização impôs ao desenvolvimento teórico, mais particularmente dentro do paradigma dos novos movimentos sociais do que noutras correntes. Acrescentaríamos que o «evento-conceito» pode ser alargado para designar um fenómeno de generalização na descrição e caracterização dos movimentos de estudantes que se verificaram nas décadas de 1960 e 1970 em diferentes países do mundo.

Muitos autores que se dedicaram à análise da ação coletiva e ao desenvolvimento de movimentos sociais (em particular aqueles que se podem enquadrar no paradigma dos novos movimentos sociais), caracterizaram a teoria marxista e os seus principais conceitos analíticos de forma bastante rígida e cristalizada. Na análise, por exemplo, do movimento estudantil, é usual a recusa de um olhar a partir da posição social dos ativistas relativamente aos meios de produção da sociedade, ou seja, de uma leitura em torno da divisão de classes. Em geral, esta recusa encontra fundamentação em dois elementos: no facto deste movimento social, em particular nos seus desenvolvimentos nos anos 60, não ser constituído maioritariamente pelos «desapossados», ou seja, por uma origem de classe operária e trabalhadora; em segundo lugar porque as reivindicações do movimento são apresentadas como mais ligadas a aspetos culturais e de identidade – a tão referida «revolução cultural», por exemplo no Maio de 68 – do que a reivindicações relacionadas com a distribuição de riqueza. No caso em análise nesta investigação, como se verá, é possível identificar aspetos – seja em algumas reivindicações, como em algumas ações de contestação e a forma que assumem – que dizem respeito a uma certa recusa de aspetos (ou à totalidade), de costumes, práticas sociais e ideias predominantes na sociedade portuguesa, mas estes aspetos não constituem o corpo principal reivindicativo em torno do qual vão atuar os estudantes e as suas organizações. Pelo contrário, verifica-se que as reivindicações centrais para o movimento estudantil antes do 25 de Abril prendem-se com a reforma do ensino – nos

seus aspetos organizacionais, de recursos, pedagógicos e de relação com o conjunto da sociedade – onde a contestação à seleção social assumirá um papel significativo; com a autonomia do movimento associativo estudantil e as questões da participação estudantil na definição das políticas educativas; contra a repressão e pela liberdade. Este corpo principal de reivindicações relaciona-se indelévelmente com uma estruturação da sociedade portuguesa, naquele período, profundamente estratificada, sem grande espaço para mobilidade social, em que a repressão política representa a resposta para a manutenção do status quo. É evidente que para esta leitura é necessário compreender e situar a sociedade portuguesa no conjunto de transformações sociais, políticas e culturais que então se operavam em outros países do mundo e como isso se traduzia em fatores de pressão na política nacional. Acresce que é importante considerar as transformações que se iam desenvolvendo no país, em termos do seu desenvolvimento económico e que contribuíram para transformações demográficas, por exemplo. Manuel Loff (2007:147) chama a atenção para aquilo que denomina como a expressão da modernidade, em Portugal, nos anos de 1960 e 1970, que no seu entendimento promoveu uma «sociedade de massas» determinante para o fim da ditadura e que se não se verificasse tornaria mais tardia a libertação do país das estruturas conservadoras e fascistas existentes. Entre os fatores enumerados pelo autor figura “um sistema de produção que incluísse redes de trocas económicas que colocassem em relação verdadeiramente todos os tipos de produção e de produtores” e que se vai desenvolvendo a partir de uma “desruralização suficiente para que arrancasse a industrialização e a terciarização qualificada da economia, bem como um consumo mais ou menos generalizado e padronizado”. Parece a este respeito evidente que para o desenvolvimento e manutenção do movimento estudantil, entre o final dos anos 50 (consideramos a luta dos estudantes em 1956-1957, que se descreverá adiante) e o início dos anos 70, terão contribuído alterações na estrutura de produção económica do país, que levaram não só ao início do declínio da atividade primária e ao relacionado aumento da indústria e do setor terciário, que por sua vez estiveram diretamente relacionadas com a fragilização dos aspetos culturais do conservadorismo e ruralismo, como forçaram o crescimento do ensino, em termos quantitativos, ainda que, muito longe de outros países, no mesmo período, tanto em número efetivo de estudantes como nos aspetos qualitativos do ensino.

Como se confirma, a partir da análise da posição social dos ativistas entrevistados (como se descreverá no II capítulo da tese, *Itinerários da pesquisa*, e considerando-se sempre a análise como referente a um micro nível), não só a maioria se situava numa posição de classe que vive apenas do seu trabalho, como o maior nível de habilitações académicas e acesso a bens culturais, sociais e económicos, face à larga maioria da sociedade portuguesa, colocava estes atores numa posição privilegiada para o confronto com as tendências ideológicas conservadoras e arcaicas das estruturas em luta pela sua conservação. Do ponto de vista da posição de classe, não só os estudantes se encontravam numa situação que não assegurava a manutenção da sua posição social como não oferecia perspectivas de mobilidade social. Reflita-se, a este respeito, sobre o futuro que se colocava aos jovens recém-licenciados em Medicina, em que não se perspectivava para estes jovens mais do que a possibilidade de exercer a profissão em muito más condições, nas poucas e deficientes estruturas públicas de saúde, ou o exercício em regime liberal numa situação, grosso modo, em que a população não lhe poderia aceder. O aumento da formação superior e, conseqüentemente, o aumento de trabalhadores qualificados e trabalhadores intelectuais entrou em contradição com o baixo desenvolvimento da estrutura produtiva e a ausência de uma estrutura de serviços públicos ou Estado Social que, como se sabe, se desenvolveu tardiamente em Portugal, quando noutros países, nessa altura, já enfrentava algum declínio²⁵. Este parece ser, aliás, o principal fator para que os desenvolvimentos concetuais do campo de estudo dos movimentos sociais não ofereçam uma teoria explicativa suficiente para o movimento estudantil português dos anos 60. É que este campo desenvolveu-se essencialmente a partir da análise de movimentos sociais “em países capitalistas centrais no auge do crescimento do Estado Social” (della Porta, 2017:454)²⁶, ao contrário

²⁵ Nilsen (2009:114), na sua proposta teórica de análise aos movimentos sociais diz-nos que os movimentos sociais podem evoluir na sua ação (a partir da produção de significados abrangentes e aprendizagens coletivas) até se constituírem em convulsões sistémicas que questionam o próprio sistema social. Isto acontece quando se desenvolvem “conjuntos de necessidades e capacidades” que “não podem ser totalmente satisfeitos dentro dos limites das estruturas existentes” (tradução livre). Systemic convulsions (...) takes place when subaltern groups develop new meanings and values, new practices, and new relationships and kinds of relationship around emergent structures of radical needs and capacities (Nilsen, 2007) – that is, sets of needs and capacities that have developed but cannot be fully satisfied and deployed within the confines of extant structures (see Heller, 1976).

²⁶ Donatella della Porta, 2017:454 (tradução livre). Social movement studies have developed a useful kit of concepts and theories well adapted to understand social movements in core capitalist countries at the peak of growth of the welfare state.

do caso português, em que até ao 25 de Abril não se pode falar da existência de um Estado Social²⁷.

Considera-se que as categorias analíticas de «classe» e «luta de classes» do marxismo e da análise materialista da história têm relevância na análise do movimento estudantil português dos anos de 1960, ainda que a compreensão do desenvolvimento deste movimento exige, de facto, como apontam diversos autores, a integração de outros fatores per se. É neste ponto que, em geral, os autores que se dedicaram ao estudo da ação social e da ação coletiva de protesto e que, de alguma forma, lidam com o marxismo, se afastam dele para procurarem e, por vezes, suplantarem, a explicação de origem material para uma explicação de origem subjetiva. Mas parece-nos que, também para os fatores subjetivos ou que, à priori, podem parecer não diretamente relacionados com a posição de classe dos atores em relação à detenção dos meios de produção, o marxismo oferece conceitos relevantes para a discussão. Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels defendem que a realidade precede e reflete a ideia, mas esta relação não deve ser vista, em nossa opinião, como mecânica e de relação causal direta e simples. Antes deve ser encarada como princípio de análise para a compreensão das formas que tomam as ideias dos homens na sua relação com as condições de reprodução da vida material da humanidade. E, tendo sempre em consideração que as categorias de análise marxistas são categorias subordinadas aos objetivos de transformação, pelo que consagram, inevitavelmente, um papel muito significativo à capacidade dos seres humanos de se libertarem das amarras das ideias que são contrárias à sua plena concretização humana. Concretizando, nesta investigação, a partir de um micro nível, não se defende que o movimento estudantil se subordinou aos interesses de frações de classe exclusivamente preocupadas com as suas próprias condições de existência e de reprodução social, mas antes que, no processo contraditório que se verificava e que não garantia as questões anteriores, se desenvolveu, no plano das ideias e das mundividências, consciência de possibilidades de transformação da sociedade e de seus aspetos particulares que, em última análise, contribuía para a melhoria das condições materiais destes ativistas, mas também para

²⁷ De acordo com Fernando Ilídio Ferreira (2008:562), em Portugal, apenas no início dos anos 70, o Estado se assumiu “como provedor social principal, tendo desempenhado até então a posição de agente supletivo”.

as restantes camadas da população, sendo que este aspeto não era, de todo, desconhecido para os ativistas, antes objetivado por eles. Também neste ponto o marxismo importa, pois não só aponta para as possibilidades de transformação das circunstâncias pelos homens, como nos vem dizer que este processo é dinâmico, nele intervindo diferentes atores. O operariado não é o único ator (ainda que determinante), mas também todas as outras frações de classe que não detêm meios de produção e, ainda, aquelas que, detendo algum tipo de meio de produção, pela sua dimensão, são consecutivamente sujeitas à possibilidade de absorção em processos de acumulação de capital, são possíveis aliados contra os setores que detêm e controlam maioritariamente os meios de produção.

Outros autores têm procurado discutir os limites dos paradigmas analisados anteriormente, designadamente os paradigmas dos Novos Movimentos Sociais e da Mobilização de Recursos (Almada, 2015; Nunes, 2013; Nilsen, 2008; Galvão, 2008).

Andréia Galvão (2008), baseando-se em autores como Manuel Castells, Jean Lojkine, Michel Vakaloulis, Sophie Bérout e René Mouriaux discute que os movimentos sociais devem ser analisados numa lógica de articulação entre aspetos económicos, políticos e ideológicos, da qual o conflito capital – trabalho não está posto de parte, até porque “a lógica capitalista, a maximização do lucro” e as suas contradições “está presente em esferas aparentemente desconectadas da economia” (Galvão, 2008:12). Por outro lado, a autora, baseando-se nos primeiros trabalhos de Manuel Castells, chama a atenção para a articulação entre a vida quotidiana e a vida no trabalho, reafirmando que a lógica produtiva do sistema capitalista domina a vida quotidiana, o que, relativamente aos movimentos relacionados com questões urbanas (habitação, acesso a serviços coletivos, atividades culturais), ajuda a ter uma visão mais abrangente das lutas sociais na sua articulação com as contradições estruturais da ordem social (Galvão, 2008).

Nesta perspetiva, importa discutir em que medida as reivindicações dos estudantes no período da ditadura (liberdade associativa, autonomia universitária, democratização do ensino, fim da seletividade no acesso ao ensino superior, melhores condições materiais nas escolas), assim como fatores determinantes para a sua mobilização (indignação face à pobreza – como veremos nos acontecimentos relacionados com as cheias de 1967, na área metropolitana de Lisboa - repressão,

censura, prisões, as consequências da Guerra Colonial) radicavam na própria estrutura do sistema capitalista vigente em que o Estado tomava a forma ditatorial corporativa e colonialista.

Mas importa também ter presente três dimensões de análise, questionamento e articulação específica entre a camada social estudantil e o mundo do trabalho: a origem social dos estudantes, “a profissão futura proporcionada pelo ensino universitário ou técnico e a inserção definitiva no mercado de trabalho” e “o papel da educação na reprodução da força de trabalho” (Lima & Konrad, 2012:533), questão central, no caso português, no repertório das reivindicações estudantis em torno da bandeira da democratização do ensino.

São questões que, num quadro de referências teóricas que não afastam a importância do conflito capital-trabalho para a compreensão da ação estudantil de protesto, podem ajudar a elucidar como se desenvolveu, nas universidades, um dos movimentos mais fortes de resistência ao fascismo. Isto apesar do carácter fortemente elitista do ensino superior que fazia com que a larga maioria dos seus estudantes fosse proveniente de setores privilegiados da sociedade portuguesa.

Importa ter presente que, nas universidades, para além dos movimentos estudantis de oposição ao regime, existiram também organizações estudantis comprometidas com ele (Marchi, 2009), dado que fundamenta um questionamento necessário sobre quem eram os estudantes que se manifestavam e eram ativistas oposicionistas e porque é que, no interior dessa camada mais privilegiada da sociedade, que frequentava o ensino superior, existiam estudantes que optavam por resistir e opor-se à ditadura, mesmo considerando os riscos e consequências dessa opção.

Para Lojkine (1997:318), o movimento social implica dois processos,

Um processo de “pôr-se em movimento” de classes, fracções de classe e camadas sociais. Este primeiro processo define a intensidade e a extensão (campo social) do movimento social pelo tipo de combinação que une a base social e a organização do movimento.

Um segundo processo que se relaciona com o “desafio político” do movimento, o qual, de acordo com o autor, só pode ser apreendido através da análise das reivindicações do movimento.

...apenas a análise do conteúdo ideológico e político das reivindicações apresentadas pelo movimento social, das acções propostas e realizadas, permitirá definir o desafio real, ou seja, a capacidade de questionamento da hegemonia política da classe (ou fracção de classe) dominante.

(Lojkine, 1997:319,320)

A definição de “movimento social” formulada por Lojkine parte de uma leitura complexa dos conflitos sociais no quadro da luta de classes, em que frações de classe e camadas sociais entram em confronto a partir de interesses opostos que radicam nas contradições geradas pelo sistema capitalista.

A sua definição integra uma dimensão fundamental de questionamento sobre as lutas estudantis. Ela dialoga com as formulações de Gramsci e permite equacionar o movimento estudantil como um espaço de democracia dentro da ditadura, de aprendizagem de práticas de liberdade num contexto repressivo de ditadura (Oliver, 2008).

Analisar o movimento social como um espaço de “questionamento da hegemonia política da classe (ou fracção de classe) dominante” (Lojkine, 1997:319), permite equacionar a *“compreensão crítica de si mesmo”* de que nos fala Gramsci, (1999:103), uma compreensão que se dá em espaços não institucionalizados, ou seja, espaços que teoricamente poderão ser menos condicionados pela hegemonia dominante. Esta compreensão crítica acontece não só pela possibilidade de pensar sobre as práticas num terreno menos condicionado, mas também, e em especial, pela ação coletiva, pelo próprio movimento em ação que se analisa a partir “do conteúdo ideológico e político das reivindicações” e “das acções propostas e realizadas” (Lojkine, 1997:319,320).

Para Gramsci, o garante da hegemonia dominante não se opera apenas através dos mecanismos coercivos do Estado, mas também através do “consentimento espontâneo das massas populares à orientação da vida social dada pelo grupo

dominante” e que é devedor “do prestígio e da confiança no grupo dominante que este obtém a partir da sua posição no mundo da produção” (Gramsci, 1986:357). Neste sentido para transformar a ordem social vigente é necessário que as massas populares sejam capazes de criar a sua própria hegemonia (direção política) ou nas palavras de Mészáros (2008), uma “contra-consciência”²⁸.

Gramsci contribuiu para o aprofundamento teórico do problema do determinismo estrutural apontado ao marxismo e da relação entre infraestrutura e superestrutura social, entre aquilo que continua a ser um problema alvo de intensas discussões na teoria social: a antinomia agência – estrutura. Para o autor, a luta pela transformação da ordem social dá-se nos planos económico, político e cultural, sendo que este último é fulcral na criação de uma «filosofia da práxis» que,

não tende a resolver pacificamente as contradições existentes na história e na sociedade, ou, melhor, ela é a própria teoria de tais contradições; não é o instrumento de governo de grupos dominantes para obter o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas; é a expressão destas classes subalternas, que querem educar a si mesmas na arte de governo e que têm interesse em conhecer todas as verdades, inclusive as desagradáveis, e em evitar os enganos (impossíveis) da classe superior e, ainda mais, de si mesmas.

(Gramsci, 1999:388)

As suas formulações permitem assim analisar as lutas estudantis não só como ações coletivas de protesto contra a ordem social vigente, mas, enquanto tal, também como espaços de exercício da liberdade e de aprendizagem de práticas de liberdade constitutivas de uma “contra-consciência” formada na prática política (Mészáros, 2008).

Por fim importa considerar a articulação entre movimentos sociais. Na já muito extensa e não consensual produção teórica sobre a ação coletiva e os movimentos

²⁸ Mészáros (2008:44, 59) no seu livro *A Educação para além do Capital* afirma que a necessidade e a possibilidade de construir uma alternativa ao capitalismo tem de passar necessariamente por uma conceção de educação abrangente que considere “a nossa própria vida” e que seja capaz de nos processos de luta e ação coletiva face às contradições do sistema de desenvolver um processo de “contra-internalização” ou uma “contra-consciência” capaz de desocultar as lógicas internalizadas pelos indivíduos “da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas «adequadas» e as formas de conduta «certas». Esta contra-internalização ou contra-consciência para além da crítica ao capitalismo tem de enquadrar uma dimensão relativa a novas formas de viver em conjunto.

sociais, estes têm sido analisados essencialmente como movimentos isolados, cada um delimitado a partir de reivindicações próprias, formas de ação específicas e constituídos por atores que partilham pelo menos alguma característica social que permite a organização do movimento. A conceção do “movimento social como um todo” foi abandonada desde os anos 60, mas ela comporta vantagens na análise das lutas estudantis em Portugal (Barker, 2013:50).

Também “o movimento social em geral” é uma formulação da tradição marxista clássica que integra um conjunto de lutas políticas e sociais contra o sistema capitalista, interagindo e numa relação de interdependência na intensidade do seu desenvolvimento (uma derrota para um movimento social pode significar o recuo noutros movimentos sociais e o contrário também se verifica) (Barker, 2013:53). O exercício de aplicação do conceito às lutas estudantis, em Portugal, nos últimos anos da ditadura, leva à seguinte formulação: o desenvolvimento e fortalecimento do movimento de contestação operário leva ao desenvolvimento e fortalecimento do movimento de contestação estudantil e vice-versa. Ambos levam ao desenvolvimento e fortalecimento dos movimentos de oposição ao regime. O importante do exercício não é estabelecer uma relação de causalidade linear entre os movimentos, antes compreender a interdependência entre eles e os pontos em que se intersejam.

Ainda que cada um destes movimentos apresentasse reivindicações específicas (aumento dos salários, redução do horário de trabalho, fim da repressão, eleições livres, fim da Guerra Colonial, autonomia associativa, democratização do ensino, novos métodos pedagógicos, novos currículos, etc.) elas radicavam nas contradições do sistema de governação política vigente, a ditadura corporativa e, em última instância, preconizavam a alteração da estrutura da sociedade portuguesa. Não se trata de analisar as lutas contra a ditadura e os movimentos de contestação como se de um movimento homogéneo ou de uma frente unida se tratasse, mas sim de ter presente que, na sua heterogeneidade, tanto do ponto de vista da caracterização dos ativistas, como do ponto de vista das reivindicações, os movimentos de contestação confluíram na exigência, implícita ou explícita, de substituição do regime de governação, já que as suas reivindicações não poderiam ser satisfeitas no contexto da ditadura.

O movimento social como um todo, na tradição marxista clássica de análise da ação coletiva e da mudança social,

denotou todo um campo de lutas políticas e sociais emergentes, vistas como interagindo mutuamente, às vezes clandestinas e às vezes evidentes, e juntas encorporando um desafio tanto às formas herdadas quanto às novas formas de privilégio e dominação de classe.

(Barker, 2013:50²⁹)

Como se procurou mostrar, o campo de estudo dos movimentos sociais engloba um conjunto de referências, proficuamente desenvolvidas a partir dos anos de 1960 e 1970, que é difícil descrever e caracterizar. Os limites entre correntes teóricas e «paradigmas», nas palavras de Glória Gohn (1997), neste campo, não obstante intensos debates já desenvolvidos sobre eles, não são estanques e parece até não existir qualquer vantagem em demarcá-los. Nas diferentes correntes, os focos de atenção e conceitos formulados diferem, algumas vezes de forma radical, mas muitos não parecem ser incompatíveis. Na análise, por exemplo, da realidade portuguesa, especificamente do movimento estudantil dos últimos anos do fascismo e nos anos imediatamente após a revolução, consideramos que têm utilidade os conceitos primeiramente formulados pelas Teorias da Mobilização de Recursos e do Processo Político, da tradição teórica norte americana, que nos influenciam a considerar os meios e formas de ação do movimento estudantil e a importância de estruturas organizativas existentes para momentos de ação coletiva de protesto de maior dimensão, assim como a relação do movimento com as respostas estatais de «repressão» ou «facilitação». A análise à estruturação interna do movimento estudantil, e a sua relação com o Estado, não é incompatível com a mobilização de categorias marxistas «clássicas» que, no presente estudo, nos influenciam a considerar a posição social dos ativistas estudantis, as suas reivindicações e ações na relação com a estrutura classista da sociedade portuguesa e a luta de classes no período em estudo. A própria relação do movimento estudantil com outros movimentos sociais à altura, que procuraremos explorar nos próximos capítulos, é um foco de atenção influenciado por uma perspectiva marxista que enquadra as lutas

²⁹ Colin Barker, 2013:50 (tradução livre). The social movement” denoted a whole field of emerging political and social struggles, seen as mutually interacting, sometimes underground and sometimes overt, and together embodying a challenge to both inherited and new forms of class privilege and domination.

sociais num movimento social geral da luta de classes, numa sociedade capitalista. Acresce que os principais atores individuais e coletivos do período em questão se reivindicam do marxismo como programa político e enquadramento teórico das suas mundividências, como procuraremos explicitar posteriormente. As questões culturais e identitárias também nesta pesquisa têm importância, mas afastamo-nos à priori de uma abordagem que as descreva como principal fator de mobilização; elas surgem antes como valores e ideias que formam e que são formadas pela prática política, num movimento dialético que procura romper com a ideologia predominante no fascismo, utilizada como mecanismo de garante da sobrevivência das forças do poder.

Com esta abordagem procura-se contribuir para uma análise que considera a forma como os ativistas vinculam as suas ações a mundividências sociais, políticas e culturais explícitas. De acordo com a proposta teórica de Alf Nilsen (2009), os movimentos sociais podem ser divididos em movimentos de grupos sociais dominantes, em luta pela conservação e ampliação das suas posições, e movimentos de grupos sociais dominados e/ou oprimidos, em luta pela defesa da acomodação das suas necessidades específicas ou pela acomodação de novas necessidades. De acordo com o autor, o principal e mais importante elemento de tal visão é que os movimentos sociais dominados e/ou oprimidos experienciam realmente privações e opressões que, mais que episódicas, refletem os mecanismos e estruturas da dominação social. A prática e ação coletiva dos movimentos sociais pode evoluir de um desafio a formas de dominação localizadas para o desenvolvimento de projetos contra-hegemónicos alternativos ao sistema social existente, quando diferentes grupos sociais em ação ultrapassam o seu “conhecimento fragmentado” e desenvolvem aprendizagens e identidades coletivas (Nilsen, 2009).

A forma como o autor descreve este processo contribui também para compreender como diferentes lutas, de diferentes grupos sociais, em Portugal, durante a ditadura, acabaram por ditar a existência, aquando da revolução, de um projeto alternativo de sociedade (ainda que não totalmente consolidado) que ia para além do fim do fascismo e suas estruturas, mas também incorporava uma recusa do funcionamento capitalista em vários setores, como se verá no Capítulo VII, subcapítulo Significados de Abril.

1.2. A ditadura portuguesa

1.2.1. Aspetos gerais para a sua caracterização

A mais longa ditadura da Europa (48 anos), iniciada com o golpe militar de 28 de maio de 1926, e que se consolidaria com a aprovação da Constituição política de 1933, instituiu a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE)³⁰, o campo de concentração do Tarrafal³¹, a censura prévia e um conjunto de organizações de «enquadramento político-ideológico» (Rosas, 1992:142), algumas de participação obrigatória durante alguns períodos³². A greve foi constitucionalmente proibida, sendo fortemente reprimidas quaisquer ações reivindicativas do movimento operário durante a ditadura (Rosas, 1992; Medina, 2008). Na educação, a ditadura dedicou-se a extinguir algumas das mais significativas conquistas da República, designadamente a coeducação ou o aumento da escolaridade obrigatória³³. O colonialismo português só viria a terminar com a independências das colónias depois da Revolução do 25 de Abril de 1974. Portugal é um dos últimos países do mundo a reconhecer a independência dos territórios por si ocupados.

A guerra colonial iniciada em Angola, em 1961, a que se segue a Guiné, em 1963, e Moçambique, em 1964, vai determinar profundamente o curso dos acontecimentos políticos e o desenvolvimento de uma contestação interna ao regime, cada vez mais generalizada. Os números referentes ao recrutamento militar na metrópole e nas colónias, durante os 13 anos de guerra, correspondem a perto de um milhão de homens. De acordo com António Costa Pinto (2001), o recrutamento militar em Portugal, durante a guerra colonial, em percentagem, é apenas ultrapassado por Israel e,

³⁰ A Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) antecedeu a PIDE que só teria esta designação a partir de 1945.

³¹ O Campo de Concentração do Tarrafal foi inaugurado em 1936, tendo sido encerrado em 1954 devido à forte condenação internacional. Reaberto novamente em 1962 para «albergar» os dirigentes e guerrilheiros dos movimentos de libertação das colónias, só viria a encerrar em definitivo em 1974 (Medina,2008).

³² Inserem-se nestas organizações o Secretariado da Propaganda Nacional (criado em 1936), a Mocidade Portuguesa (1936), a Legião Portuguesa (1936), a Federação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT) (1935), a Obra das Mães para a Educação Nacional (1936) entre outras.

³³ O regime de coeducação foi abolido no ano letivo de 1926-1927. A redução do ensino obrigatório a quatro classes é realizada pelo D.L. 13.619 de 17 de maio de 1927 e posteriormente há nova redução a três anos pelo D.L. 18.140 de março de 1930.

proporcionalmente, no caso da Guerra do Vietname, teriam de ter sido mobilizados 2 milhões de soldados, em vez dos 500 mil mobilizados, para se equiparar ao esforço de guerra português. “Em 1970, Portugal despendia 45% do orçamento em defesa e segurança” e tinha “uma força militar de 140.000 homens” que “só Israel e os dois Vietnames batiam em percentagem perante o total da população” (Pinto, 2001:30).

O quadro 1, adaptado de dois quadros, apresentados na obra *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, publicada pelo Estado-Maior do Exército, em 1988, apresenta os números do recrutamento militar entre 1961 e 1973, na metrópole e nas colónias, assim como o número de faltosos na metrópole. Como se pode verificar, os quadros originais não contêm o número de recrutamento nos anos de 1969, 1973 e ainda do início de 1974, na metrópole.

Quadro 1. Recrutamento de militares 1961-1973

	Totais efetivos metrópole	Apurados	Faltosos	% faltosos	Totais efetivos colónias
1961	40110	48832	8722	17,9	9000
1962	46862	57073	10211	17,9	15165
1963	46348	59676	13328	22,3	19187
1964	46892	61249	14357	23,4	25313
1965	47833	64805	16972	26,2	27761
1966	47334	63342	16008	25,3	30268
1967	45505	62017	16512	26,6	29155
1968	52666	70504	17838	25,3	37861
1969	-	-	-	-	38188
1970	45442	63996	18554	29,0	39406
1971	50102	65746	15644	23,8	54451
1972	47840	66681	18841	28,3	55448
1973	-	-	-	-	61816
Total	516 934	-	-	-	443 019
Total de efetivos recrutamento na metrópole e colónias					959 953

Adaptado do Quadro *Recrutamento na Metrópole. e Recrutamento nos 3 TO*. Estado Maior do Exército (1988:258, 261)

Em geral, o esforço de recrutamento apresenta uma evolução crescente, ao longo dos anos, destacando-se o ano de 1968 com o maior número de totais efetivos

recrutados. Também o número de faltosos e o número de totais recrutados nas colónias apresenta a mesma tendência.

Manuel Loff (2007) aponta para um total de 250 mil refratários, durante os 13 anos, sendo que estes na sua larga maioria vão emigrar ilegalmente, cruzando as fronteiras à mão de passadores e contrabandistas.

Entre 1960 e 1973, quase 900 mil portugueses emigraram³⁴. Como é possível verificar no quadro 3, a emigração na década de 1960, e até 1974, tem um crescimento regular todos os anos, mas é a partir de 1963 que se verificam as variações mais significativas. Entre 1963 e 1973 a média do número de emigrantes vai ser superior a 100 mil/ ano. Em 10 anos, mais de um milhão e 200 mil portugueses saem do país. Entre 1960 e 1974, a população total residente em Portugal sofre um decréscimo, fruto da forte emigração nestes anos e da guerra colonial (Valério, 2001).

Vai verificar-se, também neste período, uma forte migração do interior rural para os grandes centros urbanos, em especial as zonas mais industrializadas: Lisboa e Setúbal no Sul, e Porto, Braga e Aveiro, no Norte (Murteira, 1976).

Não obstante se terem verificado melhorias nas condições de vida dos portugueses entre 1950 e 1960, na entrada da década de 1970, o consumo per capita estava ainda muito longe de outros países europeus (Medina, 2008). A taxa de mortalidade infantil, em 1970, situava-se em 55‰, em Portugal. Em França era de 18.2‰, em Espanha de 20.7‰, no Reino Unido de 18.5‰ e, mesmo em Itália e na Grécia, situava-se abaixo dos 30‰³⁵. “Em 1970, mais de 36,0% dos alojamentos familiares não possuía eletricidade, cerca de 42,0% não tinha esgotos e quase 53,0% não tinha água canalizada (INE, 2014:34)”. A taxa de analfabetismo era de 25.7%, em 1970 (INE, 2014).

³⁴ Pordata, Emigrantes: total e por tipo.

³⁵ Eurostat | NU | Institutos Nacionais de Estatística, PORDATA, Taxa de mortalidade infantil

Quadro 2. Evolução da população residente em Portugal 1960-1974

Ano	População residente	Varição
1960	8 865 000	
1961	8 929 000	64 000
1962	8 994 000	65 000
1963	9 030 001	36 001
1964	9 035 001	5 000
1965	8 998 001	-37 000
1966	8 931 000	-67 001
1967	8 875 000	-56 000
1968	8 837 000	-38 000
1969	8 758 000	-79 000
1970	8 680 001	-77 999
1971	8 643 001	-37 000
1972	8 630 000	-13 000
1973	8 633 000	3 000
1974	8 754 000	121 000

População residente, média anual: total e por sexo

Fontes de Dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente

Fonte: PORDATA

Última atualização: 2022-03-29

Quadro 3. Emigração legal e estimativa da emigração clandestina 1960-1974

ano	legal	clandestina	total
1960	32 318	2 841	35 159
1961	33 526	5 046	38 572
1962	33 539	9 463	43 002
1963	37 829	17 389	55 218
1964	43 320	32 256	75 576
1965	62 752	28 736	91 488
1966	91 607	20 388	111 995
1967	78 515	16 197	94 712
1968	68 981	27 246	96 227
1969	70 165	85 507	155 672
1970	66 360	116 845	183 205
1971	50 400	108 073	158 473
1972	54 084	61 461	115 545
1973	79 517	50 215	129 732
1974	43 397	37 462	80 859
1975	24 811	27 675	52 486
1976	17 493	21 699	39 192

In Baganha & Marques (2001:84)

O desenvolvimento produtivo, o aumento do consumo, a evolução tecnológica, a expansão do «estado social» não chegou da mesma forma e ao mesmo tempo a todos os países europeus. Em Portugal, no final da década de 1960 e início de 1970, existiam

largas camadas da população em condições de absoluta pobreza e, até 1974, não se verificariam transformações radicais das condições de vida dos portugueses. De acordo com Manuela Silva (1982), em 1973, o rendimento mínimo para satisfação de necessidades básicas de uma família de dimensão média (2.7) era de 3525 escudos/mês. De acordo com a mesma autora, 31.4% das famílias, em Portugal continental, vivia com um valor inferior àquele, sendo que esta percentagem variava entre 20% em famílias de três pessoas e 51.5% em famílias de seis. Ainda que as estatísticas disponíveis possam não ser rigorosas ou adequadas à avaliação da situação de pobreza, Manuela Silva estimou que 30% das famílias portuguesas vivia, em 1973, em situação de pobreza, traduzindo seguramente um maior percentual de portugueses, considerando que as famílias mais pobres eram também as mais numerosas.

Em Portugal, a realidade dos anos 1960- 1970 é significativamente diferente da realidade de outros países onde se verificaram ações de contestação estudantis relevantes. A massificação escolar estava longe de ser uma realidade e, apesar de se verificar uma maior procura do ensino superior, a partir de 1960, com um crescimento da população universitária superior a 50%³⁶ entre 60 e 70, o número de estudantes universitários era muito inferior face aos outros países da Europa e do “mundo desenvolvido”³⁷. Não obstante, as “universidades e instituições que não estavam física, organizacional e intelectualmente preparadas” (Hobsbawm, 1997:235) eram uma realidade a par do obscurantismo e do isolacionismo científico, técnico e investigativo das academias, e de um ambiente caracterizado por relações fortemente hierarquizadas e rígidas, realidade resultante também da depuração do corpo docente, operada através de diferentes mecanismos, da proibição de contacto com organizações internacionais, da “inculcação ideológica e de doutrinação moral” e da repressão (Nóvoa, 1992: 458).

³⁶ Cf quadro 9, no ano letivo de 1960/1961 o número de estudantes era de 23.877, em 1970/1971 o número chegou aos 49.461.

³⁷ Sedas Nunes compara a população universitária portuguesa com a de 63 outros países no ano de 1961 e mostra que “mesmo abstraindo das gigantescas massas discentes dos E.U.A e da U.R.S.S., verifica-se, por exemplo, que por cada 100 estudantes em Portugal havia, na época, 334 no México, 362 em Espanha, 380 na Jugoslávia, 450 no Brasil, 455 no Egipto, 490 na Checoslováquia, 503 na Polónia, 522 no Reino Unido, 572 na Coreia do Sul, 756 na Argentina, 886 na Alemanha Ocidental, 912 na Itália, 1029 em França e 2851 no Japão. Este rol de países corresponde, muito aproximadamente, ao daqueles em que os movimentos estudantis se têm revelado mais ativos, seja à escala da Universidade, seja à da sociedade em geral” (Nunes, 1971:12,13).

1.2.2. Sobre o ensino

Ensino secundário – alguns aspetos para a sua caracterização

Pelo menos até ao final da II Guerra Mundial, o regime consagra à educação um papel de “inculcação ideológica e de doutrinação moral” (Nóvoa, 1992:458). Este papel materializa-se consecutivamente na redução da escolaridade obrigatória, na redução dos conteúdos, na desprofissionalização e desvalorização do corpo docente (Nóvoa, 1992). O forte controle sobre a vida nas escolas, a par do desinvestimento e do isolamento internacional, vai conduzir ao “empobrecimento do tecido educacional português” (Nóvoa, 1992:460). No início da década de 1960, e não obstante as reformas do ensino liceal e técnico anteriores e alguns sinais de mudança no papel atribuído à educação – de mecanismo de propaganda e conformação ideológica a instrumento de desenvolvimento económico –, Portugal continuava ainda muito distante do desenvolvimento educativo de outros países da Europa (Nóvoa, 1992, 2005; Moreira, 2021).

Apenas em 1964 (ainda que a legislação só venha a ter efeitos reais anos mais tarde), se estenderia a escolaridade obrigatória aos seis anos³⁸ e não sem uma forte pressão internacional (Moreira, 2021). A conclusão dos seis anos de escolaridade obrigatória poderia ser realizada a partir da frequência do 1.º ciclo nos liceus, do ciclo preparatório no ensino técnico profissional ou a partir de uma terceira via, criada na mesma legislação, a frequência e conclusão da 5.ª e 6.ª classe, ministradas nas escolas primárias. Em 1967, o governo introduz o ciclo preparatório do ensino secundário³⁹, unificando o 1.º ciclo do ensino liceal e o ciclo preparatório do ensino técnico, mantendo a 5.ª e 6.ª classe. Mas esta alteração não se vai traduzir no fim da dicotomia entre trabalho manual e intelectual, entre ensino técnico e liceal, e a distinção social correspondente. Não só uma parte muito significativa das crianças (40%) entre os 10 e os 14 anos não frequentavam a escola, em 1970 (Pordata, 2020; INE, 1971), como se manterá até ao 25 de Abril a distinção social entre as diferentes vias de conclusão do ciclo preparatório e do ensino secundário.

³⁸ Decreto-lei nº 45 810 de 9 de Julho de 1964

³⁹ Decreto-lei nº 47 480 de 2 de Janeiro de 1967

(...) a dualidade das vias de estudos secundários entre uma via geral (liceus) para o prosseguimento de estudos mais prolongados, apenas acessível aos filhos das classes médias e superiores e uma via técnica (ensino técnico) para o preparo de profissionais qualificados, mas subalternos, para a indústria e o comércio, dirigida a determinados estratos das classes operária e camponesa foi, diligentemente, cultivada pelo Estado Novo até à Revolução de 1974 e prosseguiu, sob novas condições (e contradições), para além dela.

(Moreira, 2021:159,160)

Na entrada da década de 1970, não obstante as reformas que se foram desenvolvendo no plano legislativo, e a subida da procura do ensino, ao longo dos anos de 1960, Portugal mantinha uma realidade de grandes desigualdades no acesso e sucesso educativos e um sistema educativo profundamente desigual.

O número de estudantes matriculados em estabelecimentos de ensino secundário oficial, entre 1969 e 1974, será sempre superior no ensino comercial e industrial, como se pode verificar nos quadros abaixo. As percentagens impressionam: no ano letivo de 1969-1970, 69% dos estudantes matriculados em estabelecimento oficial, estão em escolas comerciais e industriais. Ainda que se verifique um aumento de alunos matriculados no ensino liceal oficial e a diminuição deste número no ensino comercial e industrial, em 1974 ainda se verifica que mais de 50% dos alunos matriculados estão na via técnica. Se se comparar o número de estabelecimentos escolares do ensino liceal e do ensino comercial e industrial oficiais, também estes dados apontam para a estratégia de dualidade das vias de ensino perseguida pelo regime, como descrita por Jorge Moreira (2021).

Outro dado relevante diz respeito ao número de escolas particulares existentes, quando comparadas com as escolas públicas, assim como o número de estudantes que frequentam o ensino particular. Ainda que este número seja inferior ao número de alunos matriculados no ensino oficial (público), tem um peso relevante, 38% no ano letivo de 1969-1970 e, ainda, 20% no ano letivo de 1973-1974. Estes dados estão em concordância com as experiências relatadas por alguns entrevistados desta investigação, que retratam a inexistência de escola pública no seu concelho e a opção

que se colocava, a muitos jovens e famílias, entre frequentarem o ensino particular ou mudarem de residência para outro concelho e, por vezes, distrito. No caso de estudantes residentes no concelho de Felgueiras (distrito do Porto), por exemplo, existia um colégio privado onde muitos estudantes completavam o antigo 5.º ano, mas a opção seguinte, mais próxima da área de residência, era no concelho de Guimarães (distrito de Braga). Para esta opção contribuía também, em muitos casos, a inexistência de transportes de qualidade que permitissem a deslocação diária entre concelhos e distritos.

O número de estudantes do ensino individual e doméstico e requerentes de exame, maiores ou equiparados, também tem relevância no total dos estudantes do ensino liceal, como se pode verificar no quadro 7.

Quadro 4. Estabelecimentos e estudantes matriculados no ensino liceal

Ensino Liceal			Estudantes Matriculados			
Ano letivo	Escolas Ens. Oficial	Escolas Ens. Particular	Ensino Oficial	Ensino Particular	Total	Outro*
1969-1970	51	387	53 913	33 495	120 374	32 966
1970-1971	70	382	65 226	35 096	137 259	36 937
1971-1972	89	359	79 030	34 685	155 682	41 967
1972-1973	119	342	96 506	32 871	175 547	46 170
1973-1974	151	313	123 096	31 428	211 953	57 429
* Inclui estudantes do ensino individual e doméstico e requerentes de exame maiores ou equiparados.						

Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Estatísticas da Educação - Continente e Ilhas Adjacentes 1970, 1971, 1972, 1973 e 1974.

Quadro 5. Percentagem de alunos matriculados no ensino liceal oficial e particular

Ano letivo	% alunos matriculados no Ensino Oficial Liceal	% alunos matriculados Ensino Particular Liceal
1969-1970	62%	38%
1970-1971	65%	35%
1971-1972	69%	31%
1972-1973	75%	25%
1973-1974	80%	20%
*Percentagens calculadas face ao número total de alunos matriculados em estabelecimento de ensino. Não incluem os estudantes do ensino individual e doméstico e requerentes de exame maiores ou equiparados		

Quadro 6. Estabelecimentos e estudantes matriculados no ensino comercial e industrial

Ensino Técnico Comercial e Industrial			Estudantes Matriculados		Total
Ano letivo	Escolas Ens. Oficial	Escolas Ens. Particular	Ensino Oficial	Ensino Particular	
1969-1970	108	26	120 682	6 878	127 560
1970-1971	128	26	127 171	7 171	134 342
1971-1972	137	24	130 631	7 654	138 285
1972-1973	143	20	141 033	8 072	149 105
1973-1974	176	23	138 535	7 891	146 426

Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Estatísticas da Educação - Continente e Ilhas Adjacentes 1970, 1971, 1972, 1973 e 1974.

Quadro 7. Alunos matriculados apenas no ensino liceal e técnico comercial e industrial oficial

Ano letivo	Ensino Liceal		Ensino Comercial e Industrial		Total
	Total	%	Total	%	
1969-1970	53 913	31%	120 682	69%	174 595
1970-1971	65 226	34%	127 171	66%	192 397
1971-1972	79 030	38%	130 631	62%	209 661
1972-1973	96 506	41%	141 033	59%	237 539
1973-1974	123 096	47%	138 535	53%	261 631

Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Estatísticas da Educação - Continente e Ilhas Adjacentes 1970, 1971, 1972, 1973 e 1974.

Até 1972 funcionavam na cidade do Porto cinco liceus: os liceus masculinos Alexandre Herculano e D. Manuel II; os liceus femininos Carolina Michaelis e Rainha Santa Isabel e o liceu Garcia da Orta (inaugurado em 1969 e o primeiro liceu misto na cidade) (Monteiro, 2020). Em 1972 entra em funcionamento também o liceu misto António Nobre.

As Estatísticas da Educação de 1970 identificam, em todo o distrito do Porto, sete estabelecimentos de ensino liceal público e 45 de ensino liceal particular a funcionar no ano letivo de 1969-1970. Frequentavam o ensino liceal oficial e particular, no distrito do

Porto, 19 038 estudantes, no mesmo ano⁴⁰. No ano letivo de 1973-1974, este número sobre para 21 estabelecimentos de ensino liceal oficial e desce para 44 no ensino liceal particular, com um número total de alunos matriculados de 25 991 no distrito. Não obstante o aumento do número de estudantes do ensino secundário e a construção de novos edifícios e adaptação de outros para instalação de estabelecimentos escolares, em 1973-1974, mantinham-se profundas carências educativas, em todos os níveis de ensino, nomeadamente, no nível secundário, e que só viriam a ser diminuídas após o 25 de Abril.

Ensino superior e intermédio – Universidade do Porto e outras escolas

Durante quase todo o período da ditadura, a universidade permaneceu desligada da investigação e dos desenvolvimentos tecnológicos e científicos internacionais e ausente das reformas políticas que noutros graus de ensino foram sendo realizadas (Rosas, 1999).

Para o regime, a universidade constituía o garante da reprodução de quadros moral e doutrinariamente formados de acordo com os seus princípios ideológicos e por isso foi sempre tratada como um caso à parte no conjunto do sistema de educação. Ela representava “o cadinho de reprodução política e ideológica das elites do Estado” (Rosas, 1999:80). Por isso, e porque desde muito cedo o regime privilegiava a racionalização e compartimentação dos saberes e olhava com desconfiança “a ciência, a técnica, a pluralidade dos saberes”, mas também porque a propaganda, “o espectáculo e o monumento sobrelevam o saber encerrado em espaço fechado e o documento”, à universidade era designado um papel que não deixava de ser central e estratégico, o de formar os homens adequados à ditadura no governo do país, mas também na direção das mais diversas atividades económicas e sociais (Rosas, 1999:80).

⁴⁰ Instituto Nacional de Estatística. Estatísticas da Educação - Continente e Ilhas Adjacentes 1970.

Em 1930, a totalidade dos estudantes que cursavam as Universidades representava 0,37% da população activa do país. Mas a Assembleia Nacional, constituída em 1934, tinha mais de 90% de licenciados com um curso superior no conjunto dos seus 90 deputados.

(Rosas, 1999:80)

Para além do acesso à universidade ser restrito (cf. quadro I), o acesso ao corpo docente era ainda mais exclusivo, formando um corpo profundamente estático e da mais estrita confiança do governo. Recorde-se que, logo a partir de 1935, com a lei 1:901, de 21 de Maio, obrigam-se todos os “candidatos à função pública a assinar um compromisso de que «não são e nunca foram membros de uma associação secreta»” e com o decreto-lei n.º 27003 (art.º 1), celebrenemente conhecido como “declaração anticomunista”, os candidatos são obrigados a declarar que estão integrados “na ordem social estabelecida pela Constituição Política de 1933, com activo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas” (Rosas, 1992:90).

Fernando Rosas (1992:89) identifica pelo menos três momentos distintos de “ofensiva e depuração colectiva contra professores universitários”, a saber: 1935, 1946/47 e 1973. O instrumento utilizado foi, durante toda a ditadura, o decreto-lei n.º 25.317, de Maio de 1935, que permitia reformar compulsivamente ou demitir todos os membros da função pública que se mostrassem em oposição à Constituição Política de 1933 (Rosas, 1992).

Em Maio de 1935 são impedidas de exercer as suas funções 33 personalidades civis e militares⁴¹, entre as quais: Abel Salazar, da Faculdade de Medicina do Porto, Mem

⁴¹ Pela Resolução do Conselho de Ministros de 14 de Maio de 1935, são afastados: Doutor Adelino Hermitério da Palma Carlos, assistente do Instituto de Criminologia de Lisboa; Doutor Sílvio Vieira Mendes Lima, professor auxiliar da Faculdade de Letras de Coimbra; Doutor Aurélio Quintanilha da Faculdade de Ciências de Coimbra; Doutor Manuel Rodrigues Lapa, professor auxiliar da Faculdade de Letras de Lisboa; Doutor Álvaro Isidro de Faria Lapa, encarregado de curso na Faculdade de Medicina de Lisboa; Doutor Abel de Lima Salazar, da Faculdade de Medicina do Porto; General José Mendes Ribeiro Norton de Matos, do Instituto Superior Técnico; Professor Manuel de Sousa Coutinho Júnior, do Liceu de Gil Vicente, de Lisboa; Professor Eduardo Ferreira dos Santos Silva, do Liceu de Alexandre Herculano do Porto; Professor Alberto Álvaro Dias Pereira, do Liceu de Júlio Henriques e da Escola de Brotero, de Coimbra; Professor Fernando Alfredo Palyart Pinto Ferreira, diretor do Instituto de António Aurélio da Costa Ferreira; Professor Mem Tinoco Verdial, do Instituto Industrial do Porto; Professor José Vicente Barata da Escola Industrial da Covilhã; Jaime Carvalho Duarte, professor de ensino primário; Bernardo José da Costa Amaral, professor de ensino primário; Manuel da Silva, professor da Casa Pia de Lisboa; Doutor José de Oliveira Neves, secretário geral da Universidade de Coimbra; Rafael Augusto de Sousa Ribeiro, chefe da secretaria da Faculdade de Direito de Lisboa.

Tinoco Verdial, do Instituto Industrial do Porto e Eduardo Ferreira dos Santos Silva, do Liceu de Alexandre Herculano, do Porto (Resolução do Conselho de Ministros de 14 de Maio de 1935).

Entre 1946 e 1947, em resposta às movimentações do Movimento de Unidade Democrática (MUD), são novamente demitidos, para além de Bento de Jesus Caraça (professor catedrático do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras - ISCEF), logo em 1946, mais 21 professores universitários em 1947⁴², entre eles, José Cardoso Morgado Júnior, do Instituto Superior de Agronomia e Ruy Luís Gomes, “demitido da Universidade do Porto pelo Ministro da Educação, Fernando Pires de Lima, por ter reclamado contra a prisão de uma aluna sua pela PIDE” (Universidade do Porto, 2012). A 5 de Janeiro de 1973, são afastadas mais 12 pessoas (Rosas, 1992).

A universidade irá manter-se, quase até ao 25 de Abril, “como coutada da oligarquia, alargada às classes médias abastadas, onde a presença de estudantes oriundos dos grupos sociais de menos rendimentos era claramente minoritária, se bem que em crescimento desde os anos 60” (Rosas, 1999:81). Mas, apesar dos mecanismos impostos para garantir a estabilidade e da forte seletividade de estudantes, será também na universidade que terão lugar fortes lutas de resistência e oposição à ditadura.

⁴² Pela Resolução do Conselho de Ministros de 14 de Junho de 1947 são afastados: Dr. Mário Augusto da Silva, professor catedrático da Faculdade de Ciências de Coimbra; Dr. Augusto Pires Celestino da Costa, professor catedrático da Faculdade de Medicina de Lisboa; Dr. João Cândido da Silva Oliveira, idem, idem. Dr. Francisco Pulido Valente, idem, idem. Dr. Fernando da Conceição Fonseca, idem, idem. Dr. Adelino José da Costa, idem, idem. Dr. José Henrique Cascão de Anciães, professor extraordinário da Faculdade de Medicina de Lisboa; Dr. Carlos Fernando Torre de Assunção, professor catedrático da Faculdade de Ciência de Lisboa; Dr. Flávio Ferreira Pinto Resende, idem, idem; Bacharel António Augusto Ferreira de Macedo, professor catedrático do Instituto Superior Técnico; Engenheiro Arnaldo Peres de Carvalho, idem, idem; Licenciado Manuel Augusto Zaluar Nunes, professor catedrático, interino, do Instituto Superior de Agronomia; Dr. João Remy Teixeira Freire, professor extraordinário, interino, do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Dr^a Andréa Crabé Rocha, da Faculdade de Letras de Lisboa; Dr. Luís Dias Amado, da Faculdade de Medicina de Lisboa; Dr. Manuel José Nogueira Valadares, da Faculdade de Ciências de Lisboa; Dr. Aurélio Marques da Silva, idem, idem; Licenciado Armando Carlos Gibert, idem, idem; Engenheiro João Lopes Raimundo, do Instituto Superior Técnico; Licenciado José Cardoso Morgado Júnior, do Instituto Superior de Agronomia; Licenciado Orlando Morbey Maria Rodrigues, do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.

A Universidade do Porto foi constituída em 1911, a partir de um conjunto de estruturas de ensino pré-existentes. Inicialmente conta com duas faculdades, Medicina e Ciências, e duas escolas anexas, escola de Farmácia e Escola Técnica. A Escola Técnica iria dar origem à Faculdade de Engenharia, em 1926, e a Escola de Farmácia, à Faculdade de Farmácia, em 1921. A Faculdade de Letras conheceria um breve período de existência entre 1919 e 1926, altura em que seria extinta. Apenas voltaria a funcionar a partir de 1962. A Faculdade de Economia seria inaugurada em 1953 (Santos, 2011). Estas seis faculdades: Medicina, Ciências, Engenharia, Farmácia, Letras e Economia seriam, no período em estudo e até ao 25 de Abril, o corpo fundamental da Universidade do Porto.

A Faculdade de Medicina funcionou até 1959 no Largo da Escola Médica, 24 (atual Largo do Prof. Abel Salazar), junto à Praça dos Leões, em edifício contíguo ao Comando Territorial da GNR. O edifício em questão foi ocupado pelo Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar (ICBAS), após a sua criação, já depois do 25 de Abril. Em 1959 foram inauguradas as instalações do novo hospital escolar do Porto e a Faculdade de Medicina passou a ocupar instalações na Asprela. Depois de alguns anos a funcionar no edifício central da Universidade, nas Praça dos Leões, a Faculdade de Engenharia passou a funcionar, a partir de 1937, no atual edifício ocupado pela Faculdade de Direito, na Rua dos Bragas, número 223. A Faculdade de Letras, reativada no ano letivo de 1962-1963, começou por funcionar no antigo edifício ocupado por Medicina, no Largo da Escola Médica, 24, onde partilhou instalações com Ciências. Mas rapidamente as instalações se revelaram insuficientes. A secção de filosofia viria a ocupar o Palácio Burmester, no Campo Alegre. Em 1972, quando inicia o curso de Filologia Germânica, as instalações do Largo da Escola Médica já não podem suportar mais estudantes, pelo que este curso vai ocupar um edifício na Rua das Taipas, no número 76. A Faculdade de Farmácia ocupava um edifício, construído de raiz para esse fim, no cruzamento da Rua Álvares Cabral com a Rua Aníbal Cunha. A Faculdade de Economia, inaugurada em 1953, funcionou, até 1974, no último andar da Faculdade de Ciências. A Faculdade de Ciências funcionava no edifício central da Universidade, na

Praça Gomes Teixeira, onde também funcionava a reitoria da Universidade e ocupava também uma parte do edifício onde se localizava Letras (Fernandes, 2007).

Como se pode adivinhar pela descrição anterior, as instalações da Universidade não acompanharam o aumento do número de estudantes ao longo dos anos, e as soluções encontradas para acomodar as faculdades e cursos foram sempre soluções parciais e temporárias, excetuando-se o caso da FMUP. Durante os 48 anos de ditadura, apenas foram construídas de raiz as instalações da Faculdade de Medicina, e da Faculdade de Economia, ainda que, no caso desta última, a transferência para a nova localização só viria a verificar-se já em 1974. A Reitoria, Ciências, Economia e Letras, partilharam durante vários períodos instalações exíguas, que tornavam o dia-a-dia para estudantes e corpo docente insustentável (Fernandes, 2007). Ora esta situação, ao nível das instalações das diferentes faculdades e serviços da Universidade, contrastava claramente com a evolução do corpo estudantil.

Para além das faculdades já referidas, existia ainda no Porto a Escola Superior de Belas Artes, onde funcionavam os cursos de Arquitetura, Pintura e Escultura. A ESBAP, desde a sua constituição, enquanto tal, está localizada no mesmo local, na Avenida Rodrigues de Freitas, em edifício classificado como monumento de interesse público.

Depois do 25 de Abril, será autonomizada a Faculdade de Arquitetura (1979)⁴³ e a ESBAP será transformada em Faculdade de Belas Artes (1992).

Para além da ESBAP, funcionavam outras escolas com estatuto não universitário, mas no quadro do ensino superior intermédio, designadamente o Instituto Industrial do Porto, que viria a originar o Instituto Superior de Engenharia do Porto – ISEP (1974). Também funcionava o Instituto Comercial que, após o 25 de Abril, daria origem ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto – ISCAP.

Para os objetivos deste trabalho são consideradas, para além das Faculdades existentes à altura na Universidade do Porto, a ESBAP e o IIP por serem escolas em que se verificaram ações de contestação significativas, que foi possível conhecer. Isto não significa que não tenham existido mobilizações estudantis noutras escolas, mas não foi possível mapeá-las, no quadro da presente investigação.

⁴³ Informação disponível no sítio da internet da Universidade do Porto e respetivas Faculdades.

Quadro 8. Estudantes matriculados por estabelecimentos de ensino e ano letivo

Estudantes matriculados por estabelecimento de ensino e ano letivo

	1964-1965	1966-1967	1969-1970	1970-1971	1971-1972	1972-1973	1973-1974
Faculdade de Ciências	1626	1556	1546	1467	1525	1696	1878
Faculdade de Economia	1002	1233	1573	1618	1602	1834	1915
Faculdade de Engenharia	350	471	550	1030	1227	1201	1011
Faculdade de Farmácia	257	335	441	462	476	510	474
Faculdade de Letras	666	883	1618	2123	2462	3168	3717
Faculdade de Medicina	816	890	1328	1558	1812	2275	2762
Escola Superior de Belas Artes	376	374	427	497	492	546	*
Total Universidade do Porto + ESBAP	5093	5742	7483	8755	9596	11230	11757

Fonte: Estatísticas da Educação, INE.

*As EE não fazem distinção entre ESBAP e ESBAL neste ano. Contabilizam-se nas duas escolas 2258 estudantes matriculados.

1.2.3. Sobre a oposição ao regime

Não obstante todas as restrições políticas impostas, a repressão exercida, a atuação da polícia política e as dificuldades quotidianas que advinham da pobreza existente no país, ao longo dos 48 anos de fascismo⁴⁴, foram inúmeras as formas de organização e resistência que diversos setores e camadas da sociedade encontraram para contornar, subverter, resistir e enfrentar o regime.

⁴⁴ Depois de um período, que vai até aos anos 80, em que a utilização do conceito de «fascismo» na caracterização da ditadura portuguesa era maioritária não só entre “ideólogos”, mas também por “investigadores” (Torgal, 2009:54), assiste-se a uma mudança que tende a questionar esta conceptualização e que em alguns trabalhos se insere no contexto mais geral de revisão dos significados, sentidos e realidade da ditadura e da própria revolução do 25 de Abril (Soutelo, 2014). O conceito de «Estado Novo» foi-se consolidando como categoria histórica descritiva do período da ditadura inserido em muitos casos na lógica de revisão da sua caracterização, importa por isso registar que é um conceito apropriado e reelaborado pelo regime e que serviu antes de mais para autodenominação numa lógica de “precisamente por essa via (...) criar a representação de que o regime era «original»” (Torgal, 2009:33).

Neste processo envolveram-se milhares e milhares de pessoas, das mais diversas origens e sectores sociais - trabalhadores, intelectuais, jovens, mulheres, estudantes, católicos, que participaram, quantas vezes de forma simultânea, em diferentes organizações e frentes de luta, umas de natureza mais legal ou semi-legal, aproveitando as franjas mínimas de liberdade do regime e outras de natureza clandestina (Medina, 2008:180).

No quadro das organizações de oposição à ditadura deve destacar-se o Partido Comunista Português, criado em 1921, e ilegalizado logo no ano seguinte ao golpe militar que instaurou a ditadura militar em Portugal. Perante a nova situação do país, e a sua ilegalização, o PCP encetou novas formas de organização que suportaram 47 anos de atividade na clandestinidade e fizeram dele o único partido com atividade ininterrupta durante toda a ditadura (Medina, 2008). Apesar de todas as adversidades, nomeadamente a prisão e tortura dos seus principais responsáveis, em diferentes momentos, a perseguição dos seus militantes e o desmantelamento pela polícia política de algumas das suas estruturas de funcionamento, aquele partido assumiu desde muito cedo uma estratégia de dinamização da contestação ao regime, entre diferentes setores da população, procurando criar e impulsionar organizações legais ou semi-legais que mobilizassem o máximo de pessoas possível (Medina, 2008; Rosas & Brito, 1996), para além da sua intervenção persistente no mundo do trabalho e a partir dos sindicatos e organizações de trabalhadores existentes.

Organizações de oposição ao regime

A partir da estratégia de «abertura» e agregação, e por iniciativa do PCP, irá constituir-se, clandestinamente, o Movimento de Unidade Antifascista – MUNAF, em dezembro de 1943 (Raby, 1984; Rosas & Brito, 1996). Este movimento irá congregar as diferentes forças de oposição ao regime, pelo menos até à constituição do MUD, em 1945. A constituição, em outubro de 1945, do Movimento de Unidade Democrática – MUD vai desenvolver-se num contexto de isolamento internacional do regime, fruto da vitória das forças aliadas na II Guerra Mundial (Rosas & Brito, 1996). O impacto do final

da II Guerra Mundial, com a derrota do nazi-fascismo, foi de tal ordem intenso que originou, também em Portugal, e apesar das restrições políticas e da repressão, um conjunto de manifestações populares de regozijo a 8 e 9 de maio de 1945 (Tengarrinha, 1994), nas quais os manifestantes vão erguer bandeiras dos países aliados e mastros vazios, representando a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS (Antunes, 2016). O contexto internacional desfavorável e a oposição interna que se vinha traduzindo num “ciclo de movimentos grevistas”, comumente situado entre 1942 e 1944, e impulsionado a partir da reorganização do PCP (Almeida, 2013:230; Rosas & Brito, 1996), obriga o regime a ensaiar alterações políticas. A Assembleia Nacional é dissolvida em agosto e são convocadas eleições. Salazar proclama a realização de eleições “tão livres como na livre Inglaterra” (Tengarrinha, 1994). Na realidade, o governo não terá verdadeira intenção de permitir a atuação legal da oposição. Irá responder negativamente às reivindicações formuladas pelo MUD, designadamente pelo adiamento das eleições para a efetivação de “requisitos indispensáveis à genuinidade do ato eleitoral”, tais como a liberdade de reunião, de associação e imprensa e um novo recenseamento com a fiscalização da oposição (Rosas & Brito, 1996:634). Confrontado com a ampla mobilização do MUD, o Governo suspende a ação do movimento e requer a entrega de listas de assinaturas de apoiantes do MUD que, de acordo com José Tengarrinha (1994), tinham sido promovidas como forma de fortalecer a reivindicação da sua legalidade, recolhendo milhares de signatários por todo o país. São presos Ruy Luís Gomes e Mário Cal Brandão, entre outros (Rosas & Brito, 1996). Acabar-se-iam, assim, quaisquer ilusões sobre a possibilidade de abertura do regime. O MUD manter-se-ia em funcionamento, assumindo-se como uma face legal de toda a oposição democrática, ainda que sob grande repressão, até à sua ilegalização formal, em 1948.

Em 1946 foi criado o MUD Juvenil⁴⁵, que viria a ter grande expressão entre a juventude e a desenvolver ações políticas, culturais e lúdicas de grande impacto e mobilização (Nogueira, 2009). O movimento viria a atingir “na primavera de 1947,

⁴⁵ Mário Soares, Francisco Salgado Zenha, Octávio Pato, Júlio Pomar, Mário Sacramento, António Abreu, Rui Grácio, José Borrego, Óscar dos Reis, Maria Fernanda Silva e Nuno Fidelino Figueiredo foram alguns dos dirigentes do MUD Juvenil. De acordo com o Dicionário de História do Estado Novo (Rosas & Brito (dir.), 1996), os primeiros sete nomes referidos seriam, à altura, membros do PCP.

20 000 aderentes, segundo o próprio movimento e 10 000 segundo a Legião Portuguesa” (Rosas, Pimentel, Madeira, Farinha & Rezola, 2009:99). O MUD juvenil viria a ter importante papel de direção nas ações de contestação ao Pacto Atlântico verificadas entre a juventude e também no meio universitário. Em 1952, contra o encerramento do Instituto Superior Técnico, no âmbito da IX Sessão do Conselho do Atlântico, para lá se poderem realizar reuniões do Conselho, os estudantes organizariam uma campanha pela paz e contra a proliferação nuclear e conseguiriam que não se suspendessem as aulas e exames e se permitisse a entrada aos estudantes no Instituto (Accornero, 2009). Ainda de acordo com Guya Accornero (2009), o MUD juvenil cumpriria um papel significativo na crise académica, na luta pela autonomia das associações de estudantes, que se verifica no ano letivo de 1956-1957 e que se descreverá no subcapítulo seguinte.

A ilegalização formal desta organização viria a ocorrer em 1957, no mesmo ano da conclusão do julgamento, no Tribunal Plenário do Porto, de 52 homens e mulheres, membros do MUD e do MUD juvenil e das Comissões da Paz, entre eles Agostinho Neto, Pedro Ramos Almeida, Ângelo Veloso, Óscar Lopes, António Borges Coelho, e muitos jovens estudantes do Porto⁴⁶; e da condenação, também no Porto, dos dirigentes do Movimento Nacional Democrático - MND, Ruy Luís Gomes, Virgínia Moura, José Morgado, Albertino Macedo, Lobão Vital, a 24 meses de cadeia (Lopes, 2017).

Até 1945, como referido anteriormente, não estava legalmente prevista a participação de outras forças nas eleições à Assembleia Nacional - vigorava o sistema de listas únicas. Só a partir de 1945 este sistema foi alterado para prever a possibilidade de participação de outras forças que não as da União Nacional (partido único). Ainda que estivesse inscrita, na Constituição de 1933, a eleição por sufrágio direto da Assembleia Nacional e do Presidente da República, na realidade nunca se verificaram eleições livres durante a ditadura. A partir de 1945, a concretização de eleições, em diferentes momentos, serviu sempre, apenas, dois propósitos: legitimar o regime (internamente e também face ao estrangeiro) e aproveitar as movimentações oposicionistas, em período

⁴⁶ (1957), "Acórdão do Tribunal Plenário do Porto", Fundação Mário Soares / AMS - Arquivo Mário Soares / DMJ - Documentos 50º MUD Juvenil, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93756 (2020-7-14)

eleitoral, para identificar membros e organizações e, posteriormente, lançar contra estes a perseguição e repressão (Nogueira, 2009; Medina, 2008; Ferreira, 2006).

Para a oposição, ainda que em diferentes fases pudessem existir ilusões em determinados setores quanto à ação na frente eleitoral, as eleições constituíam-se como momentos de intervenção política menos condicionada e, por isso, oportunidades para a consciencialização de mais pessoas para a luta contra o regime e a intervenção antifascista (Nogueira, 2009; Medina, 2008).

Apesar da aceitação de candidaturas da oposição e da semi-legalidade em que estas se podiam organizar, as eleições decorriam sob as mais diversas intimidações e ameaças, com a não aceitação de candidatos e a impossibilidade de as fiscalizar, ou mesmo de consultar os cadernos eleitorais, com a prisão de diversos candidatos e activistas. No entanto, muitos dos actos eleitorais, particularmente a partir do fim da 2ª guerra mundial, foram aproveitados pelos movimentos da oposição democrática para, aproveitando as margens mínimas de intervenção legal que nesses períodos se abriam, os transformarem em importantes momentos de denúncia e de luta contra as condições sociais e políticas que se viviam em Portugal e de afirmação da necessidade de mudança de regime e de instauração das liberdades democráticas.

(Medina, 2008:210)

Neste contexto, vão destacar-se as eleições presidenciais de 1949 e de 1958, a que concorrem, respetivamente, o General Norton de Matos e o General Humberto Delgado. A condição militar de ambos não deixa de refletir uma das outras áreas a que se dedicaram os movimentos oposicionistas, ao longo de toda a ditadura. Para além da ação eleitoral ou, de forma mais rigorosa, do aproveitamento dos momentos eleitorais para a ação política anti-regime, os movimentos oposicionistas vão dedicar-se, também, paralelamente, ao contacto e mobilização de forças militares. Verificam-se, ainda, em diferentes fases do regime, tentativas de golpe por iniciativa de militares que, a determinado momento, têm de facto ligação ao regime e/ou outros, em conjugação com setores do movimento oposicionista⁴⁷.

⁴⁷ Promovidos por militares e civis com diferentes simpatias político-partidárias vão realizar-se, desde o final da II Guerra Mundial, tentativas de golpes contra o regime em 1946 (Golpe da Mealhada); 1947

No conjunto das estruturas de “unidade antifascista” (Medina, 2008:210), devem ainda destacar-se o Movimento Nacional Democrático - MND, constituído em 1949 e o MDP/CDE, constituído em 1969, e que no Porto, assumia a denominação CDP- Comissão Democrática do Porto.

Com influência no movimento associativo estudantil terão também relevância as organizações católicas, Juventude Universitária Católica – JUC e Juventude Escolar Católica – JEC. Ainda que no I Congresso Nacional das Juventudes Católicas⁴⁸, realizado entre 15 e 19 de abril de 1953, se verifique a existência de uma posição tendencialmente situacionista, como se revela numa intervenção realizada sobre a existência de «certas facções» que procuram chamar as AAES «ao serviço de fins não só não universitários, como por vezes até anti-cristãos e anti-humanos»⁴⁹, a realização do próprio congresso e a discussão ali realizada, sobre problemas da juventude, contribuirá para uma evolução na consciencialização de jovens católicos que, nos anos seguintes, se vão envolver significativamente no associativismo estudantil e em ações de oposição do regime (Accornero, 2009).

No quadro da oposição ao regime, o ano de 1958 e as eleições presidenciais, com a mobilização de amplas camadas da população, em torno da candidatura de Humberto Delgado à Presidência da República, inauguraram um longo e mais profundo período de oposição ao regime (Rosas & Brito, 1996; Medina, 2008). Para muitos estudantes, o movimento em torno da candidatura daquele general constituiu o seu despertar político. Depois da imensa adesão das massas populares à candidatura do General «Sem Medo», o regime será ainda abalado pelo “início da guerra colonial (1961), a perda dos domínios portugueses na Índia (1961) e a crise académica de 1962” (Medina, 2008:111).

A perda do domínio sobre Goa, Damão e Diu, em 1961, no seguimento de uma ofensiva da Índia para a qual as forças portuguesas não estavam militarmente

(Abrilada); 1959 (Rebelião da Sé); 1961 (Assalto ao paquete Santa Maria); 1961 (Abrilada de 1961/ golpe Botelho Moniz); 1962 (Beja) (Rosas & Brito, 1996; Osuna, 2014).

⁴⁸ O Congresso reúne cerca de dois mil estudantes e é presidido por Adérito Sedas Nunes e Maria de Lourdes Pintassilgo.

⁴⁹ Rui Grácio (1996:421) decifra o conteúdo desta intervenção: “No I Congresso Nacional da JUC (53) um estudante (J. Vilaça Delgado) fala de «lutas surdas e abertas» à volta das associações. Declara «tolos ou cobardes» os que destas se desinteressassem, visto haver «certas facções» que procuram chamá-las «ao serviço de fins não só não universitários, como por vezes até anti-cristãos e antihumanos». Na linguagem cifrada do tempo: militantes e simpatizantes comunistas. E recomenda uma presença «resistente» e «renovadora» dos estudantes católicos na universidade”.

preparadas, apesar do chefe de estado ter ordenado a resistência, teve grande impacto na imagem de solidez do «império colonial português». As manobras e guerrilha nestes territórios vinham já sendo denunciadas em Portugal, pelas Comissões de Paz e o MND, que iam apelando a uma solução política que passasse pela entrega legítima dos territórios à União Indiana, que já se tinha tornado independente da Inglaterra, em 1947 (Lopes, 2017). Portanto, quando se dão os primeiros sinais de resistência armada à ocupação portuguesa em Angola, também em 1961, as questões da guerra e da paz nas colónias já não serão discussões estranhas aos portugueses.

O acontecimento político mais importante, no final de 1968, será a substituição de António Salazar por Marcelo Caetano, na presidência do Conselho de Ministros, na sequência de uma queda do primeiro. Apesar de ter tido sempre responsabilidades no interior do regime, Marcelo Caetano, enquanto reitor da Universidade de Lisboa, tinha-se demitido durante a crise académica de 1962, em oposição à repressão exercida sobre os estudantes. Esta parte do seu percurso, e algumas das medidas tomadas no início do seu mandato, levam a que alguns setores oposicionistas acreditem que possam existir mudanças políticas no país, com a restituição de liberdades e a legalização de atuação de partidos políticos.

O Comité Central do PCP, reunido em setembro de 1968, emite um comunicado em que avalia a situação política do país e, num texto publicado no jornal Avante! de outubro/ novembro de 1968, alerta para o perigo de ilusões em torno da formação de novo governo que poderá conduzir “sectores mais vacilantes da Oposição” ao “colaboracionismo e à capitulação”, reafirmando que apenas a organização e ação do povo português poderá pôr fim à ditadura. Antecipando alguns dos acontecimentos que se vão desenvolver em 1969, já neste comunicado, o PCP afirma que um dos objetivos da “demagogia liberalizante” do novo governo é isolar o PCP e “outras forças de esquerda”, procurando “refrear o descontentamento, fomentar a inércia e a expectativa das massas, impedir a súbita agudização da luta de classes e alargar os seus apoios internacionais” (Avante!, n.º 396, Out-Nov de 1968, pag.1).

A análise viria a demonstrar-se correta. Não só as alterações legislativas efetuadas, que poderiam apontar para uma certa abertura política, viriam a ser

novamente alteradas (caso da legislação sindical⁵⁰), como outras alterações se revelariam apenas como operações de cosmética (caso da alteração da designação da polícia política ou dos serviços de censura⁵¹), e a repressão viria a aumentar a partir de 1970 (Cabrita e Cartaxo, 2011).

A partir de 1969, forças de oposição ao regime irão organizar-se em torno do MDP/CDE, que se apresenta a eleições à Assembleia Nacional, em 1969 e 1973, através das Comissões Democráticas Eleitorais – CDE e das listas da Comissão Eleitoral de Unidade Democrática – CEUD, que irão concorrer, apenas em 1969 (Medina, 2008).

Nas listas do MDP/ CDE⁵² do Porto, em 1969 e 1973, irão participar estudantes e licenciados com participação associativa estudantil anterior.

A par de outras ações e momentos simbólicos, seja no contexto do movimento estudantil, seja no quadro da organização dos trabalhadores, a partir de 1968, irá criar-se uma dinâmica importante que agrega diferentes setores em torno de iniciativas de oposição ao regime. Entre estas, estão as ações dinamizadas em torno das comemorações do 8 de março (Dia Internacional da Mulher), do 5 de outubro (data da implantação da República) e, especificamente no Porto, do dia 31 de janeiro (revolta do

⁵⁰ Decreto-lei 492/70, de 22 de Outubro; Decreto-lei 502/70, de 26 de outubro.

⁵¹ Ainda em 1969, procede-se à criação da Direção Geral de Segurança – DGS que substitui a Polícia Internacional e de Defesa do Estado – PIDE através do Decreto-Lei n.º 49401 de 19/11-1969. Em 1971 é aprovada a Lei n.º 5 que regula a imprensa. Nesta legislação estabelece-se o exame prévio às publicações quando estiverem em causa atividades subversivas. A regulamentação da legislação só viria a publicar-se em 1972, através da Lei n.º 150 que estabelece e só seria aplicável a partir de junho. A partir desta data os serviços de censura passariam a denominar-se de Exame Prévio.

⁵² Candidatos às eleições à Assembleia Nacional em 1969 nas listas da CDE: Alberto Teixeira de Sousa; Armando Filipe Cerejeira Pereira Bacelar; Armando Fernandes de Moraes e Castro; Francisco José Fernandes Hortas; José Arnaldo Rodrigues da Fonseca Maia; Joaquim da Silva Rocha Felgueiras; José Fernando Coelho Cardoso; Papiniano Manuel Carlos Vasconcelos Rodrigues; Virgínia de Faria Moura; Zeferino Antas de Sousa Coelho; nas listas CEUD – Abílio Augusto Lopes Cavalheiro; Alberto Manuel Pereira França; António José de Sousa Pereira; José Maria Machado de Matos; António José da Silva Júnior; Artur Morgado Ferreira dos Santos Silva; João Maria de Matos Araújo Correia; José Luís do Amaral Nunes; Manuel Coelho dos Santos; Mário Cal Brandão; Sophia de Mello Breyner Andresen.

Candidatos às eleições à Assembleia Nacional, em 1973 nas listas CDE: António Macedo Varela; Jerónimo de Sousa Peixoto de Almeida; Berta Monteiro; Joaquim Augusto Nunes de Pina Moura; César da Silva Príncipe; José Augusto Nozes Pires; Célio Ezequiel de Albuquerque Melo da Costa; Cassiano Pena de Abreu e Lima; Fernando Celso da Silva Lemos Ferreira; Horácio António Simões da Costa Guimarães; Manuel Domingos de Sousa Pereira; António da Silva Mota; José Luís Nogueira; Arnaldo Abreu Pinheiro Torres Araújo; Joaquim da Silva Rocha Felgueiras; Jaime Alves Vilhena de Andrade; Rui Manuel Polónio Sampaio; Olívia Ferreira; Virgílio Moreira; António Cândido Miranda Macedo; Raul Fernandes de Moraes e Castro; Óscar Lopes; Manuel Domingos Sousa Pereira; Vítor Óscar de Magalhães Silva Passos (Lemos, 2009).

Porto a favor da instituição da República, em 1891), mas também a criação da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos (fundada no final de 1969).

Os Congressos de Aveiro

Em 6 de outubro de 1957, realiza-se o I Congresso Republicano de Aveiro, que viria a ter importância na definição de uma estratégia comum da oposição, no quadro das eleições presidenciais de 1958. O II Congresso Republicano vai realizar-se a 15 de maio de 1969 e o III Congresso vai adotar a designação de Congresso da Oposição Democrática, e realiza-se entre 4 e 8 de abril de 1973. Estes congressos, todos realizados em Aveiro, “por tradição, e sobretudo pela acção e prestígio de Mário Sacramento”, médico e escritor, e figura de grande significado na oposição ao regime, vão envolver milhares de pessoas e impulsionar uma discussão cívica, social e política sem precedentes, durante a ditadura (Rosas & Brito, 1996:186). Organizados sempre a pretexto de momentos eleitorais, aproveitando as brechas de abertura admitidas pelo regime nessas alturas, os congressos vão ser pretexto para que se produzam reflexões coletivas sobre todos os principais problemas do país, e se adotem princípios gerais no sentido da sua resolução. Refletindo as convergências e divergências presentes na oposição ao regime, nos momentos da sua realização, os congressos, a discussão que os antecede e a produção escrita das suas teses e conclusões, constituem referências na luta antifascista no país.

No II Congresso, em 1969, vão participar, e apresentar teses, personalidades importantes na luta antifascista do Porto⁵³, como Virgínia Moura e Lobão Vital, Raul de Castro, Armando de Castro, Óscar Lopes, Ruy Luís Gomes e José Morgado, Manuel Teixeira Ruela, entre outros.

O II Congresso é realizado em plena crise universitária, em Coimbra, o que faz com que o movimento estudantil seja várias vezes referido.

⁵³ Virgínia Moura e Lobão Vital apresentarão uma tese sobre *As casas dos trabalhadores nos centros urbanos*; Raul de Castro sobre *Actualidade dos Princípios do direito estabelecido pelo regime republicano de 1910*; Armando de Castro sobre *Contribuição para a definição da problemática económico-social contemporânea do povo português*; Óscar Lopes sobre *Perspectivas democráticas da literatura portuguesa*; Manuel Teixeira Ruela (conhecido como o médico dos pobres na Senhora da Hora, Matosinhos) falará sobre *A tuberculose, um angustiante problema nacional* (Teses e documentos do II Congresso Republicano de Aveiro, 1969).

Ruy Luís Gomes e José Morgado (exilados no Brasil) e impedidos de participar nos trabalhos enviarão uma saudação ao congresso onde discutem a crise da universidade.

(...) Como professores compulsoriamente afastados há mais de vinte anos das Universidades Portuguesas, sentimos que um dos mais graves problemas do nosso país é o problema das Universidades.

É já um lugar comum que as universidades portuguesas, no seu conjunto, se omitem sistematicamente perante os problemas nacionais.

Assim é que os Conselhos Escolares das diferentes Faculdades:

-não só nunca tomaram posição contra o fascismo como até alguns desceram à ignomínia de conceder títulos universitários a fascistas como Franco;

-não vieram a público condenar as guerras coloniais como crimes contra a humanidade;

-não repudiaram publicamente a expulsão de professores universitários, secundários e primários por motivos políticos;

-não repudiaram publicamente a expulsão de estudantes por motivos políticos;

-não condenaram publicamente as invasões das Faculdades pela polícia para perseguir estudantes;

-não condenaram nunca os catedráticos que, como ministros da Educação e Justiça, mais se salientaram na repressão a estudantes e professores;

-nenhum apoio têm dado às lutas dos estudantes universitários de Lisboa, Porto e Coimbra pela reintegração dos professores expulsos por motivos políticos;

-nenhum apoio têm dado aos estudantes universitários na luta pela autonomia das Universidades e das Associações Académicas (...)

Para além da denúncia da inação das autoridades académicas face aos problemas enumerados, Ruy Luís Gomes e José Morgado vão denunciar, ainda, o afastamento e não integração e aproveitamento de dezenas de personalidades de reconhecido valor em diferentes áreas científicas nas universidades⁵⁴. A sua saudação

⁵⁴ Destacam, entre muitos outros que afirmam existir, os nomes de: António Sérgio, Jaime Cortesão, António Monteiro, Manuel Valadares, António Barros Machado, José Ferreira Marques, Hugo Baptista Ribeiro, Alfredo Pereira Gomes, João Andrade e Silva, Pedro Martins, António Brotas, José Santana Dionísio, Aurélio Quintanilha, Óscar Lopes, Magalhães Vilhena, Magalhães Godinho, Rodrigues Lapa, Joel Serrão, Keil do Amaral, Laginha Serafim, Corino de Andrade, Delfim Amorim, Fernando David, António José Saraiva, Newton de Macedo, Fernando Fonseca, Pulido Valente, Mário Silva, Aurélio Marques da Silva, Armando Castro, Jorge Alarcão, Mário Ruivo, José Marinho, Santana Dionísio, António Salgado

irá terminar com a proposta ao Congresso de que se apoie a luta dos estudantes; que se apele aos professores das universidades que sigam o exemplo dos estudantes na luta pela autonomia universitária; que se publique o curriculum dos professores e especialistas afastados ou que não tiveram nunca acesso à carreira académica; que se defenda a criação de comissões paritárias de estudantes e professores para se analisar o problema da universidade e assumir, no futuro, a gestão da mesma; que inicie estudos para “a criação da Universidade de Aveiro – a Universidade José Estevão – como afirmação de continuidade da obra da Primeira República em prol das Ciências, Técnicas, Artes e Letras ao serviço do Povo Português, da Liberdade e da Paz” (1969:177).

No III Congresso da Oposição Democrática, em 1973, o contributo e importância da juventude e dos estudantes no movimento de resistência antifascista será ainda mais visível que no II Congresso. Na 4.ª secção, dedicada ao tema de Urbanismo e Habitação, por exemplo, serão apresentadas quatro teses por estudantes de arquitetura do Porto⁵⁵. A este facto não será alheio o processo de reestruturação do ensino de arquitetura na ESBAP, que se discute, em subponto do capítulo VI. Estudantes do Porto serão ainda responsáveis pela apresentação da tese: *Os estudantes ao lado do povo na luta pela liberdade e pelo fim da guerra colonial*. Na comissão executiva do congresso irão participar dois estudantes: António Regala e Mário Bastos Rodrigues e na comissão nacional irão participar os estudantes do Porto, Fernando Pessoa, Fernando Semedo, Horácio Guimarães e Joaquim Pina Moura, assim como os ativistas anteriores do movimento estudantil na cidade, agora licenciados e a trabalhar: José Augusto Nozes Pires e José Garret Guimarães. José Augusto Nozes Pires apresentará a tese: *A crise do Fascismo, a aproximação da vitória das forças democráticas*.

Nas conclusões do congresso dedicadas aos temas da Educação, Cultura e Juventude, vai verificar-se a exigência de:

Júnior, Urbano Tavares Rodrigues, Casais Monteiro, José Régio, Miguel Torga, Ferreira de Castro, Fernando Namora, Miguel Urbano Rodrigues, Fernando Lopes Graça, Mário Dionísio, Maria Isabel Aboim Inglês, António Rica Gonçalves, Júlio Pomar, Lima de Freitas, Maria Keil, Vítor Ramos, Barradas de Carvalho, Ema Quintas Alves, Maria Helena Andrade e Silva, Laureano Barros, José Gaspar Teixeira, Augusto Sá da Costa, Augusto da Costa Dias, Jorge Delgado, Flausino Torres, Vítor Sá, Castro Soromenho, Luís Francisco Rebelo.

⁵⁵ Os temas das teses são os seguintes: *Contribuição para o equacionamento da problemática da urbanização em Portugal, O conceito e a prática de habitar em Portugal, Estrutura do ensino do urbanismo em Portugal, O direito à habitação e urbanismo e ideologia* (informação disponível no sítio da internet do PCP em <https://www.pcp.pt>).

Educação pré-escolar à escala do país;

Aumento do número de escolas do ensino básico uniformizado (...), limitação do número de alunos por turma (...);

Alargamento do ensino básico uniformizado até um mínimo de dez anos;

Aumento de imediato do número de escolas do ensino secundário e superior diversificadas (diurnas e nocturnas), de acordo com as potencialidades regionais;

Gratuidade do ensino, compreendendo, além das propinas, livros, material escolar e transportes;

Subsídios de família ou refeições gratuitas nas respectivas cantinas sempre que se justifique esta prática (...);

Criação imediata de estruturas possibilitadoras de educação permanente;

(...)

Atribuição de um pré-salário a todos os jovens que queiram estudar, como único meio justo e eficaz de possibilitar o acesso ao ensino e à cultura em plano de igualdade para todas as classes sociais, e a independência económica dos jovens em relação à família;

Imposição às empresas de duas horas diárias, pagas, do trabalho para os jovens trabalhadores poderem estudar em salas de estudo adequadas a esse efeito;

(...)

A estruturação da matéria de ensino ligada à realidade e lecionada num clima de fomento do espírito crítico.

As reivindicações referidas acima enquadram-se numa análise global dos problemas da educação, cultura e juventude, realizada no congresso, que vai afirmar não ser possível responder aos problemas existentes sem a “total substituição” das estruturas do país e a eliminação das “carências económicas e sociais”. Nestes textos vão denunciar-se a ausência de uma política assistencial e educativa que proteja os direitos das crianças; as inúmeras carências escolares: entre edifícios e instalações, transportes, apoio alimentar associado a uma pobreza da dieta da maioria das crianças e jovens portugueses. Vão ser analisadas as condições de formação e de trabalho dos professores, afirmando-se também neste deficiências e carências graves. Denuncia-se, por exemplo, as condições de professores provisórios que não têm salário entre agosto e setembro, nem garantias de colocação no ano seguinte. Defende-se o investimento

numa formação de qualidade dos futuros professores e que se assegure o seu “prestígio social” e direitos do trabalho, designadamente o direito à organização sindical.

Considera-se que a reforma do ensino promovida por Veiga Simão não responde adequadamente aos problemas existentes, porque se dá num quadro de profundas desigualdades sociais e económicas que impede realmente a democratização do ensino, mas também porque o slogan de democratização não pode ser mais que isso mesmo numa sociedade que reprime as liberdades e direitos democráticos e que lança, contra os estudantes, a polícia política, a prisão e a guerra. A questão da guerra colonial aparece nas conclusões do congresso como “o problema fundamental com que se debate a juventude portuguesa”. Denuncia-se a guerra como um “genocídio contra os povos coloniais”, onde se mobilizam métodos terroristas como a utilização de napalm e os “assassinatos maciços de populações e de dirigentes dos movimentos de libertação”. Afirma-se o repúdio do povo português e da juventude e aponta-se a morte em combate de mais de 5000 jovens, 30 000 feridos e 20 000 “estropiados”. Saúda-se os jovens que lutam contra o colonialismo português.

Os jovens democratas reunidos em Aveiro no III Congresso da Oposição Democrática saúdam os jovens das colónias portuguesas que, por todas as formas, principalmente de armas na mão lutam contra o colonialismo e pela independência dos seus países. Ao mesmo tempo queremos através de vos saudar os vossos povos heróicos que há 12 anos lutam corajosamente, de armas na mão, contra os exércitos coloniais portugueses e contra o imperialismo mundial que se encontra por trás deles.

Queremos ainda manifestar-vos a nossa total solidariedade com a vossa luta, convencidos que estamos de que enquanto os vossos povos não forem livres também o nosso o não será. Por isso mesmo nos comprometemos ao lado de todo o povo português, a desenvolver cada vez mais a luta contra a guerra colonial pelo derrubamento do fascismo que nos oprime e vos oprime.

(Teses e documentos do II Congresso Republicano de Aveiro, 1969:96)

1.2.4. Apontamentos sobre o Movimento Sindical e Operário

A partir de 1933, com a entrada em vigor da nova Constituição e um conjunto de outra legislação, verifica-se também um novo enquadramento para a organização de

trabalhadores. A 23 de setembro entram em vigor os decretos-lei 23048 e 23053 que instituíam o Estatuto Nacional do Trabalho e “os Grêmios (associações patronais de indústria, do comércio e da agricultura), os Sindicatos Nacionais (SN), as Casas do Povo, as Casas dos Pescadores e o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência” (Rocha, 2011:88).

Apenas estava prevista a sindicalização para os trabalhadores da indústria e comércio, os trabalhadores agrícolas deveriam associar-se nas Casas do Povo “onde os agrários eram sócios protectores” e os pescadores nas Casas dos Pescadores “presididas pelos capitães dos portos”. Para um conjunto de outros trabalhadores não estava prevista qualquer tipo de organização sindical. Os sindicatos de funcionários públicos, trabalhadores agrícolas, pescadores e de outros setores seriam extintos. Os restantes sindicatos deveriam adaptar os seus estatutos ao novo enquadramento legal até ao final de 1933.

O Estatuto Nacional do Trabalho (inspirado na Carta del Lavoro da Itália de Mussolini (Torgal, 2006)) estabelecia uma ordem social corporativa com base na conciliação entre classes. No seu artigo 11.º vai estabelecer que “A propriedade, o capital e o trabalho desempenham uma função social, em regime de cooperação económica e solidariedade.”

Não eram admitidos conflitos laborais e a legislação privilegiava os interesses privados face aos interesses dos trabalhadores. No seu artigo 16.º, por exemplo, vai afirmar a superioridade dos interesses do capital face aos interesses do trabalho. O lucro é “da natureza das cousas” e sob ele não podem impor-se os interesses dos trabalhadores.

Estatuto Nacional do Trabalho

Título II

A propriedade, o capital e o trabalho

Capítulo II

Do capital

16.º O direito de conservação ou amortização do capital das empresas e o do seu justo rendimento são condicionados pela natureza das cousas, não podendo prevalecer contra ele os interesses ou os direitos do trabalho.

Estabelece-se que “compete às entidades patronais cooperar com o Estado e com os organismos corporativos na melhoria das condições económicas dos seus trabalhadores”, mas esta melhoria tem de estar “dentro dos justos limites” dos rendimentos das empresas. No artigo 23.º estabelece-se que o direito ao trabalho é “tornado efectivo pelos contratos individuais ou colectivos”, mas “nunca o pode ser pela imposição do trabalhador, dos organismos corporativos ou do Estado”.

Sobre salários, o Estatuto Nacional do Trabalho, no seu artigo 24.º estabelece que estes têm “em princípio” um limite mínimo que corresponde às necessidades de subsistência, mas logo de seguida afirma que estes não estão sujeitos “a regras absolutas” e devem ser regulados pelos contratos de trabalho e os organismos corporativos. Os horários são sujeitos ao mesmo tipo de regulação.

Como já descrito, a greve foi constitucionalmente proibida. O ENT, no seu artigo 9.º, 2.º ponto, vai prever que seja punida qualquer suspensão ou perturbação das atividades económicas “Pelos técnicos, empregados ou operários, com o fim de conseguir novas condições de trabalho ou quaisquer outros benefícios ou ainda de resistir a medidas de ordem superior conformes com as disposições legais”.

Contra a nova legislação irão juntar-se as centrais sindicais existentes⁵⁶ na convocação de uma greve geral para o dia 18 de janeiro de 1934, que terá incidência em vários pontos do país, ainda que seja na Marinha Grande que se verifique uma ação mais audaciosa, com a tomada da cidade pelos revoltosos. Na verdade, a greve de 18 de janeiro de 1934 agregava não só a oposição à nova legislação como o protesto e insatisfação pelas condições de vida e a oposição ao regime fascista (Rocha, 2011).

Sem os meios necessários para fazer frente às forças policiais e militares do regime, a revolta da Marinha Grande cairia com uma implacável repressão posterior. Em 1936, muitos dos presos que inaugurariam o campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde, seriam exatamente protagonistas da revolta e viriam a morrer no campo devido às condições que enfrentariam no local. Mas não seriam só protagonistas da revolta da Marinha Grande a serem perseguidos; o regime iria prender milhares de

⁵⁶ De acordo com Francisco Canais Rocha (2011) existiam à altura pelo menos quatro centrais sindicais que se juntariam numa «frente única» contra as alterações introduzidas pelo ENT. Eram as seguintes: Confederação Geral do Trabalho (CGT); Comissão Inter Sindical (CIS); Federação das Associações Operárias (FAO); Comissão das Organizações Sindicais Autónomas (COSA). A estas juntar-se-ia ainda a Comissão dos Trabalhadores do Estado.

pessoas e, posteriormente, tomar novas medidas legislativas para impedir que acontecimentos como aqueles se repetissem.

Entre outras medidas, a 18 de maio, o regime irá publicar o decreto-lei 23870 que, referindo-se também ao lock-out⁵⁷, e aplicando penas a quem o cometa, se dirige fundamentalmente à greve. O DL distinguirá entre vários tipos de greve e medidas punitivas para quem a desenvolva. Para os trabalhadores em greve por melhores condições de trabalho são previstas multas entre os 50\$ e os 1 000\$. Se a greve «revestir um carácter revolucionário» prevê-se a punição de “desterro de quatro a dez anos, com prisão no lugar do desterro de dois a quatro anos, ou sem ela, e multa de 20 000\$ até 100 000\$”. Quando se verifique a coação de autoridades públicas, a punição será “a de prisão correcional de dois a quatro anos”. Aqueles que sejam considerados “dirigentes, promotores ou organizadores” são punidos com o máximo previsto no DL. O incitamento e preparação à greve também é punido. Prevê-se penas diferentes para situações de reincidência e todos os punidos perdem os seus direitos políticos durante um período entre os dois e os dez anos.

Depois de 1934, o movimento sindical, já muito dividido anteriormente, enfrentaria um período de grande fragilidade. Vários elementos iriam contribuir para que não se conseguisse, no plano sindical, ter uma organização forte antes do final dos anos 60. Desde logo, a profunda repressão sobre a organização operária, mas também a divisão das forças antifascistas, anarquistas, socialistas e comunistas e a ausência de uma estratégia clara relativamente ao movimento sindical e que tivesse apoio generalizado. De forma geral e simples, a questão estará entre a intervenção e recuperação de estruturas da CGT; a criação de novas estruturas sindicais clandestinas e/ou a intervenção nas estruturas existentes – os Sindicatos Nacionais (Rocha, 2011).

Mas, ainda que do ponto de vista organizativo, a situação fosse algo complexa, o movimento operário nunca ficou estagnado, tendo ao longo do período que separa a greve revolucionária de 1934 e o final dos anos de 1960, desenvolvido continuamente diferentes ações, greves e protestos. Não obstante, alguns momentos específicos devem ser destacados pela dimensão que tiveram e consequências, designadamente o movimento grevista dos anos de 1940 e as greves entre 1958 e 1962.

⁵⁷ O Lock-out refere-se às situações em as empresas suspendem a atividade por motivos alheios ao seu normal funcionamento.

Os anos de 1940 ficariam marcados por um «ciclo grevista» impulsionado pela deterioração das condições de vida no contexto da 2.^a guerra mundial, com um grande aumento do custo de vida e uma “política de contenção salarial imposta pelo governo” (Freire, 1996: 402). O PCP, que leva a cabo a sua reorganização também neste período, viria a ser responsável pela direção do movimento (Freire, 1996; Sá, 1990). A inauguração do ciclo grevista dá-se logo em 1941, com a greve dos operários da indústria têxtil da Covilhã e Tortosendo, alastra-se a Lisboa em 1942, com as greves dos trabalhadores da Carris, mas também da Companhia dos telefones e de trabalhadores da construção naval. Em 1943 verificam-se greves simultâneas dos diferentes trabalhadores de Lisboa e da Margem Sul do Tejo. É estimado em 50 000 o número de operários em greve neste período. O Barreiro é ocupado pelos militares e é declarado o estado de sítio. O governo responde com prisões e despedimentos “às centenas” (Freire, 1996:402). Em 1944 voltam a verificar-se greves em Lisboa e Porto, assim como de trabalhadores rurais do Ribatejo. Os trabalhadores unem-se sob a reivindicação «Pelo Pão» nas greves de 8 e 9 de maio (Rocha, 2011, Freire, 1996).

As Praças de Touros do Campo Pequeno e de Vila Franca de Xira enchem-se de grevistas e manifestantes, alguns dos quais são entregues à PVDE e enviados para a Cadeia de Caxias. Enquanto isso, o Governo obriga os patrões a fecharem as suas fábricas por períodos de tempo dilatado, procurando vergar os trabalhadores pela fome.

(Rocha, 2011:100)

Para João Freire (1996), ainda que se verifiquem greves em 1945, 1946 e 1947, estas não terão a dimensão dos anos anteriores e os anos de 1950 ficarão marcados “por uma posição, em geral, defensiva por parte dos trabalhadores que recorrem à greve de forma muito esporádica e bastante localizada” (Freire, 1996:403).

1958 inaugurar um novo “ciclo de agitação social e política” (Freire, 1996: 403). Este ciclo será iniciado a partir das grandes mobilizações em torno da campanha eleitoral do General Humberto Delgado para as eleições presidenciais e dos resultados oficiais, não sujeitos a escrutínio, que deram 25% dos votos a Humberto Delgado e 75% dos votos a Américo Tomás. De imediato se desencadearam greves políticas contra a fraude eleitoral que se desenvolvem até meio de julho desse ano. De acordo com João

Freire (1996: 403), mas também com Francisco Canais Rocha (2011), este ciclo de agitação vai estender-se até 1962, ano em que os trabalhadores agrícolas do Alentejo depois de “vários dias de greve, conquistam a jornada de oito horas de trabalho”. Estimam-se em mais de 200 000 trabalhadores rurais em luta, organizados através das “comissões de praça de jorna” e “comissões de herdade”, nas greves de 1962 (Rocha, 2011: 110).

Entre 1962 e 1968 vão verificar-se também diversas ações de contestação por parte de trabalhadores e do movimento operário, mas será a partir de 1968 que se entrará numa fase decisiva para o movimento sindical e que se verificará “uma profunda e quase incontrolável erupção grevista” (Freire, 1996: 403).

Vários fatores terão contribuído para tal. Como referido em subcapítulos anteriores, vai verificar-se um aumento do operariado e uma maior concentração urbana. As mobilizações para a Guerra Colonial, a par dos números impressionantes da emigração, contribuirão para que, no final dos anos de 1960, a mão-de-obra disponível diminua e a força reivindicativa dos trabalhadores seja superior. Ainda que se verifiquem melhorias salariais neste período, as condições e os rendimentos do trabalho estarão ainda muito longe da maior parte dos restantes países da Europa. Mas outro fator é importante para o desenvolvimento do novo ciclo de agitação social e política a partir de 1968 - a conquista de várias direções dos Sindicatos Nacionais por trabalhadores desafetos ao regime vai contribuir para uma maior mobilização e movimentos reivindicativos.

De acordo com José Vitoriano (1995), é a partir de 1945, depois das greves de 1941 e 1942, da reorganização do PCP e do final da 2.ª guerra mundial, que se clarifica a necessidade de centrar esforços na intervenção dentro dos sindicatos nacionais e não em outras estruturas clandestinas, com pouco espaço para intervir. O ambiente vivido após o fim da 2.ª Guerra Mundial leva a que o governo, pressionado pela situação internacional e pela contestação dos trabalhadores, anuncie eleições em todos os sindicatos. Até aí as eleições nos sindicatos, embora previstas na legislação, não eram realizadas e nas direções sindicais estavam comissões administrativas da confiança do governo e dos patrões. Nas eleições sindicais de 1945 são eleitas algumas direções de trabalhadores desafetos ao regime, mas rapidamente o governo responde a estas

movimentações, procedendo a alterações legislativas que dificultam a eleição de direções sindicais da confiança dos trabalhadores (Vitoriano, 1995).

Apenas no final da década de 1960 se vai verificar uma mudança mais significativa nesta realidade. Ainda em 1966 é eleita uma direção sindical desafeta ao regime no Sindicato dos Trabalhadores Bancários do Porto; em março de 1968 o mesmo se verifica no Sindicato dos Portuários de Lisboa; em julho de 1968 será no Sindicato dos Delegados de Propaganda Médica. Em novembro de 1968, no Sindicato dos Têxteis do Porto é recusada uma lista apoiada por 300 trabalhadores e o regime nomeia uma comissão administrativa. Já em 1969 é a vez da eleição de listas desafetas ao regime nos Sindicatos dos Metalúrgicos do Porto e Braga (Rocha, 2011).

Após a substituição de Salazar por Marcelo Caetano, este viria a proceder a duas alterações legislativas, que também terão contribuído para as alterações nas direções sindicais que se verificaram. Em 1969, através do DL 49 058 acabava-se com a homologação das direções sindicais pelo governo e, através do DL 49 212 fixava-se as regras da negociação de contratos coletivos, que a partir desse momento deveriam ser negociados, bastando que existisse uma proposta sindical (Rocha, 2011; Medina, 2008; Raby, 1988). Mais do que fruto da benevolência de Marcelo Caetano ou de um desagravamento no Estado autoritário, estas alterações devem ser lidas, por um lado, como uma resposta ao crescimento dos conflitos laborais, numa tentativa de amenização do ambiente no mundo laboral e, por outro, como medidas que respondem à necessidade de crescimento e aumento da produtividade nas empresas, no quadro da persecução de uma via desenvolvimentista na política portuguesa de então (Rocha, 2011; Reis, 1996). De acordo com António Reis (1995: 546) “joga-se a fundo na integração europeia, na modernização tecnológica, na liberalização concorrencial e no planeamento económico, contra os velhos proteccionismos e o mito do «mercado único português»”. A confirmar o que se disse anteriormente sobre os objetivos das alterações a alguma legislação sindical, está a rápida inversão de marcha que se verifica logo em outubro de 1970, com a publicação do DL 492/70 e do DL 502/70 que restringe a negociação dos contratos coletivos de trabalho e que prevê a destituição, pelo governo, de direções sindicais eleitas (Medina, 2008; Raby, 1988).

Na entrada de 1970, em muitos sindicatos, verificavam-se importantes lutas pela eleição de direções livres e noutros defendia-se já a manutenção das direções livres

eleitas. A dinamização da luta sindical levará à elaboração de cadernos reivindicativos e contratos coletivos de trabalho em diversos setores e permitirá que, a 11 de outubro de 1970, se reúnam, pela primeira vez, 14 sindicatos e se inicie a constituição da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (Cabrita & Cartaxo, 2011)⁵⁸. De acordo com Daniel Cabrita e José Cartaxo (2011:121), em 1970, em 325 sindicatos, entre 20 e 30 tinham direções sindicais desafetas ao regime e da confiança dos trabalhadores, o que representava “um núcleo sindical importante, quer em associados, que em volume de quotizações e meios de actuação”. Ainda de acordo com os autores, para que se verificasse este movimento de conquista dos Sindicatos Nacionais foi importante o envolvimento e direção política por parte de militantes comunistas, católicos progressistas e trabalhadores envolvidos no movimento de oposição democrática.

O período entre 1968 e 1974 será um período marcado pela dimensão das ações de contestação de trabalhadores. Multiplicam-se variadas formas de contestação: greves, greves de braços caídos; greves de cera; concentrações; abaixo-assinados. No [apêndice II](#), podem verificar-se empresas onde estas ações terão lugar, tanto no Porto como a nível nacional. Esta relação organizada com base na informação da cronologia do CDI da UPP, mostra um crescendo da luta organizada dos trabalhadores com ações verdadeiramente impressionantes, como por exemplo, a greve de 1500 pescadores de Matosinhos, a 15 de abril de 1968, por melhores condições de trabalho e o fim dos despedimentos; a greve dos trabalhadores da Carris, em Lisboa, em junho do mesmo ano, que trabalham mas recusam cobrar bilhetes; o abaixo-assinado dos ferroviários, de janeiro de 1969, que recolhe 11 000 assinaturas; a concentração de 1000 operários metalúrgicos frente ao Instituto Nacional do Trabalho, no Porto, a 15 de janeiro de 1972; o abaixo-assinado (fevereiro de 1972) de 1500 trabalhadores dos Telefones de Lisboa e Porto, enviado ao Ministro das Corporações, com a exigência de 44 horas de trabalho semanais; a greve de 4000 trabalhadores dos transportes coletivos do Porto, em outubro de 1972, entre muitas outras ações.

⁵⁸ A reunião de 11 de outubro é convocada pelo Sindicato Nacional dos Caixeiros, Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios, Sindicato Nacional dos Técnicos e Operários Metalúrgicos e Metalomecânicos e Sindicato Nacional dos Empregados Bancários, todos do distrito de Lisboa, em carta datada de 1 de outubro de 1970. A data de 1 de outubro de 1970 será assumida pela CGTP-IN como data da fundação da Intersindical (Cabrita & Cartaxo, 2011).

O ambiente no mundo do trabalho, com o aumento de ações reivindicativas e a tomada de sindicatos fascistas pelos trabalhadores não passou despercebido pelo movimento estudantil. Foram publicadas notícias na imprensa estudantil sobre greves laborais, e ativistas estudantis à altura, recordam-se de diferentes greves laborais que marcaram também o imaginário dos estudantes, como se verá no final do Capítulo V O Movimento estudantil do Porto.

1.2.5. Lutas estudantis

No período que vai do golpe militar até 1931 registam-se várias movimentações, fortemente reprimidas, e que devem ser entendidas no quadro do “movimento republicano, democrático e liberal de oposição ao regime” (Faria, 1999:114). Lisboa tem em funcionamento a Federação Académica, que inclui as Faculdades de Direito, Medicina, Ciências, Letras, Farmácia, Escola Superior de Medicina Veterinária, Instituto Superior de Comércio e Instituto Superior Técnico e é presidida por direções republicanas, sucessivamente, entre 1926 e 1932. Na Associação Académica de Coimbra é eleita uma direção republicana, pela primeira vez, em 1928. No Porto, de acordo com Cristina Faria (1999), os ideais republicanos impulsionam a sua ação nos meios estudantis, com maior intensidade, a partir de fevereiro de 1928, com a reativação do Centro Académico Republicano e, ainda de acordo com a autora, a partir de 1930-1931, cabe ao Instituto Industrial e Comercial a liderança do movimento estudantil na cidade, a partir de um ideário republicano.

Neste mesmo período, a aprovação do decreto n.º 15:365 que visou a extinção da Faculdade de Direito de Lisboa, Letras do Porto, Farmácia e Escola Normal Superior de Coimbra, não se deu sem contestação. Entre abril e junho tem lugar uma greve académica, também com expressão e participação no Porto, contra a extinção das faculdades, que assume em diversos momentos um carácter político contra a ditadura militar (Faria, 1999).

Em 1931, as movimentações dos estudantes contra o regime vão ficar marcadas pela morte de um estudante do Instituto Industrial do Porto, João Martins Branco. De

acordo com o testemunho de António Barros Machado⁵⁹, para além dos problemas educativos, o ambiente por esta altura sofria influência também da implantação da República em Espanha e do levantamento militar contra a ditadura, que ficou conhecido como Revolta da Madeira. É num ambiente “particularmente tenso do ponto de vista político e estudantil” que os estudantes do Porto se reúnem em Assembleia Geral, na Faculdade de Medicina, cujo edifício ainda não estava totalmente concluído. António Barros Machado recorda que no último piso as escadas ainda não tinham corrimões nem qualquer tipo de guardas, o que contribui para o pânico quando a GNR intervém com violência e interrompe a reunião, empurrando os estudantes para fora da sala.

Recordo-me, perfeitamente, que alguns estudantes quiseram agarrar-se às beiras das escadas, mas a sanha policial das forças da ditadura era tal que os elementos da GNR foram ao ponto de pisarem as mãos desses estudantes, para que estes caíssem mesmo. Dessas quedas resultaram, além da morte do estudante João Martins Branco, do Instituto Industrial, fractura de crânio de um outro (...) e muitos outros feridos e combalidos.

António Barros Machado (1983:35)

No Porto não só a comunidade estudantil se indigna com os acontecimentos, mas toda a população que irá acorrer ao funeral do estudante, a 30 de abril de 1931, transformando-o num dos momentos simbólicos de luta anti regime mais importantes na cidade do Porto (Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1983).

Ainda durante os anos 30, vai verificar-se um outro acontecimento importante na cidade. Ao abrigo do decreto-lei n.º 25.317, entre muitos outros, é demitido o professor da Faculdade de Medicina do Porto, Abel Salazar. A demissão de Abel Salazar que, para além de professor estimado e admirado, era um investigador prestigiado e reconhecido internacionalmente, é recebida com indignação pelo meio estudantil que redige uma carta, assinada por 58 estudantes e dirigida ao Reitor e restantes diretores das Faculdades do Porto, de repúdio à decisão. A resposta do regime não se faz tardar

⁵⁹ O testemunho de António Barros Machado faz parte do livro *Os Estudantes no regime fascista*, editado pela Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, criada pelo Decreto-lei 110/78, de 26 de Maio sob dependência da Presidência do Conselho de Ministros.

e mais de 10 estudantes (alguns também já assistentes) são expulsos da Universidade (Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1983).

De acordo com Rui Grácio (1996), logo no ano letivo 1941-1942, verificam-se movimentações de oposição ao aumento de propinas, que inauguram uma renovação no seio dos estudantes face à influência do espírito Republicano anterior. Esta renovação, de acordo com o autor, fica a dever-se ao aumento de influência da “componente marxista e marxizante dos grupos que lideraram o processo” (Grácio, 1996:414), que poderá estar relacionada com a reorganização do PCP nos anos 1940/41 e o alargamento da sua influência também junto dos estudantes (Cunhal, 1992).

Mas ainda que se tenham verificado anteriormente momentos de confrontação estudantil com o regime, o primeiro grande momento de viragem nas relações entre estudantes e governo, e que inaugurará uma nova fase da atuação das associações de estudantes e do movimento estudantil, diz respeito às movimentações do ano letivo de 1956-1957. Nesse ano, o regime procura limitar a atividade associativa criando um organismo para o qual se transferiria o controle de todos os aspetos da vida académica, inclusive na iniciativa desportiva, cultural e apoio social. O decreto-lei 40900, de 12 de dezembro de 1956, previa a criação de uma Comissão Permanente das Obras Circum-Ecolares e Sociais do Ensino Superior, que mantivesse sob a sua alçada os problemas da “habitação, a alimentação, a vida em comum, a educação física, a saúde, o conhecimento do Mundo e das várias formas da cultura humana, o seguro, a escolha da carreira e o emprego”⁶⁰. Em suma, todos os aspetos da vida académica estudantil. De facto, quando comparado com a anterior legislação em vigor, de 1932, o decreto-lei 40 900 era muito mais restritivo. A legislação anterior, regulamentada no decreto-lei 21 566, consagrava o direito dos estudantes das escolas superiores e institutos comerciais e industriais a constituírem associações “com fins culturais e beneficentes”, designadamente a gestão de bibliotecas e salas de convívio; organização de iniciativas culturais e cursos, organização de grupos musicais e desportivos, edição de publicações científicas ou educativas, organização de colónias de férias; instituições de caixas económicas para auxílio a estudantes. Além disto, neste decreto-lei, permitia-se que as associações se pudessem coordenar para efeitos específicos e previa-se que as

⁶⁰ Diário do Governo n.º 269/1956, Série I de 1956-12-12, (pp 1895 – 1896). Decreto-lei 40900, Ministério da Educação Nacional, Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes.

associações pudessem ter instalações nas próprias instituições. Ora, o estipulado no DL 40900, retirava, por exemplo, a possibilidade de coordenação interassociativa sem que esta fosse previamente autorizada pelo Ministério da Educação Nacional (MEN); acrescentava um artigo específico em que proibia relações com organismos internacionais; e regulamentava o funcionamento dos órgãos associativos em termos muito restritivos. Previa que, por exemplo, a Assembleia Geral das associações fosse constituída, não pelos associados, mas por delegados eleitos em cada ano da escola, na relação de um delegado por cada 50 associados do 2.º ano, e um delegado por cada 30 associados do 3.º ano. O primeiro ano não tinha representação. Explicitava-se que os órgãos eleitos só poderiam iniciar funções depois de “sancionados” pelo MEN e que, junto de cada associação, deveria trabalhar um delegado do diretor da escola, que assistisse às reuniões associativas e a todos os trabalhos para “velar pelo cumprimento da lei e dos preceitos estatutários e pelo respeito da ordem social estabelecida e da disciplina”. O DL 40 900 previa, ainda, que as associações em funcionamento, enviassem requerimento ao MEN para aprovação de novos estatutos, em conformidade com a lei, num prazo de 60 dias, findo o qual, caso não apresentassem requerimento, se considerariam extintas.

À intromissão na vida associativa estudantil, os estudantes reagiram com violência. Não surpreenderá que a sua reação seja de recusa e repulsa por esta tentativa de substituir as associações por um organismo tutelado pelo governo e pelas intensas restrições a organizações que vinham, há algum tempo, a cumprir diversas funções no ensino superior e que, no curso dessas atividades, usufruíam de certa autonomia. A tutela, por exemplo, de um delegado do diretor da instituição em todas as reuniões associativas perturbava claramente o funcionamento autónomo do trabalho associativo. A proibição de coordenação associativa aparecia também como um claro confronto com as relações que se vinham a estabelecer entre as academias do país, designadamente através da constituição da Comissão Inter associações – CIA e da Reunião Inter Associações – RIA, criadas em 1949 e 1954, respetivamente (Accornero, 2009).

Os estudantes reagiram realizando assembleias magnas em Lisboa e Coimbra e declarando a sua oposição à entrada em vigor do decreto. Foram enviados telegramas de protesto das associações de Lisboa, Académica de Coimbra e Farmácia do Porto, ao

Ministro da Educação e à Assembleia Nacional. No dia da discussão, a 16 de janeiro de 1957, os estudantes assistiram nas galerias e concentraram-se também no exterior, não sem antes terem sido alvo da violência policial. A pressão estudantil mobiliza deputados do regime e tem como resultado a não aprovação do decreto-lei e a sua baixa à Câmara Corporativa para alterações (Fontes,1999; Lourenço, Costa & Pena, 2001). Seguir-se-ia um período de vazio legal relativamente à formalização e atuação das associações de estudantes que só viria a ser preenchido com a publicação do decreto-lei 44632, de 15 de outubro de 1962.

A publicação deste decreto-lei acontece já depois dos acontecimentos de 1962, quando estudantes de Porto, Lisboa e Coimbra procuram encetar novas formas de atuação comuns. É neste sentido que se reúnem, a 3 de fevereiro, e marcam o I Encontro Nacional de Estudantes para os dias 9 e 11 de fevereiro de 1962, em Coimbra. No seguimento deste encontro que se realiza apesar da repressão policial que tenta impedir os autocarros de entrarem na cidade do Mondego, as instalações da Associação Académica de Coimbra (AAC) são encerradas. São presos 148 estudantes e 42 deles são enviados para Caxias. As reivindicações estudantis centram-se na liberdade associativa, na democratização do ensino e no acesso à universidade por todos os estudantes, independentemente da origem social (Cardina, 2008). Em Lisboa, no mesmo ano, o governo proíbe que se realizem iniciativas de comemoração de um dia do estudante, mas os estudantes não baixam os braços e realizam mesmo as iniciativas programadas, a 24 de março. A polícia ocupa a cidade universitária e procede a prisões. A 26 de março, a RIA, que integra estudantes de Coimbra, Lisboa e Porto, declara o luto académico. O governo responde com a suspensão de direções associativas e processos disciplinares. A 9 de Maio, estudantes e alguns professores ocupam a cantina universitária de Lisboa e iniciam uma greve de fome de protesto pela liberdade associativa e contra a repressão. No seguimento desta ação são presos 1200 estudantes na noite de 10 para 11 de maio (Lourenço, Costa & Pena, 2001; Cardina, 2008).

Apontado como um marco histórico no desenvolvimento da consciência antifascista em amplas camadas estudantis, as cheias de 25 e 26 de novembro de 1967 vão despertar a capacidade criadora e solidária dos estudantes. As graves inundações, com maior impacto na grande Lisboa, resultaram em centenas de mortos, desalojados e na destruição de um grande conjunto de habitações precárias. De imediato se

produziu em todo o país um movimento de solidariedade com as vítimas da catástrofe, e os estudantes tiveram um papel significativo neste movimento, participando nas diferentes tarefas que se colocavam de limpeza no terreno, de informação e instrução sanitária das populações e de vacinação contra a febre tifoide. Apesar de altamente censurado, o acontecimento teve repercussões grandes a partir do confronto direto dos estudantes com a realidade do dia-a-dia de extrema pobreza em que vivia uma parte significativa da população, o que acabou por ser determinante na consciencialização destes para a dimensão material e objetiva do fascismo na vida da maior parte das pessoas (Duarte, 1997; Accornero, 2009; Cardina, 2008). No Porto, os acontecimentos são divulgados no boletim *Informação Académica*, através da publicação de comunicado das Associações de Lisboa, de 4 de dezembro. Também as AES do Porto se associam à campanha de solidariedade com a população e a estas juntam-se ainda a UNICEPE, a Confronto, o TEP, TUP, Cine-clube e JUC⁶¹.

Um outro momento, relativo às lutas estudantis, durante os anos 60, mais tratado pela historiografia, é a crise académica de 1969, centrada em Coimbra e que ficou para sempre associada ao pedido de uso da palavra de Alberto Martins, presidente da direção da Associação Académica de Coimbra, na cerimónia de inauguração do novo edifício do departamento de matemática, a 17 de Abril. O contexto anterior à inauguração é de crescente ampliação das reivindicações estudantis em torno da democratização do ensino e da gestão universitária, considerando a participação dos estudantes no governo das universidades, a legalização de todas as comissões pró-associação e a revogação de toda a legislação anti associativa e anti estudantil (Cardina, 2008).

Após os acontecimentos de Coimbra, segue-se mais um longo processo de luta (a par e passo com a repressão), que teria também um momento alto na final da Taça de Portugal, a 22 de junho, com o jogo entre a Académica de Coimbra e o Benfica: os jogadores da Académica “entram em campo de capa fechada em sinal de luto”, solidarizando-se como o movimento de contestação em curso e representando o luto académico da academia (Cardina, 2008:81).

⁶¹ Arquivo particular de António Dias. *Informação Académica*. Porto, 13.12.1967 [dactilografado].

A partir de 1969, as lutas estudantis vão conhecer um período de grande desenvolvimento, mas também novamente de forte repressão, marcada, designadamente, pela contratação, decidida pelo ministro Veiga Simão, de um corpo de vigilantes para as universidades que viria a ficar conhecido como «os gorilas» (Teodoro, 1999; Grácio, 1996). De acordo com Rui Grácio (1996:428,429), nos anos 70, há um alargamento do «movimento associativo» para o «movimento estudantil», com importantes frações dos estudantes das universidades, mas também do ensino secundário, a envolver-se em ações coletivas de protesto que vão além das reivindicações educativas e que reclamam mudanças de fundo na sociedade.

(...) nem negociação bem comportada do lado dos estudantes nem paternalismo complacente do lado das autoridades governamentais e académicas; na verdade acentua-se a deterioração convulsiva de faculdades, escolas e instituições, ilhas ingovernáveis de debate político e ideológico, focos de agitação estudantil duramente reprimida: suspensões, agressões a tiro pela polícia política; encerramento de estabelecimentos de ensino. No início de 1973, um diploma cria, nas escolas de ensino superior, vigilantes (logo crismados de «gorilas») com a função de colaborar na manutenção da disciplina académica; pelo findar do mesmo ano, outro diploma confere a reitores e directores a possibilidade de recusar a inscrição a qualquer aluno com fundamento na sua alegada inadaptação à «disciplina interna da escola». Em Abril de 1974, com excepção de duas, todas as associações de estudantes estavam encerradas.

(Grácio, 1996:429)

1.3. Sobre o movimento estudantil português, educação e revolução

Segundo Cardina (2008, s.p.), “a evocação das lutas estudantis concentra-se quase sempre na rememoração dos acontecimentos de 1962 e 1969, acompanhados, cada um deles, de uma respectiva circunscrição espacial: 1962 seria o ano da “crise” lisboeta, 1969 seria a data da “crise” coimbrã”. A par disto, parece estar por fazer a história do movimento dos estudantes a partir da Revolução de Abril até à institucionalização do regime democrático sem a qual “não será possível entender de forma cabal o desenvolvimento da vida universitária ao longo dos últimos trinta anos”, como refere Rui Bebiano (2003:156).

Verifica-se, em geral, uma insuficiente preservação, estudo e divulgação da memória histórica relativa às lutas estudantis desenvolvidas durante a ditadura. Como refere Bebiano (2003:152), as “agitações estudantis” que constituem “um dos mais antigos movimentos sociais”, fundamental na evolução e alteração das estruturas políticas dentro e fora da universidade, em diversos países, mas também em Portugal, paradoxalmente, “afirmam-se quase sempre de acordo com processos que tendem a desconsiderar o alcance das experiências antecedentes”. Há, ainda de acordo com o autor, uma “grande dificuldade em integrá-las numa relação de contiguidade, apoiada na reminiscência que vão mantendo do papel desempenhado por aquelas que as precederam” (Bebiano, 2003:151,152).

O movimento estudantil tem sido tratado na bibliografia existente, essencialmente, a partir de olhares sobre Coimbra e Lisboa. Na investigação, destaca-se, desde logo, o trabalho publicado em 1990 por Nuno Caiado, sociólogo, que procura traçar o caminho do movimento, entre 1945 e 1980.

Centrada em Coimbra encontra-se a publicação de Álvaro Garrido, em 1996, do livro *Movimento Estudantil e Crise do Estado Novo*, em torno da sua investigação de mestrado, em História Contemporânea. Também Marta Benamor Duarte foi autora de uma dissertação de mestrado em História, em 1997, centrada no ano de 1969 e em acontecimentos de Coimbra e Lisboa. É responsável também pela entrada *Movimentos Estudantis* no Dicionário de História do Estado Novo (Rosas & Brito, dir., 1996).

Mais recentes são os trabalhos de Miguel Cardina e Guya Accornero. Miguel Cardina publicou, em 2008, *A Tradição da Contestação*, resultado da sua dissertação de mestrado, em História das Ideologia e Utopias Contemporâneas, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Guya Accornero concluiu um trabalho de investigação de doutoramento em Ciências Sociais, pela Universidade de Lisboa, em 2009, dedicado à contestação estudantil. Também Pablo Almada (2015) concluiu uma investigação de doutoramento em Democracia do Século XXI, pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, dedicada ao movimento estudantil português e brasileiro. Nela o autor procura, a partir de recensões ao marxismo e às teorias de Habermas, Marcuse e Touraine, e a partir da análise dos movimentos estudantis no Brasil e em Portugal nos períodos ditatoriais, refutar as teses que subordinam as eclosões estudantis nestes países aos acontecimentos do Maio de 1968. De acordo com Almada,

em Portugal e no Brasil, durante as ditaduras, as lutas estudantis inseriram-se especificamente na luta de classes existente, e as suas reivindicações do fim da violência ditatorial só poderiam encontrar resposta com profundas alterações nas estruturas económicas e políticas dos países.

O trabalho de Miguel Cardina é dedicado especialmente ao movimento estudantil coimbrão, e o de Marta Benamor Duarte, a Lisboa e Coimbra. Nos restantes trabalhos, ainda que se procure uma abordagem nacional, a verdade é que a análise ao movimento estudantil no Porto, acaba por ser lateral e pouco aprofundada.

Especificamente dedicada ao Porto é a dissertação de mestrado em História e Educação, de João Moreira, concluída em 2010. Nela o autor traça o percurso do movimento estudantil do Porto, entre 1968 e 1974, a partir das atas do Senado Universitário do Porto, atas dos conselhos escolares das Faculdades de Medicina e Letras, alguns documentos produzidos por estruturas estudantis e preservados pelo Centro de Documentação 25 de Abril e na Biblioteca Pública Municipal do Porto, e uma entrevista realizada a Alexandre Alves Costa.

Também Carlos Alberto Mota, publicou, em 2019, um pequeno texto, acompanhado pela transcrição de três entrevistas, que nomeou como *O Movimento Estudantil na Universidade do Porto (1967 - 1974)*, resultado de um trabalho académico que se presume que tenha sido realizado no âmbito de licenciatura em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. A publicação consiste num texto de 40 páginas onde o autor procura retratar o movimento estudantil do Porto, contextualizando-o no quadro do movimento nacional e de outros acontecimentos políticos relevantes. Para a realização do trabalho o autor utilizou, como fontes, documentos estudantis escritos do arquivo Ephemera e de um arquivo particular, e entrevistas aos ativistas Carlos Queirós, José Dias e José Luís Borges Coelho.

Ainda relativamente ao Porto, são relevantes os trabalhos de Raquel Paulino que, na sua tese de doutoramento *O Ensino da Arquitectura na Escola do Porto. Construção de um Projeto Pedagógico entre 1969 e 1984*, analisa a crise do curso de arquitetura em 1968-1969, e o regime experimental de funcionamento, a partir de 1970, através de um olhar que integra cuidadosamente o papel dos estudantes nessa reestruturação, e a tese de doutoramento de Gonçalo Canto Moniz, *O ensino moderno da arquitectura : a reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69)*,

assim como os dois artigos por si publicados, *The Portuguese “May 68”: Politics, Education and Architecture* e *A formação social do arquitecto: Crise nos cursos de arquitectura, 1968-1969*, na revista *European Journal of American Studies* e na revista *Crítica de Ciências Sociais*, em 2008 e 2010, respetivamente.

Para além dos trabalhos académicos referidos, é relevante destacar o trabalho de Manuela Cruzeiro e Rui Bebiano (2006), com a publicação das transcrições de sete entrevistas com ativistas estudantis entre 1961-1974 e o trabalho dos jornalistas Jorge Costa, Paulo Pena e Gabriela Lourenço, *Grandes Planos - Oposição Estudantil à Ditadura 1956-1974*. Ambos os trabalhos trazem um contributo importante para a compreensão de como foram vivenciados os acontecimentos que abordam, mas abrangem essencialmente Lisboa e Coimbra.

Não sendo um trabalho académico, a publicação *Subsídios para uma cronologia do Movimento Estudantil Português*, de 1988, de Eloy Rodrigues, com edição pela Organização do Ensino Superior da Juventude Comunista Portuguesa, é também relevante pois apresenta uma primeira sistematização de acontecimentos e lutas estudantis. Ainda que esta cronologia se situe entre 1807 e 1974, vai incluir mais informação sobre os anos que correspondem ao período da ditadura.

No campo da análise às transformações educativas após a revolução do 25 de Abril, há já importantes trabalhos realizados.

Rui Grácio publicou, em 1978, o artigo *A educação, quatro anos depois*, a que se dedicaria novamente, mais tarde, em diferentes trabalhos⁶², onde identificou grandes áreas de transformação na educação formal, no período após a Revolução de Abril. Neste artigo destacou transformações nos “conteúdos de aprendizagem”; no “estatuto pedagógico, social e cívico do professorado”; nas “relações institucionais no aparelho de ensino”; nas relações entre “sistema de ensino e sociedade global”; na “cooperação do sistema de ensino na democratização da formação social” (Grácio, 1995:393,394).

Na primeira área de transformação, conteúdos de aprendizagem, identificada pelo autor, verificou-se o rompimento com os valores anteriores, fascistas e colonialistas, procurando-se rever e alterar programas e planos de estudo, adequando-

⁶² Por exemplo em *Educação e Processo Democrático em Portugal* (1981) ou no artigo *A educação, dez anos depois* (1986) na *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18. O artigo *A educação, quatro anos depois* foi publicado em *O Jornal da Educação*, nº 11 de abril de 1978.

os a uma perspetiva democrática, marcada pelos novos “valores de modernidade científica e cultural” e pelo “pluralismo ideológico” (Idem, 1995:393). No plano do estatuto docente, verificou-se uma maior valorização social dos professores, com a “dignificação do seu estatuto pedagógico, social e cívico”, através não só da maior autonomia no desenvolvimento do trabalho educativo como na valorização da sua atuação tanto na instituição escolar como na comunidade. Verificou-se ainda alguma valorização salarial, e, como afirma o autor, “facto decisivo, liberdade de organização sindical” (Idem, 1995:393).

As relações institucionais dentro do sistema educativo viveram um processo de descompressão que se caracterizou pela libertação do autoritarismo, pela gestão democrática das escolas⁶³ e por uma maior iniciativa “pedagógica das escolas, professores e alunos” (Idem, 1995:393,394). As relações entre “sistema de ensino e sociedade global” concretizaram-se a partir de um maior compromisso de abertura da escola à comunidade local, “valendo sobretudo, para principiar, pela sua exemplaridade, desde certas intervenções dos meninos do preparatório e do unificado, e dos rapazes e raparigas do Serviço Cívico Estudantil até à prestação de serviços à comunidade pelo ensino superior” (Idem, 1995:394). A “cooperação do sistema de ensino na democratização da formação social”, de acordo com o autor, passou por um conjunto de medidas que pretendiam “alterar a sua função de reprodução e legitimação das desigualdades sociais” e consubstanciaram-se na unificação do ensino até ao 9.º ano, em medidas “compensatórias de ordem pedagógica e social no ensino primário”, medidas de discriminação positiva dos filhos dos trabalhadores, através da introdução de “cursos nocturnos do secundário com ingresso, conteúdos, métodos, meios e avaliação específicos, vias rápidas de acesso ao ensino superior” (Idem, 1995, 394).

Joaquim Pintassilgo tem também diversos trabalhos publicados que analisam direta ou indiretamente transformações operadas após o 25 de Abril⁶⁴. Entre os vários temas abordados, identifica, a partir de artigos publicados na revista *O Professor*, por

⁶³ O que se verifica após o 25 de Abril de 1974 nas escolas e faculdade é que, contrariamente à figura de um reitor, que é um representante do governo na escola, as novas comissões de gestão, diretores e reitores eleitos são representantes da escola face ao governo. É uma completa inversão da lógica de gestão do período da ditadura.

⁶⁴ Por exemplo, o livro *O 25 de Abril e a Educação Discursos, Práticas e Memórias Docentes* (2014); ou o artigo *O debate sobre a educação para a cidadania: o contributo do período revolucionário português* (2007).

exemplo, como “ideia forte veiculada no período”, “a necessidade de construir uma nova relação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual” (2007: 11). Joaquim Pintassilgo classifica esta ideia “como uma das mais curiosas expressões da utopia educativa do período revolucionário” (Idem, 2007:11) e relaciona-a com algumas realizações do período após a Revolução, designadamente na Educação Cívica e Politécnica e no Serviço Cívico Estudantil. É uma conceção que está intimamente ligada à democratização da formação social, e à abertura da escola à sociedade, como descritas por Rui Grácio. De acordo com Pintassilgo, a necessidade de combater a distinção entre trabalho manual e intelectual, assentou no “pressuposto de raiz marxista” de que a divisão social do trabalho assenta na estrutura classista da sociedade capitalista, procurando-se a partir da escola e da universidade contribuir para esbater a divisão, integrando o trabalho socialmente útil no ensino, em iniciativas que levaram os estudantes a conhecer as comunidades e a trabalhar com elas nas suas ocupações diárias (2014:23).

Também José Alberto Correia, no seu trabalho *As Ideologias Educativas em Portugal nos últimos 25 anos* (1999:86), vai identificar como relevante, nos discursos educativos democratizantes do Portugal de Abril, a sua proposta de “estreitamento das relações entre educação e trabalho”, fazendo “depende este estreitamento da transformação da educação e da transformação do trabalho”. Para José Alberto Correia, a análise das transformações do campo educativo após a Revolução tem necessariamente de passar pela análise dos discursos educativos. Para o autor,

(...) a imbricação ontológica entre factos e opiniões em educação não permite um trabalho de purificação metodológica onde a factualidade se oponha à controvérsia das opiniões.

(José Alberto Correia, 1999: 81)

É neste contexto que o autor vai distinguir quatro ideologias presentes nas transformações educativas nos 25 anos que separam a publicação do 25 de Abril: a ideologia democratizante, a democrática, a ideologia da modernização e a da inclusão. Todas elas, ainda que José Alberto Correia as apresente mais ou menos associadas a diferentes temporalidades sociais, coexistem e coexistiram, como o próprio alerta. No

que diz respeito à ideologia democratizante, mais presente após o 25 de Abril, importa assinalar algumas das suas características. Trata-se de uma ideologia que trata o educativo como político, ou melhor não o separa, tendo-se desenvolvido no contexto revolucionário, ainda que enformada nos contextos sociais de resistência ao fascismo antes do 25 de Abril; o educativo forma-se e afirma-se enquanto se forma e se afirma a sociedade democrática, num movimento dialético, e vai-se consolidando num contexto de turbulência entre tensões e compromissos. De acordo com José Alberto Correia, o princípio regulador é a comunidade, a cultura de referência é uma cultura dos direitos, há um interesse emancipatório como princípio de legitimação dos saberes, e uma flexibilidade organizacional que se relaciona com o contributo da educação na coesão social, a partir da sua reconstrução e não numa integração conformada. A participação e a condução de processos de democratização do espaço escolar e da sociedade mais ou menos recíprocos e interativos são marcos da ideologia democratizante que se afirmaram durante o período revolucionário (Correia, 1999).

Licínio Lima (2006:12) dedicou-se ao estudo e análise dos processos de tomada de decisão no governo das escolas públicas, identificando como, imediatamente a seguir ao 25 de Abril, se verificou a transformação das “periferias em centros de decisão”, a partir da ampla participação verificada nas escolas. Os processos de saneamento de professores e funcionários colaboracionistas do regime, a reintegração de professores afastados pelo regime ou a sua eleição para cargos de destaque, a constituição de novos órgãos de gestão das escolas e faculdades paritários, a imediata discussão de currículos, métodos pedagógicos, condições materiais e humanas das escolas e faculdades, foram processos imediatamente iniciados e que precederam a ação governativa e legislativa, a partir da ação dos movimentos amplamente participados de professores (cuja organização sindical ganha fôlego após a revolução), mas também, e com especial importância, dos movimentos de estudantes.

Nas palavras de Stephen Stoer (1986:127), verificou-se “uma deslocação do poder do Ministério da Educação para as escolas, dos directores das escolas e do corpo docente tradicional para os professores progressistas e para o corpo estudantil”.

Stephen Stoer (1986:31), por sua vez, propôs a leitura do processo revolucionário e da transformação educativa a partir de duas correntes/concepções políticas; «alfabetização» e «poder popular», ambas “com soluções em conflito” para o

desenvolvimento da revolução. A corrente da «alfabetização» estaria intrinsecamente ligada a processos mais programados e centralizados, operados a partir dos órgãos de poder institucionais e militares, como por exemplo: as iniciativas do Serviço Cívico Estudantil (SCE), as Campanhas de Dinamização Cultural do MFA ou a Educação Cívica Politécnica, numa lógica estratégica de consolidação das conquistas revolucionárias, como forma de alcançar o poder para a operação de alterações mais profundas nas estruturas da sociedade (Stoer, 1986). Por outro lado, a corrente do «poder popular» estaria ligada a formas de ação direta, de democracia participativa, fundamentada em bases locais, sendo que o autor situa a introdução da gestão democrática nas escolas e faculdades nesta corrente do «poder popular» (Stoer, 1986).

Nos processos de transformação educativa estas conceções estiveram em confronto, não sendo possível operar uma diferenciação linear na influência de cada uma. Ou seja, no desenvolvimento da gestão democrática nas escolas, influíram setores que se poderiam considerar como pertencentes não só à corrente do «poder popular» como à corrente da «alfabetização», assim como nas iniciativas (analisadas por Stephen Stoer) do SCE ou as Campanhas de Dinamização Cultural, participaram e influíram também setores teoricamente situados na corrente do «poder popular» e não só da «alfabetização», e as próprias iniciativas foram construídas a partir da mobilização popular (Stoer, 1986). Por outro lado, estes processos foram-se desenvolvendo também em confronto com setores conservadores da sociedade portuguesa que se iam posicionando, implícita e explicitamente, em oposição a estas iniciativas e transformações.

Recentemente, Jorge Moreira (2021), na sua tese de doutoramento *Percursos e Tendências da Educação de Adultos em Portugal (1820-1995) - Um Olhar Transversal*, questiona a distinção e caracterização das conceções educativas em presença no período revolucionário propostas por Stephen Stoer e já descritas brevemente «alfabetização» e «poder popular». Tal como afirmamos anteriormente, o autor questiona a simplificação de uma realidade “muito complexa e volátil”, ao se associar uma das correntes «alfabetização» quase exclusivamente à ação do PCP e outra «poder popular» a forças de esquerda “liberta de todas as influências ideológicas autoritárias” (Moreira, 2021:254, 255). De acordo com Jorge Moreira (2021:255), no período revolucionário “verificava-se, por parte de todas as forças políticas em presença, uma

intensa luta pela hegemonia ideológica do processo revolucionário, pela influência do movimento popular e pela tomada de posições no aparelho de Estado e/ou militar”. E ainda que as correntes assim identificadas por Stoer pudessem identificar diferentes “sensibilidades educativas” presentes em diferentes atores políticos, a verdade é que não se pode atribuir uma sensibilidade exclusiva a nenhuma das realizações que Stephen Stoer localiza em cada corrente. E ainda menos atribuir uma hegemonia de direção ao PCP ou a outra força política na condução das diferentes iniciativas. Como em grande parte das realizações pós-revolução, mesmo as mais controversas, confluíram diversas forças políticas e diferentes setores da população, muitas vezes sem filiação partidária ou preferência política pré-determinada, mas que compelidos pelo contexto social se envolveram de forma determinante na resolução dos seus problemas. Como bem resume Jorge Moreira (2021:256),

Do mesmo modo que as Campanhas de Alfabetização ajudaram a colocar o problema do analfabetismo na agenda pública e serviram como detonador para a iniciativa descentralizada de muitos agentes educativos (individuais e coletivos), neste âmbito, também as Campanhas de Dinamização Cultural foram promotoras e dinamizadoras da iniciativa popular local.

Luísa Tiago de Oliveira, em 2004, publicou *Estudantes e Povo na Revolução. O serviço cívico estudantil (1974-1977)*, trabalho de grande fôlego com base na sua investigação de doutoramento, em que a autora identifica diferentes iniciativas e atividades de abertura da escola e do ensino superior à sociedade após o 25 de Abril, e esclarece as condições de criação, desenvolvimento e fim do SCE, no contexto de grande afluência à Universidade que se verificou após a revolução e de sobrelotação das escolas superiores.

Ainda que diferentes autores (Grácio, 1995, 1996; Lima, 2006; Moreira, 2022; Pintassilgo, 2007; Stoer, 1986) refiram um papel significativo dos movimentos estudantis nos processos de transformação no campo educativo após a Revolução do 25 de Abril, e vários autores (Accornero, 2009; Caiado, 1990; Cardina, 2008; Garrido, 1996) tenham já descrito principais momentos de mobilização estudantil, durante a ditadura, assim como principais reivindicações e formas de ação, existe espaço e

necessidade de um aprofundamento do conhecimento sobre articulações concretas da ação estudantil e transformações educativas verificadas imediatamente à revolução, assim como sobre a ação dos estudantes do Porto.

Capítulo II. Itinerários da pesquisa

2.1. A memória na reconstrução de processos históricos

A presente investigação integra necessariamente referências de outras investigações e projetos, desenvolvidos no Porto, que adotaram a metodologia da história oral e histórias de vida, e que procuram contribuir para a preservação de uma memória social e coletiva de processos de mobilização social na cidade⁶⁵. Como referido na introdução da tese, o trabalho desenvolvido durante o estágio na UPP, no âmbito da realização do Mestrado em Ciências da Educação, foi o primeiro momento de contacto com a metodologia da história oral, após o qual se seguiu o conhecimento de outros projetos e trabalhos de história oral.

Luísa Tiago de Oliveira afirmou em 2010 que, em Portugal, a história oral era ainda um campo teórico e metodológico não “solidamente institucionalizado” (Oliveira, 2010).

Um dos primeiros projetos de história oral em Portugal é o programa do Centro de Documentação 25 de Abril, iniciado em 1990, que se dedica a documentar “a segunda metade do século XX, incluindo sobre os acontecimentos de 25 de Abril de 1974, seus antecedentes e consequências” (Regulamento do CD25Abril:172) . Seguem-se projetos ligados à história do movimento operário e das lutas populares e sociais, durante o período da ditadura, designadamente o projeto *Memórias do trabalho – testemunhos do Porto laboral no século XX*, desenvolvido pela UPP, no âmbito do CDI (2001), e a constituição do Arquivo de História Oral da CGTP-IN, iniciada em 2009. De acordo com

⁶⁵ Projetos e investigações que se incluem neste corpo de referências:

Projeto *Para preservar e Divulgar a Memória do Porto – Os Arquivos das Organizações Populares*, UPP em parceria com a USP, 2001

Projeto *Memórias do Trabalho – testemunhos do Porto laboral no século XX*, UPP em parceria com a USP e a Federação das Colectividades do Porto, 2001

Projeto *Memórias do Trabalho: processos de construção de uma identidade operária*, FPCEUP/ CIIE, UPP, LIACC, 2006-2010

Projeto *Estratégias de Luta e Recomposição Identitária - Impacto Sócio Cultural das Comissões Unitárias de Mulheres do Porto*, FPCEUP/ CIIE, 2010-2012

Medina, Teresa (2008). *Experiências e memórias de trabalhadores do Porto: a dimensão educativa dos movimentos de trabalhadores e das lutas sociais*. Tese de doutoramento. Universidade do Porto.

Luísa Tiago de Oliveira (2010), podem ainda encontrar-se projetos de história oral desenvolvidos em diferentes instituições, como o Museu da Pessoa na Universidade do Minho, na Escola Superior de Educação de Santarém, na Rede Museológica do Município de Beja, entre outros.

Mais recente é o programa Memória para Todos, desenvolvido na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa - FSCH/Nova, a partir do Instituto de História Contemporânea – IHC e, mais recentemente, do pólo História, Territórios e Comunidades do Centro de Ecologia Funcional - Ciência para as Pessoas e o Planeta com a parceria e apoio do Centro República. No âmbito deste programa têm vindo a realizar-se encontros anuais, desde 2019, sob o lema Memória para Todos, onde se apresentam e discutem projetos de investigação na academia e na sociedade em geral que têm a recolha e preservação da memória como objeto.

No plano internacional, as origens da história oral estão ligadas ao período pós Segunda Guerra Mundial, designadamente ao projeto de Allan Nevins, da Universidade de Columbia, cujo primeiro projeto, em 1948, estava ligado às memórias das elites masculinas do país. Na verdade, a história oral não é uma metodologia ligada, à nascença, à história dos «sem história», apesar de estar profundamente marcada por estudos pioneiros, especialmente no Reino Unido, a partir de 1950 e 1960, ligados ao estudo do folclore e da cultura, mas também ao estudo da classe operária, das mulheres e dos negros (Thomson, 2007).

A experiência vivida da classe operária, das mulheres ou dos negros era insuficiente ou não estava de todo documentada e a história oral foi uma fonte essencial para a “história dos anónimos”, perseguida pelos historiadores sociais, politicamente comprometidos, na Inglaterra e no mundo, a partir de 1950 e posteriormente.

(Thomson, 2007:52)⁶⁶

⁶⁶ Alistair Thomson, 2007:52 (tradução livre). The lived experience of working class, women's or black history was undocumented or ill-recorded and oral history was an essential source for the "history from below" fostered by politically-committed social historians in Britain and around the world from the 1960s onwards.

A história oral é um campo muito marcado como metodologia de investigação que procura desocultar e tornar a história mais abrangente a partir da inclusão da experiência vivida de pessoas comuns e de grupos sociais desfavorecidos. Mas, apesar desse legado, há muito tempo que a metodologia é utilizada, por diferentes disciplinas, na investigação sobre grupos sociais muito heterogéneos, como grupos profissionais, dirigentes de organizações associativas e políticas e camadas ou setores das elites nacionais (Bonomo, 2013; Thompson, 2017).

Apesar dessa transformação do campo,

(...) permanece que através das fontes orais (assim como outro tipo de fontes como cartas, diários ou memórias) os historiadores podem melhor considerar a experiência, subjetividade e memória de muitas pessoas que tendem a não deixar documentadas as suas vidas, crenças, sentimentos a partir de fontes que são historicamente mais convencionais (arquivos documentais, textos publicados, notícias, etc). Uma perspectiva de base ao topo e inclusiva, portanto, permanece característica do trabalho da maioria dos historiadores orais.

(Bonomo, 2013:19)

2.2. O lugar do testemunho oral biográfico

Na presente investigação, como no corpo das que elegem a história oral como metodologia preferencial e que procuram “a preservação e disseminação da memória social, cultural e política, e história social e oral do Porto no século XX” (Lopes, Correia, Caramelo & Medina, 2013:314)⁶⁷, a relação entre aquele que investiga e aquele que é portador da informação procurada, constitui a pedra de toque das possibilidades investigativas. Procura-se, através do testemunho oral, não só a reconstrução de factos passados, mas também a forma como esses factos foram vivenciados pelos sujeitos. Importa considerar como “as pessoas interiorizam o seu passado, como relacionam a sua experiência individual e o contexto social, como o passado se torna presente e como

⁶⁷ Lopes, Cátia, Correia, Joana, Caramelo, João & Medina, Teresa, 2013:314, (tradução livre). (...) a body of research on Portuguese social struggles, aiming at the preservation and dissemination of social, cultural and political memory, and social and oral history of Porto on the twentieth century (...).

as pessoas interpretam as suas vidas e o mundo que as rodeia” (Frisch, 1990 cit in Thomson, 2007:55)⁶⁸. A entrevista assume o carácter de uma relação de produção de conhecimento (Thomson, 2007), e o conhecimento histórico produzido é um conhecimento intersubjetivo e relacional, que se desenvolve entre o investigador e os narradores dos factos históricos (Thompson, 2017; Bonomo, 2013; Thomson, 2007). Considerar como os sujeitos interpretam o seu passado, como valorizam e desvalorizam as ações desenvolvidas e a sua própria evolução individual (política, educativa, social, cultural) entre a data dos fatos narrados e aquela em que se narra, compreendendo o modo como se recorda e as pontes que se fazem com o presente, é uma das características do potencial presente no testemunho oral biográfico. O lugar do sujeito, à luz dos preceitos referidos, assume maior destaque na investigação e dá forma a uma pesquisa que produz conhecimento a partir dos saberes das pessoas e não sobre as pessoas coisificadas (Berger, 1992). Há, para além disto, um comprometimento político e social que se traduz num “sentido de responsabilidade social” na condução da investigação e perante os materiais recolhidos e os interlocutores da investigação (Medina, 2008:86). Reconhece-se a situação de entrevista como um momento em que os entrevistados fazem um trabalho sobre si próprios ao pensarem e ao produzirem “discursos reflectidos e argumentados” sobre as suas vivências (Medina, 2008:84). E procura-se criar condições para a construção de uma responsabilidade partilhada pelos entrevistados, que, por esse motivo, aceitam colaborar e dar o seu testemunho, no resgate da memória das lutas durante a ditadura fascista, entendendo o mesmo como um processo e contributo valioso, pertinente, e mesmo urgente, de construção e compreensão “de uma história social da ditadura e da luta contra o fascismo” (Medina, 2008:89).

⁶⁸ Frisch, 1990 cit in Thomson, 2007:55, (tradução livre). (...) how people make sense of their past, how they connect individual experience and its social contest, how the past becomes part of the present, and how people use it to interpret their lives and the world around them.

2.3. A identificação de ativistas a entrevistar

Como afirmado anteriormente, o desenvolvimento da investigação beneficiou de contactos estabelecidos em trabalhos anteriores a este, em particular do desenvolvimento do mestrado em Ciências da Educação, e respetivo estágio, realizado na Universidade Popular do Porto. Estes contactos consistiram inicialmente em três ativistas, estudantes da Faculdade de Medicina do Porto, durante a ditadura e uma ativista do movimento estudantil dos liceus que é, simultaneamente, orientadora deste trabalho. Foi a partir destas pessoas que foi possível elaborar uma lista inicial de ativistas a contactar de diferentes liceus e faculdades. O levantamento de nomes seguiu uma lógica de «bola de neve» (Flick et al, 2004:168), na medida em que cada entrevistado indicou outras pessoas de interesse. A acompanhar este levantamento procurou-se relacionar os nomes indicados com as listas candidatas às eleições para as associações de estudantes, entrando em contacto também com dirigentes e candidatos a dirigentes de diferentes associações. Os critérios utilizados para delimitar o conjunto de pessoas a contactar foram os seguintes: ter sido membro da direção de uma associação de estudantes no período em análise (1968-1974); ter participado ativamente nos movimentos de oposição ao regime enquanto estudante e ter sido apontado por algum dos entrevistados como relevante; ter sido apontado por mais do que um entrevistado como relevante para o desenvolvimento do movimento estudantil, apesar de não ter integrado direções associativas; ter participado de forma relevante em associação ou organização tida como significativa para o desenvolvimento do movimento estudantil ou ações reivindicativas específicas.

A determinado momento da investigação o levantamento de nomes de pessoas de interesse para a análise do tema correspondeu a mais de 100 nomes, sendo que alguns foram de ativistas já falecidos. Relativamente à Escola Superior de Belas Artes do Porto houve necessidade de flexibilizar critérios, considerando que um dos nomes mais indicados correspondia a uma pessoa já falecida, José Garret, e o outro nome mais indicado não foi possível localizar. Além de que, no caso da ESBAP, não foi possível localizar listas candidatas a direções associativas, pelo que se contactou um estudante que, na altura, esteve muito ligado ao processo de reestruturação da escola e uma outra estudante que teve participação nos processos então em curso, ainda que não tenha

tido qualquer papel central nesses processos. Nas restantes faculdades foi possível falar com mais que um dirigente associativo de então e, em alguns casos, com dirigentes de diferentes correntes político-partidárias ou político-organizativas. É o caso da Faculdade de Ciências e da Faculdade de Letras. Foram entrevistadas 25 pessoas. Destas entrevistas, duas não foram incluídas no trabalho final - uma pessoa entrevistada não autorizou a utilização e um segundo entrevistado faleceu durante a investigação, não tendo sido possível obter revisão da transcrição da entrevista e autorização para a utilização do testemunho⁶⁹.

Nem todos os entrevistados são naturais do Porto. Há entrevistados naturais do Porto, mas também de Aveiro, Braga, Évora, Viana do Castelo e Lourenço Marques (atual Maputo), em Moçambique. Seis dos entrevistados têm percursos que passam não só pela Universidade do Porto, mas também pelas Universidades de Lisboa e Coimbra. O entrevistado mais velho nasceu em 1943 e a entrevistada mais jovem em 1957. Em geral são pessoas nascidas no final dos anos 40 e até a segunda metade dos anos 50. Frequentaram o ensino secundário nos anos 60. Alguns frequentaram o ensino superior ainda na década de 1960, mas a maioria vai frequentar a universidade entre o final dos anos 60 e o 25 de Abril de 1974.

No que diz respeito às habilitações académicas do pai dos entrevistados, o nível de habilitações divide-se da seguinte forma: um tem a 3.ª classe; sete têm a 4.ª classe; um completou o 2.º ano do liceu; um completou o 5.º do ensino industrial/comercial; três completaram o ensino liceal; dois completaram o ensino industrial e/ou comercial; seis completaram o ensino superior, em dois casos não foi possível aferir o nível de habilitações do pai.

No caso das habilitações da mãe, divide-se da seguinte forma: três concluíram a 3.ª classe; sete concluíram a 4.ª classe; duas concluíram o 5.º ano do ensino liceal; quatro completaram o ensino liceal; duas completaram o ensino industrial/ comercial; uma teve frequência universitária sem completar o ensino superior, três completaram o ensino superior e num caso não foi possível aferir o nível de habilitações.

⁶⁹ Trata-se de Pedro Baptista, falecido em fevereiro de 2020. Apesar de não se ter mobilizado a sua entrevista por não ter sido possível obter a sua revisão e autorização, as suas partilhas foram também importantes.

No que diz respeito às profissões, em oito das situações, as mães foram domésticas, tendo-o sido desde o casamento ou depois de terem filhos; cinco foram quadros técnicos; duas foram empregadas de serviços; em dois casos foram proprietárias agrícolas; num caso trabalhadora agrícola; em dois casos comerciantes; num caso professora primária e num caso operária, num dos casos não foi possível aferir a profissão. No que diz respeito às profissões dos pais: em oito casos foram quadros técnicos (arquitetos, engenheiros, professores; cargos dirigentes em empresas privadas ou no aparelho de Estado); em sete casos empregados de serviços; em sete casos, foram pequenos industriais, proprietários agrícolas e pequenos comerciantes e, apenas num caso, operário fabril. De acordo com a proposta de classificação de Manuel Carlos Silva (2009), não é possível situar a maioria dos entrevistados numa localização de classe dentro da alta e média burguesia. Para o fazer seria necessário que tivessem uma origem social que explore “força de trabalho de outrem”, detém “uma função de controlo e/ou direcção em vista da exploração ou obtenha ganhos globais a partir da empresa ou do sistema socioeconómico e político”, o que não se verifica. Nas sete situações de pequenos industriais, proprietários agrícolas e pequenos comerciantes, podemos situá-los numa pequena burguesia que, de acordo com a “sinopse de nove localizações de classe”⁷⁰ de Manuel Carlos Silva (2009: 137), emprega até 10 trabalhadores. Nos restantes casos, ainda que se verifique a existência de propriedade, não se verifica a exploração ou o controlo do trabalho de outros. Aliás, na sua maioria, os pais dos entrevistados são pessoas que vivem exclusivamente do seu trabalho, seja ele mais ou

⁷⁰ Na proposta de Manuel Carlos Silva (2009:139) de “sinopse de nove localizações de classe” há um esforço em conciliar como critério básico “a natureza e o volume de recursos económicos” com outros critérios como “os saberes, as habilidades e os poderes políticos e simbólicos detidos ou não pelas respectivas classes sociais”. O autor distingue as seguintes posições: i) latifundiários; ii) burguesia que divide entre a) alta burguesia; b) média burguesia e c) pequena burguesia “que dispõe de menor volume de capital e capacidade de investimento e emprega até dez trabalhadores: pequenos empresários na agricultura, indústria e serviços; iii) pequena burguesia credencial, onde se incluem “gestores e supervisores” com “funções de controlo e supervisão na exploração do sobretrabalho ou mais valia criada por outrem em benefício da empresa ou instituição”, mas também trabalhadores qualificados “profissionais liberais e peritos” que “além do trabalho por conta própria, instrumentalizam as suas credenciais no quadro duma exploração credencial”, o autor dá como exemplo nesta categoria o cirurgião que emprega médicos e enfermeiros em clínica própria; iv) trabalhadores qualificados por conta própria, que vivem dos rendimentos do seu trabalho; v) trabalhadores qualificados por conta de outrem, exercem as suas funções sem controlo sobre a força de trabalho de outros; vi) trabalhadores familiares autónomos, em que os rendimentos advêm de um “regime de pluri-actividade” em que se integram a força de trabalho própria e às vezes familiar; vii) trabalhadores assalariados semiquualificados; viii) trabalhadores não qualificados; ix) trabalhadoras domésticas não remuneradas.

menos qualificado. O que não invalida que, também na maioria dos casos, os entrevistados se insiram num setor da população portuguesa que, à altura, vive muito melhor que os restantes setores e que tem acesso a um conjunto de bens sociais, económicos e culturais a que não acede a maioria da população. Isto acontece não só pela existência de propriedade vária, seja de pequenas porções de terra, no caso dos proprietários agrícolas, seja do seu próprio negócio ou pequena indústria, mas também porque, em alguns casos, se trata de trabalhadores qualificados com maiores rendimentos do trabalho e habilitações académicas superiores.

Foram entrevistados três ativistas da Faculdade de Medicina do Porto; oito ativistas da Faculdade de Ciências; três da Faculdade de Engenharia; um da Faculdade de Farmácia; cinco da Faculdade de Letras; dois da Escola Superior de Belas Artes, um do Liceu Alexandre Herculano e um que frequentou o Liceu Carolina Michaelis e o Liceu António Nobre. Relativamente ao movimento liceal, ainda que apenas dois dos entrevistados tenham tido uma forte participação nesse movimento estudantil, uma parte significativa dos restantes entrevistados frequentaram também os liceus do Porto. No quadro 1 apresenta-se, brevemente, os ativistas entrevistados, as escolas e faculdades frequentadas e os anos de frequência.

Quadro 9. Ativistas entrevistados

Nome	Naturalidade	Escola/Faculdade	Anos de frequência
António Graça	Porto	Faculdade de Medicina do Porto	1962 - 1970
António Regala ⁷¹	Aveiro	Instituto Industrial do Porto; Faculdade de Ciências do Porto	1970 - 1971; 1971 - 1974
António Vieira	Felgueiras	Faculdade de Ciências e Engenharia do Porto	1971 - 1979
Aranda da Silva	Lourenço Marques	Universidade de Coimbra; Faculdade de Farmácia do Porto	1966 - 1968; 1968 - 1972
Arnaldo Araújo	Porto	Faculdade de Medicina do Porto	1969 - 1973
Arsélio Martins	Vagos	Universidade de Lisboa; Faculdade de Ciências do Porto	1967 - 1969; 1969 - 1972
Bernardo Vilas Boas	Ponte de Lima	Faculdade de Medicina do Porto	1970 - 1974
Edgar Seca	Porto	Liceu Alexandre Herculano; Faculdade de Ciências do Porto	1970 - 1972; 1972 - 1974
Emídio Ribeiro	Felgueiras	Universidade de Coimbra; Faculdade de Engenharia do Porto	1967 - 1969; 1971 - 1974
Fernanda Costa	Porto	Faculdade de Letras do Porto	1971 - 1974
Fernando Sottomayor	Amarante	Faculdade de Letras do Porto	1969 - 1972
Fernando Sousa Lopes	Porto	Faculdade de Ciências do Porto; Universidade de Coimbra	1970 - 1971 1971 - ...
Helena Medina	Porto	Faculdade de Ciências do Porto	1967 - 1972
José António Gomes	Vila Nova de Gaia	Faculdade de Letras do Porto	1973 - ...
José Fadista	Montemor-o Novo	Universidade de Lisboa; Universidade de Coimbra; Faculdade de Ciências do Porto	1966 - 1968; 1968 - 1969 1969 - ...
José Gigante		Escola Superior de Belas Artes do Porto	1969 - 1975
José Augusto Nozes Pires	Braga	Faculdade de Letras do Porto	1964 - 1972
José Rui Ferreira	Póvoa do Varzim	Universidade de Coimbra; Faculdade de Engenharia do Porto	1967 - 1970; 1971 - 1973
Manuela Silva	Maia	Faculdade de Letras do Porto	1972 - 1975
Renato Soeiro	Porto	Faculdade de Ciências do Porto	1969 - 1977
Rosa Maria Moreira		Escola Superior de Belas Artes do Porto	1968 - 1974
Teresa Medina	Porto	Liceu Carolina Michaelis; Liceu António Nobre; Colégio Nossa Senhora da Esperança	1967 - 1972 1972 - 1973 1974 - ...
Vasco Paiva	Matosinhos	Faculdade de Ciências do Porto	1968 - 1972

⁷¹ António Regala veio a falecer antes da defesa da tese, em janeiro do presente ano.

2.4. As entrevistas⁷²

O primeiro contacto com os entrevistados foi particularmente importante para o estabelecimento de uma relação de confiança. A explicitação de como os entrevistados podiam contribuir para a produção de conhecimento científico sobre o tema em estudo, a partir das suas vivências pessoais, permitiu clarificar e valorizar o papel dos entrevistados, procurando comprometê-los com os fins da investigação. Procurou-se, num primeiro momento, recolher alguns dados biográficos, designadamente a data de nascimento; naturalidade; profissão; habilitação escolar e profissão dos pais; escola/ faculdade frequentada e período de frequência; data de entrada para o liceu/escola técnica/ faculdade; organizações e estruturas formais e informais em que participou no período do estudo.

Nem sempre foi exequível, num contacto inicial, recolher estes dados. Quando isso não foi possível, procedeu-se à recolha destes dados na própria entrevista.

No desenvolvimento dos contactos prévios, solicitou-se aos entrevistados acesso a documentação na sua posse sobre o tema, o que se revelou um importante contributo à condução e resultados da entrevista e ao ativar da memória, para além de responder aos objetivos de constituição de um arquivo documental sobre o movimento estudantil do Porto.

A preparação antecipada, procurando conhecer o mais possível da biografia dos entrevistados, foi determinante para o desenvolvimento da entrevista. O conhecimento acumulado sobre o contexto sócio histórico em questão beneficiou a relação estabelecida com o entrevistado e permitiu passar de um nível básico de informações para informações mais detalhadas sobre os assuntos, confirmando que «perguntas historicamente relevantes e corretamente colocadas para o contexto em questão» são essenciais na construção da relação de entrevista (Thompson, 2017: 310)⁷³. As entrevistas decorreram num formato que se aproximou da conversa informal com

⁷² Sobre o processo de realização das entrevistas realizou-se uma comunicação com o título O movimento estudantil do Porto (1969-1974). A história oral em projetos de investigação de doutoramento - potencialidades e desafios, apresentada no 1º Encontro Memória para Todos — História, Património e Comunidades organizado pelo Centro República e Instituto de História contemporânea da NOVA FCSH, em novembro de 2019.

⁷³ Paul Thompson, 2017:310, (tradução livre). It is an equal 'impertinence' to subject numbers of working people in a community or an industry to questions without first ensuring as far as possible, that the questions are historically relevant and correctly phrased for the local context.

ligeiras diferenças entre cada uma. Procurou-se permitir a narração dos acontecimentos, na lógica temporal do entrevistado, intervindo sempre que foi necessário clarificar algum assunto ou elemento. Procurou-se adotar, na relação de entrevista, uma postura baseada na “escuta ativa e metódica” de que nos fala Bourdieu (2001:691), “tão afastada da pura não-intervenção de entrevista não dirigida, quanto do dirigismo do questionário”.

Verificou-se que, à medida que se iam realizando as entrevistas, o conhecimento acumulado ia-se aprofundando e influenciando as entrevistas seguintes, especificamente no que diz respeito a questões formuladas e à minha preparação e segurança para apoiar o exercício de memória realizado pelos entrevistados.

As entrevistas foram orientadas por um [guião](#)⁷⁴ organizado por temas chave:

- i) o contexto de participação;
- ii) as lutas estudantis, no Porto, entre 1968 – 1974 e a participação no movimento estudantil;
- iii) a dimensão educativa do processo participativo.

O guião confirmou-se como um instrumento de trabalho essencial para a realização das entrevistas. O guião foi produzido considerando os objetivos de investigação e as suas questões de partida, mas também a informação já produzida sobre o contexto em análise como, por exemplo, os acontecimentos, locais ou pessoas mais relevantes no período em estudo. A adaptação do guião geral a cada entrevistado, considerando a informação previamente recolhida, ajudou a pensar, especificamente, na informação que potencialmente poderíamos recolher junto de cada pessoa.

Outro elemento determinante na realização das entrevistas foi a construção e desenvolvimento de uma [cronologia](#) sobre as lutas estudantis no período em estudo, construída e desenvolvida no âmbito da presente investigação, que permitiu, no decorrer da entrevista, auxiliar a memória dos entrevistados. Ao serem confrontados com determinados acontecimentos, acabaram por recordar-se da sua participação nos eventos convocados e até em outros não considerados inicialmente.

⁷⁴ O guião geral das entrevistas pode ser consultado nos apêndices do trabalho ([apêndice I](#)).

A realização de uma entrevista exploratória permitiu ajustar diversas questões, designadamente os dados necessários a recolher antes da entrevista e a avaliação da utilidade de mobilizar uma cronologia de acontecimentos na própria entrevista.

Na presente investigação, a opção de devolução aos entrevistados da transcrição da entrevista comunicou diretamente com o posicionamento teórico e metodológico que acompanhou o desenvolvimento da pesquisa. Entende-se que os entrevistados devem ter controlo sobre os testemunhos que produzem, tendo pleno acesso às transcrições e o poder de negociar com o investigador as alterações necessárias ao testemunho inicial para que este seja, de facto, plenamente assumido pelo próprio.

A eliminação das marcas da oralidade da transcrição, tais como as repetições, hesitações ou bengalas linguísticas, como, “portanto”, “é assim”, “então”, “de facto” é um processo longo, mas necessário para garantir um texto claro no qual o entrevistado se revê.

Todos os entrevistados foram convidados a rever a transcrição da entrevista e a fazer correções. Todavia, foi importante numa primeira fase conversar com as pessoas sobre o carácter de uma transcrição, especificamente em relação às marcas distintivas entre a oralidade e a escrita, permitindo que o entrevistado conhecesse as implicações do trabalho de transcrição e desenvolvesse expectativas razoáveis sobre o texto final.

Sempre que os entrevistados o autorizaram, as entrevistas foram gravadas não só em formato áudio, mas também em formato vídeo. Considerando-se as vantagens e desvantagens do testemunho audiovisual, assumiu-se que era relevante a gravação neste formato. Podendo ser um elemento de inibição para o entrevistado, é também um instrumento crucial porque permite captar e aceder posteriormente à comunicação não verbal. São «as expressões, os gestos, o olhar, o tom de voz, a entoação, o ritmo, as emoções e mesmo os silêncios, que quantas vezes dizem mais que as próprias palavras» (Medina, 2008:73) que ficam registadas e complementam a informação verbal.

A gravação audiovisual das entrevistas constituiu-se como um desafio importante. A condução de uma entrevista implica um comprometimento com o diálogo que ali tem lugar, que dificilmente deixa espaço para a verificação da posição da câmara, da necessidade de alterar o enquadramento porque o entrevistado mudou de posição, da necessidade de alterar as luzes do espaço porque, entretanto, escureceu, ou apenas da simples verificação da continuidade do funcionamento dos equipamentos. Para

menorizar o impacto da dupla função que assumi na realização da entrevista informei previamente os entrevistados da necessidade de, durante a entrevista, verificar os equipamentos e realizar pausas.

Como fator de salvaguarda, utilizou-se a câmara de vídeo e um gravador de áudio, em simultâneo. A utilização dos dois equipamentos tem a vantagem de garantir que pelo menos um formato será salvo face a imprevistos, mas também garante a qualidade da gravação áudio que, por vezes, é necessário integrar na gravação.

Foi necessário um trabalho de edição de todos os vídeos, com a realização de pequenas melhorias ao nível de som, luz e enquadramento, mas também cortes solicitados pelos entrevistados e outros de momentos de pausa na entrevista. Este trabalho foi integralmente desenvolvido pela autora desta tese. Todos os vídeos foram posteriormente devolvidos aos entrevistados.

A gravação em formato vídeo das entrevistas em que os ativistas o autorizaram, não sendo imprescindível para a realização da investigação, foi uma opção tomada tanto por influência dos projetos de história oral já referidos, e, em especial pelo estágio desenvolvido no CDI da UPP e o trabalho realizado com as entrevistas em vídeo ali preservadas, como pelas possibilidades que se abrem na produção futura de materiais com inclusão de excertos vídeo para tratamento de acontecimentos ou temas específicos no quadro da história da educação, da ditadura e da oposição ao regime. Os vídeos agora produzidos são também recursos preservados que podem a qualquer momento ser mobilizados noutra tipo de trabalho e que constituem um recurso importante para um arquivo histórico sobre o movimento estudantil do Porto nos anos de 1960 e até 1974.

Importa ainda assinalar que, durante o ano 2020, no período mais restritivo da resposta à pandemia da Covid19, considerou-se a necessidade de realizar entrevistas à distância. Uma das entrevistas realizou-se neste formato através do programa *Zoom*, mas verificou-se que a realização de entrevistas através da internet, com os objetivos formulados neste trabalho comporta perdas muito significativas na relação de entrevista e para a informação recolhida. Para as restantes entrevistas realizadas, nesse ano, procurou-se negociar com os entrevistados formas de trabalho presencial que respondessem às preocupações sanitárias existentes e não se realizou mais nenhuma entrevista à distância.

Descreve-se, no quadro seguinte, características das entrevistas realizadas, designadamente a sua duração, as datas de realização, o formato em que foram realizadas e o número de páginas de transcrição.

Quadro 10. Entrevistas realizadas

Entrevista	Datas de realização	Local de realização	Duração	N.º páginas transcrição *	Gravação vídeo
António Graça	29/03/2019	Porto	01:55:18	38	X
António Regala	20/02/2019; 21/03/2019	Aveiro	02:32:02	44	X
António Vieira	25/02/2019; 04/03/2019	Porto	01:58:54	33	X
Aranda da Silva	17/05/2019	Estoril	02:13:54	39	X
Arnaldo Araújo	14/02/2019	Porto	02:04:31	36	X
Arsélio Martins	12/06/2020	Aveiro	03:09:53	42	X
Bernardo Vilas Boas	30/04/2019; 03/05/2019	Porto	02:41:44	35	X
Edgar Seca	05/08/2019; 20/08/2019	Porto	04:20:44	68	X
Emídio Ribeiro	21/01/2019	Porto	02:24:26	28	X
Fernanda Costa	04/06/2019	Porto	01:32:55	31	X
Fernando Sottomayor	09/01/2019	Porto	01:49:51	33	X
Fernando Sousa Lopes	27/11/2019	Porto	02:40:19	43	X
Helena Medina	14/10/2020; 15/10/2020	Lisboa	03:48:00	64	
José António Gomes	28/09/2019; 29/09/2019	Porto	04:52:05	62	X
José Fadista	01/07/2019	Almada	01:35:31	24	X
José Gigante	15/07/2020; 20/07/2020	videochamada	01:38:00	31	X
José Augusto Nozes Pires	17/10/2020	Torres Vedras	04:11:00	57	X
José Rui Ferreira	01/10/2018	Porto	02:05:41	49	X
Manuela Silva	20/03/2019	Porto	02:01:46	41	X
Renato Soeiro	15/05/2019	Porto	01:45:20	36	X
Rosa Maria Moreira	05/07/2019	Porto	01:03:05	17	
Teresa Medina	09/04/2018; 13/04/2018	Porto	04:09:07	61	
Vasco Paiva	17/02/2019	Coimbra	02:28:01	46	X
			59:20:11	958	

*Formatação Calibri, 12, 1,5 de espaçamento entre linhas, sem espaçamentos entre parágrafos

2.5. A análise das entrevistas

O processo de transcrição das entrevistas e as posteriores revisões realizadas permitiu conhecer de forma geral o material e assinalar desde logo temas, acontecimentos, pessoas, assim como traços comuns entre os testemunhos e aspetos singulares em alguns destes. A análise do material não se iniciou apenas após a conclusão do processo de transcrição, revisão, devolução aos entrevistados e integração das suas alterações. Pelo contrário, o processo de análise foi sendo construído a partir de todos estes passos, procedendo-se ao registo de elementos significativos a considerar posteriormente.

A leitura e releitura das transcrições, a par de todo o trabalho anterior, permitiu identificar dimensões significativas dos testemunhos que não deixam de se relacionar com as questões formuladas, a partir do guião de entrevista, mas que em alguns casos as ultrapassam.

As grandes dimensões temáticas que orientaram a análise das entrevistas foram as seguintes:

Quadro 11. Grandes dimensões temáticas na análise das entrevistas

1. Caracterização social, política e cultural da ditadura portuguesa	
2. Associações de estudantes do Porto	2.1. Percurso, funcionamento e organização;
	2.2. Reivindicações associativas;
	2.3. Iniciativas;
3. Outros Movimentos Associativos do Porto	3.1. Funcionamento e organização;
	3.2. Articulações com o trabalho associativo estudantil e com a luta antifascista;
	3.3. Iniciativas
4. Movimento de Oposição Democrática	4.1. Funcionamento e organização;
	4.2. Articulações com o trabalho associativo estudantil e com a luta antifascista;
	4.3. Iniciativas
5. Correntes Político Partidárias com intervenção no movimento associativo estudantil	5.1. Funcionamento e organização
	5.2. Iniciativas e posições políticas
6. Transformações no campo educativo após o 25 de Abril;	
7. Aprendizagens individuais e coletivas desenvolvidas a partir da participação social e política	

São dimensões que também estiveram presentes na análise dos documentos escritos. A leitura e categorização dos documentos escritos permitiu ter algum conhecimento

prévio às entrevistas e equacionar perguntas sobre determinados acontecimentos, assim como ter presente grandes temas registados na documentação escrita, mas apenas a realização das entrevistas permitiu compreender em profundidade a realidade e fazer outra leitura da documentação. Por exemplo, ainda que vários documentos façam referência a outro tipo de movimento associativo, apenas o testemunho dos ativistas permitiu estabelecer as articulações entre este e o movimento associativo estudantil e a sua reciprocidade ao longo do período em questão. Situação idêntica se verificou tanto em relação ao Movimento de Oposição Democrática, como em relação à intervenção de diferentes correntes político partidárias.

Em quase todas as narrativas biográficas está muito presente a necessidade de explicitar uma descrição e caracterização da ditadura, a partir da experiência individual de cada um dos entrevistados. Esta descrição e caracterização inicia-se quase sempre a partir das memórias da infância, facto a que não são alheias as questões formuladas sobre a escola primária e a família. A imagem de uma sociedade fortemente estratificada, em que os recursos económicos e sociais são muito desigualmente distribuídos e em que a cada classe social de origem corresponde um caminho predestinado é uma das dimensões recorrentemente narrada, não só a partir das memórias do início do percurso escolar dos entrevistados como, posteriormente, na sua leitura do funcionamento da sociedade. Desde muito cedo, os entrevistados compreendem que há diferenças muito importantes entre eles e outros colegas de escola e que eles têm acesso a um conjunto de bens e oportunidades a que a maioria não acede. Estas diferenças manifestam-se, e como tal são narradas, acerca da alimentação, no vestuário, nas condições de habitação, na participação em atividades extracurriculares, no tratamento parental, no diferente tratamento pelos professores, no sucesso escolar e nos percursos educativos. Dois dos aspetos mais marcantes mobilizados a partir desta dimensão da sociedade portuguesa dos anos de 1950, 1960 e parte de 1970, de profunda diferenciação e seleção social, são: a violência física e psicológica exercida pelos professores sobre os colegas mais pobres e desprotegidos socialmente, e a seleção social muito forte que se verifica a cada ano escolar e que se traduz, com uma dimensão muito significativa, no abandono escolar e na entrada no mundo laboral da maior parte dos colegas, com nove, dez anos, na 3.ª classe e no final

do ensino primário e depois, novamente, dos colegas com 14 e 15 anos, no final do então 5.º ano do Liceu (equivalente ao atual 9.º ano).

A caracterização do ensino primário, secundário e superior é uma outra dimensão importante nas narrativas analisadas. A descrição de um ambiente educativo fortemente hierarquizado, conservador e arcaico, sem fundamentação pedagógica nem iniciativa inovadora, dado a todo o tipo de decisões e opções aleatórias e sem relação com o trabalho escolar de cada aluno, está presente na maioria das entrevistas. Nestas são descritos episódios de injustiça e violência física e psicológica, observados ou vivenciados pelos próprios, que decorrem de uma discriminação ativa dos alunos socialmente desprotegidos e a promoção e proteção dos alunos com uma origem de classe privilegiada. Em muitos casos a discriminação também se verifica quando alunos de origem de classe privilegiada, em geral, já no ensino liceal, questionam a realidade ou começam a desenvolver a sua participação social, cívica e política na escola e fora dela. É muito comum que os entrevistados descrevam episódios na escola em que está presente o medo, a pressão, a humilhação e em que qualquer questionamento dos assuntos tratados em sala de aula origine uma repressão imediata. Há disciplinação constante, associada por alguns entrevistados a um tipo de ordem militar, e a memória de um ensino profundamente ideologizado, incompleto e censurado, seja a partir de disciplinas como *Organização Política e Administrativa da Nação* ou *Religião e Moral*, seja a partir de outras disciplinas como *História*.

No ensino superior a realidade é descrita também a partir da falta de condições materiais das escolas e faculdades, seja através do excesso de estudantes face aos edifícios e recursos existentes, seja a partir de um ensino excessivamente teórico e livresco, sem relação com o exterior e a realidade social e com dimensões de prática profissional.

Os aspetos mais significativos na caracterização do ensino são relacionados com a caracterização mais geral da sociedade portuguesa de então e com a repressão vivenciada. A dimensão da repressão está presente não só a partir das estruturas do regime (censura prévia, polícia política, legislação que proíbe e restringe a organização associativa, por exemplo) como se reflete em outros elementos sociais, como o são: as relações humanas onde se manifestam um conjunto de regras informais que restringem a plena persecução dessas relações – entre homem e mulher, entre pais e filhos, entre

estudantes e professores; a circulação e acesso à informação (restrições e insuficiências na circulação de ideias no plano social, político, científico, cultural e artístico) que, a par dos baixos níveis de escolaridade e da estrutura do próprio ensino, assim como na inexistência de acesso e fruição de equipamentos sociais e culturais, se vai traduzir em deficiências graves na formação da maioria da população.

Esta descrição e caracterização, efetuada pela maior parte dos nossos entrevistados (que provêm de classes sociais que dispõem de mais recursos), é associada a uma vontade crescente de aumentar o seu conhecimento sobre a realidade social, de procurar informação, de proceder a exercícios críticos e argumentativos e, finalmente, de procurar outros com quem se possam organizar e intervir social e politicamente. Os caminhos pelos quais iniciam a sua participação social e política diferem, mas têm em comum uma interrogação anterior sobre os processos de seleção e discriminação social presentes na sociedade. Para esta interrogação contribuem em geral, uma ou várias figuras, que em alguns casos são familiares, em geral os pais ou as figuras parentais, mas noutros casos há um amigo ou um professor. Não obstante, verifica-se que, em quase todos os contextos familiares, não existe um ambiente marcadamente pró-regime e, em muitas situações, à medida que evolui a participação dos entrevistados evolui também o entendimento social e político das famílias, quando este não estava propriamente presente antes disso.

Na análise das entrevistas, para além de uma dimensão de descrição e caracterização social da ditadura, seja a partir da mobilização de experiências escolares, seja a partir de outros aspetos da vida dos entrevistados, é muito significativo o relato de acontecimentos históricos. Entre estes destacam-se, na maioria das entrevistas, aspetos relacionados com as eleições à Presidência da República de 1958 e a figura de Humberto Delgado, seja por vivência própria, seja pelo contacto com experiências de familiares e outras pessoas; a realização das eleições à Assembleia Nacional, em 1969 e em 1973, assim como o Congresso Republicano de 1969 e o Congresso da Oposição Democrática de 1973; um conjunto de iniciativas realizadas no plano da Oposição Democrática e associadas a datas simbólicas, como o 31 de Janeiro, o 8 de Março, o 24 de Março, o 28 de Março, o 1.º de Maio e o 5 de Outubro, ou ainda a realização de uma manifestação popular, a 15 de Abril de 1972, contra a carestia de vida.

Situadas no plano da organização e ação estudantil pelos entrevistados, são narradas, como experiências marcantes, o movimento em torno da denúncia da situação e ajuda à população afetada pelas cheias na área metropolitana de Lisboa, em 1967; a luta dos estudantes do Instituto Industrial do Porto, na defesa da atuação da sua Comissão de Sebentas, ao longo de todo o ano de 1968; a receção estudantil ao embaixador americano, em 1968; os plenários amplamente participados, no início de 1969, para aprovação dos oito pontos da Declaração de Coimbra; o boicote à realização das atividades da Queima das Fitas, em 1971; o assassinato do estudante Ribeiro Santos, em Lisboa, em 1972 e as manifestações estudantis em torno deste acontecimento; o boicote à realização do I Festival de Coros Universitários, organizado pelo regime e por organizações coniventes com ele, entre outros acontecimentos menos mobilizados. Logo após o 25 de Abril são muito significativas as descrições e as referências aos processos de eleição dos novos órgãos de gestão de escolas e Faculdades; aos processos em torno da avaliação; aos processos de saneamento, mas também em relação ao trabalho desenvolvido pela Pró-UNEP, sobre as campanhas de educação sanitária e de alfabetização do Verão de 1974, e as referências sobre o Serviço Cívico Estudantil.

Muitos dos entrevistados, em 1974, encontravam-se expulsos do ensino superior, a trabalhar ou então em vias de terminar os seus cursos. Muitos vão viver entre 1973 e 1975 processos de alteração nas suas vidas que fazem com que as suas memórias se relacionem com outros setores que não o estudantil. Mas, mesmo aqueles que ainda se encontram a estudar e plenamente envolvidos no movimento estudantil, vão retratar o 25 de Abril e o período que se lhe segue de uma forma muito mais ampla, que enumera não só transformações na educação, mas muitas outras, em muitos outros setores e dimensões da vida e da sociedade. A Revolução do 25 de Abril é descrita e caracterizada como um momento absolutamente ímpar na história e nas histórias de vida dos entrevistados, e os processos que lhe estão associados, seja no quadro das transformações educativas, seja em outros aspetos, correspondem a uma dimensão específica de análise das entrevistas.

Um dos objetivos da investigação, como já descrito, prendia-se com a identificação e compreensão sobre aprendizagens realizadas a partir da participação estudantil e a este objetivo corresponderam questões específicas formuladas nas entrevistas, mas a análise do conteúdo integral dos testemunhos foi tornando claro que

esta é uma questão que está presente em outros momentos e a propósito de outros temas abordados. Esta dimensão originou uma análise que considera aspetos da infância, de relações sociais, de influências culturais e artísticas e que aponta para um processo contínuo de aprendizagens que envolvem diferentes contextos, pessoas e situações ao longo da vida e que se articulam entre si, podendo confirmar ou contrariar, consolidar ou opor-se, a aprendizagens anteriores. Trata-se de mundividências, valores, formas de ser, de estar e de se relacionar com os outros e com a realidade social, das quais se procura dar conta no último capítulo da tese.

Procurou-se, com a análise de conteúdo realizada, analisar os discursos produzidos, não fazendo apenas uma descrição de conteúdos, mas permitindo um trabalho de interpretação “enquanto atribuição de sentido às características do material que [são] levantadas, enumeradas e organizadas” (Vala,1990:104.)

Ao contrário de outros posicionamentos neste âmbito, procurou-se conhecer os objetos mobilizados e “quais as características ou atributos que são associados” e “qual a associação ou dissociação entre eles” (Vala, 1990:108).

Neste sentido, a análise das entrevistas permitiu dar relevo aos sentidos produzidos pelos sujeitos sobre a sua participação nas lutas estudantis, os elementos que influíram nessa participação, os processos pessoais desencadeados, mas também a identificação de acontecimentos, pessoas, locais, tidos como significativos e que permitem contribuir para a reconstrução histórica do movimento estudantil no Porto, entre 1968 e 1974. Procurou-se ainda proceder a uma análise do conjunto das entrevistas que considerasse a identificação de similitudes e singularidades procurando a “articulação do individual com o social” (Medina, 2008:88) e dar relevo a essa articulação na própria escrita e organização dos capítulos da tese.

2.6. A constituição de um arquivo documental e uma cronologia de acontecimentos

Como descrito anteriormente, vários ativistas do período em estudo, apesar das condições de repressão, conservaram em sua posse documentos escritos produzidos por organizações estudantis. A todas as pessoas entrevistadas foi pedido acesso a documentação que tivessem em sua posse, mas o arquivo particular mais significativo

para o presente trabalho foi acedido ainda antes de se iniciar a investigação de doutoramento. Trata-se do arquivo particular de António Dias, médico, estudante da Faculdade de Medicina no final dos anos 60 e inícios de 70 e dirigente da Associação de Estudantes da mesma faculdade no ano letivo de 1970-1971, com quem tive o prazer de colaborar aquando da realização do debate *A História do Movimento Associativo. Retratos de uma Associação de Estudantes nos anos 60/70*, promovido no âmbito da parceria entre a Associação de Estudantes de Medicina e a Universidade Popular do Porto, em 2016. O arquivo de António Dias que, ainda em 2016, me foi cedido pelo próprio, é um arquivo que inclui mais de 600 documentos escritos. São, em geral, documentos que datam do período entre 1967 e 1977, e dizem respeito à vida associativa na FMUP. São produzidos pela Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina e seus organismos, como por exemplo, delegações de curso, reunião inter delegações, reunião de colaboradores, assembleia geral, entre outros; pelos organismos federativos do movimento associativo do Porto, assinados pelo Departamento de Informação dos Organismos Estudantis do Porto ou por diferentes Comissões Pró-Associativas e/ou Direções associativas, em simultâneo; documentos da Juventude Universitária Católica; da Comissão Estudantil de Apoio aos Presos Políticos; das Comissões Democráticas Eleitorais do norte do país e também alguns documentos das estruturas estudantis da Universidade de Lisboa e Coimbra. Na sua maioria, os documentos são comunicados e textos de discussão temática, mas também listas candidatas aos organismos estudantis, assim como programas eleitorais e publicações periódicas como, por exemplo, o jornal Bisturi publicado pela AE de Medicina. O segundo arquivo particular mais relevante é o arquivo de Sérgio Seca, arquiteto, estudante liceal nos anos 70 e ativista da Comissão Pró Associativa dos Estudantes dos Liceus do Porto – CPAELP. Neste arquivo, que me foi possível consultar, encontram-se mais de 300 documentos relativos ao movimento estudantil do Porto, datados do período entre 1964 e 1974. Neste caso encontram-se documentos produzidos pelas comissões associativas dos diferentes liceus do Porto, pela CPAELP, pelas diversas direções associativas de diferentes faculdades, mas também da Comissão Estudantil de Apoio aos Presos Políticos, da UNICEPE – Cooperativa Livreira Estudantil, do Teatro Universitário do Porto – TUP, documentos dos organismos federativos, entre os quais o Secretariado Provisório das Reuniões Inter Escolas – SPRIE; Reunião Inter Escolas – RIA;

Departamento de Informação Associativa – DIA. Como no primeiro arquivo, encontramos um conjunto de publicações periódicas estudantis, listas candidatas a organismos associativos estudantis e seus programas, comunicados, entre outros. Para além destes dois arquivos fundamentais, consultaram-se outros arquivos particulares e documentos fornecidos por: António Vieira, Bernardo Vilas Boas, Edgar Seca, Fernanda Costa, Fernando Sousa Lopes, Helena Medina, José António Gomes, José Rui Ferreira, Renato Soeiro, Rui Sá, Teresa Medina e Vasco Paiva.

Helena Medina forneceu, além de documentos diversos relativos ao movimento estudantil, ao movimento de oposição democrática e à organização do PCP, cópias do jornal Avante! e do boletim Militante!, assim como uma cronologia de textos destas publicações relativos ao movimento estudantil.

Destes arquivos e documentos, foram digitalizados 1033 documentos e introduzidos em base de dados 714.

A base de dados consiste numa folha de cálculo com a descrição dos documentos, a partir das seguintes categorias: formato, número de páginas, tipo de documento, título, subtítulo, data, autor, local, palavras-chave, nomes referenciados, reivindicações educativas, resumo e observações. A cada documento foram atribuídas uma referência e uma ligação à imagem da digitalização.

A constituição do arquivo documental final foi uma das tarefas da investigação mais exigente. Foi necessário, como já referido, digitalizar todos os documentos fornecidos ou consultados, tratar todas as digitalizações que nem sempre, num primeiro momento, ficaram legíveis, e inserir na base de dados.

A inserção na base de dados implicou uma primeira leitura de cada documento que permitisse identificar as informações básicas, tais como o formato, o número de páginas, tipo de documento, a data de produção, a autoria, etc. A identificação destes elementos nem sempre foi simples. No que diz respeito ao tipo de documento, pudemos distinguir comunicados, programas eleitorais, publicações periódicas, como jornais e revistas, folhetos (para divulgação de iniciativas), cartazes, textos de discussão temáticos, inquéritos, convocatórias e relatórios de atividades e contas.

Relativamente ao formato de documento distinguiu-se entre formato A3, A4, A5 e A6.

A data de produção e autoria nem sempre foram informações que pudemos encontrar descritas em cada documento. Em muitas situações chegou-se à data, e autoria, a partir do cruzamento com outros documentos e outras fontes. Encontramos diferentes documentos, publicados por AES do Porto, sem data, mas sobre acontecimentos noutras academias, que são facilmente identificáveis, por exemplo, o encerramento do Instituto Superior Técnico, em Lisboa, no final do ano de 1968, ou acontecimentos em Coimbra, em 1969. Nas situações especificamente relacionadas com acontecimentos do Porto, não muito conhecidos, foi mais difícil chegar a uma data, mas também na maioria destes casos, foi possível, a partir do cruzamento dos próprios documentos entre si, e com a informação contida nas entrevistas ou fontes bibliográficas. Em alguns documentos sem ano, mas com identificação de dia, e dia da semana, foi possível identificar a data concreta, a partir da verificação dos calendários anuais. Por exemplo, identificou-se um documento de uma delegação de curso de Medicina, em que é referida uma reunião a realizar terça-feira, dia 28 de novembro, mas sem qualquer identificação do ano. A partir do assunto tratado, questões de avaliação em Anatomia e da verificação dos calendários anuais, foi possível identificar, com alguma certeza, que o documento dizia respeito ao ano de 1972. A mesma situação decorreu com a identificação da autoria, muitas vezes não estando esta informação explicitamente descrita, foi possível a atribuição, com algum grau de certeza, a partir da leitura mais atenta do texto. Por exemplo, um comunicado assinado apenas por delegação do 1.º ano 70/71, que anuncia a realização de eleições para a delegação de curso e uma data para uma reunião, não nos diz explicitamente a que faculdade diz respeito. Mas, a leitura mais atenta, neste exemplo específico, permite perceber que no pequeno texto incluído se faz referência ao «encerramento das instalações da C.I.» e se informa que «as lições de fisiologia» já estão à venda, o que nos leva a atribuir a autoria, com bastante certeza, à delegação do 1.º ano do curso de Medicina 1970-1971. Nem sempre a leitura atenta dos documentos e o cruzamento de informações contidas em outros documentos ou noutras fontes permitiu identificar todos os dados que se pretendia saber. Nesses casos, na base de dados, colocou-se a formulação «sem data», ou «sem autoria», etc.

A atribuição de palavras-chave procurou ter como critério a facilitação de pesquisas posteriores na base de dados. Em muitos casos atribuiu-se a escola ou

faculdade a que o documento diz respeito, o principal assunto, por exemplo, «repressão» ou «avaliação» ou «reforma do ensino», ou mesmo o nome de uma pessoa. Esta última atribuição verifica-se, por exemplo, em documentos sobre o assassinato do estudante Ribeiro Santos, em 1972.

Procurou-se, ainda, como referido anteriormente, identificar nomes referidos (numa lógica de facilitação de pesquisas posteriores e identificação de pessoas significativas em cada processo) e reivindicações educativas. Na maioria dos documentos incluiu-se, ainda, um pequeno resumo do documento e observações.

A base de dados a que se chegou e que permanece para além desta investigação, constituindo-se também como um recurso significativo de informação para o estudo do movimento estudantil do Porto, permite uma consulta a qualquer momento a partir de critérios como a data de produção, autor, temas, etc. Este recurso, independentemente do trabalho já realizado, poderá sempre ser aprimorado no futuro. Aliás, entende-se que terá mesmo que o ser, dependendo da utilização que se pretenda. Ele poderá servir, por exemplo, de base à constituição de um sistema de pesquisa online num arquivo digital de documentação. Ainda que possua insuficiências, apesar de todo o trabalho já realizado, designadamente no que diz respeito à uniformização de critérios utilizados (nem sempre possíveis de tornar explícitos numa base de dados), parece-nos que é um recurso importante ao desenvolvimento de pesquisas e projetos futuros no âmbito do tema deste trabalho, mas também no quadro da história contemporânea portuguesa.

A par do desenvolvimento da revisão da literatura, do trabalho de identificação, recolha, digitalização e análise dos documentos escritos, assim como do trabalho de identificação de ativistas e da realização das entrevistas, foi sendo desenvolvida uma cronologia de acontecimentos sobre o movimento estudantil do Porto.

Esta inicialmente apenas incluía acontecimentos registados na bibliografia de referência, nos documentos escritos identificados e na cronologia do CDI, da UPP. À medida que o trabalho se foi desenvolvendo, também a cronologia se ia tornando mais completa, com o acréscimo de acontecimentos relatados nas entrevistas e outros identificados nos documentos escritos.

Esta cronologia que se pode consultar no final da tese - *Cronologia de acontecimentos Movimento Estudantil do Porto – 1968-1974* adquiriu um duplo estatuto: foi um instrumento de apoio na recolha de dados, nomeadamente na

realização das entrevistas – na medida em que permitiu auxiliar a memória dos entrevistados - mas também um resultado da investigação que permanece para além dela e que pode continuar a ser aperfeiçoado.

Capítulo III. O Movimento estudantil do Porto

3.1. O movimento de criação de Comissões Pró-associativas no Porto a partir de 1963

Com a aprovação do decreto-lei 44 632, no final do ano de 1962, que cria a Comissão Permanente das Organizações Circum-escolares do Ensino Superior, obrigam-se as direções associativas eleitas a serem ratificadas pelo governo. Aquilo que, em Lisboa e Coimbra, constitui mais uma tentativa de limitar a atuação estudantil, a liberdade associativa e uma intrusão à autonomia universitária, será aproveitado, no Porto, na procura de um espaço legal de atuação nas faculdades. Em comparação com o DL 40 900⁷⁵, o DL 44 632 não legislava sobre a organização interna das associações, nem impunha uma delegação permanente de acompanhamento à sua atividade. Incluía apenas um artigo que apontava a necessidade de manter a autoridade académica ao corrente dos planos de ação associativos e a consideração de eventuais “sugestões e conselhos que a este propósito lhes forem dados” o que, em teoria, poderia apontar para uma autonomia das associações, sendo que a autoridade académica referida diz respeito ao diretor de cada instituição e ao reitor da universidade. Mas talvez a maior novidade da legislação fosse a abertura que dava a que, mesmo sem resposta do MEN, as associações pudessem funcionar. Ainda que previsse que as direções associativas e respetivos estatutos fossem “sancionados” pelo MEN, o DL 44632 previa que o resultado “da eleição ou da nomeação” dos órgãos associativos fosse comunicado, por escrito, à autoridade académica (diretor ou reitor) e ao MEN e que, em caso de não resposta pelo MEN em 30 dias, a partir da data da informação, se entendesse a eleição ou nomeação “tacitamente sancionada”. Este artigo poderá ter cumprido um papel significativo no movimento associativo do Porto, numa altura em que a influência determinante era do PCP que, por sua vez, não raras vezes, ao longo da ditadura, vai perseguir uma estratégia de aproveitamento de toda e qualquer oportunidade percebida, para a criação de novas organizações legais que pudessem mobilizar e influenciar mais pessoas.

⁷⁵ Já referido no capítulo I, subcapítulo 1.2.5., o DL 40 900^o, de 12 de dezembro de 1956 esteve na base das lutas estudantis de 1956-1957.

Um dos primeiros organismos estudantis a citar o referido decreto-lei para se legalizar é a Comissão Instaladora da Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina do Porto (CIAEFMP), em 1963⁷⁶. Na Faculdade de Ciências é enviado um requerimento ao Ministro da Educação Nacional, a 10 de abril de 1964, a solicitar homologação⁷⁷. Na Comissão Instaladora, destaca-se o nome de Edgar Correia, militante comunista⁷⁸. Seguir-se-á a Faculdade de Letras, onde decorrerão várias reuniões gerais de alunos, no ano letivo de 1964-1965, para a discussão do projeto de estatutos da Associação Académica. Este processo vai ser dinamizado por alguns estudantes, entre os quais Francisco Melo, José Luís Borges Coelho e Zeferino Coelho⁷⁹, todos militantes do PCP⁸⁰. A aprovação dos estatutos associativos teria lugar apenas em 1966⁸¹. Também na Faculdade de Economia será criada uma comissão organizadora, em 1964⁸².

O ano de 1963 será um ano decisivo para o avanço do movimento associativo estudantil no Porto. São constituídas a República 24 de Março⁸³ e a UNICEPE-Cooperativa Livreira de Estudantes do Porto⁸⁴. De acordo com testemunhos de

⁷⁶ Informação contida no programa eleitoral da lista proposta pelos colaboradores no ano letivo de 1966-1967. Arquivo particular de António Dias. Programa de candidatura à CIAEFMP 1966-1967.

⁷⁷ Arquivo particular de Sérgio Seca. Requerimento ao MEN, apenso aos Estatutos da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências do Porto. 10 de abril de 1964.

⁷⁸ Edgar Correia foi membro da Direção Regional Norte do PCP, a partir de 1970 e manteve-se numa situação de semi-legalidade até 1972, de acordo com Informação de Helena Medina em entrevista.

⁷⁹ Francisco Melo e Zeferino Coelho viriam a ser, a par de Vítor Branco, os grandes nomes da Editorial Caminho. Zeferino Coelho foi o editor de José Saramago até à morte do escritor (Prémio Nobel da Literatura). Editaram ainda, sete autores que receberam o Prémio Camões: José Craveirinha, Sophia, Luandino Vieira, Mia Couto, Arménio Vieira, Germano Almeida e Paulina Chiziane. E, ainda, a coleção Uma Aventura, de Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada, que viria a marcar gerações de jovens no pós 25 de abril (Melo, 2019; Coelho, 2022). José Luís Borges Coelho, Doutor Honoris Causa pela Universidade do Porto, em 2017, viria a ser um maestro coral prestigiado e com importante obra de divulgação da música portuguesa (Site UP, s/d).

⁸⁰ Arquivo particular de Manuela Silva. *Reunião Geral de Alunos para 1.ª Aprovação dos Estatutos da Associação Académica da Faculdade de Letras*. Comunicado de estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, março de 1965. [dactilografado].

⁸¹ Arquivo particular de António Dias. Comunicado da Comissão Responsável pela distribuição dos estatutos da Faculdade de Letras constituída por Maria Teresa Amaral, Luís Fonseca e Francisco Melo (sem título), em março de 1966.

⁸² Idem. Boletim Economia. Porto, 1967 [dactilografado].

⁸³ Fundadores: Gabriel João Maria da Silva Campos; João Abel de Freitas; João Agostinho Pereira Camacho; João Manuel Teixeira Jardim; Manuel Jorge Ferreira Gonçalves; Mateus Vítor Mendes Branco; Narciso Mateus Parreira; Roberto Sousa Rocha Amaral.

⁸⁴ Primeiros órgãos UNICEPE: Direção: Presidente: Manuel Domingues de Sousa Pereira, Vice-Presidente: João Manuel Gonçalves de Azevedo, Tesoureiro: António Manuel Conceição Henriques, 1º Secretário: Mateus Vítor Mendes Branco, 2º Secretário: Armando Sousa da Silva Passos; Mesa de Assembleia Geral: Presidente: Mário Teixeira Alves, Vice-Presidente: Alexandre de Mota Pereira, 1º Secretário: Maria Paula Mourão de Amaral Coutinho, 2º Secretário: Manuel Jorge Ferreira Gonçalves, Vogais Germano dos Santos Alves e Luciano José de Barros e Sousa Sacadura; Conselho Fiscal: Presidente: Carlos Manuel de Sousa

repúblicas, e também membros dos primeiros órgãos sociais da UNICEPE, a cooperativa nasce na República, tendo inclusivamente a sua primeira sede sido no rés do chão da 24 de Março⁸⁵. Mas será também na República que será cogitada a “reorganização do movimento associativo do Porto”⁸⁶, com a constituição de comissões organizadoras e pró-associativas em várias faculdades, designadamente nas Faculdades de Economia, Engenharia, Ciências e Medicina⁸⁷.

No Porto, o trabalho associativo estudantil parece ter tido um novo impulso a partir de 1963, com a constituição das comissões organizadoras e pró associativas, tendo-se verificado, a partir de 1966-1967, um aumento e a organização de iniciativas estudantis reivindicativas mais audazes. Exemplo destas ações é a realização de uma greve dos estudantes, da Faculdade de Engenharia, por melhores condições nos laboratórios, em janeiro de 1967, ou a ação dos estudantes liceais que protestam contra a ação da Mocidade Portuguesa⁸⁸.

Barros e Castro Rodrigues, Relator: António Luís Fernandes Cerveira Pinto, Secretário: João Agostinho Pereira Camacho.

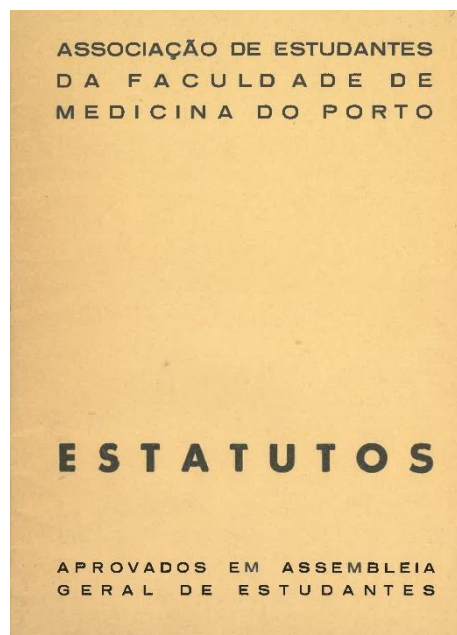
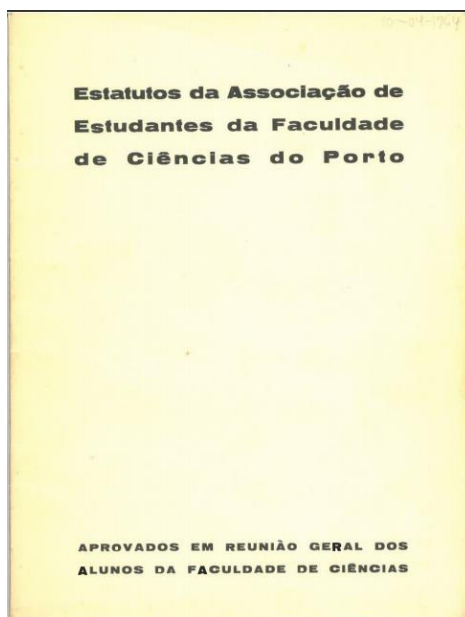
⁸⁵ Vieira, Ricardo & Martins (Coord.) (2013). Memórias da República 24 de Março. Porto: Edição de autor.

⁸⁶ Testemunho de João Abel de Freitas in Vieira, Ricardo & Martins (Coord.) (2013: 17).

⁸⁷ Testemunho de Roberto Amaral in Vieira, Ricardo & Martins (Coord.) (2013: 20).

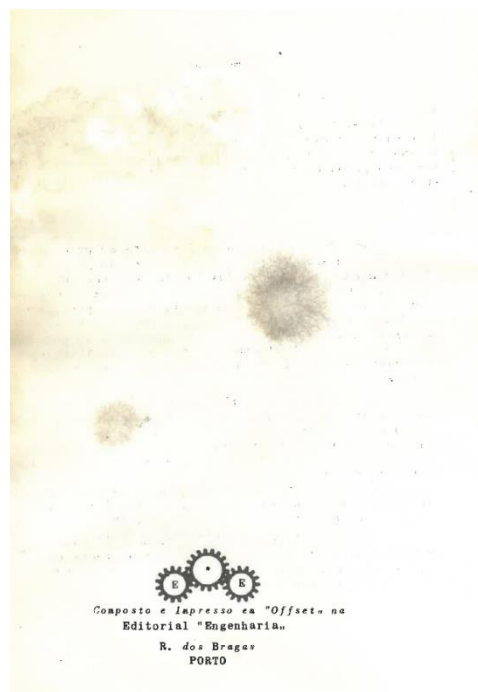
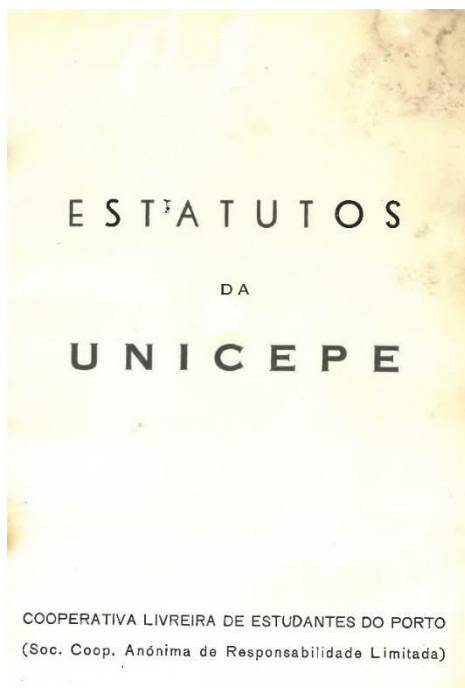
⁸⁸ Cronologia, Centro de Documentação e Informação sobre o movimento operário e popular da Universidade Popular do Porto.

Imagem 1. Capa dos Estatutos da AE da Faculdade de Ciências e Faculdade de Medicina



Fonte: Arquivo particular de Sérgio Seca. Capa Estatutos da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências do Porto. Porto, 10.04.1964 [dactilografado]; Capa Estatutos da Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina do Porto. Sem data [dactilografado].

Imagem 2. Capa e contracapa dos Estatutos da UNICEPE



Fonte: Arquivo particular de Sérgio Seca. Capa e contracapa Estatutos da UNICEPE. Porto, sem data [dactilografado]. Na contracapa pode ver-se o logotipo da Editorial Engenharia onde os estatutos foram impressos.

3.2. As associações de estudantes

Como já referido, os estudantes do Porto organizaram-se, a partir de 1962, em comissões organizadoras ou pró-associativas, e solicitaram a ratificação pelo governo dos seus estatutos. Face à ausência de respostas, foram, ao longo dos anos, mantendo a sua atividade editorial, na produção de sebatas e outros materiais de estudo, e alargando o seu âmbito de atividade, em alguns casos com o apoio explícito dos diretores das faculdades, pelo menos num momento inicial, como no caso da Faculdade de Medicina ou de Engenharia⁸⁹.

O trabalho associativo era resolver problemas do tipo das sebatas, porque para certos cursos não havia. Teve de se organizar, ver quem é que fazia. Quem é que ia às aulas e fazia, quais eram os professores que arranjavam as sebatas. E depois, quando havia algum problema com um curso concreto, esse curso procurava arranjar pessoas para ir falar desses assuntos com a direção da faculdade, ou a direção de Eletrotecnia ou de Civil. (...) O diretor (de Engenharia) era uma pessoa acessível que procurava facilitar-nos a vida, dentro do razoável. Vamos lá ver, ele também não sabia tudo, não é? Mas procurava facilitar a impressão de documentos da associação. Fazia-se legalmente lá, com o apoio dele. Para entrar na faculdade, a polícia tinha que pedir autorização ao Diretor. E ele, que eu me lembre, nunca deixou entrar a polícia. Acho que houve um incidente, penso que a polícia entrou sem pedir autorização. Mas a política da direção era esta que ele tinha, não deixar entrar a polícia. Na Faculdade de Ciências entravam quando queriam e como queriam, ali em Engenharia não era assim.

(José Fadista)

⁸⁹ No caso de Medicina, o diretor atribui mesmo instalações à associação para fins editoriais e, já em 1966-1967, os estudantes vão caracterizar a relação existente como sendo de “um magnífico espírito de colaboração e boa vontade” do diretor (Arquivo particular de António Dias, Programa de candidatura à CIAEFMP 1966-1967, [dactilografado]. A verdade é que a boa relação virá a deteriorar-se nos anos seguintes com o aumento do trabalho associativo, de reivindicações pedagógicas e ações de contestação na faculdade (Antunes, Medina & Caramelo, 2021). Em Engenharia também se verifica a existência de instalações totalmente geridas pelos estudantes, também para fins editoriais, em especial a Revista de Engenharia (Emídio Ribeiro, em entrevista).

Na entrada na década de 70, as associações de estudantes do Porto tinham, em alguns casos, para além das secções editoriais, secções culturais e de ação social que iam desenvolvendo diferentes iniciativas, ainda que a produção de sebatas e materiais de estudo fosse o foco principal da sua atividade legal. E, todos os anos, realizavam eleições para as direções das associações, nas condições possíveis.

(...) antes do 25 de Abril as associações de estudantes tinham uma existência semi-legal. Porquê? Porque existia uma coisa que eram as sebatas. Os professores universitários tinham a responsabilidade de preparar, organizar e ceder o material escolar, aos estudantes e, essas sebatas, tinham que ser impressas; muitas vezes tinham de ser batidas à máquina porque o material era entregue escrito à mão e, portanto, algumas associações de estudantes tinham aparelhos técnicos com esse fim exclusivo, que era de editarem as sebatas e depois as venderem aos estudantes.

Ora, esta dimensão das associações de estudantes, que era da edição e da disponibilização das sebatas aos estudantes era legal e era permitida; era para isso que as associações de estudantes, do ponto de vista do regime, deveriam servir. É evidente que as associações de estudantes faziam muito mais que isso, tinham um papel muito grande na luta dos estudantes e nas reivindicações dos estudantes, mas essa parte não era permitida. Havia esta duplicidade da situação.

(Teresa Medina)

Imagem 3. Capa e contracapa do Boletim Economia da Associação de Estudantes de Economia, 1967.

No canto superior esquerdo da contracapa podem ver-se publicações disponibilizadas pela Associação de Estudantes de Economia.



Fonte: Arquivo particular de António Dias. Publicações à venda na secção editorial. In Boletim Economia. Porto, 1967.

Num primeiro momento, que vai desde a discussão e aprovação de projetos de estatutos em cada faculdade, a partir de 1963, e até 1968, a atividade associativa parece concentrar esforços na consolidação das suas estruturas e na mobilização dos estudantes para a participação nas comissões associativas. Neste período, as diferentes comissões vão organizar, para além das edições de sebtentas, semanas de receção aos novos estudantes, colóquios, atividades culturais e publicar boletins associativos.

Na CIAEFMP vão estar em funcionamento, em 1966-1967: a secção editorial, que apenas nesse ano letivo vai editar mais de 20 sebtentas e reproduzir também 11 sebtentas produzidas em Lisboa; a secção Saúde, que organizará um Curso de Primeiros Socorros, em parceria com o Serviço de Reanimação do Hospital de Santo António, e estruturará

consultas médicas para estudantes; a secção de convívio; secção de propaganda e a secção pedagógica, que organiza um colóquio sobre Carreiras Médicas⁹⁰. A Comissão Organizadora da Associação de Estudantes de Engenharia (COAEFEP) tem em funcionamento, no mesmo ano: a secção Cultural, Pedagógica, Informativa; Intercâmbio e Turismo e a secção de Xadrez⁹¹. A Comissão Organizadora da Associação Académica da Faculdade de Economia (COAAFEP) edita, pelo menos, 13 publicações pedagógicas em 1967⁹².

As Associações promovem ciclos de cinema, debates, colóquios, peças de teatro, torneios, entre outras iniciativas.

Para além de toda esta atividade, os anos de 1966 e 1967 vão também ficar marcados pela denúncia de prisões de estudantes. Em 1966, a CIAEFMP vai denunciar a prisão do estudante António Graça e desenvolver uma campanha de solidariedade com o estudante e sua família. Em 1967, as associações, em conjunto, irão denunciar as prisões de António Francisco Carrelhas Cachapuz (estudante de Ciências); José Augusto Nozes Pires (estudantes de Letras); José Garret Guimarães (estudante de Belas Artes); Carlos Nelson Amador (estudante do Liceu D. Manuel II); António Pires (estudante da Escola Industrial Infante D. Henrique) e Maria Obdúlia Fernandes (estudante do Liceu Rainha Santa Isabel). As denúncias realizadas em comunicados subscritos por todas as comissões organizadoras das associações em funcionamento – Belas-Artes, Ciências, Economia, Engenharia, Letras, Liceus e Medicina, são acompanhadas pelo envio de cartas de protesto ao Reitor da Universidade e ao Diretor da PIDE, em nome do movimento associativo. São publicados também, nos comunicados associativos, excertos da Declaração dos Direitos do Homem e do Código Penal, sobre os direitos a serem garantidos aos estudantes presos⁹³.

⁹⁰ Arquivo particular de António Dias. Relatório e Contas C.I. Medicina. Porto, 1966-1967.

⁹¹ Idem. Relatório e Contas C.O. Engenharia. Porto, 1966-1967.

⁹² Idem. Boletim Economia. Porto, 1967 [dactilografado].

⁹³ Idem. Folha Informativa C.I. Medicina. Porto, março de 1966 [dactilografado]; Informação CPAELP. Porto, maio de 1967 [dactilografado]; Mais estudantes presos. Comunicado Associações Liceus, Ciências, Letras, Medicina, Belas-Artes e Economia. Porto, abril de 1967 [dactilografado]; Comunicado aos estudantes do Porto. Associações de Ciências, Economia, Medicina, Belas-Artes e Engenharia. Porto, 5 de abril de 1967 [dactilografado].

Ainda em 1967, as associações do Porto, em funcionamento, vão envolver-se nas ações de solidariedade com a população de Lisboa, atingida pelas fortes cheias desse ano.

Entre o momento de criação de comissões pró-associativas e, pelo menos, até 1969, de forma geral, a articulação entre os diferentes organismos associativos é quase absoluta, não se verificando, nas publicações estudantis, a existência de quaisquer correntes divergentes.

3.3. Coordenação Inter Associativa

Apesar da repressão e das limitações impostas ao movimento estudantil ao longo do período ditatorial, as associações vão procurar manter comunicação entre si. Fazem-no através da RIA, mas também através da troca de informação regular entre si. No Porto, este facto é ilustrado pelos constantes comunicados sobre a situação em Lisboa e Coimbra, divulgando-se em muitos momentos, transcrições integrais de comunicados das associações das outras duas academias. A campanha desenvolvida, no Porto, de recolha de donativos para as populações afetadas pelas cheias de 1967, por exemplo, também mostra a forma como se desenvolve a comunicação e coordenação inter associativa.

Há registo ainda da participação organizada de estudantes do Porto nas comemorações proibidas do Dia do Estudante, em Lisboa, em 1962, e, em Coimbra, em 1969. Outro dos momentos importantes será, em diferentes anos, a comemoração da Tomada da Bastilha, em novembro, em Coimbra, para a qual as associações do Porto vão mobilizar, anualmente, os estudantes para se deslocarem a Coimbra.

Um dos momentos importantes de coordenação associativa é, exatamente no final de 1968, em Coimbra, quando as associações das três academias aprovam uma declaração com oito reivindicações essenciais e, a constituição de um organismo de coordenação nacional.

Mas, para além da coordenação entre as três academias, vai verificar-se também a coordenação entre associações de faculdades e escolas da mesma área científica. Em

abril de 1970, realiza-se um encontro nacional de estudantes de Farmácia, no Porto⁹⁴. Em 1972, são os estudantes de Medicina que se reúnem a nível nacional para discutir a repressão e os problemas do “ensino médico e da prática de Medicina em Portugal”⁹⁵. Também os estudantes de Belas Artes, da ESBAP e da ESBAL, se vão reunir entre 4 e 6 de maio de 1968, e irão participar ativamente nos dois encontros nacionais de arquitetos, realizados em 1969 (Moniz, 2010).

Como já referido, a coordenação inter associativa regional no Porto, pelo menos até 1969, vai ser plenamente articulada, como o ilustram as publicações federadas *Perspectivas e Informação Académica* que são editadas pelas *Comissões Organizadoras e Instaladoras das Associações de Estudantes do Porto* e pelos *Organismos Associativos do Porto*, respetivamente, verificando-se, inclusivamente, a existência de um *Departamento de Informação dos Organismos Associativos*, que irá ser responsável por várias publicações em nome dos estudantes e das associações do Porto. Pelo menos até início da década de 1970, irá funcionar uma sede deste departamento na Praça Guilherme Gomes Fernandes, número 32, onde funcionará igualmente a Associação de Ciências, sendo um espaço aberto ao trabalho de outras direções associativas. De acordo com Helena Medina, também a direção de Economia irá funcionar ocasionalmente neste local arrendado, pago pelos estudantes, provavelmente através de quotização⁹⁶. A publicação *Informação Académica*, de 6 a 13 de novembro de 1968⁹⁷, fundamenta esta informação, já que, neste número, se anuncia que todas as sebatas de Economia, produzidas pela Comissão Organizadora da Associação Académica de Economia, serão vendidas na sua sede, naquele local. Não tendo sido possível esclarecer totalmente o funcionamento do número 32, 2.º andar da Praça Guilherme Gomes Fernandes, encontrou-se, ainda, uma outra informação relevante. No *Informação Académica*, de 2 a 5 de dezembro de 1967⁹⁸, no âmbito da campanha de solidariedade

⁹⁴ O encontro realiza-se nos dias 6, 7 e 8 de abril de 1970 com o seguinte programa: 1) Panorama do ensino em Portugal; 2) Deformação de um ensino tecnocrático; 3) Reforma do ensino (problemas); 4) Relações inter-faculdades. Problemas profissionais, pontos de discussão: 1) Panorama da profissão e comparação com a Europa; 2) Relações inter-farmacêuticos e organismos coordenadores; 3) Necessidade do Director Técnico na Farmácia Ajudantes Técnicos; 4) Farmácia na Província.

⁹⁵ Arquivo particular de António Dias. Reunião de estudantes de Medicina. Lisboa, Porto e Coimbra. Porto. 1972 [dactilografado].

⁹⁶ Informação de Helena Medina, em entrevista.

⁹⁷ Arquivo particular de António Dias. *Informação Académica*. Porto. Novembro de 1968.

⁹⁸ Arquivo da DORP do PCP. *Informação Académica*. Porto. Dezembro de 1967.

com a população de Lisboa, informa-se os estudantes dos locais onde podem entregar os seus donativos. Entre vários outros locais, aparece a Cooperativa Confronto, com sede no mesmo número 32, e também no 2.º andar, da Praça Guilherme Gomes Fernandes, onde virão a funcionar os organismos associativos.

A partir de 1969, a coordenação associativa regional enfrentará algumas dificuldades, verificando-se a intervenção organizada, nas direções associativas, de duas correntes plenamente diferenciadas: *Unidade* e *Por um ensino ao serviço do Povo*. A partir deste momento, a publicação conjunta de direções associativas divergirá consoante as correntes maioritárias em cada direção associativa. Continuarão a realizar-se reuniões entre as diferentes direções até ao 25 de abril, mas não voltará a verificar-se o tipo de unidade existente até 1969.

Não obstante a existência de diferenças nas práticas das direções, neste período, as associações irão unir-se em diferentes momentos, como por exemplo, contra as realizações da Queima das Fitas, em 1971; na denúncia do assassinato do estudante Ribeiro Santos, em 1972; e no combate ao I Festival de Coros Universitários, em 1973, que se descreverá posteriormente.

3.4. Participação em outro tipo de movimento associativo

Muitos estudantes universitários e liceais participaram ativamente na construção e dinamização de um conjunto de organismos associativos, para além das associações de estudantes, contribuindo para um ambiente cultural e artístico muito rico na cidade do Porto nos longos anos 60, o qual impulsionava a discussão e reflexão social e política e era, ele próprio, influenciado pelos estímulos tanto do movimento operário, como do movimento estudantil e dos movimentos de oposição ao regime. No quadro deste movimento associativo, na cidade, tiveram um papel essencial a Cooperativa Árvore, o Cine Clube do Porto, a UNICEPE, o grupo de teatro “Os Modestos”, o Teatro Universitário do Porto, o Teatro Experimental do Porto, a Cooperativa Confronto, a República 24 de Março e a República dos Lisos, a Juventude Universitária Católica – JUC e a Juventude Escolar Católica – JEC.

Estas organizações tiveram, em muitos momentos, atividades conjuntas e os seus dirigentes e associados conviviam entre si com frequência.

Entre estas organizações destaca-se a UNICEPE, cuja criação é paralela ao movimento de criação de Comissões Pró-associativas, a partir de 1963.

A ideia de criação da UNICEPE surge também do movimento associativo, malta de Engenharia, Economia, Letras, Medicina, que inicia esse trabalho de formação de uma cooperativa. Eu não sou sócio fundador da UNICEPE porque, na altura, ainda não tinha 21 anos e era preciso ter 21 anos para ser sócio fundador. A ideia era criar uma associação de divulgação do livro e de intervenção cultural. Isso é discutido no Partido (no PCP), não me lembro assim de pormenores, mas é. Depois, a UNICEPE passa, passamos a reunir na República 24 de Março, que é uma república com gente praticamente toda ela do Partido. O Próprio nome *24 de Março*, não é por acaso. Pronto, e aí fizemos algumas reuniões, lembro-me perfeitamente de ter participado.

(António Graça)

A UNICEPE – que ainda hoje mantém a sua atividade e que foi, em 2020, reconhecida pela Câmara Municipal do Porto como Loja do Porto de Tradição⁹⁹ - passa a ser um ponto de encontro significativo para os ativistas estudantis e para o desenvolvimento da atividade associativa, a partir de 1963, mas também um ponto de apoio à atividade clandestina, designadamente do PCP e, ao mesmo tempo, um instrumento de divulgação de livros proibidos e das ideias marxistas.

Quando chego, a UNICEPE é um ninho de comunistas, como diria um reacionário, como diria um PIDE. A UNICEPE era onde nós fazíamos as nossas falas, conversas, combinávamos encontros, etc. Porque a UNICEPE tinha uma parte de livros, e ali não havia conversas, mas depois tinha umas traseiras, uma espécie de cozinha e que agora é um espaço aberto de palestras. Era onde tínhamos um stock de livros proibidos guardados e tínhamos assim uma espécie de cozinha e uma casa de banho. E então aí é que a gente combinava os encontros clandestinos. Tanto clandestinos como também combinávamos os encontros das associações e os almoços e jantares da Oposição Democrática (as romagens aos cemitérios pelos antifascistas falecidos, os

⁹⁹ O programa Porto de Tradição é um programa da Câmara Municipal do Porto que procura atribuir medidas de proteção especial a “atividades económicas que, pelo seu papel relevante no plano cultural, de valorização do património histórico e das vivências tradicionais da cidade, mereçam um reconhecimento por parte do Município do Porto” (CMP, s/d).

jantares republicanos pelo 5 de Outubro, foi num deles que me estreei em 1968!)). Porém, os encontros realizavam-se noutros locais: nas praças ou ruas, em casas para onde éramos conduzidos de carro com os olhos vendados. Foi assim uma reunião com o Carlos Costa. Um elemento de ligação procurava-me na UNICEPE, por exemplo, e dava-me o recado: “no dia tantos tens um encontro”.

(...) E líamos muito livros marxistas editados no México, que chegavam cá disfarçadamente. Era por editoras estrangeiras (éditions sociales, editoras da Argentina, antes do golpe fascista, edições de Moscovo, em línguas estrangeiras, etc.) que nós conhecíamos o Marxismo. Conseguia-se meter cá dentro muitos livros de marxistas franceses e italianos. As grandes polémicas e dissensões no marxismo. A nossa cultura era toda bebida no estrangeiro. Nós chegávamos à UNICEPE sempre a ver se tinha acabado de chegar no correio alguma novidade de teor político. Eu procurava os livros de filosofia, às vezes era o Francisco Melo que me chamava a atenção para as novidades.

(José Augusto Nozes Pires)

Em 1967, a UNICEPE, Confronto, Árvore, Cineclub e TEP agendam um ciclo de conferências “A Mulher na Sociedade Contemporânea”, na Ordem dos Engenheiros do Porto e na Cooperativa Árvore. No conjunto de conferências seriam oradores nomes como Maria de Lourdes Lima dos Santos, Sérgio Ferreira Ribeiro, Leonor da Palma Carlos, José Esteves, João dos Santos, Maria Eduarda Cruzeiro, Rui Grácio, Natália Nunes, Sophia de Mello Breyner Andresen, Isabel da Nóbrega, Augusto da Costa Dias e Urbano Tavares Rodrigues. O ciclo dividia-se em *A mulher e a vida social; A família e o amor e Mitos e Imagens*¹⁰⁰. A realização de diferentes iniciativas, em forma de colóquio, sobre diferentes temas cuidadosamente escolhidos, permitia agregar pessoas de forma legal e, muitas vezes, abordar outros temas que não seriam legalmente autorizados.

Participava em várias iniciativas culturais. Houve uma altura em que, volta e meia, a Ordem dos Engenheiros levava a cabo uma série de iniciativas culturais onde aquilo se enchia de PIDEs. Coisas de literatura, outras sobre arquitetura, em que participou o pai do Portas, o arquiteto Nuno Portas. Tinham estado em Cuba, ele e outro. Houve um colóquio sobre arquitetura. Mas falou-se muito mais de Cuba, na altura. Portanto, a

¹⁰⁰ Relatório da PIDE, 9 de maio de 1967. Processo individual da cooperativa de actividades artísticas "árvore" PT/TT/PIDE-DP/C/2/34317

revolução cubana ainda tinha pouco tempo. Mas estava cheio de PIDEs aquilo, cheio de PIDEs. Eles conheciam-se à distância, a tomarem notas. E pronto, há assim várias coisas, algumas iniciativas no Cineclube do Porto, iniciativas culturais e colóquios. Havia muito a forma do colóquio, colóquios, em que aparentemente se ia discutir uma coisa qualquer, e acabava por ser outra.

(António Graça)

Em 1968, organizados pelo TUP, com a colaboração do Cineclube, Árvore, Confronto, Unicepe, TEP, AEFMP e República 24 de Março, apresentam-se quatro espetáculos do teatro de marionetas *Bonecos de Santo Aleixo*. As apresentações decorrem na Faculdade de Letras e Medicina e no Cinema Batalha¹⁰¹.

Em 1970, a Juventude Universitária Católica – JUC, organiza um curso com o tema *Análise e Perspectivas para a Sociedade Portuguesa*, com Francisco Pereira de Moura. O programa dividia-se em três conferências principais: *Evolução da Economia Portuguesa; Reforma da Universidade ou Transformação de Estruturas; e, Perspectivas para a Sociedade Portuguesa*, seguidas de trabalho em grupo e discussão geral¹⁰². Programado para se realizar nas instalações do Seminário de Vilar, viria a ser proibido pelo Governo Civil do Porto. Sobre a proibição, a JUC viria a divulgar um comunicado público¹⁰³ que, entre outras afirmações, diz o seguinte:

O Evangelho não é um livro que se lê. É uma Boa Nova libertadora que se vive e se comunica. Não é uma questão de “bom sentimento”. Implica o contacto directo com a realidade, no sentido de conhecer, de ser sensível aos seus apelos, de a modificar.

Conhecer a realidade não é um aumentozinho de cultura. É um empenhamento nos sofrimentos dos homens. É a partilha desse sofrimento.

Mas nós somos efectivamente privilegiados e temos consciência disso. Como universitários, o futuro é uma força para mantermos essa situação de privilégio. A

¹⁰¹ Arquivo particular de Sérgio Seca. *TUP Informação especial 4. Porto. 7 de fevereiro de 1968* [dactilografado].

¹⁰² Arquivo particular de António Dias. *Análise e Perspectivas para a Sociedade Portuguesa. JUC. 1970* [dactilografado]; Correspondência DGS Porto. Processo individual da cooperativa de actividades artísticas "árvore" PT/TT/PIDE-DP/C/2/34317

¹⁰³ Arquivo particular de António Dias. *Informação. A polícia intervém num curso da JUC. Porto. 18.03.1970* [dactilografado].

presente situação traz-nos já um afastamento da realidade, da verdadeira dimensão dos problemas dos homens.

O Evangelho é para nós uma força de libertação. Libertação que construa entre os homens do mundo sem privilégios, sem exploradores e explorados, sem opressores e oprimidos, sem diferenças entre aqueles que sabem, que têm e que podem e os que funcionam e servem o mundo dos primeiros. Só podemos, pois, estar com aqueles que tentam superar esses privilégios. (...)

(...)

A realização deste curso insere-se no esforço que temos vindo a desenvolver por nos desligarmos com coragem daquilo que, sendo o mais comum, não é o mais justo nem o mais evangélico. A inspiração eminentemente dinâmica que o Evangelho nos comunica leva-nos a reconsiderar o sistema em que vivemos e a procurar situar-nos nesta sociedade como homens realmente irmãos dos outros homens em todos os aspectos e não como privilegiados que chamam aos outros “irmãos”.

Esta atitude de denúncia e de luta não é exclusiva dos cristãos. Alegramo-nos que os motivos evangélicos e eclesiais da nossa iniciativa não tenham conduzido a um tratamento de excepção. Excepção que contestaríamos como protecção (logo compromisso) dos poderes públicos à Igreja.

O direito dos cidadãos se realizarem segundo a sua consciência, analisando em conjunto as contradições do mundo em que vivemos, reivindicamo-lo para toda a gente.

Juventude Universitária Católica do Porto

Em abril de 1971, a Associação de Estudantes de Letras realiza um colóquio, na Cooperativa Árvore, sobre o tema “A Reforma do Ensino inserida na problemática sócio-económica portuguesa actual”, com intervenção de Armando de Castro¹⁰⁴.

O ambiente vivido no Porto, neste período, é um ambiente onde conflui a atividade democrática de diferentes setores e organizações, que contribui para o crescimento de um sentimento anti regime e anti fascista. Para vários ativistas, neste período (sem participação social antes da universidade), é um outro mundo que se desenha, muito diferente daquele que conheciam antes do seu ingresso no ensino superior.

¹⁰⁴ Correspondência do Governo Civil do Porto, 20 de abril de 1971. Processo individual da cooperativa de actividades artísticas "árvore" PT/TT/PIDE-DP/C/2/34317

E entro num mundo em que, para além do movimento associativo, sente-se o peso progressista das cooperativas, nomeadamente duas que me marcaram muito, a UNICEPE e a Árvore. De coletividades como o Cineclube, os Modestos, que tinham uma influência muito grande. As Repúblicas, inicialmente a 24 de Março, depois a 24 de Março e os Lisos e depois já muito posteriormente, já não apanhei propriamente isso, que é a Comuna 15 de Abril, que funcionava ali na zona do Marquês de Pombal. A existência de muitos agrupamentos com atividades culturais, com quem tive, desde que entrei para o departamento de informação associativa, um contacto muito estreito, nomeadamente com o TUP, o Teatro Universitário do Porto e com o TEP, Teatro Experimental do Porto e de múltiplas iniciativas culturais de que recordo, em particular, uma sessão com o Manuel Freire na secção regional do norte da Ordem dos Engenheiros.

(Helena Medina)

O Cine-clube do Porto cumpria, no plano da divulgação do cinema, um papel muito significativo na vida estudantil. Foi criado em 1945, na senda do movimento internacional do cineclubismo, e rapidamente se tornou um marco do movimento associativo cinematográfico, chegando até a dizer-se que seria o maior cineclube da Europa. Realizava sessões no Cinema Batalha, no Águia D'ouro, no Trindade e na sede, na Rua do Rosário. Ali se projetaram filmes como *O Couraçado Potemkine*, de Serguei Eisenstein, ou *Hurdes, tierra sin pan* de Luis Buñuel. Juntavam-se, às vezes, 200 ou 300 pessoas para assistir aos filmes que normalmente incluíam também momentos de debate. De acordo com Fernando Sousa Lopes, a projeção de determinados filmes proibidos era também uma forma de agitação, para além de contributo à elevação cultural e consciencialização social e política. O movimento cineclubista em Portugal, estaria sempre mais ou menos ligado à oposição ao regime e por isso alvo frequente da polícia política (Cunha, 2013). No Porto, apesar da presença regular de agentes da PIDE e de algumas tentativas de condicionamento da atividade do Cineclube, o regime nunca conseguiu encerrar a associação como o fez em relação a outros cineclubes do país. O peso do Cineclube na cidade impossibilitava que isso acontecesse.

O Cineclube depois já tinha uma dimensão tal que até malta do regime, alguma, era sócia do Cineclube. Porque aquilo era muito interessante. Não ser sócio do Cineclube era quase como, sei lá... No Porto, tudo o que mexia, toda a gente que tinha um mínimo de interesse cultural, era sócia do Cineclube do Porto.

(Fernando Sousa Lopes)

Para muitos estudantes universitários e liceais assistir a um filme no Cineclube do Porto era mais do que a visualização do filme. Combinavam saídas em grupos e organizavam tertúlias de discussão dos filmes. O cinema adquiria assim um papel central na formação destes jovens. Na corrente POP, por exemplo, esta prática era muito frequente e por vezes surgiam discussões aguerridas sobre os filmes, os realizadores e as temáticas tratadas.

Lembro-me de ter ido assistir à Morte em Veneza e de ter saído de lá, foi a primeira vez que vi esse filme, seduzido e fascinado por esse filme maravilhoso, baseado aliás numa grande obra literária do Thomas Mann, e com uma música extraordinária, que era a música de Gustav Mahler que o Visconti utilizava nesse filme. É um filme sobre muitas coisas, muitos temas, mas é um filme também sobre a decadência burguesa, sobre a homossexualidade, sobre um certo esteticismo insustentável. E a seguir ao visionamento do filme tivemos nos dias seguintes, discussões sobre o filme. E os mais ortodoxos, chamemos-lhe assim, e mais antigos na militância, criticavam vivamente o Visconti, dizendo que era um realizador burguês, decadente. Era um realizador que apenas se interessava por temas relacionados com a vida aristocrática, a vida burguesa. E contrapunham a isso um cinema militante, um cinema de raiz popular, de representação da vida popular e, portanto, não aceitavam o Visconti como um grande artista, um grande cineasta. Claro que na altura, o meu conhecimento da personalidade do Visconti era ainda embrionário e, portanto, não estava em condições de contrapor a circunstância de, ao longo da sua vida, o Visconti ter sempre mantido uma ligação com o Partido Comunista Italiano, e também não tinha sequer uma visão suficientemente enriquecida dos filmes do Visconti para poder afirmar que realmente aquilo que o Visconti fazia, a par de retratar a vida popular, e a cultura popular, como acontece em filmes como A Terra Treme ou Obsessão e outros, tem depois aqueles seus filmes que são verdadeiros frescos históricos, em que efetivamente se denuncia, de uma forma

extraordinariamente inteligente e refinada do ponto de vista estético, as próprias contradições de uma sociedade em evolução, como acontece em filmes como *O Sentimento*, *a Morte em Veneza*, *Luís da Baviera*, *Violência e Paixão*.

(José António Gomes)

Alguns dos ativistas têm contacto com algum tipo de associativismo popular ainda na adolescência, outros mais tarde, mas uma parte muito significativa tem experiências de participação em associações ou grupos informais de atividade cultural.

José Rui Ferreira, recorda, por exemplo, a importância que teve para si a participação num conjunto de atividades culturais, desenvolvidas na sua cidade natal, a Póvoa do Varzim, em torno da figura de Manuel Lopes¹⁰⁵. E explica como essas mesmas atividades desenvolvidas eram também formas de alguma resistência política.

O que recordo não é tanto a atividade dentro do Liceu, mas fora do Liceu. Havia um grupo de jovens em torno desse amigo e camarada que era o Manuel Lopes, que desenvolvia atividades de índole cultural. Chegamos a comemorar o Dia da Juventude. Criámos um programa de rádio que depois não foi emitido. Lembro-me, (é engraçado porque já foi há bastante tempo e lembro-me muito bem), por exemplo, o Teatro Universitário do Porto levou uma peça do Lope de Vega chamada *Fuenteovejuna* que é uma peça que acho que é do século XVI ou XVII, mas em que o povo tem um protagonismo muito importante, aliás eu acho que essa peça é muito gira mesmo. Levamos essa peça à Póvoa. Lembro-me de levarmos o Mário Viegas a declamar poesia. (...) Mas as atividades de carácter cultural eram também uma forma de resistência à ditadura. Tinham um vínculo político à luta pela liberdade, contra a repressão. (...)

Eu lembro-me que, o casino tinha a obrigação e às vezes levava lá música erudita, houve uma altura em que foi lá um pianista russo e então, nós combinamos, aquele grupo lá da Póvoa, combinamos ir ao casino e era obrigatório que para se entrar no casino usar gravata, então nós numa atitude de protesto, tipicamente de jovens, nós fizemos

¹⁰⁵ Manuel Lopes 1946-2006, foi uma figura importante da história local da Póvoa do Varzim. Dirigiu o Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim e também a Biblioteca Municipal Rocha Peixoto. Militante Comunista, escreveu diversos livros, dirigiu o Boletim Cultural da Póvoa do Varzim e contribuiu em diversos trabalhos de investigação sobre a história local. A Câmara Municipal da Póvoa do Varzim prestou-lhe homenagem em 2008.

questão de ir lá e não ir de gravata, mas eles não nos deixavam entrar então criou-se ali um burburinho à entrada...(…)

Só para ver como às vezes há coisas que têm uma dimensão política e que num contexto podem fazer algum sentido e agora até podem parecer ridículas, não é, mas eu acho que às vezes estes pormenores são deliciosos. Em situações de grande repressão, às vezes, é através de pequenas atitudes, não é, que se consegue resistir, faz parte dessa, percebe? A resistência é qualquer coisa que tem de estar um bocado entranhada também, se não, não funciona, não é.

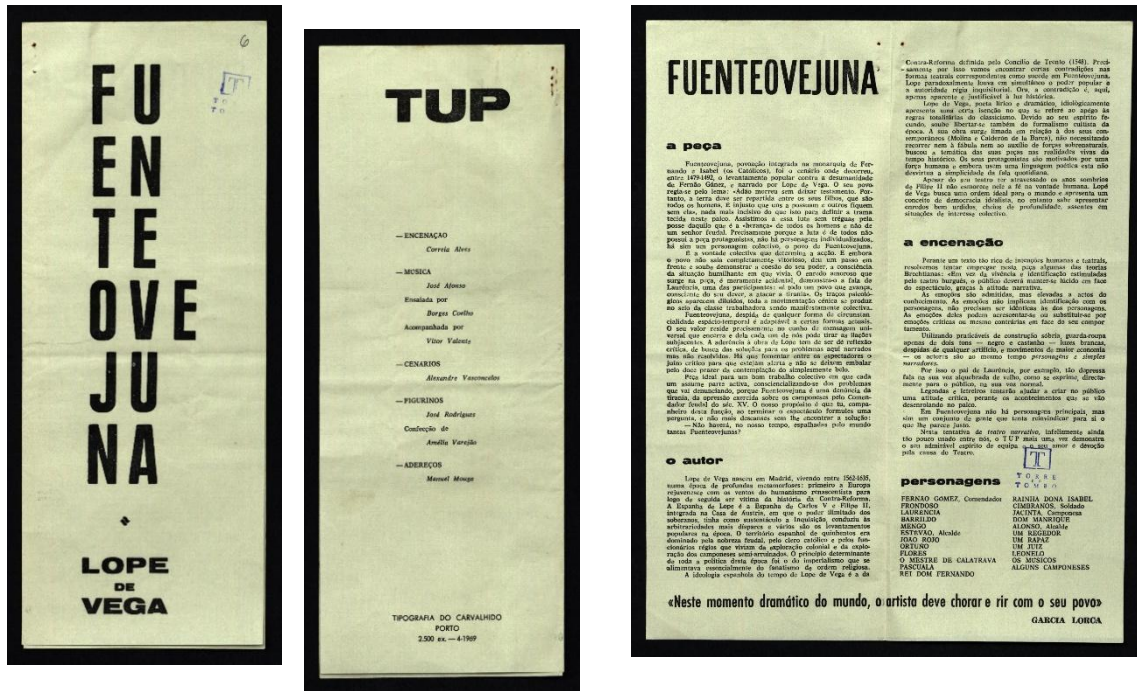
(José Rui Ferreira)

Nos arquivos da PIDE, encontra-se referência ao espetáculo referido por José Rui Ferreira, mas também por Fernando Sousa Lopes. A peça Fuenteovejuna foi apresentada, na Póvoa do Varzim, a 6 de agosto de 1969, no Casino da Póvoa, pelo TUP. Como confirmam os registos da PIDE, a polícia esteve presente, tanto nesta apresentação, como numa outra no Teatro Nacional de S. João, no Porto, em 22 de abril do mesmo ano. Sobre estas apresentações, a polícia política abre um registo sob o título: “Comportamento político do presidente de Direcção do Teatro Universitário do Porto”. O presidente, à altura, António Neves Fernandes, é visado pela PIDE por palavras que profere antes de se iniciarem os espetáculos e que denunciam a falta de apoios públicos ao TUP. Numa das apresentações descrita pela PIDE, há ainda referência à utilização da música Os Vampiros, de José Afonso.

No começo da representação numa cena por eles aproveitada muito habilmente, ouve-se a gravação do disco “Os Vampiros” do Dr. José Afonso, que está proibida, tendo no todo a obra agradado totalmente, o que foi sublinhado com muitos e prolongados aplausos.

PT-TT-PIDE-SC-SR-3529-62-pt-57-NT-3354 – Teatro Universitário do Porto

Imagem 4. Brochura da peça de teatro Fuenteovejuna



Fonte: PT-TT-PIDE-SC-SR-3529-62-pt-57-NT-3354 – Teatro Universitário do Porto

No caso de Vasco Paiva é a atividade no MOJAF¹⁰⁶ a sua primeira experiência de participação social e cívica.

Eu apareço primeiro na MOJAF, que era o Movimento Juvenil de Ajuda Fraterna, um movimento que foi inaugurado por um padre católico em Coimbra, depois espalhou-se para S. Mamede Infesta e para a Senhora da Hora... O MOJAF de início tem mais uma visão caritativa, fazer umas casas para os pobres, depois associou-se um componente social até educacional. Na Senhora da Hora, nós nunca conseguimos ter terreno para construir, o que levou a que se desenvolvesse mais a componente cultural, social, tínhamos uma biblioteca, fazíamos muitos colóquios e outras iniciativas.

Fizemos uma grande exposição de livros do Alves Redol e um grande debate sobre o Alves Redol em que participou o António filho, o António Redol. Uma iniciativa sobre os direitos humanos com uma exposição. Fizemos uma outra sobre os direitos da criança de onde nasce então o núcleo que forma a associação de pais da Senhora da Hora com o pessoal mais velho, abriu-se caminho para eles.

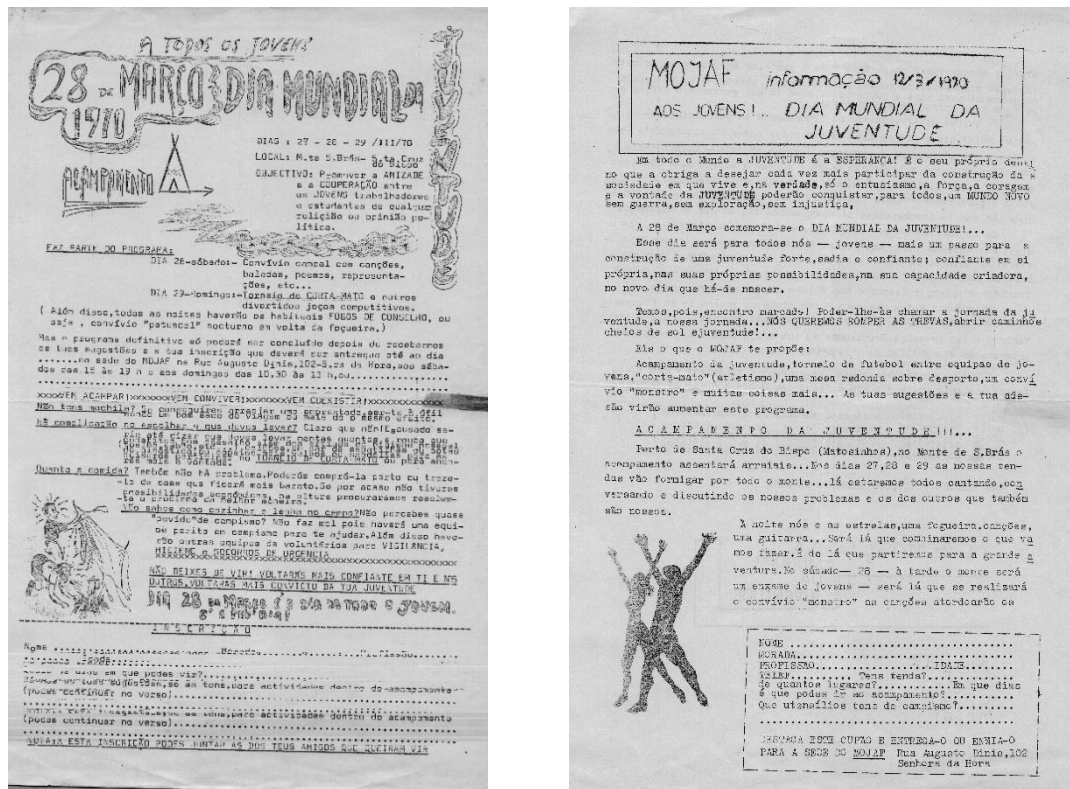
¹⁰⁶ João Lima Torres publicou, em 2012, o livro *MOJAF: Movimento Juvenil de Ajuda Fraterna, (1963-1970)*, com base na sua dissertação de mestrado em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Tínhamos lá um livro que se chamava *Inquérito em Palermo* que era sobre bairros de lata em Palermo e a partir desse livro passamos também a ir ver o que é que era o bairro de Xangai¹⁰⁷. E isso ia despertando uma consciência social naquela gente toda. Tínhamos muitas iniciativas culturais, a última das quais foi fazer um acampamento juvenil em Santa Cruz do Bispo, no Monte de S. Brás, setembro ou outubro de 1970. Fizeram-se cartazes, mandou-se notícias para a rádio, para os jornais, foram publicadas, tínhamos lá a nossa morada, tinha previsto um debate sobre a emigração, outro debate sobre outro tema social dos jovens trabalhadores, aquilo estava a adquirir uma expressão tal que o Governo Civil resolveu atuar, proibir a realização do acampamento, nós justificamos que era um movimento, não tínhamos que ter estatutos nem uma direção. Eles tinham alguma dificuldade em identificar a direção e a PIDE foi fechar a sede, ficou-nos com a biblioteca, com todos os medicamentos que lá tínhamos, com tudo aquilo que lá tínhamos, foram presos alguns para interrogatório. Alguns eram muito jovens, muito novinhos, não tinham bem a consciência do que estava em causa, com os pais a pressioná-los, puseram todos as culpas um bocado em mim, e acabou-se assim o MOJAF.

(Vasco Paiva)

¹⁰⁷ O bairro de Xangai foi um “bairro de lata” que existiu no Porto, na zona onde atualmente é o Parque da Cidade.

Imagem 5. Tarjeta do MOJAF sobre o Dia Mundial da Juventude e acampamento juvenil.



Fonte: Arquivo Particular de Sérgio Seca.

3.5. Participação no Movimento de Oposição Democrática

Como descrito no capítulo I, subponto 1.2.3, muitos estudantes participaram ativamente em atividades dinamizadas pelo Movimento de Oposição Democrática. Para além dos momentos ímpares vivenciados em torno das eleições à Assembleia Nacional, de 1969 e 1973, que envolveram reuniões, distribuições de documentos, sessões públicas, jantares, assim como a atividade em torno dos Congressos de Aveiro nos mesmo anos, realizaram-se, no período em análise, um conjunto de outras iniciativas em torno das quais se relacionavam trabalhadores, estudantes e outros setores sociais que se opunham ao regime.

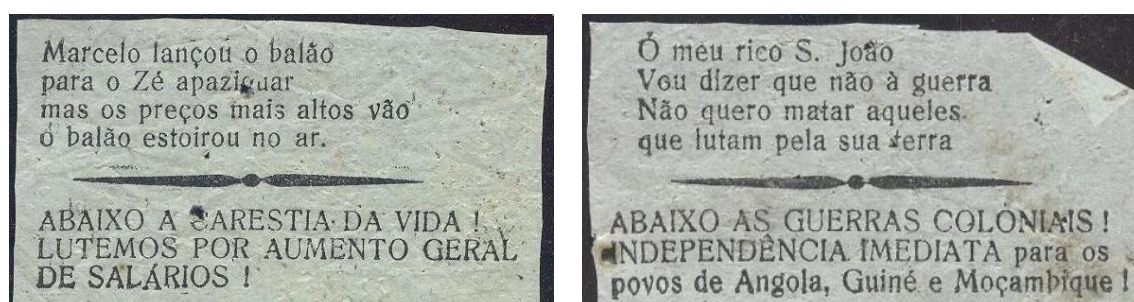
Vários setores organizavam-se para desenvolver iniciativas, tais como romagens, concentrações e manifestações, entre outras, em torno de datas simbólicas que viriam a ficar associadas à luta pela liberdade e contra o fascismo, designadamente, como já descrito anteriormente, o 31 de janeiro, o 8 de março ou o 5 de outubro, mas também

o 24 de março¹⁰⁸, o 28 de março e o 1º de maio. No Porto realizaram-se, importantes ações de propaganda e agitação política no dia de S. João, a 24 de junho.

(...) lembro-me muito bem de se ter feito, em 1972 e em 1973, e de ter participado. Encontrávamo-nos na República 24 de Março, na noite de S. João, e vínhamos em rusga, com cantigas, com quadras adaptadas ao S. João, a atirar a targetazinhas com as quadras. O S. João era também um grande momento de intervenção e de ação política.

(Teresa Medina)

Imagem 6. Exemplo de duas quadras distribuídas no S. João no Porto.



Fonte: Pereira, Pacheco (2009). Blog Estudos sobre o comunismo. Quadras distribuídas no S. João pelo PCP anos 70.

Na cronologia do CDI, da UPP, podem consultar-se algumas das ações do movimento de oposição democrática da época. Em 1968, é enviado, a Marcelo Caetano, um abaixo-assinado com 1500 assinaturas a pedir o fim da repressão. No mesmo ano, a 5 de outubro, concentram-se, no Cemitério do Prado do Repouso, centenas de pessoas para comemorar o aniversário da implantação da República, sendo a concentração reprimida pela polícia.

Em 1969, realiza-se uma romagem ao túmulo de António Luís Gomes, no cemitério do Prado do Repouso, no quadro das comemorações do 31 de janeiro, para a qual os estudantes se vão mobilizar, aproveitando para denunciar a expulsão da

¹⁰⁸ O 24 de março como Dia do Estudante; o 28 de março dia internacional da juventude.

universidade de Ruy Luís Gomes e apelar à união dos estudantes na reivindicação da integração do professor novamente na universidade¹⁰⁹.

Realiza-se, também, uma sessão comemorativa da data com a participação de cerca de 3000 pessoas, cujo final é marcado por uma manifestação nas ruas e pelo confronto com a polícia. A 8 de março, desse mesmo ano, realiza-se um convívio e colóquio em torno do Dia Internacional da Mulher, o qual, de acordo com a informação disponível na cronologia no CDI da UPP, terá tido a participação de 600 pessoas. O 1.º de maio, desse mesmo ano, é comemorado na baixa do Porto por cerca de 5000 pessoas. Em 1970, há novamente comemoração do 31 de janeiro, com dois comícios, uma romagem ao cemitério do Prado do Repouso e uma manifestação. O 8 de março de 1970 é assinalado através da edição e distribuição de vários comunicados e de uma concentração com entrega de documento contra o aumento dos preços dos bens alimentares, no Governo Civil do Porto.

Em 1971 voltam a comemorar-se o 31 de janeiro e o 8 de março; a manifestação do 1.º de maio desse ano, alcança uma dimensão maior e conta com cerca de 20 000 pessoas nas principais ruas da cidade. Em 1972, para além das comemorações das datas do 31 de janeiro, 8 de março e 5 de outubro, realiza-se uma grande manifestação popular a 15 de abril, que se descreverá no capítulo IV, subponto 4.5.4. No final do ano, em dezembro, cerca de 150 pessoas invadem o supermercado Villares protestando contra o aumento do custo de vida. Em dezembro, face à presumível chegada do Prof. Ruy Luís Gomes do exílio, centenas de pessoas concentram-se no aeroporto de Pedras Rubras, para o receber. O governo não autoriza o desembarque e verifica-se o protesto dessas centenas de pessoas. Em 1973, vão destacar-se ainda uma manifestação contra a fraude eleitoral, a 20 de outubro, que mobiliza mais de 10 000 pessoas, e nova concentração, desta vez contra a guerra colonial e o regime, depois de um comício no Coliseu do Porto, a 24 de outubro.

A maioria dos ativistas entrevistados recorda algumas destas ações e, sobretudo, o ambiente fraterno e solidário com que se relacionavam vários setores da oposição democrática, entre trabalhadores, estudantes e outros. Neste ambiente, a presença e acessibilidade de muitos intelectuais prestigiados da cidade, contribuía para credibilizar

¹⁰⁹ Arquivo particular de António Dias. *Comemoremos o 31 de janeiro!* Comunicado assinado por Um grupo de estudantes democratas. Porto, janeiro de 1969 [dactilografado].

as diferentes ações, mas também para a elevação da reflexão e discussão sobre a situação social e política que se vivia. Quase todos os entrevistados referem nas suas memórias, figuras como Virgínia Moura, Lobão Vital, Armando de Castro, Raul de Castro, Óscar Lopes, Ruy Luís Gomes, Arnaldo Mesquita, entre muitos outros.

A luta criou amizades extraordinariamente profundas entre as pessoas. E havia, tinha de haver, uma grande confiança e uma grande cumplicidade e isso foi um aspeto muito marcante na minha vida e acho que na vida de toda a gente que participou em tais movimentos. Havia um grande respeito de todos por todos e com os estudantes mais velhos, e do conjunto do grupo que dirigia as organizações do Partido e do Movimento Democrático, uma relação de uma grande horizontalidade, de um grande respeito. Nós participávamos não como pessoas mais novas, inexperientes, mas como iguais, participando nas mesmas lutas e num debate entre iguais. Isso verificava-se também, quando falávamos com o Óscar Lopes, o Armando Castro, a Virgínia Moura, o Lobão Vital, o Jofre Amaral Nogueira e tantos outros. Quer dizer, todas as grandes figuras da intelectualidade do Porto tratavam-nos e ouviam-nos com toda a atenção e com todo o respeito. Isto marca definitivamente a nossa formação. Pelo menos a mim marcou-me muito positivamente, e ensinou-me a respeitar muito toda a gente, porque, para além da experiência de vida e familiar, vim a encontrar esse conjunto de valores neste contacto, e o respeito dos trabalhadores pela luta dos estudantes, como dos estudantes pela luta dos trabalhadores. O apoio mútuo que sempre se fez sentir, mesmo em situações tão difíceis, foi uma escola de vida brutal e fantástica, que não é possível esquecer nunca mais.

(Helena Medina)

No contexto desta participação, de acordo com Helena Medina e Vasco Paiva, assumiu particular importância o contributo dos estudantes nas comemorações do 31 de janeiro de 1969. A materialização das ilusões, quanto à Primavera Marcelista, viria a manifestar-se no Porto, nesta data, quando democratas ligados à Ação Socialista Portuguesa, de Mário Soares e outros, solicitam autorização para a realização de uma iniciativa no Coliseu do Porto, a propósito do 31 de Janeiro, e procuram que o PCP não participe, assim como ativistas e estruturas conotadas com este partido.

Para estas forças, o comício do Coliseu do Porto deveria respeitar estritamente os termos da sua autorização, não devendo intervir nenhum estudante, nem trabalhador, nem haver intervenções que agredissem frontalmente o regime. Os bilhetes para o comício, que eram vendidos em escritórios de advogados da oposição democrática, começaram a ser restringidos. Se algum oposicionista comunista, ou conotado com o PCP, tentava comprar 10, 15 bilhetes, criavam-se restrições e apenas se disponibilizavam dois ou três bilhetes, no máximo, e às vezes em lugares alternados.

Helena Medina e Vasco Paiva recordam-se que, para fazer frente a estas dificuldades e respondendo ao apelo do PCP para se realizar uma ação que envolvesse o maior número de pessoas e organizações democráticas, foi montada uma operação na sede do Departamento de Informação Associativa do Porto, na Praça Guilherme Gomes Fernandes. Inicialmente, juntaram-se vários contributos em dinheiro, posteriormente incumbiram-se determinadas pessoas de irem comprar bilhetes e, finalmente, quando já se tinha adquirido um número de bilhetes considerável, procedeu-se a nova venda e distribuição, mas por setores. Esta operação permitiu depois, a partir de uma planta do Coliseu, distribuir os bilhetes para os diferentes setores, fossem estudantes e associativos, fossem trabalhadores, todos juntos e com a distribuição pela sala que se pretendia. Helena Medina recorda que quem dirigiu este processo foi Edgar Correia, à altura membro da Direção da Organização Regional do Norte do PCP e responsável pela ligação com o Movimento Democrático do Porto.

Quando chegou o dia, cada um ocupa o seu lugar, com a sua missão estabelecida. Tínhamos feito uma grande edição de tarjetas, em papel bíblia, a exigir a vinda do Ruy Luís Gomes, a libertação dos presos políticos, o fim da guerra colonial, e há uma dirigente estudantil de Lisboa, (não era conhecida no Porto, a não ser por alguns camaradas), que entra, como combinado, com um megafone no vestido fazendo de conta que estava grávida e que vai para o balcão. Há fotografias no livro do Sérgio Valente deste comício. Quando este começa o comício, estava tudo combinado, preparado e articulado entre os estudantes, os jovens trabalhadores, os trabalhadores, os intelectuais, o Movimento Democrático, estava tudo perfeitamente articulado. Há um representante do Movimento dos Trabalhadores Democratas, do Movimento de Estudantes Democratas e dos Jovens Trabalhadores Democratas que, pelo corredor central da plateia, e se dirigirem ao palco para pedir a palavra. E nessa altura é dito pelo

megafone, cá de cima, em alto som - “Neste momento estão a dirigir-se ao palco representantes do Movimento dos Trabalhadores, Jovens Trabalhadores e Estudantes Democratas a pedir o uso da palavra”. A mesa nega e começam as palavras de ordem, caem as tarjetas e faz-se uma iniciativa verdadeiramente fantástica.

Depois vem a polícia, saímos todos do Coliseu em grande manifestação de rua e há um grupo, que eu integro, que enche o Ceuta. Ocupámos as mesas todas do Ceuta como se nunca tivéssemos saído de lá. Entretanto vem uma pessoa que esteve ligada à organização do comício, vem da parte do Mário Soares, que tinha estado presente no comício, propor uma reunião sobre o que tinha acontecido, e que teria havido grandes equívocos. Propõe uma reunião com o setor mais moderado dos estudantes do Porto. Isso é proposto e a resposta pelo Edgar e pelas outras pessoas que lá estavam, incluindo eu, é que essa categoria de estudantes não existe no Porto.

(Helena Medina)

3.6. Correntes político partidárias com intervenção no movimento associativo estudantil do Porto

A análise dos programas eleitorais e dos comunicados publicados pelas diferentes direções associativas, entre meados de 1960 e 1974 (com maior incidência no período entre 1968 e 1974), e dos testemunhos recolhidos de ativistas associativos, aponta para uma importância muito significativa da intervenção de diferentes correntes político partidárias na dinamização do movimento associativo estudantil do Porto. Em geral, até ao final da década de 1960, no Porto, a participação de militantes comunistas nas direções associativas mostra-se fundamental na dinamização da atividade associativa. A visão e atuação dos militantes comunistas nas associações de estudantes corresponde, em geral, a uma visão e estratégia estruturada pelo PCP, e que aquele partido mobiliza em grande medida em todas as frentes e setores por si consideradas. Trata-se de uma estratégia de “desenvolvimento de uma frente unitária antifascista” (Raby, 1988:76), em que se inseriram organizações e movimentos tratados no capítulo I, subponto 1.2.3, os Sindicatos Nacionais e, também, as Associações de Estudantes e outras organizações e movimentos. Esta estratégia, já adotada, em linhas gerais, desde o III Congresso do PCP, em 1943, parte de duas conceções essenciais: a ideia de que para derrubar a ditadura fascista seria necessária a ação concertada, em unidade, entre

diferentes setores que, não partindo de uma única inspiração ideológica e política, convergem no objetivo de acabar com a ditadura e instaurar uma democracia em Portugal; uma outra ideia de que apenas o desenvolvimento de ações reivindicativas, em torno de objetivos específicos e delimitados, pelos diversos setores da sociedade, poderia contribuir para uma situação em que a larga maioria da população estivesse mobilizada contra a ditadura fascista.

No informe ao Congresso, Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, afirma que:

Nas lutas de massas, as massas ganham experiência, hábitos de combate e de sacrifício, educam-se revolucionariamente, dispõem-se cada vez mais a ações enérgicas e decididas. As lutas de massas escavam as bases de apoio do fascismo, quebram a sua estabilidade, enfraquecem o seu domínio. As lutas de massas alteram a correlação das forças de classe, agrupando-se cada vez mais em vantagem do movimento antifascista e em desvantagem do fascismo.

(...) O levantamento da nação portuguesa e a revolução antifascista implicam que o movimento de Unidade Nacional seja um facto. A Unidade Nacional antifascista tem de verificar-se em dois aspectos. O primeiro: a unidade das massas em toda a espécie de movimentos e lutas. O segundo: a unidade combativa de todos os grupos, organizações e individualidades antifascistas.

(Álvaro Cunhal, 1943¹¹⁰)

Esta estratégia geral consubstanciava-se, no caso do movimento associativo estudantil, na dinamização da atividade associativa, nos seus múltiplos aspetos (culturais, de ação social, etc.) e, particularmente, na mobilização em ação reivindicativa, perante as autoridades académicas e governativas, em torno dos problemas específicos com que os estudantes se defrontavam nas escolas e universidades. Para o PCP, a ação política e reivindicativa em torno de problemas específicos sentidos por uma grande maioria dos estudantes tinha como objetivo maior aumentar a consciência dos estudantes em torno do funcionamento do regime, contribuindo para a sua mobilização contra a ditadura.

¹¹⁰ Informe ao Congresso de 1943, do PCP, pelo camarada Duarte (pseudónimo de Álvaro Cunhal), *Unidade da Nação Portuguesa na Luta pelo Pão, pela Liberdade e pela Independência*. Publicado em *Álvaro Cunhal. Obras Escolhidas I 1935-1947*, as citações mobilizadas acima encontram-se nas páginas 229 e 230 da publicação referida.

(...) a Associação era uma alternativa, era a organização autónoma dos estudantes, do ponto de vista pedagógico e do ponto de vista mais geral, desportivo, do convívio e cultural e, depois, naturalmente cada vez mais politizado. E a intervenção que eu e os outros camaradas fazemos, enquanto estrutura partidária do PCP e, depois, estrutura estudantil da UEC, é uma intervenção que respeita sempre o sentir e o querer da maioria dos estudantes e respeita a autonomia do movimento associativo, mas também intervém na clandestinidade, porque não havia outro meio, como disse atrás, na análise, reflexão e possibilidade e capacidade de elevar a consciência política dos estudantes. O nosso papel é contribuir para que os estudantes compreendam que aqueles problemas mais imediatos existem, mas não estão isolados de um regime que é opressor, que reprime as liberdades fundamentais, que impõe uma guerra e que impõe miséria, pobreza e ausência de assistência médica e de saúde aos portugueses.

(Bernardo Vilas Boas)

No Porto, pelo menos até 1969, e de forma geral, a participação de militantes comunistas nas associações de estudantes não se traduzia na assunção pública dessa participação através de um lema próprio. No caso, por exemplo, das listas candidatas à direção da associação de Medicina, nos anos letivos 1966-1967 e 1967-1968, a designação da lista é apenas: *Lista proposta pelos colaboradores*.

Imagem 7. Capas das listas candidatas à CIAEFMP 1966-1967 e 1967-1968



Fonte: Arquivo particular de António Dias. Capas Listas Candidatas à Associação de Medicina nos anos letivos de 1966-1967 e 1967-1968.

Até 1969, o confronto político-partidário, no contexto associativo, dava-se essencialmente entre setores oposicionistas, liderados pelo PCP, e grupos associados ou patrocinados pelo próprio regime.

(...) A determinado momento começou a haver uma certa luta de tendências políticas, coisa que não havia muito antes. Basicamente, antes, havia uma luta entre gente na área do PC e outros de esquerda, de um lado, e gente da direita, do outro. Essa era a luta que havia no movimento estudantil e nomeadamente em Ciências. Na Associação de Estudantes, quando eu entrei, a direção era de uma lista de esquerda que juntava gente ligada ao PC, e gente não ligada ao PC. (...) Na altura, no que havia de esquerda havia uma certa unidade, e havia um conflito com a direita. Mas também na altura começou a haver uma certa luta de tendências dentro da esquerda, e aí é que a coisa começa a gerar uma dinâmica diferente, e mais conflitual na esquerda. Sempre unidos contra a direita, mas sempre em disputa uns com os outros.

(Renato Soeiro)

O ataque de forças afetas ao regime ao movimento associativo estudantil, e aos seus ativistas, vai consubstanciar-se numa estratégia de disseminação de calúnias e medo entre os estudantes. Veja-se, a título de exemplo, algumas afirmações de um comunicado da Frente Estudantil do Porto¹¹¹, em março de 1967¹¹².

Será umas vezes para encobrir o pouco aproveitamento escolar, outras para justificar com recurso a um regime político a imoralidade das acções privadas que os ou as nossos transviados colegas do M.A. se exibem na Universidade em clima permanente de “desafio ao Governo”.

Mas o pior que a actividade das esquerdas gera na Universidade aparecem as consequências que essas propagandas podem ter nas nossas colegas.

A verdade é que a catequese marxista nas criaturas do sexo feminino leva à verificação infalível de casos de prostituição voluntária e consciente. Se deixarmos de lado mais uma denegação de qualquer virtude no chamado “amor livre” pode encarar-se a vivência constante de uma obrigação de ordem prática: o destacamento de camaradas para “consolo” dos filiados, ou para aliciamento e obtenção de informações de alguns indivíduos. Recusar, seria uma atitude pequeno-burguesa. E as companheiras vão disciplinadamente entregar-se a um desconhecido.

Temos conhecimento de alguns casos destes.

E se as colegas não se deixarem disso, praticaremos a denúncia junto dos seus familiares.

(Comunicado da Frente Estudantil do Porto, março de 1967)

Para além das acusações às ativistas estudantis de prostituição, movimentos como a Frente Estudantil procuram descredibilizar o movimento associativo com acusações de “politiquice” e “comunismo” sobre todos os estudantes com participação associativa, e disseminar o medo a partir da ameaça de intervenção repressiva por parte das forças policiais.

¹¹¹ De acordo com Riccardo Marchi (2009), a Frente Nacional Revolucionária foi uma organização nacionalista, criada em 1966, apoiada pela Legião Portuguesa e com raízes no movimento Jovem Portugal e do grupo Combate (também movimentos das direitas radicais). Publicou o boletim *Frente* que o autor situa entre 1965-1966. No arquivo particular de António Dias, identificaram-se vários números de um boletim com o mesmo nome: *Frente*, mas dos anos de 1970. Não tendo sido possível averiguar com rigor, presume-se que a *Frente Estudantil* do Porto tenha ligações com a *Frente Nacional Revolucionária* que menciona Riccardo Marchi.

¹¹² Arquivo particular de António Dias. Comunicado da Frente Estudantil do Porto. Março de 1967 [dactilografado].

(...) o M.A. só pretende uma coisa: Introduzir a politiquice e a propaganda marxista na Universidade. Não queremos dentro da Universidade nem a política nem a polícia. Mas a insistência do M.A. em politicar, forçará a breve trecho a intervenção das autoridades policiais.

(Comunicado da Frente Estudantil do Porto, março de 1967)

Ainda que se verifique, também na Faculdade de Medicina, a intervenção de uma outra organização denominada *Escola Médica*, à qual a direção da Faculdade, a determinado momento, atribuirá instalações próprias e incentivará a que substitua a associação no campo editorial, não há, na realidade, uma estrutura consolidada de estudantes afetos ao regime que vingue no quadro do movimento associativo estudantil. Em geral, o movimento associativo estudantil, no Porto, no período em questão, era dominado por um sentimento estudantil antifascista, o que não permitia que estes movimentos exercessem grande influência sobre os estudantes.

Na entrada da década de 70, com o aparecimento de outras correntes político-partidárias, para além do PCP, no Porto, consolida-se a utilização de lemas próprios que identificam as filiações político-partidárias existentes nas listas.

As listas que integram estudantes militantes comunistas adotarão a divisa *Unidade*, que poderá tomar outras formas subsidiárias como, por exemplo, *Unidade por uma Associação de Todos os Estudantes* ou *Por uma Associação de todos os estudantes*. As listas que integram estudantes do PCP-ML e UEC-ML assumirão a divisa *Por um Ensino ao Serviço do Povo* ou *Por uma Universidade Popular*, ou ainda *Por um Ensino Popular*. Estas últimas ficarão associadas ao diminutivo POP. Ao contrário de Coimbra e Lisboa, de acordo com o que foi possível apurar, não se verificou, no Porto, a eleição de direções associativas com influências de outras correntes político-partidárias que não o PCP e o PCP-ML.

Ainda que não tenha sido possível identificar todos os comunicados e programas eleitorais de todas as faculdades e anos, verifica-se que as correntes *Unidade* e *Por Um Ensino ao Serviço do Povo*, com grande articulação na intervenção de cada uma delas, publicavam comunicados, listas e programas eleitorais bastante semelhantes nas diferentes faculdades. No ano letivo 1972-1973, por exemplo, os textos programáticos

da corrente POP, em diferentes faculdades, contêm, inclusive, excertos exatamente iguais.

Os ativistas das diferentes correntes político-partidárias participavam nesses contextos e encontravam-se fora das escolas e faculdades, articulando perfeitamente, por exemplo, a sua análise sobre a situação do ensino ou sobre quais deveriam ser os objetivos do movimento associativo. Assim, é natural que na escrita e desenvolvimento dos programas eleitorais se verifiquem textos idênticos, ainda que respeitando a diferentes escolas e faculdades.

Nos estatutos discutidos e aprovados em assembleia geral, no início da década de 60, nas Faculdades de Medicina, Ciências e Letras, por exemplo, os estudantes vão definir as suas associações como organismos académicos, apolíticos e arreligiosos, representativos dos interesses de todos os estudantes. Estes princípios acompanharão a atividade associativa quase até ao 25 de abril. Nos últimos anos da ditadura, eles vão ser questionados pelas novas formações político-partidárias, em dissidência com o PCP, e serão mesmo postos de parte, nas direções associativas e nos momentos em que estas têm influência maioritária.

A disputa dá-se fundamentalmente em relação ao princípio de apoliticidade. Na corrente *Unidade*, o carácter apolítico das AES significa que estas devem ter uma ação representativa de todos os estudantes, o que implica atuar e intervir sobre os problemas políticos relativos à educação e que afetam a vida estudantil, mas abster-se de questões que não digam diretamente respeito à condição de estudante e que possam constituir fatores de divisão. Este entendimento baseia-se numa leitura dos estudantes como grupo social heterogéneo, que partilha a condição estudantil e sente os problemas estudantis, mas que não tem necessariamente de partilhar nenhuma ideologia política para participar no movimento associativo. Estas conceções vão traduzir-se, por exemplo, numa linguagem adotada, nos comunicados, que privilegia uma explicação simples dos problemas que se colocam aos estudantes, a partir de dados concretos e não através de conceitos complexos sobre a ordem social.

O contrário vai verificar-se, em especial, a partir de 1970, nos comunicados da corrente *Por um Ensino ao Serviço do Povo*. Para esta corrente, as associações de estudantes devem, pelos recursos de que dispõem, ter como fim utilizá-los para comunicar aos estudantes o funcionamento do sistema capitalista, as suas contradições

e as injustiças que gera, procurando mobilizar para a luta não só contra a ditadura, mas em última análise, para a luta anticapitalista.

As diferenças descritas não se vão materializar de forma linear na atuação das duas correntes. Por vezes, verificar-se-á a adoção de um discurso menos politizado pela corrente *POP*, ou o seu envolvimento em ações de contestação mais específicas como, por exemplo, a divisão da avaliação, em determinada disciplina, em dois testes, em vez de um; assim como o contrário, na corrente *Unidade*. Mas, ainda que as diferenças devam ser entendidas como referências para compreender a atuação de ambas as correntes, e não como elementos lineares e estanques, elas vão manifestar-se, em diferentes momentos, de formas bastante aguerridas e provocar intensas discussões entre os estudantes mais politizados. Também nestas discussões as diferenças identificadas se vão manifestar no cuidado que cada uma das correntes vai ter na escrita dos textos, com a linha da *Unidade* a apresentar-se, a maioria das vezes, de forma mais prudente e moderada. Veja-se, como exemplo, excertos dos programas das listas candidatas de ambas as correntes às direções associativas de Ciências e de Letras.

No programa da Lista A (*Unidade*), candidata à direção de Ciências, no ano letivo de 1971-1972, define-se assim os princípios das AES:

Não é com ações isoladas praticadas individualmente ou de pequenos grupos que a si mesmos se definam excluindo a participação geral, que os estudantes conseguirão concretizar os objetivos que a si mesmo proponham como grupo.

Há, assim, que salvaguardar certas posições de princípio que permitam a participação de todos os estudantes:

- unicidade e representatividade – os interesses dos estudantes apenas podem ser defendidos por uma Associação unitária que represente os interesses de todos os estudantes;

- democraticidade interna – que assegura a eleição de todos os cargos dirigentes, que implica a participação activa de todos os estudantes na vida associativa, que dá efectiva extensão de poder deliberativo a todos os estudantes, que controle todas as funções de direcção por parte de todos os estudantes;

- apoliticidade e arreligiosidade – que não significa abstenção dos estudantes face aos problemas políticos e religiosos mas entendida como a única base correcta para

a unidade integradora de todos os estudantes, quaisquer que sejam as suas concepções políticas ou religiosas.

Na lista POP¹¹³ à direção de Letras, no mesmo ano, o programa vai iniciar-se com um ponto denominado *I – Limites e objectivos do movimento estudantil*, onde se começa por discutir a *Função social da Universidade Burguesa*:

I- Na sociedade capitalista a Universidade tem uma função social bem definida:

a) formar quadros, técnicos e especialistas que assegurem o funcionamento do aparelho estatal e satisfaçam as necessidades da economia capitalista.

b) produzir, reproduzir e transmitir a ideologia dominante, servindo desse modo a perpetuação do poder político e económico da burguesia.

II – Vamos, pois, encontrar por trás da “objectividade” e do “espírito científico” da Universidade capitalista uma total subordinação da ciência e da técnica, portanto uma função repressiva da ciência e da investigação e até dos quadros técnicos formados nessa Universidade em relação às massas trabalhadoras.

III- O grupo estudantil, apesar da sua origem social burguesa, que torna o movimento estudantil como fácil campo de manobras do oportunismo, pode ser levado pela sua relativa disponibilidade, pelo seu fácil acesso à informação e à compreensão dos mecanismos políticos e económicos e pela sua não inserção na produção, à compreensão e à recusa duma Universidade capitalista de classe, cujo ensino não é científico, mas sim ideológico, uma Universidade forçosamente repressiva e anti-democrática.

IV- Definimos assim como objectivo fundamental da luta sindical estudantil o combate à função social da Universidade capitalista.

A formulação «luta sindical», presente no excerto citado anteriormente, não será exclusivamente utilizada pela corrente POP. Na realidade, formulações como aquela ou outras como: «organização sindical», «sindicalismo estudantil», vão estar presentes em documentos emanados por ambas as correntes, ainda que sejam mais frequentes na corrente POP. No programa da Lista B (Unidade) à direção de Medicina, do ano letivo 1972-1973, por exemplo, vai afirmar-se que as AES,

¹¹³ Este ponto é igual nos programas *Por um Ensino ao Serviço do Povo* deste ano, em Letras e Engenharia.

sendo organizações sindicais funcionam em moldes democráticos e unitários que se expressam pela possibilidade de todos os estudantes intervirem e participarem em todas as estruturas e níveis de trabalho e colectivamente definirem objectivos concretos de luta e plataformas de acção que correspondam aos seus anseios progressistas.

É difícil definir as origens, com exatidão, no quadro do movimento estudantil, da utilização do conceito «sindical», mas podem apontar-se referências possíveis dessas origens.

Uma das explicações com raízes mais distantes, encontra-se em influências do movimento estudantil francês, em particular da Carta de Grenoble, de 1946, emanada da União Nacional dos Estudantes Franceses - UNEF. Encontraram-se os princípios desta carta enunciados num comunicado estudantil, sem data, mas que se pressupõe ser do início da década de 60, pela referência, feita no comunicado, a mais de meio século de atividade da UNEF, sendo que a criação desta organização data de 1907.

No primeiro artigo desta carta, declara-se que o estudante é “um jovem trabalhador intelectual” e enumera-se um conjunto de direitos e deveres do estudante, enquanto jovem, trabalhador e intelectual.

Direitos e deveres do estudante como jovem

Artigo 2.º - Como jovem, o estudante tem direito a uma previdência social particular, nos domínios físico, intelectual e moral.

Artigo 3.º - Como jovem, o estudante tem o dever de se integrar no conjunto da Juventude Mundial e Nacional.

Direitos e deveres do estudante como trabalhador

Artigo 4.º - Como trabalhador, o estudante tem o direito ao trabalho e ao repouso nas melhores condições e na independência material, tanto pessoal como social, garantias do livre exercício dos direitos sindicais.

Artigo 5.º - Como trabalhador, o estudante tem o dever de adquirir a melhor competência técnica.

Direitos e deveres do estudante como intelectual

Artigo 6.º - Como intelectual, o estudante tem direito à procura da verdade e à liberdade, que é para isso condição primária.

Artigo 7.º - Como intelectual, o estudante tem o dever:

De definir, propagar e defender a verdade, o que implica o dever de difundir e fazer progredir a cultura e interpretar o sentido da História.

De defender a liberdade contra toda a opressão, o que para o intelectual constitui a missão mais sagrada.

Mas a explicação a partir da influência francesa não encontra ressonância nas memórias dos nossos entrevistados. Apenas um ativista com quem contactamos, detentor do arquivo onde se encontra o comunicado citado acima, se recorda explicitamente, da Carta de Grenoble circular, ainda que um outro entrevistado também tenha referido que recebia correspondência da UNEF.

Álvaro Garrido (2008), a partir da crise académica de 1962, indica que a influência do “discurso e do modelo sindical francês sobre o movimento estudantil” português, foi “clara, mas restrita”. Apenas alguns dirigentes a conheciam, pelo que “à maioria dos estudantes das universidades de Coimbra, de Lisboa e do Porto, as teses do sindicalismo estudantil” terão chegado “em diferido e sem influência marcante na acção colectiva” (Garrido, 2008:149).

Outra possível explicação, e mais provável, conjuntamente com alguma influência das teses da UNEF, é a de que a formulação tenha nascido a partir da oposição ao discurso do próprio regime. Veja-se a este propósito o que afirma o governo, no DL 44632 de 1962:

Excluindo tudo o que possa sugerir formas de sindicalismo estudantil de imposição estadual, não se considerou menos necessário recusar legitimidade à pretensão manifestada por certas associações académicas de se transformarem em sindicatos de estudantes, considerando associados seus todos os alunos de uma Universidade ou escola pelo simples facto de o serem, e arrogando-se a representatividade de todos esses alunos, mesmo dos que deliberadamente a elas não querem pertencer.

Firma-se, por isso, quanto à participação dos estudantes nas organizações circum-escolares, o princípio da liberdade, e estabelece-se por forma expressa que elas

não dispõem de poderes de representação para além do âmbito dos seus associados ou filiados.

Para a compreensão dos conceitos parece ser importante a realidade, à altura, dos sindicatos. O regime havia imposto a organização de sindicatos do trabalho corporativos, onde todos os trabalhadores eram automaticamente associados. A referência a “formas de sindicalismo estudantil de imposição estadual” poderá ter explicação a partir do que se passava no mundo do trabalho. A resposta do movimento estudantil a um discurso que recusa o princípio da representatividade das associações, parece ter assumido a formulação veiculada pelo próprio regime na caracterização daquele princípio. Representatividade aparece assim como característica de uma organização sindical. Na verdade, nos muitos comunicados identificados que utilizam formulações que apontam o carácter sindical das AES, nunca se concretiza uma explicação suficiente ou que mobilize mais que o princípio da representatividade.

De acordo com Álvaro Garrido, a Carta de Grenoble exaltava o estudante “como fracção activa da sociedade num plano equivalente ao do operário” e fazia-o de tal forma que a UNEF “chegou a reclamar o direito dos estudantes a um “pré-salário” atribuído pelo Estado” (Garrido, 2008:149). A propósito desta informação avançada pelo autor, o que é interessante é que, no programa da Lista B (Unidade), candidata à direcção de Medicina, em 1972-1973, lá estará a mesma reivindicação, assim como nas conclusões do III Congresso da Oposição Democrática, em 1973, como descrito, capítulo I, subponto 1.2.3.

Não obstante, não se identificou nos documentos escritos do movimento estudantil nenhuma exaltação do estudante como jovem trabalhador, e, os ativistas à altura, também não recordam que esta fosse uma concepção presente nas discussões.

No período em análise mais aprofundada, entre 1968 e 1974, vão estar em funcionamento associações e/ou comissões pró-associativas e/ou organizadoras em todas as faculdades da Universidade do Porto e vai funcionar uma Comissão Pró Associativa dos Estudantes Liceais do Porto – CPAELP. Funcionará, ainda, em 1968 e 1969, uma Comissão de Sebentas no Instituto Industrial do Porto. Na Escola Superior de

Belas Artes, estará em funcionamento, em 1968, a AEESBAP, sempre com a indicação *(em formação)*¹¹⁴.

No que diz respeito às correntes maioritárias nas direções associativas, não foi possível identificar todas, de todos os anos, no período em análise, mas de seguida apresentam-se as informações que foi possível aferir com rigor.

Na direção da AE de Medicina, até 1970, não parece ter existido mais do que uma lista, sendo inclusive a lista de 1967-1968 apresentada com a designação de *Lista proposta pelos colaboradores*. A partir das eleições realizadas em dezembro de 1971, serão sempre candidatas duas listas. Nesse primeiro ano, para além da lista Unidade Estudantil, apresenta-se a eleições a Lista A, com a designação Lista Crítica, ganhando a primeira. Nos dois anos seguintes, as eleições vão ser disputadas pela corrente Unidade e pela corrente POP. Nas eleições de janeiro de 1973, ganha a lista da corrente *Por um Ensino ao Serviço do Povo* e, em fevereiro de 1974, ganha a lista da Unidade.

Na Faculdade de Letras, no ano letivo de 1970-1971, vão candidatar-se à direção, três listas: a lista A, com ligação ao PCP-ML; a lista B, composta por estudantes sem filiação político-partidária, que virão a vencer as eleições e serão acusados pelas outras listas de ser situacionistas, e a lista C, ligada ao PCP. No ano seguinte apenas se candidatam duas listas com as designações: *Por um Ensino Popular*, Lista A, e *Unidade* Lista B, vencendo a segunda. Em 1972-1973 apenas se conseguiu identificar uma lista que terá ganho as eleições, a lista *Por uma associação de todos os estudantes*. No ano 1973-1974, as eleições acabam por não se realizar por intervenção da direção da faculdade e da polícia, mas existiam duas listas candidatas, *Por uma associação de todos os estudantes* e *Por um ensino ao serviço do povo*.

Na Faculdade de Engenharia, as eleições são realizadas em simultâneo para a direção associativa e para a direção da Editorial Engenharia. No ano letivo de 1971-1972 candidatam-se duas listas, a lista *Unidade* e a Lista *Por uma universidade popular*. Vence a primeira em ambas as eleições, como acontecerá nos outros anos, até ao ano letivo de 1974-1975.

Na Faculdade de Ciências, no ano letivo 1971-1972, é eleita uma lista da corrente *Por um Ensino ao Serviço do Povo* que adota a designação: *Por uma universidade*

¹¹⁴ Tratar-se-á do movimento estudantil da ESBAP, em pormenor em subcapítulo próprio.

popular. Nos anos anteriores e no ano seguinte, de 1973-1974, será eleita a lista *Unidade*.

Na Faculdade de Farmácia, não foi possível identificar os processos eleitorais, em nenhum ano. Sabe-se apenas que, pelo menos até 1972, terá sido a corrente *Unidade* eleita para a direção da associação¹¹⁵.

Na Faculdade de Economia também não foi possível identificar os processos eleitorais, apenas que, no ano letivo de 1972-1973, é eleita em reunião geral de colaboradores, de março de 1972, uma lista da corrente POP.

Também na Escola Superior de Belas Artes e no Instituto Industrial do Porto não foi possível localizar os processos eleitorais, ainda que se tenha identificado dois dirigentes associativos, a partir dos testemunhos de ativistas: na AESBAP, em 1968, José Manuel Garret ligado ao PCP e já falecido e, no Instituto Industrial do Porto, Horácio Guimarães, também ligado à corrente *Unidade* e ao PCP.

3.6.1. O PCP e a UEC¹¹⁶

O PCP foi, até ao final dos anos 60, a força organizada mais relevante com intervenção no movimento associativo estudantil. Será assim um pouco por todo o país, como é referido em diferentes trabalhos dedicados ao tema (Cardina, 2008; Duarte, 1996; Accornero, 2013).

No Porto, mesmo depois do aparecimento de outras correntes político-partidárias, como o PCP-ML e a OCMLP, o PCP manteve, até ao 25 de Abril, uma influência determinante junto do movimento estudantil. O que se verifica é que a larga experiência de organização clandestina (trata-se, como se sabe, do único partido português com atividade ininterrupta durante a ditadura), transportada também para as organizações estudantis, fazia com que os estudantes comunistas discutissem coletivamente os problemas do ensino, os objetivos de ação em cada momento e que

¹¹⁵ Informação de José Aranda da Silva, presidente e ativista de Farmácia até ingressar na tropa, em 1972.

¹¹⁶ Sobre o papel do PCP no movimento associativo estudantil do Porto, foi apresentada comunicação no Colóquio Internacional 100 anos do PCP, promovido pelo Instituto de História Contemporânea da FCSH/Nova, em novembro de 2021, com o título *Lutas estudantis no Porto entre 1968-1974 - O papel do PCP na organização e contestação estudantil à ditadura*.

transportassem essas discussões para o movimento associativo a partir dos diferentes coletivos/células existentes em quase todas as escolas e faculdades.

Os estudantes militantes do PCP, em geral, organizavam-se a partir da sua escola e/ou faculdade. A já longa experiência do trabalho na clandestinidade impunha uma organização piramidal e cuidados conspirativos de proteção à identidade dos militantes comunistas e da organização. Por regra, cada militante conhecia o seu responsável direto e mais três militantes, no máximo quatro, aos quais fazia ligação. Todos os militantes deviam escolher um pseudónimo, pelo qual eram conhecidos e tratados dentro da organização. Todos utilizavam pseudónimos masculinos, mesmo as mulheres, para dificultar a sua identificação. Os militantes de uma mesma escola podiam não se conhecer todos, pelo menos com certezas. Apenas aqueles com mais responsabilidades conheciam a amplitude de uma organização numa escola ou faculdade, ainda que dentro dessa todos se encontrassem no movimento associativo. O encontro regular das mesmas pessoas, seja no movimento associativo e/ou em iniciativas do Movimento de Oposição Democrática, levava a que os militantes comunistas pudessem fazer uma ideia de quem eram os seus camaradas, mas nunca com certeza absoluta. Alguns estudantes militantes do PCP assumiam responsabilidades na organização clandestina, para além da participação ao nível da sua escola ou faculdade. Essas responsabilidades, muitas vezes, relacionavam-se com tarefas de apoio à organização clandestina, apoio aos funcionários clandestinos, estabelecimento de casas de apoio, reprodução de materiais de propaganda ou a sua distribuição, entre outras. Estas responsabilidades impunham que esses militantes se reservassem na participação associativa estudantil ou no âmbito do Movimento de Oposição Democrática, o que gerou, em muitos casos, situações curiosas: estes estudantes eram, por vezes, convidados para serem militantes do PCP por outros militantes, que desconheciam a sua condição; noutros casos eram incompreendidos pelos seus colegas de faculdade por não se saber porque não participavam ou porque desapareciam em momentos de contestação importantes do movimento estudantil associativo ou da oposição ao regime.

No final dos anos 60, no Porto, contavam-se células de estudantes comunistas nos liceus D. Manuel II, Carolina Michaelis, Alexandre Herculano, Garcia da Orta, na Faculdade de Engenharia, Ciências, Medicina, Letras, Economia e Farmácia. No Liceu

António Nobre, inaugurado em 1972, também se irá criar muito rapidamente uma célula comunista¹¹⁷.

No liceu Garcia de Orta, entre 1970 e 1972, contavam-se cerca de 50 militantes e simpatizantes que pagavam uma pequena cotização para o PCP, e que se dividiam em pequenos núcleos e subnúcleos¹¹⁸.

A criação da UEC, em 1972, irá agregar, a partir desse momento, as organizações estudantis do partido. A decisão de criação desta estrutura é descrita por Guya Accornero (2013) como uma resposta a uma crescente influência do PCP -ML e da UEC-ML no quadro do movimento estudantil, em Lisboa¹¹⁹, embora a UEC fosse uma estrutura nacional. Não se pretendendo discutir a influência de outros movimentos político-partidários em Lisboa e Coimbra, é seguro afirmar que no Porto as estruturas dos estudantes comunistas tinham, nessa altura, uma força muito considerável nas escolas e faculdades, como já se descreveu.

Helena Medina, à altura uma das principais responsáveis dos setores comunistas estudantis do PCP, defende que a criação da UEC foi exatamente uma forma de melhorar a organização dos estudantes comunistas, que nesse período, se apresentava já com uma grande dimensão.

A decisão da constituição da UEC deve-se, independentemente de outras discussões internas do Partido, de uma enorme força da organização estudantil do PCP, eu estou a falar do Porto que é o que eu conheço. Não sei se seria o mesmo em Coimbra ou em Lisboa, mas eu conheço a realidade do Porto, e no trabalho compartimentado que havia não consigo dizer sequer o que é que existia nas outras organizações. No Porto, o PCP tinha uma força muito grande. Nós tínhamos implantação em todas as escolas, com grandes células que funcionavam já muito compartimentadas, não fazíamos reuniões de mais de três pessoas, no máximo quatro. Tínhamos um secretariado, vamos supor de Ciências, e vamos supor que tínhamos 20, 30 ou 50

¹¹⁷ Informação recolhida a partir das entrevistas com ativistas membros do PCP, à altura.

¹¹⁸ Helena Medina em entrevista.

¹¹⁹ “No “V Congresso”, em que o originário CMLP evoluiu para PCPML, participou também a União dos Estudantes Comunistas Marxistas Leninistas (UEC-ML), “que passou a ser a organização da juventude do PCPML” e que teve como órgão de informação Servir o Povo. A importância desta organização no panorama do maoísmo nas universidades lisboetas é revelada também pelo facto de, em 1972, o PCP, em clara perda de terreno no meio académico, criar uma organização estudantil com o mesmo nome, a UEC, liderada por Zita Seabra, uma funcionária de origem estudantil” (Accornero, 2013: 243).

militantes, tínhamos muitos núcleos. Ou eram organizados por cursos ou por conhecimentos, dependia da estrutura. Porque se tínhamos 10 militantes ninguém reunia 10 pessoas.

(Helena Medina)

Pelo menos desde 1966, verifica-se a publicação de textos dedicados à atuação dos militantes do PCP junto do movimento estudantil, no *Militante*, (publicação dirigida a quadros e militantes do PCP, tendo como objetivo a sua preparação política e ideológica). Em março de 1966, na revista *O Militante* n.º 142, o PCP publica um texto intitulado *Problemas actuais do movimento estudantil. Fortalecer a organização e a actividade do Partido entre os estudantes*, em que procede à reflexão sobre medidas a tomar para o fortalecimento das organizações estudantis comunistas. Ao contrário do que seria de esperar, neste texto, o PCP não se mostra preocupado com a dimensão das organizações, mas sim com as práticas dessas organizações. Não se trata de aumentar a organização nas escolas e faculdades, mas sim de, naquele momento, melhorar as práticas conspirativas, a proteção e reserva dos quadros destacados, de melhorar as formas utilizadas para a participação no movimento associativo estudantil. O texto inicia-se com a constatação de que, naquele momento, “o Partido é de longe a organização política com influência ideológica e predominante entre a juventude estudantil” para, de seguida, proceder à reflexão sobre erros e necessidades de mudança em aspetos organizativos. Chama-se a atenção dos militantes sobre práticas que persistem relativas à «descompartimentação» da organização e a «inconfidência conspirativa». Segundo aquele texto os militantes comunistas deveriam evitar:

exibir presunçosamente em público, nos cafés e noutros locais, os seus conhecimentos «marxistas» e dar a entender que se está no conhecimento dos deuses, confidenciar desnecessariamente junto de amigos a sua filiação no Partido, exibir, também desnecessariamente documentos do Partido.

(*O Militante*, n.º 142, março de 1966, pp. 7, 8.)

Segue-se a reflexão sobre a “sobreposição” de responsabilidades associativas com responsabilidades políticas, que se verifica em alguns casos, com “quadros do Partido mais capacitados”. Sobre este assunto, o PCP procura incentivar a

responsabilização de outros estudantes, não comunistas ou com pouca responsabilidade no PCP, nas estruturas associativas estudantis.

Assegurar uma maioria de gente «fixe», de gente «nossa» em tal ou tal comissão ou organismo estudantil é uma tendência sectária muito frequente. Isto é um grave erro que corresponde a esvaziar tais organismos do conteúdo unitário que devem realmente ter, transformando-os na prática em organismos do Partido com uma actividade legal com todos os perigos que isso comporta. Ao mesmo tempo, deixam-se frequentemente de fora jovens sem partido, destacados e com prestígio entre as massas, cuja inclusão em tais organismos daria a estes uma composição unitária mais de acordo com o pensamento das massas que esses organismos representam ou dirigem.

(O Militante, n.º 142, março de 1966, pp. 7, 8.)

Este aviso relaciona-se com um outro, também dado na publicação: o de que militantes com responsabilidades sobre o trabalho clandestino, ilegal, não devem, de forma alguma, ter responsabilidades no movimento associativo. O texto dedica ainda algumas palavras ao trabalho de organização de listas para organismos associativos. Para além da preocupação, já descrita, em que estas não sejam constituídas por uma maioria de militantes comunistas, aponta o dedo aos militantes que acham que para uma lista ser de facto constituída em «unidade» ela deve implicar um trabalho de coordenação e inclusão de estudantes de «certas correntes políticas burguesas». A concepção de «unidade» que o PCP advoga para a constituição de organismos associativos baseia-se, não na negociação entre correntes ou tendências político-partidárias, mas na inclusão dos estudantes que gozam de prestígio nas escolas e faculdades e que se mostram disponíveis para a contestação e reivindicação em torno da melhoria da educação.

O critério selectivo deve ser determinado pelos méritos individuais, pela autoridade e prestígio pessoais junto das massas estudantis daqueles que se propõem ser seus dirigentes. Dentro destas condições, pensamos que não deve intervir qualquer exclusivismo político. Na actividade unitária isto quer dizer que, se para a formação duma lista unitária não devemos guiar-nos pela preocupação de que esteja forçosamente representada esta ou aquela corrente política. Também não devemos por

princípio excluir qualquer dos seus representantes se estes têm prestígio entre as massas e gozam do seu apoio.

(O Militante, n.º 142, março de 1966, pp. 7, 8.)

3.6.2. PCP-ML, UEC-ML e Núcleos Sindicais

De acordo com Miguel Cardina (2011), uma das primeiras organizações criadas, em oposição declarada ao PCP, terá sido a Frente de Acção Popular - FAP, em 1964, seguida do Comité Marxista-Leninista Português - CMLP. Estas organizações, dinamizadas por Francisco Martins Rodrigues, Rui D'Espiney e João Pulido Valente (ex militantes do PCP), entre outros, durariam, no entanto, pouco tempo. Em 1965 seriam presos vários dirigentes da FAP/CMLP, nomeadamente João Pulido Valente. As prisões deram-se no seguimento de informações de Mário Mateus à PIDE, entretanto infiltrado na organização. Em 1966, são presos mais um conjunto de membros, nomeadamente Francisco Martins Rodrigues e Rui D'Espiney que seriam condenados pelo assassinato de Mário Mateus e por pertencerem à FAP/CMLP. Só seriam libertados depois do 25 de abril.

Miguel Cardina defende que as organizações «marxistas-leninistas» que se seguiram à FAP/CMLP incorporaram o «património teórico» anterior, nomeadamente as teses de Martins Rodrigues.

Francisco Martins Rodrigues, que havia sido expulso do PCP, no final de 1963, expressava críticas desde 1960¹²⁰ àquele partido, designadamente em relação ao seu apoio à URSS, na defesa da «coexistência pacífica» entre o «mundo» socialista e capitalista. Considerava que a crítica ao «desvio de direita» de 1956 não era suficiente e defendia a passagem a métodos violentos de ataque ao regime. Criticava ainda a política de unidade do partido, considerando que, na prática, se materializava em alianças com a burguesia e defendia a sua substituição por uma política de alianças apenas com o campesinato (Cardina, 2011).

A tese de «coexistência pacífica» difundida a partir do XX congresso do PCUS, em 1956, é interpretada pelo PCP como a única política que servia a paz entre os povos. Para o PCP, evitar a guerra e procurar condicionar políticas de agressão do «mundo imperialista» seria a solução menos custosa para a vitória do socialismo. Dessa forma,

¹²⁰ Fuga de Peniche

quando o Partido Comunista Chinês ataca a linha seguida pela URSS, o PCP assume a defesa dos soviéticos e denuncia a ação do PCC.

Desta mudança da correlação mundial de forças, o movimento comunista internacional conclui, com uma base verdadeiramente científica, a possibilidade de manter em respeito o imperialismo, evitar uma guerra mundial e, mesmo antes do socialismo ter triunfado em todo o mundo, poderem as forças da Paz banir a guerra da vida internacional.

Os nossos camaradas chineses refutam esta tese, afirmando ser a guerra inevitável enquanto existir imperialismo. Pelas suas concepções e pela sua política conclui-se que os camaradas chineses consideram que o caminho para o triunfo do socialismo passa necessariamente por uma guerra mundial. Daí as suas críticas à política de coexistência pacífica, a sua luta contra as negociações e acordos para diminuir a tensão internacional, a sua oposição à luta pelo desarmamento.

(Cunhal, Reunião do Comité Central do PCP em agosto de 1963)

Mas o XX Congresso do PCUS não só difundiria a tese da coexistência pacífica entre o mundo socialista e imperialista, como também apresentava novas formas de passagem do capitalismo ao socialismo, nomeadamente “a possibilidade real para diversos países de passar ao socialismo pela via pacífica (...) utilizando-se as instituições parlamentares existentes” (Cunhal, 2008: 534). Esta segunda tese viria, em Portugal, a ser adotada no V Congresso do PCP, em 1957, que deixava de adotar o «levantamento popular nacional» como via para o fim do fascismo, mas uma «solução pacífica para o problema português» (Cunhal, 2008:533)¹²¹.

Logo em abril de 1961, o PCP vai publicar um texto, no jornal *Avante!*, denominado *O Comité Central do Partido Comunista Português traça o caminho para o derrubamento do Fascismo e rectifica um desvio de direita*. Neste artigo vão divulgar-se as conclusões de uma reunião do CC de março, em que se caracteriza as teses da «solução pacífica do problema português» como «desvio de direita».

¹²¹ Para Álvaro Cunhal a interpretação das teses do XX Congresso do PCUS manifestada na adoção de «uma solução pacífica para o problema português» pelo PCP foi abusiva e viria a ser classificada como desvio de direita do partido.

A análise da situação política e da orientação e da actividade do Partido mostrou que a partir de 1956 o Partido seguiu em muitos aspectos da sua actividade uma orientação oportunista consubstanciada na fórmula da solução pacífica para o problema político português, na teoria da desagregação automática e irreversível do fascismo, em ilusões legalistas e golpistas, etc. Este desvio de direita, autêntica reposição da chamada «política de transição» rechaçada pelo Congresso do Partido realizado em 1946, prejudicou grandemente o desenvolvimento do Partido e a acção de conjunto das forças anti-fascistas.

(Comunicado do CC do PCP, publicado no Avante! em abril de 1961)

São estas duas questões essenciais, a tese da coexistência pacífica entre países socialistas e não socialistas, e a adoção pelo PCP, entre 1956 e 1961, da tese de uma via pacífica para o fim do fascismo em Portugal, que irão estar na base da dissidência de Martins Rodrigues e outros militantes comunistas e que irão estar sempre presentes nas críticas ao PCP, a partir de 1964, por outras organizações partidárias, entretanto criadas.

Acusa-se o PCP de capitulação perante o fascismo, de cobardia por recusar formas armadas de acção, de abandono do marxismo-leninismo pela sua política ampla de alianças, de reformismo pela sua procura de aproveitamento de momentos eleitorais e formulação de objetivos de luta a curto e médio prazo, ainda que no âmbito do regime, etc. Alguns autores relacionam também, à oposição ao PCP, uma certa ambivalência relativamente à resposta à fraude eleitoral nas eleições presidenciais de 1958 (Pereira, 2005; Cardina, 2011). Ainda que o PCP tenha participado e dinamizado algumas das acções de contestação à fraude eleitoral, acusam-no de hesitação.

Entre 1965 e 1969 o CMLP irá passar um período “de indefinição ideológica e lutas pelo poder no interior da organização” (Cardina, 2011:77), que virá a terminar com a realização de um congresso, em Paris¹²², que transforma o CMLP em PCP-ML. A sua organização de juventude UEC-ML já teria sido criada, em 1969, mas o anúncio da criação do PCP-ML só viria a ser feito em 1971.

O anúncio público da constituição do PCP (ml) só se deu em Agosto de 1971, no número 10 do Unidade Popular. A reconstrução unilateral do partido, efectuada sem

¹²² Parte importante da FAP/CMLP permaneceu fora do país, ao longo deste período. A organização no interior foi sempre difusa e relativamente pequena.

qualquer contacto com outras correntes que mantinham o mesmo desejo, levou a uma grande hostilidade para com o grupo, agravada pelo facto do CMLP ter pouca radicação em Portugal. Alguns militantes presentes desconheciam mesmo que iam participar no congresso de «reconstituição do Partido». O facto do programa se basear num documento redigido por Francisco Martins Rodrigues, na prisão, também foi motivo de desconsideração por parte dos restantes grupos m-¹²³.

(Miguel Cardina, 2011: 85)

O Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado - MRPP foi criado em setembro de 1970. As suas origens são identificadas, por vários autores, com um outro movimento, a Esquerda Democrática Estudantil - EDE, cuja criação aparece associada a uma manifestação estudantil contra a guerra do Vietnam, em 1968, em Lisboa (Accornero, 2013; Cardina, 2011; Rosas & Brito; 1996). Também nesta área vão estar envolvidos ex militantes comunistas, nomeadamente Fernando Rosas e Amadeu Lopes Sabino¹²⁴.

Um outro movimento foi criado em 1971, a partir do Porto, em torno da publicação *O Grito do Povo*, ao mesmo tempo que se criava a Célula Comuna de Paris – CCP, dirigida aos meios estudantis. De acordo com Miguel Cardina, estas duas expressões viriam a opor-se, com a dissolução da CCP, logo no final do ano, vindo a transitar alguns dos seus membros para a UEC-ml, contribuindo para a afirmação, no Norte, deste grupo e da sua corrente *Por um Ensino ao Serviço do Povo* (Cardina, 2011). O movimento em torno da publicação *O Grito do Povo*, viria a estar na origem da Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa – OCMLP.

Em 1972 são criados os Comitês Revolucionários de Estudantes Comunistas CREC's, que adotavam a denominação Núcleos Sindicais de Base nos comunicados públicos dirigidos aos estudantes e que tinham ligação com a OCMLP.

A par do PCP-ML e a sua organização juvenil UEC-ML; da OCMLP, dos CRECs e do MRPP, multiplicam-se neste período os grupos que se reivindicam do marxismo-

¹²³ Francisco Martins Rodrigues na prisão terá prestado informações o que levou membros do CMLP a fazerem-lhe críticas ferozes e, a partir desse momento, olharem-no com desconfiança (Cardina, 2011).

¹²⁴ De acordo com Miguel Cardina (2011), Amadeu Lopes Sabino foi presidente da Associação de Estudantes da Faculdade de Direito de Lisboa, em 1966-1967, ainda como militante do PCP.

leninismo e se aproximam das teses do Partido Comunista Chinês, especialmente nas suas críticas ao PCUS e à União Soviética.

Para o PCP, a proliferação destas organizações, a partir dos anos 60, que “no conjunto tiveram apreciável influência em Portugal nos últimos anos da ditadura e no acidentado e tempestuoso curso da Revolução de Abril” (Cunhal, 1999:61) e também junto do movimento estudantil, têm uma relação profunda com as “fortes tendências oportunistas no movimento comunista internacional”.

A teoria da «passagem pacífica do capitalismo ao socialismo», lançada pelo XX Congresso do PCUS em 1956, estimulou, em numerosos partidos, ilusões sobre o capitalismo e o afastamento de concepções revolucionárias. Em Portugal, como teremos ocasião de examinar neste ensaio, a «política de transição» e da «solução pacífica do problema político português», foram consideradas ulteriormente pelo PCP como «o desvio de direita» nos anos 1956-1959.

Apareceram, uns atrás dos outros, numerosos partidos, grupos, jornais e publicações clandestinas, afirmando-se «comunistas» e «marxistas-leninistas». Na totalidade, acusavam o PCP de «revisionismo» e assumiam-se como os reais portadores dos ideais de uma revolução socialista.

(Cunhal, 1999:62)

É comum o tratamento conjunto destas organizações, em oposição ao PCP, de que é exemplo a entrada *Maoísmo*, no *Dicionário do Estado Novo*, onde se dividem as organizações existentes a partir da sua leitura do Partido Comunista,

(...) de um lado os núcleos, militantes e grupos que se reivindicam da tradição comunista iniciada pelo PCP em 1921 e continuada até 1956 (quando se considerava que o PCP tinha caído irremediavelmente no «revisionismo» das teorias e práticas marxistas), assim como da iniciativa, embora inconsequente e limitada da FAP/CMLP entre 1964 e 1966 e, em consequência, se propunham refundar o PCP em novos moldes organizativos e com uma perspectiva revolucionária radical; de outro, o MRPP que considerava nunca ter existido partido comunista em Portugal, competindo à sua organização a tarefa de fundar o partido revolucionário sustentado na verdadeira teoria e prática marxista-leninista-maoísta.

(Rosas & Brito, 1996: 545)

Vários autores atribuem a estas organizações uma influência importante, em diferentes momentos, sobre o movimento estudantil, nomeadamente em Lisboa e Coimbra. Miguel Cardina (2011), por exemplo, afirma que o Movimento Associativo dos Estudantes do Ensino Secundário de Lisboa - MAEESL, a partir de 1972, era politicamente dominado pela UEC-ML. No Instituto Superior Técnico, também em Lisboa, a influência do PCP-ML e da sua corrente *Por um ensino ao serviço do povo* é destacada por Luísa Tiago de Oliveira (2019).

No Porto, vai verificar-se a atuação da corrente *Por um Ensino ao Serviço do Povo* nas eleições associativas, a partir do ano letivo de 1971-1972. Antes disso atua, na Faculdade de Medicina, a corrente Crítica, cuja responsabilidade é atribuída a José Pacheco Pereira (Cardina, 2011). José Pacheco Pereira e Pedro Baptista, os dois estudantes de Letras, à altura, são referidos, nos vários testemunhos recolhidos, como figuras preponderantes da oposição ao PCP no contexto estudantil, mas, também de acordo com os documentos analisados e os testemunhos recolhidos, nunca terão sido eleitos em nenhuma direção associativa.

Ainda que estas correntes tenham influenciado setores da juventude estudantil, assim como a discussão e posições do movimento associativo, nenhuma leitura é possível, e bem pelo contrário, de que tenham conseguido hegemonizar o movimento associativo do Porto. No entanto, vai efetivamente verificar-se uma disputa aguerrida em torno das direções associativas entre a corrente Unidade, ligada ao PCP e à UEC (a partir de 1972), e a corrente POP, ligada ao PCP-ml e à UEC-ml. Esta disputa só terá resultados a favor da corrente POP, na medida em que conseguimos confirmar, na Faculdade de Ciências, no ano letivo 1971-1972, na Faculdade de Medicina, no ano letivo de 1973-1974 e na Faculdade de Economia.

Verifica-se ainda a publicação, em alguns momentos, de comunicados identificados com os Núcleos Sindicais, ainda que esta corrente não tenha explicitamente participado em eleições associativas que se tenha conseguido confirmar. Os documentos escritos identificados com esta corrente são de 1973 e 1974, designadamente sobre a repressão sobre os estudantes do Liceu António Nobre, em 1973, contra a realização do Festival de Coros Universitários, também em 1973 e, depois, já em 1974, documentos sobre o saneamento político. Encontrou-se ainda

referência a esta corrente, num comunicado da Comissão Coordenadora de Letras, de 23 de maio de 1974. Neste documento os estudantes de Letras denunciam terem sido agredidos por membros desta corrente na sala da Associação de Estudantes e afirmam ainda que o mesmo aconteceu na Faculdade de Medicina¹²⁵.

3.7. Níveis de intervenção social e política

Durante a ditadura, ainda que com algumas diferenças, consoante o período específico e o contexto local em análise, a participação estudantil acontecia simultaneamente, a partir de diferentes níveis de participação cívica, social e política. A distinção entre estes diferentes níveis de participação nem sempre correspondia a limites claramente definidos. A atividade das associações de estudantes, por exemplo, correspondia a uma atividade que se reivindicava de legalidade, ainda que a maioria das associações do Porto não estivessem legalizadas. A participação numa comissão de curso, em torno de questões específicas, como por exemplo a não existência de materiais de estudo, à partida, era uma atividade legal, mas nunca se podia ter a certeza se não desencadearia a repressão policial – dependeria sempre da dimensão e do tipo de ações desenvolvidas, assim como do contexto específico de cada Faculdade e escola (Antunes, Medina & Caramelo, 2021). Também a participação associativa em outro tipo de associações e organizações, tais como a UNICEPE, a Juventude Universitária Católica, o TUP ou o Cineclubes, sendo uma atividade legal, foi por várias vezes reprimida pelo regime. Relembre-se, por exemplo, o curso promovido pela JUC, em 1970, impedido de se realizar pela polícia, e que se referiu anteriormente.

No caso do Movimento da Oposição Democrática, desenvolveram-se atividades legais em períodos eleitorais, mas essas atividades continuavam para lá desses momentos adquirindo um carácter semilegal. Mesmo durante períodos eleitorais

¹²⁵ Arquivo Particular de António Dias. Comunicado da Comissão Coordenadora de Letras. 23 de maio de 1974;

Idem. Morte ao fascismo e a quem o apoia! Em frente com o saneamento. Comunicado dos Núcleos Sindicais de Medicina. 1974;

Idem. Sem título. Comunicado dos Núcleos Sindicais do Porto sobre o Festival de Coros Universitários, 1973; Vamos Cortar o Pio aos Fachos. Idem, 1973; Boicotemos os Coros, Idem, 1973; O Director do IIP ameaça sanear antifascistas. Idem, 9 de dezembro de 1974;

Arquivo Particular de Sérgio Seca. 7 Estudantes suspensos no António Nobre. Comunicado dos Núcleos Sindicais do Porto, março de 1973.

existiam assuntos absolutamente proibidos, mas sobre os quais se intervinha, procurando forçar os limites estabelecidos entre legalidade e ilegalidade. A este propósito é particularmente simbólico um comício da Oposição Democrática, em 1973, em que cada vez que o orador mencionava a Guerra Colonial, um inspetor da polícia intervinha, retirando o microfone. Logo um segundo orador retomava a intervenção anteriormente impedida.

Não obstante estas questões, que devem ser consideradas, é possível apontar a existência de três níveis de participação, cujos limites não raras vezes se esbateram: um nível de intervenção legal – no contexto das associações de estudantes e outro tipo de associações; um nível de intervenção semilegal - no quadro do Movimento da Oposição Democrática e outras organizações, como a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos (CNAPP), e um nível ilegal ou clandestino – no contexto de organizações político partidárias como o PCP, a UEC ou o PCP-ML, OCMLP, entre outras.

Para além destes níveis de intervenção distinguidos em termos de legalidade, existiam patamares de intervenção, de acordo com as disponibilidades de cada estudante, os quais poderiam evoluir, ou não, para outros.

Um primeiro patamar de intervenção e participação era ao nível da turma, o que a partir da segunda metade da década de 1960 se vai traduzir na constituição de comissões e delegações de curso. Neste primeiro patamar de discussão coletiva e organização estudantil, apareciam como mais prementes os problemas práticos relacionados com as diferentes disciplinas e professores. Organizavam-se iniciativas que tinham como:

objeto as condições do ensino e os problemas específicos de cada turma, desde a ausência de materiais de estudo, passando pela forma como se desenvolviam as aulas, os estilos de trabalho dos professores, horários, calendário de exames, métodos pedagógicos e de avaliação.

(Antunes, Medina & Caramelo, 2021: 207)

Muitos estudantes participaram em atividades reivindicativas ao nível da sua turma e por questões muito específicas relacionadas com as condições do ensino na sua escola e/ ou Faculdade. Quando a Associação de Estudantes de Medicina foi encerrada

em 1971, por exemplo, realizaram-se concentrações de estudantes na exigência de acederem às instalações para retirarem materiais de estudo para os exames. Nem todos os estudantes que participaram nestas concentrações se envolveram noutras atividades associativas ou ações de contestação, por outros motivos. Noutro exemplo, muitos estudantes que se envolviam na escrita de uma exposição a um professor, a solicitar a distribuição da avaliação por vários momentos, não se envolviam em ações de denúncia sobre prisões políticas. Mas muitos estudantes que começavam por se interessar e envolver no movimento associativo estudantil, a partir de um problema específico relacionado com as condições do ensino, acabavam por se interessar e envolver em outro tipo de atividades.

Um segundo patamar de participação, que podia ser ou não conjugado com o primeiro, era o nível das associações de estudantes propriamente ditas, nas suas formas de Comissões Pró-Associativas ou Instaladoras, no caso do Porto.

Aqui, a participação estudantil podia dar-se ao nível da discussão sobre política educativa, mas também nas diferentes secções associativas: de ação social, culturais, desportivas e editoriais. A este patamar de participação correspondia uma reflexão e análise mais articulada da situação universitária. Tratavam-se as questões da reforma do ensino; da autonomia universitária e associativa e todas as outras respeitantes ao ensino superior e à vida académica. Verificava-se um esforço por enquadrar os problemas mais específicos dos cursos, e tratados ao nível das turmas, no quadro mais geral da política educativa praticada pelo governo. No âmbito deste nível de intervenção existia um esforço de coordenação interassociativa. Este esforço materializava-se em momentos de coordenação entre o conjunto de faculdades e escolas de uma mesma região ou universidade, entre as AAES das três academias do país, e entre associações de estudantes de uma mesma área científica, como Medicina, Arquitetura ou Engenharia.

No Porto, verificar-se-á a convocação de plenários gerais da Universidade e Liceus, assim como realizações diversas, por diferentes AES, em conjunto, em diferentes momentos. Em especial, iniciativas relativas à denúncia da repressão sobre o movimento estudantil e suas associações.

Muitos estudantes que se envolveram na atividade associativa estudantil, mantinham atividade regular em outro tipo de associações como, por exemplo, a

Cooperativa Árvore, o Cine Clube do Porto, a Juventude Universitária Católica – JUC e Juventude Escolar Católica – JEC, como já referido. E muitos acabavam também por se envolver em atividades da Oposição Democrática e agrupamentos semilegais como as Comissões de Socorro aos Presos Políticos ou Comissões de Estudantes Democratas, entre outras.

Em algumas situações, a participação evoluía do patamar de intervenção sobre problemas muito específicos, ao nível da turma ou do curso, até se iniciar uma militância política e partidária nas estruturas existentes. Noutros casos, o contacto com a oposição ao regime dá-se noutros contextos, como, por exemplo, a nível familiar, fazendo com que a militância político partidária se inicie antes do envolvimento associativo. Mas, na maioria das situações, o que se verifica é uma evolução entre a participação associativa até à participação político partidária.

Este movimento entre diferentes níveis de intervenção teve uma ligação inequívoca aos processos de consciencialização social e política e ao crescimento de um profundo sentimento popular antifascista que se foi agudizando nos anos 60 e início da década de 70. Aquilo que, por vezes, começava por ser um sentimento de injustiça face às dificuldades no ensino, evoluía para a tomada de consciência para a repressão política existente no país, quando, por exemplo, os estudantes mais investidos na resolução de problemas sentidos na faculdade eram presos ou perseguidos pela PIDE, ou quando a atividade de produção de materiais de estudo (sebentas), pela associação de estudantes, era dificultada ou mesmo impedida pela direção da faculdade ou pela polícia.

(Antunes, Medina & Caramelo, 2021: 208)

Para este movimento entre diferentes níveis de participação social e política e a relativamente rápida consciencialização antifascista que se verificava, contribuía um ambiente de articulação e de partilha de informação entre diferentes setores sociais. Neste campo, não só tinha importância o envolvimento de intelectuais prestigiados do Porto, e do resto do país, que já se referiu anteriormente, como o conhecimento que se verificava entre o meio estudantil das ações, avanços e retrocessos do movimento operário e de trabalhadores.

As grandes movimentações dos bancários, dos seguros, dos TLP (Telefones de Lisboa e Porto) tiveram também uma grande influência desenvolvimento da luta dos estudantes. Havia um conhecimento e uma troca de informações neste núcleo, e também dentro do próprio movimento associativo, sobre a luta da classe operária e dos trabalhadores. Faziam parte do nosso imaginário e da nossa vivência, as greves dos estivadores do Porto de Leixões, dos pescadores de Matosinhos, da Alumina, da Esmaltal, da Eduardo Ferreirinha, da Prometalis, da fábrica Leão, da Sitenor, da fábrica Aviz, da EFACEC, da RABOR, dos mineiros de S. Pedro da Cova, dos STCP. Havia todo um conjunto de setores na luta e nós tínhamos, estudantes, e por via do Partido, uma informação muito grande da luta dos diversos setores e sobre algumas lutas muito emblemáticas, como o caso da greve da Grundig, em Braga, em que estiveram em greve dois dias e meio, 2700 trabalhadores, e que conseguiram uma vitória impressionante de aumento de salários, salvo erro de 40 a 70%.

(Helena Medina)

O testemunho de Helena Medina dá conta de uma articulação entre lutas de diferentes setores a partir do PCP, mas o mesmo se verificava com outras organizações partidárias. Documentos especificamente associativos por parte da corrente *Por um Ensino ao Serviço do Povo*, por exemplo, incluem regularmente informações sobre lutas operárias que se vão desenvolvendo, é o caso do Boletim A Nossa Luta, publicado pela Associação de Estudantes de Medicina, em 1973, e que vai incluir notícias sobre uma greve dos pescadores de Matosinhos, mas também greves em fábricas como a Abelheira, Cometna, Gialco ou Sorefame.

Capítulo IV. Lutas estudantis na Universidade e Liceus do Porto

O movimento associativo estudantil do Porto teve uma dimensão muito ampla com uma intensidade muito grande de atividades. Como se procura descrever, na presente tese, a atividade associativa teve muitos momentos com um ritmo de reuniões, publicação de comunicados e outras realizações, quase diário. O trabalho de localização de documentos escritos publicados pelo movimento associativo estudantil do Porto, cujo desenvolvimento já se abordou, mostra que, durante os seis anos letivos em análise mais aprofundada neste trabalho, todos os meses foram publicados documentos, com vários documentos a serem produzidos e distribuídos durante uma mesma semana, por exemplo. A compreensão do significado deste facto implica saber que, para a realização de um só documento, vários passos e tarefas eram necessárias. Desde a reunião que decidia da necessidade de publicação do documento, à sua escrita, passando pela discussão e/ou troca de opiniões sobre uma primeira proposta e posteriormente a própria produção, e que implicava escrever o documento à máquina e depois, a sua impressão (num tempo em que não existiam computadores nem fotocopiadoras). Nem todos os organismos associativos dispunham dos mesmos meios de produção de propaganda. Se, em Engenharia, por exemplo, desde relativamente cedo existiam máquinas de impressão offset, outras associações dispunham apenas de copiógrafos manuais, em que a reprodução era feita documento a documento. Num e noutro caso, a reprodução física do documento escrito demorava tempo, mas no caso dos copiógrafos manuais o tempo despendido era incomparavelmente superior. Mesmo a decisão de onde se produzir os documentos e de procurar os meios, em algumas situações, era um passo necessário. Por exemplo, no caso dos liceus, sem meios próprios, havia sempre um contacto a ser feito com o organismo que poderia imprimir os documentos.

A mesma análise deve ser feita na compreensão dos passos necessários para qualquer outro tipo de ação, como uma reunião geral de estudantes, um plenário geral da academia, uma concentração, etc. Para cada uma destas atividades, existia um trabalho de preparação, discussão do que fazer e como fazer, e um trabalho importante no contacto com outros para participarem nas mesmas.

Neste capítulo descrevem-se, caracterizam-se e analisam-se alguns acontecimentos ou linhas temáticas que marcaram este período. Esta é uma opção feita em virtude da relevância atribuída pelos ativistas a estes mesmos acontecimentos ou temas nas entrevistas; pela maior abundância de referências encontradas nos documentos escritos produzidos e, por último, como forma de dar visibilidade a acontecimentos históricos comumente desconhecidos por quem não os vivenciou, mas que ajudam a contextualizar, não só o que foi a ditadura em Portugal, mas também a luta constante de quem a combateu, neste caso no meio estudantil. Ainda que se tome esta opção, é importante esclarecer que a luta estudantil, no Porto e no país, não se constitui de eventos episódicos, descontínuos. Pelo contrário, a ação do movimento associativo estudantil e do movimento estudantil, em geral, nestes anos que se analisa (ainda que se suspeite que seja assim também em períodos anteriores), é uma ação continuada, constituída pelos grandes momentos de mobilização e por todos os momentos invisíveis, de trabalho constante e persistente. Uma perceção mais aproximada da dimensão do que se refere talvez seja possível no confronto com a cronologia do período em estudo, que se inclui em [apêndice](#) no final do trabalho.

Nem sempre é possível distinguir definitivamente entre lutas associativas, lutas no plano democrático e no plano partidário. Verifica-se uma coexistência dos três patamares em diferentes momentos e uma articulação contínua entre níveis de participação que, não obstante, se expressam de forma diferente e podem envolver pessoas diferentes. É o caso, por exemplo, de uma manifestação contra a Guerra do Vietname, que se desenvolve em fevereiro de 1968 e que, de acordo com os testemunhos recolhidos, é discutida e decidida pelo PCP, mas que envolve muitos outros estudantes que participam nas associações. Noutras situações, como, por exemplo, uma receção a Vinícius de Moraes, protagonizada por estudantes, também em 1968, o impulso é dado por estudantes envolvidos noutras organizações político partidárias, mas também participam estudantes comunistas. As ações contra a realização da Queima das Fitas, em 1971, sendo decididas pelo movimento associativo estudantil, são apoiadas pelo grupo Núcleos Sindicais, que publica um conjunto de comunicados a apelar ao boicote. E o mesmo se vai verificar em outras ações - as influências são múltiplas e simultâneas e nem sempre se pode situar o impulso inicial a partir de determinada estrutura, esteja ela no plano associativo estudantil ou no plano da

Oposição Democrática, no quadro da intervenção legal ou semilegal, ou no plano partidário, num quadro ilegal e clandestino.

4.1. Pela autonomia das Associações de Estudantes e a liberdade de organização estudantil

Uma das reivindicações fundamentais das associações de estudantes, que para além de estar sempre presente em publicações associativas e nos testemunhos dos ativistas à altura, dará mote a ações de contestação específicas, é a liberdade de organização associativa. A liberdade associativa refere-se à reivindicação da legalização formal das associações de estudantes e outras estruturas associativas estudantis, mas também diz respeito a todos os aspetos relativos a essa legalização formal. Desde logo, a reivindicação do direito de reunião e organização, mas também o direito dos estudantes a serem ouvidos relativamente à política educativa, o direito a participarem nos órgãos de gestão das escolas e Faculdades e nas decisões que os afetavam diretamente, o direito à liberdade de expressão, o direito de expressão nos meios de comunicação social, entre outros.

Estas reivindicações opunham-se diretamente aos aspetos mais repressivos da sociedade portuguesa de então. Ainda que relativamente a algumas questões específicas nem sempre se verificasse uma nomeação direta dos aspetos, eles estavam presentes na ação das associações de estudantes. É o caso, por exemplo, da luta contra a censura, que aparece denunciada, em muitas publicações, a propósito da não inclusão de informações emanadas pelas associações nos órgãos de comunicação social, ou a denuncia da ausência de um serviço informativo nesses mesmos órgãos sobre ações desenvolvidas pelo movimento associativo estudantil.

Noutros casos, as ações desenvolvidas são alvo de publicações estudantis em que se apresentam explicitamente, como ligadas aos direitos que se procuram alcançar. É o caso de diferentes comunicados que noticiam tentativas de impedimento de reuniões de estudantes, em instalações de escolas e faculdades, e a realização dessas mesmas reuniões sobre as quais se afirma que os estudantes garantem, na prática, o direito de reunião.

A luta pela legalização das associações, no caso do ensino superior, vai estar sempre ligada a um outro aspeto, o da defesa da autonomia da Universidade, face ao governo. É em torno da autonomia da Universidade que os estudantes e as suas associações vão procurar responsabilizar as autoridades académicas locais pela garantia da sua liberdade de ação e, em muitos casos, esta luta terá resultados positivos. É o caso, por exemplo, da atribuição de instalações à Associação de Estudantes de Medicina, em meados da década de 1960, ou a relativa liberdade de ação na Faculdade de Engenharia, onde existiram boas relações com o Diretor durante alguns períodos. Mas também é, em torno do princípio da autonomia da Universidade, que os estudantes denunciarão, noutros momentos, a chamada da polícia às faculdades pelas autoridades académicas.

4.1.1. Em defesa da Comissão de Sebentas no Instituto Industrial do Porto (IIP)

Em comunicado assinado pelas comissões organizadoras e instaladoras das AE'S de Ciências, Economia, Medicina, Belas-Artes, Engenharia, Letras e Liceus, é denunciada à comunidade académica, em janeiro de 1968, a atuação da Mocidade Portuguesa, que se procura apoderar da Comissão de Sebentas do IIP com a cumplicidade do diretor do Instituto. À denúncia da pressão exercida sobre a Comissão de Sebentas do IIP, juntam-se ainda associações de estudantes de Lisboa e o Conselho de Repúblicas de Coimbra¹²⁶.

A Comissão de Sebentas dos Alunos do Instituto Industrial do Porto (CSAIIP), havia sido criada no ano letivo de 1963-1964, com autorização e apoio do então diretor do Instituto, Engenheiro Lima Aires. Criada a partir da necessidade sentida, pelos estudantes, de produção de materiais pedagógicos e de estudo, rapidamente acabou por desenvolver atividades também culturais e de convívio. O apoio do então diretor manifestou-se, também, através da cedência de instalações para a atividade editorial, mas também para bar e papelaria. Ao longo dos anos foi realizando várias reuniões de alunos e elegendo os seus órgãos de direção. Foram ainda discutidos e aprovados regulamentos de ação.

¹²⁶ Idem.

Em carta enviada pela direção da CSAIIP ao Ministro da Educação Nacional, e subscrita por estudantes do Instituto, a 23 de janeiro de 1968, afirmava-se que a CSAIIP, no seu quinto ano de funcionamento, mobilizava 150 colaboradores, que se distribuíam por 13 secções. Entre estas, funcionava a secção Editorial, que assegurava sebentas para quase todas as matérias estudadas no Instituto; uma secção social, que apoiava financeiramente estudantes carenciados economicamente; uma secção de Teatro; uma secção desportiva, que de acordo com a carta, no ano letivo de 1966/1967, envolveu cerca de 500 estudantes em diferentes modalidades; uma secção de viagens de estudo, convívio e gestão do bar. A tudo isto juntava-se ainda a edição e publicação de uma revista técnica “Estrutura” que, de acordo com a CSAIIP, tinha o reconhecimento unânime de estudantes e professores do IIP¹²⁷.

Apesar da sua crescente atividade e da qualidade e necessidade da mesma, ou talvez exatamente por causa disso, no início do ano letivo de 1967-1968, a atividade da CSAIIP começa a ser obstaculizada. Logo nas matrículas, é solicitado aos estudantes o pagamento de um valor para “atividades circum-escolares”. Alguns estudantes supõem que este valor será transferido para a CSAIIP, mas tal não se verifica. Rapidamente se percebe que o valor solicitado é para subsidiar atividades da Mocidade Portuguesa. Também rapidamente é comunicado à direção da CSAIIP que, ao abrigo do decreto-lei 47311, de 12 de novembro de 1966, toda a atividade da estrutura deverá ser integrada na Mocidade Portuguesa. Ainda que se realizem eleições, apresentação de relatório de atividades e contas e tomada de posse da nova direção da CSAIIP, para o ano letivo de 1967-1968, para a qual é convidado e está presente o diretor do Instituto, rapidamente a nova direção é confrontada com a seguinte escolha: ou integra a estrutura da Mocidade Portuguesa, acatando a sua direção e decisões, ou todas as suas atividades serão interditas. Será a partir destes acontecimentos que, durante o ano de 1968, se organizarão diferentes ações de contestação e de defesa da Comissão de Sebentas do IIP. Estas ações envolverão a solidariedade e a denúncia da situação por associações de estudantes de faculdades da Universidade do Porto, mas também de Lisboa e Coimbra, como referido anteriormente. A 24 de abril, o diretor do IIP impede a realização de uma reunião geral de alunos e solicita a intervenção da polícia. Encerra as instalações da

¹²⁷ Arquivo particular de Sérgio Seca. Carta enviada ao Ministro da Educação Nacional pela CSAIIP a 23 de janeiro de 1968.

CSAIIP e suspende o presidente do conselho diretivo da associação, Horácio Guimarães, e o tesoureiro Afonso Martins. As instalações acabam por ser reabertas e assim se mantêm até ao final do ano letivo, por via das manifestações dos estudantes contra a decisão, mas os processos disciplinares e suspensão aos dois estudantes são mantidos.

Horácio Guimarães viria a ser preso, na manhã do dia 3 de agosto de 1968, pela PIDE. Foi sujeito a interrogatórios violentos e espancado durante os mesmos. Só viria a ser libertado dois meses depois¹²⁸.

A atividade da CSAIIP continuou e, no ano letivo de 1968-1969, os estudantes alugaram instalações fora do Instituto para o efeito. Ainda que não se tenha conseguido esclarecer que atividade se desenvolveu a partir de 1969, há um comunicado, de 1972, com referência a uma Comissão Pró-Associação dos alunos do Instituto Industrial do Porto e vários outros durante 1974. Pressupõe-se que a atividade no IIP tenha sofrido alguma desaceleração neste período, ainda que não se possa afirmar com certeza.

4.1.2. Os plenários de 1969

Mantendo ao longo destes anos alguma cooperação e trabalho conjunto, a 25 de novembro de 1968, estudantes das três academias aprovavam, em Coimbra, um documento com o objetivo de unificação das suas reivindicações.

A Declaração de Coimbra, como ficou conhecida, estabelecia nove pontos essenciais “como condição prévia da realização de uma verdadeira Reforma da Universidade e do Ensino”¹²⁹, relativos à autonomia e liberdade de organização dos estudantes e das suas associações:

1. Imediata demissão das comissões administrativas e eleições imediatas na Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências de Lisboa e na Associação de Coimbra;
2. Legalização de todas as comissões pró-associação e criação de condições para elas se constituírem onde ainda as não houver;

¹²⁸ Arquivo particular de Sérgio Seca. Carta ao Director do IIP enviada pela CSAIIP, de 23 de dezembro de 1968; Lemos, Mário (2009). Candidatos da Oposição Democrática à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973) Um Dicionário. Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da República.

¹²⁹ Informação Académica de 21 de fevereiro de 1969.

3. Revogação de toda a legislação anti-associativa e anti-estudantil;
4. Participação de estudantes democraticamente eleitos na gestão dos serviços criados pelo Governo;
5. Participação de estudantes democraticamente eleitos no governo da Universidade;
6. Intervenção das associações de estudantes na qualidade de únicos representantes dos estudantes, em todas as questões e instâncias em que se decida da vida e da reforma da Universidade e do ensino em geral;
7. Legalização de órgãos federativos e lançamento das bases de uma União Nacional dos Estudantes Portugueses;
8. Amnistia de todos os estudantes expulsos e presos e reintegração de todos os professores expulsos;
9. Direito à informação.

No início do ano de 1969 o primeiro ponto da Declaração já tinha sido ultrapassado, pois o governo tinha satisfeito as reivindicações, mas os outros oito pontos continuavam em aberto. O documento já tinha sido ratificado pelos estudantes em Lisboa e Coimbra, mas faltava o Porto, pelo que foi nesse sentido que as comissões pró-associação e os ativistas estudantis convocaram, para o dia 27 de fevereiro, um plenário estudantil no átrio da Faculdade de Ciências.

A polícia de choque intervém no plenário de 27 de fevereiro com violência. Os estudantes denunciam que a polícia se serviu largamente “do seu contundente e habitual argumento – o casse-tête”¹³⁰. Em comunicado, a 4 de março, a AE de Medicina denuncia a intervenção policial e aponta responsabilidades ao Reitor acusando-o de se ter tornado um “Reitor Polícia”¹³¹. À repressão, os estudantes responderam com um novo plenário, no dia seguinte, em que a participação aumentou consideravelmente, tendo sido anunciado pela CIAEFMP a presença, nesse momento, de 2000 estudantes¹³².

Os acontecimentos no Porto, em fevereiro, precedem a crise académica de 1969, em Coimbra, onde o célebre pedido de palavra de Alberto Martins, na sessão de

¹³⁰ Comunicado da Comissão Instaladora da AE da Faculdade de Medicina do Porto, 4 de março de 1969.

¹³¹ Idem.

¹³² Idem

inauguração do edifício das matemáticas, originou um longo período de repressão, prisões e greve aos exames.

A repressão aos plenários de fevereiro de 1969 vai contribuir para um ambiente de agitação geral, que se vai manifestar em cada faculdade de forma particular. A informação, sobre todas as ações desenvolvidas nas faculdades, é compilada em comunicado, assinado pelo Departamento de Informação dos Organismos Associativos. Em Engenharia e Belas-Artes, com a participação de professores, algumas aulas são transformadas em debate sobre a repressão. Em Engenharia, o diretor da faculdade participa nos debates. Na Faculdade de Medicina, participam na reunião, no bar, também médicos e assistentes. A Associação de Estudantes de Farmácia envia telegrama ao MEN de protesto perante a situação. Nas Faculdades de Ciências, Letras, Economia são realizadas reuniões de estudantes e marcadas outras para acompanhar a situação. Verificam-se tentativas de repressão dos estudantes no Instituto Industrial, onde o diretor procura impedir a distribuição de um comunicado, e também no Liceu D. Manuel II, que a polícia visita¹³³.

Recordo-me dos plenários, houve um plenário na Faculdade de Ciências com mil estudantes. O reitor chamou a polícia de choque, houve a ocupação pela polícia de choque da faculdade, houve diversas manifestações daí decorrentes. Houve um novo plenário com dois mil estudantes, em que foram aprovados os oito pontos da Declaração de Coimbra. Foram eleitos três elementos para a Comissão Nacional de Estudantes Portugueses e foi ratificado o luto académico que tinha sido, entretanto, decretado. Neste novo plenário há, depois, uma deslocação para a cantina universitária. Fazemos a ocupação da cantina com um convívio, canções de intervenção, que acompanhavam sempre a luta estudantil; foram presos dois estudantes e decidiu-se que não se desocupavam as instalações sem a sua libertação. Os estudantes foram depois libertados num contacto feito, creio que com um vice-reitor da universidade, uma pessoa muito simpática até. Depois chegamos até ir a casa dele ali na Rua 5 de Outubro - uma delegação para negociar várias questões. Os estudantes foram libertados, e no plenário foram decretadas greves que tiveram uma enorme participação – em Ciências

¹³³ Arquivo particular de António Dias. *A Academia do Porto reage à repressão policial e à indignidade da atitude do Reitor*. Comunicado do Departamento de Informação dos Organismos Associativos. Porto. 03.03.1969 [dactilografado].

e Farmácia atingimos 100% de paralisação, Engenharia quase os 100%, 95%, Economia também, Medicina 80%. Conseguem-se graus de paralisação muito elevados, há muitas reuniões gerais de faculdade, há comícios nas faculdades, no Instituto Industrial do Porto e nos Liceus. Foi quando fiz a primeira greve da minha vida; na primeira aula que tínhamos, em Ciências, e que teve uma adesão de 100%, foi desenho de máquinas com o Engenheiro Rica Gonçalves, da EFACEC. Era claramente uma figura democrática, mas nós não tínhamos essa noção. Estávamos todos nos estiradores, a aula ia começar, um silêncio total, e pensei ou a timidez me vence e sou uma fura greves, ou digo alguma coisa. Levantei-me e disse que tinha sido decretada, no plenário da Academia, uma greve geral e que nós devíamos fazer a greve. O Engenheiro Rica Gonçalves teve uma atitude muito interessante que foi dizer “Isso é um problema de estudantes, eu vou sair da sala, por mim estão completamente à vontade, decidam o que quiserem, por mim está tudo bem”. Toda a gente decidiu aderir à greve e informámo-lo “Vamos todos embora”. Foi esta a minha primeira greve.

(Helena Medina)

A violenta repressão policial ao plenário de 27 de fevereiro, causa profunda indignação no meio estudantil e faz com que muito mais estudantes se associem à luta pela liberdade e autonomia associativa, durante os primeiros meses de 1969. Aquilo que poderia ter sido um plenário estudantil pacífico transforma-se no rastilho para meses de intensa discussão sobre as restrições dos direitos cívicos e políticos.

4.2. Por melhores condições de ensino

O primeiro confronto dos estudantes ao iniciar a sua vida académica era com uma universidade sem relação com o exterior, desligada da investigação e dos avanços científicos e tecnológicos internacionais, desprovida de recursos materiais e desapossada dos seus melhores mestres¹³⁴, em que pontificava uma hierarquia

¹³⁴ A manutenção de um tal sistema muito deveu às medidas desde cedo tomadas pelo regime para garantir um corpo de funcionalismo público restrito e da mais estrita confiança do governo: em 1935 através da lei 1:901 e do decreto-lei 27003 (que viria a ficar conhecido como declaração anticomunista) o regime garantia que todos aqueles admitidos à função pública assinavam um documento a renunciar a atividades subversivas e a repudiar o comunismo. Quando a intimidação não bastava ou se os mecanismos estruturais que impediam o acesso a uma carreira na academia não funcionavam, o regime tratava de depurar o corpo docente o que se verificou, por exemplo, no Porto, com Abel Salazar, professor da Faculdade de Medicina ou Ruy Luís Gomes professor da Faculdade de Ciências (Rosas, 1999).

inflexível, onde apenas os quadros menos envolvidos social e politicamente podiam manter-se a trabalhar e progredir. O autoritarismo e inflexibilidade e a ausência de iniciativa e inovação pedagógica caracterizavam as relações institucionais na academia (Rosas, 1999). Esta realidade era profundamente sentida pelos estudantes do Porto, entre 1968-1974. As condições de ensino sofriam de diferentes insuficiências e isso criava um mal-estar permanente entre os estudantes.

Grande parte das ações de contestação desenvolvidas pelos estudantes, neste período, vão relacionar-se com questões pedagógicas. Uma das questões mais sentidas era a falta de materiais de estudo. Na Faculdade de Medicina foram realizadas diversas ações de contestação sobre o assunto. Os estudantes denunciavam a existência de disciplinas onde apenas havia um livro para 430 alunos e a total falta de cooperação de alguns professores para minimizar a situação, havendo mesmo quem gravasse as aulas, mas impedisse o acesso dos estudantes às gravações. Mas esta realidade atravessava também as outras faculdades e escolas, como retrata Manuela Silva, estudante de Letras.

(...) tínhamos encontros com os professores para reclamar e depois também isso era motivo para reprovar... pedíamos aos professores que nos dessem materiais de estudo. Não tínhamos sebatas, não tínhamos nada, tínhamos de tirar apontamentos a aula toda. Muitas aulas, na altura, cingiam-se a isso, os professores ditavam, nós escrevíamos e pronto.

(Manuela Silva)

Outra das questões mais prementes, alvo de centenas de comunicados, relacionavam-se com a avaliação. Os estudantes denunciavam o peso da avaliação sumativa, a partir do método de exame, e exigiam a diluição de conteúdos a avaliar por mais que um momento de avaliação. A questão da avaliação será uma questão transversal, um pouco por todas as escolas e faculdades, e impulsionará também a contestação por toda a universidade. Em Engenharia, a Reunião das Comissões de Curso manifesta-se contra a imposição de frequências eliminatórias, no curso de Mecânica¹³⁵,

¹³⁵ Arquivo particular de Sérgio Seca. Unidade pelo reforço do trabalho. Porto, 6 de junho de 1972 [dactilografado].

no ano letivo de 1971-1972, nas cadeiras de Desenho I e Química I, do 1.º ano, tendo-se realizado uma reunião de curso com a participação de uma centena de estudantes e contactos com os professores. Apesar dos estudantes conseguirem travar a imposição destas frequências na cadeira de Desenho I, mantém-se o problema em Química I e anuncia-se a eliminação da época de avaliação especial de outubro. Os estudantes respondem com a greve, realizam-se reuniões gerais de alunos com mais de 400 estudantes e dá-se um novo impulso na organização estudantil por turma. Ainda em 1972, o curso de Mecânica exige que a cadeira de Termodinâmica II funcione na Faculdade de Engenharia e não em Ciências como até aí¹³⁶, e vê esta sua reivindicação resolvida.

Na Faculdade de Economia, uma outra luta ocorre, em maio de 1972, relacionada com a cadeira de Propedêutica Comercial I, que os estudantes designam por PCI¹³⁷. Os estudantes exigem que as frequências não sejam eliminatórias, que possam ser dispensatórias com média de 10 valores, que as cotações sejam distribuídas homogeneamente pelos exercícios e que as frequências sejam compostas por pares de exercícios alternativos. Durante o segundo semestre de 1971-1972, os estudantes do 1.º ano de Economia estarão dedicados aos problemas de PCI, com encontros com os professores e greves à cadeira.

Em 1973, estudantes do 3.º ano do curso de Medicina escrevem ao Conselho Escolar sobre os métodos de avaliação¹³⁸. No documento escrito, começam por descrever como os estudantes são todos diferentes, designadamente no que diz respeito a fatores de “ordem sócio-económica, temperamental” e de níveis de conhecimento. Afirmam que o método mais utilizado para avaliação tem sido o exame oral e que este método implica uma “grande subjetividade” por parte de quem avalia e é influenciado pelo “estado psicológico do aluno”, que é “determinado pelo facto de se submeter a uma prova que, num reduzido espaço de tempo, irá decidir de todo um período de trabalho”. Propõem que, na cadeira de Parasitologia e Bacteriologia, os conteúdos sejam divididos em dois testes “com prova prática e interrogatório”, que

¹³⁶ Idem. Do 3.º ano de Mecânica à Faculdade. Porto, 31 de maio de 1972 [dactilografado]

¹³⁷ Idem. Foi aprovada em Rga de PC I a seguinte proposta. Porto, 19 de maio de 1972; Idem. Os profs de P.C.I fazem mais uma alteração. Porto, 26 de maio de 1972.

¹³⁸ Arquivo particular de António Dias. Do 3.º ano ao Conselho Escolar. Porto, 1973 [dactilografado].

permitam dispensar a realização de exame com pelo menos 9,5 valores de classificação em cada um. O comunicado ao Conselho Escolar dá-se depois dos estudantes terem procurado negociar com o professor responsável da cadeira e de este se ter recusado a procurar uma solução, em conjunto com os alunos, no sentido de “diminuir a sobrecarga de trabalho e tensão emocional na época de exames”. Esta situação tinha já originado uma greve às aulas práticas e teóricas da cadeira realizada em dezembro de 1972. A Associação de Estudantes de Ciências lançará, em 1973, um comunicado a denunciar as elevadas taxas de reprovação. Exemplifica com as cadeiras de Álgebra Linear e Geometria Analítica, com 76.7% de chumbos e Análise Matemática I, com 72.4% de chumbos¹³⁹.

A sobrelotação das faculdades era uma realidade profundamente sentida e com graves consequências, a nível da insuficiência de instalações, falta de professores, falta de materiais de estudo, serviços de apoio ao estudo, entre outras questões, e traduzia-se em dificuldades no sucesso escolar para a maioria dos estudantes.

Éramos muitos alunos e os espaços eram reduzidos. Havia aulas teóricas em que havia 120 cadeiras e havia 300 pessoas que não tinham lugar; umas estavam de pé, outras estavam sentadas no chão, era uma situação caricata. Tínhamos certas disciplinas, cujas aulas teóricas eram dadas no edifício central, e depois outras aulas eram dadas no edifício que era o nosso, no edifício das Taipas. Tinha de se andar para cima e para baixo. Era uma coisa que nos aborrecia um pouco. Depois, como tínhamos que nos deslocar para essas aulas no edifício central, por exemplo, aulas de Linguística ou de Introdução aos Estudos Linguísticos, quando lá chegávamos o anfiteatro já estava repleto dos alunos de Românicas e, portanto, os alunos de Germânicas não tinham onde se sentar - ou abandonavam a aula ou ficavam de pé. Por outro lado, havia alguns professores que tinham um ensino que deixava muito a desejar porque era um ensino muito... Enfim, nas aulas teóricas, ou teórico-práticas mesmo, era quase absolutamente expositivo e, em alguns casos, muito baseado na leitura de textos, de sebatas que, por assim dizer, os próprios professores traziam para as aulas e, portanto, as aulas, algumas, eram consideradas muito enfadonhas, difíceis de seguir, difíceis de nelas se tirarem

¹³⁹ Idem. Comunicado da Direcção de Ciências n.º2. Chumbos: porquê? 23.02.1973 [dactilografado]

apontamento, etc... Isso criou um mal-estar que muitos estudantes começaram a querer ver discutido.

(José António Gomes)

Também na Faculdade de Ciências se verificavam os mesmos problemas relatados por José António Gomes sobre a Faculdade de Letras.

Para Renato Soeiro, o confronto com a sobrelotação dos anfiteatros e ausência de lugar na sala foi o primeiro momento para uma ação de contestação individual.

Eu lembro-me na primeira aula de desenho, uma aula teórica de desenho, estava toda a gente no corredor à espera para entrar para o anfiteatro. Abriram as portas, entrámos, a sala encheu e ficou imensa gente em pé. E o professor disse: “As pessoas que estão em pé fazem o favor de sair, que eu não dou aulas com pessoas em pé”. E eles saíram. Eu, por acaso, estava sentado, tinha sido dos primeiros a chegar. Fiquei altamente incomodado com aquilo. Manda sair, a aula não seria repetida, as pessoas estavam em pé porque não cabiam e o professor não gostava de gente em pé, e manda sair? Ora bem, na segunda aula teórica de desenho resolvi ficar para trás, na fila do corredor, lá entrei e fui dos que ficaram em pé. E o professor faz a mesma cena “Os que estão em pé fazem favor de sair para eu dar a aula”. E eu não saí. “Faz favor de sair, quero começar a aula”. E eu disse “Senhor professor desculpe, eu estou inscrito nesta cadeira”. “Não interessa, eu não dou aulas com pessoas em pé”. “Acho que faz muito bem, devíamos ter uma sala em que nós pudéssemos estar todos sentados”. “Isso não interessa nada, faz favor de sair, quero começar a aula”. “Desculpe Senhor Professor, eu estou inscrito nesta cadeira, não vou sair”. Gerou-se ali uma tensão, toda a gente a olhar, o professor chama os contínuos para me porem fora à força. Os contínuos vieram à minha beira e eu disse assim, “Mas vocês querem agora andar aqui à pancada comigo?” Os contínuos ficaram um bocado à rasca. “Senhor Professor ele diz que não sai” e o professor diz “Ou sai o senhor ou saio eu” e eu disse “Faça favor”. E ele foi-se embora e não houve aula. Houve burburinho, alguma confusão, e toda a malta a dizer “Ó pá estás lixado, nunca mais vais fazer a cadeira de desenho”. Havia muita malta que ia para Coimbra, fazer o primeiro e segundo ano, porque se chumbava tanto aqui. Em Coimbra era mais fácil e depois voltavam. Disseram-me “Tens que ir para Coimbra,

aqui nunca mais te safas”. Depois veio logo gente mais ligada a coisas políticas a tentar recrutar-me “Temos aqui um ativista”.

(Renato Soeiro)

As questões suscitadas pelos estudantes, relacionadas com as condições do ensino e reivindicações pedagógicas, foram, no contexto da altura, muito mais do que pretextos para agitar e provocar um ambiente de permanente confronto com o regime. O cuidado colocado nas publicações estudantis sobre estas questões, as horas gastas nas discussões sobre melhores métodos pedagógicos e de avaliação, o investimento na procura de soluções e na apresentação sistemática de alternativas demonstradas nos comunicados, mostram a importância que estas dificuldades do quotidiano académico assumiam na ação estudantil. As questões relacionadas com as condições de ensino e reivindicações pedagógicas foram, de facto, um elemento central para o movimento estudantil e a sua ação, ainda que fossem encaradas pelas duas principais correntes político-partidárias com intervenção organizada no movimento associativo, de forma diferente. No caso da corrente *Unidade*, verifica-se um esforço para negociar com professores e direções académicas a resolução dos problemas pedagógicos, com vista à efetiva resolução do problema específico em causa, e uma gestão da contestação que procura mediar e manter níveis de conflito que permitam aos estudantes o sucesso nas diferentes cadeiras. No caso da corrente *Por um Ensino ao Serviço do Povo* há um esforço sistemático em avolumar o problema específico e elevar o conflito, por vezes até à total paralisação das atividades letivas. As práticas diferenciadas de ambas as correntes decorrem das diferenças que se verificam nas suas conceções sobre o movimento estudantil e a sua ação.

Os resultados e conquistas dos estudantes, neste período, vão de certa forma resultar dos impulsos e envolvimento de ambas as correntes, mas também do seu confronto. Assim, as formas de ação estudantil, as suas reivindicações e as suas vitórias, não serão a materialização do que defende uma ou outra corrente, mas resultado do confronto entre estas e dos equilíbrios e compromissos possíveis, a cada momento, a par do sentimento e vontade expressa dos estudantes sem filiação em nenhuma das correntes. Parece ser assim, por exemplo, no caso da luta contra as frequências eliminatórias dos estudantes de Ciências e Engenharia, em 1972, já descrita de forma

breve. À resposta do diretor, ainda que não de acordo com as reivindicações estudantis, os estudantes decidem levantar a greve às aulas, mantendo-a às frequências. A corrente *Unidade*¹⁴⁰ procurará, nos seus comunicados, alertar para a necessidade de cumprir as decisões coletivas e para a real participação de todos os estudantes no cumprimento das decisões coletivas.

O processo de luta contra as frequências eliminatórias ainda não terminou. Mas no decorrer da luta é necessário não cometermos os mesmos erros que se cometeram ou cair nos mesmos impasses. Um ensinamento tirámos e devemos tê-lo sempre presente: as opiniões e acções individuais não podem sobrepor-se a decisões colectivas. Podemos permitir que um ou dois meninos(as) comprometam uma decisão numa Reunião de Curso? De modo nenhum. Mas para assegurar isto têm de ser todos os estudantes do curso a impor na prática as suas decisões. Os elementos de um curso que decide fazer greve a uma frequência não devem ficar na cama a dormir mas vir à faculdade defender a decisão tomada na reunião de curso. Temos de estar vigilantes a qualquer manobra dos professores para nos dividir (paleio demagógico nas aulas, provocações, insinuações a tipos com pretensões a serem bons alunos, intimidações, ameaças, etc). Se em qualquer aula prática um aluno tenta mostrar que não pode fazer isto ou aquilo – ir ao quadro, fazer frequência, - porque há uma decisão da reunião de curso, ele tem de ser firmemente apoiado por todos os colegas. Temos de continuar firmes e unidos na nossa decisão. Não às frequências eliminatórias.

Já a corrente *Por um Ensino ao Serviço do Povo* criticará, no jornal *Movimento*, da direcção de Ciências¹⁴¹, a decisão de abandonar a greve às aulas e o tratamento do problema das frequências eliminatórias por si só, lançando duras acusações aos “reformistas” da *Unidade*.

Os reformistas, na análise da situação, achavam que a resposta do director não era resposta, embora de manhã tivessem aceitado levantar a greve face à resposta!???

¹⁴⁰ Arquivo particular de Sérgio Seca. 3.º Comunicado da Reunião das Comissões de Curso – *Unidade*. Porto. 15.05.1972 [dactilografado].

¹⁴¹ Arquivo particular de António Dias. *Movimento 3 - Por uma Universidade Popular - Associação de Ciências*. Porto. 05.1972 [dactilografado].

Levantaram também a voz contra as intervenções da RGA de sábado que focavam a necessidade de transformar o objecto da greve, no sentido de elevar aquela forma de luta “esperar resposta” e alargar o apoio de base à greve. Que maluquice, neste momento lutar contra todas as formas de selecção, contra o autoritarismo, etc... Quem pode pensar nisso?

Porque elevam as vozes estes senhores?

Não diremos nunca que é por ingenuidade, ou por inocência, mas por necessidade, por coerência.

Os reformistas dizem que sabem as coisas todas e que não as dizem num dado momento porque a massa dos estudantes não as pode entender. Claro que desde há muitos anos que nunca arranjaram um momento em que pudessem dizer as coisas. Que chatice!

Quer dizer: aos reformistas nunca interessará tocar na essência das coisas, eles pretendem transformar as coisas na sua aparência (renovação na superficialidade).

Falam da aparência das coisas separando-a da essência e actuam em consequência: contra a sombra!

Concretamente falam das frequências como um problema em si mesmo e pretendem transformá-las sem levar em conta a sua integração (o seu valor) no problema geral da selecção do ensino de classe. São platónicos e o mal é que pretendem levar a massa dos estudantes para o platonismo.

Entre o final da década de 1960 e a Revolução de Abril, os estudantes vão envolver-se em diferentes iniciativas reivindicativas relacionadas com os programas de cada disciplina, os materiais de estudo, os métodos de avaliação e a forma como o ensino é ministrado, mas também relacionadas com o exercício profissional e a relação do ensino com a sociedade.

A organização por delegações e comissões de curso¹⁴², e delegações de turma, constituídas por estudantes eleitos em cada ano e em cada turma, terá um papel determinante nestas ações reivindicativas. Ao longo deste período, estas delegações e comissões vão editar dezenas de comunicados, boletins e relatórios, que ilustram o sentir dos estudantes em relação ao curso e aos problemas com que são confrontados. Os ativistas mais politizados procuram articular o trabalho em cada turma com o trabalho em cada curso (ano), e também com o trabalho geral da associação, em

¹⁴² Neste período os estudantes referiam-se ao “curso” para designar o ano.

assembleias gerais de estudantes. Desdobram-se entre o esforço de envolvimento de mais colegas com a constituição de grupos de trabalho dedicados a assuntos específicos, o contacto com os professores, procurando ganhar legitimidade e reconhecimento para as comissões de curso, e o trabalho na associação, mais centrado na exigência de uma *Reforma Geral e Democrática do Ensino*, na luta contra a repressão e pela legalização da atividade associativa, nas questões gerais de gestão do aparelho técnico e impressão de sebetas, no apoio social aos estudantes e no desenvolvimento de iniciativas culturais.

O trabalho desenvolvido em torno de questões pedagógicas e organização do curso tem uma relação muito próxima com o trabalho em torno das questões gerais sobre a legalidade do movimento associativo, a reforma geral do ensino, a situação do país e o combate ao regime. Os ativistas e dirigentes associativos têm bem definida uma estratégia de envolvimento dos estudantes a partir dos problemas mais concretos ao nível das turmas e anos, que procura evoluir para um envolvimento no trabalho da associação e, em muitos casos, para o trabalho na oposição democrática ao regime e nas organizações clandestinas.

Na larga maioria dos documentos editados pelas comissões de curso e pelas associações é visível um esforço em articular os problemas pedagógicos com os problemas do país e o combate ao regime político. Procura-se que cada reivindicação e ação reivindicativa estudantil, ao nível das turmas e anos, tenha como desfecho a resolução dos problemas suscitados e, ao mesmo tempo, constitua um ataque, com real impacto, à ditadura e às suas estruturas e um momento de consciencialização social e política contra o regime. Cada resolução conseguida é apresentada como vitória geral dos estudantes e serve para alimentar outras iniciativas e mobilizar para outras ações.

Esta relação está patente, ainda que com diferenças, em ambas as correntes políticas que intervêm no movimento associativo.

Mas as diferenças entre ambas as correntes com intervenção organizada no movimento associativo não serão só de linguagem, mas também, como já referido, de práticas. A corrente *Unidade* tem uma intervenção que se pauta pela luta organizada por objetivos concretos e a curto prazo, e que valoriza cada pequena conquista estudantil, como parte da luta mais geral. No caso da corrente POP, o objetivo assumido nos programas de 1972-1973, de “entravar o funcionamento da universidade”, como instrumento na luta geral pela transformação da sociedade, vai verificar-se também na

condução das ações de contestação. Em diversas lutas pedagógicas, no período, vai verificar-se um esforço desta corrente em evoluir do objetivo específico para a contestação geral da universidade e a paralisação das atividades letivas, o que se vai traduzir, em alguns momentos, em discussões aguerridas entre os estudantes.

4.3. Por uma Reforma Geral e Democrática do Ensino

No período em estudo uma das reivindicações marcantes de setores significativos do movimento associativo estudantil será por uma *Reforma Geral e Democrática do Ensino*¹⁴³. Nem sempre nos documentos associativos será utilizada aquela formulação, às vezes utilizar-se-á apenas *Reforma do Ensino*, outras vezes *Reforma Democrática do Ensino*, entre outras formulações. Também a descrição das componentes da reforma do ensino, defendidas pelos estudantes, irá variar nos diferentes comunicados, programas eleitorais e textos de aprofundamento teórico. Não obstante, é possível apontar alguns dos elementos principais da reforma exigida pelos estudantes.

Como não poderia deixar de ser, uma das principais reivindicações relacionadas com a reforma do ensino prende-se, explicitamente, com o reconhecimento e legalização das associações de estudantes e restantes organismos representativos estudantis. Em torno do assunto, o movimento associativo vai reivindicar, consecutivamente, que toda a legislação que impede a atuação das associações seja revogada, assim como sejam garantidos o direito de reunião, de associação, de livre expressão e de informação.

Um dos outros aspetos centrais nas exigências de uma reforma do ensino, prende-se com a eliminação da seleção social no acesso a todos os graus de ensino e, também, em relação ao ensino superior.

Ainda no âmbito do conteúdo de uma reforma do ensino, os estudantes vão incluir, em diferentes documentos: a participação estudantil nos órgãos de gestão

¹⁴³ Arquivo particular de Sérgio Seca. Unidade Estudantil. Programa de candidatura às eleições para a CO AEFCP. Porto. 1967-1968.

universitários; a modernização do ensino e aumento do investimento; a modificação das relações entre o ensino e a sociedade¹⁴⁴.

Alguns destes aspetos vão ser aprofundados em diversos documentos emanados pelas associações e outros organismos, ao longo do período em estudo.

É possível, não obstante as diferenças de linguagem e práticas, consoante a corrente político partidária dominante nas listas associativas, e que veremos adiante, apresentar algumas linhas reivindicativas gerais dos estudantes em torno da transformação da educação. Nos diferentes programas, de listas candidatas às direções associativas, os estudantes vão definindo algumas das transformações necessárias e prioritárias na educação para a democratização do ensino que, em geral, passam pelo maior investimento em condições materiais e corpo de funcionários e docente; acesso por todas as classes aos mais elevados graus de ensino e aumento da escolaridade obrigatória; maior abertura do ensino ao exterior e aos problemas da sociedade; um ensino com maior vertente prática; a implementação de uma avaliação contínua e formativa; participação estudantil na gestão das escolas e faculdades; reconhecimento e legalização das AES.

No programa da lista A, da corrente *Unidade*, candidata à direção da associação de Ciências, no ano letivo de 1971-1972, os estudantes descrevem da seguinte forma, o problema educativo:

O objectivo fundamental e a longo prazo do Movimento Associativo (mas que ele, contudo, só poderá atingir com uma prévia democratização de todas as estruturas da Sociedade) é a democratização do ensino que também não será definida só pelos estudantes, mas de que podemos prever algumas características gerais:

- Abertura do ensino às mais amplas camadas populares não permitindo que as condições de acesso estejam dependentes das possibilidades económicas;
- Criação do ensino infantil e secundário obrigatórios e unificação deste último;
- Democratização de toda a organização, métodos e conteúdos de ensino;
- Modernização do ensino e conseqüente aumento de gastos com o ensino;
- Modificação das relações ensino-sociedade;

¹⁴⁴ Idem; Arquivo Particular de António Dias. Programa de candidatura CIAEFMP. Porto. 1967-1968

- Intervenção das AAE na qualidade de únicos representantes dos estudantes em todas as questões e instâncias onde se decida da vida e da reforma da Universidade e do ensino em geral;

- Direcção e gestão da Universidade pelos representantes dos estudantes e professores.

Programa de candidatura. Lista A Unidade AE Faculdade de Ciências 1971-1972

Já no programa da Lista *Por um Ensino ao Serviço do Povo*, no ano letivo seguinte, apresenta-se assim os principais objetivos do movimento estudantil:

1. A Universidade em Portugal, assim como todo o ensino, é um instrumento ao serviço dos interesses de classe da burguesia, ao serviço da sua exploração sobre amplas camadas do povo, sobre as classes trabalhadoras. Da Universidade portuguesa estão afastados os filhos do povo trabalhador, quer pela sua origem de classe, quer pelo tipo de ensino que nela é fornecido (pelo seu carácter contrário à realidade do mundo material). Este ensino de classe é antagónico com os interesses da classe trabalhadora, destinando-se a fornecer à burguesia os quadros técnicos e políticos de que ela necessita para manter a sua dominação.

A Universidade portuguesa é a universidade de classe da burguesia e o seu ensino está ao serviço da burguesia e dos seus interesses anti-democráticos e anti-populares.

2. O que é que significa lutar por um ensino ao serviço do povo?

Pode existir uma universidade e um ensino ao serviço do povo dentro de uma sociedade cujos fundamentos assentam na exploração do povo? Não. A universidade e o ensino que sirvam os trabalhadores, as amplas massas do povo, só podem existir numa sociedade nova, em que sejam as classes trabalhadoras a deter o poder político. Integrados nas fileiras do povo, os estudantes lutando por um ensino ao serviço do povo, têm também um papel na construção desta nova sociedade, muito embora não seja um papel determinante. Desmascarando, combatendo as manifestações concretas do ensino de classe burguês e entravando o funcionamento da universidade de classe, os estudantes podem evitar, em certa medida, que a universidade seja um instrumento dócil da exploração anti-popular e anti-democrática, e ao fazê-lo através da sua luta, permitirão a um sector sensível da sociedade, os estudantes, uma tomada de posição efectiva ao lado das classes trabalhadoras e das amplas massas do povo.

3. Lutar contra a universidade da burguesia significa lutar contra as manifestações concretas dessa universidade, que se destinam a assegurar a exploração de classe e que lesam os interesses dos estudantes.

Assim, a selecção de classe burguesa, o conteúdo de classe burguês do ensino, o autoritarismo, o isolamento dos estudantes, são manifestações concretas do carácter de classe burguês da universidade, que traduzem o seu carácter anti-popular e anti-democrático e que lesam os interesses dos estudantes.

Programa da Lista *Por Um Ensino ao Serviço do Povo* AE Faculdade de Ciências 1972-1973

Ambas as correntes coincidem na reivindicação contra a selecção no acesso à educação; pela necessidade de alteração dos métodos e conteúdos de ensino; na necessidade de ligação entre o ensino e a sociedade. E ambas referem, ainda que em termos substancialmente diferentes, que as transformações educativas estão dependentes de transformações profundas na sociedade, como um todo.

No final de janeiro de 1970, em quase todas as faculdades da Universidade do Porto, os diretores procurarão designar dois estudantes para uma Comissão Nacional da Reforma do Ensino, a solicitação do MEN. Ainda que com o mesmo objetivo, o processo de designação dos representantes estudantis terá contornos diferentes em cada faculdade, tendo apenas a urgência na designação em comum. O facto despertará intensas discussões entre os estudantes sobre a posição a tomar.

Na Faculdade de Economia, o diretor comunica apenas com o 4.º e 5.º ano do curso, procurando que os representantes eleitos sejam apenas destes anos. Na Faculdade de Ciências, o diretor nomeia, ele próprio, dois estudantes sem nenhum tipo de consulta geral ao corpo estudantil. Nas restantes faculdades, os diretores informam alguns estudantes da necessidade de designar os seus representantes, num prazo de 24 horas. São realizadas reuniões gerais de alunos em Farmácia, Letras, Medicina e Engenharia. Na Faculdade de Farmácia são eleitos dois estudantes, membros da Associação de Estudantes, decidindo-se que a sua participação fica condicionada, a todo o momento, às decisões tomadas em RGA. Na Faculdade de Letras, os estudantes decidem rejeitar a eleição, considerando não terem sido esclarecidos sobre o papel dos estudantes e as linhas mestras da reforma e não estar garantida a participação das

estruturas representativas estudantis, designadamente a Associação de Estudantes e Comissão Coordenadora das Comissões de Curso.

Em Medicina, elegem-se dois estudantes, decidindo-se que estes não têm poderes deliberativos e incumbindo-se os mesmos de saberem mais informação sobre o funcionamento da comissão e sobre a reforma.

Na Faculdade de Engenharia, os estudantes rejeitam eleger os dois representantes, considerando não estarem reunidas condições para a participação estudantil.

A 2 de fevereiro, o Departamento de Informação Associativo do Porto, publicará um comunicado noticiando o processo e analisando a resposta estudantil. Os estudantes acusam o governo de procurar, com a dita reforma, “adaptar a Universidade Portuguesa aos imperativos sócio-económicos de certo industrialismo” e fazer recuar a luta estudantil, “prometendo, manobrando” e “concedendo, na aparência, uma participação que resulta falsa”. Denuncia-se que uma verdadeira participação estudantil na reforma universitária não pode dar-se sem o reconhecimento, legalização e participação das estruturas representativas dos estudantes, as associações; que a designação de estudantes para uma comissão nacional, num prazo de 24 horas, sem qualquer informação sobre os objetivos da comissão e da reforma, não é compatível com a participação estudantil. No comunicado, os estudantes lembram ainda as reivindicações da Declaração de Coimbra, não satisfeitas, e especificam outras, designadamente a revogação dos decretos-lei 44632 e 47013 que impedem a livre associação estudantil e a revogação da alteração à lei do adiamento militar¹⁴⁵.

A Reforma do Ensino foi uma palavra de ordem e reivindicação marcante do movimento associativo estudantil, em todo o país. A reforma Veiga Simão, apresentada pelo próprio, a 6 de janeiro de 1971, a partir das linhas gerais de dois documentos – *Projecto do Sistema Escolar e Linhas Gerais da Reforma do Ensino Superior* (Stoer, 1983; Accornero, 2009), irá ser fortemente contestada pelos estudantes.

Nos textos programáticos falava-se em PARTICIPAÇÃO dos estudantes.

Permitimo-nos perguntar: ONDE? NOS CONSELHOS ESCOLARES E SENADO OU NAS

¹⁴⁵ Arquivo particular de António Dias. Reforma 1 – “participação” e PARTICIPAÇÃO. Porto. 02.02.1970 [dactilografado]

ESQUADRAS DA POLÍCIA E NAS CELAS DA PIDE-DGS? Prometeram-nos com um sorriso a primeira forma de participação, deram-nos de facto com pancada de perneira a segunda. Prometeram-nos a legalização das AA.EE (já fecharam a AAC legalizada e ameaçam fechar a Associação de Farmácia) mas dão-nos de facto “uns dias à sombra” se distribuímos ou fizermos comunicados. Pediram-nos discussão da Reforma; contudo, impedem as nossas reuniões.

Excerto de comunicado do Departamento de Informação dos Organismos
Associativos do Porto, 8 de março de 1971¹⁴⁶

4.4. Contra a repressão

A ação repressiva do regime acompanhará sempre o desenvolvimento do movimento associativo. Consubstancia-se no conjunto de obstáculos colocados dentro das escolas e faculdades à reunião e organização estudantil; na instauração de processos disciplinares, de suspensão e expulsão das escolas e faculdades; na intervenção da polícia em diferentes momentos para dispersar reuniões e protestos, dentro e fora das escolas e faculdades; na intervenção da PIDE, com chamadas para interrogatórios, prisões e torturas; nos julgamentos em tribunal por “crimes contra a segurança do Estado”; para além do ambiente de suspeição e perseguição desenvolvido, ao longo da ditadura, que se manifestava, por exemplo, no receio e cuidados conspirativos necessários para defesa face ao imenso rol de informadores, ao serviço da polícia política.

No presente subcapítulo descrevem-se, de forma mais pormenorizada, alguns processos e momentos repressivos vivenciados no Porto e a ação do movimento associativo em resposta a essas situações. Trata-se de acontecimentos e processos simbólicos da repressão vivenciada que não esgotam o tema. Outros elementos importantes estão presentes também em subcapítulos anteriores e posteriores a este.

4.4.1. A prisão de António Graça – 1966

¹⁴⁶ Idem. Da Reforma à Repressão. Porto. 08.03.1971 [dactilografado]

António Graça, ativista da constituição da CIAEFMP, em 1963, é preso a 5 de março de 1966 e assim se manterá até o dia 18 do mês de abril. É sujeito à tortura do sono durante 10 dias intercalados, o que o faz ter alucinações temporárias com fumos e interruptores de luz a caírem da parede. Os interrogatórios prolongam-se por várias horas, com os agentes da PIDE a revezarem-se. O objeto de interrogatório é a sua alegada militância no Partido Comunista Português e encontros com funcionários do partido, clandestinos.

Enquanto está preso gera-se na faculdade um movimento de solidariedade. A CIAEFMP procura envolver a Reitoria da Universidade do Porto e consegue que o reitor se comprometa a saber regularmente do estado de António Graça. Fazem-se contactos com professores e com o laboratório médico onde o estudante trabalhava, conseguindo garantir a preservação do posto de trabalho. Inicia-se uma campanha de recolha de bens (cigarros, revistas, livros e fruta) para entrega ao estudante, que nunca viriam a ser recebidos¹⁴⁷.

Primeiro, tortura do sono, estátua, porque às vezes não me deixavam sentar. De sexta para sábado. Sábado de manhã, disseram-me para ir para a cela. Eu vim para uma cela cá em baixo. Porque queriam que eu estivesse com bom especto para receber o meu pai. O meu pai tem uma atitude inicial um bocado oportunista, mas que depois reconheceu perfeitamente, porque ele disse-me: "Foi alguém que te meteu aqui, tu tens que te safar, tens de dizer quem é", isto em frente ao inspetor. E eu disse: "Olhe pai, para me dizer isto não volte cá mais". Marquei uma posição e ele percebeu que, de facto, estava a fazer uma coisa muito mal feita. Nas vezes seguintes nunca mais repetiu. A primeira visita é a um domingo e eu já não venho para o calabouço. Vou diretamente para a tal sala, no último piso, onde estou cinco dias e cinco noites, em tortura do sono, estátua, com PIDEs a revezarem-se de 4 em 4 horas, a provocarem-me, a tentarem que eu falasse, a dizerem que "ainda vamos tomar um café ao Orfeu", que eu parava um bocado no Orfeu, "ainda vamos tomar um café ao Orfeu se agora disser o que é que se passa e tal". Ao fim desse tempo, desses cinco dias, volto para o calabouço. Nova visita no domingo seguinte em que vai a minha irmã também. Eu consegui-lhe passar um papel, no contacto com ela consegui-lhe passar um papel, a dizer que estava tudo bem.

¹⁴⁷ Arquivo particular de António Dias. Folha Informativa n.º2 da Comissão Instaladora da Associação de Estudantes, Porto, março de 1966, [dactilografado].

E ela, entretanto, tinha sido contactada pela Virgínia Moura, e vai ter com a Virgínia Moura a dizer que estava tudo em ordem, que não havia problema. Eu já tinha muitas ligações do Partido. Porque eu fazia parte, digamos assim, da direcção do setor estudantil e intelectual. Com o Edgar Correia, com o Francisco Melo... Havia alguma expectativa sobre o meu comportamento na polícia. Consigo passar isso através da minha irmã. Estou cinco dias, dormi novamente de sexta para sábado e sábado para domingo. No domingo novamente a visita como te disse, e logo a seguir: tortura de sono. Estou mais quatro dias. Domingo para segunda, para terça, para quarta, para quinta. Nesse dia eu estava com os pés completamente inchados, sentei-me no chão, tirei os sapatos e disse: "daqui não saio!", "Aí eu vou chamar o senhor inspetor!". "Olhe, chame quem quiser". Chamaram o inspetor, e o inspetor fez-me um discurso do caraças, que eu estava desgraçado, que a minha mãe estava muito doente, que eu ia ser um desgraçado, que ia para a tropa como soldado raso, mas não fez nada. Foi-se embora e mandaram-me para o calabouço. Eu não saí dali, com os pés inchadíssimos. Entretanto tinha tido alucinações com uma coisa que eu via frequentemente, que era os interruptores da parede a cair pela parede abaixo [risos]. Fumos, que é uma coisa que está muito descrita, os fumos, uma pessoa ver fumo. A delirar assim temporariamente, começar a falar, adormecer e começar a falar, e os PIDEs, nessa altura, a tentarem sacar alguma coisa e uma pessoa acorda logo. De maneira que era uma coisa degradante, com um PIDE a acompanhar-me à casa de banho e a espreitar. A casa de banho donde se via o cemitério.

Apesar da dolorosa tortura a que é submetido, António Graça recorda melhor os momentos que o incentivaram a nunca assumir a sua militância comunista ou a denunciar os contactos que tinha. A percepção de António Graça é que a PIDE utiliza métodos pouco científicos, na sua atuação.

Eu tive a noção de que, apesar de tudo, a PIDE era muito frágil (...) não tinham métodos científicos. Eram um bocado brutos. Comigo fizeram, por exemplo, duas coisas que não se fazem, porque dão força a quem está numa situação daquelas. A primeira foi dizerem-me que eu me comportava como um gajo do Partido e mostrarem-me o livro *Se fores preso camarada* para me comprovarem que eu me comportava como estava escrito no livro. A segunda, foi quando me levaram para falar com um inspetor na sua sala. Era uma sala majestosa, com uma grande secretária, a fotografia do Salazar,

envelopes com a indicação «confidencial» na mesa... Depois do inspetor me traçar um quadro negro da minha família e da minha desgraça, diz assim: “você é um estudante homem, você não é nenhum Álvaro Cunhal, tem de falar! Eu sei que vocês têm a mania que são o Álvaro Cunhal, que não falava nem que lhe dessem um tiro, mas você não é o Álvaro Cunhal”. Isto é uma coisa que dá força, estes dois episódios deram-me uma força enorme.¹⁴⁸

Devido à sua prisão, António Graça perde o ano na faculdade. Recorda que, de todos os professores, apenas um se disponibilizou para o ajudar com aulas suplementares.

4.4.2. O caso do desastre de automóvel na Arrifana - 1967

Em março de 1967, no seguimento de um acidente de automóvel, são presos pela PIDE António Francisco Carrelhas Cachapuz e José Augusto Nozes Pires, estudantes de Letras, e José Garret Guimarães, estudante de Belas Artes. Em comunicado assinado pelas associações de Engenharia, Economia, Letras, Ciências, Belas-Artes, Medicina e Liceus, é denunciada a atuação da PIDE perante estes estudantes, com a recusa de visitas por parte da família e a possível submissão à tortura de “estátua” a António Cachapuz. Denuncia-se, ainda, a prisão de estudantes liceais, Carlos Nelson Amador, do Liceu D. Manuel II, António Pires, da Escola Industrial Infante D. Henrique e Maria Obdúlia Fernandes, do Liceu Rainha Santa Isabel¹⁴⁹.

O processo em torno das prisões, após o acidente de automóvel, assume contornos perversos. De acordo com o testemunho de José Augusto Nozes Pires, este havia sido convidado por António Cachapuz (estudante de Ciências e locutor de rádio), para ir passear a Lisboa. António Cachapuz iria a Lisboa em trabalho, com duas colegas¹⁵⁰. Na viagem, o carro despista-se em Santa Maria da Feira. O condutor, José

¹⁴⁸ António Graça, em entrevista.

¹⁴⁹ Arquivo particular de António Dias. Mais estudantes presos. Comunicado das direções associativas de Liceus, Ciências, Letras, Medicina, Belas-Artes, Economia e Engenharia. Porto, maio de 1967 [dactilografado].

¹⁵⁰ De acordo com o comunicado *Informação COAEFEP*, dactilografado, de abril de 1967, do arquivo da Direcção Regional do Porto do PCP/ DORP, o motivo da viagem era a participação no jantar de confraternização da Casa do Pessoal Rádio Clube Português.

Augusto Nozes Pires e uma das colegas Maria Fernanda Guimarães são salvos, mas a outra colega Maria Carlota Mergulhão (locutora de rádio), fica presa dentro do veículo, falecendo¹⁵¹. O carro era emprestado pelo estudante de Belas Artes, José Garret Guimarães, sucedendo daí o pretexto para a sua prisão para averiguações. A intervenção da PIDE no acontecimento prende-se com o material encontrado na mala do carro, vários exemplares do jornal clandestino Avante!. José Augusto Nozes Pires desconhecia que transportassem material clandestino. António Cachapuz, além do motivo profissional que o levava a Lisboa com as duas colegas, levava os jornais para entrega a algum contacto na capital. Apesar de Cachapuz ter assumido total responsabilidade pelo conteúdo encontrado no carro pela PIDE, e ter sido preso por esse motivo, Nozes Pires ver-se-ia também envolvido num processo escabroso movido pela PIDE, com interrogatórios constantes no próprio hospital, onde esteve a lutar entre a vida e a morte, e a sua posterior prisão, apesar de ainda se encontrar em recuperação e necessitar de assistência médica regular.

Entretanto a PIDE fez-me uma visita. Uma brigada de dois agentes, menos de duas semanas depois do acidente, ainda eu estava extremamente mal. Talvez uma semana e picos. E aproveitaram o momento, tinha que ser na altura das visitas, coincidiu com um numeroso grupo de colegas que estavam em redor da minha cama. Vi aqueles indivíduos entrar e nem pensei, nem imaginei, que pudessem ser agentes da PIDE, tal era ainda a minha inexperiência! E um deles, com ar meigo, falsamente claro, hipocritamente, e isto mostra bem o horror que aquela gente era, aproximou-se do meu ouvido e disse que me estimava as melhoras. E eu agradei muito comovido, porque julguei que eram duas pessoas que eu não conhecia, mas, por vezes, entravam ali pessoas a visitar-me de que eu não tinha, de imediato, o reconhecimento. Eram dois agentes da PIDE. Que vieram pouco tempo depois. Uma, duas semanas depois, para me interrogarem. Vieram com máquinas de escrever. Soube então que houve um confronto entre o diretor do serviço, que, por sinal, era monárquico, e era um indivíduo que não estava muito longe do regime, mas uma pessoa muito competente como médico. Mas aquilo para ele era tão indigno, que agentes policiais entrassem a interrogar um indivíduo que ainda não estava muito doente, e deu-se um confronto que as

¹⁵¹ Arquivo Direcção Regional do Porto do PCP/ DORP. Informação COAEFEP. Porto. 04.1967 [dactilografado].

enfermeiras me descreveram como estrondoso! Era um conflito de instituições e de prerrogativas! Até que a PIDE, segundo soube, conseguiu o seu intento porque cedeu um pouco em relação ao tempo que ia lá estar, às condições em que fazia o interrogatório. Fizeram o interrogatório dentro do quarto porque o serviço de ortopedia havia-me colocado num quarto. Estava apenas mais uma pessoa numa cama, não foi naquelas enfermarias muito grandes. Então perguntaram-me se eu tinha ido no carro tal, se conhecia o conteúdo de uma mala, e às minhas negativas não repetiram as perguntas, não disseram nada mais, não me acusaram. Entretanto, até ao segundo interrogatório, eu já tinha sabido o que estava a suceder fora do hospital. O condutor esteve detido várias semanas e responsabilizou-se pelo conteúdo do carro, ou seja, por uma mala que ia na bagageira, que estava repleta de panfletos, ou jornais «Avante!», nunca soube ao certo, e que se abriu na estrada com o choque. A tarefa do condutor, que eu desconhecia em absoluto, além do trabalho profissional que eles iam fazer a Lisboa, era transportar uma mala e entregá-la a alguém em Lisboa (até hoje desconheço os factos porque na época nada lhe perguntei). Ele afirmou na PIDE que era o único que conhecia os atos em si e responsabilizava-se por isso. Assim, nós, a jornalista sobrevivente e eu, ficámos desresponsabilizados desse ato. Quando a PIDE lá voltou ao hospital pela segunda vez eu já sabia do sucedido. Nessa altura, ainda o rapaz estava preso. Eu estive detido pela polícia quatro meses, sempre no hospital. O que a PIDE queria era construir o meu perfil: que eu fazia, de onde vinha, elementos para fazer o cadastro. Fiquei revoltado e ainda pensei gritar alto contra a presença daqueles terroristas! Depois não voltaram. Também devo narrar que continuei a preparar-me para os exames da Faculdade desse ano. Pedi para que os professores viessem fazer-me os exames no hospital, e eles reuniram-se em conselho da faculdade e, por maioria, decidiram que não me iam fazer os exames. Uma atitude fascista. Porque não tem outro nome. Eu não fiz os exames e reprovei. E eu estava bem preparado. Isto acho que são exemplos de como é que se vivia em Portugal sob a ditadura e como o nosso percurso, que podiam ser percursos singulares, percursos pessoais, mas, no fundo, acabávamos todos por ter o mesmo, porque éramos todos perseguidos pelas mesmas razões pela mesma polícia política.

(José Augusto Nozes Pires)

Irá gerar-se um esforço coletivo de apoio e solidariedade a Nozes Pires, os estudantes enviam cartas ao Reitor da Universidade, ao Diretor do Hospital São João e

ao Diretor da PIDE¹⁵², assinam todos os organismos associativos em funcionamento no Porto: CO de Ciências; Economia; Engenharia; CI de Medicina; CPAEELP e Associação de estudantes de Belas-Artes (em formação).

4.4.3. A repressão na Faculdade de Medicina – do encerramento da associação em 1971 ao disparo de tiros no Hospital S. João, em fevereiro de 1974

Na Faculdade de Medicina vão verificar-se múltiplas ações reivindicativas estudantis que se relacionam com as condições de ensino e as dificuldades sentidas pelos estudantes no dia-a-dia escolar. Ainda que esta tenha sido a única faculdade da Universidade do Porto a beneficiar de novas instalações, no período em estudo, passando das instalações junto à Praça dos Leões para a zona da Asprela, aquando da inauguração do novo Hospital Escolar do Porto, o Hospital S. João, na realidade essa transferência não resolveu totalmente as insuficiências pedagógicas e de condições materiais existentes. O número de estudantes desta faculdade, entre 1969 e 1974, vai variar sempre positivamente e em percentagem superior à variação do número de estudantes na Universidade do Porto e a nível nacional. A este elemento acresce que as condições de conclusão do curso e realização de estágio curricular (transformado em 1.º ano do Internato Geral, em 1969) foram sucessivamente alteradas entre 1969 e 1974, contribuindo para um ambiente de incertezas quanto à conclusão do curso. Para além destas questões, o curso de Medicina, no período em questão, era um curso excessivamente teórico e com diminuta prática clínica, o que se traduzia em dificuldades acrescidas no sucesso académico com que os estudantes, desde cedo, se confrontavam (Antunes, Medina & Caramelo, 2021).

O primeiro contacto meu e, penso em geral dos estudantes, era com os problemas mais imediatos que tinham a ver ou com material de estudo ou com métodos de avaliação e, depois, gradualmente, com as condições de estudo e de aprendizagem, porque o número de estudantes multiplicou, quase duplicou em cada ano. Eu penso que no meu ano entramos 300 ou 400 e depois no segundo éramos o dobro, o terceiro era o dobro e o quarto era o dobro, portanto, aquilo foi, imaginemos, 200, 400, 600, 800,

¹⁵² Arquivo particular de António Dias. Comunicado aos estudantes do Porto. Porto.05.04.1967 [dactilografado].

1000. Portanto, sempre com as mesmas instalações e isso criou um ambiente explosivo. Porque também os professores e assistentes não eram muito mais, eu penso que eram mais ou menos os mesmos. Havia falta de material de estudo, também havia muita contestação aos métodos de avaliação, portanto, como eu dizia o meu primeiro contacto com os problemas e penso que da maioria dos estudantes começa por ter a ver ou com falta de material de estudo ou com métodos de aprendizagem e de avaliação.

(Bernardo Vilas Boas)

Esta situação terá sido (aliada à constante ação associativa), a principal catalisadora para o ambiente vivenciado em Medicina, que será um ambiente muito marcado pela realização de diversas greves e protestos com grande dimensão, nas instalações da Faculdade. Verificar-se-ão greves com adesão de 100% a diferentes disciplinas e a momentos de avaliação, em 1969, 1970 e 1971 (Antunes, Medina & Caramelo, 2021).

As reuniões da associação e das comissões de curso vão ser constantes, assim como a imposição de negociação aos docentes sobre vários aspetos das cadeiras, desde materiais de estudo, à forma de condução das aulas até à avaliação.

As instalações da associação de estudantes são encerradas, a 20 de abril de 1971, depois da polícia ter invadido a faculdade e dispersado uma reunião geral de estudantes. A intervenção da polícia na Faculdade de Medicina passa a ser regular, a partir de 1971¹⁵³, assim como noutras faculdades.

A 17 de janeiro de 1973, é publicado o DL n.º 18/73, pelo Ministério da Educação Nacional onde pontua José Veiga Simão, que cria, nas instituições do ensino superior, a categoria de “vigilante”¹⁵⁴, no quadro do pessoal auxiliar dos estabelecimentos. A publicação da lei indicia o ambiente vivido nas escolas e faculdades. Na introdução, registam-se as dificuldades de as autoridades académicas manterem a “disciplina” nas instituições.

Tendo-se verificado que nem sempre a disciplina nos estabelecimentos de ensino superior é mantida em condições de assegurar o regular funcionamento dos

¹⁵³ Arquivo particular de António Dias. Comunicado da Direção da AEFMP. Porto, 22.04.1971 [dactilografado].

¹⁵⁴ Estes vigilantes ficariam conhecidos como “os gorilas” no movimento estudantil.

trabalhos escolares e a protecção devida a pessoas e bens, as autoridades académicas solicitaram ao Governo a criação de pessoal de vigilância, à semelhança do que se tem verificado em muitos países, para as coadjuvar na manutenção da disciplina académica nos estabelecimentos sob a sua direcção.

(DL 18/73 de 17 de janeiro de 1973)

Na lei estabelece-se a contratação imediata, após nomeação, em casos urgentes, e gratificações, para além do salário, para os “vigilantes” e determina-se que, além de “colaborar na manutenção da ordem e disciplina nos estabelecimentos de ensino”, os “vigilantes” devem registar e dar seguimento a “infrações disciplinares”.

Os vigilantes que presenciarem ou verificarem infracções disciplinares dentro das áreas de jurisdição dos estabelecimentos de ensino superior onde prestem serviço deverão levantar auto de notícia, o qual mencionará os factos que constituírem a infracção disciplinar, o dia, hora e local e as circunstâncias em que foi cometida, o nome e demais elementos de identificação dos arguidos e, se possível, com a indicação de pelo menos duas testemunhas que possam depor sobre esses factos e, havendo-os, os documentos que possam demonstrá-los.

(Art.º 3.º -1 do DL 18/73 de 17 de janeiro de 1973)

De acordo com os comunicados estudantis e os testemunhos recolhidos, a partir de 30 de abril de 1973, depois de uma nova intervenção policial na Faculdade de Medicina, a PSP manter-se-á “em regime de semi-permanência” nas instalações, e verificar-se-á a vigilância constante da PIDE e de um conjunto dos seus informadores. A direcção da Faculdade adota uma política de obstaculização constante à atividade associativa, “não facilitando a realização de nenhuma iniciativa e ordenando sistematicamente a retirada de propaganda estudantil” (Antunes, Medina & Caramelo, 2021: 217,218). No seguimento da intervenção de 30 de abril de 1973, é preso um estudante, três são convocados para interrogatório na PIDE¹⁵⁵, 19 estudantes são alvo de processos disciplinares e 10 são suspensos por 90 dias¹⁵⁶. No final de 1973, a polícia

¹⁵⁵ Arquivo particular de António Dias. Comunicado das delegações de curso 1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos. Porto, 02.05.1973 [dactilografado]

¹⁵⁶ Idem. A Polícia novamente em Medicina. Comunicado das AEs de Ciências, Engenharia, Letras e Liceus. Porto, 28.04.1973 [dactilografado]

encerra ainda as instalações do bar, onde os estudantes, com as instalações da associação encerradas, se reúnem e realizam outra atividade associativa¹⁵⁷.

A situação agrava-se e os estudantes iniciam uma greve geral contra a repressão, a 7 de dezembro. Uma RGA, a 13 de dezembro, é novamente impedida pela polícia e há novas prisões¹⁵⁸.

Em dezembro de 1973, a Faculdade está transformada “num verdadeiro quartel-general da polícia comandado pelo famigerado Capitão Braga” que persegue, espanca e prende estudantes. No dia 7 de fevereiro de 1974, e no seguimento das eleições para a associação, a polícia dispara uma rajada de tiros na faculdade e prende mais dois estudantes. Os estudantes reivindicam “O Hospital não é um Quartel. Polícia fora da Faculdade!”. O estado de sítio irá manter-se até ao 25 de Abril.

(Antunes, Medina & Caramelo, 2021: 219)

¹⁵⁷ Idem. Comunicado da Direção AEFMP. Porto, 12.1973 [dactilografado]

¹⁵⁸ Idem.

4.4.4. O assassinato do estudante Ribeiro Santos - 1972

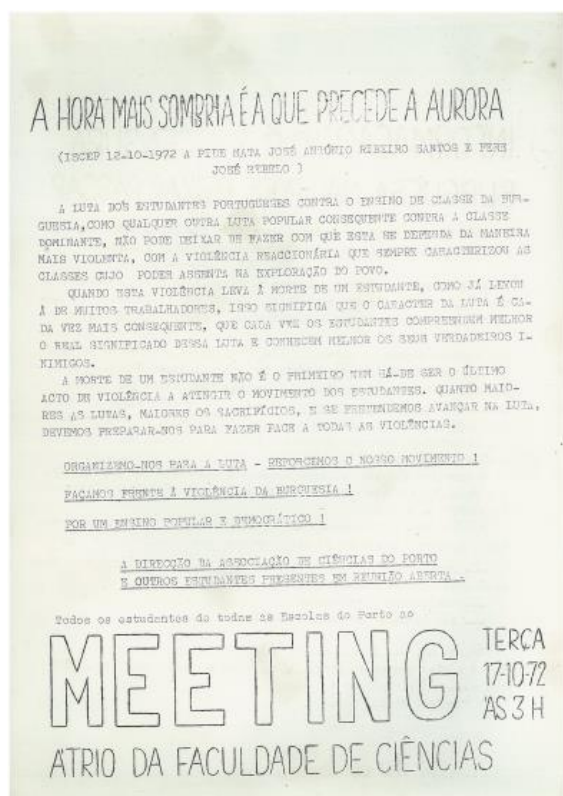
A 12 de outubro de 1972, a PIDE assassina a tiro, em Lisboa, o estudante Ribeiro Santos, ligado ao MRPP. O movimento estudantil responde, à morte de Ribeiro Santos com um movimento de indignação geral contra a violência da repressão. São emitidos dois comunicados, um assinado pelas Associações de Medicina, Engenharia e Liceus, um outro assinado pela Associação de Ciências. Ambos convocam um meeting para o dia 17 de outubro. O comunicado de Ciências provoca alguma controvérsia no seio dos estudantes ligados à corrente POP. Anuncia-se que «a aurora está próxima».

O assassinato do Ribeiro Santos foi uma bomba autêntica. Reunimos de emergência a nossa coordenação de todas as escolas. Reunimos no TUP e foi uma reunião bastante emotiva. Decidimos fazer um comunicado à população e a todos os estudantes. (...) Dactilografei o comunicado todo em maiúsculas para dar ênfase ao dramatismo da situação e o título desse comunicado que eu propus, e que era um bocado triunfalista é “A hora mais sombria é a que precede a aurora”. (...)

Eu propus isso porque eu gostava muito desse verso que é de um poema. Eu tinha uma gravação em fita do José Mário Branco em França, em francês, em que ele declamava esse poema. Estava emocionado com aquele momento. Deu uma grande discussão porque o Pacheco Pereira argumentou que isso não fazia sentido nenhum porque era triunfalismo, porque nós ainda podíamos ter longos anos de ditadura fascista, e estarmos a anunciar a aurora podia ser desmobilizador para as pessoas que tinham de ter uma luta prolongada sem desfalecer. Não estava esperada uma aurora próxima. Eu acho que ele tinha toda a razão, mas mantive a minha proposta porque gostei tanto da frase que não consegui retirar. Fomos a votos e a frase foi aprovada para título do comunicado de toda a academia, e saiu assim. Por acaso até era verdade, mas não tinha nenhuma razão científica para comprovar essa tese que estávamos ali a defender que a hora mais sombria é a que precede a aurora, mas pronto.

(Renato Soeiro)

Imagem 9. Comunicado A Hora mais sombria é a que precede a aurora



Fonte: Arquivo particular de António Dias. *A Horas mais sombria é a que precede a aurora.* Porto, 10.1972 [dactilografado].

No Porto, cinco dias após a morte do colega Ribeiro dos Santos, os estudantes saem à rua em manifestação, fazendo um percurso que vai do Carmo, passa pela Praça Carlos Alberto e percorre a Rua de Cedofeita. Em comunicado¹⁵⁹, as Associações de Medicina e Engenharia divulgam a participação de mais de 1500 estudantes na manifestação, convocada pelas associações de Medicina, Ciências, Engenharia e Liceus. Há unidade na ação, apesar das divulgações diferenciadas consoante as correntes maioritárias nas direções associativas. Nesse mesmo comunicado informa-se que, apesar de tentativas para impedir o protesto, o desfile estudantil realiza-se, ouvindo-se as palavras de ordem «assassinos», «abaixo a guerra colonial» e «fora a PIDE».

Teresa Medina, à altura estudante liceal, recorda-se bem da manifestação e do percurso realizado.

¹⁵⁹ Arquivo particular de António Dias, Comunicado da associação de estudantes de Medicina e de Engenharia. Porto, 18.10.1972 [dactilografado].

Lembro-me perfeitamente de ter participado na manifestação a propósito do assassinato do Ribeiro Santos. Lembro-me de ter estado no meeting da Faculdade de Ciências e do desfile que se fez até à Faculdade de Engenharia. Esse desfile conseguiu manter-se durante algum tempo e criou uma situação muito interessante. É que, na Rua de Cedofeita, havia uma esquadra da polícia. Nós fizemos o percurso dos Leões para a Rua dos Bragas, onde ficava Engenharia e o sentido do trânsito era ao contrário. A polícia vem em carrinhas e acaba por demorar a chegar a nós. Depois, a polícia aparece-nos pela frente e claro que houve uma grande carga policial, mas de fato houve uma presença muito tempo na rua, porque a própria situação criou dificuldades à polícia de chegar à nossa beira por causa da interrupção do trânsito que acabou por bloquear a polícia. E mesmo a deslocação a pé pela polícia não foi fácil porque como se deslocavam em corpo, não era simples passar no trânsito. Tiveram aqui alguma dificuldade. Essa foi uma manifestação muito importante, era muita gente, muitas centenas de pessoas.

(Teresa Medina)

Imagem 10. Tarjetas relativas ao assassinato de Ribeiro Santos e manifestação no Porto.



Fonte: Arquivo particular de António Dias.

4.4.5. Processos disciplinares, interrogatórios e prisões constantes – os anos de 1973 e 1974

Ao longo de todo o período em estudo, multiplicam-se as ações repressivas sobre os estudantes. A cada movimentação, mais ou menos participada, surgem chamadas à PIDE, interrogatórios, processos disciplinares. As direções das faculdades vão compactuando com a obstaculização à atividade associativa, ainda que, em alguns casos, com diferenças significativas. Se, em algumas faculdades, são as próprias direções a denunciar os estudantes à polícia política, noutras, como Engenharia, os diretores procuram proteger a faculdade, impedindo a polícia de entrar nas instalações ou procurando aparentar que sabem menos do que realmente sabem sobre o que se passa na instituição. Disso mesmo nos informa o testemunho de Emídio Ribeiro, estudante de Engenharia e à época um dos responsáveis da sua Editorial.

Deve ter sido em 1973. Depois da manifestação do 15 de abril de 1972. Havia aí já uma agitação grande... As coisas do 15 de abril foram feitas em Engenharia... Essa manifestação, mas já havia muita propaganda, muita coisa. A guerra colonial já tinha expressão grande, já havia propaganda que saía sobre a guerra, pequenas tarjetas que eram postas já um pouco por todo o lado. E, portanto, nesse contexto de grande atividade, a PIDE faz uma visita à faculdade, e o Diretor chamou-me, eu era o presidente da Editorial, chamou delicadamente, eu julgo que só para mostrar que ali não havia nada... Ele diz-me que os senhores da polícia vieram à Faculdade e afirmaram que só havia dois sítios onde a propaganda contra o governo era feita. Na Editorial de Engenharia e no Bispo do Porto... E eu respondi prontamente: “Na Editorial de Engenharia de certeza que não”, disse eu, “pode confiar à vontade, ali só são feitos materiais ou do movimento associativo ou apontamentos para os estudantes, isso é falso...” E ele responde-me “Pois, não esperava outra coisa e tal...”. Ora, os PIDES ainda lá estavam, mas a ouvir a conversa atrás de uma porta ao lado.

O Engenheiro Campos, Diretor na altura, era um tipo liberal, não era nenhum diretor assim apoiante do regime.... Não se manifestava, mas tinha esta postura e, portanto, acho que ele próprio facilitou as respostas todas, ali de forma a resolver logo o problema.

(Emídio Ribeiro)

A repressão faz-se de prisões e interrogatórios pela polícia, mas também por suspensões das escolas e faculdades, expulsões e incorporação compulsiva nas forças armadas. O regime utiliza todos os instrumentos ao seu dispor para manter a ordem nas escolas, mas nada parece resultar. A cada nova expulsão ou prisão, a cada novo ataque, os estudantes respondem ainda com mais vigor e mais mobilização.

O ano de 1973 vai iniciar-se logo com buscas às casas de Viriato Pina Moura e Cecília Costa (estudantes de Economia), a 5 e 6 de fevereiro¹⁶⁰. Viriato Pina Moura viria a passar a noite na delegação da PIDE e seria solto no dia seguinte. A ficha de prisão de Viriato acusa-o de atividades contra a segurança do Estado. As direções associativas denunciam que a acusação, falsa, foi por ter participado na distribuição de um comunicado, mas sem descrever o documento em questão. Neste comunicado lança-se o repto para a estratégia que viria a ser utilizada pela massa estudantil, durante todo o ano de 1973. Trata-se de, a cada prisão ou chamada à PIDE, denunciar publicamente com o objetivo de, pela divulgação, proteger os estudantes perseguidos de ações mais violentas às mãos da polícia política.

Porque é que a PIDE, contra os seus métodos habituais, libertou tão prontamente o nosso colega, e se limitou a fazer um interrogatório à Cecília?

(...) porque todas as ações desenvolvidas quer no plano informativo, quer de mobilização para a sessão de apoio impediram que a Pide ficasse com as mãos livres para não só prolongar o período de detenção, como também para utilizar os seus métodos habituais de “investigação” (tortura do sono, estátua, espancamentos, etc. como sempre o tem feito e que mais recentemente utilizou contra numerosos dirigentes associativos de Lisboa, como por exemplo Joaquim Judas, da direção de Medicina que foi submetido a mais de 10 dias de tortura do sono.

Como a repressão sobre o Movimento Associativo é uma constante da política governamental, é fundamental termos presente a importância que têm ações deste tipo, na medida em que constituem um travão à aplicação de tal política.

Comunicado das Direções Associativas de Engenharia, Liceus, Ciências e Letras.

Viriato Pina Moura foi solto mediante caução. Porto.02.1973 [dactilografado].

¹⁶⁰ Arquivo particular de Sérgio Seca. *Viriato Pina Moura foi solto mediante caução.* Porto.02.1973 [dactilografado].

Quase de imediato aos acontecimentos de fevereiro, Teresa Medina, estudante liceal é suspensa do Liceu António Nobre. A estudante frequentava o Liceu Carolina Michaelis até 1972, mas havia sido impedida de se matricular, devido à atividade associativa desenvolvida. No Liceu António Nobre, recentemente inaugurado (1972), ao contrário de outros, vigorava o sistema de coeducação. Este era um Liceu anunciado como liceu «modelo» e inaugurado com toda a pompa e circunstância. O seu reitor, Abílio da Fonseca, havia sido delegado da Mocidade Portuguesa Norte e era, à altura das suas funções no António Nobre, Vice-presidente da Comissão Concelhia da Ação Nacional Popular¹⁶¹. No António Nobre, era coadjuvado, no controle apertado sobre os estudantes, pelo contínuo Pires, informador da PIDE e figura bem conhecida dos estudantes liceais do Porto.

O meu pai tinha sido professor no D. Manuel II, era na altura o metodólogo da parte das ciências, e as ciências tinham um museu e um laboratório. Quem dava apoio a tudo isto, na altura era este Pires que era um senhor com uma vida muito complicada numa série de aspetos. Vivia com muitas dificuldades e o meu pai ia ajudando, até financeiramente, mesmo. Um belo dia este Pires vem ter com o meu pai e pede-lhe para ele nunca mais ter à beira dele nenhuma conversa de natureza minimamente política, porque dadas as dificuldades económicas dele, tinha entrado para informador da PIDE. Ele fez questão de informar o meu pai que entrou para informador da PIDE. Nós em minha casa sabíamos que o Pires era informador da PIDE.

E quando eu chego ao António Nobre tenho, à entrada, o Pires, que passa a ser uma figura permanente ao meu lado enquanto eu estou no liceu. Entre outubro e março, tenho o Pires sempre à perna; quando chego ao liceu, o Pires está à minha espera, o Pires vai atrás de mim até à sala, quando eu tenho aulas, quando toca, no intervalo, o Pires está à porta e por onde eu me desloco o Pires vem atrás.

(Teresa Medina)

A vigilância era de tal forma intensa que o contínuo permitia-se vasculhar o material da estudante dentro da sala de aulas, quando esta estava nos intervalos.

¹⁶¹ Arquivo particular de António Dias. *Aos estudantes do António Nobre*. Porto. 15.03.1973 [dactilografado]

Um belo dia, um grupo de trotskistas distribuiu à porta do liceu uns documentos sobre a liberdade sexual. Eu não me identificava nada com aquilo, não fazia parte daquele grupo, mas fiquei com um documento e guardei-o dentro de um caderno que meti por baixo da secretária. Quando me lembrei que me tinha esquecido do caderno, e voltei à sala para o ir buscar, já estava o Pires com o caderno na mão, já tinha tirado esse documento. Passados uns dias, é preciso levar para o liceu comunicados das associações de estudantes, e há uma conversa sobre quem leva e quem não leva e eu lembro-me perfeitamente de ter dito “eu não devo levar porque o Pires vai dar conta que a minha pasta vai mais cheia que o costume”. Eu tinha de facto este “privilégio” de ter alguém que me protegia as costas em permanência. É preciso perceber que eu tinha 15 anos, à altura. Lá houve alguém que atirou “epá, estás é com cagufes” e eu “não estou nada, eu levo”. Estúpida, não é, não devia ter levado... porque, a verdade, é que o Pires deu mesmo conta.

(Teresa Medina)

É no seguimento da apreensão desses comunicados da Associação dos estudantes liceais que Teresa Medina será expulsa do Liceu António Nobre. À expulsão, segue-se a chamada à PIDE, que implicou a procura de um advogado, e que a irmã de Teresa Medina se livrasse dos documentos, alguns clandestinos, o que originou alguns episódios insólitos.

Primeiro recebemos a convocatória da PIDE. A minha irmã Helena já não estava em casa, nesta altura, já tinha passado para a clandestinidade, mas a nossa casa era um centro de atividade. Eu participava no movimento estudantil, as minhas irmãs Graça e Leonor também. Havia ligações ao movimento associativo, à UEC e na nossa casa havia imensos papéis. Ora, o que era normal era a PIDE fazer revista à casa, em geral fazia revistas no momento da prisão; no meu caso era um bocado diferente, também por causa da idade. Mas a preocupação era muita, inclusive que a revista se fizesse durante o interrogatório. Acabamos, eu e a minha irmã mais velha, por fazer três viagens, com a mala do carro cheia de coisas, entre o Porto e o Furadouro para levar tudo para uma casa da família que havia lá. Do ponto de vista de segurança estas viagens foram absolutamente rocambolescas, ainda por cima, com a casa quase sempre vigiada. E a

certa altura, a minha irmã vai-me levar ao interrogatório e fica à minha espera, à porta da PIDE, ainda com a mala cheia de papéis.

(Teresa Medina)

O advogado que acompanhou Teresa Medina no interrogatório foi Raul de Castro e definiu a estratégia a adotar. Às perguntas da PIDE, essencialmente sobre a origem dos comunicados e os seus autores, a estudante deveria responder de forma evasiva com respostas tipo, tais como «não me lembro» ou «não sei bem».

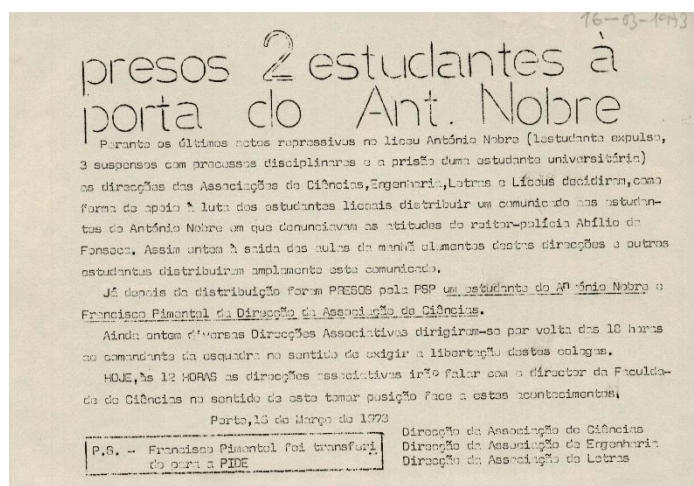
À expulsão de Teresa Medina, segue-se um movimento de solidariedade, com expressão, um pouco por todas as escolas e faculdades. São emitidos comunicados do movimento associativo a denunciar a situação e a exigir a reintegração da estudante.

Há reuniões e concentrações no Liceu António Nobre e no Alexandre Herculano, onde se aprovam moções a exigir a reintegração da colega. No dia 9 de março, 70 estudantes concentram-se à porta do António Nobre para exigir ao reitor Abílio da Fonseca a anulação da expulsão. Este recusa-se a receber os estudantes, manda os contínuos avançarem e acaba obrigado a fechar os portões¹⁶².

A 15 de março, estudantes distribuem, à porta do António Nobre, um comunicado das direções associativas de Ciências, Engenharia, Letras e Liceus, de denúncia da atuação do reitor Abílio Fonseca. Logo após a distribuição, são presos dois estudantes. Um deles é Francisco Pimentel, da direção da associação de Ciências, que é transferido para a PIDE.

¹⁶² Arquivo particular de Sérgio Seca. Concentração contra a expulsão da Teresa Medina. Porto. 10.03.1973 [dactilografado].

Imagem 11. Comunicado das direções das AEs de Ciências, Engenharia e Letras



Fonte: Arquivo particular de Sérgio Seca. Presos 2 estudantes à porta do Ant. Nobre. Porto. 16.03.1973 [dactilografado]

Entregue pela PSP do Porto à PIDE, Francisco Pimentel ficaria preso durante 12 dias, entre 15 e 27 de março¹⁶³, período durante o qual se geraria novo movimento de solidariedade, desta vez para com este estudante, e pela exigência da sua libertação¹⁶⁴. Para além da prisão de Francisco Pimentel, as direções associativas denunciam as chamadas para interrogatório dos estudantes Clementino Mesquita, Edgar Seca, Regina Alves e Lucília Pena (estudantes de Ciências), e Mário Freitas (estudante de Medicina)¹⁶⁵. É realizado um meeting a 22 de março, convocado pela direcção associativa de Ciências e apoiado pelas direções de Liceus, Letras e Engenharia¹⁶⁶, junto à Faculdade de Ciências, para exigir o fim das chamadas à PIDE e a libertação de Francisco Pimentel. Juntam-se 700 estudantes na reunião, onde se ouvem as palavras de ordem «fora a PIDE», «abaixo a guerra colonial», «fim das torturas», «fora os vigilantes» e «não ao fascismo»¹⁶⁷.

¹⁶³ ANTT - PIDE, Serviços Centrais, Registo Geral de Presos, liv. 145, registo n.º 28965, documento PT/TT/PIDE/E/010/145/28965

¹⁶⁴ Arquivo particular de Sérgio Seca. Continua detido na PIDE o nosso colega Francisco Pimentel. Porto. 17.03.1973

¹⁶⁵ Idem. Continuam as chamadas à PIDE. Porto. 22.03.1973 [dactilografado].

¹⁶⁶ Idem.

¹⁶⁷ Arquivo particular de Teresa Medina. Ao apela das A.E. 700 estudantes no meeting! Porto. 23.03.1973 [dactilografado].

O estudante de Medicina Sérgio Vinagre é preso a 30 de abril de 1973. Em dezembro do mesmo ano são presos os estudantes Isabel Seabra (presidente da AEFMP) e Arnaldo Araújo.

No início de 1974, pelo menos 40 estudantes do Porto estavam suspensos das escolas e faculdades¹⁶⁸. Na Faculdade de Letras, a 29 de janeiro de 1974, as eleições para a Associação de Estudantes são impedidas e a polícia invade a faculdade e prende vários estudantes. Logo a 1 de fevereiro, a direção da faculdade afixa uma listagem de 13 estudantes suspensos, pelo Conselho Escolar, por 90 dias¹⁶⁹. Na Faculdade de Medicina, a situação repete-se, com a intervenção policial a 7 de fevereiro e suspensão de estudantes. São presos os estudantes Manuela Praça, João Louro, Bernardo Vilas Boas e Fátima Mesquita.

Para os processos disciplinares são mobilizados os Decretos-Lei 21160, de 1 de abril de 1932, 44 357, de 21 de maio 1962 e 27/71, de 5 de fevereiro de 1971. No Decreto-lei 21 160, por exemplo, é explícita a necessidade de ouvir o estudante arguido antes da aplicação de penas, mas nada disso se verifica. As expulsões são rápidas e muitas vezes arbitrárias e sem relação com os acontecimentos mobilizados na justificação dos processos. Importa impedir que os estudantes mais ativos estejam nas escolas e faculdades e, por isso, os processos são acelerados e desorganizados.

A 13 de fevereiro, as associações de Ciências, Engenharia, Letras, Liceus e Medicina lançam um comunicado à população¹⁷⁰. Nele denunciam “uma violenta repressão” lançada em todas as escolas pelo “governo de Marcelo Caetano e as autoridades académicas”. Denunciam a ocupação pela polícia do Hospital S. João, há mais de dois meses. Denunciam ainda a invasão da Faculdade de Letras também pela polícia e a fiscalização das entradas e saídas no Liceu Garcia da Orta, pela polícia.

¹⁶⁸ Arquivo particular de Bernardo Vilas Boas. Reforçar a organização! Alargar a acção de massas! Avante contra a ocupação policial das escolas! Comunicado da organização do Porto da UEC, 12 de fevereiro de 1974 [dactilografado].

¹⁶⁹ Arquivo particular de Fernanda Costa. Defesa das arguidas no processo 3/974 na Universidade do Porto. Março de 1974 [dactilografado].

¹⁷⁰ Arquivo particular de António Dias. À população. Comunicado das AES de Ciências, Engenharia, Letras, Liceus e Medicina. Porto, 13 de fevereiro de 1974 [dactilografado].

O que se passa neste momento no Porto

Há mais de 2 meses que a polícia ocupa o Hospital de S. João. Comandada pelo famigerado capitão Braga, a PSP impede a realização de qualquer reunião ou convívio, tenta impedir a afixação de cartazes e a distribuição de comunicados.

Prendeu já vários estudantes alguns dos quais ficaram retidos durante alguns dias nas masmorras da PIDE.

O terror e a provocação policial com o total apoio das autoridades escolares (nomeadamente o director Álvaro Rodrigues) e hospitalares, não respeita sequer os doentes e as visitas.

A polícia invadiu já as enfermarias, ameaçou espancar as visitas e, na passada quinta-feira (dia 7) chegou mesmo a abrir fogo. Um dos tiros partiu um vidro da Escola de Enfermagem situada a mais de uma centena de metros, pondo em perigo a vida de quem trabalha no Hospital.

Também em Letras a polícia invadiu já várias vezes a Faculdade, prendeu e identificou estudantes, impedindo a realização de eleições naquela faculdade para a direcção da Associação.

Todos os estudantes que são presos e ainda muitos outros são arbitrariamente suspensos das aulas, impedidos de entrar na Faculdade, o que para muitos corresponde a chumbar de ano e ser mandado para a guerra.

No Liceu Garcia da Orta foram também suspensos vários estudantes e a polícia durante vários dias controlou as entradas no Liceu.

Comunicado das AES de Ciências, Engenharia, Letras, Liceus e Medicina. Porto, 13 de fevereiro de 1974

4.5. Outras lutas e momentos simbólicos

4.5.1. Contra a guerra do Vietname - os estudantes impedem o embaixador americano de visitar a Universidade

Em 1968, a reacção estudantil à visita do embaixador americano à Universidade do Porto, ou a recepção a Vinícius de Moraes, em Leça da Palmeira, ilustram o arrojo crescente e, ao mesmo tempo, alguma espontaneidade do movimento.

Alguns autores¹⁷¹ têm situado a primeira manifestação estudantil contra a guerra do Vietname, no dia 21 de fevereiro, em Lisboa, caracterizando-a como um evento catalisador para a criação da Esquerda Democrática Estudantil - EDE, que viria a ligar-se ao Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado – MRPP. Giulia Strippoli vai mais longe ao afirmar que “a manifestação organizada pelos Comitês Vietname em Lisboa (fevereiro de 1968) foi o primeiro sinal da existência de posições anticolonialistas entre os estudantes” (2013:236). No entanto, as movimentações estudantis contra a guerra do Vietname, entendidas como uma forma de chamar a atenção e denunciar a guerra colonial, iniciaram-se, no Porto, a 17 de janeiro, com o aval e impulso do PCP, como o comprovam os diversos artigos publicados no jornal Avante! (Avante, 387, janeiro de 1968, p.5; 385, novembro de 1967, p.5; 381, agosto de 1967, p.1) que incitam ao repúdio pela ação dos Estados Unidos no Vietname, mas também os testemunhos de ativistas que participaram na sua preparação e realização.

A 17 de janeiro, o embaixador americano em Portugal tinha uma visita agendada à universidade, às 11 horas da manhã, que acabou por ser cancelada. Às 11 horas os estudantes estavam concentrados no átrio da Faculdade de Ciências empunhando cartazes que diziam “americanos vão para casa” e “terminai a guerra”. O reitor encerra os portões deixando os estudantes confinados ao átrio, mas as palavras de ordem “Vietname aos vietnamitas” e “paz no Vietname” eram repetidas por outros estudantes que se concentravam na Praça dos Leões. Também a sessão de homenagem ao embaixador, prevista para o mesmo dia, no cinema Rivoli, acaba por não se realizar. Mais uma vez, os estudantes reagrupados após a repressão policial, concentraram-se frente ao cinema. O acontecimento foi noticiado na primeira página do órgão central do Partido Comunista Português, o jornal Avante n.º 388, de fevereiro de 1968, que encerrou a notícia com um apelo a novas ações: “Que o exemplo dos estudantes do Porto, a sua coragem, unidade e decisão, os seus elevados sentimentos de solidariedade, para com o povo do Vietnam frutifiquem em novas e mais amplas ações.” (Avante!, 388, fevereiro de 1968, p.1).

¹⁷¹ Ver Accornero, (2009); Cardina, (2011); Strippoli (2013).

Foi uma decisão dos organismos estudantis do PCP. Havia uma orientação geral do PCP, havia contactos com a Direção, naturalmente espaçados devido às condições de clandestinidade, e havia uma grande margem de iniciativa das organizações dentro do quadro de orientação geral. O Edgar Correia era na altura um dos responsáveis do movimento estudantil do Porto e das organizações do partido. Foi esse conjunto de camaradas que avançou com a questão da manifestação. Esta realidade não exclui que outros grupos políticos com atividade na academia tenham partilhado os mesmos objetivos e convergido na ação. (...)

Há um grande plenário em Ciências, era onde se passavam as coisas fundamentais, naquele grande átrio. Quem dirigia os plenários subia uns degraus da escadaria (quem entra do lado direito). Veio a polícia de choque, fecharam a Universidade, houve uma grande manifestação, manifestámo-nos na rua, tivemos a solidariedade das pessoas e, depois, houve ainda uma concentração junto ao Rivoli. Nem o embaixador entrou na Universidade, nem se realizou a sessão no Rivoli.

(Helena Medina)

4.5.2. Vinícius canta conosco nas docas

Uma outra ação estudantil insólita viria a acontecer nesse ano, no Porto, com eco na imprensa estrangeira, pela voz de um dos seus protagonistas. Vinícius de Moraes visita o país no final de 1968. Será neste período que será gravado o célebre disco Vinícius/Amália, fruto de pelo menos dois encontros em casa de Amália Rodrigues, onde se encontram, além dos dois, Natália Correia, Ary dos Santos, David Mourão Ferreira, entre outros notáveis. No Porto, os estudantes ficam a saber da realização de um espetáculo de Vinícius numa boíte em Leça da Palmeira e decidem interpelar o poeta, pretendendo impedi-lo de atuar num «antro de burguesia» e levá-lo com eles para cantar na doca de Matosinhos (Paiva, 2006;¹⁷²). A missão falha, mas Vinícius há-de recordar os estudantes do Porto, um ano mais tarde, em artigo no Jornal do Brasil: “Obrigado, Porto, onde teus estudantes quiseram não me deixar trabalhar em boate,

¹⁷² Vasco Paiva em entrevista.

porque não sabem ainda que a poesia e a canção têm de estar em toda a parte (mas obrigado pelo gesto, estudantes do Porto!)” (Moraes, 1969, s.p.)¹⁷³.

Antes da crise académica de Coimbra, nós já temos o movimento estudantil a crescer no Porto. A fazer várias coisas, recordo-me, por exemplo, que uma vez vem o Vinícius de Moraes ao Porto, vai a Leça da Palmeira; ele tinha passado por Lisboa, tinha ido a Fátima, tinha vindo a Coimbra, tinha estado com os estudantes de Coimbra numa República e com o Orlando Carvalho e outros e vem ao Porto e vai a uma boíte, a Leça da Palmeira, para a burguesia, e a gente vai lá. Pronto, foi assim um arregimentar de toda a gente e lá vai tudo a correr para Leça da Palmeira, põe-se à porta da boíte, aquilo começa a ser estranho, a polícia começa a aparecer, um colega andava com uma sovela a furar os pneus todos da burguesia, daqueles carros daqueles burgueses todos que lá estavam. Chega o Vinícius, a gente diz “Você não entra, isto é um antro da burguesia, você escreveu o poema do Operário em Construção, você vai dizer este poema ali para a doca conosco, aqui você não vai dizer”. Ele vinha acompanhado da mulher, a companheira da época e a polícia tinha medo de bater na gente e bater no homem. Nós cercamos mesmo o homem e a mulher, ela só dizia “Deixem, ele é homem doente” e a gente “Porque é que você foi a Fátima”, para nós era um escândalo, era um sacrilégio e ele “no Brasil a gente faz como vê fazer, em Roma ser Romano, a minha mulher quis ir a Fátima, acompanhei, ela ajoelhou e eu ajoelhei” e aquilo para nós era um poço de contradições. Depois, mais empurrão menos empurrão, ele acabou por dizer um poema que nós ficamos a olhar para ele a ver se aquilo era sério ou era a brincar porque era um poema que era “De manhã amanheço, à tarde entardeço, à noite anoiteço”, houve para lá uns encontrões, lá o conseguiram meter para dentro e a gente fugiu. Ele depois deu uma entrevista em que agradecia aos jovens, aos estudantes de Coimbra que o tinham recebido numa República amavelmente e também obrigado aos jovens do Porto que não tinham entendido que “a poesia devia estar em toda a parte”.

(Vasco Paiva)

4.5.3. O fim da Queima das Fitas – 1971

A par do que já se havia verificado em Coimbra em 1969, no Porto, os estudantes procurarão acabar com a Queima das Fitas no ano letivo de 1970-1971. Se, em Coimbra,

¹⁷³ Artigo disponível no site da VM Cultural, entidade detentora e gestora dos direitos de Vinícius de Moraes em <http://www.viniciusdemoraes.com.br/pt-br/prosa/jornais/obrigado-portugal>

os estudantes definem a Queima das Fitas como “manifestação burguesa de classe” (relatório da DGS cit. por Accornero, 2009:155), no Porto vão denunciar como as iniciativas da queima representam o estudante como “indivíduo folgazão, despreocupado e sem problemas” e obliteram “a actual situação de crise” na universidade. Afirma-se que a iniciativa tem um carácter alienante e “burlesco”¹⁷⁴ (Antunes, Medina & Caramelo, 2021).

Um pouco por todas as faculdades realizam-se reuniões gerais de estudantes para discutir a realização da iniciativa. Em algumas faculdades, nesta fase da discussão, os estudantes assumem desde logo a sua não participação nas atividades da Queima - é o caso, por exemplo, da Faculdade de Economia¹⁷⁵. Na Faculdade de Medicina procura-se um compromisso, considerando que os estudantes dos 4.º e 5.º anos manifestam preocupações com os encargos já assumidos com a Queima e vontade em manter as atividades previstas.

Nas conclusões da RGA descrever-se-á assim as decisões tomadas¹⁷⁶:

(...) atendendo à impossibilidade de abstenção total à queima surgiu uma moção que atendendo a várias circunstâncias (quer o facto dos estudantes de Medicina não se poderem alhear das decisões doutras faculdades, quer o facto do 4.º e 5.º anos parecerem favoráveis à queima, pelo menos a maioria, quer o risco de maior desunião dos estudantes, propunha:

A RGA de Medicina decide:

-Formar um grupo de estudantes da Faculdade que estude a hipótese de acordo quanto às realizações da queima com os representantes doutras faculdades com vista a propor eventualmente uma Assembleia de gelados ou encontrar outros projectos de manifestação do momento grave que vivemos.

- Assumir que o movimento de luta contra as arbitrariedades na Universidade deve ser assegurado e reflectido na queima:

-Declarar o carácter basicamente alienante da queima que reflecte a estrutura da Universidade e dos técnicos que ela forma na exploração da maioria da população.

¹⁷⁴ Arquivo particular de António Dias. Comunicado da Direcção da Associação de Estudantes da FMP. Porto, 23.04.1971 [dactilografado]

¹⁷⁵ Idem

¹⁷⁶ Idem

-Abster-se de participar em qualquer manifestação em que as autoridades académicas estejam como tal.

Na verdade, os compromissos estabelecidos em cada faculdade acabam por ser secundarizados face às decisões tomadas em plenário geral da academia, a 23 de abril.

No plenário os estudantes decidem:

- Condenar em termos gerais a Queima das Fitas
- Transformar a Noite Académica num meeting
- Impedir a realização da Imposição das Insígnias (Cartola, Fitas, Grelo) em cada Faculdade
- Agir em relação às outras manifestações programadas conforme as circunstâncias o aconselharem
- Não haver cortejo e realizar nesse dia uma marcha de protesto (sem carros, fitas e outras insígnias), com cartazes e distribuição de um comunicado à população¹⁷⁷.

Durante os anos 60, mesmo estudantes dirigentes associativos participavam em atividades da Queima das Fitas, muitas vezes procurando influenciar e imprimindo um carácter de denúncia às realizações.

Disso mesmo tem recordação António Graça que se lembra de, num dos anos, estar no programa da Queima a atuação do Coro da Academia de Amadores de Música, da responsabilidade de Lopes Graça, hoje Coro Lopes-Graça.

...trouxemos cá a Academia dos Amadores de Música de Lisboa, do Lopes Graça. Veio o Lopes Graça, e tivemos uma sessão muito gira. Fazia parte do programa da queima, portanto era um programa que tinha assim coisas mais culturais, mais de discussão de problemas, e tenho essa ideia porque aí eles atuaram para nós, no salão nobre lá da Faculdade. Mas depois, alguns de nós foram com eles na carrinha. Na camionete, que eles vinham numa camionete, na velha estrada, que ainda não havia autoestrada, era a estrada que ia pelos Carvalhos e tal. Fomos com eles, tivemos de nos baixar, porque a

¹⁷⁷ Arquivo particular de Sérgio Seca. Dos estudantes à população. Porto. 04.1971 [dactilografado]

camionete ia cheia de gente que não tinha lugar, ao passar na baixa, era onde estava a polícia. Tivemos de nos baixar que era para ninguém nos ver. Depois de Gaia, eles pararam e fomos para um descampado cantar coisas que não tinham sido cantadas aqui. *O Canta Camarada Canta*, etc., coisas assim. *O Hino de Caxias*, etc. Isso é uma recordação gira.

(António Graça)

Mas, em 1971, o ambiente de contestação parece estar ao rubro e a intervenção da polícia na Faculdade de Medicina (onde encerra as instalações da associação), e na Faculdade de Economia (onde agride violentamente estudantes e populares), vai precipitar uma tomada de posição de contestação às festividades académicas¹⁷⁸. De acordo com José Augusto Nozes Pires, quem mais se envolvia nas atividades da Queima eram estudantes associados ao regime, o que levava a que a iniciativa fosse cada vez mais vista pelos ativistas oposicionistas como uma manifestação das contradições presentes na Universidade.

Recordo-me que colaborei no boicote de um dos cortejos alegóricos da Queima das Fitas (aliás, não tinham nenhuma tradição no Porto). Alguns consideraram que era uma medida radical, que poderia provocar a repressão, nós estávamos em fase de preparação para as lutas que viriam a seguir, e não nos convinha estar a jogar as forças numa coisa que, enfim, não tinha assim uma importância política, diziam, muito grande. E eu achava que não. Achava que para os estudantes, mas para a população sobretudo, era importante e era simbólico porque mostrava a divisão clara de classes, a desigualdade social. Isto é, quem estava a organizar a queima das fitas eram indivíduos, alguns condiscípulos meus da Faculdade de Letras, notoriamente fascistas. Eles próprios se declaravam conservadores, e denunciavam os colegas “subversivos”. E ali estavam elas e elas a organizar a queima das fitas numa reunião onde estive naturalmente. Queriam exhibir-se como uma elite quando se sofria uma ditadura brutal, quando a miséria grassava no Porto e os filhos do povo não podiam ir à Universidade, porque não chegavam a 4% os licenciados no país. Num país que tinha 37%, não quero exagerar, mas seriam sempre, pelo menos, 30% de analfabetos Tudo aquilo me indignava e

¹⁷⁸ Idem

boicotamos dessa vez, porque na anterior participámos com um carro alegórico que levava um “mamarracho” que pretendia simbolizar a unidade estudantil.,. É verdade, fomos reprimidos, veio a polícia de choque, levamos umas cacetadas. Eu não fui preso, é provável que alguns colegas tenham sido presos, não tenho isso na memória, mas vencemos e o desfile fez-se aos trambolhões. Fez-se em condições de caricatura, não teve qualquer expressão, na realidade foi contraproducente para os organizadores.

(José Augusto Nozes Pires)

Também Renato Soeiro recorda de forma vívida os acontecimentos relacionados com a contestação à Queima das Fitas de 1971. Na sua opinião, a luta contra a Queima das Fitas pode ser agrupada com a luta contra o I Festival de Coros, em 1973, que se descreverá posteriormente, e foi analisada pelos estudantes à altura a partir de três prismas diferentes, mas que se completavam.

A questão das festividades pode-se analisar em três aspetos diferentes. Um era o aspeto de circunstância. Isto é: vamos fazer festa com estudantes presos, com reuniões proibidas, sem liberdade? É o mesmo que alguém fazer uma festa de anos, “Faço festa de anos, todos os anos”, “O teu irmão foi preso esta semana”, “Não interessa, mas eu tenho que fazer festa de anos porque faço festa de anos, todos os anos”. Seria de muito mau gosto alguém fazer uma grande festa quando alguém da sua família tinha sido preso ou morto ou outra coisa qualquer. Havia esse mau gosto, essa situação horrível de andar a fazer festas no meio da repressão. Achávamos que festas não era o momento de fazer. Aquele tipo de festas. Por outro lado, nós criticávamos o carácter de classe da queima das fitas, porque aqueles espetáculos na baixa, o cortejo, o pessoal todo embriagado, a cair para o lado, em que as pessoas diziam “São os estudantes, jovens irreverentes, é muito engraçado”. Ainda hoje se vê isso. Agora imagine que havia todos os anos a festa nacional dos trolhas. Em que os trolhas iam para a baixa, faziam um grande cortejo, paravam o trânsito e andavam a cair podres de bêbados pela rua e alguém ia dizer “Ai que bonitos trolhas, que engraçados, todos bêbados”. Aquilo só era tolerado porque era uma festa de classe. Era aceite aquela irreverência por ser de uma classe específica, e nós lutávamos contra o carácter de classe da queima, negávamos isso também. E depois também lutávamos contra o conteúdo ideológico da queima e das praxes em que, basicamente, a praxe é a naturalização do abuso. «Tu tens que ser abusado pelos mais velhos, e não te preocupes

que um dia também vais abusar dos mais novos». Esse conteúdo ideológico, nós achávamos absolutamente inaceitável. Portanto, boicotamos o festival de coros, porque achávamos que não estávamos em tempos de cantoria daquela, e a nossa palavra de ordem em relação à queima das fitas era «Queimar a queima» e queimámos a queima, e acabou. Fizemos uma grande luta contra as praxes, acabaram as praxes. Fizemos uma aliança entre caloiros e revolucionários para dar cabo dos doutores que se armavam em abusadores e, como éramos mais fortes, a única forma de resolver isso foi mesmo pela força. O abuso é uma violência e tem que haver mais força dos abusados para acabar com a violência dos abusadores.

(Renato Soeiro)

4.5.4. A manifestação popular de 15 de abril de 1972

O jornal Avante! n.º 441, de maio de 1972, na sua primeira página, irá noticiar da seguinte forma um dos acontecimentos mais marcantes, na cidade do Porto, no ano de 1972:

Grandiosa Manifestação no Porto

À voz do PCP mais de 40 000 pessoas desceram à rua a manifestar-se contra a carestia de vida; por aumento de salários!

A manifestação de 15 de abril de 1972, pela dimensão que teve, é um dos momentos significativos nas memórias dos nossos entrevistados. Mesmo aqueles que não eram militantes do PCP à altura. A manifestação contra a carestia de vida, organizada e pensada durante meses (DORN do PCP, 1972), envolveu muito mais pessoas do que os militantes desta organização, constituindo-se como uma verdadeira manifestação popular do descontentamento com o aumento do custo de vida e a situação social e económica do país.

Muito estudantes participaram na manifestação, mas muitos também estiveram envolvidos em atividades de preparação, que a antecederam.

António Regala, por exemplo, recorda-se da sua ligação ao PCP ter pedido para encontrar um sítio seguro para reprodução de material em serigrafia.

O estudante e outro colega partilhavam casa com colegas de Medicina, que mais do que utilizar a casa como habitação permanente, utilizavam-na para reuniões mais ou

menos clandestinas. A determinada altura, António Regala e o seu colega acharam que estava na altura de encontrar outra casa e foram alugar, com mais três colegas, um que tinha chegado recentemente de Coimbra e um outro que tinha terminado o serviço militar, uma vivenda pequena, na Rua da Constituição n.º 379, atrás da antiga capela da Imaculada Conceição, a que posteriormente viriam a chamar de Comuna 15 de Abril.

Alugaram a casa em março, mas só iriam mudar em maio, pelo que, nesse período, António Regala que tinha ficado com a única chave, instalou na casa um pequeno aparelho e aí reproduziu alguns materiais de propaganda para a manifestação do 15 de Abril.

Como outros estudantes, ativistas e militantes comunistas, o estudante recebeu a orientação para não estar no Porto no dia da manifestação, por questões de segurança, e nesse dia foi de comboio para Aveiro.

Também Emídio Ribeiro tem recordação de ter impresso propaganda do 15 de abril na Editorial de Engenharia. Para além destas memórias de produção de documentos de agitação em torno da manifestação, a maior parte dos nossos entrevistados lembra-se de ter participado em distribuições e outras ações de agitação. Teresa Medina recorda-se de ter participado na colocação de autocolantes nas casas de banho dos cafés.

(...) ainda não era da UEC, só entrei quando fiz 15 anos, em maio desse ano, mas participei. Envolvemo-nos muito a participar ativamente na própria divulgação da manifestação. Andamos a pôr uns autocolantes cinzentos com saliva - uma das áreas era a zona da Boavista e a nossa tarefa era entrarmos nos cafés todos, irmos colar os autocolantes nos quartos-de-banho dos cafés. Numa das vezes faço isso e saio sem pagar o café e depois fiquei num dilema, se voltava para pagar o café ou não. Acabei por decidir que o mais seguro era voltar e pagar o café.

(Teresa Medina)

António Vieira lembra-se de fazer pichagens e distribuir comunicados em zonas de concentração fabril como, por exemplo, em São Mamede Infesta, Matosinhos.

Eu participei numas pichagens nos dias antes. Recordo-me que estava a fazer a pichagem, ali na zona do Palácio de Cristal, mas nas traseiras, às três ou quatro da

manhã. Na rua da Restauração. Estávamos ali a pintar e quando demos conta estava gente na janela em frente a ver-nos pintar. De maneira que nos metemos no carro e aceleramos naquela curva, íamos tendo um acidente. Também me lembro de distribuir comunicados em S. Mamede. Havia lá umas fábricas têxteis ou metalúrgicas muito grandes, naquele caminho, em direção à Ponte da Pedra e fomos distribuir, à hora de almoço, comunicados. Também era sempre complicado porque a gente tinha de distribuir tipo relâmpago porque se demorávamos muito a polícia aparecia.

(António Vieira)

A divulgação da manifestação envolveu muitos estudantes que, distribuíram propaganda em fábricas, nos bairros sociais e nas soleiras das portas.

Houve primeiro um abaixo-assinado contra a carestia de vida. E aquilo foi para furar todo o esquema da repressão, isto é, a repressão preparava-se para uma manifestação no 1º de Maio.

E a malta aponta para 15 de Abril, não é, essa questão da carestia de vida é um pretexto para tudo o resto. É uma manifestação em que a malta tem uma organização da manifestação apurada, isto é, por essa época tinha-se inventado no partido, até acho que foi o Zé Carlos, o Antero que era tipógrafo ou quê, que era umas caixinhas em cartão, em papel hidráulico, aquele cartão, sabes o que é? Que se punha por baixo, uma coisinha, uma bombinha...

Aquilo era fabuloso. Uma vez estive numa coisa dessas, à porta do estádio das Antas, a gente encostava-se ao muro, punha aquilo, uma folha de jornal por cima para ninguém ver o que era, ouvia-se o apito do árbitro, estava-se a fumar, acendia-se a mecha, afastávamos um bocadinho, uma pessoa começava a sair, explodia, eram milhares de papéis por todo o lado, a polícia completamente desorientada e a malta já estava no meio do povo e desaparecia. Devíamo-nos afastar, mas muitas vezes a malta não se afastava, porque gostava de ficar a ver o que se tinha passado. Parvos suficientes, como isso. E outra coisa foi, a direção da manifestação, com aparelhos de rádio. A direção do partido que era o Carlos Costa, no Norte, o Zé Carlos e isso tudo; mas era o Carlos Costa, o mais responsável, tinha um sistema de comunicações, de rádios, de walkie talkies como se dizia, em que se sabia, a cada momento, o que se estava a passar na manifestação e para onde é que ia e para onde é que não ia. Pronto, aquilo começa, devia aparecer uma bandeira, num dado momento, era um moço até de Matosinhos

que levanta a bandeira e começa a manifestação. Eu fiquei proibido de ir à manifestação porque foi no tempo em que saio da prisão e proibiram-me, a malta da direção do partido, fiquei apenas no acompanhamento de fora e a transmitir e a receber informações e depois a organizar a solidariedade com os presos políticos. Foi uma enorme manifestação, de facto. Há um livrinho, publicado pelo partido com essa história toda.

(Vasco Paiva)

Na manifestação de 15 de abril de 1972, são presos vários participantes, entre os quais os estudantes do Porto Jorge Coutinho e Luís Guimarães, do liceu D. Manuel II, Mário Vaz do liceu Alexandre Herculano e Fernando Pessoa, de Engenharia. De imediato se gera um movimento de denúncia da atuação da polícia¹⁷⁹. Jorge Coutinho estaria preso durante seis dias, sendo libertado a 21 de abril. Luís Guimarães acumularia 17 dias de prisão, sendo solto apenas a 2 de maio. Também Mário Vaz e Fernando Pessoa ficariam presos durante 17 dias¹⁸⁰. Em comunicado, as direções associativas de Engenharia, Medicina e Farmácia denunciam as condições a que os estudantes estão sujeitos, espancamentos, ausência de assistência médica e obstaculização a visitas regulares dos familiares¹⁸¹. Informam ainda sobre a prisão e libertação do estudante de Ciências Carlos Semedo e de Luísa Peixoto¹⁸².

4.5.5. Contra a realização do Festival de Coros - abril de 1973

Abril de 1973 fica marcado pela maior prisão coletiva de estudantes que se conhece no Porto, no seguimento da contestação ao Festival de Coros Universitários, e o processo que se lhe seguiu. Sobre este processo, o reconhecido advogado e antifascista Raul de Castro há-de editar dois livros: *Estudantes do Porto no Tribunal de Polícia (09-1973)* e *Reunião Ilegal ou Acusação Irreal? (03-1974)*, onde se podem conhecer as alegações de Raul de Castro para o Tribunal da Relação e, através delas, mais pormenores do processo.

¹⁷⁹ Arquivo particular de Sérgio Seca. Solidariedade Estudantil. Porto.04.1972 [dactilografado].

¹⁸⁰ ANTT. PIDE, Registo Geral de Presos, livro 144, registo n.º 28743 e n.º 28754.

¹⁸¹ Arquivo particular de Sérgio Seca. Comunicado das Direções Associativas de Engenharia, Medicina e Farmácia. Porto. 04.1972 [dactilografado].

¹⁸² Idem.

A 29 de março de 1973 realiza-se uma RIA que convoca para o dia 4 de abril um meeting¹⁸³, em Ciências, para que os estudantes “tomem medidas” em relação ao Festival de Coros¹⁸⁴. A realização do 1.º Festival de Coros Universitários é entendida como uma provocação à luta dos estudantes. O comunicado emanado da RIA isso mesmo explicita, denunciando que, enquanto o governo se prepara para a realização do Festival, com a participação de coros de países “fascistas e racistas”, a repressão sobre a ação dos estudantes e das suas associações agudiza-se com a criação dos “vigilantes” nas escolas, as prisões, o assassinato do estudante Ribeiro Santos, a restrição do adiamento militar, entre outras medidas. A RIA decide, para além da realização do meeting, que as direções associativas “fiquem vinculadas” à realização de uma campanha de informação e denúncia sobre o festival, e que em todas as escolas se discutam formas de impedir a iniciativa, assim como se distribua um comunicado, durante o festival, que divulgue a posição dos estudantes.

As decisões são amplamente cumpridas, há reuniões na maior parte das escolas e faculdades, e a mobilização para o meeting é massiva. É um dos poucos momentos em que se verifica coordenação de ambas as correntes políticas para a concretização de objetivos fixados pelo movimento associativo.

Na Escola Superior de Belas Artes, os estudantes de Pintura, Escultura e Arquitetura reúnem a 2 de abril¹⁸⁵ e divulgam uma moção onde consideram que “a realização do 1.º Festival de Coros Universitários num ambiente de «paz e tréguas» não passa de uma iniciativa da burguesia portuguesa para tentar esconder que os estudantes lutam nas escolas contra a repressão burguesa (...). Propõem, na sua moção, que os estudantes do Porto estejam no festival e o boicotem pelos meios necessários, e que, para decidirem o que fazer, se reúnam em meeting na reitoria.

¹⁸³ José Manuel Lopes Cordeiro, em artigo publicado no jornal Público, a 27 de dezembro de 1998, afirma que o meeting de dia 4 de abril foi convocado pelos Núcleos Sindicais do Porto e pela tendência *Por um ensino ao Serviço do povo*, mas ignora a convocatória pela RIA que aqui se descreve. A mesma informação incorreta foi posteriormente reproduzida em texto publicado no Boletim Cultura, da Câmara Municipal de Famalicão, sobre a oposição estudantil nos últimos anos do fascismo, (Cordeiro, 2009:138) e por Miguel Cardina na sua tese de doutoramento *Margem de Certa Maneira* (Cardina, 2011:129).

¹⁸⁴ Arquivo da Direcção Regional do Porto do PCP/ DORP. *A RIA toma posição face à provocação fascista do “festival de coros” e convoca os estudantes do Porto para um meeting, em Ciências, na 4.ª feira, às 15h. Porto.30.03.1973* [dactilografado].

¹⁸⁵ Arquivo particular de Sérgio Seca. *Moção. Porto.02.04.1973* [dactilografado].

A 3 de abril é emitido comunicado¹⁸⁶ assinado pela direção de Medicina e um grupo de estudantes de: Economia, Belas-Artes, Engenharia, Letras, Ciências e ensino secundário. Neste comunicado denominado *Não Cantarão!* contextualiza-se a realização do festival. Informa-se que a realização do 1.º Festival de Coros Universitários terá lugar entre 4 e 8 de abril, organizado pelo Orfeão Universitário de Coimbra e com a participação de grupos do Japão, Filipinas, África do Sul, Zimbábwe, Espanha e Brasil. Denuncia-se o investimento do governo português na realização da festividade com 2000 contos e “uma ampla campanha de propaganda” com divulgação na televisão e emissora nacional, assim como o patrocínio por parte de “grandes empresas como a TAP, Diário de Notícias e alguns bancos”. Apela-se, à participação de todos os estudantes em meeting, dia 4 de abril, em Ciências.

Os estudantes do liceu Alexandre Herculano realizam reunião geral de alunos para discutir o Festival de Coros. Em comunicado¹⁸⁷, afirmam que a sua organização pelo Orfeão de Coimbra, que caracterizam como organização “fascista”, que “reúne os traidores das lutas estudantis da Academia, nomeadamente das grandes lutas de 69”, a participação de coros da Rodésia e África do Sul, “países onde uma minoria branca explora e oprime uma maioria do povo negro ”e de Espanha, Brasil e Filipinas, “países fascistas onde ditaduras terroristas esmagam toda e qualquer reivindicação popular”, e que o financiamento da iniciativa pelo governo e “grupos monopolistas” provam o carácter “repressivo e provocatório” do festival. Repudiam o festival e recusam compactuar com uma iniciativa que, nas suas palavras, pretende “oferecer ao povo Português uma imagem mentirosa do que são os estudantes e as suas lutas, procurando comprometê-los com posições que eles sempre têm combatido e repudiado, como sejam o fascismo, o racismo e o colonialismo”.

As direções de Ciências, Engenharia, Letras e Liceus lançam também um comunicado¹⁸⁸ a apelar à participação no meeting utilizando, em geral, os argumentos já enumerados. No seu comunicado explicam porque não se deve “permitir que os

¹⁸⁶ Idem. *Não Cantarão!* 03.04.1973 [dactilografado].

¹⁸⁷ Arquivo particular de Sérgio Seca. Dos estudantes do Alexandre Herculano em r.g.a aos estudantes do Porto reunidos em meeting! Porto.04.04.1973.

¹⁸⁸ Arquivo da Direcção Regional do Porto do PCP/ DORP. Todos ao meeting! 04.04.1973 [datilografado].

“meninos do coro” de Coimbra, de Lourenço Marques e África do Sul, etc, façam o seu festival?”.

Surge também comunicado¹⁸⁹, assinado por Núcleos Sindicais do Porto, a apelar à participação dos estudantes no meeting convocado, onde o grupo denuncia a realização do festival, depois de, em Coimbra a polícia ter cercado a Faculdade de Direito e impedido as reuniões dos estudantes e em Lisboa ter permitido que vigilantes e polícia “de metralhadora em punho” fizessem o mesmo.

No dia 4 de abril, os estudantes começam a concentrar-se no átrio de Ciências às 15 horas. Às 15.30 horas a polícia começa a cercar o edifício.

A cronologia do Centro de Documentação e Informação da Universidade Popular do Porto regista a prisão de 325 estudantes, assim como um comunicado das direções associativas de Engenharia, Letras, Ciências e Liceus, de 15 de maio de 1973¹⁹⁰; José Cordeiro regista 280 estudantes presos, um comunicado da direção da Associação de Medicina refere mais de 200 estudantes¹⁹¹, não tendo sido possível identificar um número exato. Não obstante, parece rigoroso afirmar que esta terá sido a maior detenção coletiva de estudantes no Porto, durante a ditadura, e que pelo menos mais de duas centenas de estudantes foram detidos. Os estudantes detidos são identificados e multados pela polícia. De acordo com Raul de Castro (1974), a polícia só abandonará a Faculdade de Ciências perto das 19 horas e os estudantes só começarão a ser libertados das antigas instalações da cadeia do Aljube, perto das 22 horas do mesmo dia.

A intervenção da polícia na reunião estudantil fez com que os estudantes se dividissem. Alguns procuraram fugir e conseguiram escapar da faculdade, outros, não conseguindo sair das instalações, subiram a escadaria e acabaram barricados no salão nobre, e um segundo grupo juntou-se numa ala, junto à Reitoria (Castro, 1974).

Posteriormente será aberto um processo-crime por danos cometidos no Salão Nobre, na Polícia Judiciária do Porto (Castro, 1974). Também Cândido dos Santos, a

¹⁸⁹ Arquivo particular de António Dias. Sem título. Núcleos Sindicais do Porto sobre o Festival de Coros. Porto. s/d [dactilografado].

¹⁹⁰ Arquivo particular de António Dias. 5.ª feira às 17 horas em Engenharia uma reunião de todos os multados. Porto.15.05.1973 [dactilografado].

¹⁹¹ Cronologia do CDI da UPP; (Cordeiro, 2009:138); Arquivo particular de António Dias, A nossa Luta. Boletim Informativo da AEFMUP n.º2. Porto.1973 [dactilografado].

partir de análise a atas do Senado Universitário, faz referência à destruição de material no Salão Nobre da Faculdade de Ciências, a 4 de abril de 1973 (Santos, 2011).

Renato Soeiro recorda que os danos existentes foram mais da responsabilidade da polícia que, com a sua atuação, precipitou a resposta dos estudantes, do que de um objetivo pré-estabelecido de vandalização por parte dos estudantes.

O subdiretor da faculdade, ou o vice-reitor, já não me lembro, mas posso saber, chamou a polícia e mandou fechar as portas. A polícia quando chegou estávamos todos fechados lá dentro. Na altura ainda subimos a escadaria e fomos para o salão nobre. Depois acusaram-nos de fazer vandalização do salão nobre, mas que não foi nada de grave. Basicamente uns tipos a atirar uns ovos ao retrato duns eméritos reitores. Claro que atirámos cadeiras à polícia e isso pode ter estragado um bocado as cadeiras. Porque a polícia aí teve que subir as escadas para vir buscar os que tinham subido para o salão nobre. Porque achámos que em cima tínhamos mais vantagem estratégica no confronto... e tínhamos cadeiras. Era a única coisa que a gente tinha, terá havido algum estrago, mas foi provocado pela invasão da polícia. Eles trouxeram um cortejo gigantesco de carrinhas da polícia, que a gente chamava as carrinhas “nívea”, porque eram pintadas de azul escuro e branco e pareciam as latas de creme “nívea”. E lá fomos todos nos “níveas”, presos para o aljube ali à beira da igreja de Santa Clara, e fomos identificados. Saímos todos no mesmo dia da prisão, foi uma prisão para identificar e para instaurar processos de multas por alguma contravenção a uma lei qualquer. Eles usavam as leis mais diversas. Por exemplo, quando fui expulso foi com base numa lei de 1932, uma lei que está assinada pelo Salazar que já era ministro, mas ainda não era sequer presidente do conselho, anterior ao governo de Salazar, e foi com base nessa lei de 1932 que eles me expulsaram da faculdade.

(Renato Soeiro)

Às tantas soubemos que a polícia estava a cercar tudo. Aqueles que conseguiram fugiram, outros não. Acho que quem fazia parte das direções associativas foi para uma ala junto à Reitoria, como eu. Na Reitoria exigimos ser ouvidos, cantamos, fizemos barulho, mas com algum medo.

O que é que aconteceu, como éramos muitos, não puderam levar-nos para a Pide porque não tinham espaço para toda a gente, então meteram-nos em carrinhas e levaram-nos para o Aljube, para sermos identificados e passamos lá umas horas. Aí foi

horrível, eu só estava cheia de medo do que é que me ia acontecer com os meus pais, quando chegasse a casa. Aquilo era muito sujo, uma pessoa queria ir à casa de banho não podia, porque era mesmo, a ideia que eu tenho do Aljube era uma coisa porca, nojenta e aí as coisas já estavam a ficar complicadas, já estávamos a ficar com fome, com medo, com tudo. Não era bem medo, por um lado sentíamos-nos como heróis, fomos naquelas carrinhas azuis e o pessoal na rua a ver, quase a bater palmas, eu nunca tinha entrado numa carrinha celular, mas depois começamos a ficar muito perturbados. Lá fomos identificados e quando saí está o meu pai à minha espera, na carrinha, “que seja a primeira e última vez que isto acontece, que vergonha, que desgosto”. O meu pai normalmente não ralhava muito, bastava olhar para mim. Foi horrível, foi mesmo muito mau.

(Manuela Silva)

Os estudantes detidos, depois de identificados, são multados¹⁹² ao abrigo do Decreto-lei n.º 450/72, de 14 de novembro de 1972, para repressão de reuniões e distribuição de documentos. Muitos pagarão as multas, talvez pressionados pelos pais e família ou por medo, mas 90 recusam-se a pagar.

A recusa no pagamento das multas vai traduzir-se num longo julgamento, entre 9 de julho e 29 de dezembro, e vai dominar parte das movimentações estudantis nos meses seguintes.

Os estudantes enquadram a luta contra as multas na luta contra a repressão e pelo direito de livre reunião e informação¹⁹³. Quando são anunciadas as primeiras datas de julgamento, é lançado um comunicado das direções associativas de Engenharia, Letras, Ciência e Liceus, a apelar à mobilização para a defesa dos estudantes julgados, designadamente pela participação numa reunião de multados e pela disponibilidade para testemunhar no processo. As associações denunciam o quadro repressivo em que se encontram, englobando não só os processos das multas, mas também a colocação nas escolas de vigilantes e a ocupação pela polícia, em alguns casos.

¹⁹² Arquivo particular de António Dias, A nossa Luta. Boletim Informativo da AEFMUP n.º2. Porto.1973 [dactilografado].

As multas aplicadas tinham um valor de 2250\$. De acordo com o conversor da PORDATA, 2250\$ em 1973 equivaleria a 475.21€ atualmente.

¹⁹³ Idem. 5.ª feira às 17 horas em Engenharia uma reunião de todos os multados. Porto.15.05.1973 [dactilografado].

Façamos dos julgamentos uma jornada pelo direito de reunião e informação!

Ao recusarem-se a pagar as multas, os 90 estudantes que vão ser julgados dispuseram-se a continuar, desta vez no tribunal, a luta pelos direitos fundamentais dos estudantes portugueses. Ao tomarem tal decisão tiveram os nossos colegas presente que contariam com a solidariedade activa de todos os estudantes do Porto, na medida em que, por um lado vão defender direitos que são de todos nós; por outro, a experiência de luta nos tribunais (e não só) dos estudantes e do povo português mostra que a acção massiva pode obrigar as autoridades judiciais a recuos e à conquista de algumas vitórias que, neste caso, seria a conquista da absolvição.

Para organizar-se a defesa conjunta dos estudantes que vão a julgamento e as testemunhas de defesa, para organizar a acção dos estudantes do Porto em defesa dos seus colegas vítimas de mais este acto repressivo as direcções de Ciências, Letras, Engenharia e Liceus convocam os estudantes multados e todos aqueles (professores e estudantes) que estejam dispostos a defendê-los no tribunal como testemunhas para uma reunião 5.ª feira, dia 17 às 17 horas na Faculdade de Engenharia.

Na verdade, para além das multas aplicadas e atuação da polícia, aquando do Festival de Coros, vai verificar-se um conjunto de prisões e atuações nos meses seguintes, ainda ao abrigo do decreto-lei n.º 450/72, de 14 de novembro de 1972.

A Renato Soeiro, na altura estudante do 2.º ano de Engenharia, são movidos quatro processos-crime, no final de abril, por distribuição de documentos, participação em reunião estudantil e perturbação de aula na Faculdade de Ciências (Castro, 1974). Os documentos distribuídos, anexos ao processo, são documentos associativos com os títulos *A Comissão de Ciências (aberta) para a questão das multas informa; Comunicado n.º 1-Caixa de Solidariedade e Apoio; Reunião Geral de Colaboradores* (Castro, 1974). É sobre o recurso da decisão do tribunal que condena o estudante que Raul de Castro escreverá o livro *Estudantes do Porto no Tribunal da Polícia* (Castro, 1974). A partir das suas alegações para o Tribunal da Relação é possível confirmar informações já encontradas em comunicados associativos¹⁹⁴. Neste período são instaurados, para além de diferentes processos-crime, também 23 processos disciplinares na Universidade. É

¹⁹⁴ Arquivo particular de António Dias, A nossa Luta. Boletim Informativo da AEFMUP n.º2. Porto.1973 [dactilografado].

também o caso de Renato Soeiro que é suspenso da faculdade por 18 meses, que só não são cumpridos porque, entretanto, se dará o 25 de abril.

A 8 de maio, a polícia interrompe uma reunião geral de alunos, em Economia e prende 60 estudantes¹⁹⁵, que viria a soltar no mesmo dia, excetuando-se uma estudante, Cristina Figueirinhas, que só viria a ser solta no dia seguinte.

A 14 de maio, no bar de Ciências, o diretor da Faculdade, acompanhado de outro professor e de um membro da PSP, identifica, revista e prende duas estudantes, por posse de documentos subversivos.

Uma das estudantes detida, novamente Cristina Figueirinhas (estudante do 1.º ano de Economia), viria a ser julgada por:

(...) em 8 de Maio, juntamente com outros estudantes da dita Faculdade, ter provocado arruídos de modo a perturbar o funcionamento dos serviços; ser portadora de 79 panfletos subversivos que, além do mais, incitavam a reunião ilícita e à luta contra as forças de segurança; em 14 de Maio ser encontrada com 120 panfletos subversivos, cujo conteúdo era, mais ou menos, idêntico aos primeiros; e em 4 de Abril se ter reunido, com outros estudantes, na Faculdade de Ciências, em oposição à decisão do Reitor da Universidade do Porto, protestando contra a actuação dos grupos corais académicos nesta cidade, o que perturbou naquele estabelecimento de ensino o serviço¹⁹⁶.

O julgamento, onde foi representada pelo reconhecido advogado antifascista Macedo Varela, terminaria com a sua condenação ao pagamento de 7500\$ de multa, 600\$ de imposto de julgamento e 200\$ de procuradoria.

Para organizar a defesa e resposta dos estudantes aos processos em tribunal, as associações vão organizar comissões específicas. Em Ciências, funciona uma comissão aberta, que a 4 de maio já tinha recolhido 1100\$. Em comunicado informa-se os estudantes que a caixa da comissão passará a ser responsabilidade da caixa da associação de Ciências, funcionando a comissão como secção da AE. Informa-se ainda que continuarão as iniciativas de recolha de fundos e que o dinheiro recolhido até então

¹⁹⁵ Idem, Todos à RGA. Porto.05.1973 [dactilografado].

¹⁹⁶ Arquivo particular de Vasco Paiva. Processo da PIDE sobre Cristina Figueirinhas, sua esposa, já falecida.

não será utilizado para pagar as multas aplicadas a 4 de abril (cuja “palavra de ordem foi não pagar”), mas para suportar despesas de estudantes que venham a ser multados¹⁹⁷.

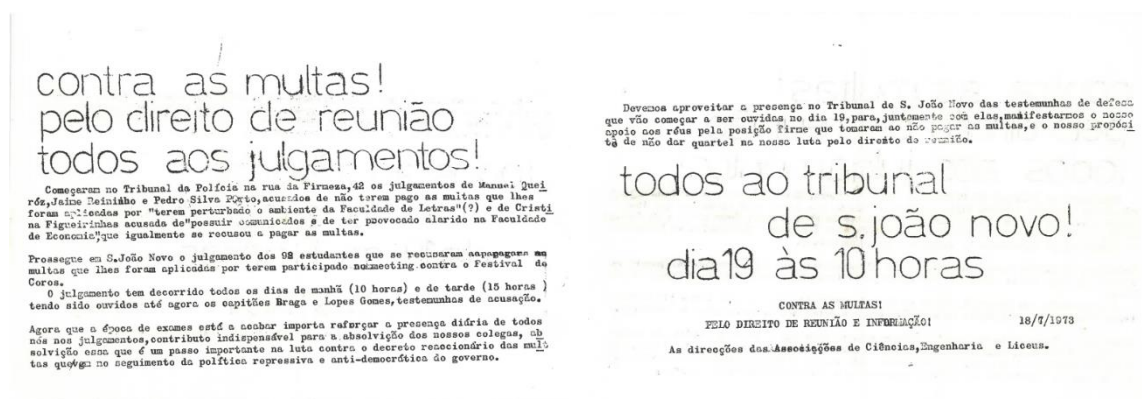
A 22 de maio, os estudantes lançam um comunicado distribuído à população. Nele informam sobre o início do julgamento dos estudantes que se recusaram a pagar as multas aplicadas a 4 de abril e denunciam a campanha de “mentiras, calúnias e provocações” que o governo tem em curso, através do “monopólio da rádio e da tv”, contra os estudantes e as suas associações¹⁹⁸.

O julgamento dos 90 estudantes multados, a 4 de abril, viria a terminar a 29 de dezembro de 1973, com a condenação de 89 estudantes a penas suspensas e com pagamento de um valor de 1800\$. Seria absolvido um estudante que teria sido processado incorretamente, pois não teria participado nos acontecimentos na Faculdade de Ciências, encontrando-se na biblioteca a trabalhar aquando desses acontecimentos (Castro, 1974).

¹⁹⁷ Arquivo Direcção Regional do Porto do PCP/ DORP. A Comissão (Aberta) para tratar a questão das multas informa. Porto. 04.05.1973 [dactilografado].

¹⁹⁸ Idem. À população. Porto.22.05.1973 [dactilografado].

Imagem 12. Comunicado das direções das AEs de Ciências, Engenharia e Liceus



Fonte: Arquivo particular de Fernando Sousa Lopes. Contra as multas! Pelo direito de reunião, todos aos julgamentos! Porto. 08.07.1973 [dactilografado].

4.6. A singularidade do caso ESBAP – Escola do Porto

No ano letivo de 1969-1970, vai verificar-se uma “profunda reestruturação” do curso de arquitetura, na ESBAP, que vai estar na origem do Regime Experimental que se inicia nesse ano (Paulino, 2013:28). De acordo com Raquel Paulino, a reestruturação operada, à altura, dever-se-á mais à tentativa de resolução dos problemas acumulados, ao longo dos anos, e que se agravaram pela demissão de grande parte do seu corpo docente, em 1969, do que à tentativa de implementação de modelos de ensino previamente existentes, ainda que a autora refira a existência de múltiplas inspirações, designadamente internacionais. No quadro dos debates nacionais e internacionais, que durante os anos de 1960, dominaram a discussão sobre a arquitetura, apareciam como especialmente relevantes a reflexão sobre o “papel social e político do arquiteto” e a necessidade de uma formação que incluísse novas dimensões científicas e sociais; os novos métodos de projeto e didática e a democratização do ensino (Paulino, 2013:41).

De acordo com Raquel Paulino (2013:41),

Foi em torno destas frentes de debate que se desenvolveu um crescente desassossego e se procurou construir uma consciência cívica na comunidade estudantil do Curso de Arquitectura da ESBAP, que atingiu particular expressão e dimensão findo um período de cerca de uma década de confronto quotidiano do curso com as limitações impostas pelo regime ditatorial e pela Reforma de 1957, mas também e, sobretudo, com

um conjunto de profundas transformações operadas na sociedade, que introduziram uma complexidade até então desconhecida, que colocava novos desafios, problemas e exigências, ao exercício da profissão.

Entre as limitações da Reforma de 1957¹⁹⁹, do ensino ministrado nas Escolas Superiores de Belas Artes, vigorava a frequência das disciplinas de Matemáticas Gerais, Geometria Descritiva, Física, Química e Sociologia Geral, nas Faculdades de Ciências.

(...) eu tinha uma amiga com quem fui para o curso, também da mesma turma, do Carolina e estávamos numa reunião, num plenário que houve, para pedir, foi a primeira reivindicação que se fez, que as cadeiras que nós tínhamos na faculdade que passassem a ser administradas nas instalações da ESBAP. Porque nós tínhamos várias cadeiras que eram na Faculdade de Ciências. Era Físico-químicas, Matemática Geral e Geometria Descritiva que eram lá. E lembro-me perfeitamente, estávamos no anfiteatro numa reunião e estávamos as duas juntas e passaram-nos o papel para assinar e ela olha para mim. A mãe dela tinha-lhe dito o mesmo: “não assines nada, não faças nada”. E eu disse: “não. Também não podemos estar aqui... com um pé atrás é uma coisa, com os dois atrás também não fazemos nada, não pode ser, isto é justo vamos lá” e começamos um bocado a perder o medo.

(Rosa Maria Moreira)

A frequência de disciplinas, na Faculdade de Ciências implicava que os estudantes se deslocassem, às vezes a meio do dia, para depois voltarem à ESBAP. Mas o problema tinha um significado mais profundo do que a deslocação. As disciplinas frequentadas em Ciências implicavam um desencontro com o ensino praticado na ESBAP e um impedimento à articulação geral disciplinar, em torno do desenvolvimento de projeto.

Contestava-se muito o ensino espartilhado em disciplinas. Muitas cadeiras eram dadas por professores que vinham de outras faculdades. Nomeadamente da parte das ciências, da física, matemática, história. Eram professores de outras faculdades, em que as cadeiras eram dadas, digamos, autonomamente. Ora nós sempre defendemos, e

¹⁹⁹ Decreto n.º 41363, de 14 de novembro de 1957

ainda hoje eu sou militante dessa visão e pratico-a, que as cadeiras deviam estar ligadas entre si, e concorrerem para uma disciplina central, que nós chamamos projecto. Isto é, a ação de projetar a cidade, projetar os edifícios, entendendo que a arquitetura é uma arte, digamos assim, que congrega muitos saberes, mas que concorrem para a formação de um arquiteto, e identificação das questões à volta do projeto. Por outro lado, defendemos que a escola devia ter uma relação com o exterior. (...) Portanto, a nível pedagógico, era um pouco o ensino integrado que nós defendíamos, e não cadeiras espartilhadas. Éramos contra os exames, não é? Ainda hoje sou. Como professor, nunca fiz um exame. Há muita coisa que ficou dessa fase. E eu nunca seria o mesmo se não tivesse estado nessa fase embrionária.

(José Gigante)

Para além destas questões, verifica-se a existência de um regime de progressão da carreira de professor, muito limitativo e seletivo, que no caso da ESBAP se virá a refletir na crise docente de 1969 (Paulino, 2013). Em 1968, o ambiente vivido na ESBAP era de desânimo, por parte dos professores e assistentes. O corpo docente estava sobrecarregado, fruto da falta de dotação financeira da escola para novas contratações e, na prática, era impedido de desenvolver outras atividades, nomeadamente na investigação, e de se manter atualizado (Paulino, 2013). Para efeitos de progressão na carreira, os candidatos a professor, por exemplo dos 1.º e 2.º grupos²⁰⁰, tinham de escrever uma dissertação original sobre assunto relativo às disciplinas em questão; elaborar uma lição de 60 minutos sobre um programa de composição de arquitetura ou urbanismo e discuti-la com júri, especialmente constituído; discutir criticamente os estudos realizados pelos estudantes, em relação ao programa anterior; elaborar um projeto de composição de arquitetura ou urbanismo, executado em 60 sessões de oito horas, com “prévio esboçeto feito numa sessão de doze horas”, discussão, durante 90 minutos do projeto anterior. As exigências aos candidatos a professor, regulamentadas na reforma de 1957, e ainda em vigor em 1969, tinham tanto de bizarro como de intransponível. É neste contexto que, no final do ano letivo de 1968-1969, os professores Fernando Távora, José Carlos Loureiro, Arnaldo Araújo, Cristiano Moreira, Álvaro Siza, Duarte Castel Branco, Alfredo Viana de Lima, Jorge Gigante e Pedro Ramalho deixam de

²⁰⁰ 1.º grupo: Arquitetura Analítica; Composição de Arquitectura; Teoria e História da Arquitectura; Conjugação das Três Artes. 2.º grupo: Urbanologia. Decreto n.º 41363, de 14 de novembro de 1957

fazer parte do corpo docente da ESBAP, sete em demissão e dois por limite de idade (Paulino, 2013).

Do final de 1969 a abril de 1970, o curso de arquitetura estaria encerrado. Apenas em março de 1970, o governo autorizava o funcionamento de um regime experimental na ESBAP e a recontração de professores, com ajustes nas categorias e remuneração. Todo o período de encerramento seria marcado por uma profunda participação de estudantes e professores em longas discussões sobre o curso e a resolução da crise. A 31 de janeiro de 1970, os professores Alfredo Viana de Lima, Álvaro Siza, Cristiano Moreira, Fernando Távora, Jorge Gigante, José Carlos Loureiro e Pedro Ramalho reuniam com os estudantes de arquitetura no anfiteatro da escola. Nesta reunião apresentariam a sua visão para o trabalho futuro do curso que passaria por um trabalho em equipa, com ampla participação dos estudantes, num quadro de “autonomia funcional”, reconhecida institucionalmente (Paulino, 2013:170). Os estudantes reunidos em assembleia geral, a 3 de fevereiro de 1970, decidiam a sua disponibilidade para participar na experiência e resolução da crise do curso de arquitetura, reivindicando a autonomia da escola, a independência de arquitetura face aos outros cursos da ESBAP, a contabilização de todo o trabalho desenvolvido pelos estudantes na resolução do problema como trabalho escolar, e a necessidade de reintegração dos professores demissionários (Paulino, 2013).

A 10 de março de 1970, estudantes e professores ratificam um documento comum, em assembleias gerais, que enviam ao Ministro da Educação, sobre “as bases e o modelo que deveria orientar a implementação do Regime Experimental” (Paulino, 2013:177), o qual iria vigorar entre 1 de abril e 30 de agosto, centrado no tema *Escola de Arquitectura*. Para dar andamento aos trabalhos necessários e para assegurar a realização de reuniões mensais de monitorização, elegeu-se uma comissão paritária, constituída pelos “Arquitetos Octávio Lixa Filgueiras, Fernando Távora e Jorge Gigante e os alunos Ricardo Figueiredo, José Manuel Garrett e Rui Louro” (Paulino, 2013: 184).

A reestruturação do curso de arquitetura, em muitos aspetos, seria prenúncio de futuras transformações, após o 25 de Abril, noutros cursos, de outras faculdades da Universidade do Porto e da concretização de reivindicações estudantis, no âmbito da exigência de uma reforma do ensino. Verificava-se a participação dos estudantes, formalmente reconhecida, no processo de reestruturação; a existência de órgãos de

gestão paritários, como a comissão constituída para apoiar a implementação da experiência; a implementação do trabalho de grupo (integrando estudantes de diferentes anos), como forma essencial do trabalho escolar; a ligação à sociedade, com a adoção do método de projeto enraizado no estudo da resolução de problemas da cidade; a substituição de uma avaliação sumativa, centrada no exame, pela avaliação contínua, através de trabalhos de grupo e relatórios regulares da atividade desenvolvida; a monitorização da avaliação e classificação qualitativa, em conjunto, por professores e estudantes.

Rosa Maria Moreira recorda a realização de um abaixo-assinado dos estudantes para eliminar as faltas, o que iria, de facto, verificar-se no quadro do regime experimental, sendo consagrada no documento *Bases para o estabelecimento de uma estrutura até 31 de Julho de 1970*, de 7 de maio, enviado pela Comissão Coordenadora ao MEN. Nesse mesmo documento iria determinar-se o seguinte:

- a) Abolição do sistema de faltas;
- b) Toda a vida escolar do aluno constitui objecto de apuramento;
- c) A partir de 1 de Abril cada aluno e cada professor elabora um relatório individual sobre todas as suas actividades escolares, ao longo dos quatro meses de experiência;
- d) Os trabalhos são, em princípio, feitos na Escola;
- e) Se houver um aluno ou grupo de alunos (ou mesmo docentes) interessados em realizar determinado trabalho, não integrável no sistema, apresentará a respectiva proposta à Comissão Coordenadora.

(Citado em Paulino, 2013: 189)

Nem todos os estudantes estariam de acordo com as transformações operadas e a sua transferência para a ESBAL seria autorizada pelo MEN, ainda em março de 1970 (Paulino, 2013). Mas para os que ficaram e se comprometeram com os novos métodos de trabalho, a frequência da ESBAP, neste período era “fabulosa” (Rosa Maria Moreira, em entrevista).

Íamos jantar a casa do professor Manuel Fernandes de Sá, que era um professor fantástico, fazíamos patuscadas, era diferente. Aquilo era tudo diferente. Fazíamos reuniões, fazíamos passeios, tirava-se muito o curso no café, no café S. Lázaro. Toda a gente ia para o café S. Lázaro e como não havia faltas, muitas vezes as aulas, ia-se de vez em quando, às teóricas.

Estudávamos os bairros, fazíamos levantamentos para ali. E tínhamos projetos de intervenção na zona. Os nossos trabalhos eram concretos. Por exemplo, fiz uma vez um mercado para Chaves. Lá fomos nós para Chaves fazer o levantamento de terreno, pesquisar. Os professores diziam muito pouco. Nós é que tínhamos de desbravar e como lhe digo, socorríamos dos alunos mais velhos. E a maior parte das cadeiras também era na biblioteca. Uma biblioteca fabulosa que havia em Belas Artes.

Nós fazíamos no primeiro ano o levantamento de 21 metros da Rua do Almada. E lá está, o trabalho de equipa, porque um sozinho não consegue fazer, mas cada aluno tinha 21 metros, portanto eramos poucos. Juntávamos cinco e fazíamos cinco talhões. Para um ir lá acima, um lá abaixo, outro está com a fita métrica, outra tira fotografias, outro encosta-se à parede para ver a distância da altura. Foi um período interessantíssimo, não há dúvida nenhuma. Muito trabalho de grupo, muito. Acho que não deve haver curso nenhum em que o trabalho de grupo fosse como neste, porque dependíamos mesmo uns dos outros. Nem podia ser de outra maneira.

(Rosa Maria Moreira)

Também José Gigante que, quando se dá o 25 de Abril se encontra no 5.º ano do curso, recorda a importância do trabalho desenvolvido na ESBAP para uma formação nova do arquiteto, que veio a contribuir, profundamente, para o desenvolvimento do projeto Serviço de Apoio Ambulatório Local - SAAL.

Os temas que eram discutidos passavam, necessariamente, pelo problema das cidades. Pelo problema da habitação. E o modo como os Professores tratavam esses temas era importante. Eu lembro-me de ter aulas com o Alexandre Alves Costa, por exemplo, em que as sessões da habitação eram postas como um tema importante. Uma das coisas que nós reivindicávamos era que a escola tratasse a história. Por exemplo, começava nas pirâmides do Egito, e ia por aí fora. Nunca chegava aos tempos atuais, e eu lembro-me perfeitamente que nós queríamos que fosse ao contrário. Uma das coisas que se falava na história era de ser contada ao contrário. Isto é, começar na revolução

industrial do século XVII/XVIII, que é quando começa a haver o conceito do proletariado, de luta de classes. Claro que já existia desde o início da humanidade, mas aí era mais evidente. Portanto nós falávamos de momentos sociais que acompanham o início da história da arquitetura e da revolução industrial, nas teorias da habitação operária. Eram temas que os nossos professores nos punham a discutir. A nossa relação com os professores era muito próxima. Eu, por exemplo, posso dizer que o único professor que eu tratava por você era o Fernando Távora. Porque era uma pessoa mais velha, tutelar. Sempre tratei os professores por tu. Desde o primeiro ano. E com essa experiência maluca, éramos tu cá, tu lá, toda a gente. Nós íamos a casa dos professores discutir coisas. Era um meio muito interativo. Quando vem o SAAL, quando vem o 25 de abril, e começamos efetivamente a sair para fora, e a passar à prática coisas que tínhamos na cabeça, era outro mundo de contradições. Não consigo dissociar, se não tivesse sido a escola que tive, essa transposição para a cidade nunca teria sido feita do mesmo modo.

A presença dos estudantes ajudou, a seu modo, a dinamizar esse movimento. Quando aparece o SAAL, não se fez mais do que juntar forças. Isto é, pegar nos moradores, porque eles, nessa altura, tiveram que constituir legalmente associações e o SAAL, no fundo, oferecia aos moradores uma equipa que ia tratar com eles de um problema de habitação no bairro. Na génese dessas equipas, em muitas das operações, estavam os estudantes de Arquitetura, que já estavam lá. Antes do SAAL chegar, nós já estávamos lá.

(José Gigante)

A autorização para que vigore um regime experimental na ESBAP, em 1970, por parte do governo, não deve ser entendida no âmbito de qualquer benevolência ou vontade genuína em encetar um processo de reforma participado e democrático. Na verdade, a concretização só se materializa depois de um longo período de ausência de respostas às reivindicações de professores e estudantes, de contestação à Reforma de 1957 e do evento limite das demissões em bloco dos professores de arquitetura. Além de que, logo a partir do final de 1970, vai verificar-se um longo e exaustivo processo de obstaculização à continuidade do processo, por parte do MEN, que se vai arrastar até ao 25 de Abril e que vai procurar retroceder nas transformações operadas.

A autorização para funcionamento, em regime experimental, para o ano letivo de 1970-1971, só seria dada em fevereiro de 1971 (Paulino, 2013), mantendo-se até aí o funcionamento do curso em expectativa. Nesse despacho, Veiga Simão pedia ao

Conselho Escolar, uma proposta de funcionamento do curso, ignorando a proposta da Comissão Coordenadora da experiência, já submetida, num prazo de cinco dias úteis. Em março, para além da nomeação de um novo diretor da ESBAP, à margem de discussão com a comunidade escolar, Veiga Simão viria a esclarecer que não aprovava a proposta da Comissão Coordenadora devido aos “termos extremamente vagos e imprecisos quanto à orgânica dos estudos e, por outro lado, o sistema de gestão preconizado que, ao fim e ao cabo, transferiria para os alunos totalmente o poder de decisão” (Paulino, 2013: 250). Iniciava-se assim um processo de deslegitimação do património do Regime Experimental de 1969-1970, com a efetivação de transferência das decisões para o Conselho Escolar, e dando-se início a novo período de crise. O afastamento dos estudantes do processo de desenvolvimento de uma proposta de funcionamento de curso, no ano letivo de 1970-1971, ainda que contra a posição de um largo conjunto de professores, iria impor um ambiente de desconfiança e de tensão com o corpo docente. Apenas a 2 de abril seria, finalmente, autorizado um novo regime, desta vez proposto pelo Conselho Escolar e num clima de tensão entre o corpo docente de arquitetura. A atividade letiva só se iniciaria a 29 de abril, com o diretor a recusar explicar aos estudantes, em plenário, como se organizaria o curso nesse ano, descartando essa responsabilidade para cada docente. Os estudantes, perante o sucessivo afastamento relativamente às decisões sobre o funcionamento do curso e o retrocesso de medidas adotadas em 1969-1970, irão acusar uma consecutiva falta de colaboração com os docentes, inclusivamente abstendo-se às aulas. O ano terminará com novas demissões do corpo docente e a hipótese novamente de dissolução do curso. O processo repete-se nos anos seguintes, com atrasos significativos no início das atividades letivas, dificuldades nos processos de avaliação, clivagens importantes no seio dos estudantes e professores, mas ao mesmo tempo com intensas e aguerridas discussões.

Ainda que, em 1968 se verificasse a existência de um esforço de organização associativa em Belas Artes, designadamente a partir da publicação do Jornal Boletim ESBAP 2²⁰¹, assinado pela *Secção Editorial da Associação de Estudantes da Escola*

²⁰¹ O primeiro número do jornal ESBAP foi publicado em 1962 (Moniz, 2008).

Superior de Belas Artes do Porto (em formação), essa organização parece estar mais pulverizada nos últimos anos da ditadura.

O jornal ESBAP, de 2 de junho de 1968, incluía, entre outros textos, um assinado por Carlos Lopes (dirigente da AE de Medicina, no ano letivo de 1967-1968), sobre *Alguns aspectos do movimento associativo no Porto*; um texto de José Augusto Nozes Pires denominado *Do realismo como existência* e um texto de José Pacheco Pereira *Do realismo como inexistência* (ambos ativistas estudantis da Faculdade de Letras), demonstrando uma inequívoca comunicação inter-associativa dos estudantes da ESBAP com o movimento associativo da Universidade. Mas a concretização da associação de estudantes da ESBAP parece não ter tido materialização, uma vez que os documentos localizados em que se lhe faz referência, a mesma aparece sempre com a designação (*em formação*) e os entrevistados têm pouca memória da ação de tal organismo. Coloca-se a hipótese de que a ímpar participação dos estudantes na definição dos destinos do curso de arquitetura e o ambiente vivido na ESBAP, entre 1968-1974, possa ter contribuído para secundarizar a necessidade de uma associação de estudantes formalizada. Se, em 1968, há uma referência explícita à AE em formação, e nos anos seguintes os comunicados estudantis desta escola se fazem em nome próprio dos estudantes, dos anos dos cursos e das assembleias gerais. Em 1974, verifica-se a existência de um conjunto de comunicados assinados pelo Núcleos Sindicais de Base. É o caso do comunicado, *Contra as intimidações, reforçemos a nossa organização! Qual o significado da luta de sexta-feira?*, lançado a 28 de fevereiro de 1974 e situado por Raquel Paulino (2013), como o primeiro dos Núcleos Sindicais de Base que se dedica à luta pela abolição das faltas, que a essa altura tinham já retornado à ESBAP.

De qualquer forma não se deve considerar que, ao longo da ditadura, na ESBAP, não existiu, associação de estudantes, pelo contrário. De acordo com Guya Accornero, nos anos 1950 existia associação formada, tendo sido a mesma encerrada e dissolvida, em 1953 pelo governo (Accornero, 2009).

4.7. Lutas nos Liceus

Na literatura, as referências às organizações associativas dos estudantes liceais são breves e, em geral, laterais aos temas em estudo. Existem vários registos sobre o movimento associativo liceal em depoimentos dispersos, em diferentes publicações (caso do livro sobre o Liceu Carolina Michaelis, de Luís Grosso Correia), tais como jornais periódicos, em artigos memorialísticos ou biográficos²⁰². Encontram-se, ainda, dezenas de documentos produzidos pelos estudantes liceais, em diferentes momentos, nas páginas de arquivos: Ephemera, Casa Comum Fundação Mário Soares, Centro de Documentação 25 de Abril, Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Mas não se conhecem trabalhos específicos sobre o movimento associativo liceal do Porto.

Nos últimos anos da ditadura vai verificar-se atividade associativa em todos os liceus da cidade, apesar da forte repressão existente sobre os estudantes liceais.

Conseguimos encontrar referências à existência de uma Comissão Pró-associação dos estudantes dos liceus do Porto, pelo menos desde 1965²⁰³, sendo inclusivamente nesse ano enviado ao MEN uma proposta de estatutos que, não tendo sido aprovada ou negada, permitia aos estudantes a organização em comissão pró associativa. Mas vai ser já no início de 1970 que a atividade associativa nos liceus do Porto, ganha uma maior dimensão, com um maior número de ações desenvolvidas, comunicados emitidos e inclusivamente eleições²⁰⁴ realizadas, com a participação de mais do que uma lista e com votação em urna colocada em vários liceus e na Faculdade de Engenharia do Porto.

A Comissão Pró-Associação dos Estudantes Liceais do Porto nunca teve existência legal, funcionava sem nenhuma sede ou apoio. Tinha alguns núcleos em diferentes liceus, designadamente no Liceu Carolina Michaelis, Alexandre Herculano e D. Manuel II, onde se verificava uma organização mais forte. Havia reuniões de estudantes, em torno da CPAELP, nos próprios liceus, sempre sujeitas à vigilância dos funcionários, mas que os estudantes insistiam em realizar como forma de marcar

²⁰² Mendes (2010); Sampaio (2016); Seabra (2007); Dores (2015); Ribeiro (2012); Nunes (2002); d'Espiney (2019).

²⁰³ Arquivo particular de Sérgio Seca. Carta ao Reitor do Garcia da Orta. CPAELP. 1 de abril de 1973.

²⁰⁴ Idem. Sobre as eleições. Comunicado CPAELP. Janeiro de 1973.

posição em relação ao direito de reunião e associação²⁰⁵. Outros dos locais importantes na realização de reuniões da CPAELP foram: a sede da JUC²⁰⁶, da JEC²⁰⁷, a Faculdade de Engenharia e as Repúblicas 24 de Março e Lysos²⁰⁸.

Ainda que se tenham verificado algumas ações por parte dos estudantes liceais, que se descreverão adiante, a atividade associativa liceal no Porto parece ter tido um maior impulso, a partir de 1972.

Em 1969, há registo de os estudantes da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis lançarem um comunicado de denúncia de problemas sentidos na escola²⁰⁹. Os estudantes exigem uma nova sala de alunos; uma oficina de pintura; abertura da biblioteca; reparações diversas nas salas de aulas práticas e que a secção preparatória às Belas-Artes tenha funcionamento noturno.

A 8 de abril de 1970, a Junta de Delegados do Liceu D. Manuel II endereça, ao Ministro da Educação Nacional, uma petição, assinada por estudantes de todos os liceus da cidade. A petição solicita ao Governo que: os estudantes do 7.º ano, com média de 14 valores, sejam dispensados dos exames a todas as disciplinas; que os estudantes do 7.º ano, com média de 12 valores, sejam dispensados dos exames orais, sem que isso se reflita na subida da média de 8,5 valores para acesso a esses exames; que o exame de aptidão à universidade seja abolido. Na exposição, os estudantes discutem a duplicação de exames e o “consequente desgaste nervoso dos alunos”²¹⁰.

Em janeiro de 1971, a Comissão Pró-Associação dos Estudantes Liceais do Porto (CPAELP), lança o seu primeiro boletim, com o nome “Fulcro”, que irá ser um marco importante no crescimento da organização estudantil liceal, como se descreverá no subcapítulo dedicado à imprensa associativa estudantil.

No início do ano letivo de 1971-1972, a CPAELP desenvolve uma atividade intensa em alguns liceus do Porto: no Liceu D. Manuel II, os estudantes dinamizam um abaixo-assinado a exigir uma sala de convívio, entregando ao reitor 500 assinaturas a favor da reivindicação; no Liceu Carolina Michaelis verificam-se pequenas ações de

²⁰⁵ Teresa Medina em entrevista.

²⁰⁶ A Juventude Universitária Católica funcionava na Rua de Cedofeita, n.º 376.

²⁰⁷ Juventude Escolar Católica. Edgar Seca em entrevista.

²⁰⁸ Teresa Medina em entrevista.

²⁰⁹ Arquivo particular de Sérgio Seca. Informação 1. E.A.D.S.R. 1 de outubro de 1969.

²¹⁰ Idem. Carta ao M.E.N. Porto. 08.04.1970 [dactilografado].

protesto contra arbitrariedades de professoras e, no Liceu Garcia da Orta, realiza-se uma concentração junto à reitoria do liceu contra a suspensão de um estudante e a dinamização de um abaixo-assinado, que recolhe 257 assinaturas, a exigir a presença de estudantes no Conselho Disciplinar. Ainda neste liceu, recolhe-se um outro abaixo-assinado, com 300 assinaturas, que reivindica a abertura da papelaria ao sábado à tarde. A resposta à organização e ação crescente dos estudantes liceais é rápida. Nos liceus referidos aumenta a vigilância, as chamadas ao Reitor e, no caso do Liceu Garcia da Orta, seis estudantes são obrigados a pedir transferência e três são mesmo presos²¹¹.

O ambiente repressivo que começa a sentir-se também nos liceus, por esta altura, vai desencadear uma resposta integrada do movimento associativo estudantil do Porto que lança diversos comunicados conjuntos a denunciar a situação. A Associação de Engenharia lança um boletim especial “BIPE” sobre a repressão nos liceus²¹²; é publicado um comunicado conjunto de Engenharia, Farmácia, Instituto Industrial do Porto e Liceus sobre o mesmo assunto²¹³; a CPAELP publica um documento onde explicita a situação e pede a solidariedade dos professores liceais do Porto²¹⁴.

Ainda em 1972 são lançados novos boletins associativos: no Liceu Carolina Michaelis será o jornal “Objectivo” e no Liceu Alexandre Herculano o jornal “Unidade”.

No contexto do crescimento da organização liceal, realizam-se reuniões gerais de alunos em alguns liceus, amplamente participadas, e desenvolve-se, ainda, durante o ano de 1972, uma intensa luta em torno do exame de aptidão à Universidade. Os estudantes consideram que este é uma repetição desnecessária dos exames finais do 7.º ano do Liceu, que impede que alunos que estão preparados prossigam os estudos. Disso mesmo darão conta, em carta destinada ao MEN e entregue ao reitor do Liceu D. Manuel II, a 26 de maio de 1972, subscrita por 1573 alunos²¹⁵.

²¹¹ Arquivo particular de Sérgio Seca. Comunicado das AES de Engenharia, Farmácia, Medicina, IIP e Liceus. Liceus e Faculdades Unidos contra a repressão! 6 de janeiro de 1972.

²¹² Idem. BIPE – Engenharia apoia os liceus! 5 de janeiro de 1972.

²¹³ Idem. Comunicado das AES de Engenharia, Farmácia, Medicina, IIP e Liceus. Liceus e Faculdades Unidos contra a repressão! 6 de janeiro de 1972.

²¹⁴ Idem. Carta aberta aos professores do ensino secundário. Janeiro de 1971.

²¹⁵ Arquivo particular de Sérgio Seca. Carta ao MEN. Maio de 1972.

Em junho, os estudantes realizam ainda duas concentrações, uma no Liceu D. Manuel II, no dia 2, e uma outra, no dia 4, junto à Escola Aurélia de Sousa²¹⁶, onde estava prevista uma visita do MEN, que não viria a realizar-se.

Imagem 13. Tarjeta dos liceus sobre o fim da aptidão

colegas:
UNIDOS PELO FIM DA APTIDÃO, JÁ!

Já todos discutimos este problema nos nossos liceus, assinámos o abaixo assinado que pede ao MEN o fim da aptidão, mas isto não chega. - A LUTA CONTRA A APTIDÃO CONTINUA:

Só a nossa unidade e activa participação na luta contra a aptidão nos garante a vitória neste processo.

Por tudo isto devemos tomar parte activa nesta concentração.

**FORA A APTIDÃO!
UNIDADE DE TODOS OS ESTUDANTES
CONTRA A APTIDÃO!
ABAIXO A REPRESSÃO!
POR UMA ASSOCIAÇÃO DE TODOS OS ESTUDANTES LICEAIS!**

Fonte: Arquivo Particular de Sérgio Seca. 28 de abril de 1972.

No final de 1972 vão realizar-se eleições para a Direção da Comissão Pró Associativa dos Liceus. Candidatam-se duas listas: Lista B, *Por uma Associação de Todos os Estudantes Liceais* e Lista A, *Por um Ensino ao Serviço do Povo*. A votação dura vários dias, com urnas para votação no Liceu D. Manuel II e Alexandre Herculano, e na Faculdade de Engenharia²¹⁷.

No seu programa de candidatura e textos de apoio ao programa²¹⁸, a Lista B denuncia que, no ano letivo de 1964-1965, “por razões fundamentalmente económicas, 65% das crianças portuguesas não continuaram os seus estudos para além do ensino

²¹⁶ Neste período, a Escola Aurélia de Sousa estava enquadrada no ensino técnico. Era uma escola feminina que ministrava “o ciclo Preparatório técnico e o Curso de Formação Feminina, com as especializações de Bordadeira – Rendeira, Modista de Vestidos, Modista de Chapéus e Modista de Roupas Brancas”. Viria mais tarde a ministrar também “Cursos Complementares de Artes dos Tecidos e Secretariado e Relações Públicas”. Com a unificação do ensino após o 25 de Abril, passa a escola secundária (Informação disponível no sítio de internet da Escola Secundária Aurélia de Sousa, s/d).

²¹⁷ Arquivo particular de Sérgio Seca. Eleições até Sábado. Porto. 12.1973 [dactilografado]; Idem. Ouvimos falar de eleições: Lista A e Lista B...Mas, afinal o que é isso de eleições?. Porto.06.12.1973 [dactilografado].

²¹⁸ Idem. Programa de Trabalho da CPAELP para 1972-1973. Por uma associação de todos os estudantes liceais. Porto.1972 [dactilografado]; Idem. O ensino em Portugal e a Reforma Geral e Democrática do Ensino. Texto de apoio. Porto. 1972 [dactilografado].

primário” e que “os filhos dos trabalhadores (que constituem 74% da população activa do país), em 1964, formaram apenas 4,2% do total dos estudantes universitários”.

Fazem ainda uma comparação do estado do ensino em Portugal com outros países do mundo, afirmando que “em 1968, as despesas com a educação eram apenas de 1,4% do produto nacional” enquanto nos outros países era muito superior. Afirmam que a percentagem de 1,4% “corresponde a cerca de 12\$50 por pessoa e por mês”, sendo “a mais baixa da Europa e uma das mais baixas do mundo”. Denunciam que os programas em vigor nos liceus (sem alterações desde 1954), não acompanharam a evolução científica e técnica, expõem a falta de estabelecimentos de ensino e de professores e concluem afirmando que:

O ensino liceal é ainda essencialmente teórico, desligado das realidades actuais. Não há materiais de investigação e laboratórios convenientemente apetrechados, nem instalações adequadas às novas exigências da educação e do ensino.

Continuam os exames, como processo de avaliação dos conhecimentos anti-pedagógico, a seleccionar os estudantes sem ser em função da sua capacidade intelectual. As disciplinas apresentam um conteúdo reaccionário, algumas extremamente reaccionário (Organização Política e Administrativa da Nação, por exemplo), e procura-se não permitir aos estudantes que estes as ponham em causa.

Destes dados objectivos e de tantos outros que infelizmente não rareiam, podemos tirar a seguinte conclusão: o ensino em Portugal é um ensino retrógado, acientífico e anti-pedagógico que não serve os interesses da população e dos estudantes.

Os candidatos da Lista B, defendem que, para alterar a situação, os estudantes devem lutar por uma “Reforma Geral e Democrática do Ensino”. Diz a Lista B que esta reforma não poderá ter lugar sem que se verifiquem alterações na “estrutura sócio-económica da sociedade portuguesa”, mas que é possível aos estudantes introduzirem pequenos aspetos das suas reivindicações e desta forma contribuir para que outras alterações se possam verificar.

No âmbito da “Reforma Geral e Democrática do Ensino”, os estudantes da Lista B colocam como reivindicações essenciais, as seguintes:

- democratizar o ensino no seu conteúdo, nos seus métodos, na sua organização;
- alterar o conteúdo de admissão aos centros de ensino, fazer com que esse processo não fique dependente das possibilidades económicas de cada um;
- democratizar os órgãos de gestão e o ensino subordinando as suas decisões aos interesses do povo português;
- reconhecimento das associações de estudantes como órgãos representativos destes;
- promover a participação dos professores e estudantes eleitos nos assuntos que lhes digam directamente respeito;
- aumentar os subsídios e bolsas aos estudantes e suas famílias;
- transformar as escolas em centros difusores de cultura e investigação.

Também a Lista A discute a situação do ensino no seu programa²¹⁹. Os estudantes da Lista A descrevem a sociedade portuguesa como uma sociedade capitalista que “assenta na exploração de uma maioria (as classes trabalhadoras – o povo) por uma minoria (as classes exploradoras – a burguesia)”. Afirmam que neste processo de dominação o ensino tem uma função específica – a de ensinar e educar “as pessoas de um certo modo, para elas futuramente estarem preparadas para exercerem determinadas profissões e pensarem de certa maneira” integradas no sistema de exploração existente.

As pessoas que tiram o seu canudinho, ao fim de andarem por cá uma série de anos, devem estar preparadas, ou para serem engenheiros, médicos, advogados, economistas, ou para serem professores, ou terem profissões mais ou menos ligadas à burocracia estatal (ministérios, etc), mas não podem ser uns srs. ou engs. quaisquer. Por isso nós vemos que das centenas de pessoas que entram para as faculdades (seleccionadas dos milhares que entram para o liceu) formam-se dezenas e às vezes nem isso.

E se esta peneira cada vez é mais fina, não é por os estudantes serem burros ou preguiçosos, mas porque é preciso escolher os tais futuros doutores e engenheiros. Porque eles vão ser completamente enquadrados em todo um sistema (que assenta na exploração do povo, que é mantido à custa de uma repressão muitas vezes violenta,

²¹⁹ Arquivo particular de Sérgio Seca. Por um ensino ao serviço do povo. Lista A programa de candidatura às eleições para a direcção da C.P.A.E.L.P. 1972-1973. Porto. 1972.

como já temos visto) e não é conveniente que eles percebam esta situação (de agentes muitas vezes directos da exploração – técnicos e dirigentes das fábricas; ou de agentes da continuação das ideias vigentes – professores) não é conveniente que eles ponham tudo isto em causa.

(Programa Lista A)

No seu programa definem da seguinte forma os objetivos da luta dos estudantes liceais:

- queremos um ensino que corresponda à realidade (e não deturpador e omissivo);
- queremos um ensino crítico (onde não tenhamos que engolir tudo, e nada pôr em causa);
- queremos um ensino ligado à nossa prática quotidiana (e não a quantidade de matérias abstractas e maçudas que somos obrigados a estudar);
- queremos um ensino não imposto por um regime autoritário por vezes militarista (e não toda a espécie de reverência e obediência irracional às autoridades, e não toda a repressão ideológica e corporal das “sanções” e outras coisas do artigo n.º tantos, não sei quê de mil novecentos e qualquer coisa);
- queremos um ensino em que não sejamos escolhidos segundo o grau de adaptação ao encornanço (e não os exames, chamadas e exercícios onde vomitamos a matéria decorada);
- Queremos também um ensino onde todas as camadas da população tenham acesso real (e não um ensino onde existem nem operários nem camponeses, ou só existem numa percentagem mínima);
- queremos enfim um ensino que nos mostre as coisas como elas são e que ponha a nu todos os podres da sociedade em que vivemos (e não nos mostre um mundo cor-de-rosa e cheio de flores, onde a paz é entendida como o não lutar contra os interesses da exploração, como o deixar manter as coisas como elas estão);
- queremos enfim um ensino que nos ensine a maneira de acabar com a exploração do povo, e não a torná-la mais refinada.

Sobre a forma de atuar, a Lista A vai mobilizar o conceito de “crise permanente”:

Os estudantes pelas suas lutas ao lado de outras lutas populares, podem ter uma acção de entravamento e boicote do sistema de ensino actual; e, pondo-o em crise permanente, fazer com que este não seja utilizado contra o povo. Além disso, como o ensino é um sector importante da sociedade, se ele for usado contra o feiticeiro (a burguesia), enfraquece-a.

A Lista B, por seu lado, propõe uma conjunto de objetivos específicos para conduzir a ação no mandato, designadamente: a contestação à prova de aptidão; a luta por aulas de moral facultativas, permitindo que sejam os estudantes a escolher se as querem frequentar e não os pais; a luta contra a repressão exigindo a libertação de estudantes presos e a legalização das associações; a exigência de participação de estudantes, em mesmo número que professores nos conselhos disciplinares das escolas; a contestação a todas “as arbitrariedades dos reitores”, faltas de castigo, suspensões e expulsões. Os estudantes da Lista B apontam ainda a necessidade de contestar a criação e atuação do Secretariado para a Juventude, organização criada pelo governo no final de 1971, e que, de acordo com os estudantes, tem como objetivo substituir a mocidade portuguesa, como órgão de “controle da juventude” e impedir a atividade associativa. Propõe-se lutar pela constituição de Juntas de Delegados (JD) em cada escola, pugnando pela eleição livre dos representantes de turma e contribuindo para a eleição da JD que deverá assumir, no seu entender, um papel de defesa dos interesses específicos dos estudantes.

As eleições decorrem em dezembro. Os estudantes enfrentam as limitações impostas à eleição, dentro das escolas. Em comunicado de 15 de dezembro de 1972²²⁰, a Lista B, denuncia as manobras dos reitores para impedirem as votações.

(...) no dia 12, 8 contínuos vigiavam o recreio do 7.º ano, impedindo que fosse colocada a urna. No intervalo seguinte, ao ser colocada, o chefe Vaz roubou as listas de voto e tentou levar a urna, ao que um estudante se opôs. Procurou então o Vaz levá-lo à Reitoria e imediatamente os estudantes presentes decidiram acompanhá-lo. O Vaz vendo que estávamos todos

²²⁰ Arquivo particular de Sérgio Seca. Aos estudantes do D. Manuel II. Porto. 15.12.1972

dispostos a concentrar-nos na Reitoria e como as autoridades receiam as nossas acções colectivas logo se “prestou” a largar o estudante.

No dia 13 as eleições continuaram impondo os estudantes a sua votação. Desta vez serviram-se as autoridades do roubo. Vendo-se impotentes para impedirem as eleições no recreio, pois aí os contínuos teriam de contar com a oposição dos estudantes, estes roubaram a urna durante o tempo de aulas que se encontrava nos balneários e continha 23 votos.

Mas não acabaram com as eleições. Ontem a urna estava novamente no liceu e estará até sábado, conforme foi decidido na Reunião Geral de Alunos, de 6/12. Apelamos aos colegas que votaram no dia 12 e no dia 13 para irem novamente votar. Apelamos para que todos os estudantes do liceu D. Manuel II votem, participando nas eleições e opondo-se mais uma vez à repressão que se abate sobre a nossa luta.

Os resultados da votação são os seguintes²²¹:

Votantes - 436

Lista A Por um Ensino ao Serviço do Povo – 78 votos

Lista B Por Uma Associação de Todos os Estudantes – 287 votos

66 Abstenções

Votos nulos – 5 votos

²²¹ Arquivo particular de Sérgio Seca. *Comunicado da direcção da C.P.A.E.L.P. Sobre as Eleições*. Porto. 05.01.1973 [dactilografado].

Imagem 14. Capas dos programas das listas candidatas às eleições C.P.A.E.L.P. 1972-1973



Fonte: Arquivo particular de Sérgio Seca

Em 1973, a organização dos estudantes liceais vai desenvolver uma atividade também intensa contra a repressão, como já se descreveu no capítulo IV, subponto 4.4.5., em especial em torno da expulsão da estudante Teresa Medina, do Liceu António Nobre e de outros interrogatórios e prisões no mesmo período.

Para além da luta contra a repressão, uma das movimentações mais relevantes dos liceus, em 1973, será contra o Concurso Taco-a-Taco. De acordo com o testemunho de Teresa Medina, o Taco-a-Taco será uma das iniciativas desenvolvidas sob a alçada do Secretariado para a Juventude, criado em 1971, através do Decreto-Lei n.º 446/71, de 25 de outubro, para substituir a Mocidade Portuguesa. O concurso Taco-a-Taco teria lugar no Teatro Maria de Matos, em Lisboa, e viria a ser transmitido na RTP. Tratava-se de um concurso, com disputa entre diferentes liceus, em que os estudantes respondiam a perguntas sobre diferentes assuntos relacionados com diferentes disciplinas²²².

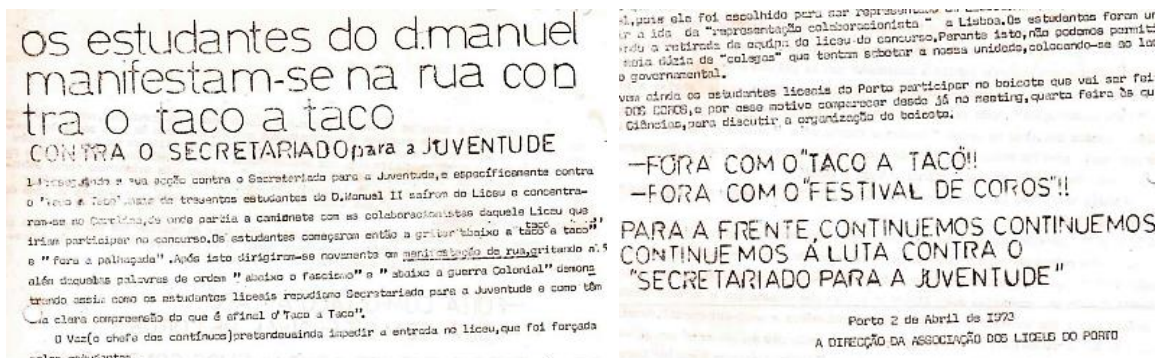
Durante a ditadura havia a Mocidade Portuguesa que, a partir de determinado momento, deixa de existir, enquanto tal, nas escolas, e é criado o Secretariado para a Juventude, com os mesmos objetivos da Mocidade. Mas é claramente uma organização mais diluída, não tinha as questões da farda, por exemplo, mas visava organizar os jovens em torno de um conjunto de atividades culturais e desportivas com os mesmos

²²² Fundação Mário Soares. Fundo Documentos Teófilo Carvalho dos Santos. *Taco a taco. Para que serve? A quem serve?* 1973. http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_78797

princípios ideológicos que o Estado Novo pretendia inculcar, mas sem ter aquele carácter tão militar que tinha a Mocidade Portuguesa. E uma das iniciativas que o Secretariado para a Juventude vai organizar é o Concurso Taco a Taco, que é um concurso nacional, com representantes das várias escolas, dos vários liceus, em termos de atividades culturais. Para nós, o grande objetivo do Taco a Taco era dar uma imagem positiva do fascismo e da ditadura, e das escolas como sendo tudo absolutamente extraordinário e fantástico e, portanto, desenvolve-se um grande movimento contra a representação das escolas no concurso. A este nível, e há documentos sobre isso, o ponto forte foi mesmo no Rodrigues de Freitas, com assembleias enormes, e a associação de estudantes envolveu-se muito na luta e na denúncia do Taco a Taco. Houve um grande movimento para que nenhuma escola se fizesse representar, apesar de não se ter conseguido isso.

(Teresa Medina)

Imagem 15. Aspeto da frente e última página de comunicado da Associação dos Liceus do Porto de 2 de abril de 1973



Fonte: Arquivo Particular de António Dias.

Para além de todas as ações de contestação específicas dos estudantes do ensino secundário, estes vão envolver-se, ao longo do período em análise, nas grandes mobilizações contra a repressão, designadamente na manifestação de repúdio pelo assassinato do estudante Ribeiro Santos, no final de 1972 ou contra a realização do I Festival de Coros Universitários.

Vão ainda dinamizar ações de denúncia da prisão de estudantes na Manifestação Popular de 15 de Abril de 1972, designadamente a publicação de diferentes comunicados exigindo a libertação dos colegas presos e realização de concentrações,

designadamente uma, a 1 de maio, no Liceu Alexandre Herculano pela libertação do estudante Mário Vaz.

4.8. Imprensa estudantil

Para além da proficuidade na publicação de comunicados estudantis, o movimento associativo mantém um conjunto de publicações periódicas que se vai dedicando a temas mais amplos e para lá das notícias associativas e académicas, como se tem vindo a referir. A análise destas publicações periódicas permite captar também algumas tendências no plano das ideias que perpassam o movimento estudantil. Como refere Manuel Prata, a imprensa estudantil constitui um “lugar privilegiado de produção e divulgação de cultura” (Prata, 2006:13). É através dela,

que mais facilmente se captam as ideias, se referenciam as adesões e as críticas, se identificam as repulsas, se conhecem as tendências da arte, os movimentos literários e científicos, as simpatias e as opções políticas, numa palavra, a cultura de uma comunidade.

(Prata, 2006:13)

Foram identificadas 26 publicações periódicas, produzidas por estudantes do Porto, entre os anos de 1965-1975, nos arquivos analisados. Assume-se que este trabalho terá sempre incompletudes, que se manifestam não só nos números de cada publicação que não foram possíveis de localizar, como pelas publicações que certamente existiram, mas que não foram preservadas ou não nos foi possível encontrar. Não obstante, parece-nos que, se considerarmos que foram consultados três arquivos principais, onde muitas das publicações aqui tratadas se repetem e, à luz do contexto repressivo da altura, este registo constitui um bom inventário analítico sobre o que se produziu no Porto no período em estudo.

Nas publicações identificadas, existem três de âmbito federativo; duas de Medicina duas de Farmácia, duas de Engenharia, duas de Ciências, uma de Belas Artes, um jornal da Associação de Estudantes dos Liceus, um do Liceu António Nobre, um do Liceu Alexandre Herculano, um do Liceu Carolina Michaelis, um boletim da Escola

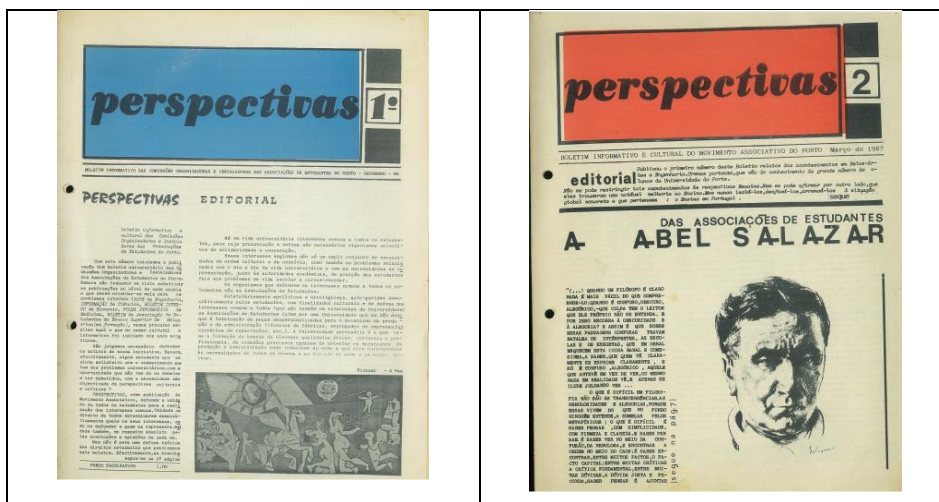
Industrial e Comercial de Matosinhos e um da Escola Técnica de Gaia. Encontraram-se ainda dois boletins da UNICEPE, um boletim da Comissão Democrática dos Estudantes do Porto (CDEP) e um boletim do Movimento Democrático dos Estudantes da Faculdade de Ciências do Porto. São publicações que datam entre 1965 e 1974.

4.8.1. As publicações do tipo federado

No âmbito das publicações da responsabilidade de várias associações ou de organismos federados, encontramos o boletim *Perspectivas*, cuja responsabilidade de publicação é das *Comissões Organizadoras e Instaladoras das Associações de Estudantes do Porto*, na sua primeira edição, de dezembro de 1966, e na sua segunda edição, de março de 1967, surge identificado como *Boletim Informativo e Cultural do Movimento Associativo do Porto*.

No primeiro número são dedicadas duas páginas ao *problema do aproveitamento escolar* em Belas Artes, onde se cartografa os principais acontecimentos na escola, a ação dos estudantes e o ponto de situação relativo funcionamento dos três cursos ali ministrados - Pintura, Escultura e Arquitetura. Dedicase uma página ao *problema das cauções* em Engenharia; reproduz-se um artigo do Diário de Notícias intitulado *O Ensino e a Formação da Juventude*, onde são analisados alguns problemas da educação nacional; noticia-se a realização de um ciclo de conferências, denominado *Sociedade e a Cultura em Portugal no século XIX*, onde participam como oradores Alexandre Cabral, Alberto Ferreira, Augusto da Costa Dias e José Tengarrinha, e a situação académica na Universidade de Coimbra. O referido número inclui ainda uma rubrica *Noticiário*, onde se dão pequenas notícias sobre diferentes faculdades e escolas do Porto e do País.

Imagem 16. Capa do Boletim Perspectivas n.º1 e n.º2



Fonte: Arquivo Particular de António Dias. Perspectivas. Porto. 12.1966; 03-1967

No segundo número do boletim, dedicam-se várias páginas a Abel Salazar²²³, no 20.º aniversário da sua morte, incluindo-se uma entrevista com o professor Alberto Saavedra sobre o mestre, a rubrica *noticiário académico*, e artigo extenso sobre o movimento associativo, onde se desenvolve uma resenha histórica da luta pela atuação livre das associações de estudantes.

O boletim *Informação Académica*, também federado e assinado por *Organismos Associativos do Porto*, tem um carácter mais informativo sobre a ação do movimento associativo estudantil do que cultural. Os quatro números publicados, no final de 1967, entre novembro e dezembro, dedicam particular importância aos acontecimentos na área metropolitana de Lisboa, com as cheias de 25 e 26 de novembro e a campanha de trabalho promovida pelos estudantes; às comemorações, em Coimbra, da Tomada da Bastilha nesse ano; e à prisão de José Augusto Nozes Pires no seguimento do acidente de automóvel da Arrifana, em março. O boletim *Pela Unidade* é, de acordo com o seu primeiro número, publicado por decisão da RIA, de 23 de fevereiro de 1972. No seu primeiro número, de março de 1972, publica informação sobre a ação dos estudantes espanhóis e a repressão do governo e informação sobre a situação na Universidade de Coimbra. O segundo número irá dedicar-se inteiramente à situação em Letras de Lisboa

²²³ Abel Lima Salazar foi demitido da Faculdade de Medicina do Porto, em 1935, pelo regime.

e a acontecimentos de Medicina e Engenharia do Porto. O número de janeiro de 1973 versará sobre a exigência de reintegração na Universidade de Ruy Luís Gomes. Em geral, neste boletim, serão publicadas informações sobre o movimento associativo estudantil. Se em determinados momentos o boletim é assinado como Boletim Informativo constituído em RIA, noutros momentos, em especial, a partir de 1973, passa a identificar as associações responsáveis.

O jornal *Fulcro*, da responsabilidade da Associação de Estudantes Liceais do Porto, do qual se identificaram quatro números, publicados entre 1970 e 1974, à semelhança das publicações anteriormente descritas, vai noticiar a ação estudantil nos liceus e faculdades do Porto, mas também em Coimbra e Lisboa, e vai apresentar um conjunto de outras rubricas das quais se destacam, em janeiro de 1971, pelo seu carácter cultural, as seguintes: texto dedicado ao ensino em Cuba, onde se afirma “não ser preciso pedir reforma”; a reprodução de um texto de José Luís Pio Abreu, publicado na revista *Vértice* n.º 321, intitulado *Escola: Competição ou Cooperação?*; variada poesia de autores identificados apenas por iniciais, mas também de Manuel Alegre e António Aleixo; um texto dedicado à Beat Generation e ao escritor e poeta americano Allen Ginsberg e, finalmente, um texto de duas páginas dedicado a Bob Dylan e às suas composições, onde se discutem os temas de algumas canções, nomeadamente a guerra e “a revolta dos negros e das minorias perseguidas”, e se traça uma biografia completa do artista e dos seus álbuns. A Beat Generation, e o poeta Allen Ginsberg são descritos da seguinte forma:

Foi ele que reuniu pela primeira vez em S. Francisco grupos de jovens que deram origem ao grande movimento hippie. Na Checoslováquia foi eleito “Rei do 1.º de Maio” pelos estudantes, foi expulso pelas autoridades Checas por cantar hinos budistas numa reunião e defender o uso de marijuana. Também foi considerado suspeito em Cuba, na Rússia e na Polónia apesar de se encontrar então exilado dos Estado Unidos.

(...) Allen Ginsberg, o maior criador da moderna poesia Norte-Americana, poeta principal da “Beat”, poderá estar neste preciso momento a cantar em sânscrito ou a estudar telepatia enquanto se barbeia ao mesmo tempo que o seu dinheiro é queimado em cestos de papéis ao som do solo de Miles Davis, ou mesmo a gritar por Carl Solomon às portas de Rockland que é o maior Hospital de loucos de toda a América.

Fulcro, janeiro de 1971

Edgar Seca, estudante liceal do Liceu Alexandre Herculano e ativista da CPAELP, recorda o jornal como um elemento significativo para a dinamização da associação de estudantes e o crescimento da organização.

Quando eu estava no 6.º ano do liceu, em 1970-1971, o Liceu Alexandre Herculano tinha um movimento engraçado na música. Estamos a falar de miúdos ainda com 15 ou 16 anos, mas que tocavam jazz. Tinham o jazz como ponto de partida, mas depois, do ponto de vista filosófico, também punham em causa o sistema todo e a ditadura, mas sempre contra a organização. O Fernando Semedo tocava bateria, e foi das primeiras pessoas que, comigo, organiza na associação dos liceus uma coisa que foi muito importante para estruturar o crescimento quer da organização comunista, quer do movimento associativo no Alexandre, que foi o jornal: o Fulcro. Porque era um jornal, de facto, muito aberto para os problemas. Eu recordo-me que um dos artigos foi sobre uma luta que nós lançámos contra o preço das omeletes, o pão com a omelete mesmo, que era muito caro e de que toda a gente gostava muito, e criámos um movimento por causa do preço.

Fomos nós que arranjámos o nome Fulcro. Saíram dois ou três números. Tinha, por exemplo, alguma poesia daqueles poetas malditos americanos. Tínhamos coisas sobre o movimento hippie. É evidente que percebemos que era uma área de fronteira entre o admissível e aquilo que seria de todo impedido de ser distribuído.

(Edgar Seca)

Um outro estudante do mesmo Liceu, José António Gomes, que só viria a ter participação associativa já na Faculdade de Letras, recorda o impacto e a importância do jornal, em especial do ponto de vista cultural e artístico. O seu primeiro número foi uma espécie de vanguarda cultural na divulgação da poesia de Allen Ginsberg.

Vale a pena acrescentar que é no Fulcro, o tal jornal distribuído no Alexandre Herculano, que eu leio pela primeira vez um pequeno artigo e um excerto de um poema, sobre um poeta que depois me vai interessar muito, durante a adolescência e juventude, que é um poeta norte-americano também ele um pacifista e interessado num certo posicionamento anti-capitalista, embora muito marcado pela cultura hippie da época e pelo culto das drogas alucinógenas etc, e que é o Allen Ginsberg. E, curiosamente, pela

mesma altura sai, por exemplo, uma Antologia da Novíssima Poesia Norte-Americana, da Editorial Futura, que tem na capa o Allen Ginsberg a dizer um dos seus poemas. E esta antologia data de 1973, ao passo que aquele jornal Fulcro data de 1971. Portanto, eu venho a reencontrar o Allen Ginsberg nesta antologia. E logo a seguir, acho que é no mesmo ano, sai uma Pequena Antologia de Poemas do Allen Ginsberg na D. Quixote.

Eu fiquei fascinado com aqueles versos. Depois vou encontrá-los no poema Uivo, Howl do Allen Ginsberg, depois mais tarde vou a Paris e compro coisas destes poetas norte-americanos. Há um outro da mesma geração que é o Lawrence Ferlinghetti. Por acaso, depois até viria a estar em Portugal, mais tarde. Também sai em janeiro de 1973, este livro, que é uma antologia poética do Ferlinghetti. Tudo poetas que eram contra o sistema capitalista norte-americano, que eram pacifistas, que eram favoráveis à luta dos estudantes contra a guerra do Vietname, que eram favoráveis à luta pelos direitos cívicos dos negros, que os acompanhavam. Que eram *compagnon de route* ou amigos, por exemplo, do Bob Dylan, que era também assunto de um dos artigos do Fulcro, numa altura em que realmente toda a gente ouvia o Bob Dylan e havia muita gente que tinha discos dele e até alguns que já cantavam o *Blowing in the wind* ou o *The Times They Are a-Changin'* ou outras canções de protesto muito conhecidas do Bob Dylan, e tudo isso, enfim, nasceu nesse cadinho que era o liceu Alexandre Herculano.

(José António Gomes)

4.8.2. Publicações das Associações de Estudantes

Pela Associação de Estudantes de Medicina será publicado o boletim Bisturi, pelo menos, entre 1970 e 1975. Este é o boletim de que mais números foi possível identificar. Para além de prestar informação regular sobre os problemas e ação dos estudantes de Medicina e das restantes faculdades do Porto, vai publicar notícias sobre ações de contestação em Coimbra e Lisboa e sobre outros temas, designadamente: poesia de José Craveirinha e texto de Josué de Castro sobre os povos «subdesenvolvidos»; em fevereiro de 1971, um texto sobre a Jugoslávia e a formação extra-hospital dos estudantes de Belgrado e uma entrevista com Pereira de Moura, economista; em janeiro de 1972, dedica várias páginas ao problema das cooperativas e reproduz informação sobre as eleições da Ordem dos Médicos; ainda em 1972 publica artigo sobre A Crise da Medicina Liberal. Em vários números vai publicar notícias sobre os problemas dos médicos e a

situação nos hospitais nacionais, assim como o problema do acesso à saúde, defendendo por várias vezes um acesso universal a cuidados de saúde. Em 1973, coincidentemente com a eleição de uma direção associativa, em Medicina, de influência da corrente POP, o Bisturi vai sofrer uma paragem e será substituído pela publicação *A nossa Luta* que assina *Boletim Informativo AEFMP Por um Ensino ao Serviço do Povo*. Neste boletim vão ser também noticiados problemas e ações de contestação dos estudantes de Medicina e de outras faculdades do Porto, assim como de Coimbra e Lisboa. Sobre outros assuntos, destaca-se a importância dada, num dos números, a lutas de trabalhadores, designadamente: a greve dos pescadores de Matosinhos; da fábrica Abelheira e da Cometa, Gialco, Sorefame e dos Cacilheiros. Num outro número é dado destaque às visitas da PIDE a casa de José Pacheco Pereira. Num dos últimos números identificados²²⁴, de novembro de 1973, é relevante referir a publicação de um texto denominado *Rompamos com a censura fascista*, em que se noticia as ações a 12 de outubro, em Lisboa, de evocação ao estudante Ribeiro Santos. Neste texto, os estudantes atacam as datas do 13 de maio e 10 de junho, denunciando-as como “dias de festa dos latifundiários, dos roceiros, dos grandes industriais e dos banqueiros” e afirmando que estes dias de festa para a “burguesia portuguesa” “não são, nem podem ser, os dias de festa dos operários, dos camponeses, daqueles que tudo produzem e que de tudo são expropriados”. Para além da linguagem de inquestionável inspiração marxista, enquadrada nos conceitos de luta de classes, exploração, etc, verifica-se no mesmo texto um ataque brutal contra as CDE’s.

(...) estando as “eleições” antecipadamente preparadas de forma a que o governo ganhe há alguém que se presta a participar nelas, ajudando o governo a dar um ar de democracia à campanha eleitoral?

Há, apesar de tudo uma oposição dita democrática, que apresenta candidatos (...). Esta “oposição” não se importa com o facto de nas sessões só poder falar quem o governo deixa e sobre os assuntos que ele permite. Não se importa até com as falsidades nas contagens dos votos que o governo faz quando tem necessidade disso.

Muito desportivamente acha que “o que interessa é participar...”

²²⁴ Arquivo particular de António Dias. *A nossa luta*. Boletim Informativo da AEFMP n.º6. Porto. 03.11.1973 [dactilografado].

Mas se participa nestas eleições que à partida estão falseadas e antecipadamente ganhas para o governo ajuda-o não só a manter uma fachada democrática de eleições “livre” ainda o ajuda a divulgar algumas das suas ideias.

O texto, transcrito de um documento intitulado *A luta dos estudantes e as manobras de alguns senhores doutores*, possivelmente publicado por organismo estudantil de Lisboa, aproveita declarações de Alberto Arons de Carvalho²²⁵, a propósito das lutas estudantis de Lisboa, para tomar a parte pelo todo e desconsiderar sem hesitação toda a oposição democrática, assim como toda a sua ação de resistência, construída ao longo dos anos.

Das publicações dos estudantes da Faculdade de Farmácia, foram encontrados dois números, um do *Tubo de Ensaio* e um outro da *Folha Informativa*, ambos se dedicam apenas a assuntos relacionados com o movimento estudantil.

Também o jornal BIPE dedica-se quase exclusivamente à ação estudantil, na Faculdade de Engenharia, e de outras faculdades e escolas, excetuando-se um número publicado, em abril de 1972, que inclui: poesia de Pablo Neruda; um texto sobre as manobras dos guerrilheiros no Vietname e uma entrevista a José Afonso, da qual se transcreve um excerto:

(...) Muita gente parte para o conhecimento do cantante através unicamente do disco. Ainda não se fez o inventário de todos os dissabores que na prática o cantante tem tido. Muitas pessoas a partir da simples audição de um disco, permitem-se efectivamente tirar conclusões acerca da coerência do cantor dizendo que o indivíduo pertence à sociedade de consumo, etc. O que é certo é que nós estamos proibidos de cantar, eu, o Fanhais, o Adriano, etc, legalmente, embora os nossos discos circulem. Portanto, a nossa acção é uma acção semi-legal e muito específica, muito característica dos meios que nós dispomos aqui e dos recursos que o governo tem para nos anular. O que é que eles nos fazem? Permitem que o disco circule mas não permitem a nossa

²²⁵ De acordo com o texto citado, Alberto Arons de Carvalho (membro das comissões de juventude da CEUD em 1969 e candidato na CDE de Lisboa, em 1973, viria a ser militante do PS, entre 1973 e 2002) teria dito em declarações aos jornais que “o movimento dos estudantes é um movimento de uma minoria privilegiada com um complexo de culpa por o ser, e que os movimentos estudantis são obra de meia dúzia de indivíduos com a concordância acarneirada da maioria dos estudantes”.

actuação afinal. E assim não nos rodeamos de todas aquelas condições técnicas e materiais que nos permitam verdadeiramente cantar (...)

(...) nós aqui em Portugal apesar de tudo só cantamos na medida em que somos requisitados para um processo que excede a própria canção. Fazer um trabalho suponhamos cultural ou associativo e em geral só participamos e só cantamos nessas circunstâncias. Portanto, acho que isso de um certo modo é um pouco exemplificativo duma certa consciência que os cantores têm, apesar de tudo. Quer dizer, não desligam a sua acção como cantores da sua participação como homens e como cidadãos. E quando cantamos exigimos que nos seja previamente assinalada a nossa função. Não nos limitamos a perguntar quanto é que nos dão, ou se há muitas miúdas que nos ouvem, ou qualquer outra coisa. O que prova que há uma elementar consciência dessas coisas. Eu não estou a falar só por mim, estou a referir-me, por exemplo, ao Fanhais, etc. Então quando um dia se fizer um inventário de todas as pressões que temos encontrado pelo caminho, talvez isto seja mais directamente esclarecido. Eu por exemplo estou proibido de ver os meus pais, em Lourenço Marques, proibido de ir ao ultramar. Há pequenas coisas que as pessoas julgam naturais, mas não são. São pura e simplesmente produto da repressão que se exerce sobre determinados indivíduos que, apesar de tudo, tomaram uma atitude.

José Afonso, entrevista no Jornal BIPE, abril de 1972

Do jornal *Acção*, da Faculdade de Economia foi apenas identificado um número de março de 1972, onde se discute a ação do movimento estudantil e se noticia a luta dos estudantes, em Espanha e lutas operárias, no Norte do País, designadamente a greve na Grundig, em Braga, entre 7 e 10 de fevereiro; e greves na fábrica Alva de conservas, em Matosinhos e nas fábricas Leão e na Roderstein, em Famalicão.

Do jornal *Movimento*, da Faculdade de Ciências, foram identificados dois números de abril e maio de 1972, que se dedicam ao movimento estudantil. Destaca-se um texto, num dos números, sobre o problema da seleção, onde se publicam os resultados dos exames realizados em Ciências e Engenharia, que ilustram o grande número de faltas e reprovações.

Relativamente aos liceus, identificaram-se os boletins *Objectivo*, do Liceu Carolina Michaelis, *Impacto*, Liceu António Nobre e *Unidade*, do Liceu Alexandre Herculano. No número identificado do boletim *Impacto*, em nome da Comissão

Associativa do Liceu António Nobre, publica-se um texto de crítica às aulas de moral e outro de crítica aos métodos de trabalho de um professor de Geografia, e uma tira da Mafalda de Quino, cartoonista.

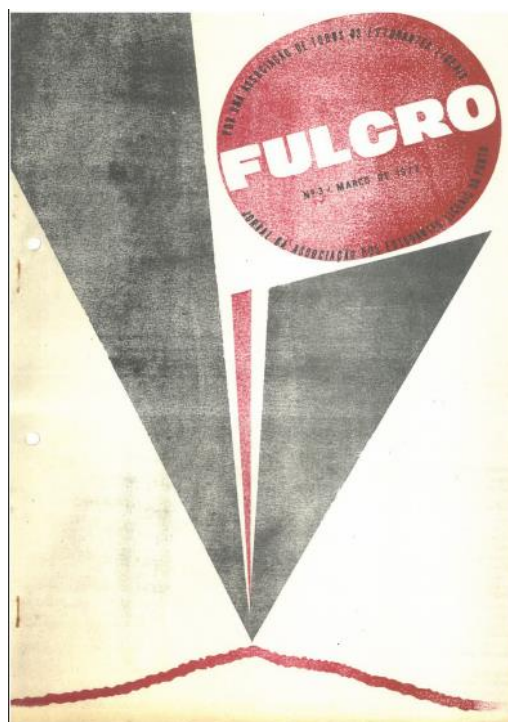
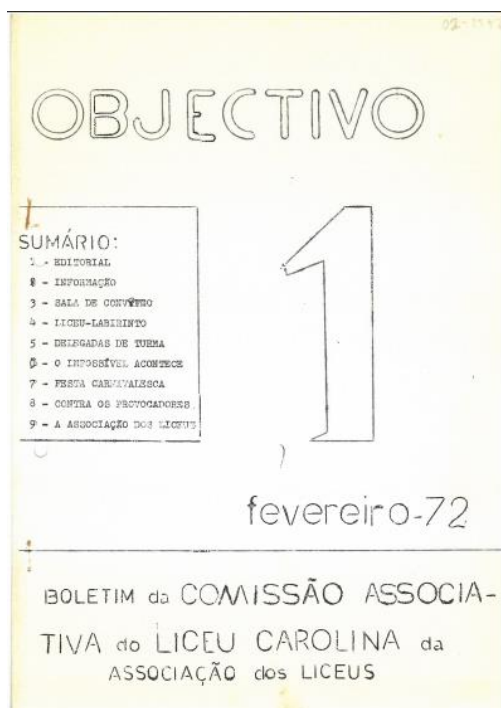
Imagem 17. Tira Mafalda do boletim *Objectivo* 1973



Fonte: Arquivo particular de Sérgio Seca.

No jornal *Objectivo*, de fevereiro de 1972, assinado pela Comissão Associativa do Liceu Carolina Michaelis, publicam-se, além de informações sobre o movimento estudantil, críticas ao papel desempenhado pelas delegadas de turma, reduzido ao auxílio às professoras, ao facto de algumas professoras baterem nas alunas, à ausência de aquecedores nas salas e papel, sabão e toalhas nas casas de banho e à proibição de as alunas circularem em determinados espaços. Neste número há também referência à distribuição de um documento, por uma organização denominada Círculo dos Estudantes Liceais do Porto – CELP, que, no boletim, é denunciada como uma organização anti estudantil e protegida pelas autoridades liceais. O jornal *Unidade*, da Comissão Associativa do Liceu Alexandre Herculano, vai ser publicado pelo menos em quatro alturas, entre 1972 e 1973. Vai publicar informação sobre o movimento estudantil e uma rubrica dedicada a cada turma do liceu, e num dos números verifica-se também a publicação de uma página com poesia de Bertold Brecht.

Imagem 18. Capa do Boletim Objectivo do Liceu Carolina Michaelis; Capa do Boletim Fulcro



Fonte: Arquivo particular de Sérgio Seca.

4.9. Lutas contra a Guerra Colonial

Grito Negro

Eu sou carvão!
E tu arrancas-me brutalmente do chão
E fazes-me tua mina, patrão.

Eu sou carvão!
E tu acendes-me, patrão
Para te servir eternamente como força motriz mas eternamente não, patrão.

Eu sou carvão
E tenho que arder, sim
E queimar tudo com a força da minha combustão.

Eu sou carvão
Tenho que arder na exploração
Arder até às cinzas da maldição
Arder vivo como alcatrão, meu irmão
Até não ser mais a tua mina, patrão.

Eu sou carvão
Tenho que arder
Queimar tudo com; o fogo da minha combustão
Sim!

Eu serei o teu carvão, patrão!

José Craveirinha “Chigubo”
Bisturi, 1 de fevereiro de 1968

A publicação, no jornal da Associação de Estudantes de Medicina do Porto, em fevereiro de 1968, do poema Grito Negro, de José Craveirinha (escritor moçambicano preso pela PIDE, durante quatro anos, entre 1964 e 1969, e ativista da Frelimo), deixa adivinhar o sentimento anti guerra colonial que perpassa o movimento estudantil, durante todo o período em estudo.

Não assumindo, explicitamente, uma oposição frontal à guerra colonial, nos documentos escritos publicados das associações de estudantes e restantes organismos associativos, os estudantes encontram formas de denunciar a opressão e exploração desenvolvida pelo colonialismo português em África. Esse é o caso da publicação do poema de José Craveirinha, mas também de textos dedicados à guerra do Vietname, que servirá de arquétipo à oposição estudantil velada à guerra colonial, como afirma José António Gomes.

Havia, para nós, um certo paralelismo entre a guerra colonial e a guerra do Vietname. Assim como os jovens norte-americanos eram obrigados a ir para o Vietname, combater uma guerra imperialista, uma guerra injusta e uma guerra opressora de um povo, o povo vietnamita, também os jovens portugueses eram obrigados a ir para a guerra colonial combater povos que tinham ambições justas de independência, e de construir uma pátria sua e, portanto, essas duas coisas estavam ligadas.

(José António Gomes)

A posição em relação ao «problema colonial²²⁶» vai evoluir progressivamente nos diferentes setores da população portuguesa. O PCP será a primeira grande força nacional a reconhecer o direito das colónias à autodeterminação. No seu V congresso, em 1957, onde se adotará a «solução pacífica» para o fim do fascismo em Portugal, posição corrigida em 1961 e descrita como o «desvio de direita» daquele partido, como já referido no capítulo III, subponto 3.6.2, adota-se naquele programa a seguinte posição, no ponto V *Programa para a democratização do País e melhoria das condições de vida do povo*, alínea b) *As relações com os outros povos*.

7 – Estabelecimento de uma amizade duradoira na base de direitos iguais, com os povos das colónias portuguesas. Às populações dos territórios de Goa, Damão, Diu, Macau e Timor devem ser dadas todas as possibilidades de decidirem dos seus destinos, incluindo a de se integrarem nos seus países de origem, de que foram arrancadas há séculos. Auxílio fraterno, económico, técnico e cultural aos povos das colónias portuguesas. Reconhecimento incondicional do direito dos povos das colónias portuguesas de África à imediata e completa independência²²⁷.

No quadro da organização da oposição democrática, a referência à situação das colónias faz-se a partir de uma linguagem cifrada, utilizada para proteger os momentos de atuação legal ou semilegal, mas que não deixa de colocar o problema numa

²²⁶ É assim que é referida a guerra e colonialismo, ainda, em 1973, nas conclusões do III COD.

²²⁷ (1957), "Programa do PCP - Aprovado no V Congresso", Fundação Mário Soares / DST - Documentos Souto Teixeira, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_56039 (2021-12-4)

perspetiva de recusa da guerra. No caso do II Congresso Republicano, em 1969, rareiam as referências à guerra e ao colonialismo, ainda que se verifiquem ²²⁸. Já no III COD, ainda que nas suas conclusões não haja um texto especificamente sobre a guerra colonial²²⁹, esta vai atravessar as conclusões, sendo, por exemplo, tratada no ponto *Estrutura e transformação das relações de trabalho*, nos seguintes termos:

c) problema colonial

1) Deve acabar-se com o domínio dos povos das colónias, isto é, com a guerra injusta que lá se trava, visto esses povos terem o direito que nós exigimos a nós próprios que é o direito à autodeterminação sem discriminação.

2) Os trabalhadores portugueses solidarizam-se com os povos das colónias num sofrimento que tem as mesmas causas e exigem:

-o fim imediato das hostilidades;

-o começo das negociações com os movimentos de libertação;

- a autonomia dos povos africanos.

3) Os trabalhadores repudiam qualquer política que leve à exploração e opressão dos seus irmãos de classe das colónias, pelo que recorrerão às mais variadas formas de luta para apressar a libertação dos povos colonizados.

Na declaração final do Congresso vão ainda definir-se três objetivos imediatos “possíveis de atingir através da acção em unidade das forças democráticas”: “o fim da guerra colonial”, a “luta contra o poder absoluto do capital monopolista” e a “conquista das liberdades democráticas”, colocando-os como objetivos parciais de uma ação que tem “por objectivo final” a “conquista do socialismo, o qual é indispensável para a construção de uma sociedade justa e digna” (Conclusões III COD, 1973:154).

²²⁸ Armando de Castro, por exemplo, vai introduzir na sua tese Contribuição para a definição da problemática económico-social contemporânea do povo português, a relação entre as despesas militares e o desenvolvimento da economia nacional, afirmando que as “despesas improdutivas com a defesa e segurança (...) travam a expansão económica e são o principal fator responsável pela inflacção que aflige o país (...).

Noutro registo, José Henriques Varela vai fazer referência à preocupação do povo com o “futuro dos filhos, que tanto lhe podem morrer no ultramar como não arranjar um emprego que lhe dê para viver(...)”

²²⁹ Rui Bebiano (2002:3) afirma que o III COD não tomou nenhuma posição clara sobre a guerra. Supõe-se que o interprete assim por não existir um ponto específico nas conclusões sobre o assunto, mas como se verifica o problema é abordado no quadro das conclusões dedicadas a outros temas e na declaração final do congresso.

A mobilização militar dos jovens rapazes vai impor-se nas suas vidas, constituindo-se como o mais complexo dilema que têm de enfrentar e levará a leituras e a tomadas de decisão e posição heterogéneas, mas sempre muito difíceis e complexas. Confrontados com um hiato nas suas vidas, de quatro anos²³⁰, mesmo jovens com direito a adiamento por estarem a frequentar o ensino superior, por vezes são empurrados para a antecipação do serviço militar numa tentativa dramática de resolver a vida mais rapidamente. É o caso de Fernando Sottomayor.

Uma das coisas que mais influenciou a minha vida foi a decisão de ir para a tropa. Em Portugal, naquela altura havia três opções: ou se ia solteiro para a tropa, ou se ia casado, ou se casava quando se saía do mato. Quando se era um oficial ao fim de um ano, saía-se de uma zona mais perigosa para uma zona mais tranquila e vinha-se de férias, e nessa altura, casavam; foi assim que o meu irmão fez. Havia muitos que casavam antes de ir para segurar a mulher e não sei quê, mas era um desastre, como pode imaginar, e havia outros que diziam assim “eu não vou acabar uma formatura, casar-me para apanhar um tiro na cabeça, não vale a pena, deixo uma viúva que fica aflita e eu andei a queimar aqui para uma coisa que não vale a pena”. Portanto, aos vinte anos, eu e um grupo de amigos, éramos para aí dez ou doze, resolvemos apresentar-nos em Mafra, todos. Fomos meter os papéis no dia 3 de janeiro de 1972, tudo em Mafra. Eu tinha adiamento para acabar o curso, mas decidimos assim. Eu pensava mesmo que não valia a pena tirar um curso para apanhar um tiro na cabeça. Resolvemos ir todos. Cortámos o cabelo antes de ir, chegámos lá e tivemos de cortar o cabelo outra vez, lembro-me perfeitamente, não chegava. E lá estivemos em Mafra...

Lembro-me que no dia em que um grande amigo nosso partiu de barco para Angola, estava no salão de cima, que era a sala grande da antiga faculdade de letras, a fazer exame de cultura clássica, e não consegui fazer o exame. Nesse exame estava comigo um rapaz que também se chateou e foi para a tropa e morreu em Angola. Logo, mal lá chega, um mês depois. Portanto, tudo isto são coisas que influenciam muito a minha geração. Repare... A gente tem 20 anos e é muito difícil arrumar as ideias, não é? A revolta é grande, mas eu nunca tive a ideia de desorganizar, sempre tive a ideia de mudar, que é uma coisa que é mais difícil de fazer. Mudar as ideias, mudar as pessoas é muito mais difícil. A gente sabia, os outros países já mudaram isto... (...) Sabíamos que

²³⁰ A mobilização militar implicava dois anos até 1968 e quatro anos após esta data, sendo que dois seriam obrigatoriamente prestados nas frentes de guerra.

podíamos fugir, a melhor solução era a Suécia porque havia um contingente anual e eles apoiavam-nos a 100%, mas nem todos queriam fugir.

(Fernando Sottomayor)

Para além dos perigos óbvios do serviço militar em tempos de guerra e do hiato que esta representava nas suas vidas, para os jovens sem uma influência política e ideológica de esquerda marcante, ou mesmo em discordância com esta, outros fatores influenciaram a sua descrença face à opção do regime pelo conflito nos países colonizados, designadamente as condições em que a participação na guerra se desenvolvia.

Eu lembro-me muito bem que a única coisa que a gente tinha que disparava alguma coisa, que nem era assim uma arma por aí além, era a G3. Depois tínhamos umas metralhadoras velhas do tempo da Segunda Guerra. Aviões, pouquíssimos... tínhamos uns helicópteros que eram umas caixas de fósforos e tínhamos uns camiões feitos no Tramagal, sob licença francesa, feitos ali ao pé de Abrantes. Mais nada. A gente não tinha nada. A gente dizia, muito bem: os americanos iam para a guerra e levavam o frigorífico (risos). E nós íamos de mãos a abanar. E é verdade. E isso tudo pesava e a gente queria mudar.

(Fernando Sottomayor)

Com a guerra iniciada em 1961, muitos dos nossos entrevistados, ativistas entre 1968 e 1972, tinham irmãos e amigos que já tinham cumprido serviço militar. O impacto da despedida, dos danos da guerra e da morte, traduzia-se num sentimento antiguerra já muito consolidado, quando iniciavam a sua participação social e política. As discussões sobre as opções disponíveis para os jovens rapazes face à incorporação militar e os impactos da guerra eram uma constante.

Eu tenho aerogramas que escrevi para o meu irmão e depois ele escrevia-me de volta, mas era eu já a tentar que ele compreendesse o que era a guerra colonial. Ele nunca esteve na frente de guerra, digamos assim, nunca foi um operacional, era das transmissões, estava mais na retaguarda, a nível do serviço militar. O que é mais marcante em relação à memória do meu irmão, em relação à guerra, é o roubar de

quatro anos de juventude, quer dizer, que é uma coisa que não tem preço, a pessoa em quatro anos, dos 18 aos 22, claro que há aquele lado do que se aprende e do que se convive mas isso não reduz e não desculpa o que é retirar quatro anos da idade de ouro a uma pessoa, não é? A mim já não me aconteceu porque eu depois adiei.

(Bernardo Vilas Boas)

O meu irmão foi para Angola. Eu achava que ele não devia ter ido. Isso é que foi a minha desgraça, porque eu não concordava com a guerra e tentei convencê-lo a ir para fora. Mas ele dizia que se fosse para a emigração nunca mais podia ver a mãe, e recusou-se a sair de Portugal. Mais do que isso, ele fez uma coisa completamente tenebrosa e estúpida: ele foi para os Rangers porque dizia que os Rangers estavam lá menos tempo e ele podia vir muito mais cedo para casa... E veio. No dia 29 de Fevereiro... Só volta de 4 em 4 anos... É uma coisa um bocado... Mas nas aldeias todas as famílias têm mortos. Na minha aldeia, no meu tempo, todas as famílias tinham coisas dessas.

(Arsélio Martins)

Nos últimos anos da ditadura, a oposição à guerra colonial era já uma constante na ação do movimento de oposição ao regime e, conseqüentemente, no meio estudantil.

A Guerra Colonial passou a dominar aqueles anos finais, era o assunto principal. Também era aquele que provocava maior confronto e aquele que a gente sentia que atingia mais o Regime. Era o ataque à Guerra Colonial, era o calcanhar de Aquiles do Regime e, portanto, a Guerra Colonial acabava por ser uma coisa que ganhou uma adesão grande. A esmagadora maioria já não queria ir para a guerra. Não era assim nos primeiros tempos. Mas naquela última fase a malta não queria ir para a guerra. Não queria ir para a Guerra, já estava contra aquilo. Aquele discurso patrioteiro que era feito, era coisa que na esmagadora maioria não era ouvido. E, portanto, para o Regime era naturalmente a parte mais sensível, e dificilmente havia lutas estudantis em que não aparecesse. A Guerra Colonial acabava sempre por se falar. Nas campanhas eleitorais de 1973, o principal problema era sempre abordar a Guerra Colonial. Tinhas logo imediatamente ali os da PIDE a saltar, a tentar tirar os microfones. Porque o resto já se

dizia com relativa facilidade. A guerra era a parte mais difícil e era onde a gente sentia que doía mais falar nisso na altura ao regime.

(Emídio Ribeiro)

A propósito da reflexão de Emídio Ribeiro, é interessante registar que no II Congresso Republicano, em 1969, enquanto as referências à guerra colonial são cifradas e laterais, a tese de Vitorino Magalhães Godinho intitulada *Socialismo: Caminho para o desenvolvimento da península*, discute o socialismo, comunismo, a sociedade de classes e a exploração, por exemplo. A abordagem à guerra colonial seria sempre, até ao 25 de Abril, tratada com prudência em todos os setores da oposição ao regime exceto, de acordo com alguns autores, nas organizações «marxistas-leninistas» em oposição ao PCP. Parece existir, de facto, uma tendência, em alguns trabalhos que se dedicam ao tema, para confundir a forma de atuação do PCP, no âmbito das organizações legais e semilegais que dinamiza e em que participa, com as suas posições relativamente à guerra colonial, e a forma como, em nome próprio, combate a guerra. Guya Accornero (2009:197), por exemplo, defende que “uma das mais importantes inovações” dos últimos anos do fascismo “é certamente o facto de a guerra colonial se tornar finalmente numa das temáticas principais da agitação estudantil e não só, depois de anos de abordagens ambíguas e hesitantes” e acrescenta que “a aquisição definitiva do anti-belicismo” se deve à diminuição da influência do PCP e à “aumentada presença de grupos radicais”.

Já Rui Bebiano (2002:6), vai atribuir uma posição secundária do combate à guerra colonial, no programa do PCP, de 1965. De acordo com o autor, em *Rumo à Vitória. As Tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional*, relatório apresentado por Álvaro Cunhal ao Comité Central do Partido, no conjunto de reflexões e posições descritas, a batalha contra a guerra colonial não aparece como “absolutamente prioritária”. Ora no relatório Rumo à Vitória, publicado em livro e que circulou clandestinamente, a partir de 1964, em 14 pontos de discussão política, dedicam-se o ponto número seis *Pelo reconhecimento aos povos das colónias portuguesas do direito à independência*, e, o ponto número sete *Por uma política de paz e de amizade de todos os povos*, às questões do domínio colonialista e da guerra.

No ponto seis, do referido relatório (que Rui Bebiano mobiliza) vai afirmar-se, entre muitas outras questões, enumeradas em 17 páginas, que,

O exercício pelos povos das colónias portuguesas do direito à autodeterminação e à independência é um dos objectivos políticos essenciais da revolução democrática e nacional portuguesa.

Hoje mais do que nunca se pode afirmar: Portugal só pode ser livre se as colónias portuguesas o forem também.

Para além disto, a contrariar a tese implícita nas afirmações de Rui Bebiano de que, para o PCP, a independência das colónias dependeria da libertação do povo português da ditadura, o mesmo relatório afirma claramente não ser possível determinar (àquele momento) o que aconteceria primeiro.

Depende de fatores de ordem interna e internacional que seja o povo português ou sejam os povos coloniais a libertar-se primeiro. É prematuro afirmar-se quem conseguirá. O que se pode afirmar é que a libertação de Angola, Moçambique e Guiné, a dar-se antes do derrubamento do fascismo, será um golpe a que o regime de Salazar dificilmente poderá sobreviver. Assim, também a conquista da Democracia pelo povo português, a dar-se antes, tornará inevitável, a muito curto prazo, a independência nacional dos povos das colónias portuguesas, condição da conquista da verdadeira independência de Portugal.

José Manuel Cordeiro (2017:216), na mesma linha de Guya Accornero, irá atribuir o desenvolvimento de “uma intensa actividade anti-colonial, nomeadamente no seio da juventude estudantil”, à ação das organizações «marxistas-leninistas» em oposição ao PCP, afirmando que a “nova postura anti-colonial, mais ousada”, contribuirá para a diminuição da influência do PCP, junto do setor estudantil.

A presente investigação não contraria (nem tem essa pretensão) o papel importante e significativo do conjunto de organizações marxistas-leninistas, criadas a partir de 1965, em oposição ao PCP, no combate à guerra colonial, nem também a sua influência no desenvolvimento da ação de contestação e oposição ao regime desenvolvida pelo movimento estudantil. Não obstante, a análise do conjunto de

documentos produzidos pelo movimento associativo estudantil, dos testemunhos dos nossos entrevistados, e do desenvolvimento das lutas estudantis no Porto, entre meados da década de 1960 e o final da ditadura, contraria uma visão que subordine a ação do PCP à ação dessas outras organizações político-partidárias ou que diminua, de qualquer forma, o combate à guerra colonial assumido pelo PCP e pelos militantes comunistas. Por exemplo, nos programas das listas candidatas às direções associativas do Porto, nenhuma das duas correntes intervenientes enumera explicitamente a posição anticolonial que os estudantes que compõem essas listas assumem. Trata-se de um facto que tem explicação nos cuidados conspirativos existentes para proteção do carácter semilegal das associações e da exigência da sua legalização.

O movimento associativo era um movimento semilegal, não podia abordar estes problemas. O movimento associativo é um movimento de frente semilegal. Não é legal porque não tem associações no Porto legalizadas. Em Lisboa e Coimbra já havia, mas aqui no Porto só havia Farmácia. O movimento associativo era semilegal. Não ia levantar problemas. Era suscitar a repressão. Embora comesçassem a aparecer já abordagens à guerra colonial, não era uma frente. Que eu me lembre, os comunicados associativos unitários não falavam sobre isso. Havia depois coisas clandestinas. Pichagens. Eu próprio andei a pichar vários sítios na cidade, embora já fosse associativo. Mas era outra dimensão.

(Fernando Sousa Lopes)

Como já foi descrito, a ação dos estudantes do Porto, em janeiro de 1968, contra a visita do embaixador americano à Universidade, é programada e dinamizada em larga medida por estudantes do PCP, procurando não só denunciar os crimes cometidos no Vietname, mas talvez de forma mais central usar a guerra do Vietname como elemento de substituição para o combate à guerra colonial.

Acho que era “abaixo a guerra”, “abaixo o imperialismo”. Já havia assim umas palavras um bocado de nível superior de contestação. Não sei se “criminosos”. Agora não me lembro de pormenores, mas foi à volta disto. Teve muito impacto essa manifestação contra a guerra do Vietname, porque os americanos apoiavam o regime português. Quer dizer, tinham aquele jogo de apoiar alguns regimes, e alguns movimentos de libertação.

A determinada altura, com o Kennedy, começaram a apoiar os movimentos de libertação. Mas tinham uma política dúbia, não é? Estávamos na guerra fria. Haver uma manifestação no Porto, em que era suposto que a malta do Porto fosse mais sossegadinha... (...) A malta lá em cima até é muito sossegada, e há uma manif contra a guerra do Vietname. Está a ver o impacto que teve. E lembro-me dum comunicado qualquer a mobilizar para essa manifestação.

(Fernando Sousa Lopes)

A “intensa actividade anti-colonial” que José Cordeiro (2017:2016) ilustra com a realização de manifestações, publicação de textos anticoloniais, a difusão de comunicados e tarjetas, a inscrição mural, “a constituição de organizações específicas para o combate à guerra” ou a promoção e organização de deserções não será exclusiva ou inaugurada por organizações como o PCP-ML, OCMLP, MRPP, etc. E disso dão-nos registo vivo os testemunhos de estudantes e ativistas estudantis, ligados ao PCP, à altura.

António Graça, por exemplo, associa a sua prisão, ainda em 1966, entre outros fatores, ao desenvolvimento de um conjunto de ações ligadas à contestação à guerra colonial, na Faculdade de Medicina.

A minha prisão é uma história complicada. Acontecem várias coisas que eu acho que leva a que a PIDE dê um tiro no escuro. Começa a haver muita movimentação contra a guerra colonial na faculdade. Há uma altura em que fazemos uma pichagem nos muros da faculdade. Cá por fora e tal, contra a guerra colonial, umas coisas, eu e outras pessoas estivemos envolvidos nisso. Distribuição de propaganda contra a guerra colonial não assinada. Entretanto, há um indivíduo que vivia perto de casa dos meus pais, que eu já não me lembro o nome, com quem eu às vezes me encontrava num cafezito lá à beira, mas eu não tinha nada politicamente com ele. Eu não sabia, ele andava a ser seguido, e, em determinada altura ele desaparece. Fugiu para França e a PIDE juntou estas coisas. Por outro lado, há o aparecimento destes movimentos anticoloniais. Ah! E outra coisa: no 5 de outubro anterior tínhamos feito um documento dirigido ao governador civil, já não sei se o documento era do movimento associativo, se era de um grupo de cidadãos, julgo que era de um grupo de cidadãos, que pediam uma manifestação no dia 5 de Outubro, tinha que se pedir lugar para manifestar, manifestar o nosso desacordo com a guerra colonial. Isto em 1966 era muito [risos] perigoso. Já não me lembro bem. Mas

quer dizer, eu acho que é este conjunto de circunstâncias que levam a que a PIDE dê um tiro no escuro. Por um lado, o indivíduo que tinha fugido, não é? Com quem eu me encontrava por vezes no café. Eu sabia que ele era um indivíduo antifascista e ele também sabia que eu era, mas não tínhamos qualquer ligação a nível partidário. E ele era do Partido. Por outro lado, essas movimentações na faculdade e esta tentativa de realização, creio que era no 5 de Outubro, aproveitar o 5 de Outubro para uma manifestação anti colonial. Julgo que eles com isso resolvem dar um tiro, não tinham nada concretamente contra mim, dão um tiro no escuro.

(António Graça)

António Vieira recorda-se também de uma distribuição de documentos contra a guerra colonial numa iniciativa cultural com o Teatro Universitário de Coimbra.

Lembro-me disso e lembro-me de outras coisas que a gente ia fazendo mesmo até no campo da cultura. De vez em quando vinham aqui grupos de teatro de Coimbra. O TEUC, por exemplo, fazia espetáculos. Lembro-me de um espetáculo no Teatro S. João em que quando as luzes se apagaram no intervalo, nós estávamos lá em cima, na parte mais alta, e atiramos panfletos cá para baixo, contra a Guerra Colonial. Lembro-me do espetáculo que foi de as luzes acenderem e os papéis a voar e a cair cá baixo, no Teatro Nacional S. João.

(António Vieira)

A orientação que o PCP define para os seus militantes, relativamente à guerra colonial, a partir de 1966, de não desertarem isoladamente e irem “tão longe quanto possível, inclusive até às frentes de batalha, sempre com o objectivo de esclarecer os outros soldados que não devem combater”, é caracterizada por José Cordeiro (2017:214), como uma polémica que “numa perspectiva anticolonial” evidenciava “falta de solidariedade para com as lutas dos povos das colónias”. O autor atribui a tomada desta posição à necessidade do PCP em “influenciar e obter a adesão de uma parte das Forças Armadas para levar avante o seu objectivo estratégico do “levantamento nacional”, em associação com as movimentações de massas, numa situação de crise revolucionária”.

Ora, não é desconhecido que, para o PCP, derrubar o regime dependia da forte mobilização da população e do apoio, pelo menos de parte, das forças armadas, como de resto se veio a verificar no 25 de Abril. No relatório Rumo à Vitória, já referido, afirmava-se que só o levantamento nacional poderia derrubar o governo fascista e “levar ao poder um governo democrático” (Cunhal, 1975:167). Álvaro Cunhal virá a resumir assim os principais elementos na análise do PCP para o «levantamento nacional»:

(...) a insurreição armada contra a ditadura fascista, para ser vitoriosa, tem de ser o resultado, a forma superior, a conclusão natural exigida pelo povo, da luta de massas. Este princípio orientou a ação do PCP, ao longo dos anos e até ao 25 de Abril. O PCP assumia como prioridade de trabalho a agitação política e a organização de ações de protesto e reivindicação populares em todos os setores em que tal fosse possível. Ao mesmo tempo assumia também como prioridade de trabalho a organização dentro das forças armadas, dando corpo na ação à análise teórica realizada em 1964. Para o PCP, seria tão necessário a organização e ação das forças militares como a organização e ação da população, para que qualquer golpe se pudesse transformar na desejada Revolução Democrática e Nacional.

É neste sentido que, em 1966, o PCP comunica aos militantes que “criar uma forte organização militar é uma das tarefas mais urgentes do partido” (Militante, 1966²³¹). E é para corresponder a este objetivo que o PCP delinea a decisão em instar os militantes do PCP em apresentar-se ao serviço militar e, durante o seu cumprimento, concretizar trabalho político contra o regime, mesmo que isso significasse embarcar para o centro da guerra colonial.

Não obstante, não há registo de tomada de sanções contra os militantes que não cumpriram esta orientação, e ainda que o PCP procurasse que a sua orientação fosse cumprida, não se conhecem processos de ostracização àqueles que tomaram opção contrária. O que se verifica, é, em geral, nos ativistas ligados ao PCP que fizeram o

²³¹ O Militante é uma publicação do PCP dirigida essencialmente aos militantes do partido e que tem como objetivo a elevação da sua preparação teórica. A sua primeira publicação data de 1933, mas é a partir dos anos 40 que tem regularidade. O Militante era um instrumento importante para o PCP na formação dos seus quadros políticos e continua atualmente a ser instrumento de reflexões teóricas mais aprofundadas, dirigidas especialmente aos quadros do PCP.

serviço militar, a sua concordância com a orientação daquele partido, reforçada pelas suas vivências na tropa e pela atividade, por pouca que fosse, de agitação realizada.

Como a questão da ida para a guerra colonial. Nós defendíamos que devíamos ir para a guerra colonial e eu fui para a tropa. Fui para a tropa denunciado, tinha sido denunciado e o partido até queria que eu passasse à clandestinidade e não passei, não quis. (...)

Na recruta havia uma coisa chamada campo de infiltração, que era um conjunto de metralhadoras fixas, e nós tínhamos de passar debaixo do arame farpado com as metralhadoras a disparar por cima. Houve uma que fez ricochete e matou um tipo que era filho de um general, ainda por cima, imagine. Com os adidos militares a assistir. Aquilo foi um caos total no quartel. O comandante mandou as pessoas para casa. Aquilo já era um ambiente muito pesado. Com comunicados e com o nitrato de prata fazia-se umas pichagens. Aparecia a guerra colonial lá dentro. Aí já lutávamos contra a guerra colonial à vontade. Havia vários milicianos de esquerda que se encontravam. E eu depois vim para Lisboa, porque nós tínhamos três meses de recruta básica e depois tínhamos três meses já na nossa especialidade. E eu fui para o Hospital Militar. Onde fui encontrar, por acaso, montes de malta da crise de Coimbra que tinham sido expulsos e que tinham interrompido o primeiro ciclo, e estavam agora a fazer o segundo ciclo. O Rui Pato, o Namorado. Encontrei malta conhecida.

(José Aranda da Silva)

José Cordeiro (2017:212) classifica a posição do PCP como “irrealista” e afirma que esta “correspondia a colaborar no esforço de guerra que o regime estava a desenvolver contra as aspirações dos povos coloniais e dos seus movimentos de libertação”, mas é preciso considerar na avaliação desta e de outras «polémicas», à altura, a realidade em que se enquadram as questões. O número de mobilizações para a guerra colonial mostra que um número muito significativo de jovens mobilizados falta à incorporação, este número varia entre os 18%, em 1961, e os quase 30%, em 1972, o que, de facto, criará também dificuldades ao regime, que nos últimos anos de guerra vai fazer um esforço de incorporação de jovens naturais dos territórios ocupados. Mas, se em 1972, por exemplo, faltam à chamada 18 841 jovens, há 47 840 que ingressam na tropa. Para o PCP, ter militantes seus nas forças armadas contribui para que estes últimos possam ter, durante aquele período longo de serviço militar, contacto com as

posições comunistas, antifascistas e anticolonialistas, procurando a sua consciencialização.

É sabido que o PCP não só se não opõe, mas que preconiza e aplaude a deserção de soldados, sargentos e oficiais que não querem participar nas criminosas guerras coloniais. Aos militantes do Partido cabe mesmo a honra de serem os principais organizadores e orientadores da imensa maioria das deserções dos quartéis e exércitos colonialistas de Salazar. A organização de deserções colectivas e outras acções e lutas contra a guerra colonial devem, portanto, continuar e intensificar-se quanto possível. Porém, o Partido, no que se refere aos seus militantes, não pode apoiar a deserção quando ela se faça isoladamente pois isso, quando não tem em vista servir os interesses do Partido significa privar dezenas, senão centenas de jovens da ajuda do Partido, da possibilidade de serem esclarecidos quanto à falsidade, à demagogia e à política de traição nacional conduzida pelo governo fascista e reacção.

(O Militante n.º 141, janeiro de 1966, p. 2.)

A orientação do PCP é uma decisão complexa e de difícil implementação e desenvolvimento. Sobre isso parece não existir qualquer dúvida. Mas não nos parece que ela revele nenhum tipo de hesitação no combate à guerra colonial ou mesmo de «colaboração» com o esforço de guerra, como alguns autores sugerem. Pelo contrário, parece-nos que esta decisão está em linha com outras posturas e posições adotadas pelo PCP em outros momentos da ditadura, que procurou, na maior parte da sua atuação em clandestinidade, que os seus militantes fossem sempre os primeiros a enfrentar os riscos que comportava a própria situação de organização clandestina no quadro de um regime profundamente repressivo e ditatorial.

É assim, o problema é este, quando eu fui para a tropa eu já tinha ligações políticas fortes. Até clandestinas. E, portanto, a gente entra para a tropa e diz assim: “isto aqui é tudo fascistas”, a gente olha para o lado, os capitães, aqueles coronéis, aquele ambiente militar. E depois vai-se diluindo, começamos a ver que as coisas afinal não são assim. Os pelotões são constituídos por milicianos. Em Mafra, principalmente em Mafra, era um ambiente em que era preciso ter cuidado. Houve lá uma distribuição de papéis anti

guerra colonial, dentro do quartel. Por acaso ninguém foi preso, mas, participei numa distribuição super clandestina. Dentro de um quartel que forma oficiais milicianos, andar a distribuir papéis... Fizemos uma distribuição ainda nessa altura. Entretanto, vou para Lisboa, para um quartel que dava apoio aos serviços cartográficos do exército. Porque eu já era de fotocine, estava a fazer o curso de fotografia e cinema. E vou para um quartel de engenheiros militares, tinham andado todos no Instituto Superior Técnico, que era uma das escolas mais politizadas de Lisboa. Capitães, tenentes, e éramos só 15 oficiais. Algumas conversas eram já muito abertas, um ano antes do 25 de Abril.

(Fernando Sousa Lopes)

Recusando análises parciais ou de relação causal simples, que são sempre questionáveis nas ciências sociais e humanas, e concordando com a caracterização feita por Manuel Loff (2007:147) da guerra colonial como “a experiência histórica mais massivamente mobilizadora e transformadora da História contemporânea portuguesa”, parece ser possível concluir que: a guerra foi um elemento determinante no mais rápido deteriorar das estruturas do regime, a partir de 1962; para os jovens rapazes mais diretamente afetados, tratava-se de um elemento crucial nos processos de consciencialização política e de recusa à ditadura e sua política, mas também para todos os restantes setores da população portuguesa que tinham filhos, irmãos, familiares e amigos na guerra ou a caminho dela; no combate e no trabalho de informação e discussão sobre a guerra colonial, a atuação do PCP e de outras organizações político partidárias «marxistas-leninistas» cumpriram um papel muito significativo.

Sendo difícil, senão mesmo inviável, quantificar o contributo que diferentes posições adotadas em relação à incorporação militar tiveram no desenlace do 25 de Abril, parece evidente que tanto as deserções individuais e coletivas, pelas dificuldades que foram colocando ao regime no recrutamento militar e, pelo seu significado político, do cada vez maior isolamento do mesmo tal como a incorporação de jovens com um historial de participação social e política antirregime, terão desempenhado um papel na revolução desencadeada a partir de um golpe militar.

No caso deste último fator, devem considerar-se não só jovens ligados e influenciados pelo PCP, como por outras organizações, que decidem «voluntariamente» apresentar-se à tropa, mas também a incorporação forçada pelo regime de muitos

jovens como «castigo». É o caso de muitos ativistas nas crises académicas de 1962 e 1969.

Mas o regime tinha coisa incríveis.... É evidente. Quem é que ia para a tropa? E então para oficiais, que era o máximo da hierarquia militar a este nível? Eram os estudantes universitários que tinham estado, a maior parte deles, nas lutas estudantis ou estavam muito politizados. Mas também é verdade que as pessoas chegavam a Mafra, que era o Centro de Recrutamento dos Oficiais Milicianos, e a maior parte dos meus colegas, alguns até tinham alguma atividade associativa, e eu próprio, por mim falo, a gente lá batia a bola baixa. Não ia fazer agitação política. Mas nas conversas de messe, e vocês são capazes de não acreditar, mas isso é já outra história que eu a seguir vou contar, eu tinha conversas com oficiais do quadro com muito cuidado, porque já estava ligado ao partido, mas tínhamos conversas absolutamente incríveis. Como é que é possível, em plena guerra, com oficiais de quadro, ter conversas a contestar a política ultramarina, como se dizia? Mas isso acontecia. É evidente que isso acabou por minar o sistema militar.

(Fernando Sousa Lopes)

O PCP procurou em muitas situações, como já referido, incentivar os seus militantes a não só cumprirem o serviço militar como a optarem pela carreira militar. António Regala recorda que a expressão utilizada na altura seria “meter o chico”.

Manter-me nas forças militares não, isso queria o partido a certa altura e eu fiquei à rasca, isso queriam eles que eu metesse o chico, meter-se o chico era ficar lá e eu pá “isso eu não, não tenho jeito para isto” e não tinha jeito para aquilo, andava lá porque era obrigado.

(António Regala)

O estudante tinha perdido o adiamento e ingressou no serviço militar a 23 de Abril de 1974, em conjunto com outros colegas. Colocou a hipótese de fugir, mas perante a resposta do PCP, acabou por ingressar.

Sim, em março de 1974, porque eu tinha feito duas cadeiras semestrais, na altura. Os meus pais ficaram pior que estragados. E eu pus a questão ao partido, se havia de ficar ou de ir embora e o partido achou que não, que devia ficar, claro, como é óbvio. Entramos na tropa no dia 23, e depois (eu até costumo dizer isto), aquilo era tão mau, tão mau que resolvemos fazer o 25 de Abril.

(António Regala)

Capítulo V. Forças inimagináveis para construir um país novo

5.1. Significados de Abril

Para Helena Medina, todas as lutas e reivindicações desenvolvidas antes do 25 de Abril, de maior ou menor dimensão, com ganhos imediatos ou não, contribuíram para acelerar o fim da ditadura fascista.

Tenho essa profunda convicção. Todo o esforço que foi feito, por toda a gente, com opiniões das mais diferentes possíveis, com as posturas mais diferentes possíveis, mas que se uniam na luta pela melhoria das condições de vida das pessoas, pela liberdade, pelo desenvolvimento, pela democracia, tudo isso deu um contributo muito grande. Há pessoas que defendem que a ditadura iria acabar, mais ano menos ano. Já não vou discutir isso, se o processo natural da ditadura era acabar, mas bastava mais um ano, dois anos, três anos, fosse o tempo que fosse, de manutenção de um regime como o que vivemos no nosso país. Não tenho a opinião dos que professam isso. Mas, tudo o que contribuiu para acelerar o processo da queda do regime fascista foi de uma importância enorme para os trabalhadores, os intelectuais, os estudantes, para toda a gente e foi um processo muito importante para o que é hoje Portugal. Uma outra questão é que eu acho que todo o panorama da luta que foi desenvolvida nas suas diversas frentes, nas suas diversas expressões, nos seus diversos atributos, mesmo contraditórios e com choques do ponto de vista político e ideológico, estiveram na base de que o 25 de Abril tivesse as características que teve. Porque o 25 de Abril podia ter tido outras características.

(Helena Medina)

As longas lutas travadas, com avanços e recuos face à violenta repressão, por diversos setores da população portuguesa, com destaque para a classe trabalhadora, industrial e agrícola, mas também pelo setor estudantil e pelo movimento democrático de oposição ao regime, designadamente as lutas contra a Guerra Colonial, contribuíram profundamente para que se verificassem as condições de formação do Movimento das Forças Armadas (MFA) que, a 25 de Abril de 1974, protagoniza o golpe militar que iniciou a revolução portuguesa (Medina, 2008).

Ao golpe militar empreendido pelo *Movimento dos Capitães* seguiu-se uma mobilização popular surpreendente. Logo nas primeiras horas da manhã, do dia 25 de Abril, a população saiu à rua e exigiu a efetiva democratização do país, o desmantelamento do Estado fascista e iniciou um processo de reivindicação social, laboral, política, económica e cultural que seguiria em crescendo, nos meses seguintes.

O apoio ao MFA veio acompanhado, de imediato, de um conjunto significativo de exigências de natureza política, como o fim da guerra colonial, a libertação de todos os presos políticos, a extinção da PIDE / DGS, o fim da censura, a legalização dos partidos políticos, o direito de manifestação, o direito de reunião e associação, o direito à greve, a liberdade sindical, o direito a uma vida melhor, alguns dos quais não constavam explicitamente do Programa do MFA ou não estavam mesmo previstos, por não serem consensuais entre os militares, como o fim imediato da guerra, tornando-se bandeiras de luta que marcaram fortemente os primeiros dias da revolução e que, pelo seu próprio exercício, foram automaticamente conquistadas.

(Medina, 2008:239)

O período entre o 25 de Abril de 1974 e a aprovação e entrada em vigor da Constituição da República, em Abril de 1976, foi um período de intensa participação cívica e política da população, em que desabrocharam sucessivas organizações e lutas populares com o objetivo comum de construir uma sociedade nova. Não obstante, este período de construção de uma verdadeira democracia participativa vai-se desenvolvendo num contexto complexo, pleno de contradições e conflitos, não só no próprio MFA e no setor militar, mas também nos órgãos de poder e nas correntes político-partidárias (Medina, 2008).

Os trabalhadores organizam-se em torno dos sindicatos e das comissões de trabalhadores que elegem, em plenários amplamente participados, e redigem cadernos reivindicativos, em que as questões relativas à melhoria das condições de trabalho, “o aumento de salários, a fixação do salário mínimo, o pagamento ao mês, o direito a um mês de férias pagas e ao 13º mês, a redução do horário de trabalho” dão corpo às diferentes lutas que vão protagonizar neste período (Medina, 2008:249). Em algumas empresas, face à fuga dos patrões, de processos de descapitalização das empresas, dos processos de saneamento das administrações, os trabalhadores exigem a intervenção

estatal na defesa dos empregos, a nacionalização e em alguns casos assumem eles próprios a autogestão (Medina, 2008).

Iniciam-se os processos de ocupação de terras abandonadas e a Reforma Agrária que, entre 1975 e 1978²³², envolveu 70 000 homens e mulheres no trabalho cooperativo agrícola, e fez com que, até 1979, 499 cooperativas triplicassem a área cultivada e já se anunciasse “a possibilidade de Portugal poder prescindir das suas enormes importações de produtos agrícolas” (Vester, 1986:497).

Em torno do direito à habitação, central na sociedade portuguesa de 1974, em que uma parte significativa da população vivia em barracas, ilhas e bairros de lata, organizaram-se centenas de comissões de moradores, ocuparam-se casas e desenvolveu-se um dos processos mais singulares deste período, o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), que se destinou a apoiar a construção e/ou autoconstrução a partir da iniciativa das comissões de moradores e que operou um processo de “democratização do trabalho técnico” - de arquitetos, engenheiros, assistentes sociais e funcionários estatais que cooperaram com a população - forjado na defesa do “poder popular” e do “direito à cidade” pelas pessoas (Pereira, 2014:14).

Mas o 25 de Abril tornou possível, também, a construção de um poder local democrático, a democratização do ensino, a explosão de associações locais e comunitárias e de iniciativas de educação de adultos, a garantia do direito universal à segurança social, a construção do Serviço Nacional de Saúde, entre muitas outras transformações que se deram com um contributo fundamental da ação coletiva, criativa e criadora da população portuguesa.

Os processos de mobilização popular e os movimentos que lhes deram corpo no período revolucionário (1974-1976) foram tanto protagonistas de transformações nos seus contextos de atuação, como palco de processos educativos profundamente ricos para os seus intervenientes (Teodoro, 1999; Lima, 2006; Canário, 2006; Medina, 2008).

Os seus “antecedentes foram laboriosa e persistentemente construídos e preservados pela actividade autónoma do movimento operário, desde o século XIX até 1974” (Canário, 2006:213), para os quais a organização de “múltiplas modalidades de organização informal e de resistência (durante o período do fascismo)” foram

²³² Em 1978 é aprovada uma lei que põe fim aos processos de ocupação e que viria a ficar conhecida por Lei Barreto em virtude do Ministro da Agricultura da altura António Barreto.

decisivamente cruciais para a “explosão de autonomia” (Canário, 2006:213) que se verificou no período imediatamente posterior à Revolução e que criou uma situação de dualidade de poderes²³³ no país, durante o PREC.

No campo da educação, os processos de mobilização e participação social e política nas escolas e faculdades, de estudantes, professores e funcionários, materializou-se numa situação de transformação das “periferias em centros de decisão” (Lima, 2006:12). Os processos de saneamento de professores e funcionários colaboracionistas do regime; a reintegração de professores afastados pelo regime ou a sua eleição para cargos de destaque em processos amplamente participados, como o processo de eleição de Ruy Luís Gomes para reitor da UP, em plenário da Academia, a constituição de novos órgãos de gestão das escolas e faculdades, dos quais os estudantes fazem parte, a imediata discussão de currículos, métodos pedagógicos, condições materiais e humanas das escolas e faculdades, foram processos imediatamente iniciados a partir da ação dos movimentos amplamente participados de professores (cuja organização sindical ganha novo fôlego após a revolução), mas também, e com especial importância, dos movimentos de estudantes cujo desenvolvimento só pode ser compreendido à luz das lutas estudantis, travadas no período do fascismo, em especial, nos últimos anos da ditadura.

A esperança que o 25 de Abril criou, que era possível uma outra vida, gerou forças inenarráveis na construção do Portugal que hoje somos. E que não apareceram por decreto. Este movimento que se gerou, que só foi gerado porque houve a luta antes do 25 de Abril e porque a ditadura caiu da maneira que caiu, com as forças que estiveram na origem da queda da ditadura é que, permitiu que tenham ocorrido transformações tão profundas na sociedade. Depois, foram essas transformações, operadas no terreno, que se transformaram em lei e não a lei que moldou a sociedade. Há esta dupla vertente - há um movimento que não tem só um sentido. Há leis que foram publicadas, que foram fantásticas, que permitiram coisas muito boas, e há todo um movimento transformador

²³³ O conceito de dualidade de poderes foi descrito por Lenine para explicar a situação na Rússia, após a revolução de Fevereiro de 1917 (e utilizado para caracterizar a situação vivida durante o PREC, por vários autores). Boaventura Sousa Santos (1984) caracteriza a situação como um «Estado Dual», no caso português, já que a força do movimento popular teria levado não à transformação do aparelho de Estado, mas à sua paralisia.

que, depois, foi consignado em lei, isso só foi possível porque tínhamos o passado de luta que tivemos ao longo de muitos e muitos anos.

(Helena Medina)

No campo educativo, as transformações identificadas e descritas por diferentes autores (Grácio, 1995; Pintassilgo, 2007; Lima, 2006) caracterizadas no primeiro capítulo da tese, vieram corresponder a reivindicações formuladas pelos estudantes anos antes do 25 de Abril e desenvolveram-se de imediato nos dias e meses seguintes à Revolução, na larga maioria dos casos sem enquadramento legislativo. Quando é publicada a primeira iniciativa legislativa que procede à exoneração de reitores das universidades e diretores das faculdades, já o processo de afastamento destas pessoas, no Porto, havia sido imposto na prática. Quando a 27 de maio de 1974 é publicado o decreto-lei que prevê a possibilidade de confiar a direção dos estabelecimentos escolares a comissões democraticamente eleitas ou a eleger, já processos de discussão e eleição de novos órgãos de gestão se tinham verificado. A legislação e regulamentação dos órgãos de gestão de escolas e faculdades que só se verifica em dezembro de 1974, dá-se depois de um processo de meses de discussão e experimentação de formas de gestão democrática a nível local.

De facto, após o 25 de Abril, verifica-se que estudantes, professores e funcionários de escolas e faculdades tomaram nas suas mãos a transformação das suas instituições e só posteriormente estas transformações foram alvo de legislação específica. E as transformações operadas beneficiaram das discussões, das produções teóricas e reivindicações formuladas no campo da Oposição ao regime, durante a ditadura e das experimentações coletivas que decorreram em cada instituição.

Entre estas, destaca-se não só a atuação das associações de estudantes como o seu reconhecimento implícito pelos restantes atores educativos. Esta atuação e reconhecimento está patente nas decisões tomadas nas faculdades, que se descreveram anteriormente, e prendem-se com o contributo que as associações deram à discussão sobre as novas formas e novos órgãos de gestão (designadamente nos processos de eleição do novo reitor da Universidade do Porto e novos diretores das faculdades e nos processos de reintegração de professores expulsos); sobre os processos de saneamento e sua condução; na reorganização de conteúdos, métodos e organização pedagógica e

avaliação, e nas diferentes iniciativas de “cooperação do sistema de ensino na democratização da formação social” (Grácio, 1995: 393,394).

Como é evidente, as transformações operadas não se devem exclusivamente à ação estudantil antes do 25 de Abril e durante a Revolução, mas também ao conjunto do património teórico, político e de realizações práticas operadas pelo conjunto de organizações e pessoas envolvidas na oposição ao regime, durante a ditadura.

A este propósito, e apenas a título de exemplo, recorde-se a denúncia do III Congresso da Oposição Democrática sobre a situação dos professores provisórios sem salário entre agosto e setembro, nem garantias de colocação no ano seguinte, e registre-se a publicação do Decreto-Lei n.º 354/74, a 8 de agosto de 1974, que vai determinar que sejam remunerados durante as férias escolares de Verão os professores agregados, eventuais ou provisórios de vários graus de ensino. Trata-se apenas de um pequeno exemplo de correspondência, entre reivindicações anteriores e medidas tomadas após o 25 de Abril, mas que aparece como especialmente relevante do espírito e ambiente vivido, designadamente quando, passados quase 50 anos da Revolução, se assiste à não remuneração, nos meses de verão, de muitos professores em situação de precariedade laboral.

Esse «espírito» e «ambiente» vivido é imbuído das concepções de classe social, luta de classes e socialismo. A “ideologia democratizante” que marcou o período pós 25 de Abril, como descrita por José Alberto Correia (1999), coloca a educação ao serviço da transformação da sociedade e vai estar presente, pelo menos até à aprovação da Constituição da República, em 1976.

Na lei fundamental do País, irá ler-se, no ponto 2, que “O Estado deve modificar o ensino de modo a superar a sua função conservadora da divisão social do trabalho” e no ponto 3, alínea g) que incumbe ao Estado “Estimular a formação de quadros científicos e técnicos originários das classes trabalhadoras”. Está presente uma concepção transformadora do carácter classista do ensino, mas ao mesmo tempo uma concepção compensadora a partir do estímulo à formação de quadros com origem na classe trabalhadora.

ARTIGO 74.º

(Ensino)

1. O Estado reconhece e garante a todos os cidadãos o direito ao ensino e à igualdade de oportunidades na formação escolar.

2. O Estado deve modificar o ensino de modo a superar a sua função conservadora da divisão social do trabalho.

3. Na realização da política de ensino incumbe ao Estado:

a) Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito;

b) Criar um sistema público de educação pré-escolar;

c) Garantir a educação permanente e eliminar o analfabetismo;

d) Garantir a todos os cidadãos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística;

e) Estabelecer progressivamente a gratuitidade de todos os graus de ensino;

f) Estabelecer a ligação do ensino com as actividades produtivas e sociais;

g) Estimular a formação de quadros científicos e técnicos originários das classes trabalhadoras.

Constituição da República Portuguesa (1ª versão - Decreto de 10/04 de 1976)

As lutas estudantis, em Portugal, nos últimos anos da ditadura inserem-se num conjunto mais alargado de lutas populares que, ao longo dos 48 anos do regime, se foi desenvolvendo e contribuindo para a formação de uma consciência democrática e antifascista em milhares de portugueses (Stoer, 1986; Medina, 2008) e que, após a revolução, se articulou com “uma das componentes vitais da revolução do 25 de Abril: a sua natureza socialista (Stoer, 1986:128). De facto, como refere Stephen Stoer (1986), a revolução portuguesa não foi uma revolução socialista, nem instituiu o socialismo, mas ela inscreveu nos discursos, palavras de ordem, e na própria Constituição de 1976, como objetivo, “abrir caminho para uma sociedade socialista” (CRP, 1976, Preâmbulo) e,

Socializar os meios de produção e a riqueza, através de formas adequadas às características do presente período histórico, criar as condições que permitam promover o bem estar e a qualidade de vida do povo, especialmente das classes trabalhadoras, e abolir a exploração e a opressão do homem pelo homem

(CRP, art.º 9 C, 1976)

5.2. O 25 de Abril na Universidade do Porto

A 26 de abril, os estudantes de medicina reabrem as instalações da associação (encerrada desde 1971) e do bar da faculdade. Tomam posse ainda de dois copi6grafos existentes na sala da Escola M6dica²³⁴.

Vamos para a faculdade, mais ou menos a meio da manh6, a pol6cia fugiu e n6s arrombamos as portas; ainda hoje, o que a associa6o tem, 6 o que n6s conseguimos 25 de Abril. Claro, ultrapassando qualquer hierarquia. 6 um exemplo pequeno, mas simb6lico do que aconteceu em todo o pa6s. Quando hoje, e bem, se homenageia os militares e o seu papel no 25 de Abril, muitas vezes est6-se a subestimar o quadro geral que preparou as condi6es para que se desse uma revolu6o. Porque o que houve foi uma revolu6o, que 6 preparada ao longo de muitos anos. Vai criando condi6es objetivas e subjetivas para que o povo saia 6 rua e concretize a revolu6o. Porque o risco de haver apenas um movimento militar era facilmente ser anulado por chefias como vem a ser a do Sp6nola. Portanto, a liberta6o dos presos pol6ticos, o fim das estruturas corporativas, o fim da PIDE, 6 imposto pelo povo na rua. Aquilo que n6s fizemos naquele dia de manh6, arrombar as portas e tomar as instala6es, foi o que os trabalhadores fizeram nos sindicatos, foi o que muitos populares fizeram em organiza6es que depois vieram a fazer parte do movimento popular de coletividades e por 6 fora.

(Bernardo Vilas Boas)

Tamb6m em Ci6ncias se ocupa uma sala para instala6o da associa6o de estudantes²³⁵. Os 6ltimos dias do m6s de abril seriam marcados pela ocupa6o estudantil de diversos edif6cios onde funcionavam estruturas ligadas ao regime, como 6 o caso da sede da Mocidade Portuguesa, na rua 6lvares Cabral, e do Centro Universit6rio do Porto, ocupados a 29 de abril, e pela realiza6o de reuni6es gerais de estudantes nas escolas e faculdade. Como d6 not6cia o jornal *O Com6rcio do Porto*, realizam-se assembleias nos liceus Garcia da Orta, Alexandre Herculano, na Faculdade de Ci6ncias, Economia, Medicina, Letras, Engenharia e Belas Artes. Pede-se o julgamento de todos

²³⁴ Arquivo da Universidade do Porto. Jornal *O S6culo*, 29.04.1974, <https://hdl.handle.net/10405/24883>

²³⁵ Arquivo da Universidade do Porto. Jornal *O Primeiro de Janeiro*, 30.04.1974, <https://hdl.handle.net/10405/24894>

os elementos da PIDE DGS, a expulsão de diretores e professores afetos à ditadura, a reintegração de professores e estudantes suspensos e expulsos, o fim da guerra colonial. Repudia-se o Ministro Veiga Simão e aprova-se, em Engenharia, uma petição pelo seu afastamento dos órgãos de governo²³⁶.

No final do mês de Abril, na Faculdade de Ciências, os estudantes têm uma reunião geral com mais de 1000 pessoas e decidem: a demissão das autoridades académicas, exigir a reintegração de todos os professores expulsos, designadamente Ruy Luís Gomes, Luís Neves Real, Laureano Barros, Fernando Soares David; a eleição de um órgão diretivo da faculdade paritário; repudiar Veiga Simão e recusar que tenha qualquer cargo na educação; a revogação de toda a legislação anti estudantil, designadamente o regime de prescrições; a expulsão dos professores Pires de Carvalho, Arnaldo Roseira, Andrade Guimarães e os contínuos Lemos, Pereira e Pacheco²³⁷.

Na Faculdade de Medicina, também a 30 de abril, os estudantes reúnem numa assembleia com mais de 1500 pessoas e aprovam moções no mesmo sentido que em Ciências. Repudiam a Guerra Colonial e exigem o fim do embarque de soldados para África e o fim da guerra. Exigem a demissão dos professores Castro Correia, Abel Tavares, Serafim Guimarães, Almeida Garret e Álvaro Rodrigues. Propõem que o professor Armando Tavares assuma temporariamente as funções de diretor da faculdade. Propõem o nome de Ruy Luís Gomes para reitor da Universidade. Aprovam a reintegração de Isabel Seabra como monitora de Anatomia Descritiva e Cassiano Abreu e Lima como assistente de Terapêutica Médica. Exigem que os 16 estudantes suspensos sejam reintegrados e que os estudantes de prática clínica recebam os três meses de salário correspondente ao período de suspensão. No comunicado final da assembleia os estudantes afirmam:

Nunca exigimos privilégios. O que sempre quisemos foi acabar com eles.

Não queremos ser médicos numa sociedade em que a Medicina para trabalhadores é uma Medicina de segunda, feita à pressa nas Caixas de Previdência.

²³⁶ Arquivo da Universidade do Porto. *Jornal O Comércio do Porto*, 30.04.1974, <https://hdl.handle.net/10405/24916>

²³⁷ Idem. *Jornal Diário de Notícias*, 01.05.1974, <https://hdl.handle.net/10405/24983>

Queremos ser médicos numa sociedade que o povo governe e dirija e em que os seus interesses sejam defendidos.

Saudamos o povo português e confiamos que o povo saberá reforçar a sua consciência e avançar na sua luta pela Liberdade, Paz, Pão, Terra e Independência.

É na sua luta e no seu exemplo que vamos buscar o nosso entusiasmo e a nossa coragem quanto lutamos pelo Ensino ao seu serviço²³⁸.

A 10 de maio realiza-se uma assembleia geral dos estudantes da Universidade, na qual, além de se aprovar em plenário as reivindicações principais dos estudantes, já discutidas em cada faculdade, sugere-se o nome do Professor Lindley Cintra para Ministro da Educação²³⁹.

As reuniões, discussões, e assembleias sucedem-se nos meses de maio, junho e julho. As transformações verificam-se também a partir da abolição de formalismos nas atividades académicas, que são noticiadas nos jornais. A 24 de julho, o *Jornal de Notícias* noticia que o “cerimonial e protocolo” foram afastados num concurso para professora, na Faculdade de Ciências. Já antes, a 23 de julho, o mesmo jornal noticiava a abolição na Universidade do “tradicionalismo da borla e capelo” e citava Ruy Luís Gomes, ao afirmar que os atos de posse e de concurso a professor são “considerados como de trabalho normal” e “decorrem sem o formalismo tradicional, incluindo o que se traduzia no uso dos trajés académicos”²⁴⁰.

Na grande maioria das escolas e faculdades aprovam-se comissões de gestão paritárias onde professores, estudantes e funcionários decidem da gestão diária. Em muito pouco tempo são eleitos novos diretores para todas as faculdades - em geral figuras da oposição à ditadura, expulsos do ensino e propostos pelos estudantes em assembleias amplamente participadas.

²³⁸ Arquivo da Universidade do Porto. Jornal *O Primeiro de Janeiro*, 01.05.1974, <https://hdl.handle.net/10405/24938>

²³⁹ Idem, *Jornal Diário de Notícias*, 10.05.1974, <https://hdl.handle.net/10405/25349>

²⁴⁰ Idem, *Jornal de Notícias*, 23 e 24 de julho de 1974, <https://hdl.handle.net/10405/25634>, <https://hdl.handle.net/10405/25638>

Imagem 19. Fotografia de uma concentração junto à Reitoria da Universidade do Porto, após o 25 de Abril.



Na imagem podem ler-se as seguintes frases nos panos: “Os estudantes não querem Veiga Simão”; “União dos Estudantes Comunistas”; “Fim da Guerra Colonial”; “Congelamento dos Preços – Salário Mínimo Nacional!”. Arquivo Particular de Sérgio Seca.

5.3 O novo reitor da Universidade do Porto e os diretores das faculdades

A 17 de maio é dada nota destes desenvolvimentos pelo Jornal de Notícias. Na Faculdade de Letras é eleito diretor Óscar Lopes, em Farmácia Alberto Roque da Silva, em Medicina Amândio Tavares, em Engenharia Luís Oliveira Dias, em Economia Armando de Castro, em Ciências José Ferreira da Silva²⁴¹. Em novembro de 1974 toma ainda posse, como vice-reitor, José Morgado²⁴².

No caso de Armando de Castro o processo de designação exige que se peça a sua integração na universidade, já que o economista e advogado nunca havia exercido funções de docência. O seu processo é avalizado pelos economistas Pereira de Moura, Jacinto Nunes, Silva Dias e Henrique de Barros.

Ruy Luís Gomes, cujo regresso do Brasil é celebrado de forma apoteótica, no início de maio, no aeroporto de Pedras Rubras e junto à Câmara Municipal do Porto, onde se sucedem os discursos de Virgínia Moura, Raúl de Castro e Óscar Lopes²⁴³ - numa entrevista à Revista Flama, regista a importância do movimento estudantil na sua eleição, como reitor e dos novos diretores das faculdades.

O que sinto é tão extraordinário que não consigo traduzir por palavras. Depois de ter estado afastado do meu país desde a década de 60 voltei e fui recebido de tal maneira que não posso conter a emoção. Voltar a entrar, agora como reitor, numa Universidade de onde fui expulso há precisamente 24 anos, apenas pelas atitudes que tomei como cidadão, **e entrar por iniciativa dos estudantes**, é acontecimento que me trouxe uma alegria extraordinária. Posso mesmo dizer, se isso for possível, que é a melhor reparação por tudo aquilo por que passei. E quase diria que foi bom tudo o que passei para agora ter esta sensação extraordinária.

Ruy Luís Gomes (1974) em entrevista na Revista Flama in Arquivo Digital UP
(sublinhado meu)

²⁴¹ Idem, Jornal de Notícias, 17.05.1974, <https://hdl.handle.net/10405/25526>

²⁴² Idem, Jornal de Notícias, 21.11.1974, <https://hdl.handle.net/10405/25771>

²⁴³ Idem. Jornal O Século, 05.05.1974, <https://hdl.handle.net/10405/25183>

Para melhor se compreender o significado profundo do 25 de Abril na gestão da Universidade e das faculdades, importa acrescentar umas breves notas biográficas sobre os novos responsáveis eleitos.

Amândio Tavares, licenciou-se em Medicina, em 1952, com a média de 18 valores e doutorou-se, em 1958 com 19 valores, na Faculdade de Medicina do Porto. Destacou-se na área da genética e é considerado “o pai fundador da Genética Médica/Clínica em Portugal” (SPGH, s/d).

Alberto Roque da Silva, doutorou-se em Farmácia com uma tese sobre o tema “Estudos Electroquímicos sobre o Cloranfenicol”, em 1967, com 19 valores²⁴⁴.

José Ferreira da Silva, licenciou-se em Engenharia Eletrotécnica na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e doutorou-se em Física pela Universidade de Leiden, na Holanda²⁴⁵.

Não tendo sido possível estabelecer atividade de oposição ao regime dos três professores, foram todos figuras importantes nas suas áreas de estudo e respeitados pelo corpo estudantil.

Ruy Luís Gomes concluiu o curso de Ciências Matemáticas na Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, com a mais alta classificação, 20 valores, em 1922. Um “dos mais notáveis matemáticos do seu tempo” (Universidade de Coimbra: s/d), reconhecido pelos seus pares em Portugal e no estrangeiro e com intensa produção científica, foi professor da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto até 1947, altura em que foi demitido pelo governo “por ter reclamado contra a prisão de uma aluna sua pela PIDE” (Universidade do Porto, 2012). Reitor honorário da Universidade do Porto, e professor emérito da Universidade de Pernambuco, no Recife, Brasil, foi cofundador do Observatório Astronómico do Porto, da Sociedade Portuguesa de Matemática, do Centro de Estudos Matemáticos do Porto, da primeira revista internacional portuguesa de investigação matemática (*Portugaliae Mathematica*) e do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar – ICBAS, entre outras atividades de grande relevo.

²⁴⁴ Repositório digital da Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10405/24217>

²⁴⁵ Notícias UP, 12.03.2021, <https://noticias.up.pt/morreu-jose-ferreira-da-silva-fisico-e-antigo-professor-da-fcup/>

Reconhecido como figura eminente da Universidade do Porto, em 2018, **Óscar Lopes** foi “um dos mais proeminentes investigadores em literatura portuguesa e linguística” (Correia, 2018). Entre março de 1955 e junho de 1957, Óscar Lopes foi suspenso do exercício e vencimento da atividade docente que desempenhava no Liceu D. Manuel II pelo MEN (Correia, 2018). Foi fundador do Centro de Investigação de Linguística da Universidade do Porto.

Armando de Castro foi “um dos grandes vultos da ciência e do pensamento económico em Portugal” (FEP, 2018: s/p). Licenciado em Ciências Jurídicas, em 1941 e em Ciências Político-Económicas em 1942, foi um dos três melhores classificados dos dois cursos (Bastien, 2018). Autor de obras como *A Evolução Económica de Portugal dos Séculos XII e XV*, premiada em 1965, pela Sociedade Portuguesa de Autores, desenvolveu sempre o seu trabalho e obra como autodidata e sem qualquer tipo de apoio estatal, tendo sido vetada, por elementos do regime, a sua entrada na carreira académica em vários momentos (Bastien, 2018).

O Engenheiro **Luís Oliveira Dias** foi ativista do MUD Juvenil, e esteve ligado ao teatro em Coimbra, onde fez parte do grupo de teatro do Liceu D. João III e do TEUC.

José Morgado, licenciado em Ciências Matemáticas, em 1944, é demitido da sua posição de assistente no Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, num dos três momentos de purga política, em 1947. Manteve sempre atividade política de oposição ao regime, nomeadamente no Movimento Nacional Democrático. Será várias vezes preso até se exiliar no Brasil. Com Ruy Luís Gomes, seu colega e amigo, vai contribuir para o desenvolvimento da Matemática na Universidade de Pernambuco, até regressar a Portugal, em 1974 (Rosas & Sizifredo, 2013: 110-111).

Em oito nomes, eleitos para reitor, vice-reitor e diretores das faculdades da UP, cinco foram de cidadãos com intensa atividade cívica e política de oposição ao regime, durante a ditadura. Entre eles, eram militantes do PCP Óscar Lopes, Armando de Castro, Luís Oliveira Dias. Não sendo militantes comunistas, Ruy Luís Gomes e José Morgado foram próximos deste Partido.

Todas estas figuras, determinantes nos destinos da Universidade do Porto, no período imediatamente após o 25 de Abril, parecem ter desaparecido da história das instituições, assim como a história sobre os processos de democratização em cada faculdade.

Na verdade, em nenhuma das páginas da internet, das seis faculdades em funcionamento em 1974, há referências às transformações operadas a partir do 25 de Abril. Em cada página, verifica-se a existência de sub-páginas, denominadas *Historial* que, em geral, agregam dados sobre a história da cada instituição, referentes ao início e ao final do século XX, sem que seja referido aprofundadamente o período marcante que se seguiu à Revolução.

5.4. As reivindicações estudantis nas primeiras eleições associativas após a Revolução

Nas primeiras eleições estudantis, na Faculdade de Letras, após o 25 de abril, os estudantes comunistas dinamizam uma lista sob o slogan *Unidade Estudantil Com o Povo Trabalhador*. No manifesto refletem sobre as alterações trazidas pela revolução e afirmam que novos objetivos se colocam ao movimento associativo. Se, antes do 25 de abril “a luta contra o fascismo era um ponto de unidade”, afirmam, depois da revolução com a instituição de liberdades políticas, existem, entre os estudantes, posições políticas “extraordinariamente variadas e até divergentes”, que justificam a posição de delimitar a atuação política às organizações partidárias. Segundo o manifesto, cabe às associações de estudantes atuar nos campos pedagógico, cultural e social. Afirma-se que não pode o movimento associativo defender objetivos e posições que não possam “à partida ser seguidos pela maioria dos estudantes”²⁴⁶. Defende-se que, não obstante as conquistas verificadas desde a revolução, muito há a fazer em relação ao ensino e enumeram-se aquelas que são para si as questões determinantes, designadamente:

1. Total controle público do ensino, eliminando-se progressivamente todas as instituições privadas;
2. Que se proceda à unificação do ensino, eliminando as diferenças entre ensino liceal e técnico, mas também no ensino superior entre cursos médios e superiores (dão como exemplo passos já dados com a transformação dos

²⁴⁶ Arquivo particular de Manuela Silva. *Unidade estudantil com o povo trabalhador*. Programa eleitoral da Lista A candidata à direção da AE de Letras. Porto, fevereiro de 1975 [dactilografado].

institutos industriais em escolas superiores de engenharia)²⁴⁷, “o fim da divisão entre ensino técnico e prático, ligando o ensino à vida”;

3. Ensino obrigatório e gratuito de 8 anos com a perspectiva de progressivo aumento e o estabelecimento de idade mínima legal para o trabalho;

A preocupação subjacente a estas propostas, e que trespassa todo o programa eleitoral, é a democratização do ensino, entendida como a abertura do ensino a toda a população, independentemente da classe social. Este elemento está presente e marca as propostas que se centram no aumento do ensino obrigatório e gratuito; na unificação do ensino, procurando eliminar a distinção entre ensino teórico e prático, tida como precursora de distinção entre trabalho intelectual e manual; no aumento das bolsas de estudo e outros serviços de apoio social; no aumento de escolas e faculdades e também na preocupação demonstrada com os trabalhadores-estudantes (TE).

No caso dos TE, avançam-se várias propostas para adequar o ensino superior à participação destes estudantes, designadamente:

- defesa de uma via de acesso ao ensino superior específica;
- obrigatoriedade de as empresas facilitarem tempos livres para o estudo;
- abertura de cursos noturnos;
- apoios sociais também para estes estudantes.

O projeto de democratização do ensino incorporado pelas Listas da Unidade²⁴⁸ nas primeiras eleições associativas, após o 25 de abril, vai adquirir forma a partir de três vetores essenciais e inseparáveis: o acesso ao ensino por todas as classes sociais; alterações no funcionamento do ensino ao nível de métodos, práticas e gestão; e a ligação do ensino ao desenvolvimento cultural, social e económico do país.

²⁴⁷ Foi o caso do Instituto Industrial do Porto que a partir do decreto-lei 830/74 de 31 de dezembro de 1974 passou a Instituto Superior de Engenharia, atual ISEP.

²⁴⁸ Arquivo particular de Manuela Silva. *Unidade estudantil com o povo trabalhador*. Programa eleitoral da Lista A candidata à direção da AE de Letras. Porto, fevereiro de 1975 [dactilografado]; Arquivo particular de António Dias. *Unir os estudantes. Democratizar o ensino*. Programa eleitoral lista A candidata à direção da AE de Engenharia. Porto, 1975 [dactilografado];

O projeto educativo incorporado pelas listas está intimamente ligado a um projeto de sociedade bem delimitado em que o principal objetivo é a eliminação das diferenças sociais.

É neste sentido, que nos seus programas vai estar presente um conjunto de objetivos e propostas que possam garantir o acesso ao ensino, designadamente, ao ensino superior por todas as classes sociais, mas também a eliminação das diferenças existentes entre ensino teórico e prático, entendidas como um mecanismo de diferenciação social e precursor de conseqüente distinção entre trabalho intelectual e manual. As propostas apresentadas nos diversos programas eleitorais para as AE não se cingem a afirmar a necessidade de eliminar as diferenças entre ensino técnico e liceal, ou ensino médio e superior, mas em afirmar a necessidade do “fim da divisão entre ensino técnico e prático, ligando o ensino à vida”.

A formulação «ligado à vida» assume dois significados que se interligam. Trata-se de transformar programas e métodos para abordar os conteúdos de forma teórico-prática, mas também de “pôr fim ao isolamento das escolas em relação aos grandes problemas nacionais, tornando-as centros de estudo e investigação desses problemas e de irradiação da cultura”²⁴⁹.

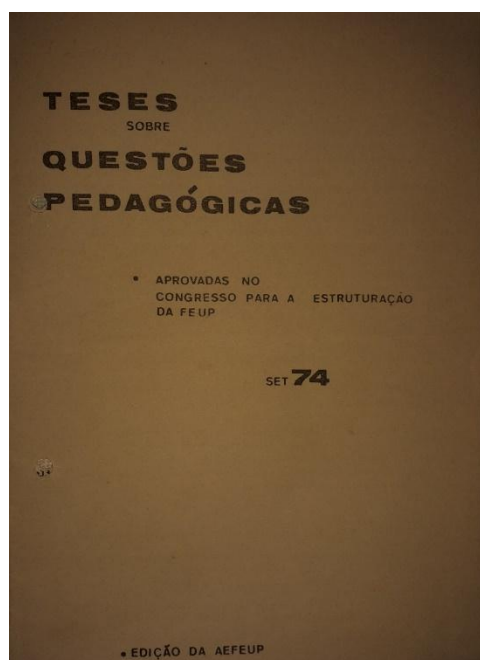
5.5. A reestruturação da Faculdade de Engenharia

Na Faculdade de Engenharia do Porto, realiza-se entre 16 e 21 de setembro de 1974, um congresso para a estruturação da faculdade. Neste congresso serão aprovadas linhas gerais para a estruturação que serão publicadas pela associação de estudantes, ainda em setembro²⁵⁰. O processo de estruturação da Faculdade de Engenharia do Porto, após o 25 de Abril é um exemplo dos debates que se travaram também nas outras faculdades.

²⁴⁹ Arquivo particular de Manuela Silva. Unidade estudantil com o povo trabalhador. Programa eleitoral da Lista A candidata à direção da AE de Letras. Porto, fevereiro de 1975 [dactilografado]

²⁵⁰ Arquivo particular de Teresa Medina. Teses sobre questões pedagógicas aprovadas no Congresso para a Estruturação da FEUP. Porto. 09/1974 [dactilografado].

Imagem 20. Capa das Teses sobre Questões Pedagógicas FEUP



Fonte: Arquivo particular de Teresa Medina

As reflexões e discussões ali realizadas centram-se na análise do que a comunidade académica considera que caracterizou, de forma geral, o ensino até ao 25 de Abril, designadamente o “excesso de memorização” e o “afastamento da prática”; o “progressivo desinteresse” dos estudantes e uma avaliação centrada em métodos “aleatórios” e, concentrados em pouco tempo, estimulando o trabalho individual e individualista e “orientado quase exclusivamente para a aprovação no exame”.

Afirma-se a necessidade de procurar formas de organização do ensino que procurem a relação entre teoria e prática dialeticamente, afirmando-se que,

(...) a prática deve ser o motor do processo de aquisição de conhecimentos, logo após enriquecida pela apreensão dos fundamentos teóricos repetindo-se este processo indefinidamente.

Defende-se a adoção do trabalho em grupo, o contacto com a realidade “quer através do estudo das Ciências Sociais, quer pela inserção na produção” e a avaliação contínua e formativa com o objetivo de que os estudantes possam testar eles próprios o nível dos seus conhecimentos práticos e teóricos e reorientar o seu estudo consoante os seus resultados.

A inserção na produção prevista a partir de “visitas, trabalhos em obras, fábricas e gabinetes” leva a que se advirta contra a subversão dos seus objetivos.

A ligação à actividade produtiva que é referida, nunca deverá permitir a transformação da Faculdade numa espécie de gabinete técnico de qualquer grupo económico ou empresa. Concretizando para os casos explicitados (trabalhos em obras, fábricas e gabinetes) a efectivação destes trabalhos deve ser feita mediante contratos entre a Direcção da FEUP e as empresas onde se efectuam tais trabalhos, com o objectivo de ser retribuída a actividade que a Faculdade presta.

Definem e aprovam-se as linhas gerais para as quais se deve guiar a estruturação da faculdade, designadamente: a organização dos cursos em grupos de trabalho; a existência de aulas teóricas, teórico-práticas e práticas, o complementar da atividade letiva com a realização de visitas de estudo e estágios, a implementação da avaliação contínua a partir da realização de relatórios coletivos e individuais, testes periódicos com consulta e discussões orais; estabelece-se um regime de classificações finais dividido em duas categorias: aprovado (A,B, e C) e reprovado, admitindo-se que, em algumas cadeiras, exista apenas o sistema de aprovado e reprovado. Sobre o regime de classificações, estabelece-se ainda que os critérios de avaliação sejam discutidos no início do ano letivo com os estudantes e que haja possibilidade de recurso dos estudantes para o órgão diretivo do departamento ou da faculdade.

É ainda interessante verificar que nesse mesmo congresso é discutida a organização do tempo escolar e destina-se a quarta-feira, à tarde, a “reuniões, assembleias gerais, colóquios, sessões culturais ou outras”.

5.6. A constituição da Pró-UNEP e elementos da sua ação entre 1974 e 1975

Recordo-me também que, logo a seguir, eu estive em dois processos em que, digamos assim, trabalhei mais. Um processo foi a criação da Pro-UNEP, ou a criação da União Nacional dos Estudantes Portugueses, que nunca avançou. Mas fizemos algumas reuniões em Coimbra e em Lisboa e fizemos comunicados. Recordo-me de tomarmos conta do Turismo Estudantil e da Rádio Universidade que funcionava no CDUP. Recordo-

me de um grande encontro que fizemos, um encontro desportivo, entre as várias universidades, no estádio universitário e muito participado.

(António Vieira)

Pelo menos desde 1968 que os organismos associativos estudantis reivindicavam a “legalização de órgãos federativos e lançamento das bases de uma União Nacional dos Estudantes Portugueses”²⁵¹. Depois do 25 de Abril, as direções associativas reúnem a 2 de junho de 1974 e decidem a constituição da Pró-União Nacional dos Estudantes Portugueses – Pró-UNEP - que deveria atuar no âmbito dos seguintes objetivos: avançar propostas de estatutos para a UNEP e AES; coordenar o trabalho das secções criadas: Turismo Estudantil, Rádio Estudantil, Desporto, Serviços Sociais e Cantinas; editar um boletim sobre a ação estudantil em todos os seus aspetos; estabelecer o contacto com organizações estudantis estrangeiras; apoiar a criação de AES nas escolas onde não existiam. Para além destes objetivos as direções associativas definem ainda que funcione um secretariado da Pró-UNEP, em Lisboa²⁵².

De acordo com uma edição da UEC²⁵³, o trabalho maior da Pró-UNEP foi o apoio que prestou à criação de associações de estudantes em todo o país e, em especial, em escolas do ensino médio e secundário. A Pró-UNEP desempenhou, igualmente, um papel determinante na realização das Campanhas de Alfabetização e Educação Sanitária que se desenvolveram no verão de 1974. Realizou ainda um seminário sobre a Democratização do Ensino em Coimbra, entre 13 e 15 de novembro (1974); um colóquio sobre o movimento estudantil na América Latina (1974); uma “jornada de convívio e solidariedade anti-imperialista – aniversário da morte de Nguyen Van Troi²⁵⁴ (15 de outubro de 1974)”, lançou um jornal próprio (1974), para além de boletins informativos e comunicados, e desenvolveu uma campanha de solidariedade com a Guiné-Bissau (janeiro de 1975).

Ainda que a estrutura fosse influenciada pela UEC como referido, por exemplo, por Luísa Tiago de Oliveira (2004), a sua estruturação e ação foi decidida pelas direções

²⁵¹ Declaração de Coimbra, 1968.

²⁵² Arquivo particular de Teresa Medina. Sobre a UNEP. Edições UEC.1976 [dactilografado]

²⁵³ Idem.

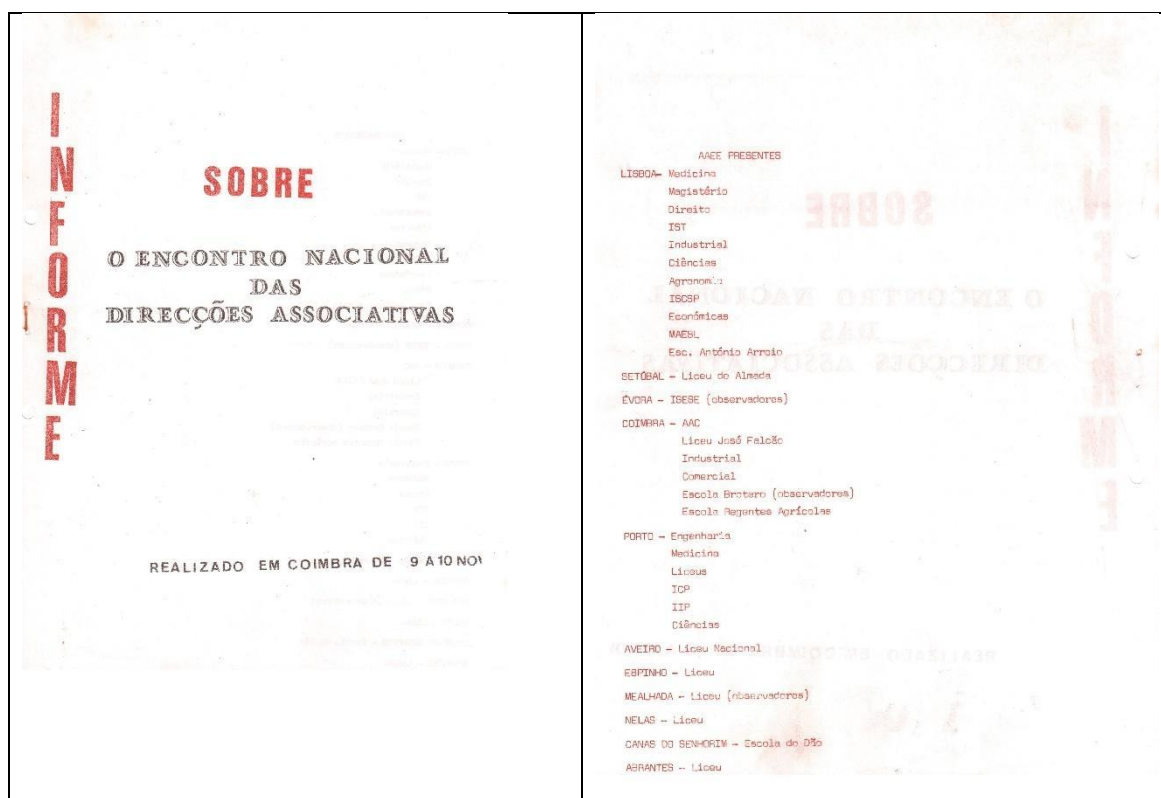
²⁵⁴ Nguyen Van Troi foi um guerrilheiro Vietnamita fuzilado em 1964.

associativas eleitas e mesmo no final de 1974, associações académicas de todo o país contribuíam para o trabalho da Pró-UNEP, como se pode confirmar a partir da participação da Associação Académica de Coimbra, da Associação do Instituto Superior Técnico, Direito e Medicina de Lisboa, Engenharia, Medicina e Ciências do Porto, entre outras, no Encontro Nacional de Direções Associativas (ENDA) de 9 e 10 de novembro de 1974.

Neste encontro²⁵⁵, em que participam 32 estruturas associativas e 150 delegados, as direções associativas irão discutir o trabalho desenvolvido pela Pró-UNEP e a formalização da sua constituição; condenar “as tentativas reaccionárias de alguns sectores da população escolar”, a propósito de acontecimentos no Liceu de Nelas e da ação dos Comités Ribeiro Santos e “os actos de vandalismo perpetrados contra as instalações da AAC”; aprovar um projeto de estatutos para as associações de estudantes, uma campanha de solidariedade com a Guiné-Bissau e aprovar a participação das associações e mobilização de estudantes para a “reconstrução nacional” e, em especial, as tarefas propostas pelo Ministro do Trabalho no apoio “à construção de habitações nos bairros de lata, electrificação de aldeias, construção de estradas, plantação e fertilização de baldios”, entre outras.

²⁵⁵ Neste Encontro vão participar as seguintes direções: Medicina, Magistério, Direito, IST, Industrial, Ciências, Agronomia, ISCS, Económicas, MAESL e Escola António Arroio de Lisboa; AAC, Industrial, Comercial, Liceu José Falcão, Escola Brotero (observadores) e Escola Regentes Agrícolas de Coimbra; Engenharia, Medicina, Ciências, Industrial e Comercial e Liceus do Porto; Liceu Nacional de Aveiro, Liceu de Espinho, Liceu da Mealhada (observadores), Liceu de Nelas, Escola do Dão de Canas do Senhorim, Liceu de Abrantes, Liceu de Almada em Setúbal e ISESE de Évora (observadores). Arquivo particular de Teresa Medina. Informe sobre o Encontro Nacional das Direções Associativas realizado em Coimbra a 9 e 10 de novembro de 1974 [dactilografado].

Imagem 21. Informe sobre o Encontro Nacional das Associações de 9 e 10 de novembro de 1974. Capa e AES presentes.



Fonte: Arquivo Particular de Teresa Medina.

A organização vai ainda divulgar, pelas associações de estudantes, informações provenientes do Ministério de Educação e Cultura²⁵⁶ e outros apelos governamentais como, por exemplo, do 1.º Ministro Vasco Gonçalves para a mobilização do Povo português num dia de trabalho nacional, a 6 de outubro de 1974²⁵⁷. Após o “domingo de trabalho”, a Pró-UNEP irá divulgar um comunicado²⁵⁸ onde informa sobre a participação estudantil em todo o país.

²⁵⁶ Arquivo particular de Teresa Medina. Departamento Pedagógico da Pró-UNEP. Divulgação da circular 137/74 do Ministério da Educação e Cultura sobre reestruturação pedagógica e outros assuntos. Lisboa, 5 de novembro de 1974.

²⁵⁷ O apelo do 1.º Ministro é feito num discurso ao país, após a derrota da tentativa de golpe liderada pelo General Spínola - Presidente da República entre 15 de maio e 30 de setembro de 1974 – e da manifestação da “maioria silenciosa” que não viria a realizar-se em virtude da ação popular e militar que se verifica, designadamente no corte das principais estradas para acesso à Capital e na prisão de vários “elementos ligados à Legião Portuguesa e à DGS, para além de vários dirigentes dos partidos de extrema-direita que organizavam a manifestação e indivíduos ligados ao regime deposto” (Noronha, 2018:130).

²⁵⁸ Arquivo particular de Teresa Medina. Aos estudantes portugueses. Comunicado da Pró-UNEP. Lisboa, 8 de outubro de 1974.

Em Lisboa, várias centenas de estudantes concentraram-se em Medicina, no Técnico, Agronomia, Industrial. Daí partiram para os bairros de lata (Musgueira, Alto de S. João, Casal Ventoso e Buraca).

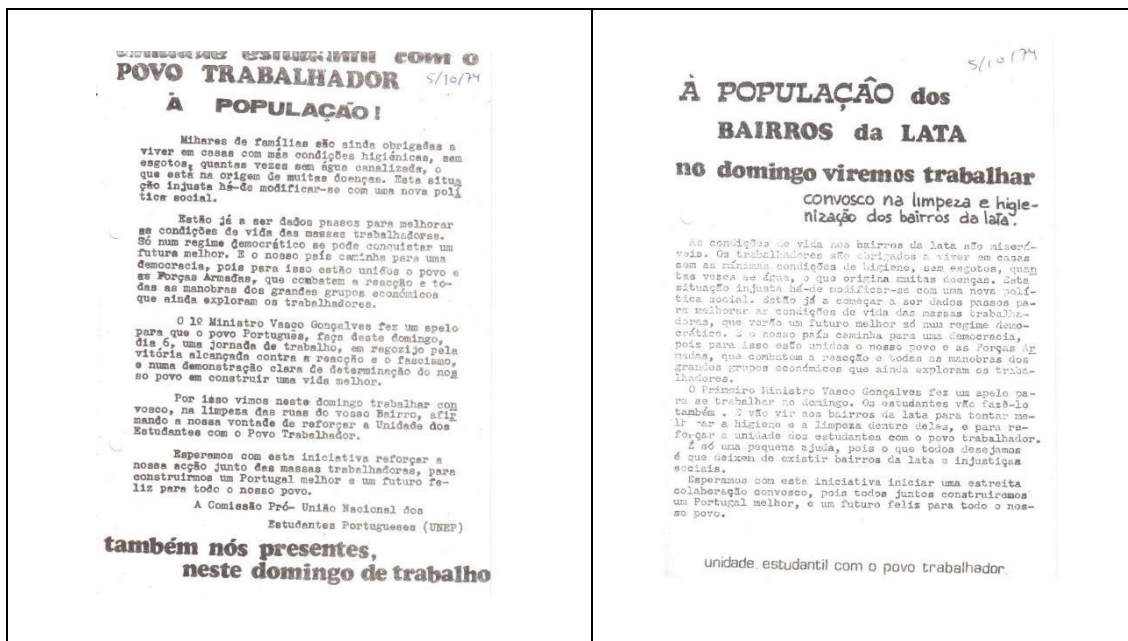
Trabalharam, contribuíram para a remoção de lixeiras, para a limpeza e higienização dessas zonas, confraternizaram com a população. Entusiasticamente recebidos por todo o lado, em alguns lugares, autênticos piqueniques se realizaram. Esta é uma grande lição do caminho que temos que seguir. Noutros locais, como em Direito, centenas de estudantes concentraram-se na escola para preparar o início da actividade escolar, realizando ainda um colóquio sobre (a situação da mulher).

Em Coimbra, em colaboração com o Mov. Democrático, os estudantes trabalharam no sector público, na limpeza da cidade e demolição de prédios velhos.

No Porto, várias centenas de estudantes colaboraram na limpeza da cidade, correspondendo ao apelo das Associações de Estudantes.

O comunicado irá terminar com referências ao apelo do 1.º Ministro Vasco Gonçalves à “responsabilidade e espírito de sacrifício estudantil” ao valor do trabalho e ao contributo que os estudantes podem dar “na consolidação da democracia e na reconstrução nacional”.

Imagem 22. Comunicados Pró-UNEP. Unidade estudantil com o povo trabalhador. À população dos bairros de lata. Outubro de 1974.



Fonte: Arquivo particular de Teresa Medina.

No âmbito da Jornada Anti-Imperialista da Pró-UNEP, no Porto irá realizar-se, a 7 de dezembro de 1974, na Faculdade de Engenharia, um colóquio sobre o movimento estudantil na América Latina com a participação de Miguel Urbano Rodrigues; será visualizado um filme sobre o X Festival da Juventude e dos Estudantes; e um espetáculo com atuação do grupo “Geração 49” da República Democrática Alemã²⁵⁹.

Irão ser ainda divulgados vários comunicados²⁶⁰ da Pró-UNEP sobre o julgamento, em Madrid, de seis sindicalistas acusados de propaganda e associação ilícita e sujeitos a penas de 128 anos de cadeia. Afirma-se a solidariedade com o “Povo Irmão de Espanha” e apela-se à entrega de protestos sobre estas prisões no Consulado Espanhol e à recolha de um abaixo-assinado.

A análise realizada no seminário sobre Democratização do Ensino, entre 13 e 15 de novembro de 1974 irá ser partilhada num comunicado final da Pró-UNEP²⁶¹. Nele se aponta o principal problema do ensino em Portugal como o “carácter de classe” e a falta de acesso a todos os graus por parte “dos filhos das classes trabalhadoras”. Exige-se maior investimento em ação social, mas também na habitação, alimentação e transportes.

Entre as principais conclusões, os estudantes ali presentes (representantes de mais de 50 escolas, de acordo com o comunicado) apontam como necessidades as seguintes:

(...) via escolar única com o ensino básico unificado e obrigatório, a restrição e progressiva extinção do ensino particular, o fim da divisão entre o ensino teórico académico e o ensino prático-pragmático, a extinção da divisão em ensino médio e superior e a criação de centros de estudos nocturnos.

Participam no seminário, para além dos estudantes, delegados do Ministério da Educação e Cultura e do Ministério do Trabalho. No convívio final participam: o conjunto

²⁵⁹ Arquivo particular de Teresa Medina. Jornada de Luta Anti-Imperialista. Cartaz de iniciativa Pró-UNEP. Porto, 6 de dezembro de 1974.

²⁶⁰ Idem. Hoje há julgamentos em Madrid! Solidariedade com o povo irmão de Espanha! Comunicado da Pró-UNEP. Porto, 28 de novembro de 1974; Solidarizemo-nos com o povo irmão de Espanha! Comunicado da Pró-UNEP. Porto, 29 de novembro de 1974.

²⁶¹ Idem. Seminário sobre Democratização do Ensino. Comunicado da Pró-UNEP. Lisboa, 17 de novembro de 1974.

chileno Quilapayún; o Coral dos Trabalhadores Agrícolas de Cuba; o Coral Universitário de Lisboa; o Grupo de Acção Democrática da Guiné e Cabo Verde e delegados da União Internacional dos Estudantes do PAIGC, Chile, Finlândia e República Democrática Alemã.

Imagem 23. Cartaz do Seminário sobre Democratização do Ensino promovido pela Pró-UNEP; Tarjeta sobre a realização da Aldeia Internacional da Juventude, no verão de 1975.



Fonte: SInBAD - Sistema Integrado para Bibliotecas e Arquivos Digitais da Universidade de Aveiro – disponível em <http://sinbad.ua.pt/cartazes/CT-ML-II-790;>

Já em 1975 vão publicar-se mais números do jornal Pró-UNEP. Destes puderam identificar-se os números de 16 de janeiro e 26 de fevereiro de 1975. Vão ainda desenvolver-se ações de apoio em torno do Serviço Cívico Estudantil e irá realizar-se um encontro internacional em terrenos junto à Cidade Universitária de Lisboa, denominado *Aldeia Internacional da Juventude*, entre 1 de agosto e 15 de setembro.

5.7. Alfabetização, Educação Sanitária e Serviço Cívico Estudantil

A realização de campanhas de alfabetização e educação sanitária foi decidida a 2 de junho, no Encontro Nacional de Direções Associativas e assumiu o lema *Unidade Estudantil com o Povo Trabalhador*. De acordo com Jorge Moreira (2021:223,224), a decisão de realização de campanhas de alfabetização e educação sanitária pelas associações de estudantes pode ser interpretada à luz da “mundividência do «militante» da educação popular” e do “imaginário do revolucionário de diversas épocas”.

Logo no verão de 1974, organizamos as campanhas de alfabetização. Eu recordo-me de ter estado nessa organização. Eu hoje acho isso um atrevimento enorme, mas eu fui pedir tendas, para os estudantes acamparem, ao Quartel-General, ao Corvacho. Claro, apoiado. O Álvaro Cunhal, na altura era ministro sem pasta e apoiava. Recordo-me do Oficial de dia, deu-me música, não é? “Sim senhor”, fingiu que tomava nota e tal, e eu vim-me embora como tinha ido. Mas pronto, fui lá pedir... Ele disse “é difícil, a gente não tem”. E depois organizamos isso, organizamos aqui as sessões de formação, sobre o método Paulo Freire, para os estudantes que iam participar. Participou muita gente. Eu acho que ainda tenho o meu cartão. Organizamos uns cartõezinhos, fomos de comboio. Na altura conseguimos que a CP fornecesse transporte gratuito. Houve sítios em que os estudantes foram mal recebidos e tiveram de voltar para trás. No meu caso eu fui para Montalegre. Nós tínhamos várias brigadas de alfabetização e eu era o coordenador das várias brigadas. Estive sediado mesmo em Montalegre. A Câmara arranjou-me lá um sítio, para eu durante o dia estar sentado, trabalhar, fazer qualquer coisa. Arranjou-me um sítio para dormir. Dormi numa casa ainda meio em construção, ainda em tijolo. Não tinha praticamente nada, tinha uma cama e água para tomar banho. E depois tínhamos, seis ou sete brigadas em vários sítios. O meu papel era passar pelas várias brigadas, ver como é que as coisas estavam a correr, se havia problemas ou não havia. De vez em quando havia pessoas que chegavam mais tarde e eu tinha que ir levá-las às brigadas. Estudantes de todos os sítios. Estive com gente que conheci de Coimbra e de Lisboa, nomeadamente.

(António Vieira)

O testemunho de António Vieira retrata e ilustra o sentido de “generosidade” implícito nas campanhas, mas também a presença de um “romantismo e idealismo” que se irá manifestar, por exemplo, na surpresa estudantil face às dificuldades encontradas no terreno.

Quer dizer, uma pessoa na juventude acredita que vai mudar o mundo e, portanto, fazíamos aquilo com uma entrega grande. Podia-se descrever a experiência como uma forma de ir passar férias na aldeia. Quer dizer, no meu caso não, eu sempre passei férias na aldeia, não era assim uma novidade, mas para muita gente da cidade, sim. Mas na verdade eu acho que as pessoas iam mesmo com aquele espírito de missão, de irem alfabetizar as pessoas já com idade e que nunca tinham tido oportunidade de ir

à escola. Esse era realmente o espírito, de facto, de estar lá. Há uma entrega e disponibilidade genuínas para colaborar e ajudar, há também esta coisa que nos deixou um bocado espantados que era, apesar de tudo, uma resistência muito grande à presença de pessoas que querem ajudar.

(António Vieira)

O mesmo idealismo, a par de alguma condescendência, pode ser encontrado num comunicado, de 19 de julho de 1974, da Direção da Associação de Estudantes dos Liceus do Porto com o título *Participemos nas Campanhas de Alfabetização*. Neste comunicado apontam-se os principais objetivos estudantis após a revolução de Abril. Entre eles destacam-se: “a luta pela extinção do analfabetismo, pesada herança de 48 anos de fascismo” e a “luta pela quebra do isolamento que o anterior regime tentou impor, entre os estudantes e o povo trabalhador”. Afirma-se que a realização de campanhas de alfabetização visa responder a estes objetivos e exige de todos os estudantes uma ampla participação.

O método a utilizar é o método Paulo Freire que, para além duma alfabetização da população, transmite conhecimentos mínimos com vista à consciencialização política da população.

A direcção da Associação dos Estudantes Liceais do Porto (AELP), apela para a participação de todos os estudantes nesta campanha de alfabetização que será levada a cabo nas zonas do Minho (concelho de interior de Braga e de Viana do Castelo), Trás-os-Montes (distrito de Bragança e distrito de Vila Real) e Beiras (distrito da Guarda e distrito de Viseu), durante os meses de Agosto e Setembro (com a participação mínima de cada estudante de 3 semanas e máximo de 50 dias). No dia 21, segunda-feira, iniciar-se-á na Faculdade de Letras um curso com vista à promoção de todas as pessoas interessadas em participar nas campanhas, que durará até Domingo, dia 27. Este curso efectuar-se-á todos os dias às 21 horas com excepção de segunda-feira, que se inicia às 22 h e terça-feira, às 17h 30m.

(Comunicado da AELP de 19 de julho de 1974)

A descrição que os estudantes liceais fazem do método de Paulo Freire assim como as referências que se seguem no comunicado “à politização das populações mais

atrasadas do país”, revelam alguma ingenuidade, mas também benevolência e comprometimento com o objetivo de transformação nacional e recuperação dos atrasos em virtude de 48 anos de obscurantismo. O curso a que se faz referência no comunicado é orientado pelo Professor Lindley Cintra que, necessariamente mais conhecedor das questões em causa, se mostra cauteloso em entrevista ao jornal A Capital, a 24 de julho de 1974, afirmando que talvez mais que alfabetização e educação sanitária, trata-se de compreensão e aproximação, numa posição menos condescendente com o «povo» do que a dos estudantes liceais.

Pretende-se abolir-se o impedimento de contacto, tantas vezes praticado, das pessoas da província e da cidade. Por isso, em vez de campanha de alfabetização e educação sanitária, deveria dizer-se campanha de compreensão e aproximação. Espera-se, também, que os alfabetizadores tenham o bom senso de não fazerem proselitismo das más ideias, mas sim de dizer o que pensam, discutindo posições e procurando soluções.

(Lindley Cintra, 24 de julho de 1974²⁶²)

Nos documentos da Pró-UNEP e das Associações de Estudantes do ensino superior, como seria de esperar, os objetivos das campanhas são apresentados de forma mais circular e articulam melhor os dois sentidos da realização, de troca de experiências e conhecimentos entre os estudantes e o “povo”.

Os estudantes portugueses têm consciência de que estas campanhas são somente um pequeno contributo para pôr fim ao analfabetismo ainda reinante em Portugal. No entanto, tendo em conta a actual situação política e a necessidade de rapidamente se alargar e consolidar o processo democrático em curso, cremos ser inteiramente justo os estudantes durante as férias darem o seu contributo para o processo de reconstrução e democratização do país.

Com estas iniciativas não só avançaremos no sentido de quebrar o isolamento que sempre o governo fascista tentou impor entre a massa estudantil e o nosso povo, como elas servirão para a nossa formação como futuros quadros, proporcionando uma visão clara e uma consciência crítica sobre os principais problemas do nosso povo.

²⁶² Arquivo digital Universidade do Porto. PT/UP/RUP/31791/AN4-N318

As universidades e as escolas do nosso país, estiveram até agora completamente desligadas da realidade portuguesa, e sempre os estudantes lutaram para que estas e o ensino em geral, fossem transformadas para servir os interesses do povo português. Fiéis a estes princípios lançamos esta campanha de alfabetização e educação sanitária junto da população²⁶³.

Imagem 24. Notícia sobre Campanha de Alfabetização no Porto



Fonte: Arquivo particular de Edgar Seca.

O curso de preparação para os participantes nas campanhas, no Porto, que se realizará na Faculdade de Letras para além das componentes de alfabetização: “Introdução ao Método de Paulo Freire”, “Pormenorização do Método de Paulo Freire – Palavras-chave”, terá também outras componentes, designadamente: “Animação de grupo”; “Economia”; “Saúde”; “Comunicação Social” e “Problemas Locais”.

As inscrições no curso são recebidas nas sedes das associações e na sala da Pró-UNEP, nas instalações do Centro Universitário do Porto, mas também na sede do Movimento Democrático do Porto e na sede do Sindicato dos Professores.

A par das tarefas de alfabetização, os estudantes promovem a educação sanitária, a partir do envolvimento das associações de estudantes de Medicina. Para as campanhas de educação sanitária são definidos os seguintes objetivos:

²⁶³ Arquivo particular de Teresa Medina. Boletim Informativo da comissão pró União Nacional dos Estudantes Portugueses. Lisboa, 06.1973.

1. Auscultação da população para averiguar os problemas e necessidades mais sentidas:

- a) Planeamento familiar e higiene materno-infantil
 - controlo de nascimento
 - assistência na gravidez e parto
 - cuidados médicos, para-médicos e alimentares do recém-nascido
- b) Vacinação: lactente, infantil, escolar, oficina, campo, fábrica, etc.
- c) Problemas alimentares (noções dietéticas). Alcoolismo
- d) Habitação: iluminação, arejamento, instalações sanitárias, esgotos (poluição), águas (estagnação e contaminação), estábulos, currais, contactos com animais.
- e) Tabagismo
- f) Trabalho: adaptação, postos de trabalho, higiene no trabalho (doenças profissionais, sua prevenção), absentismo (suas implicações sócio-económicas).
- g) Tempos livres: actividades gimno-desportivas, recreativas e culturais.

2. Campanhas de esclarecimentos, estabelecendo prioridade em função de cada espaço geográfico-social, disponibilidades técnicas e humanas, e apoio, por parte das estruturas já existentes.

3. Campanhas de vacinação.

4. Doenças infecto-contagiosas.

5. Diabetes. Despiste e esclarecimento.

6. Bócio endémico. Despiste e esclarecimento.

7. Rastreio das doenças cardio-vasculares – com os meios técnicos e humanos disponíveis.

8. Levantamento estatístico sobre estomatologia e ginecologia.

9. Medidas preventivas contra o cancro.

(Arquivo particular de Teresa Medina. Comunicado das Associações de Estudantes de Medicina de Lisboa, Porto e Associação Académica de Coimbra, 1974)

De acordo com Luísa Tiago de Oliveira (2004:86), que recorre a notícias de jornais da época, terão participado nas campanhas cerca de 1000 estudantes, divididos em cerca de 100 brigadas de alfabetização (compostas por entre 5 e 8 brigadistas) e entre

30 a 80 brigadas de educação sanitária (compostas por entre 3 e 4 brigadistas). Para além destas existiam brigadas móveis de coordenação dos trabalhos.

Os resultados das campanhas são difíceis de avaliar, como retratado no testemunho de Edgar Seca:

Recordo-me de uma aldeia onde, por exemplo, as pessoas não aderiram porque o padre tinha dito que aquilo era para evitar. Portanto, não aparecia ninguém. Normalmente usávamos as escolas primárias para as sessões. Nessa aldeia já não me recordo quem era o grupo, mas isto tem a ver também com a capacidade de as pessoas se relacionarem e de criarem pontes com as comunidades. Como era época de alguns trabalhos agrícolas, eles à noite estavam muito cansados ou o padre tinha dito para não irem às sessões, e as pessoas desse grupo ofereceram-se para ir trabalhar e foram aceites. Recordo-me deles nesse grupo dizerem: “não alcançamos objectivos porque ninguém aparece porque o padre não deixou (risos), mas estamos a ajudar e as pessoas falam connosco, recebem-nos bem e até nos dão alimentos”. Que era, lá está, um trabalho que iria dar frutos se as coisas tivessem sido continuadas. Quer dizer, mesmo assim, nós tivemos, em 2 ou 3 aldeias em que eu me recordo, que tivemos grupos de 6 ou 7 adultos a frequentarem durante algumas semanas. E aquele método de ensino, do Paulo Freire, é muito eficaz. Claro que onde as coisas depois tiveram mais impacto foi à volta dos grandes centros, onde foi possível manter para além das brigadas. Eu recordo-me que a minha mãe, durante meses ia aqui para umas povoações nos arredores do Porto, tipo a 15 ou 20 quilómetros, porque constituíram um grupo e as pessoas ao final de duas ou três semanas, lêem de forma completamente rudimentar. Se aquilo for continuado, de facto, os progressos são significativos. Foi uma iniciativa interessante, mas que foi muito curta.

(Edgar Seca)

As campanhas de alfabetização realizadas em 1974 irão ser uma das influências, entre outras, no desenho do Serviço Cívico Estudantil.

A 4 de dezembro de 1974, as AEs de Medicina, Engenharia, Ciências, Instituto Industrial, Instituto Comercial e Liceus lançavam um comunicado com o título: *Há 28 000 candidatos à entrada na Universidade: Colóquio na 6.ª feira, às 15 horas em Engenharia*. Neste comunicado, convocavam os estudantes para analisar e discutir a situação relativa à afluência ao ensino superior nesse ano.

Neste momento levanta-se um grave problema que, a ser mal resolvido, pode comprometer todas as transformações democráticas que têm vindo a ser efectuadas no ensino e nomeadamente no ensino superior. A existência de 28 000 estudantes inscritos no 1.º ano da Universidade, com as deficiências em instalações, em professores, em técnicos de ensino, etc, é a questão mais importante que neste momento é necessário resolver²⁶⁴.

O problema da sobrelotação na Universidade, como foi apresentado em documentos associativos estudantis, foi, de facto, o problema concreto que veio a determinar a criação do Serviço Cívico Estudantil (SCE).

A universidade herdada do fascismo não comportava o número estimado de 28 755 novos estudantes, logo em 1974. Como se descreveu no Capítulo IV, subponto 4.2., eram usuais ainda antes do 25 de Abril os anfiteatros a abarrotar, assim como situações em que os professores se recusavam dar aulas com estudantes sentados no chão ou em pé, por já não terem lugar. Nas primeiras semanas de aulas era normal que os últimos estudantes, a entrar na sala de aula tivessem que abandonar a sala e que, ao fim de algum tempo, simplesmente desistissem de frequentar. A falta de condições de estudo, nomeadamente, a falta de docentes, insuficiências nas instalações, laboratórios, bibliotecas originou diferentes ações de contestação estudantil, antes da revolução e, em especial nos últimos anos da ditadura.

Em 1973-1974, inscreveram-se no ensino superior pela 1.ª vez, 14 161 estudantes. Em 1974-1975, como já referido eram 28 755 estudantes os que se inscreviam no ensino superior, pela 1.ª vez, quase o dobro do ano anterior (Oliveira, 2004)²⁶⁵.

Para responder a esta situação foi instituído o SEC com o objetivo de integrar os candidatos ao 1.º ano do ensino superior num programa de trabalhos à e na comunidade

²⁶⁴ Arquivo particular de Teresa Medina. Há 28 000 candidatos à entrada na Universidade: Colóquio na 6.ª feira, às 15 horas, em Engenharia. Comunicado das AES de Medicina, Engenharia, Ciências, Instituto Industrial, Instituto Comercial e Liceus. Porto. 04.12.1974.

²⁶⁵ Idem. *A superlotação na universidade! Problema a resolver na perspectiva da democratização do ensino*. Comunicado das AES de Engenharia, Medicina, Instituto Industrial e Liceus. Porto, dezembro de 1974.

que os permitisse igualar aos restantes estudantes do ensino superior, numa espécie de “ano zero” e teve como objetivos os seguintes:

a) Assegurar aos estudantes uma mais adequada integração na sociedade portuguesa e um mais amplo contacto com os seus problemas, a par de melhor compreensão das necessidades e carências da população;

b) Garantir maior harmonização do conteúdo e prática do ensino com as situações concretas da vida nacional;

c) Contribuir para a combinação da educação pelo trabalho intelectual com a educação pelo trabalho manual e quebrar o isolamento da escola em relação à vida, da cidade em relação ao campo;

d) Possibilitar aos estudantes, em certa medida, uma avaliação das opções feitas e eventualmente despertar-lhes vocação e interesse por vias profissionais de mais imediato proveito para a colectividade;

e) Contribuir para a reconversão do sistema de ensino, fomentar o espírito de trabalho colectivo, incentivar a cooperação entre os estudantes e o povo trabalhador, preparar e assegurar a participação dos estudantes nas tarefas da construção da democracia e do progresso do País;

f) Apoiar a criação de infra-estruturas sociais de que o País necessite;

g) Contribuir, na medida do possível, para melhorar as condições de vida das populações mais necessitadas, mediante a realização de tarefas urgentes que não possam ser garantidas pelo recurso ao mercado de trabalho.

(Art.º 2, Decreto-Lei n.º 270/75 de 30 de maio de 1975)

Com uma gestação longa, na qual intervieram diferentes atores que se foram posicionando a favor e contra a sua instituição, o SEC apenas se desenvolveu em 1975 e 1976 (Oliveira, 2004). Nestes dois anos mobilizou cerca de 20 000 estudantes, em atividades nos campos educativo, da saúde, segurança social, cultura, desporto e atividades na agricultura, silvicultura e pescas, assim como em atividades integradas em cooperativas agrícolas e unidades colectivas de produção e na realização de inquéritos à população (designadamente para as autarquias locais e ministérios) (Oliveira, 2004).

Capítulo VI. Uma cultura antifascista e democrática que permanece

Não obstante o desenvolvimento dos estudos culturais, a definição do conceito de cultura permanece controversa. De acordo com Spencer-Oatey (2012), é possível identificar ainda, atualmente, três formas distintas de caracterização do conceito. Uma diz respeito à identificação de cultura como alta cultura em oposição à cultura popular. Esta forma relaciona-se intimamente com o conceito de estética e as formas artísticas de manifestação cultural. No uso do senso comum, esta é ainda uma forma dominante de se referir o conceito de cultura. Esta definição pressupõe que nem todas as pessoas dominam, usufruem ou produzem cultura.

Uma segunda definição estabelece a cultura como o conjunto de conhecimentos, valores, artefactos de um determinado grupo social ou comunidade e atribui-lhe um sentido evolutivo. A cultura é descrita como algo que todos os seres humanos possuem e adquirem de geração para geração e que evolui num sentido qualitativo, justificando assim a co-existência de culturas diferentes e a sua descrição como «bárbaras» e «civilizadas».

Seguindo o desenvolvimento das ciências sociais no século XX, designadamente dos estudos culturais, a segunda definição apresentada seria, em parte, rebatida. Uma terceira definição caracteriza a cultura como o conjunto de conhecimentos, valores, artefactos, etc de um determinado grupo social ou comunidade, adquiridos por cada membro do grupo pela sua qualidade de membro desse grupo, mas sem um sentido evolutivo unidirecional. Cada cultura, única na sua singularidade, é vista como válida no todo que é a sociedade humana.

Das duas últimas definições permanece que o conceito de cultura diz respeito a um conjunto de elementos, tais como conhecimentos, valores, hábitos, costumes, expressões artísticas, entre outros. Esses elementos comportam significados que são partilhados pelos membros do grupo ou comunidade em análise e são apreendidos pela pertença a esse mesmo grupo. Pode-se falar de um tecido complexo de significados partilhados que rege as interações sociais dentro de determinado grupo social.

Na prática associativa, e de oposição à ditadura, criaram-se significados partilhados na vida quotidiana, na forma de ler e de se entender o mundo, e nas práticas sociais dos ativistas. Estas criações perduraram no tempo de vida destas pessoas e são parte da sua cultura e identidade, definida como o conjunto de valores, significados políticos e enquadramentos interpretativos do funcionamento da sociedade, referências científicas nas várias disciplinas, referências políticas e referências artísticas na literatura, música, cinema e teatro. No presente capítulo rastreiam-se traços dessa cultura apreendida e produzida no seio das lutas estudantis e contra o regime. Ainda que ao longo das próximas páginas se proceda a uma segmentação de alguns aspetos da formação dos ativistas, designadamente entre processos de consciencialização social e política, relações humanas, aprendizagens e referências culturais e artísticas, este é um exercício analítico que apenas tem valor enquanto tal, não correspondendo, em nossa opinião a processos diferenciados ou separados que se verifiquem na realidade. Todos os segmentos identificados e que se procura aprofundar são parte de um processo maior e em constante comunicação: experiências individuais e momentos chave de formação na biografia de cada entrevistado comunicam com as relações que estabelecem entre si (ativistas) e com os outros, com influências teóricas, culturais e artísticas que descobrem e discutem em determinados contextos, e tudo isto sempre em relação próxima com a ação que desenvolvem coletivamente e com a qual também produzem novos significados que vão influenciar novas leituras de experiências anteriores e futuras.

6.1. Processos de consciencialização social e política

A identificação de aspetos dos processos de consciencialização social e política é um dado presente na maioria dos testemunhos recolhidos de ativistas estudantis. Numa parte destes testemunhos, esta identificação acompanha tanto o exercício de explicação dos seus processos de formação geral e identitária como a descrição do contexto ditatorial que vivenciaram e as razões que os levaram a participar.

Os processos de consciencialização social e política articulam momentos significativos de confronto com formas de atuação do governo e do regime, com desigualdades sociais e injustiças que são vivenciadas pelos próprios (são diretamente

visados) ou observadas. De forma articulada são mobilizados: aspetos do funcionamento político da sociedade, onde aparecem como mais significativas questões relacionadas com a falta de liberdade de expressão, informação, reunião e organização; aspetos relacionados com a pobreza e as desigualdades na distribuição da riqueza, a falta de acesso a bens e serviços essenciais e, também, aspetos culturais e práticas sociais compreendidas na sua relação com o tipo de regime autoritário e conservador vigente.

Trata-se de processos que não podem ser atomizados nem decompostos em ordens hierárquicas - eles são por definição, unos e contínuos como os que dizem respeito à construção identitária dos indivíduos, numa relação permanente com o social que se incorpora (não como reflexo automático, mas como processo intrapsíquico contínuo e criativo).

Fernando Sottomayor caracteriza a sociedade portuguesa, antes do 25 de Abril, como uma sociedade fechada, onde está muito presente o autoritarismo nas instituições, a falta de informação e de circulação de ideias, a falta de liberdade de expressão, informação, reunião e organização e associa todos estes fatores a um contexto em que não é cultivado respeito pelas opções de outrem e em que opções contrárias à ideologia dominante têm como consequência punições, não só aplicadas formal e institucionalmente, mas também nas práticas sociais que assimilam e reproduzem os aspetos mais repressivos do regime.

(o ambiente repressivo) fazia-se sentir pelas regras. Eu lembro-me que eu e os meus irmãos íamos a casa de uns miúdos cujo pai era comunista, mas havia muitos pais que não deixavam os filhos ir lá a casa porque eles eram comunistas. Este país era assim.

(Fernando Sottomayor)

A tudo isto acresce o funcionamento opaco das instituições e o abuso do poder que contribuem para a existência de uma vontade de mudança.

Não havia acesso a informação. É preciso as pessoas imaginarem que não havia acesso. Fale com pessoas com 70 anos, com a minha idade, ou mais, e as pessoas não

tinham acesso, porque não sabiam de nada, “ah eu não sei”. E as coisas fluíam, eles tratavam das coisas. Por exemplo, nas últimas eleições em que fui votar [antes do 25 de Abril] (...) fui a Lordelo do Ouro, à Junta de Freguesia e inscrevi-me. O meu irmão Miguel estava em Angola, na guerra nessa altura, e o meu irmão Manuel estava em Moçambique. Fui votar com a minha mãe. Chego lá, a minha mãe apresentou o bilhete de identidade e eu apresentei o meu, a minha mãe votou, e o tipo que estava na mesa disse-me “o senhor não está aqui, mas está aqui um seu irmão, quer votar por ele?” E eu disse “não, não vou votar por ele”. Eu inscrevi-me e não estava na lista. Está a perceber? Isso tudo forma um carácter. É preciso mudar isto... Estes gajos andam-me a roer a corda pelo lado debaixo.

(Fernando Sottomayor)

Nos primeiros momentos de consciencialização social e política estão muito presentes acontecimentos ou momentos, situados na infância e adolescência, associados a vivências escolares. Estas vivências e memórias são mobilizadas também para caracterizar o ambiente social e político como autoritário, repressivo, disciplinar e conservador e destacar elementos que destoam e que contribuem para uma perceção da existência de possibilidades de diferença ou de fazer e de ser diferente.

(No liceu D. Manuel II) Tirando duas personalidades que, de facto, eram diferentes, um chamado Óscar Lopes e o outro chamado Fins do Lago, de História. Os outros eram de uma sobrançeria absoluta, do «eu quero posso e mando», “menino esteja calado se não leva duas bofetadas, vai para a rua com uma falta de castigo”, não havia abébias [risos].

(Arnaldo Araújo)

(No Liceu D. Manuel II) havia um ambiente um bocado pesado, um reitor muito duro. Tinha bons professores. Falou-se muito na altura no Óscar Lopes. Eu julgo que foi na altura em que ele foi expulso. Eu acho que ele é expulso em 1950 e qualquer coisa. (...) E no Liceu volto a reprovar outro ano. Sabes porquê? O Professor de filosofia era um tipo chamado Rosas, era o tipo que dirigia a mocidade portuguesa. Eu baldei-me sempre, sempre, à mocidade portuguesa. Nunca fui. E o tipo, eu vou à prova oral de

filosofia com 13,5 e, indecentemente, o gajo chumbou-me, mas chumbou-me vê-se, foi mesmo uma retaliação. Eu fui para a porta do liceu esperá-lo e insultei-o quando o tipo passou e depois no ano seguinte, tive de andar a fazer filosofia e mais outra coisa qualquer. Aquilo foi de uma injustiça tremenda! Eu sei que lhe chamei filho da ... ali à entrada do liceu. Havia uma senhora, mãe de um colega meu que era professora também, mas do ensino particular, que assistiu a isso e que me disse “olha, tu tem cuidado”. O tipo era um tipo do piorio, do piorio! E eu revoltei-me. Eu revolto-me com facilidade, revolto-me, quer dizer, sou muito sensível a situações de injustiça, pronto.

(António Graça)

Ainda na infância e adolescência é muito presente o confronto com contradições, relacionadas com a religião e a formação religiosa, designadamente na escola, que contribuem para despertar um raciocínio crítico e o estabelecimento ainda incipiente de uma forma de ser e de estar sempre questionadora da realidade social.

Há uma coisa que me marcou profundamente. Foi na terceira classe, a minha professora que devia ser muito católica, talvez até exageradamente católica, convenceu-nos que, na Páscoa, depois da morte de Cristo, na Sexta-Feira Santa, não é..., vem a ressurreição e que, na altura da ressurreição as folhas das oliveiras se transformavam em cruz. E eu fiquei muito surpreso com aquilo e andei a perguntar onde é que havia oliveiras e eu fui ver uma oliveira numa Páscoa, tive essa preocupação, fui ver e a oliveira ficou na mesma - “a fulana é uma aldrabona”. Isto para uma criança que tinha sete anos, na altura, foi um choque terrível... “estão-me a aldrabar aqui, é mentira”. Não a confrontei. Eu era uma pessoa muito tímida e sou, normalmente, e não confrontei. Mas fiquei com a minha, que havia aldrabice. Depois o decorrer da vida foi-me dizendo também que as aldrabices eram sempre continuadas, a esse respeito e a outros respetos.

(António Regala)

Também o carácter castrador de algumas aulas de Religião e Moral é recordado como elemento marcante na biografia de alguns entrevistados.

As aulas de religião e moral, aos rapazes, eram dadas por padres. Havia exceções, mas a maior parte ou eram padres reacionários ou então cheios de traumas, provocados pelo seminário. E as aulas eram basicamente no sentido de inculcar medos aos rapazes. Os rapazes estavam na puberdade - 12, 13, 14 anos, cheios de problemas. Por exemplo, lembro-me de um padre que a primeira coisa que dizia, quando chegava à aula, era sempre a mesma - “o pecado, o pecado, os maus pensamentos”. Entrava mesmo em pormenores: “porque, quem se tocar fica com as mãos cheias de fístulas”. Apesar de haver já o fenómeno do Bispo do Porto²⁶⁶, a minha experiência, e acho que da maior parte dos rapazes das aulas de religião e moral, é uma experiência absolutamente negativa. Hoje não passa pela cabeça de ninguém - um miúdo, que está em formação, ficar logo com ideias sobre o sexo e sobre o amor desse tipo. É preciso dizer que o ensino não era misto também. Era uma característica. As pessoas só quando chegavam à universidade é que começavam a ter contactos inter género, e tudo isso não ajudava a uma progressão saudável das pessoas.

(Fernando Sousa Lopes)

Também são mobilizadas memórias numa perspetiva positiva que destacam os elementos que se diferenciam e que contribuem para a consciência das possibilidades de diferença e do contraditório. Trata-se de memórias de aulas de Religião e Moral conduzidas por clérigos diferentes, progressistas e humanistas que procuravam nas suas aulas incentivar alguma discussão entre os estudantes e que permitiam algum confronto de opiniões divergentes, assim como um trabalho diferente do realizado, em geral nos liceus. É o caso que nos retrata António Regala, que, a partir do 6.º ano²⁶⁷ encontra um padre que irá desafiar os estudantes a realizar pequenos trabalhos investigativos, alguns na comunidade.

Nós tínhamos obrigatoriamente aulas de Religião e Moral. Isto era apanágio do fascismo, ter-se aulas de Religião e Moral e era uma coisa da OPA. OPA era Organização

²⁶⁶ Fernando Sousa Lopes refere-se a António Ferreira Gomes, Bispo do Porto, entre 1952 e 1958 que se “notabilizou pela atenção à miséria social do povo português, pela crítica do corporativismo do Estado e pela exigência de livre expressão do pensamento e da acção política” (Fundação SPES, s/d). Em 1958 envia a Salazar um documento que antecede um encontro solicitado ao chefe de Estado e que viria a ser divulgado e a ficar conhecido como «carta a Salazar». Passou 10 anos no exílio, entre 1959 e 1969.

²⁶⁷ O 6.º corresponderia atualmente ao 10.º ano.

Política e Administrativa da nação, em que o fascismo nos ensinava as teorias do fascismo. Eram disciplinas muito queridas do regime, na altura. Só que na religião e moral, às vezes, saía-lhes o tiro pela culatra e apareciam uns padres que não eram tanto pelo regime quanto isso. E nós tivemos essa felicidade. Se antes em Religião e Moral eu tinha apanhado um padre que era um fascista, no 6.º e 7.º anos apanhamos um padre que em vez de dar Religião e Moral dava moral e discussão cívica. E as discussões eram para nós fazermos estudos. Eu fiz um estudo sobre o Salgado de Aveiro, que apresentei lá.... Andei a falar com os meus tios todos, a descobrir coisas porque eu não sabia, o meu pai era cabeleireiro, os meus tios é que sabiam que eram marnotos e um primo meu que era mais velho e também era marnoto. E fui-me documentar e tal e apresentei um estudo sobre o sal. Lembro-me de um colega meu que era filho de um médico que apresentou um estudo sobre as doenças da pele, e assim sucessivamente. E eram aulas interessantíssimas, não tinha nada a ver com a religião. Além de fazermos estes estudos, falávamos de outras coisas. E digamos que a consciência política já com alguma semente de casa começou a crescer.

(António Regala)

Os aspetos relacionados com a pobreza, as desigualdades sociais, desigualdades na distribuição da riqueza, a falta de acesso a bens e serviços essenciais e/ou o acesso desigual a esses bens e serviços, assim como práticas sociais, induzidas pela pobreza, que são vistas como arcaicas, injustas e trágicas, ou induzidas na lógica da diferenciação social são muito significativos e recorrentemente mobilizados como elementos de consciencialização social e política. Estes aspetos estão presentes como primeiros momentos de despertar social e político, mas também na sua relação com a procura de explicações para a sua existência. É num processo dialético que muitos dos entrevistados, confrontados com situações que abrangem os elementos descritos e outros, procuram saber mais e questionam as razões para essas realidades. Neste movimento, que implica um processo de constatação, procura de informação, discussão com outros, reflexão crítica e tomada de posição vai verificar-se a influência de pessoas marcantes, sejam familiares, amigos, colegas de escola, vizinhos, etc.

Helena Medina, por exemplo, fala-nos das práticas sociais que se mencionou anteriormente. Recorda as férias passadas na praia do Furadouro, em Ovar, e o desconforto que sentia nos olhares das outras pessoas que também lá estavam de férias, quando passeava na Avenida Central do Furadouro com os amigos, filhos de pescadores. Lembra que, no período de férias, o Furadouro era frequentado por setores da burguesia e pequena burguesia e, por isso, nesse período, estava convencionado que os pescadores e seus filhos não podiam passear nem atravessar a Avenida Central do Furadouro. Lembra também de se aperceber da existência de famílias de pescadores que só podiam comprar em determinada mercearia, propriedade do mesmo dono de uma das campanhas de pesca e que pagava aos pescadores em patelas de metal, que só tinham valor na sua loja.

Mas talvez a memória mais significativa mobilizada pela ativista seja da tomada de consciência de que, em algumas famílias, muito pobres, muitos recém-nascidos acabavam por morrer por não existir condições para os alimentar.

Teria eu 14, 15 anos, quando fui ao Furadouro passar férias pela primeira vez. Aí contactamos, exatamente pela postura que o meu pai tinha em relação às pessoas, com toda a comunidade piscatória, onde criámos grandes amigos, e sabíamos como é que as pessoas viviam - em palheiros, casas de madeira com péssimas condições, tipo bairros de lata de madeira. Descobrimos que existiam os “anjinhos”, crianças que acabavam por morrer porque não havia condições para as alimentar.

(Helena Medina)

No caso dos testemunhos biográficos de Helena Medina e Teresa Medina, a influência da família, é um aspeto marcante para os processos de consciencialização que descrevem.

Ambas recordam um ambiente familiar muito marcado por uma preocupação em permitir e proporcionar aos filhos o confronto com outras realidades sociais que não a sua e apontar a injustiça dessas mesmas realidades, assim como a necessidade de contribuir, por todos os meios disponíveis, para a contrariar.

(...) Nós hoje não temos ideia de que isto existia, as pessoas da sua idade não têm nenhuma noção sobre esta realidade, não conhecem, nem isto está suficientemente tratado e documentado, como muitas pessoas da minha origem social e que hoje falam sobre muita coisa, e falam conforme sabem, também não conhecem esta realidade. Se é verdade que hoje cada um de nós vive em bolhas (nós não conhecemos a realidade toda), há pessoas que sempre viveram em bolhas muito pequeninas, e esta foi, entre muitas outras coisas, uma dádiva dos meus pais e da minha família, a todos nós. Dentro das suas possibilidades, eles alargarem a nossa bolha o máximo que puderam e souberam. E nós, desde muito pequeninas, que conhecemos toda a realidade que eles nos conseguiram mostrar - “A vida não é só o que vocês vivem, a vida é muito mais que aquilo que vocês vivem, isto tem que mudar”. Esta foi uma outra questão que influenciou muito a nossa formação e a nossa vontade de intervir.

(Helena Medina)

No caso de outros entrevistados, em que a influência familiar não é tão marcante, são as experiências e vivências de desigualdades e discriminações presentes no quotidiano escolar que marcam um primeiro conflito interior e contribuem para a tomada de consciência. São as memórias de colegas descalços, de um tratamento desigual por parte de alguns professores com as crianças mais pobres, da violência física praticada na escola, em especial sobre os alunos mais desprotegidos, que são mobilizadas para descrever aspetos marcantes dos seus processos de consciencialização social e política.

Tenho memórias sobretudo da escola primária que me marcaram bastante. Por um lado, uma certa rispidez do diretor da escola, que atingia sobretudo os miúdos menos protegidos socialmente e, por outro lado, o choque que eu senti, e que sinto ainda, de ver uma série de colegas meus que iam descalços para a escola e, depois disso, eu poder ir para o liceu e eles não. Eles foram trabalhar para qualquer coisa ainda em idade muito jovem e isso foi uma coisa que me chocou.

(António Graça)

A vida era diferente. Mas, portanto, tive uma infância sem dificuldades. Mas, lá está, pelo facto de ter andado numa escola pública, também tenho uma série de lembranças de ter colegas que não tinham a mesma vida que eu. É engraçado que uma pessoa mesmo com sete, oito anos, isso marca. Apercebe-se, e percebe-se também de outra coisa que era a maneira como estes meninos eram tratados de forma diferente.

Lembro-me, por exemplo, duma cena da professora primária. Houve lá um miúdo que apareceu de calças, na altura tínhamos de ir todos de calções, e ela chama-o ao estrado e diz-lhe “Anda mostrar como tens os joelhos sujos. Vens de calças porque não tomas banho”. É engraçado, eu já na altura tive aquela perceção de que se eu aparecesse lá de calças não ia ser igual. Mas, também pela rispidez com que eram tratados os miúdos, uma pessoa percebia que, de 20, 30, metade era de uma dada origem social que tinha um tratamento mais benévolo, e era uma coisa muito mais rígida para os outros.

(Edgar Seca)

Mas os percursos de consciencialização social e política são bastante heterogéneos. Nalguns casos existe uma vivência de carências económicas que é identificada atualmente como experiência marcante para os processos individuais de consciencialização social, noutros casos são processos em que os próprios vivenciaram situações de injustiça e violência.

Arsélio Martins, por exemplo, recorda que para si era normal que lhe batessem na escola primária. Em contraponto com memórias da sua esposa, nas quais o ativista identifica um choque pela violência exercida, em especial sobre as crianças mais pobres, para Arsélio Martins a violência fazia parte da normalidade escolar.

A minha mulher fala-me que, no sítio onde ela tinha aulas, eram sistematicamente maltratados por serem os pobres e não eram maltratados os filhos dos senhores doutores. Ela tem essa ideia porque ela é filha do senhor doutor e ficava muito chocada com essa coisa. Eu não tive porque era um dos que estava na roda-viva.

(Arsélio Martins)

Arsélio Martins recorda 28 palmatoadas por falhar na escrita em maiúsculas do nome Deu La Deu Martins, figura feminina histórica de Monção, no século XIV. Recorda

também a pancada que apanhava quando ia sujo para a escola, ou quando não levava os tamancos e ia descalço, e a primeira chapada que sofreu por ter sido apanhado a urinar contra uma árvore, sem saber nada de retretes. Mas uma das memórias mais simbólicas da sua realidade, à altura, é a memória da pancada apanhada pelo tratamento «incorreto» com a professora.

Lembro-me de a minha mãe me dar o recado de que lá não havia tias. “Não é tia Maria”. A minha mãe disse-me expressamente e recomendou-me que lá eram as “senhoras donas”. E eu fui com aquela figada. A primeira vez que houve um teste de Português, em que precisava de fazer uma redação, tive de ler à Senhora Dona Anabela. Conteí tudo direitinho, e chamava-lhe Senhora Dona. Ela ficou danada. Deu-me umas pancadas. Nesse tempo já só se chamava Senhora Dona às funcionárias. A minha mãe não sabia. Ela era Senhora Doutora. Aquilo também parecia que nunca mais acabava. É uma das coisas que ficou na minha memória para sempre. E a imagem de alguns professores, que eram aquilo que nós chamávamos boas pessoas. Pessoas que falavam connosco. Eram muito poucos, mas eu tive alguns que mais tarde vim a conhecê-los. Depois disseram-me que tinham sido meus professores, mas não me lembrava deles. Uma das nossas defesas é não guardar memórias para não guardar raivas.

(Arsélio Martins)

Para Vasco Paiva, a experiência de injustiças sociais começa tão cedo que não pode haver uma enumeração de episódios marcantes distintos, a sua história de vida e formação estão completamente imbricadas em memórias que tanto dizem respeito à própria vida como à vida no bairro operário em que nasceu.

Os meus pais eram operários têxteis na Empresa Fabril do Norte. E eu nasci e vivemos no bairro da empresa, era um bairro que tinha três cores, as casas cor-de-rosa era para o pessoal mais graduado na fábrica, amarelas intermédio, brancas operárias. De um lado havia uma camarata para os homens e do outro lado uma camarata para as mulheres. As casas, em determinada altura, passaram a ser limitadas, não é? Mas havia muita gente de fora que ia viver para as camaratas. O meu avô terá sido o primeiro encarregado daquela fábrica, um dos primeiros operários, toda a família lá trabalhou menos eu e a minha irmã. Aquilo também tinha uma creche, a creche funcionava assim:

as operárias, a minha mãe era operária têxtil, estava a trabalhar num tear, trabalhavam à peça, deixavam a máquina a trabalhar, pediam à vizinha para tomar conta da máquina, iam dar de mamar à criança - era uma ajuda, até aos patrões, a própria creche. Mas foi aí que eu nasci e que cresci. O meu pai tinha andado ainda a estudar na escola comercial e industrial, à noite. Nessa altura ele trabalhava num banco, que era o Cupertino de Miranda. Um dia o patrão chamou o meu avô e disse “se a fábrica não serve para o seu filho, não serve para o resto da família” e, nessa altura, o meu pai que era o mais novo dos irmãos, teve que ir trabalhar para a fábrica e interromper aquilo que andava a estudar à noite. Quando o meu pai morreu, aconteceu a mesma coisa com a minha mãe.

Ela fazia o serviço do registo civil lá na terra, isto é, há a conservatória na sede do concelho e havia uns postos de registo civil que faziam os nascimentos, os casamentos, óbitos, ela fazia esse trabalho e fazia outro trabalho. O meu pai morreu, tinha eu dez anos, e ao fim de 48 horas, eu e a minha irmã andávamos a estudar, apareceu lá um encarregado da empresa a dizer que “ou a minha mãe ia trabalhar para a fábrica ou perdia o direito à casa”. A minha mãe teve de largar tudo que fazia de trabalho cá fora, foi trabalhar para a fábrica e foi ganhar metade do ordenado que ganhava fora da fábrica. Quando aparece a CUF têxtil de Matosinhos, há muita gente que quer ir trabalhar para a CUF têxtil, mas perdia a casa, aqueles que ali estavam. A CUF têxtil pagava melhor. E também me recordo, a seguir às eleições do Humberto Delgado, há uma série de greves no Norte, anos 60, 61, por aí... Há uma greve na EFACEC e depois há uma greve na Empresa Fabril do Norte, os encarregados superiores chegaram à primeira casa e disseram “Vai trabalhar?”, “Vou trabalhar quando forem todos”, “Então sai da casa imediatamente”, pronto na segunda ou terceira casa, as pessoas foram trabalhar e a greve acabou. Era este instrumento que aparentemente parecia uma coisa muito social, mas claro que as pessoas quando foram para as casas, foram pagar rendas que pagavam noutra casa qualquer e depois eram prisioneiras, quando se reformavam tinha de continuar a trabalhar na fábrica, ou como jardineiros ou outra coisa qualquer se não perdiam a casa também. Ou então, tinham de ser os filhos a trabalhar na fábrica para aguentar a casa.

(Vasco Paiva)

Para Fernanda Costa, sobrinha do dirigente histórico do PCP, Carlos Costa, falecido em 2021, o contacto com a realidade da repressão política exercida pelo regime

dá-se muito cedo. Lembra-se de abrigar o tio em casa e de este vir muito debilitado da prisão e dos pais explicarem que a prisão de Carlos Costa não se devia a ação criminosa ou reprovável.

O meu tio saiu em liberdade condicional em 1969, estava eu no 6º ano do liceu. Lembro-me perfeitamente de ele ir lá para casa. Esteve uns meses em recuperação até porque ele vinha muito debilitado fisicamente e a fazer, soubemos depois, um compasso de espera para passar à clandestinidade. Ainda viveu connosco uns meses e, antes disso, nós íamos visitá-lo a Peniche ou a Caxias. E, portanto, isso é a politização em casa. Sempre ouvimos os nossos pais dizer: “O vosso tio Carlos está preso, mas não é por roubar, é porque tem ideias próprias e as defende”. Isso marca muito.

(Fernanda Costa)

No caso de José Augusto Nozes Pires, há um conjunto de acontecimentos que vão marcar o seu processo de formação e de consciencialização, desde logo os acontecimentos já descritos que se sucedem ao acidente de automóvel em que esteve envolvido, mas também ainda antes do acidente, a retirada da sua bolsa de estudo apenas por ter decidido participar na Comissão Pró-Associação da Faculdade de Letras.

Eu já estava no segundo ano quando um colega me convidou para integrar a Pró-Associação. Eu aceitei sem hesitação, embora não entendesse nada de associações de estudantes (não existiam em Lourenço Marques). Digo-te: com toda a ingenuidade. Eu estava quase completamente despolitizado. Era um jovenzinho com a cabeça cheia de literatura que formara a minha adolescência, e que vivera a juventude numa cidade entranhadamente colonialista. Em Lourenço Marques eu fizera teatro, dizia poesia em espetáculos, participara em “jogos florais”, tivera um ano como professor de História o Cansado Gonçalves (um dos fundadores do PCP e preso político), porém debatia-me com muitas dúvidas na religião e na política. Mas aquele colega era meu amigo, falava bem, co-dirigia a Unicepe, a cooperativa livreira que ainda hoje existe e bem, e eu possuía um impulso aventureiro. Quis ver ali uma atividade interessante. Culturalmente interessante, pois era a cultura e a arte que me atraíam. Terá passado pouco mais de um mês e recebo na república, onde residia, um telegrama, que me avisava que a minha

bolsa de estudos tinha sido retirada, e agora vou citar: “por mau comportamento cívico e moral”. Nunca me esqueci da frase. Era assinada pela PIDE. Ou seja, como depois retrospectivamente se verificou, a Faculdade de Letras da Universidade do Porto tinha um funcionário que era informador, um bufo da PIDE, que foi denunciado e interrogado depois do 25 de Abril. Esse indivíduo soube imediatamente que eu tinha entrado, e informou a polícia. Eu fiquei durante muitos meses sem um escudo na algibeira. Essa situação, essa decisão da polícia era duma injustiça (eu tinha “marrado” brutalmente para conquistar a bolsa!), duma indignidade tão grande, que se fez uma revolução no meu cérebro. É assim que muitas revoltas e revoluções explodem. Eu, de repente, fiquei politizado. Instantaneamente fiquei politizado e decidido. Porque articulei, automaticamente, a PIDE ao regime político, todo ele de alto a baixo, e o regime à PIDE: “Este regime é um regime policial terrorista que persegue qualquer ato por mais ingénuo e inofensivo que seja”, pensei. Eu era orgulhoso e aquilo agredia os meus direitos mais elementares.

(José Augusto Nozes Pires)

O confronto com injustiças sociais é, como já se afirmou, um elemento essencial e primeiro na consciencialização social e política dos entrevistados, mas há também um processo de maturação que se intensifica com a participação no movimento estudantil que é descrito por vários ativistas.

Eu cheguei à política através do movimento estudantil. E a politização vem daí, a politização maior. Já havia, naturalmente, um sentimento de justiça, uma certa condenação das injustiças. Mas revoltas às vezes que não estão bem orientadas, sejam os autoritarismos, sejam familiares, sejam as coisas de cariz conservador. Mas isso só depois é que se veio a transformar num desejo de participação ativa a partir do movimento estudantil, das crises, e a entrada no Partido, que, de facto, dá um sentido de utilidade, de tu atuares organizadamente, diferente, não é? Embora a gente tivesse a ilusão de que isto ia ser tudo muito mais rápido... demora muito a mudar as pessoas. O que a gente assiste hoje... Eu acho que ninguém acreditaria, há 30 ou 40 anos, que seria possível estar a assistir-se a retrocessos que hoje se vêem do ponto de vista da sociedade. Mas a verdade é que é mesmo. E não me admira que o fascismo esteja aí na cabeça de muita gente, alguns sem saber que é fascismo. Mas ele também começou

assim. O Fascismo não era conhecido... só depois é que se analisa e se caracteriza como fascismo. Ora tu hoje o que vês é gente que o que defende e tem na cabeça são coisas que pareciam banidas.

(Emídio Ribeiro)

Depois do regime ter retirado a bolsa de estudos a José Augusto Nozes Pires, e deste ter ficado sem qualquer sustentação económica, os colegas da República 24 de Março decidiram que não teria de pagar nada pelo quarto e continuava a fazer as refeições na casa normalmente. Dividiriam a despesa entre os restantes. Esta forma de atuar entre si ilustra um dos aspetos significativos da caracterização das relações estabelecidas entre ativistas naquele período, não só no contexto do movimento estudantil, mas também, em geral, no contexto da oposição ao regime: a solidariedade.

De acordo com Fernando Ilídio Ferreira (2011:128), a solidariedade é um “laço social e político”, fundamental na análise do “agir associativo” e que traduz a originalidade das relações intersubjetivas estabelecidas no movimento associativo. “Somente uma teorização que considere a solidariedade como princípio de acção colectiva independente, distinto do agir instrumental e estratégico, tem condições de compreender a originalidade do que se expressa nas práticas associativas (Chanial e Laville, 2009)” (Ferreira, 2011:128). Este enquadramento feito pelo autor ajuda a compreender a especificidade da solidariedade também no quadro do movimento associativo estudantil durante a ditadura.

A solidariedade é um aspeto que vai estar presente nos processos de formação dos ativistas estudantis, mas também na forma de atuar no quadro das associações de estudantes. Como se viu em capítulos anteriores, a cada nova prisão, a cada interrogatório, as associações desenvolverão grandes campanhas de solidariedade que implicarão não só a denúncia dos acontecimentos, numa tentativa de proteger os presos da violência da polícia política, através do conhecimento público das suas prisões, mas também campanhas de recolha de donativos, seja para aquisição de bens a fornecer a determinado estudante, seja para ajudar com os custos da defesa judicial nos casos das situações que chegaram a tribunal. Talvez o exemplo maior disto mesmo seja a constituição e atuação das comissões de estudantes multados em 1973. Mas o mesmo

se vai verificar na atuação da Comissão Estudantil de Socorro aos Presos Políticos, em relação a presos fora do contexto estudantil.

A solidariedade marcou campanhas de informação sobre as ações de contestação e a repressão vivenciada noutras escolas e faculdades, mas também as ações de informação e de mobilização contra a guerra colonial e contra a guerra do Vietname, assim como, após o 25 de Abril, com o povo do Chile.

No plano individual e biográfico, a solidariedade é frequentemente referida como um dos aspetos marcantes da ação coletiva estudantil e como um valor apreendido individualmente através da ação coletiva.

Acho que a principal aprendizagem foi a solidariedade. Acho que aquela época trouxe uma solidariedade estudantil e entre estudantes, enorme, e isso dava um conforto grande. E a importância que isso tem numa sociedade. Acho que são assim as principais... Depois as pessoas são formadas por tudo, não é? Não tens só uma coisa, ou uma coisa a dominar.

(Emídio Ribeiro)

Poderia resumir tudo numa única frase: dizer que o indivíduo cidadão e professor que fui, aquilo de que me orgulho, a minha coerência, se deveu àqueles dois, três anos, 1965 a 1968 que foram decisivos na minha vida. O acidente foi decisivo porque encontrei uma solidariedade de um género que não conhecia (...) E a politização foi, por isso, rapidíssima.

(José Augusto Nozes Pires)

A solidariedade cultivada no seio do movimento estudantil relaciona-se com os processos de politização e também com o comprometimento de cada ativista com a luta antifascista. A amizade e entajuda vivenciada nas lutas e nas organizações estudantis contrastam com a violência, repressão e negação de elementares direitos por parte do regime e contribuem para um cada vez maior empenhamento na luta contra a ditadura.

Pois, quanto aos valores que aprendi, que aprendemos todos: o valor inigualável da camaradagem...mas refiro-me, que fique claro!, à genuína, aquela que é amizade, empatia, que fortalece a crença e a coragem dos democratas resistentes, aquela que os militares experimentaram no teatro da guerra desde a recruta até às missões de combate, aquela que experimentámos no átrio da reitoria ou num refeitório da universidade cercado de monstros de cassetetes em riste..."Camarada", digo eu, que bela palavra!

(José Augusto Nozes Pires)

Num contexto em que a participação democrática, a liberdade de reunião, organização e expressão estavam profundamente condicionadas, o exercício destes direitos no seio dos estudantes constituía tanto uma aprendizagem como um instrumento de fortalecimento do sentimento de pertença ao movimento.

Fica (uma cultura antifascista). E uma cultura democrática. Eu respeito opiniões diferentes, gosto até do confronto de opiniões, gosto de uma discussão. Seja política, seja filosófica, porque é do confronto de ideias diferentes que se forma aquilo que é comum a todos. Nós gostávamos muito de polemizar e de discutir. E havia um estilo muito particular que às vezes até era exagerado. Às vezes até dou comigo a ter esse estilo em conversas com amigos e depois arrependo-me. Nós éramos entusiastas e às vezes até éramos agressivos uns com os outros, porque nos entusiasmávamos e porque nos picávamos uns aos outros. E eu acho que, às vezes, nas conversas como os meus amigos, dou comigo a fazer isso e não devia. Porque devia ser mais calmo, mais ponderado, tentar ouvir. Mas foram uma série de anos em que nós gostávamos daquilo que nós chamávamos «um barulhinho». E um "barulhinho" era isso. Vamos discutir, vamos ver quem é que tem razão, e quem é que é argumenta melhor e quem é que encurrala o adversário com argumentos. E aquilo para nós era um jogo, para além da aprendizagem. Era também um divertimento, um gozo. Fazíamos daquilo também divertimento. E pronto, no fim abraçávamo-nos todos e íamos beber uma cerveja. Às vezes irritávamo-nos, mas nunca nos chateamos. Acho que isto não se apaga. Ainda hoje, aquilo que sou, foi muito formado naqueles anos, porque afinal, estamos a falar dos meus 17, 18 anos. Porque eu entrei na República aos 17 e fiquei até aos 24, 25. Eu acho que já tinha para aí 26 quando saí de lá.

(António Vieira)

Vários entrevistados, quando questionados sobre o medo das consequências do seu ativismo e empenhamento político e social, recordam que a vontade de mudança era mais forte assim como o compromisso com os outros e com os valores forjados na prática da luta política.

O que me movia a mim... era ter a noção clara de que não se podia viver sem liberdade. Que havia injustiças medonhas. Era o saber a história do meu tio. Eu digo isto aliás aos meus filhos e netos. Conto-lhes isto porque é rigorosamente verdade. Eu não tenho saudades nenhuma, nenhuma, do antigamente. Há quem diga “antigamente é que era bom”. Não alinho com esse discurso porque eu fazia o que havia para fazer e, portanto, ia à luta, como se costuma dizer, mas sempre com um nó no estomago, porque o medo existia. Era mesmo porque tinha uma noção muito forte que tinha de fazer qualquer coisa, que não podia pactuar, e que me levava a agir. Porque, de resto, não era porque fosse muito destemida. Acho que se pode considerar que toda a gente naquela altura foi destemida, foi corajosa. Agora, que o medo era um medo real, o haver aqui um nó no estômago... Isso existia e eu vivia com medo. O que me movia nem era tanto um dominar de todas as questões políticas. Quando entrei nisto, para mim era chinês, era uma linguagem que eu não dominava. Mas tinha a noção clara que tinha de haver mudanças, não é? E com informação. Sabíamos que éramos uma minoria que frequentava a faculdade, não é? Quer dizer, em Portugal, esses números, a gente tinha-os. Sabia que isso não era justo. Não era mesmo, a desigualdade era monstruosa. Mas era isso que a mim me movia, não era mais nada.

(Fernanda Costa)

A organização contra um inimigo comum, o simbolismo daqueles que presos e torturados não denunciam as suas organizações, a convivência com outros resistentes antifascistas sujeitos a perseguição policial e política constante contribui para a formação e consolidação da lealdade com a luta contra a ditadura, da solidariedade entre ativistas, da firmeza da convicção nas possibilidades de transformação da sociedade.

Ora bem, nós tínhamos medo, não é? Havia sempre um receio de ir para a Guerra Colonial, de ser expulso da Universidade ou de acelerar a incorporação. Sabíamos que nalguns casos havia apelo a deserções e sabíamos que havia gente que fugia para o estrangeiro, emigrava, etc. Mas convivíamos com isso, não é? Convivíamos, quer dizer, tínhamos de o fazer. Não participar não era uma opção. Nós tínhamos medo. Eu tinha medo, tinha algum receio. Há sempre pressões familiares. Ninguém gosta de ser preso. Eu ainda hoje não sei, porque felizmente nunca fui, mas ainda hoje não sei o que é que aconteceria se fosse preso. Se resistia, não resistia. Se fosse torturado o que é que acontecia. Eu admiro muito as pessoas que se portaram heroicamente, não sei é se eu era capaz de fazer isso, não é? Eu acho que ninguém sabe. Só naquela situação é que sabe. Portanto, nós tínhamos medo, acho eu. Mas tínhamos de o fazer. A consciência obrigava-nos a isso. Lá na República nós vivemos de perto algumas dessas situações. Recordo-me que um dos elementos que vivia na República estava a preparar a fuga para o estrangeiro porque andava a ser perseguido pela PIDE. Recordo-me de ele andar triste, preocupado e de nós sentirmos isso, não é? Não lhe fazíamos perguntas, mas sentíamos que havia ali qualquer coisa. Ele não era estudante. Era ligado ao movimento dos jovens trabalhadores, e andava a ser perseguido. Nós organizamo-nos lá na República e ele vinha do trabalho e nós íamos esperá-lo a sítios combinados, e fazíamos o percurso para a República, ora por um caminho, ora pelo outro, tentando garantir-lhe que não havia ninguém à espera dele e que ele não ia ser preso naquele dia. E fizemos isso durante uma semana ou duas. Ele depois desapareceu.

(António Vieira)

Os processos de consciencialização política e social e de empenhamento cívico que se verificaram no seio do movimento estudantil partilham algumas características. Desde logo, no seio das relações familiares e, em geral, não se verifica a existência e prática de valores conservadores rígidos, nem o apoio ativo ao regime. Em alguns casos, verifica-se o contrário, um ambiente familiar oposicionista, sem participação organizada e ativa ou já com participação mais ou menos organizada em estruturas anti-regime. Na generalidade das biografias dos ativistas existe uma ou mais figuras identificadas como pessoas que contribuíram para um outro olhar sobre a realidade social, fosse um amigo, um professor ou um familiar mais afastado.

Todos os entrevistados identificam, desde muito jovens situações de injustiça social que marcaram as suas vivências e o seu processo de leitura do mundo.

Ainda que as formas iniciais de empenhamento político difiram, aparece como particularmente relevante, nos percursos de participação, a oportunidade ou a pré-existências de estruturas organizadas para a participação, em que os entrevistados se vão integrando gradualmente. A integração gradual nas estruturas estudantis e outras, a participação em momentos de contestação específicos, a convivência com os outros ativistas e oposicionistas e a participação nos processos de discussão e de decisão do movimento estudantil fazem parte de um processo de consciencialização que desenvolve e consolida um conjunto de valores morais e éticos e que vai aprofundando o comprometimento político com a luta antifascista. Ainda que, em geral, existam fatores de politização anteriores à participação no movimento estudantil, é no seio da participação no movimento e, em contraste com o contexto social repressivo, que se desenvolvem as solidariedades necessárias que sustentam o sacrifício pessoal em virtude da causa coletiva (Hirsch, 1990).

6.2. Movimento estudantil – Uma escola dentro da escola

(...) a educação é aquele processo relacional aberto pelo qual, de dentro de uma descoberta do mundo e da vida (que em conjunto com outros sempre se opera), vamos dando forma à condução do nosso viver.

Educação é formação.

Não: para uma vida que esteja fora, ou que mais tarde haja de vir.

Mas: em unidade com um viver em feitura que nos colhe – envolve, e revolve --, e que, do mesmo passo, vamos (re)configurando.

(Moura, 2016:30)

O filósofo José Barata Moura (2016:30) define a educação como processo que se confunde com a socialização; que é relacional, acontece na relação com os outros e com o contexto, e implica a ação do próprio que vai dando “condução ao seu viver” a partir do conjunto de decisões e ações tomadas. A educação não se pode confundir com a escola, nem com uma etapa específica da vida e delimitada temporalmente. Ela não acontece “para uma vida que esteja fora, ou que mais tarde haja de vir”. A educação dá-se em todos os momentos da vida na relação com os outros e num contexto prévio que nos é dado e que, do mesmo modo “que nos colhe, envolve e revolve”, também nós “vamos reconfigurando”.

A participação em processos de luta permite que os atores sociais se apreendam como “sujeitos de direitos” e que para muitos dos ativistas surja um primeiro questionamento, que se vai desenvolvendo e consolidando, de aspetos ou da totalidade da ordem social (Medina, 2008: 343).

Como afirma Medina (2008:343), a decisão de participar, de se envolver num processo de organização e ação coletiva representa para muitos um processo de “ruptura com concepções anteriores” que, entre outras dimensões, implica a consideração do caráter coletivo de muitos dos problemas que são sentidos a nível individual.

Neste processo opera-se um conjunto de transformações ao nível dos conhecimentos, mas também dos comportamentos e das atitudes (Medina, 2008).

No âmbito do movimento estudantil, num contexto repressivo e ditatorial, um conjunto de atividades apresentam-se como potencialmente educativas: a necessidade

de organizar uma reunião de estudantes, escrever um comunicado sob uma linguagem que proteja a organização semilegal da associação, encontrar formas criativas de fazer circular um comunicado clandestino, organizar um protesto ou uma manifestação, organizar uma discussão sobre a universidade, pensar as reivindicações e o papel dos estudantes na ditadura. Mas também ao nível das relações interpessoais e dos valores. A luta dos estudantes durante o período da ditadura ampliou os valores de solidariedade, partilha, a própria importância e significados da participação social e política num quadro em que a intervenção político-associativa podia significar a expulsão da universidade, a integração compulsiva nas Forças Armadas e o envio para a Guerra Colonial (onde enfrentavam o perigo de ferimentos graves, de problemas psicológicos e até da morte), e também a prisão, onde poderiam ser sujeitos à tortura física e psicológica às mãos da PIDE/DGS.

Neste sentido, importa equacionar como se concretizou a dimensão educativa da participação dos estudantes num conjunto de lutas que foram desenvolvendo e que sentidos e formas lhes estiveram subjacentes, dando centralidade à subjetividade dos ativistas estudantis presentes num exercício de memória que é realizado a partir do lugar do presente.

Quando questionados sobre as aprendizagens no âmbito da participação no movimento estudantil e associativo, os entrevistados têm dificuldade em separar aprendizagens aí realizadas de outras relacionadas com outros quadros de participação social, cívica e política. A multiplicidade de referências, que contribuem para a aquisição de saberes, aparece, nas narrativas biográficas, como uma realidade não hierarquizável, não ordenável. Esta é uma característica importante dos saberes experienciais ou da formação experiencial, ela é multidimensional e dinâmica, cada experiência “é questionada e alterada em função das novas situações vivenciais” (Cavaco, 2009:223).

E para que as experiências sejam educativas é necessário que se verifiquem dois princípios, a continuidade e a interação: há continuidade porque cada experiência dialoga com as experiências anteriores e há interação porque a experiência resulta de um confronto, num dado momento entre a pessoa e as suas circunstâncias e o meio com as suas características, forças e impulsos (Dewey cit. por Cavaco, 2009). O princípio da continuidade manifesta-se muitas vezes na impossibilidade de traduzir a experiência num saber comunicável, a relação dos saberes experienciais com uma “sucessão de

situações” “de difícil delimitação no espaço e no tempo” (Cavaco, 2009: 224), fazem com que, na narrativa, as aprendizagens surjam como qualquer coisa una e indivisível, onde se incorporam saberes da ordem do ser, do estar e do fazer. É o caso no testemunho abaixo citado, em que José Aranda da Silva descreve como aprendeu a «pensar estrategicamente» e como essa capacidade integra as dimensões do discutir, «comunicar os problemas», definir objetivos, mas também passar tudo isto à escrita de forma coerente e transferível.

Primeira questão: eu costumo dizer que a gente aprende a pensar estrategicamente. Discutíamos muitas coisas, estabelecíamos estratégias. Éramos uns putos, mas éramos uns putos que levávamos as coisas a sério. Quando havia um objetivo: qual é a estratégia para atingir aquele objetivo? E discutíamos. Éramos muito profissionais, no ponto de vista de comunicar os problemas. Eu depois ainda por cima tive a sorte de na tropa fazer um curso de gestão por objetivos. Quer dizer, eu já aprendi isto tudo (risos). Era um curso americano, do exército americano, de gestão por objetivos, com 400 horas, o que já era uma coisa... A gente fazia uns quadros, e depois punha os objetivos, e os tempos. Nós na prática já fazíamos aquilo. Intuitivamente, todos.

(José Aranda da Silva)

No caso da participação estudantil, a indivisibilidade dos saberes e dos tempos e modos de aprendizagem é exponenciada porque os entrevistados narram dois tempos simultâneos e que se fundem: o tempo da participação estudantil e associativa é também o tempo da juventude. E o tempo da juventude é um tempo de “primeiras aprendizagens”.

Eu também me orgulho de ter participado nesta luta e acho que fiz bem. Tomei as opções certas. Depois, no pós-25 de Abril, com a evolução da democracia, tive muitas desilusões, não é? Mesmo ideologicamente acabei por evoluir. Não é que hoje tenha muitas certezas. Eu, aliás, recordo-me que tinha muitas certezas e até, eu primeiro pensei, tinha 15, 16, 17 anos e achava que... Mas é engraçado. Porque, ao mesmo tempo, eu na altura não tinha essas dúvidas, mas também tudo isto me ajudou a crescer

e a ganhar maturidade. Tudo isto também me ajudou. Eu às vezes ponho-me a olhar para os meus filhos e realmente eu ganhei rapidamente uma grande autonomia em tudo, mesmo em termos afetivos. Fui pai, tinha vinte anos. Aos 21, comecei a trabalhar e ainda estava também na Faculdade. Depois há essas situações que também ajudam a amadurecer. Eu lembro-me que eu comecei a namorar muito cedo, com uma pessoa que também era empenhada politicamente. Estas coisas também nos ajudam muito a achar que, embora tenhamos 16 anos, já sabemos o que queremos.

(Edgar Seca)

Não raras vezes, os ativistas recordam a elasticidade dos dias. Neste período das suas vidas, em 24 horas caberão muito mais coisas do que nos dias de hoje. Esta característica contribui para uma memória que narra os tempos de participação estudantil como tempos acelerados, quase desenfreados. As situações que contribuem para a aquisição de saberes são, não só múltiplas, como simultâneas e desenvolvem-se num contexto pessoal e social, de ebulição quase permanente.

Eu tive a sorte de viver num período em que as pessoas de uma maneira geral aprenderam muito e muito rapidamente. É uma felicidade ter vivido aquele período, não é? Porque tinha muito de exaltação. Tinha muito de perigo, de medo, de risco, mas, ao mesmo tempo, tinha momentos fascinantes. De exaltação. Como foi o 25 de Abril, foi depois o 1º de Maio. Foram as conquistas da revolução, a reforma agrária, o setor cooperativo, o Estado. Foi a nacionalização da banca.

(Bernardo Vilas Boas)

Os saberes adquiridos são narrados, quase sem distinção, entre aquilo que foram aprendizagens mais instrumentais, ao nível de um saber fazer, e aquilo que foram aprendizagens que concorreram para constituir as identidades construídas. Neste segundo nível são narradas características e capacidades apreendidas que se relacionam com os princípios, valores, formas de ver e de estar no mundo e de se relacionar com os outros, portanto de um nível de saber estar e saber ser. De acordo com Mireille Cifali

(1992: s/p), “capacidades e conhecimentos não têm sentido se não se articulam entre si”²⁶⁸.

Depois, a questão que eu acho que em termos pessoais foi muito positiva, é que também foi uma escola de organização. De definir objetivos, de mobilizar pessoas em torno de objetivos, de as controlar. Nesse aspeto, o Partido Comunista, e depois a UEC, herdando esses métodos de trabalho, passava-nos um conjunto de métodos de trabalho. E agora já não tem propriamente a ver com a ideologia. Tem a ver com a eficácia. Para as organizações serem eficazes. Foram muito importantes coisas tão simples como quando eu tinha 15 ou 16 anos, e comecei a aprender a reunir com agendas, com uma ordem de trabalhos, tomar decisões, escrever coisas. Nalgumas situações, nas reuniões do PC, algumas coisas não se podiam escrever. Na verdade, há uma série de aprendizagens na parte de metodologias de funcionamento, das formas como se organiza, até como se interage com as pessoas, que foram uma coisa positiva. Esta organização, na altura foi também uma escola de direção, de liderança.

(Edgar Seca)

Sem dúvida. Aprendi imenso, desde as coisas mais básicas, a falar em público, a analisar uma situação e a definir. Recordo-me das ordens de trabalhos das reuniões que eram sempre «análise da situação e medidas a tomar», de uma forma geral. Nós aprendemos a analisar a realidade e depois tirar conclusões e agir sobre essa realidade e a ter uma atitude de intervenção sobre as coisas. Acho que hoje tenho alguma capacidade de análise sobre o que me rodeia e este método foi desenvolvido nesse tempo. O meu interesse pela cultura de uma forma geral: pela leitura, pela música, pela arte, pelos problemas do mundo, nasceram também aí. Eu acho que sou uma pessoa mais rica do que se tivesse um percurso como muito amigos meus que vieram da província e se meteram num quarto particular e depois iam estudar para os cafés com um grupo de dois ou três amigos restritos.

(António Vieira)

²⁶⁸ Tradução livre do original “Capacités et connaissances n'ont de sens que si elles s'articulent entre elles.”

No quadro das capacidades mais instrumentais são descritas com frequência capacidades relacionadas com organização: convocar uma reunião, fazer a ordem de trabalhos, dirigir os trabalhos, escrever conclusões, escrever um comunicado, distinguir entre os objetivos dos diferentes textos produzidos e suas características, comunicados, textos de reflexão, atas, falar publicamente.

Mas as aprendizagens mais significativas e mais frequentemente mobilizadas nas narrativas dos entrevistados relacionam-se com questões nos planos do saber estar e saber ser. Trata-se não só das convicções firmadas à altura, como em formas de se relacionar com o mundo e os outros. Alguns destes saberes estão intrinsecamente ligados a outros mais instrumentais como no caso dos testemunhos citados acima. A capacidade de «mobilizar pessoas» e de dirigir reuniões e eventos, por exemplo, implica não só escrever um comunicado ou conseguir falar em público, como saber distinguir as melhores formas de comunicar, num caso e no outro, consoante os objetivos do momento e da situação. Na direção dos trabalhos de uma reunião, seja no plano associativo ou no plano das organizações político-partidárias clandestinas, como o PCP e a UEC, há um cuidado com o funcionamento democrático e eficiente das organizações. Dirigir implica incentivar a participação de outros, ouvir a sua posição e opinião, saber integrá-la na decisão e opinião coletiva, negociar e procurar o compromisso coletivo. Procura-se no plano prático a concretização de valores democráticos de funcionamento sem desvalorizar a questão da eficácia da organização, o que implica a necessidade, por exemplo, de tirar conclusões de cada reunião e de acompanhar a sua concretização, de distribuir responsabilidades por cada pessoa e de as ajudar a desempenhar essas responsabilidades.

Muitos dos entrevistados identificam como aprendizagem adquirida nestes anos de ampla participação cívica, social e política, a vontade e capacidade de mudança, mesmo nas situações mais adversas.

E acreditávamos muito no que estávamos a fazer. Acreditávamos na liberdade. Acreditávamos que o regime ia cair. Eu costumo dizer a muitas pessoas hoje que a sociedade tem momentos em que ela tem de se transformar, porque é insustentável manter-se como está. E isto está a acontecer hoje ao nível global. Este sistema global capitalista hoje está a rebentar pelas costuras. Nós estamos a ver o que está a acontecer

em Portugal. Agora por exemplo com os Berardos... Isto é uma parte que tem a ver com a natureza do sistema em que nós estamos a viver. E isto vai criar condições para que haja mudança. Agora o problema é que as ideologias dominantes hoje, criam um bocado aquela teoria do TINA, não é? *There Is No Alternative*. Portanto é um bocado a ideia que não há alternativa ao sistema capitalista. E quer dizer, pode não haver alternativas ao sistema capitalista, mas há outras formas de capitalismo que vão ser diferentes deste também. E a verdade é que o que se passou em Portugal nos últimos anos é uma prova de que se arranjou uma solução alternativa a uma coisa que se dizia que era impossível, não é? E se nós formos a ver, no nosso microcosmos, temos que saber qual é a capacidade para forjar alternativas credíveis.

(José Aranda da Silva)

Esta vontade de mudança e de transformação é acompanhada em muitos casos do reconhecimento de que esta não é uma conceção hegemónica pelo que, ao narrar-se a si próprio, surge a necessidade de justificação e de defesa da sua leitura, num exercício de convencimento do outro, até no momento de entrevista. Também aqui se vislumbra uma aprendizagem dos anos de discussão coletiva, de mobilização de outros, de direção de ações de contestação, de agregação de pessoas em torno de um ideal.

Acho que sim, embora toda a gente durante a sua vida tenha tirado muitas coisas boas e más, mas não ponho em causa que muita gente que não andou nestas lides e que até comungue de ideias diferentes também não possa ter ideias que possam ser interessantes e que possam ser discutíveis e que possam até ser aproveitadas, também há. Agora que eu sei que estas experiências todas que eu tive me levaram a ver o mundo de uma determinada maneira que para a esmagadora maioria é considerado utopia. As utopias são utopias enquanto não são atingidas, quando são atingidas deixam de ser utopias. Portanto, a maior parte das pessoas é capaz de pensar que quem pensa como eu é lírico, quem não pensa em fazer dinheiro e em enriquecer, custe isso o que custar é parvo, e assim sucessivamente, pronto, há estas teorias todas que são defendidas e hoje mais ainda porque o capitalismo alimenta-se exatamente também de pensamentos destes, não é.

(António Regala)

A aprendizagem de valores aparece também como uma das mais importantes realizadas. É o respeito pelos outros, pela diferença, a aprendizagem da liberdade como processo de negociação entre diferentes atores, o pacifismo, o anti racismo e anti xenofobia, a solidariedade e o mal estar perante injustiças.

No fundo, a palavra essencial do 25 de abril é "liberdade", não é? Para além de todas as cambiantes de leitura política, há um mundo que desponta. Para nós, naquela altura, era um mundo de mudança de tal modo repentina e que abria um mundo à nossa frente. Quer dizer, nós tínhamos tido uma aprendizagem, sem querer, na escola. Essa aprendizagem da liberdade tinha sido feita. Eu estava mais preparado para receber esse dia de braços abertos do que se tivesse sido no liceu na véspera. Havia ali já uma vontade de exercício de liberdade que, de facto, é permitida com o 25 de abril. Ainda hoje acho que a liberdade é o nosso maior bem. A liberdade implica deixarem-nos fazer as coisas, mas também nós sabermos fazê-las com liberdade. A liberdade é a liberdade de ação e, sobretudo, de pensamento. Eu acho que isso foi uma aprendizagem que eu fui fazendo. Ainda hoje eu penso que aprender a decidir na nossa vida é importante, não é? É por isso que eu acho que, em paralelo com a questão dos costumes, o modo que vemos a sociedade, é tão importante como a leitura, digamos, social do meio em que vivemos. Não sei como é que hei de explicar, mas eu acho importante pensar o campo político em si, como uma batalha pela liberdade das opções individuais. Acho que hoje em dia, mesmo na área da esquerda, essa questão está na ordem do dia. Isto é, a batalha pela defesa das minorias é tão importante como a batalha em termos da organização social em si.

(José Gigante)

A aprendizagem no movimento estudantil, particularmente associativa e depois na República 24 de Março, é fundamentalmente cívica. Cidadã, como se diz hoje. Na altura é de consciencialização social e política. É o debate no Cine-Clube, são os convívios na 24 de Março com o Zé Afonso, com um cantor galego que agora não me recordo o nome. É toda uma vivência coletiva, de consciencialização política, dos direitos sociais, pela paz, contra a guerra colonial. Pela justiça, pela democracia.

(Bernardo Vilas Boas)

Em quase todas as entrevistas há uma correspondência entre as aprendizagens realizadas, os saberes adquiridos e a identidade reivindicada. E um certo paralelismo entre as aprendizagens e a mundividência criada e preservada ao longo da vida. É uma mundividência que interpreta o mundo a partir das injustiças e desigualdades, dos conflitos e contradições e que integra uma responsabilidade de contribuir para o transformar e para eliminar as desigualdades.

Acho que esse período, quer o que eu vivi antes do 25 de Abril, quer o que eu vivi depois do 25 de Abril, nos anos da revolução, foi um período precioso na minha vida, foi um período de formação. Acho que, apesar de tudo, decorridos estes anos todos, foi porque fiz aquilo que fiz antes do 25 de Abril, foi porque fiz aquilo que fiz depois do 25 de Abril, na universidade e fora da universidade, no tempo do fascismo e no tempo da revolução, que eu acho que posso dizer que mantenho alguma fidelidade a mim próprio nos tempos atuais. Isto é, o meu pensamento e a minha visão do mundo hoje, que é de esquerda, e que é profundamente de esquerda, e que é ao lado, enfim, do povo e dos trabalhadores e da sua luta pela emancipação, eu acho que isso é o que eu pensava já em 1973, e em 1974 e em 1975. Esse aspeto fundamental. E continuo a pensar, desse ponto de vista igual. Claro que as estratégias são diferentes, os projetos políticos são diferentes, os modelos são diferentes, mas a fidelidade a esses ideais eu mantenho-a. E acho que a conquistei ainda antes do 25 de Abril e aprofundei-a nos anos a seguir ao 25 de Abril.

(José António Gomes)

Mas é ainda uma forma de ler o mundo que preza o bem público, o coletivo, a crença nas capacidades humanas e nas possibilidades da realização coletiva.

O facto de alguma coisa ser pública, ser do povo, ser do Estado, não quer dizer que seja bem gerida, não é? Esse é o maior desafio que nós temos hoje, por exemplo no serviço nacional de saúde. É garantir que o que é de todos é mesmo de todos. Tem de ter a melhor gestão pública. Tem de ter os melhores gestores e os melhores servidores públicos. Não pode haver corrupção. Tem de haver uma gestão pública de qualidade. E para que isso seja possível hoje, é indispensável que haja avaliação. Que haja prestação de contas. E que haja

contratualização transparente. Agora, ao mesmo tempo, temos de dizer que, concretizando a nível do serviço nacional de saúde, e muito por responsabilidade dos sucessivos governos de direita, particularmente do PSD, CDS, mas também do PS, que muitas vezes é conivente e não tem coerência deste ponto de vista, o serviço nacional de saúde, enquanto serviço público, sofre pelo facto de muitas vezes não ter a melhor gestão. Não ter a gestão mais transparente, mais avaliada, mais controlada, pelo próprio cidadão. E nós hoje temos de olhar para a democracia cada vez mais como algo que não pode, não deve depender só deste ou daquele partido político, deve depender cada vez mais de uma consciência coletiva, individual, social, mais geral. Precisamos de encontrar a maneira de cada vez mais, termos poder de intervir. De encontrar mecanismos que não reduzam o papel do povo à intervenção no voto, ou deixar apenas ao poder presidencial ou do governo ou legislativo. Eu penso que é indispensável, e provavelmente, espero e defendo, que as novas tecnologias, a era digital, de alguma maneira, sirva para uma maior humanização, e para um maior poder de todos, na intervenção económica, social e política, e na defesa dos valores que nos levaram a lutar e a derrubar a ditadura. E, portanto, a continuar a ser contra as ditaduras, os racismos, a xenofobia, as discriminações, que, contrariamente ao que pudéssemos pensar, não estão excluídas do mundo, não é?

(Bernardo Vilas Boas)

As aprendizagens aparecem indissociáveis das identidades construídas, preservadas e reivindicadas pelos entrevistados. Apontam para o carácter dialético da formação experiencial e para a totalidade do indivíduo que não distingue, nem pode distinguir, o que aprendeu do que é e o que aspira ser.

Ainda que apenas se tenha analisado o caso do Porto, a análise dos testemunhos aponta para o desenvolvimento coletivo de aprendizagens e da vinculação dessas aprendizagens a um projeto contra-hegemónico de uma sociedade democrática, caracterizada pelo acesso a um conjunto de direitos económicos, políticos, sociais e culturais e pela liberdade. Trata-se de uma cultura antifascista e democrática que incorporou um desafio real à ditadura e influenciou profundamente o desenlace do

processo revolucionário português. Uma cultura desenvolvida na prática política de resistência às privações e opressões vivenciadas

6.3. Referências filosóficas, políticas, culturais e artísticas

O quadro de referências filosóficas, políticas, culturais e artísticas mobilizado pelos entrevistados fundamenta uma cultura de comprometimento social e político. No cinema, filmes como *O Couraçado Potemkine* (1925), *Outubro* (1927), de Serguei Eisenstein (1898-1948, Rússia), *Las Hurdes, tierra sin pan* (1933) de Luis Buñuel (1900-1983, Espanha), *Morte em Veneza*, *A Terra Treme*, *Obsessão* de Luchino Visconti (1906-1976, Itália), fizeram parte da formação político-cultural e ideológica e fazem parte das suas memórias como referências cinematográficas.

Na música para além dos cante-autores portugueses, José Afonso, Adriano Correia de Oliveira, Fausto, Sérgio Godinho, José Mário Branco, Pedro Ramajal, Francisco Fanhais, Vítor Valente, o trabalho de Lopes Graça e as Canções Heróicas, tiveram grande influência sobre os estudantes, músicos estrangeiros como Joan Baez, Patxi Andión, Paco Ibáñez, Joan Manuel Serrat, Georges Brassens, Léo Ferré, Jacques Brel, Bob Dylan, entre outros. Em geral, músicos com produções que incluem aspetos de crítica social e de retrato de aspetos da vida popular e da luta política.

Na literatura também se verifica que as principais referências mobilizadas são obras que de alguma forma procedem a crítica social ou retratam a vida popular. *Os Subterrâneos da Liberdade* de Jorge Amado, *os Esteiros* e *a Engrenagem* de Soeiro Pereira Gomes, obras de Emílio Zola, *A Mãe* de Gorki, entre outros.

Para além de obras literárias, os entrevistados recordam-se de ler trabalhos filosóficos, políticos, análises teóricas. Vários entrevistados mencionam obras de Camus, Sartre, Althusser, György Lukács mas também as obras fundamentais de Karl Marx e Engels. A obra de Álvaro Cunhal e, em especial o relatório ao congresso do PCP, em 1964, *Rumo à Vitória*, é frequentemente citada.

Na música o movimento dos Beatles, dos Rolling Stones teve influência. Lembro-me que tinha colegas que faziam tudo para conseguir esses discos porque eles às vezes não existiam cá em Portugal. Depois a própria música de intervenção e de resistência,

era muito escutada, o Zeca Afonso, o Sérgio Godinho e outros cantores. Esse tipo de música teve uma importância muito grande e era muito escutada por nós. Os coros do Lopes Graça, sabíamos aquelas letras. Do ponto de vista literário, eram os escritores neorrealistas, portanto, sei lá, o Carlos de Oliveira, o José Cardoso Pires, mas também o Ferreira de Castro, o Aquilino Ribeiro, nós líamos muitos os autores portugueses também e falávamos sobre os livros. Eu lembro-me que havia um autor, o Alexandre Pinheiro Torres que tinha um livro de crítica literária que era muito interessante. Esse livro marcou-me muito porque era um livro que nos ensinava quase como é que se deve procurar interpretar e ler. Depois havia um outro autor que para mim foi uma das maiores referências do ponto de vista intelectual que foi o Óscar Lopes. O Óscar Lopes para além de uma enorme qualidade, tinha livros de crítica literária muito bons, eu felizmente tenho algumas dessas edições: *Ler e Depois* e *O Modo de Ler* que foram livros que me marcaram muito e que para além de crítica literária tinham textos de pensamento e reflexão. Depois na área da economia havia o Armando de Castro. Nós líamos um bocadinho de tudo, depois há aqueles livros mais de resistência, *A Mãe* do Gorki, aquelas obras um bocadinho emblemáticas, mas havia autores franceses que nós líamos muito, autores ligados à resistência francesa. Tínhamos uma educação muito literária. Como havia repressão e a censura, havia uma espécie de bibliotecas, quase clandestinas, em que circulavam os livros, por exemplo as obras de Marx e de Lenine. A nossa formação era muito literária e era muito conversarmos uns com os outros. Ao nível dos filmes, os filmes também tinham censura cá em Portugal, convém não nos esquecermos disso, não é, mas lembro-me também de alguma coisa, principalmente filmes do neorealismo italiano, que alguns passavam e assim.

(José Rui Ferreira)

A forma como é retratada por alguns ativistas a formação e fruição cultural contrasta com a repressão, censura e obscurantismo do regime. Se confirma, de alguma forma, a proposição de que se verificou um aumento de algumas práticas culturais, nos anos 60, como por exemplo, o uso público de bibliotecas, a afluência a espetáculos musicais, de teatro e ao cinema (Loff, 2007), também aponta para a existência de bolsas de fruição cultural, em determinados sectores da sociedade portuguesa e em clara oposição ao desinvestimento público na cultura. No caso do movimento estudantil, os grandes polos aglutinadores de práticas culturais são organizações populares, criadas

por iniciativa cidadã, sem apoio estatal e consecutivamente sujeitos à perseguição, veja-se os casos, da UNICEPE, do Cine-Clube do Porto, da Cooperativa Árvore, do Teatro Universitário do Porto, assim como as próprias associações de estudantes. Em torno destas organizações, desenvolveram-se imensas iniciativas culturais e artísticas que fintavam a censura e contribuía para a existência de espaços de liberdade de pensamento em contraposição ao ambiente externo. O associativismo popular terá um papel central na dinamização cultural, mas também na formação social e política de muitos jovens neste período, ainda antes da sua entrada no ensino superior.

Em termos filosóficos e políticos, o marxismo e referências que orbitam uma análise social e política marxista da realidade são o fio condutor da formação cultural, social e política dos entrevistados.

Discutíamos o marxismo, os socialismos e as revoluções, e eu juntava-me aos muitos que se comoviam com a valentia dos cubanos e a grandeza moral do Che! Eu nunca escondi publicamente, enquanto estudante, ainda nos anos sessenta, a minha preferência por Marx. Era a favor da lógica dialética como método insubstituível do materialismo histórico e como expressão de contradições reais objetivas que exigiam ser superadas revolucionariamente (...).

(José Augusto Nozes Pires)

Em geral trata-se de uma atitude interiorizada de questionamento crítico das realidades, associada a uma visão historicista das estruturas e relações sociais, que procura conhecer os processos que conduziram à forma como a sociedade e tudo quanto cabe nela se apresenta. É de certa forma, uma “procura de escapar à sua naturalização que arrasta consigo noções de imutabilidade da sociedade e de impotência humana” (Branco, 2022:120).

Lutamos por aquilo em que acreditávamos, acho que isso forma completamente as pessoas. Acho que o grande problema atualmente é uma certa anomia social que existe. As pessoas acham que não é possível, porque é difícil. Não estou a dizer que não é difícil, mas eu acho que muitos de nós, com aquela experiência que vivemos, achamos que é possível e lutamos e que o mais importante, às vezes até mais do que conseguir o

objetivo é lutar para o conseguir e assim. Outra coisa que nós aprendemos, é que na sociedade existem mesmo classes e que as classes que mandam, quando é mesmo preciso, não hesitam em recorrer à violência e mais extrema e isso também cria em nós, não temos de ter ilusões sobre isso, não é.

(António Regala)

Mas também são noções, em Marx, dos conceitos de classe e de luta de classes, mais ou menos aprofundadas que acompanham a descrição de acontecimentos. Se para alguns entrevistados está mais presente uma noção relacionada à divisão de classe entre aqueles que detêm meios de produção e os que apenas têm a sua força de trabalho, para outros trata-se de uma divisão ampla entre oprimidos e opressores, ricos e pobres, mas na generalidade, em todos os testemunhos, há uma clara recusa em justificar as desigualdades sociais e as injustiças a partir de uma explicação naturalista da pobreza ou de responsabilização individual das pessoas pela sua condição social.

Em alguns testemunhos há ainda uma identificação clara do capitalismo, enquanto sistema sócio-económico, como uma forma de organização social, entre outras e, que pode ser substituída.

Em termos de filosofia de vida obviamente que há dúvidas que se dissiparam completamente, isto é, não há alternativa, neste momento, não há alternativa que não seja mudar a situação de hegemonia do capitalismo para uma situação em que os trabalhadores tenham a palavra a dizer e a palavra a definir como se deverão seguir as políticas normais. (...) O termo do capitalismo ou do poder burguês sobre a sociedade não é mais do que já foi antigamente o termo do escravagismo, ou o termo do feudalismo. (...) Portanto, acho que o termo do capitalismo, a construção do socialismo não é mais do que uma outra fase da humanidade que com certeza não será a última, acho eu, mas será a única que pode defender a humanidade de se autodestruir, porque a continuarmos muito tempo com o capitalismo e com o poder burguês sobre a sociedade, há grandes hipóteses de autodestruição...

(António Regala)

Em geral, a influência de uma concepção marxista da realidade, com que tomam contacto na juventude irá consolidar-se ao longo da vida e mantém-se como referência para a leitura das realidades políticas, nomeadamente na enumeração de desafios enfrentados atualmente.

Eu tenho muitos amigos mais novos que têm zero de consciência política. Portanto jovens, foram jovens. Hoje têm 40, 50 anos e não sabem nada de política. São trabalhadores por conta de outrem. São licenciados. Podia falar de médicos, de outras profissões. E pensam que a qualidade e as condições de vida que têm se devem ao patrão. Seja de que área for. Da indústria... Porque estão próximos da administração, pensam que aquilo se deve à empresa, ao patrão. Não têm consciência nenhuma do que foi o início do 1º de Maio, o início do sindicalismo. O que é a história, a evolução do escravagismo para o feudalismo, para o capitalismo. As hipóteses do socialismo. Não têm! É zero de consciência sócio política. E isto, claro, se ficarmos pelo imediato, abre a porta a todos os oportunismos, populismos e fascismos. Porque as pessoas, a democracia em Portugal, não foi acompanhada e não é, na televisão e nos grandes meios de comunicação, não são acompanhados, e mesmo provavelmente nas escolas, de uma consciencialização. As pessoas não têm consciência sócio política. E isto é perigoso. Claro que todas essas pessoas, amigos, respeitam democraticamente a diferença, o outro, não é? Mas não chega. É curto.

(Bernardo Vilas Boas)

A participação social e política nas associações de estudantes e, em outras organizações de oposição ao regime, assim como a participação nas lutas antifascistas, pelo seu significado e estruturação em torno de processos coletivos de decisão, mas também pelo conjunto de influências culturais, artísticas, filosóficas e políticas mais preponderantes contribuiu para a existência de uma cultura antifascista que permanece - enformada na defesa da justiça social, na luta contra a exploração do trabalho, na defesa da liberdade e do respeito pelo outro e de um outro conjunto de direitos muito alargados – e que para muitos setores da sociedade portuguesa deve ser consolidada, defendida e alargada ainda atualmente.

Considerações finais

A investigação que resulta na presente tese sobre as lutas estudantis no Porto, durante os últimos anos da ditadura, desenvolveu-se a partir de três grandes linhas de objetivos: contribuir para um maior conhecimento da história do movimento estudantil no Porto, enquanto elemento integrante da história da educação em Portugal; aprofundar o conhecimento em torno de como a ação coletiva estudantil teve impacto nas as transformações verificadas no campo educativo após o 25 de Abril e, finalmente conhecer e descrever processos educativos informais e aprendizagens significativas resultantes da participação social e política no movimento associativo estudantil.

Na introdução deste trabalho afirmamos a vontade de analisar o movimento estudantil a partir de uma hipótese de complexidade. Para responder a este ponto de partida, procurou-se descrever a articulação do movimento estudantil com outros movimentos sociais e fatores de desenvolvimento económico, social e cultural na sociedade portuguesa de então e, explicitar a complementaridade de tais aspetos, ao mesmo tempo que se procurou dar conta de acontecimentos e eventos sócio históricos tão ausentes da memória coletiva das novas gerações, em que me incluo, e respeitar na escrita os testemunhos recolhidos.

Para além de outros, certamente existentes, apontam-se alguns assuntos que poderão ser desenvolvidos em outros projetos e investigações futuras: aspetos relativos às vivências no movimento associativo estudantil, a partir de uma perspetiva de género; estudos sobre lutas estudantis nas escolas comerciais e industriais; estudos aprofundados ao nível de cada escola e Faculdade, estudos sobre transformações pedagógicas no pós 25 de Abril, entre outros que a presente investigação não esgota.

A identificação, recolha, tratamento e análise de mais de 1000 documentos escritos, produzidos por estruturas associativas estudantis no âmbito das escolas e faculdades, e também, embora em muito menor número, fora deste campo restrito, permitiu desenvolver uma base de dados muito significativa sobre o movimento estudantil do Porto. Esta constitui, por si só, um instrumento, ainda que sempre sujeito a desenvolvimento, quer para o conhecimento sobre o tema específico, mas também sobre a ditadura portuguesa, a cidade do Porto, o ensino e, em geral, sobre um período marcante da história contemporânea portuguesa. Para além do que este instrumento

poderá significar para investigações futuras, considera-se que representa ainda um importante contributo para a preservação da memória sobre os processos de ação coletiva estudantil. Seria de grande utilidade que, num futuro breve, ele pudesse ser estruturado e disponibilizado publicamente de forma que investigadores e público em geral o pudessem consultar, conhecer e, contribuir para o seu enriquecimento, passando a constituir, preferencialmente, um arquivo público dinâmico.

Também as 23 entrevistas realizadas com ativistas do movimento estudantil do período em análise, gravadas em formato áudio e vídeo, representam um acervo importante para o conhecimento dos temas já referidos. Estas entrevistas podem, a qualquer momento, ser novamente tratadas e originar, por exemplo, material audiovisual dedicado a temas específicos ou, no seu conjunto, originar um trabalho maior sobre os temas em questão.

A informação recolhida (testemunhos de ativistas e documentos escritos), aponta para uma grande vitalidade do movimento estudantil do Porto que contrasta com o seu insuficiente tratamento no quadro dos trabalhos existentes sobre o movimento associativo estudantil português, já realizados.

Verificou-se então que, no período em analisado, as iniciativas e realizações do movimento estudantil do Porto demonstram uma vitalidade e capacidade de organização muito significativa, que é ilustrada, por exemplo, na existência quase diária da publicação de documentos escritos e na realização de reuniões, bem plasmadas na recolha e tratamento documental realizada.

Parece-nos confirmada também a ideia de que a análise ao movimento estudantil desarticulada da análise da ação de outros movimentos sociais, à altura, tem sérios riscos de apontar para conclusões insuficientes, do mesmo modo a análise de determinado período temporal não pode deixar de procurar conhecer, e ter em conta, elementos anteriores e posteriores a esse momento. Acresce a tudo isto, também, que o âmbito geográfico deste trabalho, podendo ser circunscrito na sua descrição, terá forçosamente que não o ser na análise e reflexão em relação à atividade associativa em outras localizações. Não só pela sua influência enquanto acontecimento relacionável, mas, como se pensa que ficou demonstrado, pela articulação sempre existente, pese embora variável no tempo, entre grupos sociais com circunstâncias e problemáticas comuns, como é certamente o caso dos estudantes portugueses durante a ditadura.

Assim, no presente trabalho, procurou-se considerar os elementos anteriores, mas assume-se que esse exercício não pôde, nem poderia, aspirar a dar conta de todos os movimentos de oposição ao regime, nem de todas as lutas e ações de contestação desenvolvidas por diferentes setores, no período em análise. Não obstante, procuramos contribuir para situar acontecimentos e desenvolvimentos da ação de contestação importantes entre 1968 e 1974, e, sempre que pertinente e viável, em articulação com marcos anteriores. Como caminho para o destrinçar destas relações entre eventos, foi essencial a análise articulada entre as memórias dos nossos entrevistados e a documentação escrita da altura.

Ao iniciar esta investigação dispunha-se de pistas que apontavam para a necessidade de uma perspetiva multireferencial, que recorre a diferentes enquadramentos teóricos de diferentes disciplinas e que procura analisar determinado objeto a partir da sua contextualização social, integrando dimensões históricas, económicas, culturais, organizacionais, políticas, etc. Ao longo do desenvolvimento do trabalho, fosse pela leitura da bibliografia de referência e outra, pela concretização de encontros com ativistas e de contacto com os seus testemunhos, fosse a partir do tratamento e análise dos documentos escritos, essa perspetiva foi sendo consolidada.

O desenvolvimento do movimento estudantil, em Portugal, nos longos anos 60 e inícios dos anos 70, parece-nos que deva ser lido dialeticamente a partir de diferentes elementos essenciais. O insuficiente desenvolvimento das forças produtivas do país e a ausência de um Estado Social (ao contrário do que se verificava noutros países) impedia, de facto, que determinadas camadas e sectores vissem concretizadas expectativas de mobilidade social. No caso específico dos estudantes do ensino superior, verificou-se um aumento (ainda que limitado e muito inferior ao verificado noutros países) do acesso a este grau de ensino. Este aumento não foi acompanhado pelo aumento de recursos e infraestruturas e pela atualização do ensino o que fazia com que todos os estudantes se confrontassem com graves insuficiências do ensino e, ao mesmo tempo, com fracas possibilidades de integração profissional posterior satisfatórias. A imagem simbólica de uma casa construída para 10 pessoas que, a determinado momento, é habitada por 100, parece-nos ilustrar a realidade de então, na maior parte das faculdades e escolas do Porto e do país.

Do ponto de vista da organização interna do movimento, importa considerar como os recursos materiais e simbólicos foram construídos, ao longo de anos, antes das explosões de participação verificadas a partir dos anos 60. Há, inegavelmente, uma história de resistência e luta contra a ditadura, desde o seu início, que não pode ser desligada da análise ao movimento estudantil.

No âmbito desses recursos, importa não operar uma separação artificial entre movimentos sociais. O forte desenvolvimento de ação reivindicativa do movimento operário e sindical, também a partir dos anos 60, assim como do movimento de oposição democrática devem ser considerados numa perspetiva de retroalimentação entre estes dois e o movimento estudantil.

Com enorme destaque e importância crucial na história contemporânea portuguesa, a guerra colonial, iniciada em 1961, com um impacto social, político, e até psicológico, terríveis na vida de todo o país, plasma, sobretudo a partir da aceleração das incorporações, um espectro de terror, não só nos mais jovens, pela possibilidade real da ida à guerra, mas também nas suas famílias, o que engloba, nesse medo constante, praticamente toda a população. E, ainda que seja possível falar de proteção elitista num primeiro momento, com o avançar das incorporações, e designadamente com as incorporações de jovens estudantes como ferramenta de repressão, a percepção do problema torna-se transversal. Também aqui, este fator concorre para a contestação generalizada, ainda que no contexto fortemente elitizado, como o era a Universidade. Ora, de forma mais ou menos velada, com o decorrer do tempo, e com as maiores ou menores cautelas específicas do campo de intervenção em questão, mas sempre também em crescendo, podemos afirmar que a luta pelo fim da guerra colonial foi um dos constantes fatores de intervenção de todos os movimentos contra a ditadura, a partir de 1961. Particularmente nos anos imediatamente anteriores à Revolução, a intervenção e acção sobre este tema tornou-se uma constante. A Guerra Colonial era como o mostram as entrevistas, um tema sempre presente, com uma unanimidade de posições entre os entrevistados absolutamente transversal.

Sendo certo que se verificaram outros momentos, durante a ditadura portuguesa em que a ação de contestação ao regime alcançou grandes dimensões de mobilização, seja pelo número de pessoas envolvidas, seja pela diversidade de setores, frações de classe e camadas sociais, parece acertado afirmar que o período em análise,

1968-1974, é, seguramente, um desses momentos. Este incremento verificado de grande atividade poderia levar à procura de uma opção explicativa meramente binária, na procura de relações diretas de causa-efeito. Mas não se nos afigura possível fazê-lo. Estes momentos desenvolveram-se tanto a partir da influência de alterações e/ou acontecimentos ao nível da governação e da tomada de decisão estatal, como a partir dos repertórios de ação disponíveis, construídos ao longo do tempo por uma ação organizada. Repertórios que, aliás, não se circunscrevem aos recursos materiais e simbólicos a que já aludimos atrás, mas que os contêm. Os repertórios são também, e não menos importante, acrescidos de objetivos, à falta de melhor termo, que permanecem na acção organizada, e que os conduzem, sucessivamente, auto acrescentando-se com o desenrolar da história. É possível então afirmar que a luta contra a ditadura em Portugal foi também a luta pela liberdade, pela justiça social, pela paz, pelos direitos laborais, etc. Parece-nos correto também afirmar que são precisamente esses os repertórios que chegam, e enformam, o movimento estudantil do Porto, nos anos de 1960 e de 1970. Também de considerável importância são os acontecimentos internacionais, sobretudo da segunda metade do séc. XX, e que têm grande influência no desenvolvimento da ação de contestação e, em alguns casos até, de organização da ação. Não é verosímil, contudo, perante os resultados da presente investigação, atribuir-lhes qualquer peso crucial ou fundamentalmente impulsionador do movimento estudantil do Porto, nos últimos anos da ditadura. No entanto, mas sem importação direta de método ou modo de acção identificável, os acontecimentos internacionais, e, neste caso, as ações de contestação estudantil e de jovens noutros países, estiveram sempre presentes nas discussões estudantis da época, conforme relatado nas entrevistas realizadas. Assinalável parece-nos também, das informações obtidas pelas entrevistas, a importância da produção cultural estrangeira de contestação, naqueles anos já com enorme peso anglo saxónico, nas influências trocadas entre os ativistas do movimento estudantil no Porto, designadamente na música e literatura, sobretudo de obras ou autores a que, dada a censura fascista, não era possível aceder convencionalmente. Contudo, a este respeito lembre-se que, como no corpo da presente tese se demonstrou, as principais influências que se conseguiram perceber, no período em estudo, eram de autores nacionais, como os cantores de intervenção, ou ainda os escritores neo realistas portugueses.

Imbricado, também, na questão do acesso a material cultural, há ainda um aspeto de relevância que importa sublinhar: no conjunto de organizações e movimentos sociais de oposição à ditadura portuguesa, no período em estudo, no Porto, teve esmagadora influência uma perspectiva marxista de análise da realidade. A evidência mais óbvia e imediata é o relato dos entrevistados que, maioritariamente, referem-no explicitamente, independentemente das correntes políticas ou partidos a que pertenceram no movimento estudantil da época. Referem o estudo dos textos, a sua discussão, e o acesso a tais “materiais culturais” em edições estrangeiras, que se aguardavam “ansiosamente” na UNICEPE.

Há que referir que, para além da existência das organizações e partidos assumidamente marxistas, se discorre também, da maioria dos textos produzidos nesta altura, a par das exigências imediatas sobre as condições de ensino, dois aspetos fundamentais marxistas: a referência, sob diversas formas, à questão da luta de classes e, decorrendo daí, à oposição entre capital e trabalho. Acresce a este ponto que, tal como já o dissemos, também nesse conjunto de organizações e movimentos sociais de oposição à ditadura portuguesa, no período em estudo, o PCP foi a organização que, em geral, direta ou indiretamente, assumiu um papel mais relevante enquanto catalisador da ação. Verificou-se, no período em estudo, o reforço da organização estudantil do PCP consubstanciada num aumento do número de militantes e na criação da UEC. Dada a informação obtida ao longo da investigação, é seguro afirmar que no movimento estudantil, durante os últimos anos da ditadura, no Porto, se verificou a presença de inúmeros jovens comunistas na direção de diferentes organizações estudantis. Tal é visível em torno das listas apresentadas às associações sob o lema Unidade, que, ganharam a maioria das eleições realizadas nas faculdades e liceus com maior expressão de luta estudantil. Importância, também, no movimento associativo estudantil tiveram estudantes ligados ao PCP-ml, nomeadamente à sua corrente associativa - *Por um Ensino ao Serviço do Povo*.

As transformações verificadas no campo educativo após o 25 de Abril articularam-se de forma muito próxima com as reivindicações e lutas estudantis anteriores. Os processos de democratização do ensino, caracterizados pelo alargamento do acesso à educação por amplos setores até aí impedidos de lhe aceder, mas também pela unificação do ensino, esbatendo a distinção entre ensino liceal e técnico e respetiva

associação a trabalho intelectual e manual; pela alteração na organização do ensino, nos métodos e também nos conteúdos; e, finalmente, pela gestão democrática das escolas e faculdades, com a participação de estudantes, professores e funcionários nos órgãos e o reconhecimento das associações de estudantes como únicas legítimas representantes do corpo estudantil, correspondem a reivindicações formuladas pelo movimento associativo estudantil antes do 25 de Abril. Para a sua concretização contribuíram não só as ações dos estudantes como de outros setores da oposição ao regime que também apresentavam reivindicações de transformação educativa antes da revolução.

A participação nas associações de estudantes, noutras associações, em movimentos de oposição ao regime, em correntes político partidárias e, essencialmente, nos processos de luta contra o fascismo constituiu terreno fértil de formação e aprendizagens que os ativistas mobilizam como absolutamente determinantes, ainda hoje nos seus percursos de vida e identidade.

As aprendizagens realizadas, entre aspetos relativos a formas de conhecer, de fazer, de estar e de ser, contribuem para uma cultura antifascista e democrática que permanece entre muitos setores da sociedade portuguesa e que, muitos, identificam como cultura a defender e a aprofundar perante os desafios sociais com que todos nos confrontamos.

Bibliografia

- A Real República dos Lysos No seu V Milenário* (2009). Coimbra: Edição Própria
- Accornero, Guya (2009). *Efervescência estudantil: estudantes, ação contenciosa e processo político no final do Estado Novo (1956-1974)* (Tese de doutoramento). Instituto de Ciências Social Universidade de Lisboa: Lisboa.
- Accornero, Guya (2013). Contentious politics and student dissent in the twilight of the Portuguese dictatorship: analysis of a protest cycle. *Democratization*, 20(6), pp. 1036-1055, [consulta em 23/01/2021].
Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13510347.2012.674367>
- Accornero, Guya (2013). A mobilização estudantil no processo de radicalização política durante o Marcelismo. *Análise Social*, 48(208), 571–591 [consulta em 23/01/2021].
Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/?page_id=1023
- Aguiar, Wanda (2007). Consciência e atividade: Categorias fundamentais à Psicologia Sócio-Histórica. In Bock, Ana, Gonçalves, Maria da Graça & Furtado, Odair (Orgs.). *Psicologia Sócio-Histórica (uma perspectiva crítica em psicologia)* (95-110). São Paulo: Cortez.
- Almada, Pablo (2015). *A árvore de Maio: a resistência estudantil e a sua atualidade (Brasil e Portugal)* (Tese de doutoramento). Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Almeida, Vanessa (2013). A Greve de 1943 no Barreiro. Resistência e Usos da Memória, *UBImuseum. Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, nº 2, 229-239.
- Amado, João (2014). *Manual de investigação qualitativa em educação*. Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-0879-2>
- Antunes, Maria João (2016). *Memórias de trabalhadores e trabalhadoras do Porto no século XX: um projeto educativo em torno de histórias de vida resistentes antifascistas e*

construtores da democracia (relatório de estágio de Mestrado). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Antunes, Maria João, Medina, Teresa, Caramelo, João, Magalhães, António M., & Ferreira, Manuela (Org.), (2019). *Ciências da educação em Portugal: saberes, contextos de intervenção e profissões*. Porto: FPCEUP (e-book).

Antunes, Maria João, Caramelo, João & Medina, Teresa (2021). Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. *Revista da FLUP*, IV Série. Vol. 11 nº 1, pp. 203-228.

Antunes, Ricardo (2002). *Os Sentidos do Trabalho*. 6a ed. São Paulo: Boitempo Editorial. (Coleção Mundo do Trabalho)

Ardoino, Jacques (1993). L'Approche multiréférentielle (plurielle) des situations éducatives et formatives, in

http://probo.free.fr/textes_amis/approche_multireferentielle_situations_educatives.pdf (on-line 06/10/2021).

Arroyo, Miguel (2003). Pedagogias em movimento – o que temos a aprender dos movimentos sociais. *Currículo sem Fronteiras*, v.3, nº1, pp. 28-49. Consultado em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/arroyo.pdf>

Baganha, Maria I. & Marques, José (2001). População. In Nuno Valério (ed.), *Estatísticas Históricas Portuguesas*, Lisboa: INE, 33-126.

Bandeirinha, José António (2010). O Encontro Nacional de Arquitectos em 1969. A reprodução das tensões sociais, culturais e políticas no âmbito profissional da arquitectura. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 91, 11-26. DOI : 10.4000/rccs.1816

Barbosa, Inês & Ferreira, Fernando Ilídio (2015). A “máquina do empreendedorismo”: Teatro do Oprimido e educação crítica em tempo de crise. *Investigar em Educação*, n.º 3, 63-78.

Barca, Isabel (2007). Marcos de consciência histórica de jovens portuguesas. *Currículo sem Fronteiras*, v.7, n.º1, pp. 115-126.

<https://www.curriculosemfronteiras.org/vol7iss1articles/barca.pdf>

Barker, Colin et al (Edi.), (2013). *Marxism and Social Movements*. Leiden: BRILL.

Barker, Colin (2008). Some reflections on student movements of the 1960s and early 1970s. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (81), 43-91.

Bastien, Carlos (2018). "Armando de Castro e o ISEG". Comunicação apresentada no Centenário do Nascimento de Armando de Castro (1918-1999) na sessão realizada na Faculdade de Economia da Universidade do Porto a 19 de outubro de 2018.

Bebiano, Rui (2002). A resistência interna à guerra colonial. *História*, n.º 5, III, pp. 40-47.

Bebiano, Rui (2003). A cidade e a memória na intervenção estudantil em Coimbra. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, 151 - 163. Consultado em: <https://journals.openedition.org/rccs/1152>

Bebiano, Rui & Estanque, Elísio (2007). *Do Activismo à Indiferença – Movimentos Estudantis em Coimbra*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Berger, Guy (1992). A investigação em educação: modelos sócio-epistemológicos e inserção institucional. *Revista de Psicologia e Educação* nº 3-4, pp. 23-36.

Bloch, Marc (1965). *Introdução à História*. 4.ª Ed. Lisboa: Publicações Europa- América.

Bonomo, Bruno (2013). Presa della parola: A review and discussion of oral history and the italian 1968. *Memory Studies* vol 6, 7-22. Consultado em:

<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1750698012463890>

Braga, Carlos & Grilo, Eduardo (1981). Ensino Superior. In Silva, Manuel & Tamen, Isabel (Coord.). *Sistema de Ensino em Portugal* (pp. 223-260). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Bourdieu, Pierre (1997). *Razões Práticas. Sobre a teoria da acção*. Oeiras: Celta Editora.

- Bourdieu, Pierre (2001). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Bourdieu, Pierre (2007). *A Distinção: Crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS:Zouk.
- Bowles, Samuel; Gintis, Herbert & Meyer, Peter (1999). The long shadow of work: Education, The Family, and the reproduction of the social division of labor. *Critical Sociology (Brill Academic Publishers)*, 25(2–3), 286–305.
<https://doi.org/10.1177/08969205990250021701>
- Cabrita, Daniel & Cartaxo, José Ernesto (2011). *A formação da Intersindical*. In Manuel Carvalho da Silva (Coord), *Contributos para a História do movimento operário e sindical. Das raízes até 1977, vol.I*. Lisboa: CGTP-IN.
- Caiado, Nuno (1990). *Movimentos Estudantis em Portugal: 1945-1980*. Lisboa: IED.
- Canário, Rui (1999). *Educação de Adultos - Um campo e uma problemática*. Lisboa: Educa.
- Canário, Rui (2006). Aprender sem ser ensinado. A importância estratégica da educação não formal. In Lima, Licínio; Pacheco, José; Esteves, Manuela & Canário, Rui (2006). *A Educação em Portugal (1986-2006). Alguns contributos de investigação* (pp 195-254). Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.
- Canário, Rui (2015). Estado e Educação Popular na Revolução Portuguesa. *Trabalho Necessário*, Ano 13, nº 21, pp. 4-26. Consultado em:
https://www.researchgate.net/publication/326046728_ESTADO_E_EDUCACAO_POPULAR_NA_REVOLUCAO_PORTUGUESA
- Caramelo, João (2010). *Educação e Desenvolvimento Comunitário num processo de transição autogestionário* (Tese de Doutoramento não publicada). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Caramelo, João, Fitzsimons, Camilla, & Menezes, Isabel (2019). Participation in non-formal education and community education: Implications for civic and political capital. *Journal of Social Science Education*, 18(4), 1–3. <https://doi.org/10.4119/jsse-3244>

- Chauí, Marilena (2008). *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense.
- Chilcote, Ronald (2014). *A Revolução Portuguesa. Estado e Classes Sociais na Transição para a Democracia*. Porto: Edições Afrontamento.
- Cardina, Miguel (2008). Movimento estudantis na crise do Estado Novo: mitos e realidades. *E-cadernos ces, 01*, s.p. DOI : 10.4000/eces.101.
- Cardina, Miguel (2008). *A Tradição da Contestação. Resistência Estudantil no Marcelismos*. Coimbra: Angelus Novus.
- Cardina, Miguel (2011). *Margem de certa maneira: o maoísmo em Portugal: 1964-1974* (Tese de doutoramento). Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Carreiro, Teresa (2004). *Viver numa República de Estudantes de Coimbra. Real República Palácio da Loucura 1960-70*. Porto: Campo das Letras.
- Carrillo-Linares, Alberto & Cardina, Miguel (2012). Contra El Estado Novo Y El Nuevo Estado. El Movimiento Estudiantil Ibérico Antifascista, *Hispania: Revista Española de Historia*, 72(242), pp. 639–667, [consulta em 23/01/2021]. Disponível em: <https://doi.org/10.3989/hispania.2012.v72.i242.382>
- Castro, Raul (1973). *Estudantes do Porto no Tribunal de Polícia. Duas Alegações para o Tribunal da Relação do Porto*. Porto: Edição de autor com distribuição da Editorial Inova.
- Castro, Raul (1974). *Reunião Ilegal ou Acusação Irreal? Alegação de recurso para o Tribunal da Relação do Porto, no processo dos 90 estudantes no Tribunal de Polícia*. Porto: Edição de autor com distribuição da Editorial Inova.
- Cavaco, Carmen (2009). Experiência e formação experiencial: a especificidade dos adquiridos experienciais. *Educação Unisinos*, 13(3), 220-227.
- Cavaco, Carmen (2002). *Aprender fora da escola. Percursos de Formação Experiencial*. Lisboa: Educa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

Coelho, Zeferino (2022). Zeferino Coelho: vida de editor. Autobiografia. *Jornal de Letras, Visão*, [consulta em 27/01/2022] Disponível em:

<https://visao.sapo.pt/jornaldeletras/2022-01-27-zeferino-coelho-vida-de-editor/>

Cordeiro, José (1998). *Uma luta estudantil*. *Jornal Público*, [consulta em 23/01/2021]. Disponível em:

<https://www.publico.pt/1998/12/27/jornal/uma-luta-estudantil-121244>

Cordeiro, José Manuel Lopes (2009). *Ao serviço do povo venceremos. A oposição estudantil nos últimos anos do fascismo (1969-1974)*. *Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão, III Série*, nº 5, pp. 119-158.

Cordeiro, José M. L. (2017). A polémica sobre a deserção durante a guerra colonial. In Ferreira, Ana Sofia, Madeira, João, & Casanellas, Pau (Coord.). *Violência Política no Século XX. Um balanço*. Lisboa: Instituto de História Contemporânea, 209-222.

Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista (1983). *Os estudantes no regime fascista*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Correia, José Alberto (1999). *As ideologias educativas em Portugal nos últimos 25 anos*. *Revista Portuguesa de Educação*, v. 12 n.º 1. 81-110.

Correia, Luís Grosso (2018). Retrato de um professor liceal, intelectual e oposicionista no Estado Novo. O caso de Óscar Lopes. In John Greenfield & Francisco Topa (ed.), *Textualidade(s) e memória(s): Permanência, rotura, controvérsia (1945-2015)* (pp. 206-262, ISBN 9789899620681). *In Honorem Maria João Reynaud*. Porto: CITCEM.

Correia, Luís Grosso (2016). *Récita do Liceu: o Liceu Rodrigues de Freitas/D. Manuel II no Estado Novo*. Porto: Edições Colibri; Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas; Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Correia, Luís Grosso (Coord.) (2016). *Do Liceu Feminino do Porto à Escola Secundária Carolina Michaelis*. Lisboa: Edições Colibri; Agrupamento de Escolas Carolina Michaelis; Câmara Municipal do Porto.

Cortesão, Luísa (1981). *Escola, Sociedade Que Relação?* (3ª ed.). Porto: Edições Afrontamento.

Costa Ana Luísa, Vaz Henrique & Menezes Isabel (2021). The Activist Craft: Learning Processes and Outcomes of Professional Activism. *Adult Education Quarterly*;71(3):211-231. DOI:10.1177/0741713620988255

Costa, Rui (2007). A Ordem dos Médicos e a condição do trabalho médico no Estado Novo. *Revista da Faculdade de Letras História*, vol. 8, 355-381.

Costa, Rui (2009), *O Poder Médico no Estado Novo (1945-1974). Afirmação, Legitimação e Ordenamento Profissional*. Porto: U. Porto editorial.

Costa, Albérico Afonso (2008). A Juventude Universitária Católica Organiza-se. In António Simões Paço (Coord.). *Os anos de Salazar: o que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo* (Vol. X – 1952-1953, «Uma desordem perfumada», 36-47). Planeta DeAgostini.

Cruzeiro, Celso (1989). *Coimbra, 1969*. Porto: Afrontamento.

Cruzeiro, Manuela & Bebiano, Rui (Org.) (2006). *Anos Inquietos. Vozes do Movimento Estudantil em Coimbra (1961-1974)*. Porto: Afrontamento.

Cunha, Paulo (2013). Cineclubismo e censura em Portugal (1943-65). In *Comunicação apresentada no II Congresso Internacional História e Literatura no cinema em espanhol e português, Centro de Estudos Brasileiros da Universidad de Salamanca, Salamanca, Espanha*.

Cunhal, Álvaro (1975). *Rumo à Vitória*. Porto: Edições “A opinião”.

Cunhal, Álvaro (1992). O Partido Comunista: da “reorganização dos anos 40 ao 25 de Abril. Conferência proferida no Seminário “Para a história da Oposição ao Estado Novo”, Universidade Nova de Lisboa, 9 de Abril de 1992. Consultado em: <http://www.pcp.pt/partido-comunista-da-reorganizacao-dos-anos-40-ao-25-de-abril>

Cunhal, Álvaro (1999). *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril. (A contra-revolução confessa-se)*. Lisboa: Edições Avante!

Cunhal, Álvaro (2007). *Obras Escolhidas I 1935-1947*. Lisboa: Edições Avante.

Curnow, Joe, Davis, Amil & Asher, Lila (2019). Politicization in Process: Developing Political Concepts, Practices, Epistemologies and Identities Through Activist Engagement. *American Educational Research Journal*, Vol. 56, n.º 3, 716-752.

<https://doi.org/10.3102/0002831218804496>

della Porta, Donatella (2017). Political economy and social movement studies: The class basis of anti-austerity protests. *Anthropological Theory*, Vol. 17 (4), 453-473.

<https://doi.org/10.1177/1463499617735258>

d'Espiney, Luísa (maio, 2019). *Mulheres de Abril: Testemunho de Luísa d'Espiney*. Depoimento ao site Esquerda.net consultado a 16-01-2020 em <https://www.esquerda.net/artigo/mulheres-de-abril-testemunho-de-luisa-despiney/61387>

Dias, José (2008). *Memórias do cidadão José Dias*. Porto: Afrontamento.

Dores, Armando (2015). *O desabrochar do movimento académico no Porto*. Depoimento à Revista Seara Nova consultado, a 16-01-2020 em:

<http://www.searanova.publ.pt/pt/1734/memoria/622/O-desabrochar-do-movimento-acad%C3%A9mico-no-Porto.htm>

Duarte, Marta (1996) Movimentos Estudantis. In Rosas, Fernando & Brito, José (Dir.). *Dicionário de História do Estado Novo vol II* (pp. 640-645). Lisboa: Círculo de Leitores.

Duarte, Marta (1997). *Foi apenas um começo. A crise académica de 1969 na história do movimento estudantil dos anos sessenta e da luta contra o estado novo*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Emídio, Manuel (1981). Ensino Secundário. In Silva, Manuela & Tamen, Isabel (Coord.) (1981). *Sistema de ensino em Portugal* (pp. 191-222). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Estado Maior do Exército – Comissão para o Estudo das Campanhas de África 1961-1974, (1988). *Resenha Histórico Militar das Campanhas de África 1961-1974*. Lisboa.

Faria, Cristina (1999). As lutas estudantis contra a ditadura militar (1927-1931). In Proença, Maria (Coord.), *Maio de 1968 trinta anos depois. Movimentos estudantis em Portugal* (pp. 113-138). Lisboa: Edições Colibri.

Felgueiras, Margarida (2008). A história da educação na relação com os saberes histórico e pedagógico. *Revista Brasileira de Educação v. 13*, n. 39, pp.483-501, [consulta em 23/01/2021]. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000300006

Fernandes, Maria Eugénia Matos (Coord.), (2007). *A Universidade do Porto e a Cidade. Edifícios ao longo da História*. Porto: Universidade do Porto.

Ferraz, José M. (1975). O desenvolvimento socioeconómico durante a Primeira República (1910-26). *Análise Social*, 454-471. Consultado em:
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223912673Y8iRK9tq7Sh93OU6.pdf>

Ferreira, Ana Sofia (2018). As eleições no Estado Novo: as eleições presidenciais de 1949 e 1958. *História: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, pp. 197-212.

Ferreira, Fernando Ilídio (2003). A Universidade e a Formação de Professores. *Revista Galego-Portuguesa de Psicoloxía e Educación n.º 8* (vol.10), 1801-1811.

Ferreira, Fernando Ilídio (2008). A Questão Social, O Estado e o Mito Redentor da Acção Local: Lógicas e tensões presentes nas políticas e no trabalho social. *Sociedade e Estado*, n.º 3 (vol. 23), 555-589.

Ferreira, Fernando Ilídio (2011). A Intervenção Sociocultural e a Intervenção Educativa. In Pereira, José Dantas & Lopes, Marcelino de Sousa. *As Fronteiras da Animação Sociocultural* (pp. 123-145). Chaves: INTERVENÇÃO – Associação para a promoção e divulgação cultural.

Ferreira, José (1999). O movimento estudantil nos anos sessenta. In Proença, Maria (Coord.), *Maio de 1968 trinta anos depois. Movimentos estudantis em Portugal* (pp. 185-196). Lisboa: Edições Colibri.

Finger, Matthias (1988). As implicações sócio-epistemológicas do método biográfico. In Nóvoa, António & Finger, Matthias (org). *O método auto(biográfico) e a formação* (pp.80-86). Lisboa: Ministério da Saúde.

Flacks, Richard (1970). Social and Cultural Meanings of Student Revolt: Some Informal Comparative Observations. *Social Problems*, 17(3), 340–357.

<https://doi.org/10.2307/799554>

Flick, Uwe, Kardorff, Ernst von & Steinke, Ines (Ed.) (2004). *A Companion to Qualitative Research*. California: Sage Publications.

Fontes, Paulo (1999). Universidade e Estado Novo nos anos 50: a crise académica de 1956-57 e o movimento estudantil. In Proença, Maria (Coord.), *Maio de 1968 trinta anos depois. Movimentos estudantis em Portugal* (pp. 139-170). Lisboa: Edições Colibri.

Freire, João (1996) Greves Operárias. In Rosas, Fernando & Brito, José (Dir.). *Dicionário de História do Estado Novo* vol II (pp. 401-404). Lisboa: Círculo de Leitores.

Galvão, Andreia (2008). O Marxismo importa na análise dos movimentos sociais? *Crítica marxista*, (32), 107-126. Consultado em:

https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo235merged_documento_245.pdf

Grácio, Rui (1995). *Da Educação. Obra Completa vol. I*. Lisboa: Fundação Gulbenkian.

Grácio, Rui (1996). *Educadores Formação de Professores Movimentação Estudantil e Docente. Obra Completa vol III*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Garrido, Álvaro (1996). *Movimento estudantil e crise do Estado Novo*. Coimbra: Minerva.

Garrido, Álvaro (2008). A Universidade e o Estado Novo: De “corporação orgânica” do regime a território de dissidência social. *Revista crítica de ciências sociais*, (81), 133-153.

Gohn, Glória (1997). *Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola.

Gohn, Glória (2012). *Movimentos Sociais e Educação*. São Paulo: Cortez.

Gomes, Ângela & Martinho, Francisco (2012). Entrevista com António Costa Pinto. *Estudos Históricos*, 25(50), 447-470.

<https://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862012000200010>

Gomes, Isabel, Amorim, José Pedro, Correia, José Alberto, & Menezes, Isabel (2015). The Portuguese literacy campaigns after the Carnation Revolution (1974-1977). *JSSE-Journal of Social Science Education*, vol. 14, n.º2, 69-80.

Gomes, Ruy Luís (1974). *Entrevista*, Revista Flama 24 de Maio de 1974. Consultado em:

<https://repositorio-tematico.up.pt/handle/10405/25543>

Gramsci, Antonio (1986). *Cuadernos de la cárcel. Tomo 4*. México: Ediciones Era.

Gramsci, Antonio (1999). *Cadernos do cárcere Vol I. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Guerra, Miller & Tomé, Fernando (1964). A profissão médica e os problemas da Saúde e da Assistência. *Análise Social*, vol.II, n.º 7/8, 623-651.

Heckathorn, Douglas (2005). Lindenberg, Siegwart. In Ritzer, George (Ed). *Encyclopedia of Social Theory*, volume II. Thousand Oaks, California: Sage Publications, Inc., pp 450-452

Hespanha, Pedro (2002). Individualização, fragmentação e risco social nas sociedades globalizadas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63. 21-31.

<https://doi.org/10.4000/rccs.1253>

Hirsch, Eric (1990). Sacrifice for the cause: group processes, recruitment, and commitment in a student social movement. *American Sociological Review*, 55, 243–254.

<https://doi.org/10.2307/2095630>

Hobsbawm, Eric (1997). *A Era dos Extremos. A História do século XX (1914-1991)*. Lisboa: Editorial Presença.

Jara, José Manuel (2019). *A luta de tendências no movimento estudantil pré 25 de Abril. Um processo tenebroso*. Lisboa: Página a página.

Júnior, Miguel & Perucelli, Tatiane (2019) Cultural e Identidade: compreendendo o processo de construção/ desconstrução do conceito de identidade cultural. *Cadernos de Estudos Culturais*, v.2, pp. 111-133. Consultado em <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/9712/7207>

Lemos, Mário (2009). *Candidatos da Oposição Democrática à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973) Um Dicionário*. Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da República.

Lima, João (2012). *MOJAF – Movimento Juvenil de Ajuda Fraterna (1963-1970)*. Tese de Mestrado em História Contemporânea. Porto: Universidade do Porto.

Lima, Licínio; Pacheco, José; Esteves, Manuela & Canário, Rui (2006). *A Educação em Portugal (1986-2006). Alguns contributos de investigação*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

Lima, Mateus, & Konrad, Diorge (2012). Estudantes, trabalho e classes sociais. *Revista Latino-Americana de História*, 1(3), 525-535.

Lima, Rosa (2003). *Desenvolvimento levantado do chão...com os pés assentes na terra. Desenvolvimento local – Investigação Participativa – Animação Comunitária*. (Tese de doutoramento). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Lindenberg, Siegwart (2005) Coleman, James. In Ritzer, George (Ed). *Encyclopedia of Social Theory*, volume II. Thousand Oaks, California: Sage Publications, Inc., pp 111-115.

Loff, Manuel (2007). Marcelismo e ruptura democrática no contexto da transformação social portuguesa dos anos 1960 e 1970. *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie V, Historia Contemporânea, t. 19, 145-184.

Loff, Manuel (2008). *O nosso século é fascista. O mundo visto por Salazar e Franco*. Porto: Campo das Letras.

Loff, Manuel (2014). Dictatorship and revolution: Socio-political reconstructions of collective memory in post- -authoritarian Portugal. *Culture & History Digital Journal*, 3(2), e017. DOI:10.3989/chdj.2014.017

Loff, Manuel, & Menezes, Isabel (2015). Editorial: Revolution and Memories. *Journal of Social Science Education*, 14(2), 2–3. <https://doi.org/10.2390/jsse-v14-i2-1451>

Lojkine, Jean (1997). *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora.

Lopes, Cátia, Correia, Joana, Caramelo, João, & Medina, Teresa (2013). Comissões unitárias de mulheres do Porto: recreating the memory of a social movement. In Cabecinhas, Rosa & Abadia, Lília (Eds.). *Narratives and social memory: theoretical and methodological approaches*. Braga: Universidade do Minho, 314-326.

Lopes, Filipa (2017). O silenciar da oposição ao Estado Novo na questão de Goa (1954). In Ferreira, Ana Sofia, Madeira, João, & Casanellas, Pau (Coord.). *Violência Política no Século XX. Um balanço*. Lisboa: Instituto de História Contemporânea, 287-297.

Lourenço, Gabriela et al. (2001). *Grandes Planos. Oposição Estudantil à Ditadura: 1956-1974*. Lisboa: Âncora Editora.

McCarthy, Jonh & Zald, Mayer (1977). Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory. *The American Journal of Sociology*, Vol.82, n. 6, pp. 1212-1241.

Marchi, Riccardo (2009). As Direitas Radicais no Estado Novo (1945-1974). *Ler História* 57, 95-110. DOI: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.1859>

Marwick, Arthur (1998). *The Sixties: Cultural Revolution in Britain, France, Italy and The United States, c. 1958- c.1974*. New York: Oxford University Press

Marx, Karl & Engels, Friedrich (1982). A Ideologia Alemã. In *Marx & Engels Obras Escolhidas em Três Tomos*, Tomo I. Lisboa: Edições Avante.

Medina, Teresa (2008). *Experiências e Memórias de Trabalhadores do Porto. A Dimensão Educativa dos Movimentos de Trabalhadores e das Lutas Sociais*. (Tese de doutoramento). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Medina, Teresa, Pacheco, Natércia, & Caramelo, João (2012). Lutas operárias no Porto na segunda metade do século XX. *Strikes and social conflicts: towards a global history*.

Melo, Daniel (2019). *Semblanza de Editorial Caminho (1975-)*. Consultado em Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes - Portal Editores y Editoriales Iberoamericanos (siglos XIX-XXI). <http://www.cervantesvirtual.com/obra/editorial-caminho-lisboa-1975--semblanza-952819/>

Melluci, Alberto (1980). The new social movements: A theoretical approach. *Social Science Information*, 19, 199-226. Consultado em: <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/053901848001900201>

Mendes, Jaime (2010). *A Comissão Pró-Associação dos Liceus*. Depoimento sobre Lisboa ao site da União dos Resistentes Antifascistas consultado, a 16-01-2020 em <https://www.urap.pt/index.php/histria-mainmenu-37/testemunhos-mainmenu-48/268-a-comisso-pr-associao-dos-liceus>.

Mészáros, István (2008). *A Educação para além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Mireille, Cifali (1992). La dignité d'un métier. *Pratiques de Formation* (23), 15-22. Consultado em: <http://www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/cifali/articles/dignite.html>

Moniz, Gonçalo Canto (2008). The Portuguese “May 68”: Politics, Education and Architecture. *European Journal of American Studies*, Special Issue on May 68.

Moniz, Gonçalo Canto (2010). A formação social do arquitecto: Crise nos cursos de arquitectura, 1968-1969. *Revista crítica de ciências sociais*, (91), 56-76.

Moniz, Gonçalo Canto (2011). *O ensino moderno da arquitectura: a reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69)*. (Tese de doutoramento). Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Moreira, João (2010). *Os estudantes do Porto e a Resistência ao Estado Novo (1968-1974)* (Tese de Mestrado). Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Moreira, Jorge M. (2021). *Percursos e Tendências da Educação de Adultos em Portugal (1820-1995) -Um olhar transversal*. (Tese de doutoramento). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Mota, Carlos Alberto (2019). *O Movimento estudantil na Universidade do Porto (1967-1974)*. Vila Nova de Famalicão: Editorial Novembro.

Moura, José (2016). *Educação e Transformação. Um discurso de abertura. Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 8, n. 1, 20-36. Consultado em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/16980/11667>

Moura, Virgínia (1971). *Eleições de 1969. Documentos Eleitorais da Comissão Democrática do Porto*. Porto: Editorial Inova.

Murteira, Mário (1976). A situação económica em Portugal: origens e perspectivas. *Análise Social*, 279-287.

Namorado, Rui (1972). *Movimento estudantil e Política educacional*. Coimbra: edição de autor.

Nilsen, Alf Gunvald (2009). 'The authors and the actors of their own drama': Towards a Marxist theory of social movements. *Capital & Class* 33(3), 109-139.
<https://doi.org/10.1177/03098168090330030501>

Nogueira, Cristina (2009). *De militantes a clandestinos: práticas e processos de formação na clandestinidade comunista (1940/1974)*. (Tese de doutoramento). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Nóvoa, António (1992). A «Educação Nacional». In Rosas, Fernando (coord.) (1992). *Portugal e o Estado Novo (1930-1960) vol XII*, pp. 456-519 Lisboa: Editorial Presença.

Nóvoa, António (1996) Ensino Superior. In Rosas, Fernando & Brito, José (Dir.). *Dicionário de História do Estado Novo vol I* (p. 305). Lisboa: Bertrand Editora.

Nóvoa, António (1996). História da educação: Percursos de uma disciplina. *Análise Psicológica (XIV)*, pp. 417-434, [consulta em 23/01/2021]. Disponível em: <http://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/3198>

Nóvoa, António (2005). *Evidentemente. Histórias da Educação*. Porto: Edições ASA.

Nunes, Albano (março/abril, 2002). *A crise académica de 1962. Notas sobre o contexto histórico*. Artigo na revista *Militante* consultado a 16-01-2020 em <https://www.pcp.pt/publica/militant/257/p40.html>

Nunes, Cristina (2014). O conceito de movimento social em debate: dos anos 60 até à atualidade. *Sociologia, Problemas e Práticas [Online]*, 75. Consultado o 10 dezembro 2020 em <http://journals.openedition.org/spp/1596>

Nunes, Nuno (2013). Desigualdades sociais e ação coletiva nas sociedades contemporâneas: a fecundidade teórica de Pierre Bourdieu e de Nicos Mouzelis. *Sociologia*, 25, 33-53. Consultado em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S087234192013000100003&script=sci_arttext&tlng=es

Nunes, Sedas (1971). *A Situação Universitária Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.

Oliveira, César (1992). A Evolução Política. In Rosas, Fernando (coord.) (1992). *Portugal e o Estado Novo (1930-1960) vol. XII*, pp. 21-85. Lisboa: Editorial Presença.

Oliveira, Luísa Tiago (2004). *Estudantes e Povo na Revolução. O serviço cívico estudantil (1974-1977)*. Oeiras: Celta Editora.

Oliveira, Luísa Tiago (2010). A história oral em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 63, 139-156. Consultado em: <http://sociologiapp.iscte-iul.pt/pdfs/10163/10186.pdf>

Oliveira, Luísa T. (2013). O ativismo estudantil no IST (1945-80). In Branco, Jorge Freitas (ed.) - *Visões do Técnico, no Centenário 1911-2011*, Lisboa, ISCTE-IUL, p. 307-370.

Oliveira, Luísa Tiago (2015). José Mariano Gago, estudante e dirigente associativo. *Análise Social*, n.º 215, 407-442.

Oliveira, Luísa Tiago (Org.) (2019). O activismo estudantil no IST: (1945-1980). Lisboa: Edições Fénix.

Oliver, Miguel (2008). El Movimiento Estudiantil español durante el Franquismo (1965-1975). *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 81 [consulta a 06-02-2018]. Disponível em <http://journals.openedition.org/rccs/652> ; DOI : 10.4000/rccs.652

Osuna, José J. O. (2014). The deep roots of the Carnation Revolution: 150 years of military interventionism in Portugal. *Portuguese Journal of Social Science*, 13(2), 215-231.

Paiva, Vasco (2006). *Na outra margem do tempo*. Porto: Campo das Letras.

Patriarca, Maria de Fátima (1997), «Sobre a leitura das fontes policiais», *Análise Social*, volume XXXII, n.º 143/144, pp. 925-935.

Paulino, Raquel (2013). *ESBAP| FAUP. O Ensino da Arquitectura na Escola do Porto. Construção de um Projeto Pedagógico entre 1969 e 1984* (Tese de doutoramento) Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Pereira, Gaspar M. (2014). SAAL: um programa popular no processo revolucionário. História. Revista da FLUP Porto, IV Série, vol. 4, 13-31. Consultado em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/1200/1026>

Pereira, Pacheco (2005). *Álvaro Cunhal Uma biografia política. O prisioneiro (1949-1960)*. Vol. III. Lisboa: Temas & Debates.

Pimentel, Irene (2011, março 9). *O ano de 1931, de todas as rebeliões (II)*. [publicação de Blog]. Consultado a 12 de maio de 2018 em: <https://jugular.blogs.sapo.pt/2522016.html>

Pintassilgo, Joaquim (2007). O debate sobre a Educação para a Cidadania: o contributo do período revolucionário português. Pp. 59-70 In *O debate sobre a Educação para a Cidadania: o contributo do período revolucionário português*. Porto: Porto Editora/ Centro de Investigação em Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Pintassilgo, Joaquim (2014). *O 25 de Abril e a Educação. Discursos, Práticas e Memórias Docentes*. Lisboa: Edições Colibri

Pintassilgo, Joaquim A., de Andrade, Alda N., & Beato, Carlos (2019). Student Movement in Portugal Throughout the “60s: Actors” Representations of a Period of Social and Cultural Experimentation. *Espacio, Tiempo y Educación*, 6(1), 145–159. <https://doi.org/10.14516/ete.266>

Pinto, António Costa (2001). *O fim do império português. A cena internacional, a guerra colonial e a descolonização*. Lisboa: Livros Horizonte.

Pinto, António Costa (2008). Political Purges and State Crisis in Portugal’s Transition to Democracy, 1975-76. *Journal of Contemporary History*, 43(2), 305–332. <https://doi.org/10.1177/0022009408089034>

Polletta, Francesca (1997). Culture and Its Discontents: Recent Theorizing on the Cultural Dimensions of Protest. *Sociological Inquiry*, vol. 67, n. º 4, 431-450.

Prata, Manuel A. C. (2006). *Imprensa estudantil de Coimbra: Repertório analítico (século XIX)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Proença, Maria (Coord.) (1999). *Maió de 1968 trinta anos depois. Movimentos estudantis em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri.

Raby, David L. (1984). O MUNAF, o PCP e o problema da estratégia revolucionária da Oposição, 1942-47. *Análise Social*, 687-699.

Raby, Daw L. (1988). *A Resistência Antifascista em Portugal 1941-1974*. Lisboa: Edições Salamandra.

Reis, António (1996) Marcelismo. In Rosas, Fernando & Brito, José (Dir.). *Dicionário de História do Estado Novo vol II* (pp. 546-548). Lisboa: Círculo de Leitores.

Reis, José. "A economia portuguesa dos anos sessenta: uma pesada continuidade." Uma década, duas formas de autoritarismo: os anos de 1960 em Portugal (2019).

Rezola, Maria Inácia (2019). Mapping Twentieth- Century History: PhD Theses Defended between 2010 and 2018 in Portugal. E-JPH, vol. 17, n. 92., 332-444.

Ribeiro, Nuno (2012). *Miguel Portas Uma vida contra a corrente*. Artigo no Público consultado a 16-01-2020 em <https://www.publico.pt/2012/04/25/jornal/miguel-portas-uma-vida-contra-a-corrente-24434108>

Rocha, Edgar (1977). Portugal, anos 60: crescimento económico acelerado e papel das relações com as colónias. *Análise Social*, 593-617.

Rocha, Francisco C. (2011). Resenha histórica do movimento operário e do movimento sindical português (1838-1970). In Manuel Carvalho da Silva (Coord.), *Contributos para a História do movimento operário e sindical. Das raízes até 1977, vol.I*. Lisboa: CGTP-IN.

Rodrigues, Eloy (1988). *Subsídios para uma cronologia do movimento estudantil português*. Edição da Organização do Ensino Superior da Juventude Comunista Portuguesa.

Rosas, Fernando (Coord.), (1992). *Portugal e o Estado Novo (1930-1960) vol XII*. Lisboa: Editorial Presença.

Rosas, Fernando (1999). Estado Novo, Universidade e Depuração Política do Corpo Docente. In Proença, Maria (Coord.), *Maió de 1968 trinta anos depois. Movimentos estudantis em Portugal* (pp. 77-92). Lisboa: Edições Colibri.

Rosas, Fernando & Brito, José (Dir.) (1996). *Dicionário de História do Estado Novo. 2 vol*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas & Debates.

Rosas, Fernando, & Sifredo, Cristina (2013). *Estado Novo e universidade: a perseguição aos professores*. Lisboa: Tinta da China.

- Rosas, Fernando, Pimentel, Irene, Madeira, João, Farinha, Luís & Rezola, Maria Inácia (2009). *Tribunais Políticos Tribunais Militares Especiais e Tribunais Plenários durante a Ditadura e o Estado*. Lisboa: Ministério da Justiça; Círculo de Leitores; Temas e Debates.
- Rule, James B. (1989). Rationality and non-rationality in militant collective action. *Sociological Theory* 7 (2):145-160.
- Sá, Victor de (1990). Esquema histórico do movimento operário português. *Revista de História*, 10, p. 217-224.
- Sampaio, Daniel (2016). *Última Lição. Psiquiatria: da pessoa à comunidade*. Alfragide: Caminho.
- Santos, Boaventura de Sousa (1984). A Crise e a Reconstituição do Estado em Portugal (1974-1984). *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 14, pp. 7-29. Consultado em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/A_crise_e_a_reconstituicao_do_estado_RCCS14.PDF
- Santos, Boaventura Sousa – O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988). 3ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 2000. 266 p. ISBN 972-36-0241-5.
- Santos, Cândido (2011), *História da Universidade do Porto*, Porto: U. Porto editorial.
- Sardica, José (1999). Combate político e renovação cultural: a greve académica de 1907. In Proença, Maria (Coord.), *Maió de 1968 trinta anos depois. Movimentos estudantis em Portugal* (pp. 31-76). Lisboa: Edições Colibri
- Seixas, Ana (2003). *Políticas Educativas e Ensino Superior em Portugal*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Sennett, Richard (2001). *A corrosão do carácter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Lisboa: Terramar.
- Silva, Manuel Carlos (2009). *Classes Sociais. Condição objectiva, Identidade e Acção Colectiva*. Famalicão: Edições Húmus.

Silva, Manuela (1982). Crescimento económico e pobreza em Portugal (1950-74). *Análise Social*, 18(72/74), terceira série, 1077-1086. Retrieved November 13, 2020, from <http://www.jstor.org/stable/41010372>

Soutelo, Luciana (2014). O Revisionismo Histórico em Portugal: Origens e Efeitos na Memória da Revolução e Do Estado Novo. In Godinho, Paula, Fonseca, Inês & Baía, João (Coord.), *Resistência e/y Memória. Perspectivas Ibero-Americanas* (pp. 48-57). Lisboa: IHC-FCSH/UNL. Consultado em: <http://hdl.handle.net/10362/16123>

Spencer-Oatey, H. (2012) What is culture? A compilation of quotations. GlobalPAD Core Concepts. Available at GlobalPAD Open House

<http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/al/globalpad/interculturalskills/>

Staggenborg, Suzanne (2005). Social Movement Theory. In Ritzer, George (Ed). *Encyclopedia of Social Theory*, volume II. Thousand Oaks, California: Sage Publications, Inc., pp 753-758

Stoer, R. Steven (1986). *Educação e Mudança Social em Portugal. 1970 - 1980, Uma Década de Transição*. Porto.: Edições Afrontamento.

Stoer, S. R. (1983). A reforma de Veiga Simão no ensino: projecto de desenvolvimento social ou «disfarce humanista»? *Análise social*, 19(77/79), 793-822.

Strippoli, Giulia (2013). PCP e movimento estudantil no final dos anos 60. In Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, 13-15 de março de 2013, FCSH-UNL, Vol. I. Lisboa: Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Tarrow, Sidney (1988). National politics and collective action: Recent theory and research in Western Europe and the United States. *Annual Review of Sociology*, 14(1), 421-440.

Tengarrinha, José (1994). Os caminhos da unidade democrática contra o Estado Novo. *Revista da História das Ideias*, vol 16, p. 387-431.

Teodoro, António (1999). *A Construção Social das Políticas Educativas. Estado, Educação e Mudança Social no Portugal Contemporâneo* (Tese de doutoramento). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Teses e Documentos Congresso Republicano de Aveiro (1969). Volume I e II. Aveiro: Seara Nova.

Thomson, Alistair (2007). Four Paradigm Transformations in Oral History in Oral History. *The Oral History Review*, 34(1), 49-70. Consultado em: <http://125.22.40.134:8082/jspui/bitstream/123456789/137/1/Four%20Paradigm%20Transformations%20in%20Oral%20History.pdf>

Thompson, Edward (1981). *A miséria da teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores

Thompson, Edward (2001). Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. *Historia Social*, nº 10, pp 27-32. Consultado em https://www.fafich.ufmg.br/~luarnaut/Thompson_classe.pdf

Thompson, Paul (2017). *The voice of the past*. Oral History (4.ª Ed). Oxford: Oxford University Press

Tilly, Charles (1977). *From Mobilization to Revolution*. Michigan: Michigan University

Torgal, Luís R. (2009). *Estados novos, estado novo: ensaios de história política e cultural vol.I*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Traverso, Enzo (2012). *O Passado, Modos de usar: História, Memória e Política*. Lisboa: Unipop.

Universidade do Porto (2012). Ruy Luís Gomes (1904-1984) Matemático, 12.º Reitor da U.Porto. Consultado a 12 de maio de 2018 em: http://centenario.up.pt/ver_figura12f1.html?id_figura=13

Vala, José (1990). A análise de conteúdo. In Silva, Augusto & Pinto, José *Metodologia das Ciências Sociais*, pp 101-126. Porto: Afrontamento.

Valério, Nuno (2001). Estatísticas históricas portuguesas. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Vester, Michael (1986). A Reforma Agrária Portuguesa como processo social. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 18/19/20, 481-516. Consultado em: <http://www.ces.uc.pt/rccs/includes/download.php?id=284>

Vieira, António, Ricardo, Cipriano & Martins, Dário (Coord.), (2013). *Memórias da República 24 de Março*. Porto: Edição Própria

Vitoriano, José (1995). Apontamentos sobre a luta sindical durante o fascismo. *Revista Vértice*, n.º 68, 5-10.

Vygotsky, Lev (1979). Consciousness as a Problem in the Psychology of Behavior. *Soviet Psychology*, 17:4, 3-35. DOI: 10.2753/RPO1061-040517043

Wheeler, Douglas. 1978. A Primeira República Portuguesa e a história. *Análise Social*, vol XIV (56), 865-872. Consultado em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223989532S4yRL1eb3Cn44CL5.pdf>

Williams, Raymond (1998). The Analysis of Culture. In Storey, John, *Cultural Theory and Popular Culture – A Reader*, 48-56. Georgia: The University of Georgia Press.

Seabra, Zita (2007). *Foi Assim*. Lisboa: Aletheia.

Fontes

Entrevistas

António Graça

António Regala

António Vieira

Aranda da Silva

Arnaldo Araújo

Arsélio Martins

Bernardo Vilas Boas

Edgar Seca

Emídio Ribeiro

Fernanda Costa

Fernando Sottomayor

Fernando Sousa Lopes

Helena Medina

José António Gomes

José Fadista

José Gigante

José Augusto Nozes Pires

José Rui Ferreira

Manuela Silva

Renato Soeiro

Rosa Maria Moreira

Teresa Medina

Vasco Paiva

Fontes Arquivísticas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Pide, SC, SR 3529/62, pt 57, NT 3354

Pide, SC, SR 3529/62, pt 56, NT 3354

Pide, SC, SR 3529/62, pt 44, NT 3354

Pide, SC, SR 3529/62, pt 30, NT 3352

Pide, SC, SR 3529/62, pt 65, NT 3354

PIDE, Serviços Centrais, Registo Geral de Presos, liv. 144, 145, 146, 147, 148, registos vários.

Arquivo da Direcção Regional do Porto do PCP – pasta movimento estudantil.

Arquivos particulares de:

António Dias;

António Vieira ;

Bernardo Vilas Boas;

Edgar Seca

Fernanda Costa;

Fernando Sousa Lopes;

Helena Medina;

José António Gomes;

José Rui Ferreira;

Renato Soeiro;

Rui Sá;

Sérgio Seca e Sónia Teles;

Teresa Medina;

Vasco Paiva.

Fontes Estatísticas (impressas ou digitais)

Instituto Nacional de Estatística. Estatísticas da Educação – Ano Lectivo 1964-1965.

Instituto Nacional de Estatística. Estatísticas da Educação - Continente e Ilhas Adjacentes 1967.

Instituto Nacional de Estatística. Estatísticas da Educação - Continente e Ilhas Adjacentes 1970.

Instituto Nacional de Estatística. Estatísticas da Educação - Continente e Ilhas Adjacentes
1971.

Instituto Nacional de Estatística. Estatísticas da Educação - Continente e Ilhas Adjacentes
1972.

Instituto Nacional de Estatística. Estatísticas da Educação - Continente e Ilhas Adjacentes
1973.

Instituto Nacional de Estatística. Estatísticas da Educação - Continente e Ilhas Adjacentes
1974.

Instituto Nacional de Estatística - Anuário Estatístico: Continente e Ilhas Adjacentes
1973.

Instituto Nacional de Estatística - Anuário Estatístico: 1960.

Instituto Nacional de Estatística - 11º Recenseamento da População. 1º Recenseamento
da Habitação: continente e ilhas: 1970.

Documentos legislativos

Decreto-Lei n.º 13.619 de 17 de maio de 1927	Redução do ensino obrigatório a quatro classes
Decreto-Lei n.º 18.140 de março de 1930	Redução do ensino obrigatório a três classes
Decreto-lei nº 45 810 de 9 de julho de 1964	Escolaridade obrigatória de seis anos
Decreto-lei nº 47 480 de 2 de janeiro de 1967	Introdução do ciclo preparatório do ensino secundário, unificação do 1º ciclo do ensino liceal e o ciclo preparatório do ensino técnico profissional, mantendo a 5.ª e 6.ª classe
Decreto-Lei n.º 49401 de 19 de novembro de 1969	Substituição da PIDE pela Direcção-Geral de Segurança
Decreto-Lei n.º 150/72 de 5 de maio de 1972	Regulamenta a lei da imprensa (Lei 5/71) e estabelece o exame prévio.
Decreto-Lei n.º 23:048 de 23 de setembro de 1933	Estatuto do Trabalho Nacional
Decreto-Lei n.º 40900 (não é aprovado na Câmara Corporativa)	Criação de uma Comissão Permanente das Obras Circum-Ecolares sob dependência da Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes. Regulamenta ainda o regime das associações e outras organizações de estudantes.
Decreto-Lei n.º 44632 de 15 de outubro de 1962	Criação de uma Comissão Permanente das Obras Circum-Ecolares sob dependência da Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes. Regulamenta ainda o regime das associações e outras organizações de estudantes.
Decreto-Lei n.º 15 365 de 12 de abril de 1928	
Decreto-Lei n.º 25.317	Prevê a reforma compulsiva ou demissão de todos os membros da função pública em oposição à Constituição Política de 1933
Decreto-Lei n.º 40900 de 12 de dezembro de 1956	Prevê a criação de uma Comissão Permanente das Obras Circum-Ecolares e Sociais do Ensino Superior e impõe restrições à atividade associativa estudantil
Decreto-Lei n.º 21566 de	Prevê o direito de constituição de associações estudantis
Decreto-Lei n.º 1:901 de	Obriga os candidatos à função pública a declarar que não são e nunca foram membros de uma associação secreta
Decreto-Lei n.º 27003 de	Obriga os candidatos à função pública a declarar que estão integrados “na ordem social estabelecida pela Constituição Política de 1933, com activo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas”
Decreto-Lei n.º 450/72 de 14 de novembro de 1972	Restringe a realização de reuniões e estabelece multas a aplicar
Decreto-Lei n.º 830/74 de 31 de dezembro de 1974	Converte os institutos industriais em escolas superiores

Apêndices

Apêndice 1. Guião geral de entrevista

Guião entrevista

Título: *Lutas dos estudantes na ditadura e sua influência nas transformações educativas após o 25 de Abril - o movimento estudantil do Porto (1969 – 1974)* ao abrigo da Bolsa de Doutoramento SFRH/BD/130264/2017 FCT.

Objetivos Gerais: Conhecer as lutas travadas (principais reivindicações, formas de ação, principais iniciativas organizadas) no movimento estudantil entre 1969- 1974, no Porto; conhecer processos de organização do Movimento Estudantil (estruturas existentes e modos de funcionamento); conhecer processos de participação no Movimento Estudantil; conhecer momentos mais significativos da participação; conhecer os sentidos atribuídos à participação e a sua importância na formação do entrevistado/a.

Elementos a recolher antes da entrevista:

Data de nascimento; Naturalidade; Profissão; Habilitação e profissão dos pais; escola/ faculdade frequentada e período de frequência; data de entrada para o liceu/escola técnica/ faculdade; participação em outras organizações;

Elementos a recolher após a entrevista:

Referência de outros participantes do movimento estudantil a contactar.

Designação dos Blocos	Objetivos específicos	Formulário de Perguntas
Bloco prévio/ introdutório -Legitimação da entrevista e motivação dos entrevistados.	- Legitimar a entrevista e motivar o/a entrevistado/a	-Recordar, de um modo geral, o/a entrevistado/a do trabalho de investigação a ser desenvolvido; -Solicitar autorização para gravação em áudio da entrevista e utilização do conteúdo da mesma no trabalho final; -Esclarecer que a entrevista será transcrita e devolvida ao próprio para possibilidade de correções; -Questionar opção sobre identificação ou não do entrevistado/a.
Identificação contexto de participação	-Identificar contexto em que a participação no movimento estudantil ocorreu.	- Memórias da escola/ faculdade. - Dia-a-dia na escola/ faculdade. - Tipo de ensino, relação com os professores. - Práticas nos tempos livres.
Identificação e caracterização das lutas estudantis, no Porto, entre 1968-1974. Identificação e caracterização de participação no movimento estudantil (memórias).	Conhecer as lutas estudantis no Porto entre 1968-1974. Conhecer as vivências/ experiências de participação do entrevistado/a no movimento estudantil.	-Como se desenvolveu a aproximação ao movimento estudantil. -Porque sentiu necessidade de participar. -Como a sua participação que conciliava com a família. -O que fazia no movimento estudantil. -O que recorda de mais significativo durante o período em que participou do movimento estudantil (Lutas, iniciativas). - Participação em lutas (greves, manifestações, ...); - Preparação e direção das lutas; - Preparação e participação em reuniões (RGA, Plenários, Meetings); - Trabalho coletivo e Relações interpessoais (como decidiam o que fazer, como dividiam as diferentes responsabilidades e tarefas. -Participação dos outros estudantes. -Principais reivindicações estudantis. -Participação em outros momentos de resistência, lutas protagonizadas por outros sectores sociais. -Acontecimentos nacionais e internacionais mais significativos neste período. -Como foi vivenciado o 25 de Abril. -E após o 25 de Abril, que transformações foram mais significativas.
Compreensão da dimensão educativa do processo participativo.	Conhecer os sentidos atribuídos à participação. Importância da participação na formação e transformação da pessoa.	-De que forma esta participação foi importante para a formação; -Participação social atual

Apêndice 2 - Ações de contestação de trabalhadores e greves 1968-1974

Ações de contestação de trabalhadores e greves 1968-1974

Com base na Cronologia do Centro de Documentação e Informação sobre o Movimento Operário e Popular do Porto da Universidade Popular do Porto

Ano	Porto	Nacional
1968	<ul style="list-style-type: none">• Trabalhadores Portuários de Leixões em Matosinhos; Operárias da Empresa Orquil, Porto;• Conserveiras da Fábrica Benito Garcia, Afurada;• Operários especializados vindos de Lisboa na Fábrica Oliveira & Ferreirinha, Porto; Operários da Fábrica Secheron, Porto;• Operários da empresa Mário Navega;• Pescadores da Sardinha de Matosinhos e Afurada.	<ul style="list-style-type: none">• Conserveiros de Setúbal e Olhão;• Pescadores de Aveiro, Figueira da Foz, Espinho;• Trabalhadores da Cordoaria Nicola;• Trabalhadores da Carris;• Trabalhadores da Lisnave;

Ano	Porto	Nacional
1969	<ul style="list-style-type: none"> ● Operários da Fábrica de Fiação e Tecelagem Rio Vizela, Santo Tirso; ● Operários da Fábrica do Cobre, Porto; ● Operários da Fundação do Bom Sucesso; ● Operários da Fábrica Têxtil da Areosa; ● Operários da EFACEC; ● Trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade do Porto; ● Trabalhadores dos Serviços e Águas e Saneamento do Porto; ● Operários da Tapoban, Amarante; ● Trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Vila Nova de Gaia; ● Operários da Sonafi, Matosinhos; 	<ul style="list-style-type: none"> ● Operários da General Motors e Ford; ● Operários da Fábrica de Cabos Ávila; ● Abaixo-assinado de 11.000 Ferroviários; ● Trabalhadores da JEFFA, Alhos Vedros; ● Operários da Covina; ● Operários da Intar; ● Operários da Fábrica de Cimentos Tejo; ● Operários da Firestone; ● Operários da Fábrica de Tecidos de Torres Novas; ● Trabalhadores do Matadouro Municipal de Lisboa; ● Operários da Tabaqueira; ● Operários da Fábrica de Malhas Barros; ● Trabalhadores da Sociedade Reunidas Reis; ● Operários da Novalto; ● Fábrica de Papel das Baleias, Setúbal; ● Tipógrafos do Diário de Notícias; ● TAP; ● Pescadores do bacalhau; ● Ferroviários manifestam-se em Lisboa; ● Trabalhadores da CUF aprovam um documento onde exigem o final da guerra em África, amnistia para os presos políticos, abolição das medidas de segurança, extinção da PIDE, dos Tribunais Plenários, da censura. ● Trabalhadores da Fábrica Gefa, Alhos Vedros; ● Carteiros; ● Corticeiros (Alhos Vedros); ● Operários da Fábrica Barreiros; ● Operários da fábrica Cimianto; ● 5000 operários da Lisnave em greve; ● Operários das Fábricas Manuel Pereira Roldão e Central, Marinha Grande; ● Operários da Robialac; ● Operários da Fábrica Simões; ● Trabalhadores têxteis da CUF; ● Trabalhadores da Standar Eléctrica; ● Trabalhadores da Laboratórios Wander; ● Operários dos Estaleiros Navais do Alfeite; ● Operários da Cel-Cat; ● Trabalhadores do Matadouro Municipal de Santarém; ● Trabalhadores da BIC, Sacavém.

Ano	Porto	Nacional
1970	<ul style="list-style-type: none"> ● Trabalhadores dos Serviços Médico Sociais do Distrito do Porto enviam um abaixo-assinado ao Ministério das Corporações, com centenas de assinaturas, reclamando aumento de salário; ● Trabalhadores portuários de Leixões; ● Operários da Fábrica Oliveira & Ferreirinha, Matosinhos; ● Abaixo-assinado dos Enfermeiros dos Hospitais Civis do Porto; ● Operárias da secção de fiação da Empresa Têxtil Fil; ● Operários da Empresa Secheron; ● Operários da Empresa Facar; ● Operários da Empresa Sonap; ● Pescadores da sardinha de Matosinhos, Póvoa do Varzim e Afurada; ● Trabalhadores da STCP fazem uma concentração; ● Operários da empresa Mário Navega; ● Operários da fábrica Oliveira & Ferreirinha; ● Operários da Fábrica do Cobre; ● Operários da Fábrica José Ribeira, Senhora da Hora; ● Operárias da Fábrica Silva & Neto ● Operários da SONAFI; ● Operários da EFACEC; ● Trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Saneamento; ● Trabalhadores bancários; ● Cobradores de Telefones; ● Trabalhadores de seguros; ● Padeiros; ● Operários da Fábrica da Senhora da Hora 	<ul style="list-style-type: none"> ● Fábrica de Limas Feteira (Vieira de Leiria; ● enfermeiros e médicos dos hospitais civis de Lisboa; ● Pescadores de sardinha de Peniche e do Algarve; ● Trabalhadores da Mague ● Trabalhadores das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico (Alverca); ● Trabalhadores da UTIC; ● Trabalhadores da Fábrica Manuel Gonçalves (São Cosme); ● Trabalhadores da Fábrica Rogers (Alhos Vedros); ● Trabalhadores da Fábrica Oliveira Ferreira (Riba de Ave); ● Trabalhadores da Fábrica Ulpa (Marinha Grande); ● Trabalhadores da Penteadora (Unhais da Serra)

Ano	Porto	Nacional
1971	<ul style="list-style-type: none"> ● Pescadores da Póvoa do Varzim; ● Trabalhadores de escritório; ● Operários da Fábrica Alumínia; ● Operários da Fábrica Esmaltal; ● Operários da Fábrica Fapobol; ● Médicos do Hospital de Santo Tirso; ● Pescadores de Matosinhos; ● Trabalhadores bancários; ● Operários da Fábrica Eduardo & Ferreirinha; ● Conserveiras da Fábrica Benito Garcia, Afurada; ● Trabalhadores dos Transportes Colectivos do Porto; ● Médicos Internos; 	<ul style="list-style-type: none"> ● Trabalhadores da Tudor; ● Tecelões de Fafe; ● Trabalhadores agrícolas de Benfica do Ribatejo; ● Trabalhadores da Fábrica Jeffa (Alhos Vedros); ● Trabalhadores da Ford (Azambuja); ● Trabalhadores da Firestone (Alcochete); ● Fábrica Barros (Cabo Ruivo); ● Manifestação de trabalhadores do comércio (caixeiros), em São Bento; ● trabalhadores dos Cabos Ávila; ● trabalhadores da Fábrica Simões (Lisboa); ● Gráficos do "Diário de Notícias"; ● trabalhadores têxteis da Covilhã; ● caixeiros de Vila Franca de Xira; ● manifestações de empregados bancários nas ruas da Baixa, em Lisboa; ● empresa Sotal, em Oliveira de Azeméis; ● Trabalhadores da Philips, em Cabo Ruivo.

Ano	Porto	Nacional
1972	<ul style="list-style-type: none"> ● operários da Fábrica Eduardo Ferreirinha & Irmão; ● greve dos pescadores de arrasto de Matosinhos; ● Fábrica Leão; ● operários da EFACEC, em Matosinhos; ● operários da Fábrica Electro-Cerâmica, em Vila Nova de Gaia; ● operários têxteis da Fábrica Sitenor, em Matosinhos; ● operários metalúrgicos; ● operários têxteis da Fábrica Sitenor, em Matosinhos; ● trabalhadores dos Telefones; ● operários da Tapoban, em Amarante; ● operários da Fábrica Ferfor, em Amarante; ● Electocerâmica de Gaia; ● Serralharia de João Gomes dos Santos; ● Volvo; ● Babcock & Wilk Portuguesa; ● operárias têxteis da Empresa Fabril do Norte, na Senhora da Hora; ● operários da construção civil da Empresa William Graham; ● trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade do Porto; ● fábrica Intermex; ● Fábrica Leão; ● operários da Administração dos Portos do Douro e Leixões, APDL (Leixões); ● operários da Serralharia Victor, em Matosinhos; ● trabalhadores dos Transportes Colectivos do Porto; ● operários da Fábrica de Candeeiros Francisco Miguel Bombarda; ● operários da Fábrica Preh, na Trofa; ● operários têxteis da Fábrica Têxtil Artificial; ● operários da Sonafi; ● operárias conserveiras da Fábrica Alva, em Matosinhos; ● operárias têxteis da Fábrica José Ribeira, na Senhora da Hora; 	<ul style="list-style-type: none"> ● trabalhadores da Grundig, em Braga; ● estivadores do porto de Lisboa; ● Pescadores de Portimão; ● fábrica Pevidem, na Casa Hipólito; ● Trabalhadores da Carris; ● trabalhadores agrícolas de Alpiarça;

Ano	Porto	Nacional
1973	<ul style="list-style-type: none"> ● operários da Fábrica Eduardo Ferreirinha & Irmão; ● pescadores do arrasto de Matosinhos; ● Fábrica Gialco; ● trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Porto; ● pescadores das traineiras; ● operários das oficinas da Carcereira dos Serviços de Transportes Colectivos do Porto; ● empregados bancários; ● trabalhadores da Companhia Carris de Ferro do Porto; ● trabalhadores dos Serviços de Transportes Colectivos do Porto; ● operários da Empresa ALGOT, na Póvoa de Varzim; ● operárias da Empresa Electrocerâmica, concelho de Vila Nova de Gaia; ● operários da SACOR, em Leça da Palmeira; ● metalúrgicos da Fábrica Cortesi, em Grijó; ● operários da Fábrica Alumina; 	<ul style="list-style-type: none"> ● Empregados bancários; ● Trabalhadores indústria de lanifícios; ● Trabalhadores da TAP; ● trabalhadores da Plessey Automática Eléctrica Portuguesa; ● Applied Magnetics; ● Standard Eléctrica; ● trabalhadores agrícolas do Ribatejo; ● trabalhadores na fábrica Triunfo (Coimbra); ● Ima (Setúbal); ● Algot; ● Signetics; ● Trabalhadores agrícolas de Alpiarça; Almeirim, Benfica do Ribatejo; ● Trabalhadores das oficinas da CP, no Entroncamento; ● Pescadores de Aveiro e Figueira da Foz; ● Pescadores das traineiras de Aveiro e Viana do Castelo;

Ano	Porto	Nacional
<p style="text-align: center;">1974 (até ao 25 de Abril)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • operários da UTIC; • operários da Fábrica de Fogões Leão; • metalúrgicos da Empresa Sepsa; • metalúrgicos da Fábrica Secometal; • metalúrgicos da Fábrica DSD; • operários da Fábrica Babcock e Wilcox, em São Mamede Infesta; 	<ul style="list-style-type: none"> • greve trabalhadores da Cometna; • Robbialac; • Empresas de Viação Eduardo Jorge; • Tintas Dyrup; • Sorefame; • General Instrument Lusitana; • Melka Confeções; • J. Pimenta; • Companhia Fabril do Cávado; • Fábrica Pereira Roldão (Marinha Grande); • Comem; • Arsenal do Alfeite; • Fundação de Oeiras; • Sociedade Industrial Aliança; • Sociedade Portuguesa de Lapidação de Diamantes; • Sociedade Estoril; • Metropolitano de Lisboa; • Ford Lusitana; • Times; • Fábrica de Limas Tomé Feiteira; • Gremetal; • Sociedade Industrial de Vila Franca; • Casa Hipólito; • Petroquímica; • Trabalhadores dos Seguros de Lisboa; • UCAL; • Siemens; • Motra; • UTIC; • Phillips Portuguesa; • Fábrica Portuguesa de Artigos Eléctricos

Cronologia de acontecimentos Movimento Estudantil do Porto – 1968-1974

A cronologia de acontecimentos no âmbito do movimento estudantil do Porto (1968-1974) é resultado da análise articulada dos testemunhos orais recolhidos e os documentos escritos identificados, digitalizados, analisados e introduzidos em base de dados, no quadro da investigação desenvolvida.

1968
17 de janeiro – manifestação estudantil contra a visita do embaixador norte-americano
23 de janeiro – sai comunicado dos organismos associativos do Porto sobre acontecimentos no IIP
23 de janeiro – Estudantes do IIP enviam comunicação ao MEN relativamente à tentativa de agregação pela mocidade portuguesa da Comissão de Sebentas do IIP
Ainda em janeiro – novo comunicado dos Organismos associativos do Porto sobre acontecimentos no IIP
1 fevereiro – Junta de delegados de Medicina lança comunicado sobre iniciativa tomada junto do diretor para melhoria dos serviços de bar e cantina da faculdade
Fevereiro - organizados pelo TUP, com a colaboração do Cineclube, Árvore, Confronto, Unicepe, TEP, AEFMP e República 24 de Março, apresentam-se quatro espetáculos do teatro de marionetas Bonecos de Sto Aleixo. As apresentações decorrem na Faculdade de Letras e Medicina e no Cinema Batalha
Março – Greve em economia aos pontos eliminatórios

24 de Abril – Publica-se Informação Académica especial sobre acontecimentos no IIP
Maio – Os estudantes do IIP lançam comunicado sobre a sua luta em defesa da Comissão de Sebentas
Junho - Os estudantes do Instituto Industrial do Porto fazem várias concentrações contra o encerramento das instalações da Comissão de Sebentas.
Junho – publica-se jornal ESBAP pela secção editorial da Associação de Estudantes da Escola Superior de Belas Artes do Porto (em formação)
6 de dezembro – delegados de curso de Medicina lançam comunicado a informar que a realização de uma RGA foi autorizada pelo diretor da Faculdade
12 de dezembro – CIAEFMP lança comunicado sobre últimos acontecimentos na academia de Lisboa.
13 de dezembro – CIAEFMP lança comunicado onde se transcrevem informações de comunicados dos colegas de Lisboa
23 de dezembro – Conselho diretivo da CSAIIP envia carta ao Diretor do IIP
Final do ano – estudantes interpelam Vinícius de Moraes em Boîte em Leça da Palmeira na tentativa que o artista não atue naquele lugar e os acompanhe às docas de Matosinhos.
Organismos Associativos do Porto lançam dois comunicados a informar sobre acontecimentos no IST, em Lisboa e declarar solidariedade com os colegas.
1969
14 de janeiro – RGA e concentração de estudantes do IIP junto ao gabinete do diretor do Instituto

14 de janeiro – CIAEFMP lança comunicado em solidariedade com colegas do IIP
15 de janeiro – CSAIIP lança comunicado sobre últimos acontecimentos
16 de janeiro – CIAEFMP lança comunicado sobre reformada universidade e ensino médico.
21 de fevereiro – É publicado pelos Organismos Estudantis do Porto novo número da Informação Académica
26 de fevereiro – RGA em Medicina
27 de fevereiro – Plenário geral dos estudantes do Porto dispersado com violência pela polícia
28 de fevereiro - Novo plenário geral do Porto com 2000 estudantes
1 de março – RGA em Medicina com mais de 300 estudantes
3 de março - Discussão em aulas na Faculdade de Engenharia sobre os acontecimentos de 27 e 28 de fevereiro. Reunião Geral de Estudantes com a participação do Diretor e alguns professores, 3 de março
Publicação de comunicado pelo Departamento de Informação dos Organismos Associativos do Porto A Academia do Porto reage à repressão policial e à indignidade da atitude do Reitor.
Lançado comunicado pela Associação de Estudantes de Farmácia sobre acontecimentos na Universidade e conclusões de RGA de Farmácia com a participação de 150 estudantes

<p>4 de março - Reunião Geral de Estudantes na Faculdade de Ciências</p> <p>Nova RGA em Medicina</p>
<p>6 de março - Dia de protesto no Porto contra o Reitor e a repressão. Greve com elevada adesão em Ciências, Farmácia, Engenharia, Economia e Medicina. Realizam-se reuniões no IIP e em vários liceus.</p>
<p>12 de março – Departamento de Informação dos Organismos Associativos do Porto lança comunicado intitulado Para uma universidade nova</p>
<p>14 de março - Reunião Geral de Estudantes do Instituto Industrial do Porto</p>
<p>15 de março - Concentração de estudantes do IIP junto ao gabinete do diretor</p>
<p>16 de abril – CIAEFMP lança comunicado a denunciar assalto às suas instalações com inutilização de policopiador e roubo de carimbo e cofre da AE. O assalto é atribuído a grupo extremista que teria lançado já um documento denominado Universidade de Corporação para a Nação e feito inscrições na faculdade com «selos representando o fascio italiano».</p>
<p>19 de abril – Organismos Associativos do Porto lançam comunicado sobre acontecimentos em Coimbra e em solidariedade com os colegas</p> <p>Demissão de sete professores da ESBAP. O curso de arquitetura estaria encerrado entre o final de 1969 e abril de 1970.</p>
<p>1 de outubro – estudantes da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis lançam um comunicado a denunciar vários problemas da escola</p>
<p>Novembro – Departamento de Informação Associativa lança comunicado a apelar à participação de estudantes do Porto nas comemorações da Tomada da Bastilha em Coimbra a 24 e 25 de novembro, apela-se a que os estudantes tomem qualquer modo de transporte e informa-se que haverá alojamento gratuito.</p>

27 de novembro – julgamento de estudantes de Coimbra no Tribunal Plenário de S. João Novo no Porto
3 de dezembro – Lançado Informação 5 pela Associação de Estudantes de Ciências
4 de dezembro – RGA dos estudantes de Economia
6 de dezembro – Convívio realizado em conjunto pela AEFCP e AEFLP no Teatro Sá da Bandeira com a participação de José Afonso e Adriano Correia de Oliveira
5 de janeiro – reunião do curso de 2.º ano de Medicina
1970
6 de janeiro – Abstenção do curso do 2.º ano a ponto de Histologia em Medicina
9 de janeiro – Comissão de mapa de exames do 4.º ano de Medicina lança comunicado
13 de janeiro – Novo comunicado lançado pela Comissão de mapa de exames do 4.º ano de Medicina
16 de janeiro – RGA dos estudantes de Medicina
25 de janeiro – RGA dos estudantes de Ciências
29 de janeiro – RGA em Farmácia para discussão de problemas relativos ao exercício profissional em Farmácia.

Janeiro – Lançado comunicado pela Secção do Boletim da AEFPC
Janeiro – Estudantes de Eletrotecnia (4.º, 5.º e 6.º anos) de Engenharia enviam exposição ao MEN subscrita por todos os estudantes e apoiada pelo corpo docente e diretor da faculdade a solicitar criação de cadeiras de opção.
2 de fevereiro – Lançado comunicado do Departamento de Informação Associativo do Porto sobre Comissão Nacional de Reforma
2 de fevereiro – AE de Ciências lança comunicado Participação eis a questão
5 de fevereiro – RGA em Farmácia
20 de fevereiro – Eleições para delegação de curso do 2.º ano de Medicina
25 de fevereiro -RGA em Letras e Reunião da Comissão Coordenadora Central (comissões de cursos) para se decidir em relação à eleição de estudantes para a Comissão Nacional da Reforma. São eleitos os dois estudantes provisoriamente, reiterando-se que é necessário envolver as AAEEES e esclarecer os objetivos da reforma. Os estudantes entregam ao diretor moções saídas das reuniões; RGA em Ciências.
25 de fevereiro – RGA em Ciências
26 de fevereiro – RGA em Medicina para se decidir em relação à eleição de dois estudantes para Comissão Nacional de Reforma do ensino
28 de fevereiro – grupo de estudantes de Medicina lança comunicado opondo-se à eleição de dois estudantes para Comissão Nacional da Reforma realizada em RGA a 26 de fevereiro;

28 de fevereiro – AE de Letras lança comunicado onde informa sobre processo desencadeado para nomeação de 2 estudantes para a Comissão Nacional da Reforma
28 de fevereiro – Nova RGA em Ciências
Fevereiro – A AE de Farmácia lança Folha Informativa
Março – Publicação de Bisturi especial Greve dos médicos internos e graduados dos hospitais centrais de Lisboa
2 de março – AE de Ciências lança comunicado com conclusões de RGA de 28 de fevereiro
2 de março – Estudantes de eletrotecnia (4.º, 5.º e 6.º anos) de Engenharia reúnem e decidem greve a todas as aulas teóricas e greve de “braços caídos” a aulas práticas com a transformação das aulas em debates.
3 de março – Reunião Geral dos estudantes de eletrotecnia (4.º, 5.º e 6.º anos) de Engenharia
12 de março – Audiências de CO e CI AEFFP, AEFLP, AEFEP, AEFMP, AEFCP com o Reitor da Universidade sobre Comissão Nacional da Reforma e representatividade das AES
16 de março – Curso da JUC impedido pela polícia
18 de março – JUC do Porto lança comunicado sobre impedimento à realização de curso
8 de abril – Junta de delegados do Liceu D. Manuel II enviam carta assinada por estudantes de todos os liceus do Porto, ao MEN sobre exames

6, 7 e 8 de abril – Reunião Nacional de Estudantes de Farmácia no Porto organizada em conjunto pelas AES do Porto, Lisboa e estudantes de Coimbra.
Maior – Comissão Estudantil de Apoio aos Presos Políticos lança informação n.º 1, no Porto.
21 de novembro – concentração dos estudantes do 2.º ano de Medicina junto ao gabinete do professor responsável da cadeira de Anatomia para apresentação de reivindicações relativas a avaliação e distribuição de exames.
1970 – Comissão Estudantil de Apoio aos Presos Políticos lança caderno Contra a Repressão – A destruição Sistemática de Seres Humanos, de 12 páginas onde dá informações sobre as cadeias existentes para presos políticos, as condições em que estes presos se encontram, o número de anos de cadeia a que têm sido condenados, entre outras.
1971
Janeiro – Lançado Bisturi com o título Repressão no Meio Estudantil de Lisboa e Porto. Inclui os seguintes textos: O que dizem os jornais; A verdade; A repressão abate sobre a Universidade ou a ironia duma Reforma?; Campanha de aumento de instalações
Janeiro – Comissão Pró Associativa dos Estudantes Liceais do Porto lança boletim Fulcro com os seguintes textos: Editorial; Ensino em Cuba; Declaração de 24 de Março; M.P. -organização anti-estudantil; Bob Dylan; Distribuição de Medalhas; Allen Ginsberg; Mística em quatro passos; Poesia (Manuel Alegre e António Aleixo); Noticiário; Várias.
4 de janeiro – Comissão Eleitoral dos estudantes de Letras lança texto de reflexão sobre o ensino
15 de janeiro –Reunião conjunta de direções associativas do Porto convocada pelas AES de Ciências, Medicina e Liceus

26 de janeiro – RGC de Medicina
28 de janeiro – Lançado Bisturi informativo com conclusões de RGC a 26 de janeiro
28 de janeiro – Reunião AE Medicina reúne com diretor da Faculdade
30 de janeiro – RGA de Medicina
30 de janeiro – 4. ^a Reunião conjunta de direções associativas do Porto. Participam as associações de Farmácia, Ciências, Medicina, Liceus, Instituto Industrial, Engenharia e Letras como observador.
Janeiro – eleições AE de Letras
Janeiro – Greve dos estudantes de Economia à cadeira de Teoria da Contabilidade
1 de fevereiro – DIA lança comunicado com conclusões de reunião inter associações do Porto
Fevereiro – Processo eleitoral da comissão de curso do 1.º ano de Medicina
10 de fevereiro -Plenário geral dos estudantes da UP
15 de fevereiro – DIA lança documento com transcrição de comunicado da AAC
26 de fevereiro – RGA em Letras que decide greve às aulas no dia 1 de março em solidariedade com os colegas de Coimbra

<p>1 de março – Reunião do curso do 5.º ano de Medicina. Os estudantes recusam-se a agradecer a atribuição de um subsídio especial pelo MEN para a biblioteca do serviço de Medicina Operatória, solicitada por um professor. Afirmam que é um “direito, e não pode ser uma esmola dada caritativamente, a existência de condições de estudo mínimas, como uma biblioteca bem fornecida e actualizada”.</p>
<p>8 de março – DIA lança comunicado informações sobre acontecimentos em Coimbra e Porto</p>
<p>23 de março – RGA em Economia que determina greve (com transformação das aulas em debates) a partir do mesmo dia à tarde. Os motivos prendem-se com o estado das instalações e a sua insuficiência; existências de faltas às aulas teóricas; conteúdos e formas de trabalho nas cadeiras; passividade do Diretor na resolução dos problemas sentidos</p>
<p>23 de março – Estudantes de Economia enviam exposição ao MEN</p>
<p>24 de março – Lançado comunicado dos estudantes de Economia</p>
<p>26 de março – Lançado comunicado sobre situação em Economia pelo Departamento de Informação Associativa do Porto</p>
<p>Março – Departamento de imprensa da AE de Medicina lança documento com transcrição de comunicado da AAC Pela imediata libertação dos colegas presos, pela abertura imediata da AAC</p>
<p>Março – Diretor de Farmácia informa os estudantes que os comunicados associativos deveriam cessar por serem ilegais, caso contrário a AE seria encerrada</p>
<p>14 de Abril – Reunião de curso do 1.º ano de Medicina que decide greve a Biologia que vem a ter 100% de adesão. Denunciam a recusa do professor em fornecer o programa da disciplina ou a gravação das aulas, que mantém na sua posse, e a existência de apenas um livro na biblioteca para os 430 alunos que a frequentam</p>

20 de abril – Invasão de Medicina pela polícia que interrompe uma RGA e encerra as instalações da associação
21 de abril – RGA em Medicina, com 400 estudantes, decide greve geral a partir de 22 de abril, em protesto pela repressão e o encerramento das instalações da associação pela polícia
21 de abril – Polícia interrompe RGA em Economia agredindo violentamente e prende dois estudantes
21 de abril – Prisão de Elisa Teixeira de Sousa, Paulo Teixeira de Sousa do Instituto Industrial do Porto e outro jovem Nelson Bertini
22 de abril – AE de Medicina lança comunicação com conclusões de RGA do dia anterior.
23 de abril – Plenário geral da Universidade que decide a não realização das atividades da queima das fitas e realização em substituição de protestos. Contam-se 6 carrinhas da polícia, 3 carros de águas, 2 jeeps e vários polícias e pides estão presentes à paisana e misturam-se com os populares. São presos alguns estudantes.
25 de abril – Serenata da Queima das Fitas levada a cabo por alguns estudantes é interrompida pelos protestos convocados pelas AES.
27 de abril – DIA publica comunicado Dos estudantes à população em que explica as questões que levam os estudantes a não realizar as iniciativas da queima das fitas. O comunicado é distribuído durante manifestação de protesto no dia do cortejo académico
18 de maio – Grupo de estudantes de Medicina de preparação de campo de férias lança folha informativa relativa ao assunto
31 de julho a 7 de agosto – Campo de férias dos estudantes de Medicina
15 de novembro - Mesa da Assembleia Geral da AE de Medicina lança comunicado sobre repressão à atividade associativa e processo eleitoral da AE

17 a 21 de novembro – Semana de receção aos novos alunos de Medicina com atividades desportivas e culturais
18 de novembro – É publicado BIPE especial (de Engenharia) que noticia convite da AAC de todos os estudantes e AES para comemorações de Tomada da Bastilha, em Coimbra, a 25 de novembro e reunião nacional de direções associativas
22 de novembro – Mesa da Assembleia Geral da AE de Medicina lança comunicado de apelo à participação nas eleições para a AE
25 de novembro – Reunião de curso do 2.º ano de Medicina para eleições de delegação
26 de novembro - Mesa da Assembleia Geral da AE de Medicina lança comunicado com informação de listas candidatas à direção da AE apresentadas no período definido para o efeito
30 de novembro – Reunião do curso do 6.º ano de Medicina (finalistas), enviam exposição ao MEN sobre integração no 1.º ano do Internato Geral
10 de dezembro – Eleições Direção da AE de Medicina, votam 904 estudantes, com 262 votos na Lista A, 460 votos na Lista B, 9 votos nulos e 173 votos em branco.
12 de dezembro – RGA de Letras, os estudantes adiam as eleições para a AE para dia 17 de janeiro de 1972
15 de dezembro – AE de Medicina lança comunicado com análise do processo eleitoral e algumas linhas de trabalho futuro
25 de dezembro – Convívio marcado pela AE de Ciências no Cinema Trindade com a participação de Adriano Correia de Oliveira, Manuel Freire e Grupo de Espirituais Negros é proibido

Dezembro – Novas eleições AE de Letras
Departamento de imprensa da AE de Medicina lança caderno de reflexão com os seguintes textos: Desumanização da carreira universitária a) causas e sistematização da desumanização, b) estudo e estudantes na sua relação com a sociedade, c) universidade como unidade – falta de cultura, falta de solidariedade; Direitos e Deveres dos Estudantes – Carta de Grenoble
1972
5 de janeiro – Lançado boletim BIPE de Engenharia sobre a repressão aos estudantes liceais
6 de janeiro – Lançado comunicado Liceus e Faculdades unidos contra a repressão pelas AES de Engenharia, Farmácia, IIP, Medicina e Liceus
10 de janeiro – Comissão Associativa do Liceu Garcia da Orta lança comunicado sobre repressão ali exercida sobre os estudantes
10 e 12 de janeiro – Abstenção ao ponto de Química-Física pelos estudantes do 3.º ano de Química da Faculdade de Ciências
14 de janeiro – Reunião dos estudantes de Medicina de Prática Clínica (finalistas)
17 de janeiro – Publicado Bisturi especial sobre carreiras médicas e direito à saúde com os seguintes textos: Introdução; transcrição dos textos Práxis Médica do Dr Paulo Mendo; O Direito à Saúde e Serviço Nacional de Saúde do Dr Virgílio Moreira
18 de janeiro – Publicado Bisturi pela AE de Medicina sobre Cooperativas e decreto-lei 520/71

21 de janeiro – Assembleia Geral da UNICEP – associados decidem não enviar estatutos adaptados à nova lei das cooperativas (DL 520-71) como solicitado pelo governo
22 de janeiro – suspensos 3 estudantes do Liceu António Nobre. CPAELP lança comunicado a denunciar as suspensões e contra a repressão da atividade associativa liceal
22 de janeiro – Publicado comunicado n.º 3 pela AE de Ciências sobre processos reivindicativos de diferentes cadeiras e acontecimentos de Coimbra
24 de janeiro – Publicado Bisturi n.º 9 sobre Práticos Clínicos – As condições de um estágio que o não tem sido
Janeiro – Lançado comunicado pela CPAELP dirigida aos professores do ensino secundário informando-os sobre a acção repressiva que se verifica sobre os estudantes e pedindo solidariedade
2 de fevereiro – Estudantes do 3.º ano de Engenharia Mecânica envia abaixo-assinado ao MEN a exigir a transferência da cadeira de Termodinâmica II ministrada em Ciências, para a Faculdade de Engenharia
4 de Fevereiro – presos 3 estudantes do Liceu Garcia da Orta
7 de fevereiro – AE FMP lança comunicado que inclui conclusões de reunião de colaboradores e proposta de campanha pela reabertura das instalações da AE
8 de Fevereiro – RGA de Letras
17 de fevereiro – Publicado Bisturi n.º 11 sobre Práticos Clínicos Porto e Coimbra

18 de Fevereiro – Nova RGA de Letras
18 de fevereiro – RGC de Medicina
23 de Fevereiro – Reunião Inter Associativa no anfiteatro de Engenharia. Participam as AES de Engenharia, Medicina, Ciências, Letras, Economia e Liceus. Os estudantes anunciam em comunicado que este foi a primeira reunião interassociativa realizada dentro de uma sala de uma Faculdade
24 de fevereiro – AE de Ciências, direção proposta de Economia e membros da Comissão Coordenadora de Letras lançam comunicado sobre Reuniões Inter Associativas.
25 de Fevereiro – Leitura de sentença de 7 estudantes de Coimbra presos e julgados no Tribunal Plenário do Porto. Comissão Estudantil de Apoio aos Presos Políticos lança comunicado em que convoca os estudantes para o Tribunal Plenário
28 de Fevereiro – Reunião do curso do 5.º ano de Engenharia de Electrotecnia
Fevereiro – Publicado boletim Tubo de Ensaio pela AE de Farmácia com os seguintes textos: O Ensino Superior deve ser acessível a um maior número de estudantes; As perspectivas profissionais dos jovens farmacêuticos têm-se agravado; noticiário
Fevereiro – Estudantes do curso de Farmácia do 2.º e 3.º ano publicam comunicado de protesto pelos resultados dos exames à cadeira de Análise Química ministrada na Faculdade de Ciências
Fevereiro – Lançado jornal Objectivo pela Comissão Associativa do Liceu Carolina Michaelis com os seguintes textos: Informação; Sala de Convívio; Liceu-labirinto; Delegadas de turma; O impossível acontece; Festa carnavalesca; Contra os provocadores; A associação dos liceus

<p>Fevereiro – Lançado jornal Unidade pela Comissão Associativa do Liceu Alexandre Herculano com os seguintes textos: A nossa posição face ao Prelúdio; Balanço crítico da nossa actividade; Disciplina rígida – luta por uma defesa activa; Alguns problemas que nos afectam; A comissão dos finalistas; Noticiário de turma; Contra os provocadores; É proibido fumar, mas fuma-se; Informativo Liceal 1</p>
<p>1 de março – Direção da AE de Medicina lança comunicado a informar sobre encerramento das instalações da AE de Direito de Lisboa e a prestar solidariedade aos colegas em luta</p>
<p>8 de março – Publicado boletim Pela Unidade, constituído na RIA de 23 de Fevereiro, com os seguintes textos: Introdução; Coimbra; Espanha – repressão sobre os estudantes</p>
<p>11 de março – Publicado comunicado n.º 2 de Engenharia sobre organização do trabalho associativo</p>
<p>13 de março – RGC de Medicina</p>
<p>13 de março - Publicado boletim Pela Unidade n.º 2, constituído na RIA de 23 de Fevereiro, com os seguintes textos: Lisboa: ao encerramento da sua associação os estudantes de letras respondem com 2 dias de greve; Porto: os estudantes de Medicina numa concentração exigem a reabertura da sua associação; Engenharia</p>
<p>15 de março – RGA dos estudantes do Liceu D. Manuel II</p>
<p>15 de março – RGC de Engenharia</p>
<p>15 de março – No âmbito da semana cultural de Letras realiza-se sessão de música gravada com música popular portuguesa recolhida por Lopes Graça e Giacometti</p>

16 de março – RGC de Ciências
16 de março – Reunião dos estudantes do 3.º ano de Engenharia Mecânica que decreta greve às aulas na cadeira de Termodinâmica II
16 de março – Lançado comunicado Professoras pela Comissão Associativa do Liceu Rainha Santa Isabel
17 de março – No âmbito da semana cultural de Letras realiza-se sessão de poesia pelo grupo da Faculdade
17 de março - Reunião do curso do 5.º ano de Engenharia de Electrotecnia
Março – Lançado boletim da CPAELP Fulcro N.º 3 com os seguintes textos: Editorial; A associação dos liceus; Sobre a repressão; Informações; Secretariado para a juventude mais uma tentativa de controle; Sobre a Mocidade Portuguesa; Disciplina rígida – luta por uma defesa activa; A luta contra os provocadores; Liceus de Paris em Luta; Última hora
Março – Lançado comunicado da AE proposta em RGC de Economia sobre organização do trabalho associativo
Março – Lançado boletim Acção da AE de Economia com os seguintes textos: Editorial; As funções desempenhas pelo ISCEF no quadro do capitalismo português; Economia e luta em P.C.I.; Sobre o trabalho nos cursos; Informações; Espanha – O governo reprime com violência o movimento dos estudantes; Lutas operárias no Norte do País
11 de abril – Publicado comunicado n.º 4 da AE de Engenharia sobre processos reivindicativos em diferentes cadeiras
12 de abril – Reunião de Junta de delegados de Engenharia

12 de abril – Publicado jornal BIPE de Engenharia sobre conclusões de reunião de Junta de Delegados e Comissões de Curso
17 de abril – Lançado BIPE pela AE de Engenharia sobre prisões na manifestação contra a carestia de vida de 15 de abril. No jornal referem-se os seguintes presos (estudantes e trabalhadores): Luís Guimarães, Mário Vaz, Jorge Coutinho, Fernando Pessoa, Nelson Bertini, Luísa Peixoto, Domingos, David Rodrigues, Ângelo Pinho Ferreira, José Eduardo Barbeiro, Alfredo, Pedro Pereira e Augusto.
20 de abril – Reunião de curso do 1.º ano de Eletrotecnia, Faculdade de Engenharia
21 de abril – RGC dos Liceus
24 de abril – Publicado pela AE FMP Bisturi especial sobre Práticos Clínicos
24 de abril – Reunião das comissões de curso de Engenharia, lançado comunicado
24 de abril – Nova RGC dos Liceus que decide que dia 26 de abril seja dia apoio aos presos na manifestação contra a carestia de vida de 15 de abril como ações em cada liceu
25 de abril – Publicado Bisturi de Medicina sobre acontecimentos de Lisboa, Coimbra e Porto
28 de abril – Reunião das comissões de curso do 1.º e 2.º anos de Engenharia com a participação de 250 estudantes, lançado comunicado
28 de abril – RGC dos liceus sobre prova de aptidão

28, 29 e 30 de abril – Reunião Nacional das AEs de Medicina de Porto e Lisboa e Junta de delegados de Medicina de Coimbra para discussão da repressão, ensino médico e prática da Medicina em Portugal

Abril – Comissão Associativa do Liceu D. Manuel II lança comunicado sobre prisão dos estudantes Luís Guimarães e Jorge Coutinho presos na manifestação contra a carestia de vida de 15 de abril

Abril – Aes de Engenharia, Medicina e Farmácia lançam comunicado com informações sobre presos na manifestação contra a carestia de vida de 15 de abril. São referidas as condições da prisão, tempo de prisão e libertação quando aplicável de Fernando Pessoa (estudante de Engenharia); Nelson Bertini (desenhador); Mário Vaz (estudante do Liceu Alexandre Herculano); Carlos Semedo (estudante de Ciências) e Luísa Peixoto.

Abril - Lançado boletim Acção da AE de Economia sobre RGA de Economia

1 de maio – Concentração dos estudantes do Liceu Alexandre Herculano pela libertação do estudante deste liceu Mário Vaz, preso na manifestação contra a carestia de vida de 15 de abril

2 de maio – meeting dos estudantes de Medicina/ delegações dos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos lançam comunicado reivindicativo contra a repressão e de apelo à participação no meeting no mesmo dia

3 de maio – Publicado Bisturi de Medicina com os seguintes textos: Pela defesa da unidade do movimento associativo; Lisboa José Manuel Jara, membro da Direcção da CPA de medicina barbaramente espancado ontem à noite na RIA; Assembleia Geral de Medicina; Técnico; Letras; O Cénico de Direito toma posição; ISCEF; Agronomia.

3 de maio – Convívio na Faculdade de Engenharia com Zeca Afonso

5 de maio – RGA dos estudantes de Engenharia que decreta greve geral
6 de maio – RGA dos estudantes de Engenharia
6 de maio – Publicado Bisturi informativo de Medicina sobre greve de Engenharias
12 de maio – RGC dos liceus e posterior concentração no Liceu D. Manuel II para exigir do Reitor que tomasse diligências sobre a prisão de um colega deste liceu
13 de maio – Publicado BIPE de Engenharia sobre conclusões de RGC
15 de maio – Reunião das Comissões de Curso de Engenharia
16 de maio – Lançado comunicado pela Secção Informativa da AE de Ciências sobre acontecimentos em Lisboa
16 de maio – Lançado comunicado pelas AES de Engenharia e Medicina sobre acontecimentos Porto, Lisboa e Coimbra
17 de maio – RGA de Ciências
17 de maio - Lançado comunicado da 3.º reunião das Comissões de Curso de Engenharia que inclui os seguintes textos: A miserável situação do Engenheiro Recém-Formado; A selecção ao longo do curso; Época de Outubro; Lisboa: brutal escalada repressiva
18 de maio – RGA de Engenharia

18 de maio – Publicado BIPE de Engenharia com os seguintes textos: Sobre a unidade do MA; Unidade na luta contra a repressão; Pela unificação da luta pedagógica; Ode à poesia; Entrevista com José Afonso; Informações de Lisboa

24 de maio – Secção de Informação e Propaganda da AE de Engenharia lança comunicado a informar sobre concentração de 2000 estudantes de Lisboa a 23 de maio, no jardim do Hospital de Santa Maria onde decidem concentrar-se novamente a 24 de maio frente ao Ministério da Educação Nacional

25 de maio- Concentração dos estudantes de Engenharia na Faculdade pelo fim das aulas a 15 de junho e restabelecimento da época de exames de outubro

26 de maio – Concentração de 200 estudantes no Liceu D. Manuel II e de seguida nas escadas do Liceu Carolina Michaelis contra a prova de aptidão. Entregue abaixo-assinado com 1573 assinaturas de estudantes liceais contra a prova de aptidão ao Diretor do D. Manuel II para que este fizesse chegar ao MEN

31 de maio – Reunião de curso do 3.º ano de Engenharia Mecânica

Maio – Lançado boletim conjunto de Engenharia, Medicina, Farmácia e Liceus denominado Unidade sobre acontecimentos em Lisboa

Maio – Lançado Boletim UNIDADE do Liceu Alexandre Herculano com os seguintes textos: Editorial; Uma manifestação, Porquê?; os nervos do dr. Morcela; Contra as aulas de moral; Poesia de Bertolt Brecht; Por uma escola activa; Informativo; o prelúdio não sai; Contra a aptidão

2 de junho – Concentração de estudantes liceais no Liceu D. Manuel II contra a prova de aptidão que decide concentração na Escola Aurélia de Sousa dia 4 de junho, onde o MEN estaria de visita para o questionar sobre a resposta às reivindicações de eliminação da prova de aptidão

4 de junho – Estudantes concentram-se na Escola Aurélia de Sousa para confrontar MEN, mas a alteração de horários da visita não lhes permite contactar com o Ministro. São informados por um Capitão da Polícia que o MEN estaria disponível para os receber em data a marcar e que não era possível acabar com a prova de aptidão no presente ano por razões que o próprio Ministro explicaria quando reunisse com os estudantes
5 de junho – Um grupo de estudantes da ESBAP lança comunicado sobre situação de Arquitectura
6 de junho – Publicado comunicado n.º4 da Reunião das Comissões de Curso de Engenharia
8 de junho – Publicado Bisturi informativo de solidariedade com colegas de Lisboa
9 de junho – Concentração junto ao gabinete do Diretor da Faculdade de Ciências com entrega de abaixo-assinado pela reposição da Época de exames de outubro
14 de junho – Publicado BIPE da AE de Engenharia sobre o fim das aulas a 17 e a renovação da época de exames de outubro
Junho – CPAELP publica comunicado de protesto contra atitudes do reitor do Liceu Garcia da Orta que recusou receber a comissão.
26 de julho – Aes de Engenharia, Medicina e Liceus lançam comunicado Os estudantes do IST através de greve a exames conquistam a reabertura da associação. Pela Unidade dos estudantes portugueses!
30 de agosto – MEN publica despacho onde determina que não deve passar de ano quem tenha mais de 2 cadeiras em atraso. Na Universidade do Porto a interpretação do despacho é de que qualquer estudante com mais de 3 chumbos deve ser impedido de se voltar a matricular naquela universidade.
14 de setembro – Reunião de estudantes de Engenharia da Faculdade de Engenharia e de Ciências reúnem e elegem uma comissão para dirigir o processo de luta contra o despacho do MEN de 30 de agosto

<p>Setembro – Estudantes de Engenharia mais afetados pelo despacho de 30 de agosto concentram-se junto à Reitoria e enviam exposição ao MEN exigindo a revogação do despacho. O despacho acaba por ser revogado parcialmente.</p>
<p>2 de outubro – AE de Medicina lança comunicado A Unidade dos Estudantes – Base das Vitóriaas do MA</p>
<p>14 de outubro – convívio dos estudantes liceais no TUP</p>
<p>17 de outubro – Tarde - Manifestação dos estudantes do Porto contra a repressão e de repúdio pelo assassinato de Ribeiro dos Santos, em Lisboa. Participam mais de 1500 estudantes e a manifestação percorre a zona do Carmo, Praça Carlos Alberto e Rua de Cedofeita antes de ser dispersada pela polícia</p>
<p>17 de outubro – Manhã - Meeting dos estudantes do Liceu Alexandre Herculano contra a repressão e de repúdio pelo assassinato de Ribeiro dos Santos</p>
<p>17 de outubro – Manhã – Reunião informativa em Engenharia com 150 estudantes sobre o assassinato de Ribeiro dos Santos</p>
<p>17 de outubro – Manhã – duas reuniões informativas em Medicina com 80 e 130 estudantes</p>
<p>19 de outubro – Comissão de estudantes de Engenharia lança comunicado Greve às Aulas Pela revogação do despacho! Contra o assassinato de Ribeiro Santos!</p>
<p>20 e 21 de outubro – Greve dos estudantes de Engenharia da Faculdade de Engenharia e Ciências com 100% de adesão, de repudio pelo assassinato do estudante Ribeiro Santos e contra o despacho das prescrições. MEN emite telegrama onde retira o limite de chumbos para passagem de ano. Os estudantes reclamam vitória</p>
<p>21 de outubro – AE de Medicina lança comunicado Presos em Lisboa mais 21 estudantes! O plenário decide greve às aulas! Greve a 100% no Porto nos cursos de engenharias!</p>

Outubro – Publicado pela AE de Ciências o comunicado Contra a ilusão de uma falsa vitória Pela vitória da luta de massas sobre o meeting e manifestação de 17 de outubro
10 de novembro – Reunião Nacional de Dirigentes Associativos -participam do Porto as direções das AES de Engenharia, Ciências, Medicina e Liceus
8 de novembro – RGC de Engenharia
10 de novembro – Reunião de curso do 3.º ano de Química de Ciências
14 de novembro – AES de Engenharia e Medicina lançam comunicado a denunciar o roubo do copiógrafo da AE de Economia
20 de novembro – Comissão Estudantil de Apoio aos Presos Políticos lança comunicado sobre morte de Ribeiro Santos e prisões realizadas
21 de novembro- Reunião de curso do 2.º ano de Medicina
21 de novembro – Comissão eleitoral de Engenharia lança comunicado sobre eleições AE e Editorial de Engenharia
21 de novembro – Concentração de estudantes dos 1.º e 2.º anos de Medicina no Anfiteatro de Anatomia Descritiva contra forma de avaliação
22 de novembro – Direções as AES de Engenharia e Medicina convocam os estudantes do Porto para participação nas comemorações da Tomada da Bastilha, em Coimbra a 25 de novembro
23 de novembro – Nova reunião da comissão de curso do 2.º ano de Medicina
24 de novembro – RGC de Letras

28 de novembro – Reunião de curso do 3.º ano de Medicina
28 de novembro – Grupo redatorial eleito em RGC de Letras lança comunicado sobre encerramento da sala dos estudantes
30 de novembro -sessão de esclarecimento eleitoral Engenharia
4 de dezembro – RGC de Ciências
6 de dezembro – RGA dos estudantes do Liceu D. Manuel II
7 de dezembro – lançado comunicado por estudantes colaboradores da Comissão Associativa do Liceu António Nobre
11 de dezembro – Reunião do curso do 4.º de Máquinas do IIP relativa a formas de avaliação
11 e 12 de dezembro – Reunião de curso do 3.º ano de Medicina
11, 12 e 13 – Campanha eleitoral eleições AE de Ciências
12 a 16 de dezembro – Eleições CPAELP
13 de dezembro – RGC de Medicina
14 de dezembro – O curso de prática clínica de 1972-1973 de Medicina lança comunicado à imprensa sobre o estágio médico
14 de dezembro – RGA de Letras

14 e 15 de dezembro – Eleições AE de Ciências
15 de dezembro – RGA de Medicina para marcação de eleições
15 de dezembro – Publicado comunicado da AE de Ciências sobre eleições
16 de dezembro – AE de Medicina lança comunicado sobre conclusões de RGA de dia 15
18 de dezembro – Concentração convocada pela AE de Medicina para a frente da PIDE
30 de dezembro – Ruy Luís Gomes é impedido de sair do Aeroporto sendo obrigado a embarcar novamente para Paris. No Aeroporto era aguardado por opositoristas entre os quais estudantes
Final do primeiro período nos Liceus: no Liceu Garcia da Orta estudantes concentram-se e entregam abaixo-assinado com 257 assinaturas contra a suspensão por 6 dias de colega; 140 estudantes do Liceu Carolina Michaelis concentram-se pelo direito a sair da escola em caso de furo; no Liceu D. Manuel II estudantes entregam abaixo-assinado com cerca de 500 assinaturas solicitando uma sala de convívio;
1973
4 de janeiro – Publicado comunicado: Aos estudantes do Porto – Solidariedade com o Vietnam Heroico pela Comissão Estudantil de Apoio à Luta do Povo Vietnamita
5 de janeiro – Reunião de curso do 3.º ano de Medicina

5 de janeiro – AE de Engenharia publica comunicado com os seguintes textos: Agravadas as condições de adiamento para a tropa; A entrevista com o director; Ruy Luís Gomes impedido de regressar a Portugal
9 de janeiro – Cerca de 200 estudantes concentram-se na Faculdade de Ciências e exigem a reintegração de Ruy Luís Gomes
10 de janeiro – Publica-se Pela Unidade, boletim federado criado em RIA de 1972 sobre reivindicação estudantil de reintegração do Prof. Ruy Luís Gomes
22 de janeiro – Reunião de curso do 2.º ano de Medicina
23 de janeiro – Colóquio na Faculdade de Engenharia sobre o ensino noutros países com Óscar Lopes
26 de janeiro – RGA de Medicina
31 de janeiro – Presos os estudantes de Economia Viriato Pina Moura e Cecília Costa pela PSP. Soltos, mas convocados para apresentação na PIDE dias depois
Janeiro – greve dos estudantes do 3.º ano de Medicina à cadeira de Bacteriologia e Parasitologia
Janeiro – Processo eleitoral para a AE de Medicina
Janeiro – Publicado UNIDADE boletim da Comissão Associativa do Liceu Alexandre Herculano com os seguintes textos: Editorial; Por uma sala de convívio; A junta de delegados; Página de Poesia; Informativo; Informações de turmas
6 de fevereiro – Preso o estudante de Economia, Viriato Pina Moura.
7 de fevereiro – AES de Engenharia, Ciências, Medicina, Letras e Liceus lançam comunicado a denunciar a prisão do estudante Viriato Pina Moura pela PIDE

7 de fevereiro – Sessão em Medicina sobre repressão ao movimento associativo
8 de fevereiro – Sessão de apoio em Economia com Viriato Pina Moura preso pela PIDE
19 de fevereiro – RGC de Ciências
Fevereiro – estudantes do Liceu da Póvoa do Varzim entregam abaixo-assinado ao reitor a exigir aquecimento nas salas de aula e maior limpeza nos ginásios
6 de março – Reunião Inter Direções associativas, participam as AES de Ciências, Engenharia, Medicina, Letras e Liceus
8 de março – Aes de Ciências, Engenharia, Letras e Liceus lançam comunicado: Abaixo a repressão – O Reitor polícia Abílio da Fonseca expulsa uma aluna do Liceu António Nobre. No comunicado convoca-se uma concentração para o dia seguinte junto ao liceu
9 de março – concentração de estudantes junto ao Liceu António Nobre contra a expulsão da estudante Teresa Medina
13 de março – AES de Ciências, Engenharia, Letras e Liceus lançam comunicado Face à repressão Liceus e Faculdades Unidos onde se denuncia repressão no Liceu António Nobre, designadamente suspensões de 3 estudantes e expulsão da estudante Teresa Medina
13 de março – AE de Ciências lança comunicado: Para uma melhor compreensão dos chumbos
15 de março – Novo comunicado sobre repressão no Liceu António Nobre pelas AES de Ciências, Engenharia, Letras e Liceus
15 de março – preso o estudante de Ciências Francisco Pimentel junto ao Liceu António Nobre depois de uma distribuição de comunicados
16 de março – RGC de Medicina

16 de março – RGC dos Liceus na Faculdade de Engenharia para debater medidas de solidariedade com os colegas suspensos no Liceu António Nobre, e com a estudantes Teresa Medina, expulsa, e outras medidas repressivas
21 de março – Reunião inter direções associativas
21 de março – Publicado boletim interno dos colaboradores de Ciências
22 de março – Meeting com 700 estudantes em Ciências contra a repressão e pela libertação do estudante Francisco Pimentel
23 de março – Lançado comunicado pelas AES de Engenharia, Ciências, Letras e Liceus Ao apelo das AES 700 estudantes no Meeting
29 de março – RIA participam as AES de Ciências, Engenharia, Letras e Liceus
Março – Publica-se Pela Unidade – boletim criado em RIA de 1972 com os seguintes textos: Estudantes Portugueses contra os vigilantes e a portaria militar; Porto (Liceus, Letras, Medicina); Coimbra; Apoio Internacional aos Estudantes Portugueses
2 de abril – RGA de Belas Artes -Estudantes lançam comunicado contra a realização do I Festival Universitário de Coros
4 de abril – RGA dos estudantes do Liceu Alexandre Herculano
21 de abril – RGC dos estudantes dos liceus
23 e 24 de abril – AE de Medicina realiza I Seminário dos colaboradores associativos da AEFMP dedicado aos temas: Trabalho de massas – trabalho de cursos (perspectivas)

Abril – 300 estudantes do Liceu D. Manuel II concentram-se no Liceu Carolina Michaelis de onde parte autocarro com estudantes que irão participar no concurso Taco-a-Taco. Estão contra o concurso e contra o Secretariado para a Juventude
Abril – AE de Medicina lança comunicado sobre repressão
Abril – AE de Medicina lança comunicado: Sejamos nós próprios a gerir os serviços que nos dizem respeito! Não ao copiógrafo na Escola Médica!
30 de abril – Preso o estudante de Medicina Sérgio Vinagre
1 de maio – Presa Isabel Seabra estudante de Medicina e presidente da direção da AE e instaurado processo disciplinar pela Faculdade; notificados os estudantes Rui Viana, Natália Martins pela PIDE
2 de maio – concentração dos estudantes de Medicina no bar da Faculdade, polícia invade Faculdade
8 de maio – RGA de Engenharia que decreta greve
8 de maio – RGA de Economia impedida pela polícia, presos 70 estudantes todos soltos exceto a estudante Cristina Figueirinhas
8 de maio – RGA Liceu D. Manuel II com 600 estudantes
9 de maio – Sessão informativa com 150 estudantes em Letras que aprova moção de solidariedade aos estudantes em luta no Porto, Coimbra e Lisboa
9 de maio – Encerrada ESBAP
9 de maio – greve dos estudantes do 6.º e 7.º anos do Liceu D. Manuel II

10 de maio – greve a 100% em Engenharia
10 de maio – RGA de Medicina
10 de maio – AE de Medicina lança comunicado onde denuncia que a polícia invadiu as instalações da AE de Economia e apreendeu todo o material que aí se encontrava
11 de maio – 3 estudantes do 1.º ano de Filosofia são presos na Faculdade
14 de maio – Cristina Figueirinhas novamente presa em Ciências, assim como Maria José Baía. Aplicados processos de suspensão aos estudantes José Baía e Renato Soeiro
Maio – Lançado comunicado da CPAELP pelo fim da prova de aptidão e contra as médias mínimas no acesso à universidade
1 de junho – Termina julgamento no Porto com a absolvição de cinco estudantes que se recusaram a pagar as multas aplicadas a 5 de abril por perturbarem uma aula em Ciências
2 de junho – AES de Ciências, Engenharia, Letras e Liceus lançam comunicado a apelar aos estudantes para participarem na sessão do julgamento de dia 11 e a informar sobre a absolvição em tribunal de colegas multados.
5 de junho – Reunião de estudantes multados na Faculdade de Engenharia
11 de junho – Sessão de julgamento de 103 estudantes que se recusaram a pagar as multas aplicadas na manifestação contra a realização do I Festival de Coros Universitários

Junho – Lançado comunicado: Apoiemos os estudantes multados! Todos ao Tribunal! Pela AE de Medicina
25 de outubro – Reunião de estudantes de Física e Química Médicas
23 de novembro – Publicado pela AE de Medicina boletim A nossa luta com os seguintes textos: A RGA de 5.ª feira, sobre a cantina
26 de novembro – RGA de Medicina
6 de dezembro – Meeting em Ciências de solidariedade aos estudantes do IST em Lisboa
6 de dezembro – RGA de Medicina, cerca de 400 estudantes arrombam a porta do Bar, encerrado pela polícia, e continuam RGA dentro deste
7 de dezembro – greve geral dos estudantes de Medicina contra a repressão
11 de dezembro – RGA de Medicina
13 de dezembro - Presos os estudantes Isabel Seabra, Arnaldo Araújo de Medicina
14 de dezembro – Presa a estudante liceal Elza Rocha
15 de dezembro- Solta a estudante liceal Elza Rocha
20 de dezembro – Soltos os estudantes de Medicina Isabel Seabra e Arnaldo Araújo

Final do ano – Comissão Estudantil de Apoio aos Presos Políticos publica caderno com os seguintes textos: Esquema das prisões políticas e campos de concentração; Caxias – prisão modelo? O campo de concentração de Machava (Moçambique); Caso concreto de tortura; Chile

1974

5 de fevereiro – Presos os estudantes da FMUP Bernardo Vilas Boas e Fátima Mesquita.

7 de fevereiro – Polícia intervém dentro da FMUP para impedir a fixação de cartazes relativos às eleições da AE. Prende dois estudantes, João Louro e Manuela Praça, e face à manifestação dos estudantes contra a prisão dispara uma rajada de tiros para dispersar a manifestação

13 de fevereiro – AES de Ciências, Engenharia, Letras, Medicina e Liceus lançam comunicado dirigido à população a denunciar a ocupação do Hospital S. João pela polícia, assim como a Faculdade de Letras, a prisão de estudantes e a suspensão de estudantes no Liceu Garcia da Orta. No comunicado as AES exigem: Um ensino democrático ao serviço do povo português; melhores condições de ensino, defesa das associações de estudantes, o fim do “terrorismo implantado pelo polícia nas Escolas”, contra os processos disciplinares, suspensões, prisões e toda a repressão

6 de março – CPAELP lança comunicado com o título: Aos estudantes com os professores contra a repressão sobre o despacho do governo que considera ilegal o Grupo de Estudos do Pessoal Docente do Ensino Secundário e Preparatório

25 de Abril

2 de maio – Assembleia Magna da FMUP

8 de maio – 5000 estudantes reúnem no primeiro grande plenário geral da Universidade após o 25 de Abril
14 de maio – É publicado Boletim n.º 1 com o título Movimento de Democratização na Faculdade de Medicina do Porto com os seguintes textos: Movimento de docentes; Movimento de alunos; Movimento do corpo técnico; Conclusões da Assembleia Magna da Faculdade de Medicina do Porto
17 de maio – RGA de Medicina
23 de maio – Comissão Coordenadora de Letras publica comunicado sobre agressões sofridas por estudantes dos “Núcleos Sindicais” na cantina
24 de maio – RGA no Liceu Garcia de Orta
27 de maio – Docentes e Estudantes publicam documento sobre propostas apresentadas à Assembleia Magna de Medicina
28 de maio – Lançado comunicado sobre condições dos trabalhadores do bar de Medicina
31 de maio – Lançado comunicado por alunos das salas de estudo do Bonfim e do Externato Santa Clara sobre as suas reivindicações
31 de maio – Estudantes do 6.º ano de Medicina lançam comunicado onde apoiam a Comissão Pedagógica da Faculdade reiterando que esta deve continuar o seu trabalho, constituída por estudantes e docentes de cada ano da Faculdade
3 de junho – AE de Medicina lança comunicado onde apresenta os estudantes, docentes e funcionários eleitos para a Comissão Diretiva da Faculdade
4 de junho – AE de Medicina lança comunicado com transcrição de aspetos do programa da lista vencedora da AAC - Coimbra

12 de junho – Reunião do Departamento Pedagógico da AE FMP – decide realização de inquérito à população de Deocriste (entre Viana do Castelo e Ponte de Lima) sobre os efeitos nas culturas e na saúde da atividade da fábrica de celulose Celnorte
14 de junho – AE de Medicina lança comunicado a denunciar uma tentativa de assalto às instalações da associação
15 de junho – Bisturi especial sobre sabotagem económica
3 de julho – AES de Medicina, Engenharia, Ciências, Liceus e Instituto Industrial lançam comunicado de apelo aos estudantes para que participem nas campanhas de alfabetização, educação sanitária e outras iniciativas culturais a realizar de imediato no âmbito da atividade da Pró-UNEP
3 de julho – Publicado boletim Unidade
9 de julho – Publicado comunicado da AE dos Liceus: Não às manobras nas costas dos estudantes! Não a passagens administrativas!
15 de julho – Publicado Jornal de Greve dos Estudantes do Ensino Secundário
19 de julho – Lançado comunicado pela AE dos Liceus: participemos nas campanhas de alfabetização
23 de julho – Concerto do Orfeão Universitário seguido de colóquio na Faculdade de Engenharia
29 de julho – Lançado comunicado pelas AES de Ciências, Engenharia, Medicina, Instituto Industrial e Liceus com o título Acabou a Guerra Colonial
22 de setembro – Encontro Nacional de Direções Associativas, no Porto. É emitido comunicado final do Encontro.

27 de setembro – As direções de Medicina, Engenharia, IIP e Liceus lançam comunicado: A Manifestação não passará! sobre manifestação convocada para o dia seguinte, em Lisboa, de apoio ao General Spínola.
5 de outubro – Pró-UNEP lança comunicado á população: Unidade estudantil com o povo trabalhador, sobre o Dia Nacional de Trabalho a decorrer no dia seguinte, domingo, de resposta ao apelo ao primeiro-ministro Vasco Gonçalves
Pró-UNEP lança comunicado: À população dos bairros de lata no domingo viremos trabalhar convosco na limpeza e higienização dos bairros de lata
14 de outubro – Lançado comunicado da AE dos Liceus
25 de outubro – AE de Medicina lança comunicado com conclusões de RGA onde apresenta a constituição da Comissão de Saneamento eleita
21 de outubro – CP-UNEP de Medicina lança comunicado onde critica proposta do MEC de um processo de saneamento por uma comissão de inquérito em vez de pelos órgãos das escolas e faculdades
22 de outubro – Plenário geral dos estudantes da Universidade do Porto sobre as campanhas de alfabetização e educação sanitária, convocado pela Pró-UNEP (Porto)
23 de outubro – RGA Liceu António Nobre
24 de outubro – Reunião dos estudantes universitários na Faculdade de Engenharia sobre a gestão dos lares de estudantes
28 de outubro – AE Engenharia lança comunicado: Em frente pela construção dum ensino verdadeiramente democrático!

29 de outubro – Lançado comunicado nacional: Democratização do Ensino problemas e objectivos imediatos. Assinam pelo Porto as AES de Medicina, Engenharia e IIP
8 de novembro – RGA de Medicina
9 e 10 de novembro – Encontro Nacional de Direções Associativas em Coimbra
12 de novembro – RGA de Medicina
AE de Engenharia lança comunicado: Métodos pedagógicos noutros países
12 e 13 de novembro – Assembleia Magna de Medicina
13 de novembro – AE de Engenharia lança comunicado: Porque propomos o Eng. Oliveira Dias para Director da Faculdade
13 de novembro – Reunião de curso do 1.º ano de Medicina
15 de novembro – Reunião de curso do 2.º ano de Medicina
13 a 17 de novembro – Seminário nacional sobre a Democratização do Ensino, no Teatro Gil Vicente, em Coimbra promovido pela Pró-UNEP e direções associativas
18 de novembro – Lançado comunicado das AES de Engenharia, IIP, Medicina e Liceus: A superlotação das universidades – problema a resolver na perspectiva da democratização do ensino

20 de novembro – Assembleia do curso do 4.º de Medicina

22 de novembro – AE de Engenharia lança comunicado: Pela primeira vez vai ser eleito o director da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

29 de novembro – Lançado comunicado da Pró-UNEP Solidarizemo-nos com o Povo Irmão de Espanha!

6 de dezembro – Lançado comunicado da Pró-UNEP (Porto) O Movimento estudantil na América Latina

6 de dezembro – Colóquio na Faculdade de Engenharia: Explosão Escolar – Superlotação, realizado pelas AES de Engenharia, Medicina, IIP; Instituto Comercial; Liceus e Comissão Pré-eleitoral de Ciências

7 de dezembro – Realizado colóquio (organizado pela Pró-UNEP Porto) na Faculdade de Engenharia com Miguel Urbano Rodrigues sobre o movimento estudantil na América Latina

9 de dezembro – Núcleos Sindicais lançam comunicado com o título O director do IIP ameaça sanear antifascistas